

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ARQUÉTIPOS DE MORAR LUDOVICENSES DO SÉCULO XXI: espaços, hábitos,
usos, significados e símbolos – o caso da classe média.

Doutoramento em Arquitetura
Especialidade: Teoria e Prática do Projeto

Doutoranda **Giovanna Jansen Duailibe**

Orientador: Professor Doutor José Jorge Boueri Filho
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Orientadora: Professora Doutora Rose-France De Farias Panet
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de doutor



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ARQUÉTIPOS DE MORAR LUDOVICENSES DO SÉCULO XXI: espaços, hábitos, usos, significados e símbolos – o caso da classe média.

Doutoramento em Arquitetura

Especialidade: Teoria e Prática do Projeto

Doutoranda **Giovanna Jansen Duailibe**

Professores orientadores da investigação:

Professor Doutor José Jorge Boueri Filho

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Professora Doutora Rose-France De Farias Panet

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão

Presidente do Juri:

Doutor Amílcar de Gil e Pires,

Professor Auxiliar com Agregação,

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutora Gleice Virgínia Medeiros de Azambuja Elali,

Professora Titular,

Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

Doutor José Jorge Boueri Filho,

Professor Catedrático Convidado,

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, orientador;

Doctor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias,

Professor Associado,

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutor João António Costa Branco de Oliveira Pedro,

Investigador Auxiliar,

Laboratório Nacional de Engenharia Civil;

Doutor José António Jacob Martins Cabido,

Professor Auxiliar,

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

À minha querida família! Minha base e meu apoio para tudo e sempre! Dedico a vocês mais essa vitória! Muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

É de Isaac Newton a famosa frase: “Se eu vi mais longe foi por estar sobre ombros de gigantes”. E não há nada mais verdadeiro para explicar esta tese. Apenas e sobretudo porque tive o apoio e a ajuda imprescindíveis de um monte de gente é que esse trabalho se tornou realidade. Gostaria de agradecer em especial:

Ao professor Glaucus Cianciardi, que me apresentou conceitos e autores que me abriram um novo olhar sobre o ver as casas e me inspiraram a escrever esta tese;

A João Ricardo, investigador e funcionário do IBGE de São Luís, por esclarecimentos sobre investigações realizadas pelo órgão, e disponibilizar os dados primários do Censo de 2010, muito úteis para este trabalho;

Ao José Reinaldo Junior, investigador e funcionário do IBGE de São Luís, que na reta final deste trabalho, me auxiliou tirando dúvidas a respeito da coleta de dados do Censo, explicando o sistema SIDRA e me conectando com o professor Ronald. Foi uma ajuda crucial para que eu pudesse desenvolver minhas análises. Muito obrigada;

À professora Maria da Graça Moreira, geógrafa, da Universidade de Lisboa pela disponibilidade e gentileza e pelos esclarecimentos sobre as coletas de dados e procedimentos metodológicos em estudos censitários, logo no início da investigação;

À professora Júlia Petrus, pela atenção e disponibilidade em explicar sua investigação e sua utilização de dados censitários, quando tantos dados estavam confundindo-me mais do que auxiliando, muito obrigada!

Ao Vitor Raffael Carvalho, funcionário do Instituto Maranhense de estudos socioeconômicos e cartográficos - IMESC, pelas aulas e auxílio, cujo conhecimento na tabulação de dados do Censo me ajudou sobremaneira. Ainda, por me ajudar na elaboração de mapas com o uso de software para Sistema de Informação Geográfica - QGIS, que foram fundamentais para melhor apresentar o cruzamento dos dados censitários utilizados nessa investigação. Muito obrigada!

Ao professor e sociólogo Ronald, especialista em métodos quantitativos, por me receber e me ajudar com esclarecimentos muito importantes sobre análises de investigações de campo quantitativas.

À amiga Carolina Martins, pelas hospedagens, pela amizade em terras além mar, pelo constante auxílio e empréstimo de livros utilizados no desenvolvimento deste trabalho, muito obrigada!

À amiga e professora Lúcia Nascimento, pelo empréstimo de livros, fundamentais para o desenvolvimento dos capítulos que tratam da São Luís Colonial;

Ao amigo e professor Paulo Vasconcelos, por disponibilizar seus trabalhos, utilizados no desenvolvimento do capítulo que trata da São Luís novecentista, em uma época onde as dificuldades estavam pondo à prova a persistência necessária para o término da investigação. Muito obrigada!

À amiga e professora Silvia Saraiva pela cortesia do empréstimo de livros utilizados neste trabalho;

Às funcionárias da Biblioteca Pública do Estado Benedito Leite, pela presteza durante a coleta de dados em jornais de época da cidade;

À Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos S/A- EMARHP, por disponibilizar as plantas de conjuntos residenciais construídos em São Luís pela COHAB-MA.

À professora Tania Ramos, pelo entusiasmo, por acreditar neste trabalho e por encorajar o seu desenvolvimento e pela orientação inicial, fundamental para a coragem de iniciar este trabalho;

À professora Rose de Farias Panet, pela inestimável contribuição com seu olhar de antropóloga e pela orientação e apoio constante, com uma cobrança leve e produtiva, fundamentais para o desenvolvimento e término deste trabalho. Muito obrigada Rose!

Ao professor Jorge Boueri, pela orientação na reta final deste trabalho, pela sua importante e essencial contribuição, com sua orientação racional e produtiva, que permitiram uma melhor organização, continuidade e posterior fechamento desse trabalho, em um momento em que as forças minguavam. Muito obrigada!

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e tecnológico do Maranhão- FAPEMA, pela bolsa de estudos, essencial para o

desenvolvimento deste trabalho, por permitir uma garantia financeira durante os anos de investigação em que suspendi minhas atividades profissionais como arquiteta e diminuí consideravelmente minha jornada de trabalho acadêmica. Muito obrigada!

À Universidade Ceuma, meu ex ambiente de trabalho, por conceder todas as licenças solicitadas, bem como a redução da carga horária de trabalho, que me possibilitaram desenvolver o doutorado com mais calma e segurança;

À coordenação de Pós Graduação de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade de Lisboa, por terem aceitado formar a 1º turma de doutoramento Intensivo, quando os procurei com essa ideia;

Aos amigos da 1º turma de Doutorado Intensivo da Universidade de Lisboa, por acreditarem nesse meu sonho e toparem essa jornada além-mar. Por toda companhia, incentivo e ajuda, muito obrigada!

Às centenas de pessoas que responderam o questionário desta tese, em meio e apesar do cansaço e correria do seu dia a dia e àquelas que abriram as portas de suas casas para receber uma desconhecida, meu mais profundo agradecimento. Que cada um de vocês possa ser tocado pela beleza divina da reciprocidade de quando se faz o bem e ajuda -se o próximo. De coração, muito obrigada!

Aos meus amados pais, José do Socorro Sodré Duailibe e Daize Jansen Duailibe, por todo e imensurável apoio, amor e dedicação. Vocês estão presentes em cada parte deste trabalho, pois me apoiaram em todos os momentos dele! Eu amo vocês, muito obrigada!

Aos meus irmãos Giselly Jansen Duailibe Pinheiro e Gilberto Jansen Duailibe pelo amor, cuidado e companheirismo e aos meus cunhados Ricardo Pinheiro e Anna Carolina Lima Vieira Jansen Duailibe, por fazerem parte de nossa família de maneira tão amorosa e companheira;

Aos meus lindos e queridos sobrinhos, Miguel Jansen Duailibe Pinheiro, Maya Jansen Duailibe Pinheiro e Catharina Vieira Lima Jansen Duailibe por alegrarem e adocicarem a minha vida!

Por fim, a Deus, soberano sobre todos e todas as coisas, por toda luz, proteção, amor, cuidado e piedade. Muito obrigada pai!

RESUMO

Esta investigação tem como objetivo principal identificar os arquétipos de morar do século XXI da classe média ludovicense (pessoa que nasce em São Luís - Maranhão, Brasil), a partir de seus novos arquétipos sociais dominantes e, igualmente, propõem-se a identificar e caracterizar seus espaços de morar, usos, significados e símbolos. Para esta investigação, um levantamento sobre o comportamento, hábitos e costumes da sociedade em cada época e o morar histórico até os dias atuais foi realizado a fim de melhor compreender o morar atual. Algumas referências que tratam da imaterialidade dos espaços de morar e estudos sobre a relação pessoa- ambiente, bem como sobre métodos de avaliação e análise foram utilizados como base para as análises realizadas. Para a metodologia, optou-se por um arranjo quantitativo e qualitativo, que se utilizou dos métodos survey e estudo de casos. Questionário, entrevistas e walkthrough pela investigadora foram utilizados como instrumento de coleta de dados na fase da pesquisa de campo. Para seleção da população a ser estudada, fez-se um recorte geográfico e socioeconômico, a partir de critérios escolhidos com base em análises de métodos de classificação. Os resultados analisados mostraram que a população de classe média alcançada pela investigação ainda vive como o arquétipo do homem moderno citado por Tramontano (1998), só que mais globalizado, enquanto seus integrantes mais jovens já são cidadãos contemporâneos. Quanto às suas personas, os papéis de pai, mãe, filhos e parentes, foram os que mais provocaram diferenças quanto ao uso e significados dos cômodos de um lar. As casas se mostravam coletivas, com uso acentuado das áreas comuns e como um instrumento feminino de domínio sobre os familiares. Ela é mais ninho do que concha, considerando Bachelard (1993), pois funciona como molde coletivo e não individual. A cozinha apresenta papel fundamental na construção e manutenção desse lar de classe média ludovicense e enquanto as casas continuam regionalizadas, os apartamentos já se nacionalizaram.

Palavras chaves: arquétipos de morar, espaços de morar, significados, símbolos, usos.

ABSTRACT

The main objective of this research is to identify the 21st century living archetypes of the Ludovicense (someone born in Sao Luis, Maranhao, Brazil) middle class, from their new dominant social archetypes and also propose to identify and characterize their living spaces, uses, meanings and symbols. For this research, a study on the behavior, habits and customs of society in each period and life history up to the present was conducted in order to better understand current life. Some references that deal with the immateriality of living spaces and studies on the person-environment relationship, as well as evaluation and analysis methods were used as the basis for the analyses performed. For the methodology, we opted for quantitative and qualitative, which used survey methods and case studies in the field research phase. Questionnaires, interviews and walkthrough by researcher were used as the data collection instrument. A geographical and socioeconomic category was made in order to select the population to be studied, from criteria chosen based on analysis of classification methods. The results showed that the middle class population reached by the research still lives as the archetype of modern man cited by Tramontano (1998), but more globalized while its younger members are already contemporary citizens. As for their personas, the roles of father, mother, children and relatives were the ones that most caused differences in the use and meaning of the rooms in a home. The houses were collective, with marked use of common areas and as a female instrument of mastery over family members. It is more nest than shell, considering Bachelard (1993), because it works as a collective mold and not an individual one. The kitchen plays a key role in the construction and maintenance of this Ludovicense middle-class home and while the houses remain regionalized, the apartments have already been nationalized.

Keywords: living archetypes, living spaces, meanings, symbols, uses.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cronologia.....	11
Figura 2: Localização da cidade de São Luís e de seu surgimento.	18
Figura 3: Cinturão, Pontes e Barragens	19
Figura 4: Limite dos municípios da Ilha de São Luís	20
Figura 5: Desenho da investigação	32
Figura 6: Esquema inicial da Investigação	33
Figura 7: Gráfico da interdisciplinaridade da investigação	35
Figura 8: Limites dos setores censitários de situação urbana sobre bairro de mapas	39
Figura 9: Legenda da figura 8 com listagem dos bairros de São Luís, de acordo com a SEMFAZ (2015)	40
Figura 10: Divisão em um município utilizada pelos censos do IBGE	41
Figura 11: Sobreposição de setores censitários de situação urbana de 2000 e 2010	42
Figura 12: Casa de Taipa no Povoado de Flores em Anajatuba- MA	58
Figura 13: Casa de palha no Nordeste brasileiro, com janelas fechadas com palha trançada	59
Figura 14: Casa de palha no Nordeste brasileiro, com estrutura externa para o lavar e o cozer.....	60
Figura 15: Fachada do Solar Gomes de Sousa	86
Figura 16: Técnicas construtivas em terra encontradas em São Luís.....	87
Figura 17: Tipologia dos partidos	89
Figura 18: Tipologias de casas oitocentistas de São Luís.....	90
Figura 19: Zoneamento do Solar Gomes de Sousa enquanto residência	96
Figura 20: Cadeira trono	107
Figura 21: Vila Gracinha.....	116
Figura 22: De cima para baixo: Largo de Santiago, casas geminadas do conjunto Residencial José Bonifácio de Andrada e Silva e Casa do conjunto Filipinho	118
Figura 23: Casa do Conjunto Nossa Senhora das Graças.....	119
Figura 24: Casa Maria Dalva.....	120
Figura 25: Casa de 1927	123
Figura 26: Croqui de implantação e planta baixa de casa construída em 1927 em São Luís- MA.....	124
Figura 27: Plantas dos pavimentos térreo e superior da casa de 1927 de Gregori Warchavchik.....	125
Figura 28: Plantas dos pavimentos térreo e superior da reforma de 1934 da casa de Gregori Warchavchik.....	125
Figura 29: Casa do conjunto Filipinho	126
Figura 30: Casa Maria Dalva- 1940.....	128
Figura 31: Recorte de propaganda de Jornal	138
Figura 32: Recorte de jornal. Propaganda de fim de ano de loja de móveis	138

Figura 33: Móveis embutidos na cozinha, quartos e banheiro	139
Figura 34: Móveis soltos da sala	140
Figura 35: Vendedor de carvão transportado em cofo	141
Figura 36: Modelo de habitação proposto por Alexander Klein	156
Figura 37: Plantas de casa do Conjunto Jardim São Francisco	160
Figura 38: Casa do conjunto Parque Amazonas	160
Figura 39: Caixotes na decoração.....	166
Figura 40: Propaganda de Móveis e eletrodomésticos	166
Figura 41: Banheiro de 1975	167
Figura 42: Quarto para jovem.....	168
Figura 43: Rack de computador do final dos anos 90	168
Figura 44: Interior da Villa Moller.....	169
Figura 45: Cronologia da sociedade e da casa ludovicense	173
Figura 46: Gradientes do habitar.....	180
Figura 47: Hierarquia dos espaços domésticos	181
Figura 48: O contexto das relações indivíduo-ambiente	184
Figura 49: Planta do Península Way	200
Figura 50: Perfumadores de banheiro.....	206
Figura 51: Distâncias confortáveis em uma conversa no Brasil	217
Figura 52: Distâncias confortáveis em uma conversa ao redor do mundo	218
Figura 53: Planta do edifício Two Towers	221
Figura 54: House NA.....	252
Figura 55: Exemplos das casas dos arquétipos identificados por George; Lyon (1998)	259
Figura 56: Exemplos de idiomas identificados e apresentados por Freitas (2012)	269
Figura 57: Imagem compartilhada em redes sociais	270
Figura 58: Estratificação social por setor censitário, segundo o método da SAE (2012)	294
Figura 59: Estratificação social por bairro, segundo o método da SAE (2012)	295
Figura 60: Bairros de classe média, segundo o método da SAE (2012)	296
Figura 61: Estratificação social por setor censitário, segundo faixas de renda do IBGE (2010)	298
Figura 62: Estratificação social por bairro, segundo faixas de renda do IBGE (2010)	299
Figura 63: Bairros de classe média, segundo faixas de renda do IBGE (2010)	300
Figura 64: Localização de alguns bairros citados por Santos; Vieira (2016).....	304
Figura 65: Pirâmide etária de São Luís	310
Figura 66: Localização de alguns bairros citados por SINDUSCON-MA (2017)	331
Figura 67: Composição doméstica	341
Figura 68: Composição doméstica por grandes grupos	342
Figura 69: Tipologias de moradias	348
Figura 70: Presença de ambientes nas casas.....	353
Figura 71: presença de ambientes nos apartamentos	355

Figura 72: Plantas zoneadas.....	367
Figura 73: Tabulação de dados.....	379

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação dos setores censitários.....	43
Quadro 2: Caracterização social dos moradores	47
Quadro 3: Caracterização espacial dos espaços de morar	50
Quadro 4: Caracterização imaterial dos espaços de morar	51
Quadro 5: Grupos domésticos identificados por Tramontano (1998)	150
Quadro 6: Níveis de análises socio espaciais	219
Quadro 7: Instrumentos de APO	242
Quadro 8: Técnica para medição de automonitoramento	249
Quadro 9: Idiomas identificados e apresentados por Freitas (2012)	268
Quadro 10: Bairros de média e alta classe média.....	303
Quadro 11: Quadro evolutivo das gerações.....	314

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo de setores censitários de situação urbana.	41
Tabela 2: Conjuntos habitacionais de São Luís entre a década de 40 e o ano de 1964	117
Tabela 3: Conjuntos habitacionais construídos em São Luís entre 1970 e 1980	144
Tabela 4: Conjuntos habitacionais do Ipem entre 1981-1991	144
Tabela 5: Comparativos de resultados de limites de corte para classe média entre POF e PNAD	283
Tabela 6: Definição de classes sociais segundo a SAE (2012) em abril de 2012 ...	284
Tabela 7: Correção de valores da tabela de classes sociais segundo a SAE (2012) para 2019	284
Tabela 8. Tabela de pontuações Critério Brasil.....	285
Tabela 9. Cortes Critério Brasil.	286
Tabela 10. Critério Brasil	286
Tabela 11. Perfil de classes sociais pelo método de Mazzon; Kamamura (2013)...	288
Tabela 12. Correção de valores da tabela de classes socioeconômicas segundo método de Mazzon; Kamamura para 2019	289
Tabela 13. Estratificação do IBGE por faixa de renda.....	290
Tabela 14. Valores Estratificação do IBGE por faixa de renda.	290
Tabela 15. Valores corrigidos para 2010 de classes sociais, segundo o método da SAE (2012).....	292
Tabela 16. Valores corrigidos para 2010 de classes sociais, segundo o critério do IBGE.....	292
Tabela 17. Dados por classe de bairros pelo método SAE.	297
Tabela 18. Dados por classe de bairros pelo método IBGE.....	301
Tabela 19: Classes de rendimentos dos domicílios particulares permanentes de situação urbana de São Luís.....	302
Tabela 20: Ofertas e vendas por bairros x número de quartos em São Luís em fev/2009.....	305
Tabela 21: Pirâmide etária da população	311
Tabela 22: Estimativa de pirâmide etária de São Luís, para 2019, entre 9 e 69 anos, com base no CENSO (2010)	311
Tabela 23: Grupos domésticos de São Luís, considerando as Unidades domésticas particulares permanentes.	319
Tabela 24: Evolução do quantitativo de domicílios particulares permanentes de São Luís.	327
Tabela 25: Razão moradores x domicílios das classes de renda correspondentes à classe média.	328
Tabela 26: Tipos de domicílios.....	329
Tabela 27: Unidades comercializadas e ofertadas em São Luís de julho a setembro de 2017	331

Tabela 28: Condição de ocupação dos domicílios particulares permanentes de situação urbana de São Luís.....	332
Tabela 29: Quantidade de banheiros	332
Tabela 30: Quantidade de moradores em porcentagem	340
Tabela 31: Faixa etária dos respondentes	343
Tabela 32: Tipo de imóvel	348
Tabela 33: Presença de ambientes nas casas.....	352
Tabela 34: Situação quanto a área descoberta na casa	353
Tabela 35: presença de ambientes nos apartamentos.....	354
Tabela 36: Grupos domésticos dos casos de estudo	360
Tabela 37: Personas	361
Tabela 38: Tipos de moradia.....	365

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AME	Automonitoramento elevado
AMB	Automonitoramento baixo
APO	Avaliação pós ocupacional
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
COHAB-MA	Companhia Habitacional do Maranhão
DCE	Dependência completa de empregada
DINC	Duplo ingresso sem filhos
EMARHP	Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos S/A
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e tecnológico do Maranhão
FCP	Fundação da Casa Popular
FecomercioSP	Federação do Comércio de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FJP	Fundação João Pinheiro
IAP	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IAPB	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAPC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMESC	Instituto Maranhense Sócio econômico Cartográfico
INCID	Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPASE	Instituto de Pensões e Aposentadorias dos Servidores do Estado do Maranhão e Piauí
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEM	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado do Maranhão
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPLAN	Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAN	Programme d'architecture Nouvelle
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPP	Paridade do Poder Aquisitivo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROUNI	Programa Universidade para Todos
QGIS	Software para Sistema de Informação Geográfica
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SEMFAZ	Secretaria Municipal de Fazenda
SEMURH	Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação
SINDUSCON-MA	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão
SM	Salário Mínimo
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

Observação: em razão da possibilidade de interpretações múltiplas, faz-se necessário avisar que, neste texto, os termos pesquisa e investigação são usados como sinônimos, bem como os termos, abrigo, moradia, casa, domicílio, habitação e lar, entre outros, como será mais detalhadamente explicado no capítulo 4.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
Objeto de estudo	14
Problemática e questões de investigação	14
Hipótese	15
Objetivos	16
Justificativa.....	16
Recorte do objeto de estudo	17
Estado da arte.....	21
Estrutura da tese	28
1. METODOLOGIA	32
1.1. Delimitação do objeto de estudo.....	35
1.1.1. Delimitação socioeconômica.....	35
1.1.2. Delimitação temporal.....	36
1.1.3. Delimitação tipológica.....	36
1.1.4. Delimitação geográfica.....	37
1.2. Escolha dos métodos, das amostras, dos instrumentos e critérios de análise dos casos de estudo, dos parâmetros, variáveis e indicadores .	43
1.2.1. Os instrumentos de análise	45
1.2.2. Os critérios, parâmetros, variáveis e indicadores	46
2. A HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DO MORAR LUDOVICENSE PRÉ- REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA	53
2.1. Características medievais da São Luís seiscentista	54
2.1.1. A sociedade de clãs familiares na São Luís seiscentista	55
2.1.2. Os espaços de morar seiscentistas	57
2.2. Características medievais da São Luís setecentista	67
2.2.1. A sociedade de Clãs familiares na São Luís setecentista.....	69
2.2.2. Os espaços de morar setecentistas.....	71
2.3. A história da sociedade e do morar ludovicense pré-revolução industrial inglesa em resumo	77
3. A HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DO MORAR LUDOVICENSE PÓS- REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA	80

3.1.	Características medievais da São Luís oitocentista.....	82
3.1.1.	A sociedade de clãs familiares na São Luís oitocentista.....	83
3.1.2.	Os espaços de morar oitocentistas	84
3.2.	Características modernas da São Luís novecentista.	109
3.2.1.	A sociedade de famílias nucleares na São Luís novecentista.....	111
3.2.2.	Os espaços de morar novecentistas.....	114
3.3.	Características modernas da São Luís novecentista do fim do século.	141
3.3.1.	A sociedade de famílias nucleares na São Luís novecentista do fim do século	148
3.3.2.	Os espaços de morar novecentistas do fim do século	153
3.4.	A história da sociedade e do morar ludovicense pós-revolução industrial inglesa em resumo.	170
4.	A IMATERIALIDADE DOS ESPAÇOS DE MORAR.....	175
4.1.	Significados e símbolos nos espaços de morar	182
4.2.	Os ambientes e seus significados	191
4.2.1.	As salas	193
4.2.2.	Os quartos.....	196
4.2.3.	Os banheiros.....	201
4.2.4.	As cozinhas.....	207
4.2.5.	As lavanderias	209
4.2.6.	Os jardins	211
4.3.	A Imaterialidade dos espaços de morar em resumo.	212
5.	PSICOLOGIA AMBIENTAL E AVALIAÇÃO PÓS OCUPAÇÃO: ESTUDOS PESSOA – AMBIENTE E ANÁLISES ESPACIAIS.	215
5.1.	Privacidade.....	220
5.2.	Territorialidade.....	223
5.2.1.	Domínio	227
5.2.2.	Personalização.....	231
5.3.	Métodos de avaliação em Estudos Pessoa Ambiente.....	236
5.4.	Análises espaciais.....	246
5.4.1.	Tipos e arquétipos. O uso de um conceito como ferramenta de análise.	255

5.5. Psicologia ambiental e Avaliação Pós Ocupação: Estudos Pessoa – Ambiente e análises espaciais em resumo.	270
6. CRITÉRIOS E MÉTODOS DE DEFINIÇÃO DE CLASSES	273
6.1. Critérios e métodos	278
6.1.1. Método SAE.....	281
6.1.2. “Critério Brasil”	285
6.1.3. Método Mazzon Kamamura.....	287
6.1.4. Classificação do IBGE.....	289
6.1.5. Comparação entre os métodos de classificação social para definição das áreas a serem analisadas.....	291
7. A SOCIEDADE E O MORAR LUDOVICENSE DO SÉCULO XXI	307
7.1. Características contemporâneas da São Luís digital do século XXI.....	307
7.1.1. A sociedade de grupos domésticos da São Luís contemporânea digital do século XXI.....	309
7.1.2. Os espaços de morar da São Luís contemporânea digital do século XXI. 327	
7.2. Resultados apreendidos a partir da amostragem.....	339
7.2.1. Os moradores	340
7.2.2. As moradias.	347
7.3. Resultados apreendidos a partir dos casos de estudo.....	360
7.3.1. Os moradores	361
7.3.2. As moradias	365
8. CONCLUSÃO	373
8.1. Sobre os métodos.....	375
8.2. Sobre os moradores.....	381
8.3. Sobre as moradias.....	383
8.4. Sobre os arquétipos	390
8.5. Contributo real para o conhecimento	392
8.6. Proposituras e sugestões para o desenvolvimento de novas investigações.	392
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	395
APÊNDICES	412

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Esta investigação tem como inspiração cinco estudos sobre habitação aos quais tive acesso ao longo da minha vida acadêmica e profissional. Estes estudos e seus autores se tornaram referências pessoais de teoria e para prática de projetos de arquitetura.

O primeiro deles foi a Lacy (2002) com o livro *O poder das cores no equilíbrio dos ambientes*. Nele, a autora discorre sobre sua investigação interessantíssima do uso das cores tendo vários tipos de estabelecimentos como casos de estudo, inclusive os residenciais.

Este aspecto do alcance da arquitetura sobre o indivíduo e sua capacidade de influenciar, explicar ou curar me fascinou prontamente. E compreender o aspecto intangível, imaterial, oculto e simbólico da arquitetura, termos que me foram apresentados por outros autores que discorrem e investigam temas similares se tornou uma paixão dentro desse universo.

Em seguida, com Bachelard (1993) em *A poética do espaço* fui apresentada às explicações antropológicas da influência da casa sobre seus indivíduos, da construção do universo chamado lar e do ser que o habita. Uma relação de simbiose poderosa, mas perigosa, que pode curar ou comprometer o desenvolvimento do indivíduo.

Posteriormente, conheci o trabalho de Kron (1983) em *Home Psych. The social psychology of home and decoration*. A autora defende que a casa representa não só o que o indivíduo é de fato, mas o que ele pensa ser e o que ele quer aparentar ser e faz uma associação com o significado de cada cômodo da casa com essa trilogia do eu, afirmando que pela sua decoração pode-se definir os indivíduos.

À mesma época, me foi apresentado *The Domain Book of Intuitive Home Design: How to decorate using your personality type* de George; Lyon (1998), para quem existem quatro arquétipos sociais dominantes. Segundo o autor, as casas desses indivíduos expressam nitidamente sua personalidade. Ele caracteriza tanto os arquétipos sociais que identificou, quanto suas casas.

Anos mais tarde, li o artigo de Tramontano (1998), ganhador do prêmio brasileiro Jovens Arquitetos de 1997. O investigador abordou novos modos de vida e

novos espaços de morar, traçando um paralelo entre três grandes cidades: São Paulo, Paris e Tokyo. Tramontano abordou as mudanças sócio culturais pelas quais a sociedade passou para explicar como as pessoas viviam à época e defendeu a internacionalização de hábitos e costumes, alegando que quanto maior a metrópole e mais globalizada, mais seus habitantes moravam de maneira parecida aos de outras metrópoles, havendo, portanto, um arquétipo de habitante das grandes cidades.

Todos estes estudos me fizeram pensar São Luís sobre essas óticas que são interdisciplinares, mas se complementam e pude perceber que sobre São Luís não há estudos, até este momento (2019), que abordem estes temas, interdisciplinarmente e este foi um dos gatilhos para a escolha do tema desta investigação.

Muitos dos grupos domésticos citados por Tramontano (1998), há dez anos, começavam a aparecer de maneira dominante em São Luís e conseqüentemente trazendo as mesmas necessidades espaciais. Mas porque depois de tantos anos? Então haveria uma janela de tempo cultural entre São Luís e São Paulo que estava sendo vencida? Estávamos entrando no processo de nacionalização de nossos costumes, hábitos e modos de morar e nos unificando às grandes metrópoles ou a janela cultural ainda existe e hoje outros costumes e hábitos de morar são praticados em grandes cidades e ainda não chegaram à capital maranhense?

Estas foram as perguntas que me suscitaram o trabalho de Tramontano (1998) e às quais não pude deixar de associar aos outros trabalhos citados. Se existem grupos familiares em São Luís, é possível que eles representem arquétipos sociais que possam ser caracterizados? Uma revisão de literatura sobre os hábitos e modos de morar passados poderiam me sustentar histórica e antropologicamente nas deduções sobre os espaços atuais? Estes espaços de morar representariam também arquétipos de morar? Se sim, estes também poderiam ser caracterizados? E que significado teriam? O que representariam, seus donos em essência, ou uma aparência a ser construída e mantida para fins sociais?

A tese apresentada busca resolver estes questionamentos ao percorrer de forma sistemática as investigações dos autores referenciados e outros que interdisciplinarmente iluminaram as análises realizadas.

INTRODUÇÃO

Objeto de estudo

Problemática e questões de investigação

Hipótese

Objetivos

Justificativa

Recorte do objeto de estudo

Estado da arte

Estrutura da tese

INTRODUÇÃO

É sabido que a sociedade brasileira de hoje não é a mesma de cinquenta anos atrás. Os Censos de 2000 e 2010, realizados pelo IBGE e suas análises realizadas por Alves; Cavenaghi (2012) mostram que ela vive mais, se reproduz menos, se relaciona, se organiza, se comporta, vive, trabalha e mora diferente. Quando então comparada ao início de sua formação, as diferenças de hábitos e costumes se agigantam.

Em todo o Brasil, ao longo desses anos, conforme Alves; Cavenaghi (2012), a taxa de mortalidade caiu, a esperança de vida aumentou, o número de filhos por mulheres diminuiu, as pessoas casam menos e se separam mais. A mulher tem mais voz e mais autonomia social e financeira. Segundo Alves; Cavenaghi (2012), as mulheres são protagonistas dessas mudanças em todo o país. Elas já são maioria entre as pessoas economicamente ativas, estão vivendo mais que os homens e tem mais anos de estudos.

Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010) mostram que é no Norte e no Nordeste onde a mulher como chefe de família é uma realidade mais forte e São Luís, não foge a essa regra.

Ainda para Alves; Cavenaghi (2012), o “boom” da prosperidade no Brasil no início do século XXI foi facilitado pelo momento perfeito da pirâmide de transição demográfica da época do país, onde a maior concentração de brasileiros se dá na faixa de pessoas que trabalham, entre 15 e 60 anos, ou seja, há menos dependentes e mais pessoas aptas a trabalhar, o que abre possibilidades para que o país cresça economicamente e os demais índices melhorem. Ainda segundo as autoras, esse bônus demográfico, que impulsionou o crescimento da classe média é temporário e termina no fim da década seguinte.

Além dos inúmeros acontecimentos que originaram tais transformações, é possível observar que estas mudanças foram alavancadas por programas sociais e leis federais criados e/ou impulsionados a partir da primeira década do século XXI. O

aumento do salário mínimo e a criação de programas de transferência de renda¹ possibilitaram a diminuição da desigualdade social no país e o consequente alargamento da classe média ou como defende Souza (2012), o surgimento de uma nova classe trabalhadora, o que favoreceu o poder de compra de uma parcela significativa da população que vive com o estritamente necessário e permitiu o empoderamento de muitas famílias brasileiras.

Em outro viés da transformação, mudanças no acesso à universidade aumentaram o nível de escolaridade do país de maneira significativa e facilitaram a emigração de jovens estudantes entre as cidades brasileiras.

Foi criado um exame nacional unificado², que passou a ser utilizado como critério de entrada nas universidades de todo país e permitiu que estudantes pudessem se candidatar a cursos em outros estados, sem se deslocarem para realizar as provas. Os resultados desse exame passaram a ser utilizados por programas de bolsa de estudo superior³ e financiamento estudantil⁴.

Ambos os programas possibilitaram o acesso de muitos à universidade e contribuiu para o aumento de jovens com ensino superior no país. As mudanças culturais sentidas na população jovem brasileira foram reforçadas por essa entrada no mundo do conhecimento acadêmico.

A emigração dos estudantes foi sentida com muita intensidade em São Luís onde o Censo de 2010 do IBGE registrou a população de jovens com idade abaixo dos vinte e nove anos como sendo 63,87%, da população da cidade, dos quais, 40% possuíam menos de dezenove anos.

¹ Há vários programas de transferência de renda atualmente no país. O de maior alcance é o Bolsa Família, um programa que transfere recursos financeiros a famílias pobres e extremamente pobres, criado em 2004, pelo governo federal. Mas alguns governos estaduais também possuem programas similares. O Bolsa Escola, do governo maranhense, foi criado em 2014 e transfere renda a famílias de estudantes.

² O Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM é um exame criado em 1998, que avalia os alunos após o término do Ensino Médio e passou a ser utilizado para acesso às universidades do país.

³ O Programa Universidade para Todos- PROUNI foi criado em 2004 e distribui bolsas de estudo em instituições de ensino privadas a cidadãos que não possuem ensino superior e obtiveram resultado satisfatório no ENEM.

⁴ O Programa de Financiamento Estudantil- FIES foi criado em 1999 e visa financiar o ensino superior de estudantes em instituições de ensino privadas.

Em razão desses programas, os jovens do interior do estado passaram a ter mais facilidade para pleitearem uma vaga em cursos somente disponíveis no polo da capital da Universidade Federal e aqueles mais humildes espalhados por todo o estado, puderam entrar em universidades privadas concentradas na capital, através dos programas de bolsa e financiamento. O número de Universidades e centros de ensino universitário privados na capital passou de 2, no fim do século XX, para 16 em contagem realizada no ano de 2017.

Juntamente com o aumento da expectativa de vida registrada pelo Censo (2010) e com os novos arranjos familiares citados por Alves; Cavenaghi (2012), as emigrações dentro do país de jovens estudantes demonstram outro aspecto desta sociedade; a sua exponencial mutação demográfica.

Em seguida, a regularização do trabalho doméstico em 2013 alcançou todas as classes sociais do país. Enquanto as classes mais baixas viram-se incluídas socialmente, com aumento de renda e de dignidade, a classe média se viu, em alguns casos, incapacitada financeiramente de manter empregadas domésticas, o que ocasionou mudanças de hábitos, costumes e usos de espaços nas residências brasileiras que possuíam quartos para empregadas em seus lares.

Em São Luís, onde a realidade do trabalho doméstico diário ainda era uma realidade forte no início do século XXI, as classes média e alta tiveram que adaptar sua rotina de horários e modos de vida. Agora é preciso equipar a casa para que o serviço antes executado por empregadas fique mais fácil. Muitas cozinhas de classe alta foram adaptadas nos últimos cinco anos para comportar uma máquina de lavar louça, por exemplo, eletrodoméstico que ainda não é comum em muitos lares ludovicenses⁵. Já o micro-ondas passou a ser uma necessidade e não um luxo, inclusive nas casas da classe média.

A própria cozinha passa por transformações nos lares brasileiros e ludovicenses (como pode ser percebido em uma rápida busca por projetos em plataformas digitais de redes sociais como o Instagram) para se adaptar aos novos usuários: as ilhas estão cada vez mais comuns, a integração com as salas de estar e

⁵ Pessoa que nasce em São Luís.

jantar e o uso cada vez maior de televisão dentro desse espaço que antes era apenas de “produção”.

A preocupação com a segurança também aumentou, acontecimento explicado por Caldeira (2000). E com a impossibilidade de pagar por uma empregada doméstica, que teve seu salário valorizado, muitos pais não têm mais com quem deixar os filhos em casa, o que fez com que algumas escolas de classe média e alta da cidade passassem a oferecer serviço integral, diminuindo o tempo de “uso” da casa durante a semana. As residências, do tipo apartamento, estão sendo cada vez mais valorizadas, pois agora além do imóvel, é preciso proteger os filhos que passam mais tempo sozinhos em casa.

Ainda, esse aumento da insegurança nas cidades citado por Caldeira (2000), a busca por economia e a demora no deslocamento por conta de congestionamentos têm contribuído para que os cidadãos passem mais tempo dentro de casa, em seus momentos de folga. Novos hábitos de lazer também já foram identificados. Pela praticidade no uso do tempo, cada vez mais escasso e pela insegurança, muitos moradores estão restringindo seu “fim de semana” aos domingos e em alguns casos, optando por lazeres em ambientes fechados e domésticos. Nos últimos cinco anos, a contar de 2017, os maiores shoppings ludovicenses passaram a funcionar aos domingos à tarde.

Muitos desses novos hábitos e usos, que já eram sentidos e consolidados na classe média de grandes capitais brasileiras, são novidades em São Luís, uma cidade que, apesar de ter um milhão de habitantes, possuía até décadas recentes, hábitos bastante interioranos, o que pôde ser percebido a partir de Lopes (2008) e Lacroix (2012).

Alves; Cavenaghi (2012) e Villa (2012) citam que transformações sociais originaram novos grupos domésticos. Tramontano (1998) classifica-os em cinco: a nova família nuclear, a família monoparental, as uniões livres, as pessoas que vivem sós e a coabitação sem vínculo conjugal ou parentesco.

Tramontano (1998) afirma ainda que esses novos grupos são resultados do eventual agrupamento entre as pessoas e que estas, apesar disso, costumam viver e passar mais tempo sozinhas atualmente. Pode-se dizer com esta afirmação do autor

que o grupo das pessoas que vivem só é o arquétipo social do século XXI, que ao longo de sua existência e de suas experiências adota diversos modos de agrupamento inserindo-se à cada época em um novo grupo doméstico.

É de Jung (2000) a utilização mais conhecida da palavra arquétipo. O autor usou-a para definir a forma imaterial à qual as características psicológicas de um indivíduo se moldam. Os arquétipos seriam estruturas próprias a cada pessoa que funcionam como matriz para a expressão e desenvolvimento da psique (segundo Jung, algo que reúne todos os aspectos do indivíduo, seu todo, sua imaterialidade, sua alma, seu espírito, seu intelecto).

De acordo com Jung (2000), os arquétipos são a base, formada a partir de experiências contínuas, ao longo de gerações a partir da qual comportamentos atuais surgem, explicam-se e se justificam. Eles representam o coletivo e por serem formados ao longo dos tempos, estão presentes no inconsciente deste coletivo e são reconhecidos, a exemplo do *Arquétipo Materno* citado pelo autor. Alguns autores em arquitetura, como Tramontano (1998) usam esse conceito para definir moradias e seus moradores: arquétipos de moradia e arquétipos sociais de uma época ou de um grupo doméstico, como sendo um tipo básico, que reúne características moldadas ao longo do tempo e que seriam reconhecidas pela sociedade.

Mattoso (2016) cita arquétipos suburbanos quando fala da construção do conceito carioca e das identidades suburbanas no século XX e George; Lyon (1998) citam arquétipos sociais e suas respectivas casas.

No capítulo cinco é explicado com mais detalhe o conceito de arquétipo de Jung, como ele é utilizado por outros autores, inclusive na arquitetura e a importante diferença entre arquétipo e estereótipo, citada por Cardozo (2005).

Como consequência das transformações sociais citadas e do surgimento dos novos grupos domésticos, as modificações nos espaços de morar já começam a ser percebidas em larga escala. Notícias veiculadas na grande mídia sobre o aumento do consumo nos lares brasileiros e das vendas em lojas de materiais de construção, como a reportagem de Mamona (2011) ajudam a supor que o empoderamento financeiro permitiu, por exemplo, que as casas pudessem ser vistas por uma parcela

significativa da população como objeto de desejo para além de sua função básica de abrigo.

O “boom” da decoração para todos, percebido a partir do crescimento de lojas de departamento como a Le Biscuit, que vende decoração a preços mais acessíveis, os projetos “faça você mesmo”, cujo crescimento pode ser constatado na existência de diversos canais na plataforma Youtube que ensinam esses projetos e possuem altos números de acessos, a maior incidência de apartamentos, a redução de área, o uso de espaços integrados, novas funções de espaços como o quintal e a varanda, (comentados mais à frente) são alguns exemplos destas mudanças. Entretanto, ainda assim, as transformações nos espaços de morar não tem acompanhado a velocidade das transformações na sociedade.

Para Tramontano (1998) ao fim do século XX, as casas e apartamentos ainda possuíam espaços parecidos aos da tipologia do modelo da habitação burguesa europeia do século XIX, dividida em áreas social, íntima e de serviços, e/ou ao do “arquétipo Moderno da habitação-para-todos” (p.2) , baseado na concepção biológica do indivíduo, com soluções uniformes, ainda que grupos domésticos com perfis cada vez mais diferentes, resultados do estilhaçamento da família nuclear tradicional, estejam a habitá-los.

Outra questão colocada por Tramontano (1998) é a de que os novos hábitos de morar parecem se homogeneizar entre as grandes cidades (grupo ao qual São Luís vem se inserindo), o que leva conseqüentemente, a uma homogeneização dos próprios espaços de morar, criando-se arquétipos de moradia. Para o autor, as pessoas se agrupam, se vestem, se divertem, comem, trabalham e se comportam cada vez mais igual nas grandes cidades, o que vem influenciando e alterando culturas locais.

Em São Luís, pode-se perceber que, embora a cidade ainda apresente em seus espaços de morar traços da habitação portuguesa, em função dos costumes adquiridos no período colonial, novos hábitos contemporâneos já começam a requisitar modificações nas habitações. Sobre isso, é preciso discorrer um pouco sobre a relação entre São Luís e a cronologia ocidental.

É possível observar que a cada acontecimento na humanidade, suas consequências vão reverberando a outros sítios. Os grandes acontecimentos como guerras, mudanças de sistemas, grandes recessões econômicas, novas tecnologias revolucionárias modificam hábitos, posturas e culturas de povos, podendo se estender e influenciar outros grupos e nações.

Mas esta influência não é momentânea. O período que estas modificações socioculturais levam para acontecer entre seu epicentro e as demais localizações é variado, o que pode ser percebido a partir de Addis (2009). Nesta investigação este período será considerado como uma janela de tempo.

Desta forma, quando se fala em períodos da civilização neste planeta, esta cronologia é relativa e sempre em função dos locais de epicentro dos acontecimentos, tornando-se falha quando aplicada a outras localidades. Por exemplo, embora historicamente se saiba que a revolução industrial aconteceu Inglaterra, no século XVIII, não se pode afirmar que seus efeitos foram sentidos na mesma intensidade e ao mesmo tempo em todos os lugares do mundo, conhecendo-se a história dos países, como por exemplo a do Brasil.

Portanto, as idades da história que contam e separam o tempo da humanidade não se deram por igual em todos os cantos do planeta. Para cada lugar e com relação a cada acontecimento de força global, há respectivas janelas de tempo.

Exemplifica-se: quando se considera as características dentro de determinada sociedade, a forma como ela vive e como seus membros se relacionam, pode-se perceber que em algum momento da história, ela ainda possuía características medievais, quando em outro lado do mundo, cidades europeias já experimentavam práticas cotidianas, estilos de vida e relações de trabalho identificados como típicos da idade moderna.

Assim, entende-se que para analisar a arquitetura Ludovicense e suas influências é preciso compreender que as janelas de tempo de São Luís chegam a ser seculares, conforme pode ser observado analisando-se as datas dos acontecimentos locais citados por Maia (1981), Moraes (1989), Lacroix (2002, 2012), Gaioso (2011) e Meireles (2015), uma vez que a cidade nunca esteve no epicentro dos acontecimentos

que influenciaram o mundo. Pode-se perceber, entretanto, que esta janela oscila. Ora aumentando, ora diminuindo, a depender da força econômica e política local.

Em São Luís, é preciso compreender que, embora a cidade tenha sido fundada no século XVII, na idade moderna, práticas de morar e hábitos feudais, próprios da baixa idade média (séc. XIII ao séc. XV), como o sistema de produção e o arranjo familiar, podem ser percebidos nos primeiros séculos de nossa colonização, como os citados por Mota (2008) e Costa (2013).

Para analisar seus espaços de morar, seus hábitos e usos na atualidade é preciso entender como eles eram no passado e compreender que seu modo de morar foi “herdado” de seus colonizadores, povos escravizados trazidos para cá e povos nativos e adaptado à realidade local, como se observa a partir de Maia (1981), Moraes (1989), Lacroix (2002, 2012), Gaiosio (2011) e Meireles (2015). Ainda, que sua herança remonta às práticas da sociedade ocidental europeia feudal, embora já se estivesse na idade moderna, quando de sua fundação.

Para Cabido (1994), o uso do termo sociedade feudal é cômodo, mas há um risco na sua generalização como se em toda a parte as práticas, hábitos e costumes fossem iguais, uma vez que se tem registros de peculiaridades de comportamento entre os países da Europa. Mas o autor cita como uma das características do feudalismo em todo lugar as relações de vassalagem onde um homem, o vassalo, tem obrigação de realizar serviços e ser obediente a outro, o senhor, em troca de concessões de um bem ou um feudo.

Neste ponto percebe-se clara prática feudal no Brasil colonial quando homens livres eram trazidos para cá e em troca de terras, deveriam enviar parte considerável de sua produção a Portugal.

Ainda sobre as janelas de tempo, o mesmo pode-se afirmar sobre a revolução industrial que modificou profundamente as relações sociais e de trabalho. Percebida na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, ela só chegou ao Brasil no final do século XIX, espalhando-se lentamente por todas as suas principais cidades.

Hoje em dia, muito em função da globalização e da era digital, as janelas de tempo diminuíram consideravelmente, principalmente em áreas como o

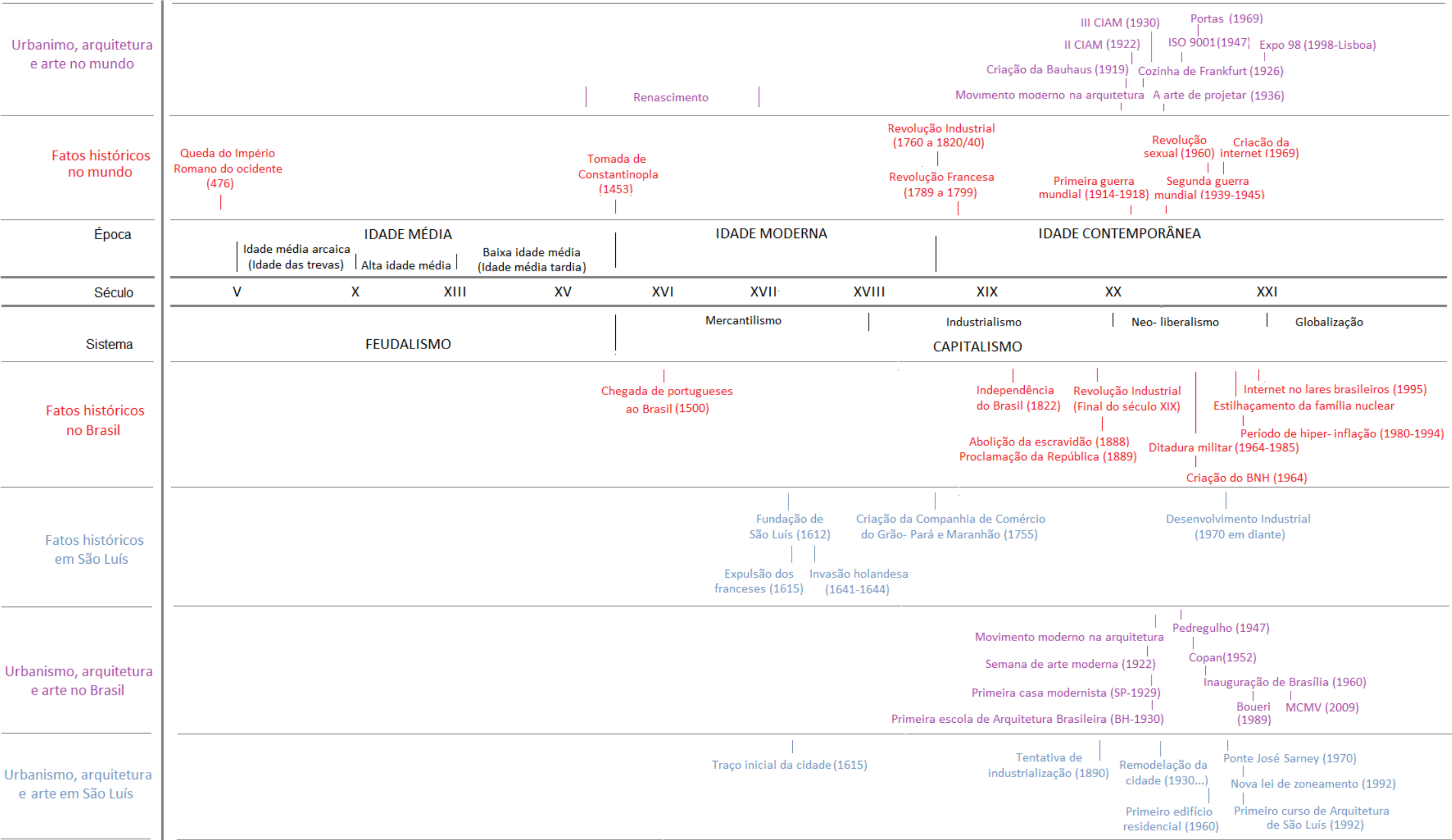
entretenimento. Grandes empresas como os estúdios de cinema americano, por exemplo, lançam filmes simultaneamente em vários países do mundo. Mas essas janelas de tempo ainda são significativas para comportamentos sociais coletivos, podem chegar a meses ou dias, em alguns casos, quando se trata de tecnologias e produtos de massa, que também acabam por influenciar comportamentos e sociedades.

A figura 1 permite entender melhor essa lacuna temporal. Neste contexto de definição cronológica, precisar datas para as modificações de comportamento global que caracterizam determinada época também é falho, colocação também registrada por Cabido (1994). Essas passagens são melhor definidas por períodos de transição. Entretanto, usar esses acontecimentos históricos é uma maneira didática de compreender o assunto, desde que se considere que os acontecimentos datados funcionam apenas como um “*start*” para as mudanças.

Pode-se perceber que quando São Luís foi fundada em 1612, a Europa estava em plena idade moderna, com a prevalência do mercantilismo e fortalecimento da classe burguesa, surgida nos últimos séculos da idade média. Se antes, o clero, os aristocráticos e os camponeses eram as classes existentes, a idade moderna consolidou definitivamente uma nova classe que “vendia coisas”, portanto lidava com dinheiro e o possuía. Esta nova classe foi fundamental e responsável por grandes modificações socioeconômicas futuras.

É possível perceber também que na época em que Congressos importantes como o CIAMs aconteceram, o Brasil ainda engatinhava na sua revolução industrial, uma realidade ainda distante para São Luís. E enquanto o mundo vivia grandes acontecimentos como as primeira e segunda guerra mundial, e revoluções sociais, São Luís mergulhava em um ostracismo e paralisia, durante quase todo o século XX.

Figura 1: Cronologia



Fonte: Elaborado com base em Heers (1984); Burnham (2003), Ramos (2003), Boueri (2004), Lopes (2008), Addis (2009).

Entretanto, a realidade da idade moderna não podia se estender ao Brasil colônia em razão das particularidades da terra: difícil acesso, grandes extensões, poucos habitantes, necessidade de defesa constante etc., como observado por meio de Freyre (1993) e Novaes (1997). No Brasil, o tempo era outro e as práticas feudais da idade média dominavam.

Em meados do século XVIII, a Inglaterra encabeçou a revolução industrial. Indústrias foram surgindo na cidade, o que ocasionou um êxodo rural muito grande de camponeses em busca de trabalho. O sistema de trabalho desses camponeses, como eles moravam nas cidades e como a cidade se ajustou a essa nova realidade fez surgir outra grande classe, o proletariado, com habitações muito particulares, dentro de uma época que ficou conhecida como a Revolução industrial, que alterou para sempre as relações de trabalho e moradia nas sociedades.

Contudo, esta realidade só pôde começar a chegar ao Brasil, após sua independência em 1822, conforme Prado Jr (1954) e Novais (1997b) pois enquanto o Brasil era colônia, Portugal proibiu a existência de fábricas no país para que os produtos portugueses fossem consumidos aqui.

A abolição da escravatura no país, em 1888, também viria a alterar as bases econômicas brasileira e Local, segundo Prado Jr (1954) e Lacroix (2012), uma vez que alterou significativamente a estrutura da força de trabalho no país.

Passou-se quase dois quartéis de século para que o país experimentasse as novas condições de trabalho, moradia e cidade impostas pela industrialização, que se solidou somente nos últimos trinta anos do século XIX, conforme Prado Jr (1954).

No Maranhão e em São Luís, a industrialização foi ainda mais tardia, no início do século XX, segundo Lopes (2008). Embora vila operárias tenham se instalado na cidade e o novo sistema tenha, de fato, alterado alguns hábitos, relações e costumes, a cidade e o estado não conseguiram acompanhar em intensidade a revolução industrial no Brasil e deu-se início a um grande declínio econômico local. Na sociedade ludovicense, costumes burgueses e feudais continuaram imperando na maioria das relações. Uma industrialização mais expressiva só foi sentida na cidade a partir de 1970, conforme Lopes (2008).

É preciso considerar também como a segunda guerra mundial afetou culturalmente o Brasil e por consequência, a cidade de São Luís. Embora nenhuma janela de tempo específica a esse acontecimento seja considerada neste trabalho, é inegável que após a grande guerra há uma transferência de colonização cultural europeia para colonização cultural americana em todo o país. O Brasil seria, após 1945, constantemente influenciado pelos Estados Unidos, por sua cultura, hábitos, modos de morar e de fazer e viver em cidades, até os dias atuais.

O surgimento da internet, terceiro acontecimento global de consequências culturais marcantes (também para São Luís), já experimentou uma janela de tempo bem menor em relação aos dois primeiros acontecimentos, embora ainda expressiva; da criação da internet em 1969 para seu surgimento nos lares brasileiros em 1995 passaram-se 26 anos, muito embora só tenha se popularizado no país no século XXI.

Estes três grandes acontecimentos redefiniram os costumes, hábitos e espaços de morar ao redor do mundo e suas respectivas janelas de tempo explicam como eles chegaram e influenciaram a cidade local.

O entendimento dessas janelas de tempo é fundamental para se analisar como se vive hoje em São Luís e compreender em que medida costumes e hábitos locais já foram ou não afetados pela globalização e a nacionalização, se nossos espaços de morar da atualidade refletem os citados por Tramontano (1998) para quem grandes metrópoles possuem espaços de morar globalizados, uma vez que seus habitantes se assemelham em hábitos e costumes.

Considerando as janelas de tempo sucessivas às quais a cidade de São Luís foi submetida, quais as características dos seus moradores? Como eles moram? Como são suas casas? Como usam seus espaços? O ludovicense já vive hoje a realidade retratada por Tramontano (1998) no fim do século passado? Está aquém dela ou mais, já eliminou essa janela de tempo e hoje tem os mesmos hábitos, costumes e espaços de morar das metrópoles, epicentros das mudanças socioeconômicas e culturais?

Enfim, embora seja um assunto de tamanha importância, há uma ausência de estudos deste tipo sobre a sociedade ludovicense, que habita uma cidade que começa a se destacar demograficamente e esta é a motivação principal desta investigação: o

entendimento e oferta dos espaços de morar ludovicenses com base nos usos, costumes e hábitos dos arquétipos sociais vigentes.

Mas em que medida os ludovicenses acompanharam essas mudanças sentidas primeiramente nas maiores capitais do país? É preciso saber se há uma janela de tempo cultural significativa na cidade e se de fato, sua sociedade já demanda por novos espaços de morar em razão de novos comportamentos, hábitos e costumes.

Objeto de estudo

Esta investigação consiste na identificação das novas formas de morar contemporâneas ludovicenses com base em suas características atuais, comportamentos, costumes e hábitos e utiliza como caso de estudo a sua classe intermediária⁶, dominante na população da cidade e a que, de fato, a caracteriza.

Considerando a motivação acima referida, enquadrando-a aos temas Habitação e Arquétipos sociais, a investigação proposta a ser desenvolvida tem o título de **ARQUÉTIPOS DE MORAR LUDOVICENSES DO SÉCULO XXI: espaços, hábitos, usos, significados e símbolos** – o caso da classe média.

Problemática e questões de investigação

A sociedade ludovicense também passa por transformações socioculturais e econômicas que foram muito reforçadas nas últimas duas décadas e influenciaram seus hábitos e espaços de morar. Então como moram as pessoas em São Luís hoje? Ainda utilizam os mesmos espaços das casas e com os mesmos fins? Que importância tem cada espaço do morar? Se no Brasil colonial, havia a casa grande e a senzala como arquétipos de morar dos arquétipos sociais senhor e escravo, a casa de hoje ainda é o retrato visceral do papel do indivíduo na sociedade como colocou Freyre (1993)? Ela ainda o representa dessa forma? Como as casas representam os indivíduos hoje?

Diante desses questionamentos, a investigação irá se basear na problemática de que a sociedade ludovicense sofreu mudanças nos seus hábitos de morar em

⁶ Tem-se como classe intermediária, o espectro heterogêneo da sociedade que não é considerada “nem pobre” e “nem rica”, conceitos explicados mais à frente.

função das transformações socioeconômicas e culturais e do surgimento de novos grupos domésticos.

A questão de partida para a investigação, com base na problemática acima identificada é a de que: **Como devem ser os novos espaços de morar ludovicenses diante do surgimento de novos grupos domésticos?**

Com base na problemática identificada e no questionamento principal desta investigação, outras questões que auxiliam o trabalho foram levantadas:

Q1. Quais seriam os arquétipos sociais resultantes dessas modificações na classe média ludovicense?

Q2. Como estão organizados os seus espaços de morar?

Q3. É possível identificar arquétipos de morar com base nos espaços de morar identificados?

Q4. É possível caracterizar os arquétipos de morar?

Q5. É possível associar os arquétipos de morar aos arquétipos sociais?

Hipótese

As hipóteses que se fazem para essas questões levantadas são as de que:

A sociedade ludovicense está em processo de estilhaçamento da família nuclear e vê a consolidação de vários arquétipos sociais com novas necessidades de espaços de morar;

No fim do século XX havia uma **janela de tempo** de quase meio século entre os hábitos, costumes e espaços de morar ludovicenses e os hábitos, costumes e espaços de morar dominantes nas grandes cidades do país e que parece estar diminuindo, nesse início de século XXI;

Na atualidade, os moradores de São Luís ainda possuem hábitos e costumes medievais e modernos no uso dos seus espaços de morar, entretanto, o modelo das casas ludovicenses não consegue mais atender às necessidades de seus novos moradores de forma a representá-los.

Objetivos

A investigação tem como objetivo principal identificar os arquétipos de morar do século XXI da classe média ludovicense, a partir de seus novos arquétipos sociais.

Especificamente, espera-se:

- Identificar os arquétipos sociais predominantes da classe média do século XXI ludovicense;
- Caracterizar os espaços de morar dos arquétipos sociais ludovicenses identificados, seus símbolos, significados e usos;

Justificativa

Como justificativa da investigação coloca-se a importância de identificar as novas necessidades espaciais dos indivíduos em suas habitações de acordo com o arquétipo ao qual cada um destes faz parte, fundamentando seus espaços de morar.

Villa; Ornstein (2009), por exemplo, analisaram apartamentos para a classe média de São Paulo e abordaram a sua adequação ao modo de vida dos paulistanos e avaliaram se esses espaços de morar atendiam realmente às demandas atuais de seus moradores. As autoras identificaram uma não adequação dos imóveis à vida contemporânea paulistana.

Desta forma, esta investigação é uma oportunidade para consolidar a importância da personalização dos espaços de morar ludovicense para que estes representem seus moradores e possam contribuir positivamente para a formação e auto compreensão da sua identidade.

Com este entendimento, as novas habitações a serem construídas poderão atender às necessidades materiais e imateriais dos seus futuros moradores, tornando-se mais completas do que aquelas que atendem apenas medidas materiais de segurança, higiene e conforto físico e são pensadas para o coletivo.

Se há uma ligação entre o homem e o espaço que ele habita, quando a sociedade à qual esse homem pertence passa por transformações, naturalmente suas

necessidades espaciais mudam e ele necessita transformá-lo para que, de fato, o represente.

Sobre a importância da imaterialidade nesses espaços de morar, Hall (1990) considera que o homem cria várias extensões de si mesmo e que uma dessas extensões é a sua casa. E que por conta das relações existentes entre o homem e as suas extensões, elas devem ser observadas.

Essa importância também é percebida por Botton (2007), para quem a casa não é apenas um refúgio físico, mas também psicológico e que guarda a identidade do seu morador. Uma identidade que acaba por ser impressa e revela os aspectos emocionais do indivíduo.

Quanto aos significados, por exemplo, Bachelard (1993) chega a comparar a casa de um indivíduo com um ninho, um espaço para acolher e aquecer, completamente construído para esse fim e ainda, a uma concha, que esconde, protege e acaba por moldar seus habitantes.

Recorte do objeto de estudo

A investigação pretende estudar os espaços de morar da cidade de São Luís, de modo que a primeira delimitação que se fez necessária foi de caráter social. De quem seriam os espaços de morar a serem investigados?

Optou-se por investigar a classe média em razão das importantes mudanças pelas quais esse grupo social vem passando desde o início do século XXI.

Para este recorte social, foi preciso definir qual seria o critério de classificação de classe social utilizado⁷, de qual investigação e qual método seria aplicado. O

⁷ A heterogeneidade da população é uma de suas marcas mais expressivas. Várias são as diferenças que definem e separam os indivíduos. A fim de melhor compreender a sociedade e de implementar políticas públicas que atendam precisamente a todas as faces da população, esta acaba sempre por ser estratificada em escalas crescentes segundo algum critério, criando grupos de indivíduos, com maior nível de homogeneidade internos. Uma dessas estratificações é a de classe social. Quando se fala em classes sociais, pensa-se no pobre, no intermediário e no rico. Os conceitos se alteram ao longo do tempo. Hoje, Mazzon; Kamamura (2013) conceituam classe social como a estratificação de uma sociedade a fim de se estabelecer hierarquia e status social, poder político e a estrutura dominante dos seus meios de produção, quando observados o caráter sociológico e antropológico da questão e ainda, “uma forma de retratar o potencial de consumo de bens e serviços de segmentos ou estratos específicos de uma sociedade”. Sua estratificação pode ser realizada utilizando-se de vários critérios. Entre os mais utilizados estão a renda, o grau de escolaridade, o grau de vulnerabilidade e a ocupação.

capítulo seguinte, de metodologia, apresenta de modo mais detalhado os métodos analisados e a escolha do método considerado.

O recorte foi realizado considerando-se a renda como critério e os dados do Censo. Optou-se por uma análise com base na renda nominal mensal dos domicílios particulares permanentes per capita e foram utilizados os valores limites de cada estrato social definidos pelo IBGE.

A segunda delimitação foi geográfica, em várias escalas. Onde estariam os espaços de morar a serem investigados? São Luís encontra-se no Nordeste brasileiro e é capital do estado do Maranhão. Localiza-se na Ilha de São Luís (ver figura 2) e surgiu entre as fozes dos rios Bacanga e Anil. Na ilha há outros três municípios⁸: São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

Figura 2: Localização da cidade de São Luís e de seu surgimento.



Fonte: adaptado por Duailibe (2017b).

⁸ Embora sejam ambos popularmente utilizados no Brasil para designar uma divisão administrativa de um estado com limites geográficos, por definição, os termos municípios e cidades são diferentes. Esta tese se utiliza da definição segundo a Constituição brasileira de 1988 e utilizada pelo Censo do IBGE (2010), que considera os municípios os entes federativos de menor nível hierárquico. Ainda que os povoados sejam caracterizados por um espaço geograficamente menor, estes não constituem, de acordo com o IBGE, um ente federativo, pois não são definidos e limitados geograficamente por uma lei. De acordo com o órgão, o povoado é um aglomerado rural que não possui um único dono com serviços e equipamentos mínimos para atender os moradores locais e das áreas rurais próximas. Já a cidade é a “sede do município e quem lhe dá nome. É constituída pela área urbana do distrito sede e delimitada pelo perímetro urbano estabelecido por lei municipal” (IBGE, 2010).

Ao longo desta tese considerou-se Carvalho (2016) para o entendimento da diferença entre definição e conceito. Para o autor, definição é tudo que é definitivo. O que é considerado verdade, intrínseco ao objeto definido, sem o qual ele deixa de ser o que é ou de significar o que significa. É o que o descreve. Já por conceito, entende-se uma explicação particular, um ponto de vista pessoal, que pode ser resultado da união, por análise, de vários outros pontos de vista ou teorias e pode estar submetido a um contexto.

Aqui, um breve histórico se faz necessário. A cidade foi fundada em 1612 por franceses, colonizada por portugueses que retomaram sua posse em 1614 e invadida temporariamente por holandeses de 1641 a 1644.

O traçado inicial do núcleo urbano da cidade de São Luís consiste em uma malha ortogonal que foi desenhada pelo engenheiro Frias de Mesquita em 1615 e tem influência espanhola (à época Portugal estava sobre domínio Ibérico).

Este traçado da área mais antiga da cidade, conhecida por núcleo fundacional foi preservado. Durante muito tempo, São Luís funcionou em volta do seu centro. Segundo Garcez (2009), esta centralidade foi enfraquecida a partir da década de 30 do século XX, em função de transformações econômicas. Os residentes mais abastados mudaram-se para outras áreas para além do cinturão formado pelas avenidas Senador Vitorino Freire, Av. da Camboa e Av. Beira Mar, que cerca o centro antigo e suas imediações (Figura 3).

Figura 3: Cinturão, Pontes e Barragens



Fonte: Duailibe (2017b). Adaptação sobre imagem satélite do google Earth.

Essa descentralização foi ainda mais impulsionada por obras viárias, como a construção da barragem do Bacanga em 1970 e das pontes do Caratatiua em 1968, Governador José Sarney em 1970 e Bandeira Tribuzzi em 1979.

De acordo com Rocha (1970), a Ponte Governador José Sarney, hoje conhecida como Ponte do São Francisco facilitou o acesso aos bairros São Francisco, Ponta D'areia, Renascença, Calhau e Olho D'água e favoreceu a expansão do centro da cidade e de seu tecido urbano.

Hoje, a cidade de São Luís ocupa mais da metade da ilha de São Luís e está dividida em área urbana e área rural. Seus limites, enquanto município, são definidos conforme a figura 4.

Figura 4: Limite dos municípios da Ilha de São Luís



Fonte: <https://pt.slideshare.net/AiCEi/revitalizaao-do-centro-historico-de-sao-luis-de-maranhao-desafios-e-oportunidades>

Primeiramente, com relação aos limites no município, utilizou-se a área definida como de situação urbana de São Luís e a divisão em setores censitários⁹ do IBGE. Foram considerados todos os setores censitários de situação urbana: as áreas urbanizadas de cidade ou vila; as áreas não urbanizadas de cidade ou vila e as áreas urbanas isoladas. Quanto ao tipo dos setores, foram considerados os do tipo comum (não especial). Para formação de grupos de setores, foram considerados os bairros definidos pela Secretaria Municipal de Fazenda- SEMFAZ.

⁹ O IBGE (2000), no Censo de 2000 definiu Setor censitário como sendo a sua unidade territorial de coleta, formada por uma área contínua, cujos limites físicos respeitam a divisão político administrativa do Brasil. Estes limites são definidos de acordo com o número de domicílios, que variam de 250 a 350 na área urbana e em sua maioria, de 150 a 250 na área rural. Os dados dos Censos são sempre apresentados por setores, considerando todos os domicílios contidos em cada um como um grupo. Os Setores podem ser classificados quanto à sua situação e tipo.

É importante explicar que trataremos das casas urbanas. Pois no Brasil colonial e até os dias atuais, há uma diferença entre a casa urbana e a casa rural. Em segundo, decidiu-se o tipo de domicílios. Os domicílios considerados são também do tipo comum e quanto à espécie são particulares permanentes. Ou seja, casas, apartamentos ou cômodo independentes.

O capítulo de metodologia também apresenta e explica detalhadamente os critérios de escolha da delimitação geográfica.

Para definir quais os tipos de casa a serem avaliadas foram consideradas a existência das edificações unifamiliares e multifamiliares. Dentre as unifamiliares, as casas de bairro e as casas de condomínio sendo, portanto, 3 tipologias, cuja escolha também está explicada no capítulo seguinte.

O último recorte da investigação é o temporal e se dá no período do século XXI, a fim de compreender as consequências atuais no uso dos espaços domésticos da classe média, após as transformações sociais citadas que aconteceram com expressividade nas duas últimas décadas.

Estado da arte

Para desenvolver a investigação, primeiramente, foi necessário conhecer o estado da arte sobre o tema. Quem disse e até onde foram as investigações mais relevantes. Destas, as principais serão apresentadas abaixo.

A partir dos autores referências deste trabalho; Lacy (2002), Bachelard (1993), Kron (1983), George; Lyon (1998) e Tramontano (1998), já citados na apresentação da tese e sobre os temas investigados por estes autores, chegou-se a outras bibliografias que ampliaram o conhecimento sobre o assunto e sustentaram as análises realizadas. Além destas, foi preciso conhecer o estado da arte da investigação sobre a arquitetura de São Luís.

Alguns autores são referência quando se estuda a história de São Luís para entendimento de sua arquitetura, como Maia (1981), Moraes (1989), Lacroix (2002, 2012), Gaioso (2011) e Meireles (2015). Através destes, é possível compreender a São Luís colonial, seus dados sócios-geográficos e econômicos, bem como os acontecimentos históricos mais relevantes para a formação de sua sociedade.

Gaiosio (2011) chegou a estratificar a sociedade Colonial ludovicense em cinco classes: os “filhos do reino”, os nacionais ou descendentes de filhos do reino, a “geração misturada”, os negros e os índios, demonstrando que a descendência tinha forte valor à época.

Mota (2008) e Costa (2013) explicam sobre a sociedade na forma de clã do Maranhão colonial e como se davam as relações de poder dentro de uma família, com suas alianças de compadrio e parentela.

Lopes (2013), além do contexto histórico, apresenta algumas edificações e fala da importância da preservação dessas obras arquitetônicas, assim como Andrès (1998), que já trata do centro histórico da cidade como patrimônio da humanidade, apresentando suas principais tipologias de planta.

Brito; Bogéa (2008) tratam da arquitetura e da arte religiosa no Maranhão. Ambas as autoras têm uma vasta publicação sobre o patrimônio material do estado. Mas é Silva F. (1998) quem faz o levantamento mais completo sobre a arquitetura colonial ludovicense, quanto à sua tipologia, estilos e elementos arquitetônicos. Lopes (2008) continua o trabalho de Silva F (1998) abordando até a São Luís do século XX e Brandão (2011) fala da tradição da casa ludovicense.

Entretanto, esses autores não analisaram as edificações do ponto de vista do uso dos seus espaços, seu zoneamento e programa de necessidades, como realizado em Duailibe (2017c).

Costa (2015) e Filho (2006), chegam a tratar a imaterialidade das casas coloniais, quando Costa (2015) faz uma leitura das moradas ludovicenses através da literatura da época e Filho (2006) fala da urbanidade dos sobrados coloniais.

Filho (2006) defende que para compreender o espaço dos sobrados que ele estudou, era preciso refletir sobre o que representa o espaço arquitetônico. Para o autor, a unidade existente nas edificações brasileiras coloniais era parte do “plano de vilas e cidades para o Brasil colônia” para controlar o território brasileiro, no sentido de que a unidade traria identidade.

Dessa forma, percebe-se mesmo como as edificações ludovicenses do último quartel setecentista e oitocentistas se apresentam como edificações tecido, ou seja,

um pano de edificações muita parecidas com tipologias similares. Desta forma as casas, principalmente as fachadas, representavam uma nação externa e não cada indivíduo e suas necessidades específicas.

O autor usou um método morfológico combinado a um tipológico para estudar os sobrados ludovicenses, considerando sua conexão com a paisagem. O método morfológico foi baseado em Lamas e ele estudou o desenho do meio natural e do construído. Do meio construído, o autor se atentou aos lotes, às ruas, às praças, os conjuntos de edifícios e as configurações plásticas, buscando sempre os elementos comuns existentes nos casarões que denunciavam sua unidade.

Com o seu método tipológico, Filho (2006) conseguiu identificar diversos tipos nos sobrados e trapiches utilizados, ainda que estes fossem parecidos.

Da mesma forma, outros autores se atem às técnicas e elementos construtivos, como Silva (2013), que compara a arquitetura pombalina em São Luís com a de Lisboa e Margareth Figueiredo, que tem uma obra importante sobre técnicas e sistemas construtivos do patrimônio edificado como em Figueiredo; Varum; Costa (2011) e Figueiredo (2014).

A grande maioria das investigações já realizadas na área tratam dos aspectos urbanos ou da arquitetura da São Luís colonial, como os autores acima citados. Entretanto, os investigadores Wall; Burnett (1998) analisaram a obra do arquiteto modernista Cleon Furtado, Pflueger (2007), Nascimento (2017a, 2017b) vem abordando a arquitetura moderna ludovicense e Nascimento (2017a, 2017b) já começa a fazer análises sobre o programa e uso dos seus espaços.

Em um trabalho importantíssimo de levantamento, Vasconcelos (2007) trata dos conjuntos habitacionais construídos entre a década de 40 e 1964 pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões e pela Fundação da Casa Popular, que acabaram sendo ocupados pela classe média em seus três estratos: a baixa, a média e a alta, conjuntos esses que ditaram uma quebra no paradigma do morar da classe média da cidade à época.

É do mesmo autor Vasconcelos, o também relevante levantamento sobre os conjuntos habitacionais construídos entre 1964 e 1985, durante a época da ditadura

brasileira. Em Vasconcelos (2014), ele apresenta a atuação do Banco Nacional de Habitação- BNH e da Companhia habitacional do Maranhão- COHAB na cidade.

Sobre a arquitetura mais recente, Targino (2009) examina o morar em condomínio vertical. Costa F. (2013) analisou os modos de morar da cidade, comparando três bairros; São Francisco, Renascença e Cohafuma, enquanto Nunes (2017) focou sua análise nos modos de morar no bairro do São Francisco. Pereira Filho (2015) fala sobre o grande contraste entre os modos de vida de dois bairros vizinhos: Ilhinha e Ponta da Areia.

De modo que, fica claro que há uma lacuna bibliográfica sobre o uso e significado dos espaços domésticos ludovicenses, seu programa e zoneamento, principalmente de edificações atuais. Os autores, maciçamente, quando tratam da arquitetura, abordam sempre sua tipologia, estilo, técnicas e elementos construtivos.

Quanto aos dados socioeconômicos atuais acerca da sociedade ludovicense, foram considerados os resultados do Censo (1990, 2000, 2001), os resultados do PNAD e PNADC de alguns anos, alguns relatórios gerados pelo órgão a partir dos resultados estatísticos e as análises de Alves; Cavenaghi (2012), que avaliaram as mudanças na sociedade brasileira, com base nos resultados do censo e Petrus (2013), que caracterizou a população de baixa renda de São Luís, a partir de seus bairros, com uma metodologia, em parte, aproveitada para este trabalho.

Ainda sobre as mudanças sociais, os principais autores nacionais utilizados que discorreram sobre a formação dos novos grupos domésticos foram os já citados Tramontano (1993), Santiago (2002), Alves; Cavenaghi (2012) e Villa (2012). Internacionalmente, Mauritti (2011, 2015), que escreveu sobre pessoas que vivem só e seus estilos de vida foi uma referência.

Para conseguir realizar análises com embasamento histórico espacial e social e antropológico foi preciso estender o levantamento do estado da arte histórico para além das fronteiras do Maranhão.

Os autores brasileiros nacionais relevantes encontrados foram Prado Jr (1954), que apresenta a história econômica do Brasil, explicando porque a colonização do Nordeste foi diferente da sulista, com base nas necessidades diferentes e

consequentemente, nos hábitos e costumes gerados, Azevedo (1990) e Lemos (1996, 1999), que tratam da casa colonial, suas características e evolução e Freyre (1940, 1993), que apresenta a sociedade colonial brasileira e seus espaços de morar distinguindo dois grandes arquétipos sociais da época; o senhor e o escravo e seus arquétipos de morar: a casa grande e a senzala.

Também foram utilizados os quatro volumes da coleção História da vida privada no Brasil, organizada pelo Novais (1997).

Silva (2014) em *Alimentação e transformações urbanas em São Paulo no século XIX*, fala de transformações no espaço urbano e doméstico em função das modificações nos hábitos alimentares, como fazer refeição fora de casa.

Já para compreender costumes portugueses e europeus trazidos para São Luís, as referências principais foram a coleção história da vida privada, com os volumes de Aries; Chartier (2009), Aries; Duby (2009) e Duby (2009). Além destes, Cabido (1994), Benévolo (2001, 2015) e Elias (1993a, 1993b).

Este último trata do processo civilizador na Europa e de como a vergonha e o pudor alteraram os costumes da época e incutiram a necessidade de intimidade, modificando a relação entre o público e o privado. Estes autores foram fundamentais para o entendimento de vários hábitos e costumes praticados na São Luís colonial, bem como para identificar a janela de tempo cultural existente na cidade.

Quanto aos novos modos de morar, a partir de Tramontano (1998), chegou-se a outros trabalhos do autor como Tramontano (1993, 1998, 2002), Tramontano; Villa (2000) e Tramontano; Pereira (1999) onde ele trata das novas formas do habitar Paulista em função das transformações sociais pelas quais passou aquela cidade.

Santiago (2002) também usa Marcelo Tramontano como referência quando fala dos novos grupos domésticos existentes e apresenta o estudo de uma solução de moradia contemporânea para o século XXI.

Ramos (2003, 2012) fala do modo de morar moderno e dos novos modos de vida tendo como objeto de estudo Brasília e Lisboa. A metodologia usada pela autora para análise das edificações e do espaço foi considerada nesta investigação.

Em Ramos (2003), a autora utilizou técnicas de Avaliação Pós Ocupação para estudar o espaço físico das habitações e seus usos. A autora usou o que ela chamou de “Ficha de levantamento padrão” para reunir as informações de cada caso de estudo, que continha sete partes: a identificação do imóvel, sua inserção urbana, sua implantação no lote, o partido arquitetônico, análises da organização interna do edifício, análise das características construtivas do edifício e análise das unidades habitacionais. A organização de fichas resumo como essa, utilizadas pela autora é fundamental para a análise dos dados.

A diferenciação de circulações sociais e de serviço, o nome original dos ambientes e as alterações realizadas e por fazer foram informações interessantes coletadas por Ramos (2003). Para a autora, a coleta das alterações a serem realizadas poderiam refletir uma tendência futura, o que para esta investigação seria um dado interessante.

Já Pereira (2012) e Moreira (2013) analisaram a literatura para compreender o resultado na casa das mudanças sociais ocorridas em Lisboa. O modo como Pereira (2012) organizou sua investigação e apresentou suas análises é bem interessante e didático. Sua leitura contribuiu metodologicamente para esta investigação.

Sobre a análise física dos espaços de morar, Schneider (1998) apresentou oito tipos de plantas residenciais existentes, em uma análise que mostrou contributo para este trabalho que pretende caracterizar o espaço doméstico ludovicense.

Os trabalhos de Portas (1968, 1969), Gomes (1978), Cabrita (1995), Boueri (2004, 2008), Pedro (org.); Boueri (org.) (2012), Coelho (2012), Pedro (2002, 2014) e Villa (2013) foram utilizados para compreensão de como o uso e a função dos espaços de morar vem sendo analisados nos últimos 50 anos no Brasil e em Portugal.

Em *Funções e Exigências de Áreas de Habitação*, Portas (1968), por observação e aplicação de inquérito, verificou e organizou uma lista das funções realizadas em uma casa e as atividades relativas a cada função. As áreas mínimas e desejáveis encontradas pelo investigador refletiam os hábitos residenciais e sociais. Este método de Portas se mostra interessante, uma vez que esta investigação pretende mapear novos hábitos e necessidades no espaço de morar. Também do

autor *Desenho e Apropriação do Espaço da Habitação* fala da importância da apropriação do espaço da habitação.

Gomes (1978) elabora uma lista de exigências em habitação que ultrapassam os hábitos e costumes, como as exigências de segurança e saúde e as hierarquiza pelo que o autor chama de grau de essencialidade.

Ao se falar de arquétipos sociais e de morar e de como os espaços influenciam os indivíduos e o que representam, Jung (2000), Cardoso (2005) e Martin (2012) são as principais referências sobre conceito e significados de arquétipos. Kron (1983), Bachelard (1993), George; Lyon (1998), Lace (2002), Muga (2006), Botton (2007), Gillingham - Ryan (2007) e Zabalbescoa (2011), foram referência sobre a imaterialidade do lar, sobre o significado e simbolismos da casa e de seus espaços. Sobre psicologia ambiental, entre os autores que serviram de base estão Elali (1997, 2006), Bernard (2005) e Moser (2005). Já Hall (1990) foi referência sobre a percepção do oculto.

Esta foi a parte do estado da arte mais crítica de ser levantada, pela dificuldade em encontrar trabalhos pertinentes ao tema. Cabrita (1995) já relatava sobre a dificuldade de encontrar estudos sobre psicologia da habitação quando estudou sobre a qualidade dos espaços, já sabendo de sua importância para esse tipo de análise.

Para fins metodológicos, em razão da grande discussão que o assunto gera no país (explicado mais adiante), precisou-se compreender o que determina a classe média e como são feitas suas estratificações. Os autores principais consultados para análise da escolha do método a ser utilizado foram IBGE (2010), Fundação Getúlio Vargas- FGV (2005), Secretaria de Assuntos Estratégicos- SAE (2012), Kamamura; Mazzon (2013), Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas- ABEP (2018) e Banco Mundial (2015).

SAE (2012), Souza; Lamounier (2010), Souza (2012) e Pocmann (2014) foram os mais consultados para compreender a classe média atual e suas novas configurações, hábitos e costumes.

Vários são os métodos utilizados para analisar o edificado e sua relação com seus usuários. Nessas análises são estudados os dois atores desta relação: a

edificação, que nesta investigação é a casa e seus usuários, neste caso, os moradores. São áreas de conhecimento que vem tratando dessa relação, a Avaliação Pós Ocupação- APO, quando o foco é o ambiente e a Psicologia ambiental, quando o foco é a pessoa. Gunther (2003), prefere chamar todos esses estudos de estudos pessoa- ambiente, numa forma de contemplar sua multidisciplinaridade e os investigadores de diversas áreas.

As arquitetas Sheila Walbe Ornstein, Simone Barbosa Villa e Giselle Arteiro Nielsen Azevedo são nomes importantes de APO no Brasil. Trabalhos dessas autoras e outros foram utilizados como referência para esta investigação.

Estrutura da tese

A tese foi escrita respeitando-se o acordo ortográfico estabelecido entre as comunidades dos países de língua portuguesa. Para normatização do texto, foi seguido o padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT.

O documento está dividido em 8 capítulos, além da Introdução. A introdução apresenta primeiramente o objeto de estudo, a problemática, as questões de investigação e as hipóteses. Em seguida, são apresentados os objetivos e as justificativas da investigação. A delimitação do objeto de estudo e a estruturação da tese finalizam esse capítulo introdutório.

O primeiro capítulo apresenta a metodologia utilizada na investigação e os métodos trabalhados em cada fase.

Os capítulos 2 e 3 discorrem sobre a história da sociedade e do morar ludovicense e sobre como a sociedade ocidental europeia, em especial a portuguesa, a francesa e a americana influenciaram os hábitos e espaços de morar maranhenses e ludovicenses e de como as transformações ocorridas ao longo dos séculos além-mar foram reproduzidas por aqui. Apresentam também, portanto, a forma com que as pessoas se aglomeravam em seus lares em cada época, seus espaços de morar, suas características no decorrer dos períodos observados e suas transformações. Citam também o alcance da influência indígena nos costumes e hábitos de morar e da influência árabe tardia no Maranhão e em São Luís.

Cabrita (1995) explica que os fatores que definem a qualidade habitacional são “cíclicos, retroativos ou de causa-efeito” sendo, portanto, valores que se renovam. É interessante como o que é considerado por qualidade em cada época acaba influenciando o habitar. Daí a importância dos capítulos históricos. O capítulo 3 trata do período pré-revolução industrial e o capítulo 4 aborda o período pós- revolução industrial.

A escolha de se utilizar a revolução industrial como divisor, foi em função da grande transformação pela qual passaram as residências após este momento histórico. Esta classificação puramente metodológica foi também realizada para que se compreenda a cronologia em que elas acontecem em São Luís, quando comparada com outras cidades brasileiras. A era digital da idade contemporânea foi também escolhida como divisor na cronologia pensada para esta investigação por promover diversas modificações nos hábitos e costumes com consequência direta nos espaços de morar.

O capítulo 4 apresenta as análises sobre a imaterialidade dos espaços de morar e o capítulo 5 trata dos temas de Psicologia ambiental e Avaliação pós ocupação, ambos importantes quando se busca compreender a imaterialidade dos lares.

O capítulo 6 é uma análise de métodos e critérios utilizados para se definir a classe média, que é o recorte dessa tese. Ele se mostrou necessário porque há uma grande discussão sobre quem seria a classe média brasileira. A população constantemente não concorda com os critérios escolhidos e utilizados pelo governo e diz que boa parte das famílias que o governo intitula de classe média, são pobres. Então entender exatamente como os critérios de análise são escolhidos foi fundamental para assegurar a escolha do critério adequado para o desenvolvimento dessa investigação.

Já o capítulo 7 apresenta a sociedade e o morar ludovicense no século XXI, com base na análise dos dados do Censo, do questionário aplicado e dos casos de estudo.

Por fim, têm-se as Conclusões no capítulo 8, onde responde-se às questões levantadas no planejamento da investigação, explica-se a verificação das hipóteses e

apresenta-se as conclusões da investigação. O capítulo é seguido pelas referências bibliográficas e os apêndices.

Agora, a seguir, o capítulo de metodologia será apresentado.

CAPÍTULO 1

Metodologia

Delimitação do objeto de estudo

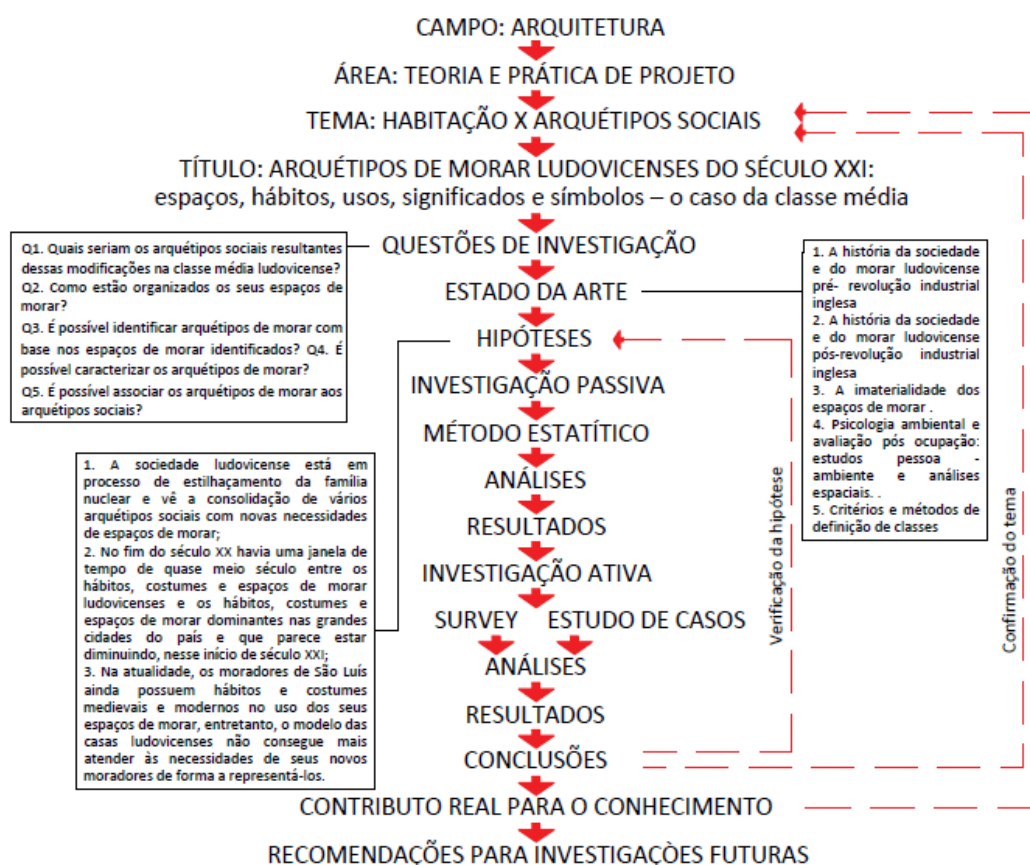
Escolha do método, da amostra, dos critérios de análise do caso de estudo, dos parâmetros, variáveis e indicadores

1. METODOLOGIA

Pela necessidade de confiabilizar os dados utilizados, análises e resultados obtidos, mas sem perder a importância das análises subjetivas, a metodologia utilizada está baseada em dois paradigmas de investigação citados por Coutinho (2011): o positivista ou quantitativo e o interpretativo ou qualitativo. Dessa forma, ela se apresenta de caráter misto, pois possui abordagem quantitativa e qualitativa.

Foi pensado um desenho para que esta investigação se desenvolvesse considerando parâmetros científicos. A figura a seguir apresenta este desenho, que ilustra seu desenvolvimento.

Figura 5: Desenho da investigação



Fonte: Elaborado pela autora

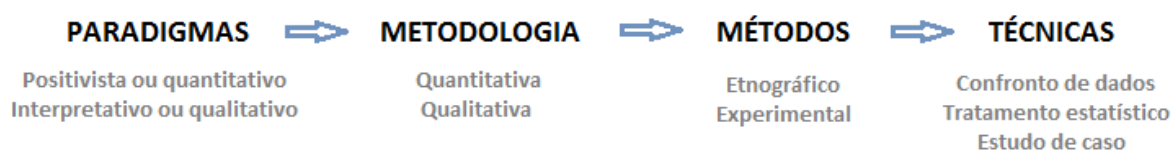
Para Coutinho (2011), a validação dos resultados de uma investigação passa pela correta aplicação dos processos metodológicos. Nesta investigação, a abordagem quantitativa foi usada para delimitação do objeto de estudo, para parte da

caracterização social dos indivíduos e parte da caracterização dos domicílios, uma vez que foram realizados com base na quantificação de dados, utilizando-se de recursos estatísticos.

Já a abordagem qualitativa foi utilizada também na caracterização das habitações estudadas e nas análises seguintes, onde há um enfoque na interpretação da realidade observada através do método de estudo de caso, identificando como os moradores usam seu espaço.

Embora a sociedade esteja sempre em mudança, alguns hábitos são constantes, ou mesmo perduram há muito tempo. Por essa razão, a revisão bibliográfica também foi de suma importância para se proceder as análises que permitiram a caracterização do objeto de estudo. A figura 6 a seguir apresenta o esquema inicial definido para a investigação, com base em esquema de Coutinho (2011):

Figura 6: Esquema inicial da Investigação



Fonte: Elaborado pela autora.

Esta investigação se configura como interdisciplinar, pois vai buscar em outras áreas de conhecimento, suporte para suas análises. De acordo com Costa (2015), é preciso “estabelecer vínculos temáticos existentes entre diferentes saberes que, de forma comparativa e sistemática, podem ajudar a conferir melhor resultado para as pesquisas” (p.21). Para o autor, buscar em outras áreas, teorias e metodologias possibilita compreender o problema investigado de um modo mais amplo.

Entretanto, Costa (2015) afirma que é preciso considerar que os conhecimentos incorporados devem servir à disciplina à qual pertence o objeto de estudo. Neste caso, a arquitetura. E que é preciso definir qual o papel, o contributo de cada área para a investigação.

Nesta investigação, a geografia, seus dados censitários e método estatístico foram fundamentais para a caracterização socioeconômica pretendida e para a

definição da amostra. Já o olhar antropológico conseguiu embasar e explicar as transformações ocorridas na sociedade local e nos espaços de morar ao longo dos séculos, reveladas pela revisão bibliográfica sobre o estado da arte da arquitetura ludovicense.

A caracterização material dos espaços de morar foi realizada por meio de análises arquitetônicas e por técnicas de Avaliação Pós Ocupação - APO. Já a Psicologia e a Filosofia auxiliaram na caracterização imaterial dos moradores e de seus espaços de morar, também através de instrumentos de APO e de estudos pessoa-ambiente e foram fundamentais para o entendimento dos símbolos e significados da casa e de seus ambientes, com teorias e métodos para definição de parâmetros e variáveis.

Sobre o processo geral de análise, tem-se o que o Cabrita (1995) chama de Psicologia e determinismo arquitetônico, pois a investigação irá ligar a investigação sobre comportamentos à prática arquitetônica.

Por se tratar de uma investigação que interage com seres humanos, através de entrevistas, visitas a residências e aplicação de questionários, ela seguiu as recomendações de Comitês de Ética para pesquisa, que com o intuito de resguardar os participantes, pedem autorização por escrito dos responsáveis pelas casas analisadas e o termo de livre consentimento de adultos para publicação das informações e resultados coletados.

A interdisciplinaridade da tese está representada graficamente na figura 7, onde todo o conhecimento converge para uma ampla compreensão dos espaços de morar; como se apresentam, o que representam e quem são seus moradores.

Figura 7: Gráfico da interdisciplinaridade da investigação



Fonte: A autora.

1.1. Delimitação do objeto de estudo

Como citado na introdução deste trabalho, para início da análise, tornou-se necessário recortar o objeto de estudo que teve fronteiras socioeconômica, temporal, tipológica e geográfica. As delimitações são explicadas e justificadas a seguir:

1.1.1. Delimitação socioeconômica

A primeira delimitação foi socioeconômica. Era preciso definir a partir de que grupo de pessoas as casas seriam estudadas, uma vez que o universo inteiro (toda a sociedade ludovicense) é muito grande, com vários grupos domésticos e limites de renda, o que demandaria uma investigação demasiadamente longa, já que é consenso que esses dois aspectos influenciam sobremaneira os hábitos, costumes e usos dos espaços de morar.

Desta forma, optou-se por equiparar, na medida do possível, o fator renda e verificar como um grupo financeiro da sociedade usa seu espaço de morar e que influência os possíveis grupos domésticos fariam nessa casa e no seu uso, considerando os costumes e hábitos desse grupo.

Em razão das transformações importantes pelas quais passou a classe média brasileira no século XXI e o impacto de políticas sociais de transferência de renda em São Luís, entendeu-se que seria interessante observar como vive essa parcela da população na cidade.

Para tanto, métodos e critérios de definição de classes foram estudados e comparados e a estratificação em faixas de renda do IBGE, sem definição de classes, foi escolhida para realização do estudo.

Em razão da última crise econômica do Brasil, sentida a partir de 2014 e a posição vulnerável do estrato intermediário mais baixo registrado no Censo de 2010, optou-se por uma coleta de dados da investigação de campo em bairros de estratos intermediários mais altos, que nesta tese foram chamados de classe média média e classe média alta.

Entretanto, uma análise mais minuciosa demonstra que a média entre os dados dos setores censitários de cada bairro leva a uma deformação dos resultados, em bairros de renda muito heterogênea, o que pode levar a resultados estranhos, como por exemplo, a definição de que o bairro do Olho d'água, tradicionalmente moradia de famílias abastadas, seja considerado de média classe média.

Por esta razão, decidiu-se que um dos critérios para escolha dos bairros para os casos de estudos consideraria também aqueles com certa homogeneidade entre os setores censitários. Os outros critérios foram a época de formação dos bairros, sua importância na formação da cidade e situação no cenário atual.

1.1.2. Delimitação temporal

A investigação focou em um recorte do período contemporâneo correspondente às duas primeiras décadas do século XXI, a fim de compreender as consequências no uso dos espaços domésticos da classe média, após as transformações sociais citadas que aconteceram com expressividade nessas duas últimas décadas.

1.1.3. Delimitação tipológica

Inicialmente, para coleta de dados, considerou-se as tipologias residenciais mais comuns em São Luís; a unifamiliar, unifamiliar de condomínio e a multifamiliar. Embora as edificações unifamiliares sejam grande maioria na cidade, é inegável o

boom de edificações unifamiliares de condomínio e multifamiliar nas últimas duas décadas, algumas dessas ocupadas pela classe média.

Frente a isso, tornou-se claro que escolher uma tipologia prejudicaria o entendimento sobre o morar hoje em São Luís, principalmente porque sabe-se que a heterogeneidade da classe a ser analisada se estende aos seus espaços de morar. Entende-se que a discussão surgida com o confronto entre os tipos de arquétipos sociais e as tipologias de sua preferência, seria interessante. A escolha se deu pela necessidade de avaliar o quanto uma tipologia existente molda novos moradores e o grau de adequação a essas tipologias.

1.1.4. Delimitação geográfica

As entrevistas e casos de estudo foram realizados na área do bairro Cantinho do Céu e suas adjacências. Especificamente nos bairros Conjunto habitacional Vinhais, Cantinho do Céu/ Conjunto Manuel Beckman, Recanto Fialho/ Vila União, Vila Fialho, Angelim, Bequimão, Turu e em alguns setores censitários do bairro Cohama.

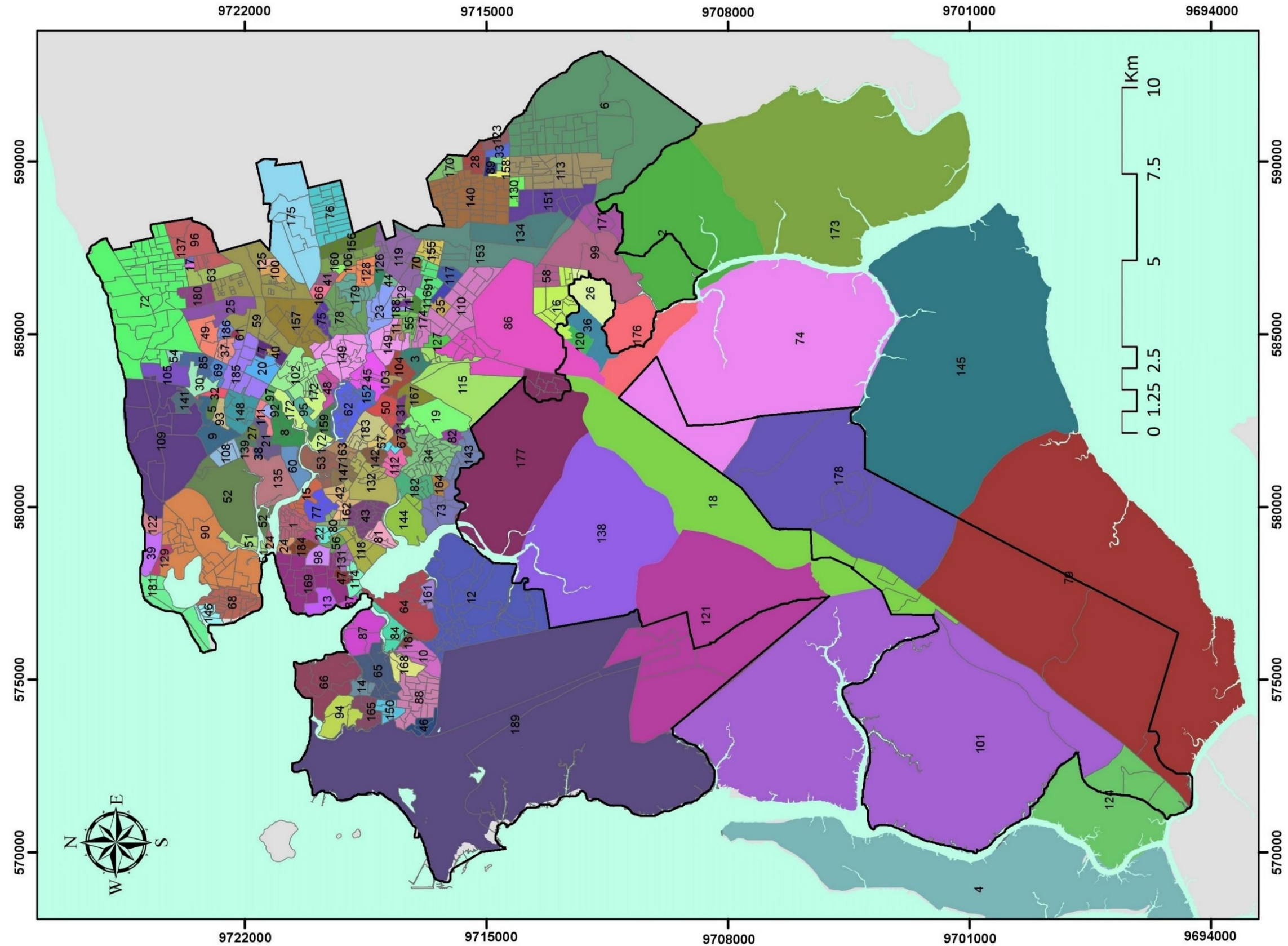
A escolha dessa área se deu por, além de ser tida como uma área de bairros de classe média, de acordo com a metodologia utilizada, também passou por significativo crescimento e construção de novas tipologias habitacionais, como a casa de condomínio e o apartamento, nas últimas duas décadas. Para além desses fatores, é uma área reconhecidamente de classe média no imaginário local.

Para chegar a este recorte, foi considerado o mapa de bairros da Secretaria Municipal de Fazenda-SEMFAZ. Os dados do Censo (2010) foram utilizados para definição de onde residiam as pessoas que viviam com rendas pertencentes aos extratos intermediários da classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Foram considerados os dados apenas dos setores censitários de situação urbana e dos domicílios particulares permanentes.

Sobre esse recorte, seus limites e dados é pertinente explicar que embora os limites da cidade sejam definidos por lei, não há limites legais entre os bairros do município, porque não há lei municipal que os defina, bem como a quantidade de bairros. Não há uma unidade dos dados utilizados entre os órgãos oficiais.

Em 2015, a secretaria Municipal de Fazenda-SEMFAZ tinha sua própria divisão de bairros, (figura 8), cujos limites respeitavam os limites da malha de setores censitários de 2010 do IBGE, em um total de 189. Esta divisão também é usada pelo Instituto Maranhense Sócio econômico Cartográfico- IMESC, responsável pelas atualizações de mapas cartográficos maranhenses utilizados pelo IBGE. Entretanto, não há classificação em bairros e povoados. Todos os aglomerados são considerados bairros. Dos 189 bairros existentes na cidade, foram encontrados 184 bairros com presença de setores censitários de situação urbana. A figura 9 apresenta a legenda com a listagem dos bairros.

Figura 8: Limites dos setores censitários de situação urbana sobre bairro de mapas



Fonte: Autora, a partir de dados da SEMFAZ e do IBGE (2015).

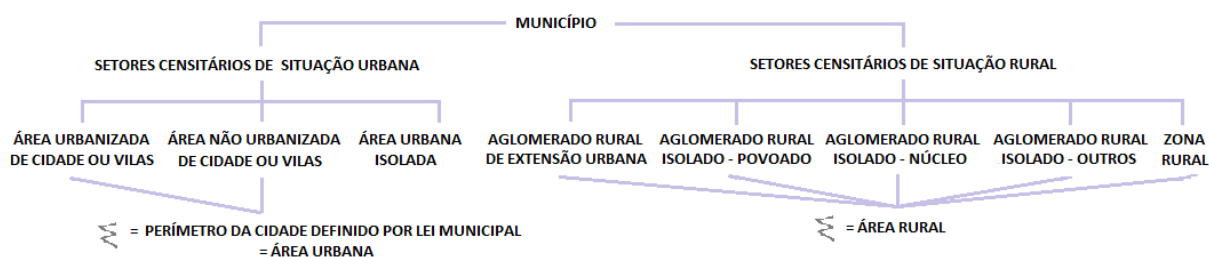
Figura 9: Legenda da figura 8 com listagem dos bairros de São Luís, de acordo com a SEMFAZ (2015)

Legenda		
	Setores Censitário Urbano - 2010	
	1-Liberdade	
	2-Tajaçuaíba	
	3-Sítio Pirapora	
	4-Tauã-Mirim	
	5-Planalto Vinhais II	
	6-Cidade Olímpica	
	7-Residencial Esperança	
	8-Vila 25 de Maio / Conjunto dos Ipês	
	9-Quitandinha / Vinhais I / Vinhais II	
	10-Vila Isabel	
	11-Vila Conceição	
	12-Vila Embratel	
	13-Desterro	
	14-Vila Ariri	
	15-Fé em Deus	
	16-Conjunto São Raimundo	
	17-Vivendas do Turu	
	18-Maracanã	
	19-Salinas do Sacavém	
	20-Cantinho do Céu / Conjunto Manoel Beckman	
	21-Recanto dos Vinhais	
	22-Vila Passos	
	23-Aurora	
	24-Camboia	
	25-Jardim Eldorado	
	26-Jardim São Raimundo	
	27-Vinhais III	
	28-Santa Efigênia	
	29-Planalto Aurora	
	30-Parque Atenas	
	31-Sacavém	
	32-Vila Menino Jesus de Praga / Cohaserma / Planalt	
	33-Vila Jeniparana	
	34-Coroadinho	
	35-Cohapam	
	36-Vila Ailton Senna	
	37-Vila Fialho	
	38-Belo Horizonte	
	39-Ponta do Farol	
	40-Vila 07 de setembro / Vila Regina	
	41-Cohab Anil I	
	42-Apeadouro	
	43-Bairro de Fátima	
	44-Parque Guanabara	
	45-Santa Cruz	
	46-Fumacê	
	47-Madre Deus	
	48-Conjunto Rio Anil	
	49-Turu / Jardim das Oliveiras (Cohajoli)	
	50-Outeiro da Cruz	
	51-Jaracaty	
	52-Santa Eulália / Vila Independente	
	53-Alemanha	
	54-Primavera II (Cohajap II)	
	55-João de Deus	
	56-Coréia	
	57-Túnel Sacavém	
	58-Vila Cascavel	
	59-Turu	
	60-Boa Morada	
	61-Vila Cruzado	
	62-Vila Palmeira	
	63-Chácara Brasil	
	64-Sá Viana	
	65-São Raimundo Bacanga	
	66-Vila Nova	
	67-Sítio Leal	
	68-São Francisco	
	69-Cohaserma / Cohaserma II	
	70-Parque Sabiá	
	71-Planalto Anil	
	72-Olho D'água	
	73-Primavera-Coroado	
	74-Ribeira	
	75-Novo Angelim	
	76-Cohatrac I, II, III, IV, Primavera-Cohatrac	
	77-Monte Castelo	
	78-Cruzeiro do Anil	
	79-Estiva	
	80-Retiro Natal	
	81-Parque Amazonas	
	82-Vila Conceição - Coroadinho	
	83-Filipinho / Redenção	
	84-Vila Bacanga	
	85-Bela Vista / Primavera I (Cohajap)	
	86-Tiririca	
	87-Alto da Esperança	
	88-Anjo da Guarda	
	89-Recanto dos Pássaros	
	90-Renascerça	
	91-São Bernardo	
	92-Parque Ângela / Residencial Vinhais III	
	93-Residencial Planalto Vinhais I / Vinhais VI	
	94-Vila Mauro Fecury I	
	95-Maranhão Novo	
	96-Santa Rosa	
	97-Vinhais IV	
	98-Apicum	
	99-Santa Bárbara	
	100-Matões	
	101-Tahim	
	102-Bequimão	
	103-Cutim Anil	
	104-Santo Antonio	
	105-Jardim Coelho Neto	
	106-Cohab Anil IV	
	107-Fabril	
	108-Cohafuma	
	109-Calhau	
	110-Jardim São Cristovão / Conjunto Juçara	
	111-Loteamento Vinhais	
	112-Coroado	
	113-Vila Janaína	
	114-Goiabal	
	115-Vila Lobão e Vila Roseana Sarney	
	116-Ilha Bela	
	117-Ipem São Cristovão/Conjunto São Carlos	
	118-Areinha	
	119-Forquilha	
	120-Loteamento do Vaele	
	121-Vila Maranhão	
	122-São Marcos	
	123-Conjunto Residencial Jeniparana	
	124-Coqueiro	
	125-Ipem Turú	
	126-Planalto Anil IV Centauro	
	127-Alameda dos Sonhos	
	128-Cohab Anil III	
	129-Conjunto São Marcos	
	130-Jardim América	
	131-Lira	
	132-João Paulo	
	133-Sítio São José	
	134-Conjunto Habitar	
	135-Jardim Monterey/ Vinhais Velho	
	136-Vila América	
	137-Planalto Turu II	
	138- São Raimundo do Gapara	
	139-Parque Olinda/ Vila Roseana	
	140-Cidade Operária	
	141-Recanto dos Nobres	
	142-Jordoa	
	143-Vila dos Frades	
	144-Pindorama	
	145-Quebra-Pote	
	146-Ilhinha	
	147-Caratatua	
	148-Conjunto Habitacional Vinhais	
	149-Anil	
	150-Vila Mauro Fecury II	
	151-Santa Clara	
	152-Radional	
	153-Jardim São Cristovão II	
	155-Vila Brasil	
	156-Jardim das Margaridas / Parque Aurora / Planalt	
	157-Angelim	
	158-Jardim América Central	
	159-Ipase	
	160-Cohab Anil II	
	161-Jambeiro	
	162-Bom Milagre	
	163-Ivar Saldanha	
	164-Bom Jesus	
	165-Vila São Luís	
	166-Jardim de Fátima	
	167-Cohab	
	168-Gancharia	
	169-Centro	
	170-Recanto dos Signos	
	171-Vila Vitória	
	172-Japão	
	173-Mato Grosso	
	174-Parque Universitário	
	175-Itapiracó	
	176-Tibiri	
	177-Vila Itamar	
	178-Mata de Itapera	
	179-Vila Isabel Cafeteira	
	180-Conjunto Habitacional Turu / Jardim Atlântico	
	181-Ponta d'Areia	
	182-Conjunto Dom Sebastião / Vila dos Nobres / Pq.	
	183-Barreto	
	184-Diamante	
	185-Cohama	
	186-Recanto Fialho / Vila União	
	187-Vila Dom Luís	
	188-Residencial Turquesa	
	189-Itaqui	

Fonte: Autora, a partir de dados da SEMFAZ e do IBGE (2015).

Já o IBGE, com relação aos limites da cidade, utiliza os limites das divisões municipais do estado, atualizado pelo IMESC. O Órgão tem também sua própria definição para áreas de situação urbana e de situação rural e consequentemente, seus próprios limites para tal. A diferença é apresentada por setores censitários que são considerados de situação urbana ou rural. A figura 10 explica graficamente como se dividem os setores de um município:

Figura 10: Divisão em um município utilizada pelos censos do IBGE



Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, os limites dos setores censitários também não são definitivos. Houve acréscimo no número, bem como desmembramento e alteração dos limites de alguns setores, quando comparados os censos demográficos realizados em 2000 e em 2010. Já sobre o censo de 1990, o órgão só disponibiliza arquivos gerais. Não são disponibilizados dados por setor censitário. A tabela 1 apresenta o quantitativo dos setores considerados de situação urbana nos censos de 2000 e 2010.

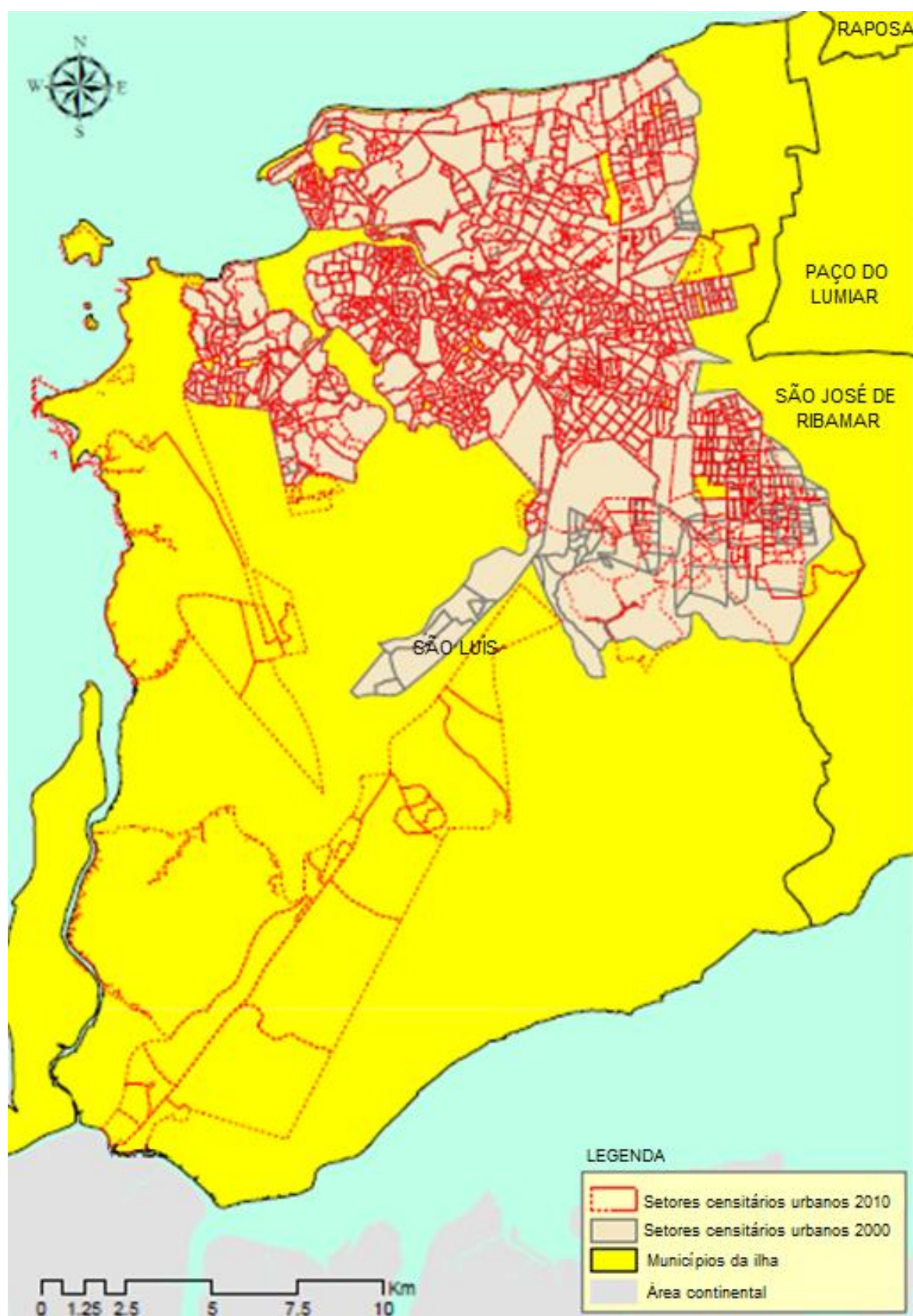
Tabela 1: Quantitativo de setores censitários de situação urbana.

CENSO	Nº DE SETORES CENSITÁRIOS DE SITUAÇÃO URBANA
1990	Indisponível
2000	751
2010	1055

Fonte: Autora, a partir de dados do IBGE.

A figura 11 apresenta os setores censitários do censo de 2000 e de 2010 sobrepostos. Pode-se perceber que houve um acréscimo considerável da área considerada de situação urbana na cidade, pelo IBGE em uma década (entre os censos de 2000 e 2010).

Figura 11: Sobreposição de setores censitários de situação urbana de 2000 e 2010



Fonte: Autora, a partir de dados do IBGE.

Desta forma, com relação aos limites no município, utilizou-se a área definida como de situação urbana de São Luís e a divisão em setores censitários do IBGE, para permitir o cruzamento de dados, uma vez que podem ser utilizadas informações colhidas nos censos de 1990, 2000 e 2010 e por esses dados serem a fonte primária dos estudos desenvolvidos nos demais órgãos.

Foram considerados todos os setores censitários de situação urbana: as áreas urbanizadas de cidade ou vila; as áreas não urbanizadas de cidade ou vila e as áreas urbanas isoladas. Quanto ao tipo dos setores, foram considerados os do tipo comum (não especial), já que a intenção é analisar os espaços de morar tradicionais. O quadro 1 abaixo apresenta a classificação dos setores segundo o IBGE (2010):

Quadro 1: Classificação dos setores censitários.

C L A S S I F I C A Ç Ã O	Situação	Urbana	Áreas urbanizadas de cidades ou vilas
			Áreas não urbanizadas de cidades ou vilas
			Áreas urbanas isoladas
		Rural	Aglomerado rural de extensão urbana
			Aglomerado rural isolado – povoado
			Aglomerado rural isolado – núcleo
			Aglomerado rural isolado - outros aglomerados
			Zona rural, exclusive aglomerado rural.
	Tipo	Comum ou não especial	
		Especial	Especial de aglomerado subnormal
			Especial de quartéis, bases militares, etc.
			Especial de alojamento, acampamentos, etc.
			Especial de embarcações, barcos, navios, etc.
			Especial de aldeia indígena
			Especial de penitenciárias, presídios, cadeias, etc.
			Especial de asilos, orfanatos, conventos, hospitais, etc.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE (2010).

Em segundo, decidiu-se o tipo de domicílios. Os domicílios considerados são também do tipo comum e quanto à espécie são particulares permanentes. Ou seja, casas, apartamentos ou cômodo independentes.

1.2. Escolha dos métodos, das amostras, dos instrumentos e critérios de análise dos casos de estudo, dos parâmetros, variáveis e indicadores

Os dados sobre a sociedade e as casas de classe média de São Luís do século XXI foram coletados pelos métodos estatístico, survey e estudo de caso. Pelo método estatístico foram realizadas análises dos dados do Censo (2010), onde foram coletadas as informações referentes a todo o universo da população de classe média

local. Pelo método survey, que se caracterizou como descritivo e de corte transversal, foi aplicado um questionário, respondido por uma amostra do universo. Os dados foram tabulados e analisados com o auxílio da estatística descritiva simples, utilizando conceitos de porcentagem, média e moda. No estudo de caso foram realizados walkthrough e entrevistas com uma amostra escolhida por conveniência (que significa uma amostra formada por aqueles que se mostrarem disponíveis. No caso, entre os participantes dos questionários que se mostraram disponíveis) e pelo efeito bola de neve (que significa a indicação de participantes por outros participantes).

Para cálculo da amostra, pensou-se em duas possibilidades. Na primeira seriam considerados os 64.058 domicílios particulares permanentes da cidade em 2010, que possuíam rendas intermediárias, considerados nesta tese como de classe média média e média alta. Para um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 7%, o número total de questionários aplicados seria de 196.

Como o recorte do estudo se limita à área do Cantinho do Céu e adjacências, entendeu-se que a amostra estratificada poderia ser retirada do total de domicílios dos bairros selecionados, já que os casos de estudos vão retratar as casas da classe média daquela área e não de toda São Luís. Entretanto, em razão do tamanho reduzido do número de domicílios, o tamanho da amostra seria proporcionalmente maior e resultaria em poucas unidades de diferença. Por isso, optou-se por usar o valor referente à amostra do universo total, 196. Respondentes moradores de bairros adjacentes, atingidos pela coleta de dados por estarem presentes nas proximidades e cuja renda encontrou-se dentro do estrato investigado foram considerados.

Para os estudos de casos foi realizada observação in loco, associada a outros instrumentos de análise.

A princípio, os casos de estudo seriam escolhidos de acordo com os grupos domésticos dominantes, mas a análise dos dados da amostragem realizada indicou que os grupos domésticos não seriam exatamente o melhor critério de seleção.

A interpretação dos dados do estudo de caso foi feita concomitantemente com a sua recolha, como sugere Silva; Pinto (2009).

1.2.1. Os instrumentos de análise

Instrumentos de análise de APOs e de estudos pessoa- ambiente foram utilizados nesta investigação para recolha de dados e análise. Além do questionário, para o estudo de caso foram utilizados: walkthrough pelo investigador e entrevistas.

Para evitar a desconfiança e facilitar o acesso a um maior número de participantes, eles foram abordados e os questionários foram distribuídos em locais públicos onde as pessoas estivessem esperando por algo ou alguém, como panificadoras, praça de alimentação de grandes supermercados e shoppings, restaurantes, lanchonetes, agências bancárias, igrejas e escolinhas infantis esportivas. Por isso, entre as perguntas do questionário estão o bairro e renda dos participantes.

Ainda que alguns questionários tenham sido descartados pelo participante não fazer parte do grupo alvo, essa abordagem permitiu alcançar um maior número de pessoas. Nesta fase, optou-se por questionário ao invés de entrevista, também para alcançar um maior número de pessoas. Vários questionários puderam, por exemplo, ser distribuídos ao mesmo tempo em um restaurante, enquanto os possíveis participantes estavam esperando sua refeição.

Respostas como “não sei e não tenho opinião” foram evitadas, pois costumam ser usadas como fuga. No fim do questionário era perguntado se o participante gostaria de fazer parte da segunda etapa da investigação, com visita à sua residência para observação e entrevista. Se sim, foi pedido que a pessoa deixasse seu contato.

Para verificar o grau de auto monitoramento através do teste de Snyder, contido no questionário, usou-se a escala de Snyder, que identifica 3 padrões, auto monitoramento baixo, intermediário e elevado.

A abordagem padrão consistiu em dizer ao possível respondente as seguintes palavras: “bom dia/ boa tarde/ boa noite, estou fazendo uma pesquisa para uma tese de doutorado em Arquitetura. Você/ o senhor/ a senhora mora pelas redondezas até o Turu? Aceitaria responder um questionário enquanto aguarda o lanche/refeição/ser atendido?”

Os participantes para os casos de estudo foram selecionados como já explicado, por conveniência e bola de neve.

No estudo de caso, todas as entrevistas coletivas foram realizadas no mesmo ambiente da casa, a sala, para criar um padrão e minimizar interferências causadas pelo estilo de vida e necessidade de privacidade dos moradores.

Foi montada uma ficha resumo para ser preenchida durante e com as informações coletadas pelo walkthrough.

Foram realizados testes para avaliar o questionário e os instrumentos utilizados no estudo de caso, a fim de registrar tempo de aplicação, entendimento das perguntas, técnica de abordagem e recepção à investigação. Alguns ajustes foram feitos.

Todos os documentos utilizados na investigação de campo estão nos apêndices. O questionário impresso para aplicação foi formatado com outras margens, de modo que ocupasse 2 folhas, frente e verso.

1.2.2. Os critérios, parâmetros, variáveis e indicadores

Mas que informações exatamente foram coletadas dessas pessoas e casas? Como foi decidido que critérios norteariam a análise? Se para projetar uma casa, deve-se conhecer o indivíduo, para conhecer o indivíduo pode-se analisar sua casa. Então os dois atores dessa relação fizeram parte do estudo.

Entendeu-se que seriam precisos, para a caracterização dos moradores, critérios socioculturais. Para as moradas, critérios espaciais e imateriais. Então, passou-se à definição dos parâmetros a serem analisados em cada critério. Decidiu-se que, quanto às moradas, os parâmetros analisados no critério espacial seriam quantitativos e no imaterial, qualitativos.

Para os moradores, o quadro 2 apresenta os parâmetros para análise, as variáveis, os indicadores, o método de recolha e sua validação. A referência para a escolha dos parâmetros foi Pereira (2012) que utilizou o que a autora chamou de “cinco dimensões chave”: sociológica, habitacional, relacional, estilos de vida e valores.

Quadro 2: Caracterização social dos moradores

CRITÉRIOS	PARÂMETROS	VARIÁVEIS	INDICADORES	MÉTODOS DE RECOLHA	VALIDAÇÃO
Socioculturais	Sociodemográficos	Quantas pessoas moram na residência	De 1 a mais de 10	Questionário	Censo (2010)
		Formação do Grupo doméstico/ familiar	Composições baseadas no censo	Questionário	Viana; Boueri (2012) Censo (2010)
		Responsáveis pelas atividades domésticas	A mulher	Questionário	–
			O homem		
			A família		
	Estilo de vida	Tipo familiar	Familiar	Observação	Cabrita (1995)
			Urbano		
		Prática das refeições semanais	Em casa	Questionário	Pedro (2002)
			Na rua		
		Principal ambiente onde a(s) tv(s) é (são) utilizada(s)	Listagem de cômodos	Questionário	–
		Ambiente preferido da casa	Listagem de cômodos	Questionário	Kron (1983)
		Uso de extensões humanas	Carro	Questionário	Hall (1990)
			celular		
			Computador pessoal		
		Acesso a comunicação	Internet	Questionário	Censo (2010); PNAD
			Tv a cabo		
			Streaming (netflix)		
		Complemento aos serviços públicos	Plano de saúde	Questionário	Censo (2010); PNAD
			Educação privada		
			Segurança privada		
	Valores	Línguas de domínio	1	Questionário	–
			Mais de 1		
		Prática de esportes	Índice de moradores	Questionário	–
Dieta alimentar vegetariana/vegana		Índice de moradores	Questionário	–	
Prática religiosa		Cristã	Questionário	Censo (2010); PNAD	
		Espiritualista			
		Outra			
		Agnóstico			
		Ateu			
Viagens		Sem o hábito	Questionário	–	
	1 vez ao ano				
	2 vezes ao ano				
	3 ou mais vezes ao ano				

Fonte: autora.

Os parâmetros e variáveis escolhidos foram definidos para avaliar não só os hábitos e costumes atuais das famílias, como também o tempo cultural em que elas se encontram, por exemplo: a prática de refeições na morada é importante pois pode avaliar o grau de informalidade nesses lares, típico da contemporaneidade.

É válido lembrar que os balcões de cozinha são um resultado do comer rápido, dessa informalidade citada por Portas (1969) e Pedro (2002) e hoje muito comuns em projetos de decoração residenciais. Mas é preciso entender se os ludovicenses estão de fato com um novo hábito ou apenas reproduzindo a concepção contemporânea desses espaços. Usa-se esses balcões? Para comer? Para conversar? Ou apenas para ampliar o espaço integrando áreas?

Já para a caracterização dos espaços de morar, considerou-se critérios espaciais e imateriais. Para os critérios espaciais foi utilizada a metodologia de Pedro (2002) que analisou edificações segundo “três perspectivas de classificação”: a perspectiva programática- conjuntos de habitações com programas de espaços/compartimentos idênticos; a perspectiva morfológica- conjuntos de habitações com características formais idênticas e a perspectiva topológica- conjuntos de habitações com relações entre compartimentos idênticas. A estas perspectivas de Pedro (2002), que consideramos como parâmetros, foi acrescentado um quarto, o cultural. Quanto às variáveis, elas foram definidas com base em referências bibliográficas diversas.

Os parâmetros definidos para os critérios imateriais foram a Decoração, Sensação de pertencimento, Apropriação do espaço e mobiliário. As variáveis desses parâmetros também foram baseadas em diversas bibliografias.

Cada parâmetro e variável escolhidos para a caracterização espacial e imaterial tocam uma necessidade de análise, por exemplo: a área das moradas com linha de corte do indicador de 70m² é em razão de Portas (1969), que entendeu esta metragem como relativamente suficiente para uma família que ocupe casas não evolutivas, considerando o seu provável ciclo familiar.

É importante colocar a relação que pode ser construída analisando-se os resultados da caracterização social, espacial e imaterial. O número de cozinhas, por exemplo, pode definir um padrão escravocrata da família e de sua moradia. Já o

número de banheiros denuncia o caráter individual dos moradores e o grau de intimidade existente entre eles.

O quadro 3 apresenta a caracterização espacial dos espaços de morar e o quadro 4 a caracterização imaterial. Os modelos do questionário a ser respondido pela amostra, da entrevista a ser realizada com os moradores dos casos de estudo escolhidos, da ficha resumo com o roteiro para observação no local, das autorizações e termos de consentimentos utilizados estão nos apêndices deste documento. As questões 22, 33 e 39 do questionário foram adaptadas do modelo de questionário de Villa (2008) e a questão 45 trata-se do teste de Snyder.

O capítulo seguinte começa a tratar das casas históricas de São Luís, cujo entendimento é fundamental para a compreensão da casa contemporânea da classe média. Não há como entender a casa de hoje sem estudar suas origens, de onde vieram e o significado e importância dos seus símbolos.

Quadro 3: Caracterização espacial dos espaços de morar

CRITÉRIOS	PARÂMETROS	VARIÁVEIS	INDICADORES	MÉTODOS DE RECOLHA	VALIDAÇÃO
Materiais (Espaciais)	Programáticos	Área	Menor que 42m²	Questionário/Observação	–
			Entre 42 e 57m²		
			Entre 57 e 70m²		
			Entre 70 e 100m²		
			Entre 100 e 200m²		
			Entre 200m 400²		
			Acima de 400m²		
		Lotação da habitação (Número de quartos/número de moradores)	Livre	Questionário	Pedro (2002)
		Programa de necessidades	Presença de DCE e ausência de varanda	Questionário	Portas (1969); Pedro (2002); Lange (2016); Vespucci (2017)
			Presença de DCE e de varanda		
			Ausência de DCE e presença de varanda		
			Ausência de DCE e de varanda		
		Programa de necessidade-quantitativo quartos	Livre	Questionário	Portas (1969); Pedro (2002)
		Programa de necessidades-quantitativo banheiros	Livre	Questionário	Portas (1969); Pedro (2002)
		Programa de necessidades-quantitativo cozinhas	Livre	Questionário	–
	Morfológicos	Inserção no lote	Sem afastamentos	Questionário/Observação	Pedro (2002)
			Sem afastamento frontal e variações		
			Afastamento frontal e lateral e variações		
			Central		
		Relação com o exterior	Presença de muro	Observação	–
			Ausência de muro (abertura para a rua)		
		Taxa de permeabilidade	Área lote/área permeável	Observação	–
		Tipo de cobertura	Telhado aparente	Observação	–
			Telhado encoberto		
	Topológicos	Articulação entre os cômodos	Privacidade	Observação	Pedro (2002)
			Convivialidade		
			Comunicabilidade		
		Zoneamento-plantas schneideanas	Planta corredor	Observação	Schneider (1998)
			Planta caixa inserida		
			Planta sala de estar central		
			Planta com separação das áreas funcionais		
			Planta orgânica		
			Planta fluida		
			Planta circuito		
			Planta flexível		
		Identificação de ambientes de centro e de periferia	Quartos	Observação	Portas (1969)
			Salas		
			Cozinhas		
	Culturais	Situação do imóvel	Próprio comprado	Questionário	–
			Próprio construído		
			alugado		

Fonte: autora.

Quadro 4: Caracterização imaterial dos espaços de morar

CRITÉRIOS	PARÂMETROS	VARIÁVEIS	INDICADORES	MÉTODOS DE RECOLHA	VALIDAÇÃO
Imateriais	Decoração	Aquisição de mobiliários	Herdados Comprados em lojas populares Comprados em lojas mais caras Planejados	Questionário	
		Uso de cores	Ausente	Observação	Lacy (2002)
			Pastel		
			Viva		
		Linguagens e idiomas de Freitas	Convexo de ordem profusa	Observação	Freitas (2012)
			Convexo de ordem rígida		
			Convexo de ordem personalizada		
			Côncavo de funcionalidade em construção		
			Côncavo de funcionalidade em exercício		
			Côncavo de funcionalidade estética		
		Arquétipos de George; Lyon	Casa do visionário	Observação	George; Lyon (1998)
			Casa do artista		
			Casa do idealista		
			Casa do aventureiro		
		Unidade na decoração	Cômodos com a mesma linguagem	Observação	Kron (1983)
			Cômodos com linguagens diferentes		
	Sensação de pertencimento	Personalização de interiores	Planejada Intuitiva	Entrevista	–
		Representatividade	Não representado	Entrevista	–
			Representado em 1 cômodo		
			Representado em alguns cômodos		
			Representado em todos os cômodos		
		Bem-estar	Confinado/ preso/ sufocado	Entrevista	–
			A vontade		
	Adequação do espaço	Necessidades espaciais	Atendidas adequadamente	Questionário/ Entrevista	–
			Não atendidas adequadamente		
		Reformas	Sem adequação	Questionário	Ramos (2003)
			Autoconstrução		
			Planejada		
		Reformas -Acréscimo de área	Índice de opções		
		Reformas- Número de cômodos acrescentados	Índice de opções		
		Reformas- Número de cômodos modificados	Índice de opções		
	Apropriação do espaço	Domínios por cômodo	Masculino	Entrevista/ observação	Kron (1983)
			Feminino		
			Infantil		
		Espaço pessoal (territorialidades)	Relação entre espaços na casa e os usuários	Entrevista/ observação	Oliveira (2015)
		Espaços mortos	Espaços vitrine	Questionário/Entrevista/ observação	–
	Mobiliário	Extensões na casa	Número de computadores dekstop	Questionário	Hall (1990)
			Número de tvs		
			Número de carros		

Fonte: autora.

CAPÍTULO 2

**A história da sociedade e do morar
ludovicense pré-revolução industrial
inglesa**

Características medievais da São Luís
seiscentista

Características medievais da São Luís
setecentista

2. A HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DO MORAR LUDOVICENSE PRÉ-REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA

Ao analisar os hábitos, usos e espaços de morar da cidade de São Luís pré-revolução industrial percebe-se a existência de habitações, hábitos e costumes medievais citados por Burns (1975); Elias (1993); Duby (2009), quando falam da vida urbana em cidades medievais ocidentais no fim da época feudal (antes do século XV), indicando que em São Luís, habitações, hábitos e costumes medievais perduraram por muito mais tempo, ainda que misturando-se lentamente com ideais da idade moderna.

Desta forma, este capítulo apresenta a sociedade e o morar ludovicense à luz da Europa, pois para compreender a São Luís medieval é preciso compreender alguns costumes medievais europeus, os clãs familiares e o sistema de classes sociais estáticas que definiam os hábitos e espaços domésticos, visto que estes influenciaram a vida doméstica ludovicense, ainda que séculos depois.

Elias (1993) quando escreve sobre a Alemanha medieval, sempre a compara com a França, pois o país influenciava os demais à época, pelo seu desenvolvimento. O autor explica que as pessoas são condicionadas a viverem como vivem. Seus costumes e hábitos não são naturais, são impostos e as pessoas são moldadas no seu viver. Isto explica por que em terras conquistadas além-mar pelos europeus, os costumes, hábitos, usos e espaços de morar são um reflexo dos países que os colonizaram.

Gilberto Freyre (1940) também, em *O Mundo que o português criou*, aborda o papel dos colonizadores e da influência da relação luso-brasileira para a formação da sociedade do Brasil.

Ainda, Elias (1993, vol. II) fala da interdependência entre os ciclos sociais como motivo forte para as contenções dos modos de conduta social. Segundo o autor, as relações e os hábitos não mudam da noite para o dia.

Entretanto, é evidente que as relações e o cotidiano doméstico brasileiro e ludovicense não se deram somente em função de influências europeias, principalmente portuguesas e francesas. Portanto este capítulo aborda também a

adequação de costumes estrangeiros à realidade local e a influência indígena e africana nos espaços de morar de São Luís, nos seus dois primeiros séculos.

Ainda, apresenta o arquétipo de morador e de moradia. Quem vivia e como vivia na sociedade ludovicense de cada época.

2.1. Características medievais da São Luís seiscentista

Como já colocado, percebe-se traços das relações feudais citadas por Duby (2009), nas relações coloniais no Maranhão. Os autores explicam que os senhores feudais da idade média tinham poder sobre os seus dependentes e escravos. Tinham, inclusive, poder para castigar e gerir suas vidas.

Como a escravidão de indígenas e depois de negros foi uma realidade no Brasil até o final do século XIX, essa herança medieval se estendeu por terras brasileiras por um tempo bem maior que em outros países, inclusive em São Luís, com base no que foi lido em Lacroix (2012). Ainda, como a sociedade brasileira se desenvolveu sob a base do patriarcado, a vida em clãs familiares se prolongou na sua estrutura também por muito mais tempo.

Outra característica medieval, o forte poder da igreja e sua capacidade de influenciar e ditar costumes e modos de vida também foi estendido às colônias europeias, incluindo as terras maranhenses, ainda conforme Lacroix (2012).

Mais uma questão a ser considerada é a relação público e privado e a ausência do sentimento de intimidade na idade média. A clara definição de que tudo era público na idade média ocidental e nos tempos anteriores a ela pode ser percebida quando Cabido (1994) explica que a casa não era a primeira preocupação do homem medieval. Antes vinham as construções religiosas, as edificações militares e as infraestruturas coletivas, tendo por outro lado as casas, a quarta preocupação, permanecendo durante muito tempo como um abrigo rudimentar.

Novais (1997) fala que na Europa ocidental, entre a idade média feudal e o mundo contemporâneo burguês há uma transição com limites confusos, uma época dita de transição. Para o autor, na época, a vida e o que a permeia não era de todo pública, como na idade média, mas não há ainda uma clara noção do que hoje

compreendemos como privado. Há, pois, uma mistura entre os dois mundos. Essa fase intermediária, deu-se na idade moderna.

Entretanto, a São Luís seiscentista não parecia viver esta transição. Novais (1997) relata que no Brasil colônia do século XVII, a noção da vida em público ainda era muito forte e as casas abrigos, bem como o despudor sexual dos colonos, reforçam a colocação do autor.

Ainda, segundo Novais (1997) no início da colonização, a sociabilização era feita fora dos domínios das casas; nas ruas e igrejas. A vida era na rua. Estas e o abrigo a forasteiros era o tipo de sociabilidade da época.

2.1.1. A sociedade de clãs familiares na São Luís seiscentista

É preciso entender como os indivíduos se agrupam no lar em cada época da história para que se possa compreender suas casas, hábitos e costumes de morar. Estes indivíduos que vivem coletivamente recebem várias denominações, onde a mais comum ainda é a de família.

Para Cunha (2010), durante longo tempo a definição oficial da família, principalmente nas sociedades ocidentais, como a brasileira, baseou-se na consanguinidade entre seus membros. Elas eram identificadas como clãs por serem formadas por grandes grupos descendentes de um único indivíduo.

Mas no Brasil, de acordo com Novais (1997), a formação familiar, dado o processo de colonização, desde cedo foi mista. De modo que o que definia uma família era a casa e não o arranjo familiar em si, que variava de domicílio para domicílio, conforme conta o autor:

“...apenas pessoas de uma mesma família nuclear e um ou dois escravos, em outros, somavam-se a essa composição, agregados e parentes próximos, como mães viúvas ou irmãs solteiras. Por vezes encontramos domicílios compostos de padres com suas escravas, concubinas e afilhadas, ou então comerciantes solteiros com seus caixeiros. Em alguns domicílios verificamos a presença de mulheres com seus filhos, porém sem maridos. Também nos deparamos com situações em que um casal de conjugues e a concubina do marido viviam sobre o mesmo teto. Isso sem falar nos filhos naturais e ilegítimos que muitas vezes eram criados com os legítimos” (NOVAIS, 1997, p.86).

De fato, segundo Novais (1997), a morada (que para ele é o que define a família) é o espaço de intimidade onde se configuram os laços, os costumes e os hábitos. Desta forma, o autor demonstra que a pluralidade da família no Brasil, embora apenas recentemente reconhecida, é antiga e que o casamento como instituição dignificadora na sociedade e protetora de mulheres era uma instituição de elite, segundo o autor, embora extremamente importante para o processo colonizador e doutrinador praticados pelo estado e pela igreja.

Entretanto, Duby (2009) já falava da importância dos vizinhos na Europa medieval como extensão ou até mesmo parte da família, mostrando que a parentela para além dos vínculos sanguíneos é uma herança europeia.

Duby (2009) também citam que em meados de 1400, as famílias tinham várias configurações e que a coabitação era uma forma comum de moradia na idade média, até mesmo em meados dos quatrocentos.

Lacroix (2012) e Meireles (2015) indicam que na São Luís do século XVII, tudo era muito primitivo. A grande luta era a da sobrevivência. O que comer, como se proteger das invasões e como se abrigar em terras ditas selvagens. As famílias então se estendiam mesmo aos vizinhos, pois a sobrevivência unia seus moradores. Outro ponto a considerar é que quase não havia mulheres colonas à época, conforme Prado Jr (1954) e Freyre (1993). Então a família pelos moldes tradicionais também pouco existia. O relacionamento de colonos com índias e escravas negras era comum, embora contrariando a coroa.

Entretanto, sendo o Brasil um país continental, os laços familiares não se desenvolveram dentro do seu território da mesma forma. Particularidades na colonização nordestina resultaram em uma sociedade que se relacionava com regras diferentes daquelas do Sudeste, por exemplo, de acordo com Prado Jr (1954).

No Brasil colonial, devido à colonização, era necessária uma grande mobilidade, que dificultava a criação de laços, como Novais (1997) explica. Mas, segundo o autor, isto não se deu no Nordeste brasileiro onde o solo rico e apropriado para o plantio permitiu a consolidação da agricultura da cana de açúcar e a permanência dos colonos e a consolidação da classe rural e de seu patriarcado explicado por Freyre (1993).

É possível observar por meio de Lacroix (2012) e Meireles (2015) que os anos 1600 foram para São Luís o século de formação de sua sociedade. Principalmente no seu início, formada por homens colonos e homens e mulheres escravos. Esta era a dualidade na sociedade da época. Ou se era senhor ou se era escravo, dando origem, portanto a dois arquétipos sociais que permaneceriam por muito tempo na sociedade local.

A igreja também teve um papel importante na formação dessa sociedade. Ela funcionava como um norteador de comportamentos e costumes. Muito do comportamento conservador da época era imposto pela igreja que se utilizava da definição de pecado para controlar os cidadãos. Entretanto, segundo Novais (1997), a igreja tinha dificuldade em controlar os colonos nos seus apetites sexuais e suas relações com índias e escravas negras.

Lacroix (2012) conta que as festas organizadas pela igreja católica eram responsáveis por quebrar a monotonia e calma da cidade, revelando o papel central da religião na sociedade na época, que se refletia nos espaços de morar, com a presença de espaços de orar.

2.1.2. Os espaços de morar seiscentistas

Do Maranhão do século XVII, o da fundação de São Luís, não foram encontrados registros das residências. Lemos (1996) também fala da falta de registros fotográficos das casas populares do período colonial. As residências seiscentistas ludovicenses permanecem na escuridão do tempo passado. Nenhuma se manteve até os dias atuais. Silva F. (1998) cita Gedeon Morris que disse que em 1642 o maranhão teria entre 500 a 600 residências em São Luís. Meireles (2015) também relata que ao longo dos anos 1600, São Luís contou com mais ou menos 500 casas, ora mais, ora menos.

De acordo com Silva F. (1998), Gedeon Morris ainda teria dito que em 1653 São Luís era um núcleo de cidade com casas enfileiradas, em sua maior parte rústicas e cobertas de palha e onde só a casa do governador era de pedra e cal.

Meireles (2015) e Corrêa (2017) também afirmam que no século XVII as casas em São Luís eram de taipa e barro, às vezes sem reboco e cobertas com folhas de pindoba.

Até hoje são encontradas moradias nessas condições no interior do estado do Maranhão, conforme a figura 12, mostrando que a miséria cria janelas de tempo próprias que condiciona e mantém as pessoas em realidades temporais paralelas.

Figura 12: Casa de Taipa no Povoado de Flores em Anajatuba- MA



Fonte: Panoramio google mapas (2011).

Novais (1997) explica que as casas das vilas e cidades eram simples pois os moradores eram pessoas de poucos recursos e apenas ocasionalmente os moradores dos sítios e fazendas passavam por ali quando precisavam de abrigo. Portanto as casas eram térreas e tinham tamanho reduzido. Os sobrados das elites só surgiriam depois, com a consolidação de uma classe burguesa e do crescimento urbano no século XIX.

Próximo do último quartel do século, em 1683, segundo Silva F. (1998), a cidade possuía pouco mais de 1000 habitantes. As ruas eram tortas e sem calçamento e as casas ainda eram quase todas de taipa, cobertas com palha e urupemas nas janelas.

A urupema é uma variação do muxarabiê que, de influência árabe na arquitetura ibérica, permite olhar para o exterior sem ser observado, oferecendo um

mínimo de privacidade. A urupema era de palha trançada ao invés de madeira. Até hoje a palha trançada é utilizada para fechar janelas no sertão nordestino, como pode ser visto na figura 13.

Figura 13: Casa de palha no Nordeste brasileiro, com janelas fechadas com palha trançada



Fonte: <http://nogueirense.com.br/palmeira-solitaria>.

A janela foi trazida ao Brasil pelos portugueses. Meireles (2015) explica que tendo o Maranhão recebido várias levas de açorianos, de alguma forma, esta imigração estabeleceu semelhanças nas moradias ludovicenses com algumas encontradas nas ilhas dos açores.

Entretanto, as características construtivas acabaram sendo completamente adaptadas à realidade dos trópicos. Da mão de obra aos materiais disponíveis e os costumes e práticas, segundo Novais (1997) tiveram que ser adaptados. Para o autor, a natureza impôs suas próprias normas de morar e diz ainda que as atividades cotidianas eram marcadas pela luz do sol, quando ele nascia era hora de levantar, no momento do sol mais forte, descansava-se e ao fim do dia, quando ele se punha, era ora de dormir.

De acordo com Lemos (1996), outra diferença entre as casas brasileiras e portuguesas, era com relação às cozinhas. Acostumadas a estarem no interior das casas e próximas aos quartos na Europa, aqui no Brasil principalmente nas regiões mais próximas aos trópicos como em São Luís, ela se deu fora das casas, embaixo das árvores, em estruturas frágeis, de palha, algumas vezes não coberta. Para o autor

essa foi a primeira atitude genuína para a concepção do que se entende como casa brasileira.

Para Lemos (1996), na verdade eram dois modelos de casa, a dos pobres e a dos ricos e só a dos ricos é que tinha cozinha fora, pois, os europeus não aguentavam o calor, embora tenham tentado inicialmente construir e usar chaminés. Além do mais, estes possuíam escravos, o que viabilizava a cozinha externa. A dos pobres, que era na maioria de índios e negros ou mestiços, já acostumados com o clima a mantiveram no interior da casa. E essa seria a grande diferença entre a casa dos ricos e a dos pobres, além é claro do tamanho. O autor também cita o uso de duas cozinhas, uma simples dentro da casa e outra maior, para cozimentos mais demorados do lado de fora, na casa dos ricos.

Mas até hoje, nos rincões do Nordeste, este tipo de estrutura (cozinha fora) é encontrada nos fundos da edificação, as vezes sob a copa das árvores, onde há sombra, de modo que o calor do fogo não prejudique o conforto térmico das edificações pequenas. É também onde se lava as louças, pois o barro das paredes não resiste ao contato constante com a água. Muitas vezes, consiste em uma bancada, bem rudimentar, feita com tábuas de madeira, usada como área de trabalho, próxima a um fogaréu (ver figura 14).

Figura 14: Casa de palha no Nordeste brasileiro, com estrutura externa para o lavar e o cozer



Fonte: <http://mapio.net/pic/p-60853737/>

Mas é preciso também ter um entendimento sobre o que difere os espaços de morar urbanos dos rurais para compreender o espaço de morar ludovicense

seiscentista. É interessante perceber como esse espaço doméstico rural é o reflexo de um lugar e de suas necessidades pois, quando se analisa o espaço de morar urbano da São Luís seiscentista, percebe-se muito da casa rural e quase nada da casa urbana. Sua rusticidade, tamanho e existência para estritamente atender a função de abrigo demonstram que a São Luís seiscentista era rural.

Duby (2009) fala da casa do assalariado e dos pequenos agricultores quatrocentistas, que tinham paredes em barro com palha, dimensões reduzidas, geralmente de “4 a 5 por 8 a 10 metros”, sem divisões internas e, portanto, sem intimidade. Algumas vezes seriam um pouco melhores, cobertas com telhas, paredes mais sólidas, de pedras, dimensões maiores e compartimentadas, a maioria delas dividida em dois espaços.

Já Cabido (1994) explica que as casas do camponês medieval português eram frágeis cabanas, de madeira ou pedra, coberta com tecidos vegetais, de planta circular ou retangular e sempre muito pequenas, 3 a 4 metros de comprimento por 2 a 3 metros de largura. Um verdadeiro abrigo.

Na São Luís de duzentos anos depois, não só as casas dos pobres, mas as dos ricos também eram assim. Para Duby (2009) essa redução do espaço privado comprimia a família, expondo-os à promiscuidade, visto que a intimidade era negada. Cabido (1994) também expõe esse cotidiano:

“... as noções de casa, família, privacidade e mais ainda, intimidade, eram totalmente desconhecidas. As habitações, não sendo grandes, estavam repletas de gente... a vida doméstica decorria com toda a naturalidade sob olhar de qualquer espectador. Na ausência de outro local na cidade, a casa era o espaço público profano por excelência” (CABIDO, 1994, p.104).

Cabido (1994) ainda comenta que na idade média até mesmo os banhos não eram tomados em casa. Havia casas de banho públicas. Mas, embora no século XV os banheiros domésticos tenham começado a se tornar realidade na Europa, o mesmo não se verificou em São Luís.

A partir da rusticidade das edificações brasileiras da época, citadas por Novais (1997) e com base no que foi lido em Lacroix (2012) e Meireles (2015), em situação bem mais primitiva, na São Luís seiscentista os banhos eram tomados nos rios e

mares e as necessidades físicas feitas em latrinas públicas que consistiam nada mais nada menos do que buracos no chão, em locais pouco afastado das residências.

Prado Jr (1954) relata que as primeiras habitações do século XVI no Brasil são parte de um sistema de produção feudal: os engenhos e eram de dois tipos: a casa do senhor, chamada de Casa Grande e a casa dos escravos, chamada de senzala sendo, portanto, o critério de classe o definidor da tipologia da habitação do morador. O nome engenho vem das fábricas, que eram o elemento central da propriedade. Outros elementos como oficinas e estrebarias eram considerados secundários. Há registros, segundo o autor, de engenhos com mais de 1.000 escravos, uma “população” superior à de muitas pequenas cidades.

Para Novais (1997), o termo casas de vivenda ou de morada comumente utilizado para definir as casas rurais, mostram que elas eram compostas por várias partes onde tudo se fazia e muitos viviam.

A partir de Prado Jr (1954), Azevedo(1990), Freyre (1993), Lemos (1996) e Novais (1997), entende-se que esse sistema foi reproduzido no Brasil por quase dois séculos e as residências urbanas que foram surgindo posteriormente reproduziam o padrão segregacionista rural. Desta forma, percebe-se a idade média aparecendo no Brasil já na idade moderna: a economia agrária, o poder dos senhores feudais e o trabalho escravo.

Azevedo (1990) cita a casa do engenho de João Rodrigues Adorno, na Bahia do século XVII que era avarandada e tinha um pátio interno. Elas eram em sua maioria retangulares ou quadradas, de dois pavimentos e com telhados com telha cerâmica em quatro águas onde o térreo era utilizado para depósito, apoio da produção e quarto dos escravos.

Quanto às senzalas construídas no Brasil, estas eram construções simples de barro e madeira, que pareciam com galpões, sem divisões no seu interior. Os escravos dormiam sobre palhas ou no chão que era de terra batida. Moradia semelhante é descrita por Duby (2009) quando citam o alojamento dos assalariados e dos pequenos agricultores da idade média como:

“...paredes de barro com palha, seu teto de colmo... suas dimensões frequentemente reduzidas (quatro a cinco metros por oito a dez metros).

Exíguas, enfumaçadas, desprovidas de divisões internas, e por vezes em ruínas, essas moradas não proporcionam repouso nem intimidade” (Duby, 2009, p.180).

No Brasil colonial, o tamanho maior das senzalas era, obviamente, em função do número maior de escravos a serem “guardados”.

Segundo Prado Jr (1954), a propriedade fundiária, mais do que uma ambição dos primeiros colonos recrutados pela coroa, era uma necessidade, visto que o cultivo da cana de açúcar demanda grande quantidade de terra para se tornar economicamente atraente.

Em *Casa grande e Senzala*, Freyre (1993) faz uma ligação entre a forma como a sociedade brasileira se organiza e a organização de uma Casa Grande. De como o patriarcalismo se mostra na tipologia das casas da época e ainda coloca a senzala, ambiente comum às fazendas, como parte desse organismo que revela as regras sociais vigentes daquele tempo.

Lemos (1996) também faz distinção entre as casas rurais e as casas da cidade. O autor cita que as casas rurais eram compostas de várias partes espalhadas no terreno (o caso dos engenhos) e que isso era herança da “tradição nortista de Portugal”, associada a costumes indígenas e à não intimidade com o escravo africano.

A partir de Lacroix (2012) e Meireles (2015) compreende-se que as casas ludovicenses de 1600 eram, portanto, rurais. Seu arquétipo, é o da casa- abrigo, bem rústica, de palha, chão batido, praticamente sem mobílias. Compreender essas casas rurais é fundamental para entender as casas urbanas da São Luís setecentista. De porquê e como os abrigos seiscentistas se transformaram nos sobrados que viriam a seguir.

2.1.2.1. Herança indígena e africana

Para Novais (1997) é preciso compreender a influência das misturas entre uma população de colonos, nativos e escravos, cada um com seus costumes e cultura.

No livro *História da casa Brasileira*, Lemos (1996) discorre sobre a casa colonial, as urbanas, rurais e burguesas e sobre a presença da casa portuguesa no país e os sincretismos inevitáveis com a arquitetura indígena. O pano de fundo

utilizado pelo autor para explicar estas casas é a antropologia, sobre como os costumes e culturas envolvidas ditaram esses espaços de morar. A adequação cultural pela qual passam as casas construídas no Brasil é sempre colocada pelo autor.

As observações de Lemos (1996) são de fundamental importância para o entendimento das particularidades da casa ludovicense atual, explicadas somente à luz da antropologia ao se verificar a presença de costumes e hábitos indígenas e portugueses de outrora, mas ainda presentes.

Junto com o latifundiário e a monocultura, estabelecidos no Brasil à época, a presença de índios e africanos permitiu que esses dois povos contribuíssem para os costumes e modos de morar que foram se enraizando no Brasil colonizado pelos portugueses, como explicado por Weimer (2012).

Entretanto, para Lemos (1996), embora nossa casa tenha traços também africanos, o que mais marca a presença africana é o africano em si e como a sua presença permitiu que essa casa colonial funcionasse.

Freyre (1993) coloca o negro em um papel fundamental para a construção da sociedade e cultura brasileira. O livro de Gilberto Freyre é uma publicação brasileira relevante para o entendimento da construção da sociedade do país e que já deixa claro a relação íntima entre uma sociedade, seus hábitos e seus espaços de morar.

Quanto ao índio, Lemos (1996) explica que muitas práticas e costumes indígenas foram absorvidos em razão da falta de recursos e que, como não havia muitas mulheres brancas no início da colonização, eram as índias que ensinavam muita coisa e cuidavam dos trabalhos domésticos.

Freyre (1993) também cita que diversos hábitos indígenas foram incorporados pelos portugueses, bem como seus utensílios domésticos e mobiliários como a cuia, o pilão, a vassoura e a rede. O autor também cita alguns costumes mouros absorvidos por portugueses e que foram trazidos posteriormente para o Brasil, como o uso de tapetes, os azulejos, as telhas mouriscas e a janela quadriculada ou em xadrez.

No século seguinte, o setecentista, ainda segundo Novais (1997), as mulheres das famílias juntaram-se a elas e passaram também a contar com o auxílio das escravas negras.

É importante citar que investigadores como Filho (2017) e Panet (2017) relatam a presença da casa indígena, à época, dos mais diversos tipos, como ocas e palafitas, a depender da etnia. Esta menção é importante, pois características herdadas desse tipo de habitação até hoje são percebidas nos lares ludovicenses, assim como seus costumes. O uso das redes é um exemplo.

A forma do índio perceber seu espaço de morada também varia de acordo com a etnia. Panet (2017) exemplifica que o senso de público e privado do grupo indígena Kanela destoa do senso da sociedade ocidental. Para eles, todos os espaços são públicos, embora alguns sejam coletivos e ao ar livre, onde as cerimônias de festa são realizadas. Para essa etnia faz mais sentido a noção do íntimo. Nesse quesito o costume indígena é similar aos de quilombolas citados por Furtado (2017) que afirma que o conceito de casa para quilombolas é o de território. O que há é a intimidade a ser vivida dentro das casas.

Ainda, para eles, a casa é o lugar de nascimento, de vida e morte e o indivíduo está ligado até o fim à sua casa materna, sendo ali enterrado.

Lemos (1996) explica que as primeiras casas brasileiras usavam sistemas construtivos indígenas; eram construídas de palha amarradas em toras de madeiras, com coberturas também de palha tiradas de plantas típicas, mas obedeciam ao padrão interno de moradias portuguesas com divisões, principalmente para o dormir, diferentemente da “oca promíscua”, como chamou o autor, o que foi considerada uma intervenção portuguesa na habitação genuinamente brasileira. Outra intervenção seria com relação à forma. Enquanto as ocas eram circulares ou elípticas, as primeiras casas da colonização possuíam cantos e eram de retangulares a quadradas. Para o autor, este é o primeiro indício de sincretismo na nossa habitação.

2.1.2.2. O mobiliário da São Luís seiscentista

Segundo Duby (2009), no século XV, fim da idade média, o que indicava o tamanho de uma moradia e a posse dos seus moradores era a quantidade de camas.

Essa era a ostentação dos espaços de morar. As camas eram grandes, podiam passar dos 3 metros de largura com facilidade e era comum que toda uma família dormisse nela. Os quartos eram o coração da casa. As camas eram os móveis principais e os que primeiro eram adquiridos pela família. Os baús, que guardavam os pertences da família ficavam em volta do móvel.

Entretanto, na São Luís do século XVII, com base na rusticidade das edificações citadas por Lacroix (2012) e Meireles (2015) e pelo custo à época desses mobiliários, supõe-se que as camas ainda eram praticamente inexistentes. As pessoas dormiam no chão, sobre esteiras de palha e em redes, citados por Freyre (1993), cujo uso demonstra o sincretismo ludovicense nos modos de morar.

Segundo Novais (1997) comia-se com as mãos. Os talheres eram raros e apareciam em pequeníssima quantidade nos inventários. As louças eram de barro e feitas em casa. Louças de porcelana eram muito raras, assim como os talheres. Era hábito comer sentado no chão. O homem da casa por vezes comia à mesa e a mulher com os filhos perto dele, mas no chão.

Cabido (1994) cita que as cadeiras já eram usadas na segunda metade do século XV, mas na São Luís seiscentista elas também ainda eram raras.

Segundo Duby (2009) na Europa medieval quatrocentista, apenas as pessoas que moravam na cidade tinham acesso a móveis. As casas possuíam poucos móveis. Cama, baús, poucas mesas e cadeiras. Assim como na São Luís seiscentista, duzentos anos depois. Segundo Novais (1997) o interior das residências era extremamente pobre, o que incentivava que as pessoas a usassem para atendimento das necessidades: abrigo, alimentação e repouso.

Meireles (2015) também cita como o que chegava em São Luís era escasso. De acordo com o autor, apenas um navio fazia a viagem até Portugal, por ano. Se era difícil a chegada de mantimentos imagina de móveis, no período seiscentista.

De modo que o sincretismo entre os costumes portugueses e indígenas foi uma necessidade. Assentos rústicos e utensílios domésticos indígenas acabaram sendo incorporados pelos moradores da São Luís seiscentista e são percebidos até hoje

como as cuias, vasilhas feitas de casca de côco, ainda utilizadas nos lares mais pobres.

Sobre o móvel ícone da idade média europeia, Cabido (1994) diz que foi a arca, pois era o único comum nos lares. Ela era utilizada para diversos fins como se sentar, comer, guardar coisas e separar espaços.

Entretanto a realidade brasileira e ludovicense era completamente diferente. Passados quase duzentos anos de janela temporal, na São Luís da idade média, a rede parece ser o “mobiliário” realmente comum a todos, aos senhores e colonos, que passaram a usá-la e aos nativos indígenas.

Posteriormente, quando as redes já eram de algodão, era ela também, junto com os sacos, que serviam para guardar os poucos pertences da grande maioria da população e que servia de “baú” nas viagens a longas distancias, como pode ser percebido a partir de Guerra (2017).

As redes, ainda de acordo com Guerra (2017) eram usadas dentro de casa como móvel para dormir, como baú para guardar pertences e como transporte de vivos, em seus passeios, de enfermos e dos mortos. A rede era a protagonista da São Luís seiscentista.

2.2. Características medievais da São Luís setecentista

Segundo Lacroix (2012) a pobreza preponderou na cidade na primeira metade do século 18, os móveis nas casas eram poucos, rústicos e improvisados. Muitas casas não tinham camas, cadeiras, arcas... Para a autora, as preocupações eram outras.

Lacroix (2012) e Meireles (2015) afirmam que a primeira onda de progresso de São Luís aconteceu depois de 1755, pós terremoto de Lisboa, com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. De acordo com Lacroix (2012), nessa época chegaram moradores dos açores na região que precisava ser povoada e de mão de obra para o trabalho. Eles ainda receberam ajuda financeira. Além disso, a quantidade de navios fornecedores com viagens para o maranhão aumentou e foram trazidos também escravos africanos.

Lacroix (2012) cita que se em 1718 havia apenas 854 habitantes, em 1788 já eram 16580 residentes em São Luís. Para Lacroix (2012), o que modificou os hábitos e o dia a dia da cidade. O solo urbano se tornou mais valorizado. As antigas casas foram reformadas e foram construídas novas residências e casas comerciais, todas em pedra argamassada com cal de sarnambi, óleo de peixe e madeira de lei. É neste momento que as construções da cidade começam a perder seu caráter de apenas abrigo, tornando-se menos rústicas.

O crescimento foi tamanho que Andrès (1998) coloca que São Luís, no fim do século XVIII, era tida como a Lisboa do Equador, o espelho colonial da metrópole. No século seguinte, em pleno apogeu, passaria a ser conhecida como Atenas Brasileira.

A partir de Lacroix (2012) e Meireles (2015), percebe-se que, no quesito comportamento, a polidez começa vagarosamente a se instalar na cidade. Com as necessidades básicas sendo supridas com mais facilidade, com o aumento das viagens de abastecimento, a sociedade pôde começar a se voltar para outros campos.

Meireles (2015) conta que desde 1737, foi instalado o primeiro relógio público no auto da torre da igreja, hoje igreja da Sé, o que sem dúvida deve ter contribuído para a polidez dos moradores, ao se estabelecer com mais facilidade horários para encontros e compromissos.

Cabido (1994) comenta que como não havia intimidade na idade média, o público era a vida e portanto, as encenações dominavam as esferas da vida, inclusive no lar. Para Cabido (1994) o renascimento trouxe a estética para a arquitetura doméstica, mas trouxe também o pudor, a privacidade, a intimidade e o espírito de família. Somente na São Luís setecentista, pós terremoto de Lisboa, essas realidades da baixa idade média começaram a se instalar.

Segundo Elias (1993 vol. II) "...o controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em autocontrole" (pág. 193).

Entendemos então, que do surgimento e crescimento desse autocontrole, surge a necessidade de um lugar à parte dessas regras. Portanto, uma outra intimidade que não a sexual, foi-se tornando necessária. Cabido (1994) alerta para o

surgimento da busca pelos momentos de solidão para se fugir das aparências da época.

Ainda Cabido (1994) relata que nos fins da idade medieval europeia, a sociedade deixa de ser exterior, voltada para a rua e seu movimento e se recolhe ao interno, se individualizando. E os interiores domésticos acompanharam essa valorização do privado.

Também no século XVIII, segundo Novais (1997), a higiene passa a ser critério de distinção social no Brasil colônia.

Sobre as relações e os laços de família que se formavam, Novais (1997) afirma que as pessoas no Brasil colônia se casavam em média aos 20 anos e Lacroix (2012) explica que os colonos eram incentivados por seus senhores a casar com indígenas, para aumentar o número de serviçais.

2.2.1. A sociedade de Clãs familiares na São Luís setecentista

Ainda sobre a existência dos clãs e de seu arranjo espacial, Costa (2013) reforça o explicitado por Cunha (2010) e regionalizando a questão, cita que no Maranhão setecentista eram denominadas “casas” maranhenses os conjuntos familiares que incluíam as linhas diretas de sucessão e suas ramificações genealógicas. Com famílias numerosas, era comum que as edificações pertencentes às “casas” maranhenses abrigassem vários familiares e suas linhagens. Elias (1993) observou esse mesmo costume na Europa ocidental medieval, ainda que com variações entre os países.

Inclusive, era corriqueiro, segundo Costa (2013), que um patriarca, ao deixar em testamento uma edificação a um herdeiro, ordenasse que, ainda assim, a mesma deveria continuar recebendo seus descendentes que estivessem de pouso na cidade ou pelo tempo que fosse preciso, dispondo os bens imóveis sob a lógica do conjunto familiar. Desta forma, se compreende os grandes solares maranhenses citados por Duailibe (2017c) com seus inúmeros quartos que abrigavam uma gama de familiares residentes ou de passagem.

Ainda, com o aprofundamento das relações e interações sociais, outros fatores passaram também a permear o conceito de família da época, explicitando as

particularidades das diversas sociedades constituídas. Segundo Mota (2008), no Maranhão do século XVIII, um grupo familiar ia também além da consanguinidade e coabitação, podendo incluir membros de outras famílias e relações que se apresentavam como ritos sociais, como as de compadrio e as alianças políticas, como citam Elias (1993) e Duby (2009), sobre a Europa Ocidental na baixa idade média. Estas parentelas também são citadas por Bloch (2009).

Também Duby (2009) explica como no Feudalismo dos séculos XI e XII da Europa feudal as “grandes famílias” ou “casas” eram formadas não apenas por parentesco, mas eram parte de uma estrutura de produção de um grupo de pessoas, com o chefe. Daí as grandes linhagens e as definições de parentela citadas por Mota (2008). Mesmo já nos séculos XIV e XV há, segundo Duby (2009), relatos de patriarcas com o intuito de que todos os seus residissem na mesma casa, considerando como “seus”, os familiares e suas famílias formadas.

A partir de Elias (1993), Mota (2008), Bloch (2009), Duby (2009), Cunha (2010), Costa (2013) e Duailibe (2017c), aqui se pode fazer uma importante colocação acerca da sociedade brasileira e especificamente da maranhense: sobre a época em que as famílias abastadas viviam em fazendas e eram dirigidas sob a forma de clã, cujo patriarca geria todos os seus descendentes e fazia uso de suas vidas para ampliar fortunas, através de casamentos. Suas casas na cidade refletiam esse poderio patriarcal, seja no número de cômodos, para alojar a todos, incluindo os escravos, seja na sua composição espacial que precisava imitar uma fazenda e suas zonas. Percebe-se que àquela época, além dos laços sanguíneos, os laços de poderio foram acrescentados à definição de Família.

No Maranhão do século XVII e XVIII quando, portanto, a Europa já vivenciava a idade moderna, as famílias ainda eram regidas sob a forma de clã, sendo as primeiras casas brasileiras do Brasil rural (se não considerarmos a moradia indígena) habitadas por pessoas regidas sob este sistema familiar. Esse período no Brasil foi conhecido como Era Colonial (que se estenderia até meados do século XIX, com a independência do País em 1815).

A partir de Mota (2008) e Costa (2013), ao analisar com mais detalhe percebe-se que o modo de vida de um clã familiar era permeado por outras questões como o

rigor e tradicionalismo nas relações sociais, o engessado papel do homem e da mulher na sociedade e a existência de “castas” ou graus, classes sociais. Esse engessamento, rigor e tradicionalismo social, por muito tempo, permitiu que os modos de morar e as habitações estivessem intrínseca e fortemente ligados às classes sociais, sendo esse, portanto, o fator predominante que diferenciava os lares, minimizando a individualidade.

Elias (1993) cita que também na Alemanha, mesmo que já no início da idade moderna, quase não existiam casamentos *mésalliance* (entre pessoas de classes sociais diferentes), ao contrário da França, país que se mostrou à frente dos costumes sociais onde no século XVII isto já era comum.

Com base em Mota (2008), Lacroix (2012), Costa (2013) e Meireles (2015) percebe-se que os anos 1700 consolidaram em São Luís a sociedade patriarcal e seu funcionamento sob a forma de clã. Para além de facilitar e permitir a sobrevivência, a família, que não era vinculada ao critério sanguíneo, permitia agora o aumento de poder e domínio. Os arquétipos sociais do senhor e do escravo se solidificam, pois é em volta destas duas figuras que a sociedade se estrutura e é representada. Salvo raras exceções em que a mulher aparece como protagonista, ainda assim, ela assume o arquétipo do senhor.

Embora já em maior número, as mulheres e crianças não escravas não dominavam as atenções e não influenciavam fortemente o funcionamento da sociedade. Nos espaços de morar, eram vistas como “propriedades” a serem protegidas em cômodos mais resguardados. Poucos registros se têm de mulheres protagonistas na sociedade da época e quando acontecia, elas eram negativamente expostas, como Ana Jansen, uma das figuras mais emblemáticas da história ludovicense e que viveu entre os séculos XVII e XVIII.

2.2.2. Os espaços de morar setecentistas

Ao se analisar a São Luís setecentista que evoluiu do traçado de Frias de Mesquita, projetado no século anterior, segundo Lopes (2008), se pode perceber algo das regras impostas à época, conforme citou Benévolo (2015) e que derivaram de heranças medievais associadas aos geometrismos da Renascença. O autor explica

que as novas cidades, resultado da colonização europeia durante o renascimento, seguiam um padrão:

“... um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade, suprimindo ou reduzindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas dos mercadores e dos colonos mais ricos” (BENÉVOLO, 2015. p.487).

Mas do século XVIII, também há poucos registros, tanto das casas urbanas maranhenses quanto das rurais. Entretanto, Lisboa¹⁰ (1901) *apud* Meireles (2015) relata que no início dos anos 1700 as casas de São Luís ainda obedeciam aos mesmos aspectos das casas de 1600, embora a cidade tivesse crescido alguma coisa.

Silva F. (1998) chega a citar casas de fazendas e sítios e é dessas casas rurais que muito irá se tirar sobre o entendimento das casas urbanas. Mas, embora existam registros dessas residências, estes não apresentam imagens. O autor relata que essas casas mais antigas pertenciam aos padres jesuítas em campanhas missionárias e menciona uma fazenda jesuíta de 1730 em Tapuitapera, (atual Alcântara) cuja casa era um sobrado com uma varanda na parte superior. Lemos (1996) e Novais (1997) atribuem essa característica da varanda superior ao clima muito quente dos trópicos.

A partir de Silva F. (1998), Freyre (1993), Lemos (1996) e Lopes (2008), percebe-se que os poucos registros de casas rurais setecentistas demonstram moradias de dois tipos específicos, definidas pela classe social dos indivíduos: as casas dos senhores e as casas dos servos e empregados. Ambas ficam dentro do conjunto do Engenho, que englobava ainda a fábrica e a capela. O espaço de morar era em função do trabalho realizado pelos moradores e de suas posses.

Se além dos estilos de família (numerosas ou não), as classes sociais poderiam também influenciar nos tipos de casas rurais, é de se imaginar que na São Luís colonial as casas também tivessem diferentes arranjos espaciais. Mas Duby (2009) fala justamente da dificuldade em se retratar as moradias de todo o espectro social

¹⁰ LISBOA, J.F. Apontamentos para a história colonial do Maranhão, In: Obras de João Francisco Lisboa. Vol.?? Lisboa: Tipografia Mattos Moreira e Pinho, 1901.

quando justificam porque escreveram somente sobre a vida doméstica da aristocracia, pois não existia documentação sobre as casas dos pobres.

Novais (1997) explica que as casas urbanas do Brasil colonial eram muito diferentes ao longo do território; dos materiais à divisão interna, tanto dos mais humildes quanto dos mais privilegiados, mas que em geral a casa urbana guardava mais traços da morada portuguesa, somando é claro, as influências indígenas e as naturais adaptações ao clima e modos de morar, enquanto que na casa rural havia menos uniformidade.

A formalidade das casas mais ricas cuja sociedade já vinha assumindo sentimentos como o pudor contrastava com a “promiscuidade”¹¹ forçada das casas mais pobres (que eram menores e sem divisões). Novais (1997) coloca que a tipologia do interior das casas acabou por desenvolver este fator cultural que criou uma janela de tempo para o desenvolvimento de costumes mais pudicos entre os pobres.

Na casa dos mais pobres havia apenas um compartimento, que era maior quanto fosse necessário para abrigar mais escravos. Como eles não tinham posses, essas casas funcionavam como abrigo, simples dormitório. Nas dos mais ricos, vários compartimentos das casas serviam para depósito de alimentos e manufaturas, como pode ser visto em Duailibe (2017c). Eram de dois pisos e a moradia ficava no piso superior e era avarandada, adaptação adequada aos trópicos em razão das altas temperaturas. Muitas dessas casas eram de barro e de madeira. Não havia banheiros. Já era idade moderna, mas o Nordeste e São Luís ainda tinham muito de medieval.

A partir de Lopes (2008), Lacroix (2012) e Meireles (2015), percebe-se que a criação da Companhia de Comércio exponenciou o crescimento local. Com mais posses e farturas, vieram mais casas na zona urbana. Essas casas setecentistas de São Luís eram as casas dos fazendeiros na cidade (daí a importância de conhecer as casas rurais da época pois seus donos acabavam por reproduzir determinados padrões nas casas da urbe).

¹¹ Aqui, considerou-se a definição popular de promiscuidade, ou seja, o que se mistura desordenadamente e se destaca pela imoralidade, considerando os costumes sociais. A promiscuidade sexual, onde há a constante troca de parceiros sexuais é a mais conhecida.

Embora pouco se saiba sobre elas, Lopes (2008) explica que, com a criação da Companhia do Comércio, a área mais antiga da cidade conhecida como Praia Grande, viu suas primeiras construções de barro e palha com tipologia porta e janela (explicadas adiante) serem substituídas por sobrados azulejados, transformando-se no “primeiro núcleo elitizado da cidade”.

Ainda segundo Lopes (2008), na São Luís urbana da época existiam poucas casas populares pois os trabalhadores, escravos que eram, viviam nas casas de seus donos.

De acordo com Meireles (2015), já no último quartel de 1700, São Luís vinha passando por um processo de embelezamento. A vontade de fazer uma cidade bonita se refletia, por exemplo, no fato de que o governador à época chegou a reclamar para o senado da câmara que não distribuísse mais terras a quem não pudesse construir casas mais nobres, pois já havia muitas casas de pindoba.

Lacroix (2012) explica que como consequência do boom da segunda metade do século 18, vieram novas casas de palhas, ao lado dos sobrados. Embora as casas tenham sido reformadas e novas tivessem sido construídas considerando os novos padrões, a cidade crescera muito e novos espaços de morar rústicos haviam surgido.

Meireles (2015) fala da existência de duas cidades nessa época: a cidade baixa, onde moravam os ricos já em alguns sobrados, fachadas com azulejos e gradis de ferro e a cidade alta onde moravam os pobres, em casas mais simples. Meireles (2015) relata o incômodo do governador com essa parte “feia da cidade” com ruas e casas “indecentes”.

Lisboa (1901) *apud* Meireles (2015) cita que, ao final do século, a vida dos ludovicenses havia melhorado em fartura, número de habitantes e casas. Eram perto de 16.600 habitantes e 1480 casas. Para o autor, o grande número de moradores por casa, reflete a grande quantidade de escravos que cada família possuía.

Quanto à religião, sua força e o papel da igreja na sociedade adentrava os espaços de morar da época. Lemos (1996) e Novais (1997) citam o papel da igreja na casa, no seu interior, na determinação do sagrado dentro da casa, de uma parte sagrada. Esta parte, de intimidade. Havia elementos religiosos por toda a casa, do

quarto à sala. As casas mais ricas tinham um quarto de oração com oratório e altar. Nas casas rurais, havia uma capela próxima a casa, ou dentro da casa.

Quanto aos cômodos, agora com mais divisões internas, os espaços de morar começam a refletir fortemente os costumes da sociedade. Lemos (1996) explica que se antes, na casa rural, os espaços eram espalhados, posteriormente outros portugueses foram chegando e colocando tudo dentro da mesma casa: a casa em si, a capela, o quarto de hóspedes e o engenho de açúcar, já no fim do século XVIII. O autor cita também a situação financeira como fator de escolha para o “telhado único”. Isto explica os sobrados urbanos de São Luís com área dos escravos e de guarda de insumos no térreo.

Lemos (1996) fala também dos alpendres e varandas das casas rurais nordestinas, trazidos pelos portugueses que, além da proteção de chuva e sol, tinham o intuito de receber estranhos e guardar hóspedes. Sobre os quartos de hóspedes, o autor explica que as grandes distâncias, típicas da realidade colonial fizeram este cômodo cotidianar nas casas brasileiras rurais, pois era uma obrigação comum na sociedade receber os viajantes, ainda que não fossem familiares, pois era uma questão de sobrevivência. Este quarto de hóspede acabaria por aparecer em seguida nas casas urbanas setecentistas de São Luís.

De acordo com Lemos (1996), nas casas rurais, a porta de acesso ao quarto de hóspede ficava no corredor externo citado, o que permitia que os viajantes não entrassem nas casas. Servia para resguardar a intimidade da família, pois esse corredor externo ainda levava a vários cômodos do interior da edificação, através de portas, sem ter que se entrar dentro da casa. Esses espaços externos colados à casa também serviam para armazenar produtos da colheita e protegê-los de chuva.

É importante perceber como nesses espaços de morar rurais setecentistas já havia uma preocupação com o privado e mais, com a intimidade. Porque esse novo hábito, que foi aos poucos se solidando na sociedade ludovicense, se reflete também nas casas urbanas setecentistas. Exemplo disso são os sobrados que reservam o andar superior para a moradia e o térreo para serviço e loja, zoneando essa casa.

Lemos (1996) explica ainda a diferença entre alpendre (construção anexa à casa) e varanda (local aprazível de lazer, de estar) e o porquê de as salas de jantar

das casas do século XIX serem chamadas de varandas. Entender sobre o papel desses alpendres e varandas na casa rural é importante pois eles originaram a sala de jantar avarandadas dos sobrados urbanos ludovicenses.

De acordo Lemos (1996) as casas urbanas, principalmente as do Nordeste, embora tivessem fachadas que eram muito parecidas com a arquitetura pombalina, tinham os fundos modificados pela necessidade de se adaptar ao clima. Eles eram abertos, vazados, para que o vento circulasse e foi onde posteriormente se instalou a sala de jantar avarandada.

Ainda para Lemos (1996), as casas urbanas se pareciam mais com as de Portugal, mas tinham ainda um mobiliário muito pobre, o que está de acordo com o relatado por Lacroix (2012) sobre as casas ludovicenses setecentistas.

Como na São Luís do século XVIII, a intimidade já era buscada pelos moradores, outro espaço do morar ganhou importância nessa época; o quintal. Novais (1997) chega a citar a privacidade desses espaços, onde a casa e a vida aconteciam, escondidas da rua. Para o autor, era na parte dos fundos das casas que a vida doméstica acontecia no fim do século XVIII. Ele conta que no quintal também havia a senzala e a secreta (uma espécie de banheiro que consistia em um buraco na terra, mas cercado e protegido, muitas vezes por folhagem).

Novais (1997) fala ainda que no final do século XVIII, de norte a sul do país, as casas tinham um anexo coberto no quintal que era utilizado para guardar utensílios, alimentos e fazer farinha. Até hoje esses depósitos existem em casas do interior e nas casas urbanas. São as despensas, que em algumas casas já estão dentro da casa principal ou viraram um armário.

Lacroix (2012) fala ainda das grandes casas fora do núcleo urbano, em sítios, com pomares, que surgiram na segunda metade do século XVIII. Esse tipo de casa seria adaptada para os sobrados ajardinados do século seguinte.

Portanto, a casa ludovicense setecentista é semi- urbana. Seu arquétipo de morar é de uma casa em transição de abrigo para aquela com condições mínimas de habitabilidade. É também uma casa que começa a se compartimentar, tendo como cômodo que a representa, a varanda. É também uma casa que já “esconde” e que vê

o quintal tomar o protagonismo das tarefas de manutenção do lar, realizadas no dia a dia.

2.2.2.1. O mobiliário da São Luís setecentista

Segundo o Novais (1997), os livros passam a ser uma realidade em algumas casas abastadas e as bibliotecas residenciais entram em cena, no final do século XVIII, onde além de estantes de livros existiam também escrivaninhas, todos ocupando o cômodo do escritório/biblioteca do chefe da casa.

Mas Novais (1997), fala da máxima da sobreposição dos espaços nessa época, encontrados principalmente nas casas menores.

Em Novais (1997) observa-se que o mobiliário continuava escasso e as casas possuíam quando muito, poucas cadeiras, bancos e uma mesa. Eram mais raras ainda aquelas com camas. As redes ainda dominavam o cenário, bem como outros artefatos indígenas.

2.3. A história da sociedade e do morar ludovicense pré-revolução industrial inglesa em resumo

Então resume-se que a sociedade do século XVII possuía hábitos e costumes medievais, embora já tivessem absorvido costumes e práticas indígenas. Os senhores tinham poder sobre os escravos. Era ainda uma sociedade patriarcal, que vivia sob o regime de clãs familiares e baseada em dois arquétipos, o do senhor e o do escravo.

Havia pouca diferença entre público e privado e uma completa ausência de sentimento de intimidade. À época, era notório o forte poder da igreja católica, que ditava costumes e modos de vida.

Quanto à cidade, esta era rural, bem como suas casas que se apresentavam rústicas, de barro, sem reboco e com cobertura de palha. Não apresentavam compartimentos e denunciavam a ausência de intimidade.

Os mobiliários eram extremamente escassos, com notória absorção de mobiliários e utensílios indígenas. A rede era a protagonista dessa casa abrigo.

Já no século XVIII, a pobreza dominou sua primeira metade, tendo a primeira onda de progresso surgida após 1755, ano do terremoto de Lisboa.

Foi um momento da consolidação da sociedade patriarcal e dos clãs familiares e da formação de uma sociedade com mais especificidades. O comportamento e a polidez começaram a existir, o que levou ao rigor e ao tradicionalismo nas relações sociais. Passou-se a ter mais preocupação com o privado e a intimidade. A igreja manteve com forte poder e ditando os costumes e modos de vida. Neste século, houve a solidificação dos arquétipos sociais do senhor e do escravo.

Nas cidades percebeu-se a valorização do solo urbano e a reformas das casas que buscaram melhorar sua aparência. Surgiram novas construções de residências e comércio. São Luís passou a ser vista como a Lisboa do Equador, um espelho colonial da metrópole.

Os modos de morar e habitações da época eram fortemente ligadas às classes sociais. Suas casas, à altura já eram semi-urbanas, menos rústicas e começaram a perder o caráter de apenas abrigo. Houve uma transição da casa abrigo para uma menos rudimentar, com condições mínimas de habitabilidade.

Mais cômodos surgiram como as varandas (que a representava) e o quarto de hóspedes. Eram Casas que se escondiam”, onde o Quintal foi o protagonista das tarefas e manutenção do lar.

Já os mobiliários ainda eram escassos, rústicos e improvisados. Quando existentes, resumiam-se a poucas cadeiras, bancos e mesas. Raras casas possuíam camas. As redes e os artefatos indígenas ainda dominavam o cenário.

O capítulo seguinte trata da sociedade e do morar ludovicense pós revolução industrial. De como esse acontecimento histórico influenciou tardiamente a sociedade ludovicense e quais foram suas consequências para os costumes e hábitos de morar da São Luís que chega ao século XIX com características medievais. O capítulo apresenta as casas oitocentistas e novecentistas da cidade e anuncia as mudanças que viriam a se consolidar no século XXI.

CAPÍTULO 3

A história da sociedade e do morar ludovicense pós-revolução industrial inglesa

Características medievais da São Luís oitocentista

Características modernas da São Luís novecentista

Características modernas da São Luís novecentista do fim do século

3. A HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DO MORAR LUDOVICENSE PÓS-REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA

A segunda metade do século XVIII foi especialmente importante para a cidade de São Luís. A criação da Companhia Geral de Comércio em 1755, como já citado, impulsionou o crescimento da cidade.

Passados cinco anos, quando São Luís começava a crescer, a revolução Industrial Inglesa (cujo ano de 1760 foi considerado como seu marco de início) surgiu como um processo de industrialização que se espalhou pelo mundo, alterando a forma de produzir, de trabalhar e de como e onde morar.

A partir de Lopes (2008), Lacroix (2012) e Meireles (2015), percebe-se que o Maranhão participou efetivamente da revolução Industrial, mas como fornecedor de matéria prima e, embora tenha se beneficiado, não se industrializou também. De modo que enquanto a industrialização se tornava uma realidade europeia, em São Luís vivia-se os benefícios da monocultura algodoeira.

Ainda segundo Lopes (2008), houve dois momentos econômicos importantes na história de São Luís. O primeiro foi entre 1780 e 1820, quando as fazendas do estado lucravam plantando e exportando algodão para fábricas inglesas na época da revolução industrial e o segundo momento, trinta anos depois, entre as décadas de 50 e 70, mas dessa vez em função da produção de cana de açúcar.

Lopes (2008), Lacroix (2012), Meireles (2015) citam o aumento vertiginoso da população da cidade do primeiro para o último quartel setecentista como consequência desse crescimento econômico: mais de 16 mil habitantes passaram a povoar a cidade que antes não contava com mil moradores.

Enquanto isso, para Elias (1993) a França do século XVIII parece ter sido responsável por disseminar uma série de costumes mundo afora. Ele cita que na Alemanha setecentista era símbolo de status falar francês, assim como no maranhão setecentista e oitocentista, conforme cita TVBRASIL (2015). Além da língua, o estilo de vida polido e falso das cortes francesas (que viria a ser contestado pela classe média de lá) também era copiado.

“As convenções de estilo, as formas de intercâmbio social, o controle das emoções, a estima pela cortesia, a importância da boa fala e da conversa, a eloquência da linguagem e muito mais - tudo isto é inicialmente formado na França dentro da sociedade de corte, e depois, gradualmente, passa de caráter social para nacional” (ELIAS, 1993, p.52).

Benévolo (2015) afirma que já no início do século XVII, quando a Europa entrava no período barroco, Paris se transformou “no novo modelo da cultura artística mundial”. Daí o fato da grande influência francesa na nobreza da São Luís colonial.

Segundo Prado Jr (1954), a proibição de que fábricas se instalassem no Brasil, em 1785, para que a colônia continuasse comprando os produtos manufaturados da metrópole atrasou o desenvolvimento do país. Entretanto, com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, o alvará de proibição foi revogado o que permitiu a instalação de algumas fábricas (a alta concorrência inglesa que tinha produtos melhores e taxas de impostos baixa dificultou o crescimento industrial brasileiro).

Em São Luís, as fábricas instaladas impulsionaram o processo de urbanização, de acordo com Lopes (2008), de modo que a cidade chegou a ganhar o título de quarta maior cidade brasileira em população e riqueza. Do primeiro ciclo econômico ao segundo, de acordo com Lopes (2008), diversas ruas foram calçadas, praças foram reurbanizadas e a iluminação pública chegou em 1825.

Pode-se compreender então que assim, a cidade de São Luís chega aos 1800, em franco crescimento, com um aumento significativo de sua população, com costumes portugueses adaptados à realidade local e influenciada pela sociedade francesa, cujo comportamento era copiado por todo o mundo ocidental, como exemplo de refino e superioridade. É um século de pujança e desenvolvimento, onde a cidade ficou conhecida como a “Atenas Brasileira”, segundo Lopes (2008).

Percebe-se também, a partir de Lopes (2008) e Lacroix (2012) que, já a chegada dos 1900 traz para a cidade a necessidade de se acostumar aos novos tempos. A abolição da escravidão abalou a estrutura econômica e social da cidade, que precisou, não só adequar seus espaços de morar à uma população pobre, que agora morava em local diferente do seu trabalho, como reestruturar a economia que implodiu com a queda dos lucros das propriedades rurais.

A cidade tentou se industrializar e de acordo com Lopes (2008), no final do século XIX, o parque fabril maranhense era o segundo maior do país. Entretanto o estado não conseguiu se manter competitivo, permanecendo estagnado no século XX. No fim deste século, São Luís já se apresentava com uma imagem muito distante daquela consolidada nos 1800 e com janelas de tempo alargadas, tanto nos seus costumes e hábitos, quanto em seus espaços de morar, até mesmo quando comparadas a outras cidades brasileiras.

Este capítulo, assim como o anterior, também apresenta o arquétipo de morador e de moradia de cada época. Quem eram, como se estruturavam e como viviam os habitantes ludovicenses.

3.1. Características medievais da São Luís oitocentista.

Como em todo o Brasil, a sociedade ludovicense se viu também mais heterogênea com o aumento de sua população. Mas a heterogeneidade, ainda que provavelmente também de gênero, financeira e de idade, foi documentada quanto à origem.

Lacroix (2012) e Meireles (2015) citam a estratificação brasileira em 5 classes, de pouco antes da independência do Brasil, apresentada por Gaioso (2011), que classificou a população em “filhos do reino”, nacionais ou descendentes de filhos do reino, “geração misturada”, negros e índios, o que dá indício da ainda importância da descendência no início do século XIX, ao se classificar hierarquicamente a sociedade.

De acordo com Gaioso (2011) na São Luís oitocentista: os filhos do reino detinham os cargos administrativos e por meio deles geravam fortunas próprias, os nacionais (filhos de portugueses), detinham poderes secundários. Já a geração misturada, do cruzamento de portugueses e negros ou índios, trabalhavam nas artes mecânicas ou nas atividades na sociedade. Os trabalhos ditos inferiores eram ocupados pelos negros e os índios, ou seja, percebe-se a raça como fator de distinção social e consequente distinção econômica em razão das oportunidades de emprego que eram dadas a cada um.

O valor da descendência externa e de sua influência fica explícito quando Meireles (2015) afirma que o maranhão imperial do século XIX se mostrou uma

sociedade privilegiada do ponto de vista cultural, uma vez que seus filhos iam estudar na Europa, principalmente em Portugal e na França. Novais (1997) também cita que, durante todo o período colonial, os lusos brasileiros iam estudar e se formar em Coimbra.

A alta sociedade ludovicense mandava seus filhos para estudar no exterior e cada vez mais se espelhava na sociedade francesa, que à época se sobressaía na Europa, nos seus modos e espaços de morar. A decoração das salas dos sobrados, segundo Lacroix (2012) imitavam os salões da nobreza francesa.

Portanto, a idade moderna e a renascença só chegam a São Luís neste período pós revolução industrial, a partir dessas influências, quando as necessidades básicas de abrigo foram alcançadas e abriu-se espaços para outras questões do morar cotidiano. Meireles (2015) chega a citar a polidez da cidade e dos bons costumes praticados. Lopes (2013) também cita o refinamento cultural da elite ludovicense no século XIX e o fato de copiarem os costumes franceses.

Aqui é importante salientar que apesar das influências externas modificarem os hábitos da sociedade local, ela só conseguia existir mediante a continuidade da prática de costumes medievais. Meireles (2015) cita que em 1821, dos quase 20000 habitantes de São Luís, mais de 50% eram escravos.

De acordo com Lacroix (2012) apenas na segunda metade do século, o número de pessoas livres foi maior do que o de escravos em São Luís e outros espectros foram surgindo na sociedade para além dos senhores e escravos, como comerciantes, funcionários públicos, brancos pobres e ex- escravos.

3.1.1. A sociedade de clãs familiares na São Luís oitocentista

Segundo Aries; Chartier (2009) a idade moderna leva para Europa a diminuição das famílias. Entretanto, na São Luís oitocentista, época considerada já idade contemporânea, percebe-se ainda a família em forma de clã.

Prado Jr. (1954) e Novais (1997) comentam sobre a diferença entre a formação da sociedade sulista e a nordestina. Para os autores, no Nordeste, o que inclui São Luís, o povoamento foi mais permanente, resultado do sucesso da agricultura açucareira. Segundo Novais (1997), essa alguma estabilidade permitiu que o convívio

se aprofundasse e se solidificasse, criando formas de convívio específicas como o Patriarcado, explicado por Gilberto Freyre no livro *Casa Grande e Senzala*. A rigidez do estereótipo de senhorio e a permanência consolidaram os clãs familiares nordestinos que se mantiveram como forma de família nessa fase.

A ainda dificuldade de se vencer longas distancias na colônia contemporânea reforçava a necessidade de a sociedade viver sobre a tutela dos grandes clãs. Novais (1997) comenta que a distância entre as casas no período colonial do Brasil, fez da hospitalidade uma necessidade: muitas vezes os parentes eram recebidos nas casas e ali ficavam por um bom tempo, sendo estas dotadas de muito mais quartos do que hoje em dia, também por essa razão.

Segundo Lacroix (2012), a sociedade ludovicense oitocentista enriquecia apoiada no sistema escravagista. Embora se refinasse nos costumes e hábitos de se socializar e morar, mantinha em paralelo a crueldade de tempos mais remotos. De acordo com a autora, o Maranhão era tido como a Província mais cruel com os escravos. Embora a estrutura de clã tivesse perdido a força na segunda metade do século, com as famílias diminuindo em razão das novas classes surgidas, que se configuravam de outras formas, os hábitos que estruturaram a sociedade ludovicense ainda eram mantidos.

Assim, outra figura surgiu na sociedade local da São Luís oitocentista, o burguês. Com o crescimento da cidade, comerciantes estrangeiros ou locais foram surgindo e alguns até fazendo fortuna, como cita Mota (2008), redefinindo a estrutura da sociedade que começou a apresentar classes intermediárias de poder, influência e riqueza e a solicitar adequações nos espaços de morar que refletissem essas realidades intermediárias.

Desta forma, se nos séculos XVII e XVIII os arquétipos de senhor e escravo eram os que prevaleciam na sociedade, no século XIX, o arquétipo do burguês passa a participar dessa formação social com mais intensidade.

3.1.2. Os espaços de morar oitocentistas

Os registros históricos são bem mais abundantes sobre as casas oitocentistas ludovicenses, o que permite um melhor entendimento de como e porque ela evoluiu

para a casa de hoje. Além dos registros, muitas delas ainda existem no centro da cidade e conservam características originais. As casas de São Luís que caracterizam o período colonial na cidade são dessa época e a maioria começou a ser construída no último quartel do século anterior, quando do primeiro ciclo econômico, como pode ser percebido por meio de Silva F. (1998) e Lopes (2008).

Assim como a população estava mais heterogênea, os costumes, hábitos, e modos de morar foram se misturando cada vez mais e multiplicando a casa ludovicense, a começar pelos lotes que passaram a ter tamanhos diferentes, conforme Lopes (2008). As casas setecentistas foram aumentando em tamanho, tipologia e quantidade, até que na São Luís oitocentista, elas já estavam em muitos números na cidade.

Para Moraes (1989) na passagem do século XVIII para o século XIX, São Luís experimentou um período de pungência que se manifestou em um estilo de vida que esbanjava e a cidade cresceu fisicamente e melhorou suas construções, quase duplicando o número de casas e restringindo aquelas de palha de 300 para 144. Segundo o autor, nessa época foram realizadas várias importações de azulejos, soleiras e portas de cantarias.

São vários os registros de época que descrevem a cidade como possuidora de muitas edificações em bom estado. Segundo Maia (1981), Moraes (1989) e Meireles (2015), na década de 30 oitocentista, os naturalistas Alcide D'Orbigny (francês) e George Gardner (escocês) relatam uma São Luís, limpa, refinada, polida, com boa educação, liberdade e com casas bem construídas e agradáveis, sendo sem dúvida a quarta maior cidade colonial (atrás apenas do Rio de Janeiro, de Salvador e Recife) e a mais agradável.

É pertinente constatar como no início dos anos oitocentistas a janela de tempo entre São Luís e a Europa parecia menor do que para outras localidades brasileiras, em razão do desenvolvimento local da época. São Luís se refinava cada vez mais em costumes e edifícios, como observado em Silva F. (1998) e Lopes (2008).

Lopes (2013) afirma que as construções de São Luís no fim do século XVIII e boa parte do século XIX seguiram as mesmas características do chamado barroco pombalino. O autor cita as molduras nos vãos de portas e janelas, a pedra de lioz nas

sacadas com balcões de ferro, e o uso da cantaria em pisos, soleiras, molduras e portadas, como as principais características do barroco pombalino reproduzido em São Luís.

Lopes (2013) também relata as adequações na arquitetura portuguesa feitas na cidade, como o uso de azulejos nas fachadas, esquadrias de madeiras nos fundos das casas nas varandas e corredores ou ainda a substituição das pedras nas molduras por argamassa. A figura a seguir apresenta a fachada do Solar Gomes de Sousa. Exemplo de arquitetura barroco- pombalina em São Luís.

Figura 15: Fachada do Solar Gomes de Sousa



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Solar_Gomes_de_Sousa.

Para Lemos (1996), a casa do século XIX ganhou luz, pois com a vinda da família real para o Brasil, muitos materiais antes proibidos e/ou caríssimos na colônia passaram a ser usados maciçamente, como o vidro que passou a ser permitido e usado nas janelas, clareando as casas que antes ficavam às escuras quando chovia.

A frente das casas era o quesito mais importante. De acordo com Lopes (2008), o código de posturas de 1866 determinava que toda edificação deveria ser aprovada antes do seu início.

Entretanto, até o fim do século, segundo Lopes (2008):

“... a cidade até então de fisionomia perdurável iria ter a tradição portuguesa chamuscada pelo neoclássico da missão artística francesa, trazida ao Brasil por Dom João VI em 1816. Ainda se conservavam por razões tecnológicas, os sistemas construtivos, implantação, setorização, uso, materiais e ordenação dos vãos, mas já as edificações incorporavam novas feições com vergas ogivais, relevos decorativos, porão alto, telha plana e lambrequins. As platibandas agregavam novo conceito de embelezamento e de progresso urbanos, escondendo os telhados, embutindo algerozes e desvinculando-a do meio rural, ao tempo que evitavam goteiras sobre as calçadas” (LOPES, 2008, p. 54).

De acordo com Lemos (1996), a industrialização trouxe para o Brasil a perda de certos regionalismos arquitetônicos, uma vez que as ideias passaram a se nacionalizar, com a facilidade propiciada pelas estradas de ferro que diminuiriam distâncias. Também nessa época o autor defende que passou a haver dois tipos de casas no Brasil, a local, com sistemas construtivos regionais e a “alienígena”, que era a moderna.

Essas modificações inspiradas pelo neoclassicismo serão abordadas ao se falar das casas novecentistas.

Quanto aos sistemas construtivos, Figueiredo; Varum; Costa (2011) citam a Pedra e Cal, Cruz de Santo André, Taipa de mão, Tabique, taipa de pilão e adobe como os existentes no centro histórico (figura 16). Silva F (1998), Lopes (2008), Silva (2013) também abordam essas características.

Figura 16: Técnicas construtivas em terra encontradas em São Luís



Fonte: Figueiredo; Varum; Costa (2011).

Embora sejam sempre citados nesta investigação, tanto os estilos quanto os sistemas construtivos e técnicas das casas ludovicenses não serão amplamente analisados por não serem alvo desta investigação, que aborda principalmente o programa de necessidades, tipo e zoneamento, os cômodos e seus usos, os mobiliários e sua decoração.

3.1.2.1. A tipologia, o programa de necessidades e o zoneamento.

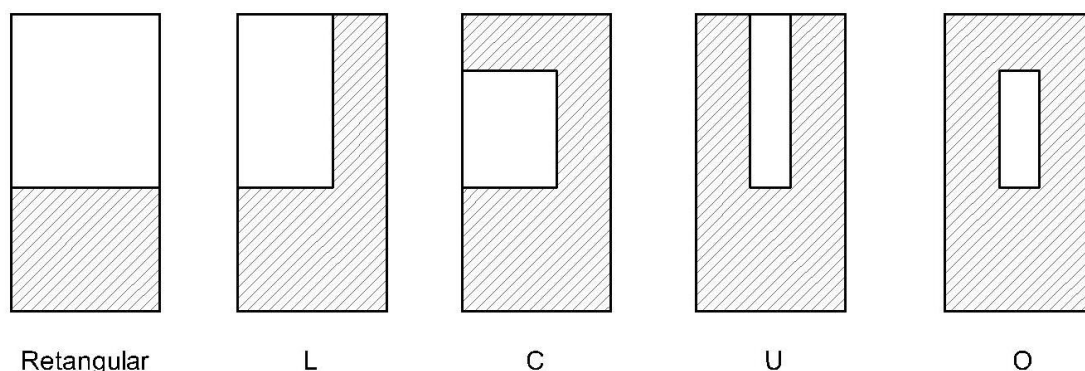
As casas eram anunciadas por vestíbulos centrais ou laterais, que quando pequenas, eram os próprios corredores de acesso. De acordo com Silva F. (1998), os vestíbulos distribuíam os cômodos e garantiam privacidade aos moradores, através de uma cancela que o isolava do restante da casa, no caso das edificações térreas. Nos sobrados e solares eles eram maiores e guardavam as escadas de acesso ao pavimento superior.

Como percebido em Silva F. (1998) e Duailibe (2017c), as residências tinham salas, tantas quantas a situação econômica permitia e para várias atividades: sala de receber, da família, de música, de livros, de costura, de jantar, quartos e cozinha. No fim do século, os banheiros apareceram na São Luís ludovicense nos jardins das casas mais abastadas.

Nas casas mais abastadas, a área de serviço, em sua maioria localizada no térreo, conforme Silva F. (1998), Lopes (2008) e Duailibe (2017c), podia conter ainda espaços para guarda de palanquins, charretes, carruagens e cavalos, depósitos e alojamento dos escravos. Nas casas com porões, este era o espaço destinado ao alojamento de escravos e depósitos. Quando existente, os sótãos também eram usados como depósitos.

As edificações ocupavam todo o limite do terreno. As casas eram coladas sem afastamentos frontais e laterais. Segundo Silva F. (1998) e Lopes (2008), as casas eram “sempre mais profundas do que largas e resultavam basicamente em cinco projeções horizontais: retangular, em L, em C, em U e em O, com predomínio das formas em L e em U conforme a figura 17.

Figura 17: Tipologia dos partidos



Fonte: Reprodução da autora de Lopes (2008).

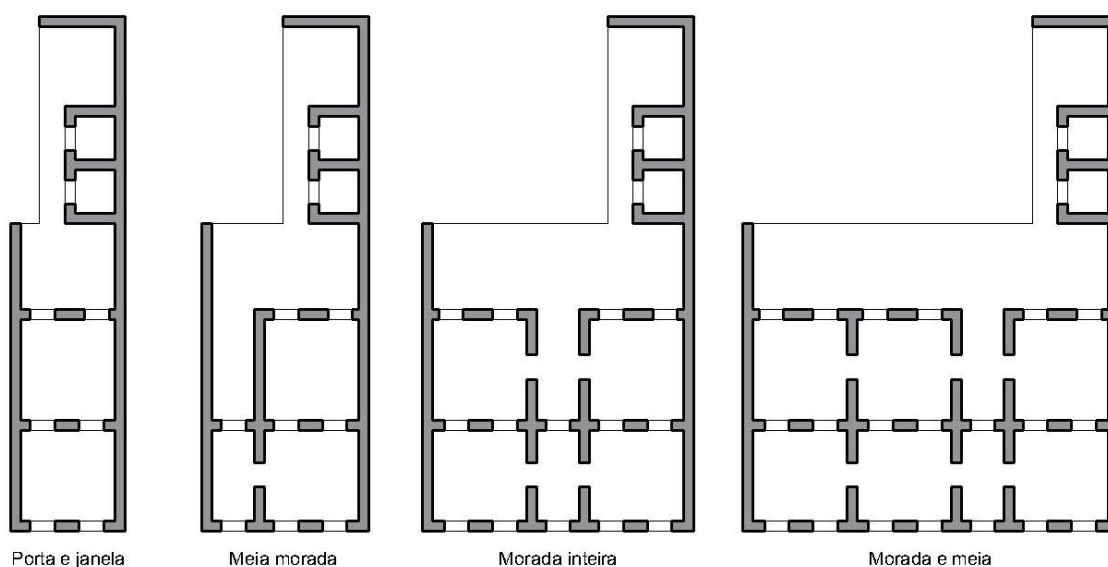
Quanto ao tipo das edificações residenciais da época, Silva F. (1998) e Andrès (1998) citam as casas térreas que seguem tipologias apresentadas por Moraes (1989) e Silva F. (1998), os sobrados, que eram uma edificação mista e os solares. Lopes (2008) chega a citar treze variações dessas tipologias, considerando a presença de porões, mirantes e número de pavimentos.

Os moradores de cada tipo de edificação eram definidos pelas condições sociais de cada um. Lemos (1999) que trata em seus estudos das tipologias da habitação no Brasil, e no referido, em particular das paulistas, também classificava as casas de acordo com a classe social dos moradores. Ele cita os pobres, os remediados e os ricos do século XIX, para falar dos tipos de moradia.

Entretanto, segundo Lopes (2008), quase não havia casas de pobres na cidade pois a maioria eram escravos e viviam com seus donos. Entende-se, neste caso, que “os mais pobres” viviam com seus “donos”, mas que as casas térreas mais simples abrigavam a parcela da população menos abastada, ou a “remediada” nos termos de Lemos (1999).

Lopes (2013), ao apresentar as casas térreas, explica que o extremo de moradia já existia para habitantes menos abastados e as classifica em quatro variações mais comuns: porta e janela, meia morada, morada inteira e morada e meia, conforme pode ser visto na figura 18, da esquerda para a direita.

Figura 18: Tipologias de casas oitocentistas de São Luís



Fonte: Reprodução adaptada pela autora de Moraes (1989).

Prado Jr (1954) explica que só em meados do século XIX, já na idade contemporânea, a pequena propriedade passa a ser uma realidade no Brasil, ao invés de uma exceção, em razão da nova fase da economia que contribuiu para que a propriedade rural fosse retalhada e incentivou o crescimento dos núcleos urbanos.

Estas casas menores brasileiras se assemelham com as casas de camponeses e as urbanas citadas por Duby (2009) como sendo de mais qualidade, maiores, mais ventiladas e feitas em pedra, com divisões internas e quando não térreas, com estábulos no térreo. Os autores descrevem como as casas medievais burguesas dos séculos XII e XIII foram aumentando de tamanho até chegarem aos grandes e caros palácios de cem anos depois.

O interessante a ser observado é que já naquela época, a população intermediária ou média, não era homogênea e se dividia em vários estratos, desde os “quase pobres” até os “quase ricos”, como percebido a partir de Novais (1997), Lacroix (2012) e Meireles (2015). Portanto, consequentemente possuíam vários tipos de casas, da mais simples; a porta e janela, à mais elaborada; a morada e meia, apresentadas por Silva F. (1998).

Andrès (1998) é outro autor que também cita a planta em L, como sendo o formato mais comum das casas oitocentistas. O autor também menciona os azulejos

portugueses nas fachadas e as adequações da arquitetura ao clima local, como as varandas do tipo venezianas e os pés direitos altos. De acordo com Andrès (1998), é do século XIX, a moda em São Luís de revestir de azulejos as fachadas, como em Lisboa.

Lopes (2013) explica que no período colonial os códigos de postura não tratavam dos ambientes e de seus usos, a preocupação era com o espaço da cidade, o alinhamento das construções e a harmonia das fachadas. É interessante observar que, mesmo com a liberdade de uso e disposição dos espaços domésticos, as casas oitocentistas possuíam pouca variação, denotando pouca diferenciação entre os modos de morar. O que havia eram mais cômodos na casa dos mais ricos, mais a disposição interna destes e seus usos se davam da mesma maneira.

Ainda, a partir de Silva F. (1998), percebe-se que os sobrados possuíam um térreo utilizado para lojas e/ ou depósitos e a família morava no pavimento superior. Eram casas de uma classe que se consolidaria na São Luís oitocentista: a burguesia.

Filho (2006) estudou os sobrados de São Luís para compreender o que os tornou um objeto urbano na cidade e a sua unidade para com ela, que os legitimava e fazia destes, parte do todo. De acordo com o autor, no período colonial eram as casas que definiam as ruas.

É importante lembrar que os burgueses foram uma classe social surgida a partir do crescimento do comércio, algo lembrado a partir de Lacroix (2012). Eram as pessoas que “vendiam coisas” e, portanto, passaram a ter muito dinheiro circulando e consequentemente poder financeiro e de influência nas sociedades. Já os aristocratas, que na Europa eram os nobres de confiança dos monarcas que detinham privilégios, se reproduziram no Brasil e em São Luís inicialmente como grandes fazendeiros.

Para cabido (1994), as casas da idade moderna (modelo ainda utilizado e reproduzido na São Luís contemporânea oitocentista, quase 200 anos depois) foram um misto das casas aristocráticas francesas e das burguesas holandesas e da personalidade, do modo de vida dessas pessoas. Em São Luís, pode-se perceber a influência da casa burguesa holandesa nas casas térreas e nos sobrados e a casa da aristocracia francesa nos solares coloniais. Isto se dá pelo fato de a arquitetura

portuguesa, reproduzida na cidade, também ter sido influenciada por estas duas realidades.

Ao analisar o contexto da moradia ludovicense sob a ótica da janela de tempo, mais uma vez, percebe-se o passar de mais de 200 anos entre metrópole e colônia em algumas cidades. Cabido (1994) apresenta a casa medieval burguesa portuguesa do século XIV como sendo seu local de moradia e trabalho, com dois pisos e frente estreita (aproximadamente 5 metros) e por vezes um porão, sendo a loja e o quarto principal, ambos abertos para a rua. A casa apresentada por Cabido (1994) é muito similar ao que se encontraria na São Luís colonial oitocentista, com a expansão da praia grande e a área de comércio da cidade.

Numa época em que o que fazia dinheiro precisava ser armazenado em um espaço físico e não na mente, assim como o resultado das colheitas e das trocas, a parte térrea das casas ludovicenses burguesas era também frequentemente usada para depósitos, como na Europa quatrocentista.

Filho (2006) explica que os sobrados oitocentistas da rua trapiche marcam a ascensão e afirmação do terceiro estado: a burguesia e a glorificação do sistema mercantilista. No século oitocentista, na idade contemporânea, a São Luís dos ricos chegava à idade moderna Europeia.

Duby (2009) ao falar da Europa medieval já anunciavam modos de morar que seriam observados na São Luís oitocentista com o crescente comércio local:

“Artesãos, lojistas, todo o popolo medio das cidades italianas em geral, toscanas em particular, vivem em alojamentos mais espaçosos e mais decentes... o coração desses alojamentos é naturalmente formado pelos dois grupos de peças constantemente presentes no habitat medieval, a sala (sala) e o quarto (camera), mas ali se encontram comodidades suplementares: em primeiro lugar uma cozinha (os alojamentos pobres não as têm), comumente inserida na casa (e não no pátio), embora relegada muitas vezes a um sótão do último andar; frequentemente também um pátio, um jardim, um celeiro, uma estrebaria, um poço privado etc.; mais do que tudo, e este é o verdadeiro luxo, a família dispõe de dois (ou até vários) quartos, distribuídos entre os andares se se trata de uma casa, ou criados ao se desdobrar uma peça mais espaçosa por meio de uma divisão. As salas são instaladas de preferência no lado da fachada, os quartos (sobretudo os das mulheres), no lado do pátio (Duby, 2009, p.182).

Quanto às camadas mais ricas, Duby (2009) relatou que, naturalmente, suas casas eram maiores e com mais detalhes.

Já os solares eram a moradia das famílias mais ricas. Muitas vezes eram as casas urbanas de fazendeiros da região que acabavam reproduzindo aqueles espaços de morar em suas casas da cidade. O solar urbano ludovicense¹² citado por Duailibe (2017c) é muito similar às casas grandes citadas por Azevedo (1990) e Freyre (1993) que atenta para uma das tipologias da época, a de sobrado com pátio interno, cuja morada ficava no piso superior e no térreo as celas, serviços e salas administrativas do engenho.

Quanto ao zoneamento, de acordo com Lemos (1996), no último quartel do século XIX, as casas brasileiras urbanas obedeciam a dois tipos: o tradicional, da casa colonial, e outro, que adotava a circulação francesa e sua tripartição de setores. Para o autor, o primeiro ficou para as casas da classe média baixa e o segundo para a classe média alta e os ricos.

Quanto às casas térreas, recordando-se a figura 20, pode-se perceber como as plantas são parecidas, sendo empregado o espelhamento, característica muito utilizada na renascença, conforme Benévolo (2015). Na entrada das casas estão as salas que são seguidas por alcovas¹³ utilizadas como quartos e em seguida uma varanda onde fica a sala de jantar. Todas as casas possuem um segundo corpo mais estreito ao fundo, com mais quartos (utilizados pelos escravos) e a cozinha, demonstrando que estes cômodos estavam deslocados para a área de serviço da casa. Como uma atividade dos escravos.

Então, pode-se perceber que quanto menor a casa, menor também o direito à intimidade individual. É possível notar a falta de intimidade que esses cômodos revelam, típica da idade média europeia, principalmente nas alcovas, que não possuem acesso independente, conforme Silva F. (1998).

Na tipologia porta e janela não há acessos independentes nos cômodos principais, como pode ser visto em Silva F. (1998). É preciso passar por um para chegar ao outro. Importante observar também o tamanho dos quartos destinados aos escravos, que embora menores, acomodavam mais pessoas. Esta herança

¹² Solar dos Gomes de Sousa, onde hoje funciona o MHAM- Museu Histórico e Artístico Do Maranhão e que possui uma exposição permanente que retrata os costumes, hábitos e espaços de morar da aristocracia oitocentista ludovicense.

¹³ Alcovas são cômodos sem acesso, ventilação e iluminação direta. O acesso se dá por outros cômodos. No período colonial, era comum serem usadas como quartos.

escravocrata é percebida até os dias de hoje cujos quartos de empregados são cubículos localizados nos fundos das casas, nas áreas de serviço.

Desta forma, pode-se perceber que a disposição interna das casas oitocentistas, com existência de alcovas que dificultam a intimidade são muito parecidas com as relatadas nas bibliografias que apresentam casas da Europa moderna, como em Benévolo (2015), confirmando a janela de tempo existente entre os dois continentes. É importante observar também a ausência de banheiros, embora eles já fossem uma realidade nas casas Europeias da época.

Segundo Aries; Chartier (2009), ainda em meados do século XV, são percebidas algumas transformações nas casas medievais europeias. Estas modificações só podem ser constatadas no século XIX brasileiro: os cômodos diminuem, são criados espaços de comunicação como corredores, para que não se tenha que entrar em um cômodo através de outro, os aposentos passam a ser especializados e a distribuição do calor e da luz aproveitada.

Entretanto, é importante reiterar que o direito à intimidade (e ao consequente pudor que ia sendo alimentado, inclusive sexual), o uso dos corredores... tudo isto se dá apenas para aqueles com posses suficientes para casas maiores, o que não seria o caso dos moradores da tipologia porta e janela, por exemplo.

Novais (1997) e Lemos (1996) falam que as casas brasileiras dos pobres tinham poucos cômodos, um ou dois e sobreposição de tarefas e falta de intimidade. Já a dos ricos tinha mais cômodos. Estes cômodos eram enfileirados e acessados por um corredor. Pode-se perceber que no maranhão a tipologia foi seguida e que a depender da riqueza havia o outro lado da casa que era acessado também por corredor, quando havia um pátio interno ou não.

Quanto aos sobrados, Lopes (2013) relata que as lojas e escritórios ficavam no primeiro pavimento para evitar os estranhos no convívio da família. Os quartos e salas ficavam acima. Nas moradias mais ricas já havia nessa época oitocentista a preocupação com a intimidade da família e principalmente das mulheres.

Lopes (2013) também assegura que nessa época as cozinhas já estavam dentro das casas e explica que, a presença desde cedo de duas cozinhas na casa

brasileira (principalmente a rural), uma dentro e outra fora, uma limpa e outra suja, se deu por fatores climáticos. Ao contrário da Europa, onde o fogo aquecia os familiares, no Brasil de clima mais quente, o fogo tornava o ambiente desagradável. Portanto, às vezes, as comidas que demandavam mais tempo e fogo, por vezes era feita na cozinha externa. Além do mais, era uma forma de dividir o espaço entre senhores e escravos.

Ainda sobre o zoneamento dos sobrados oitocentistas, Filho (2006) também apresenta o térreo como estabelecimento comercial do proprietário, onde ficavam a loja, o depósito e o alojamento dos escravos. O segundo pavimento era a casa do dono, com sala, quarto, varanda e cozinha. O terceiro andar, quando existia, era residência dos caixeiros e dos visitantes e repetia o andar da casa do dono.

Filho (2006) comenta a ausência dos sanitários e do banho na época. O autor cita que os dejetos eram guardados em barris e transportados por escravos, ao que Freyre (1993) explica:

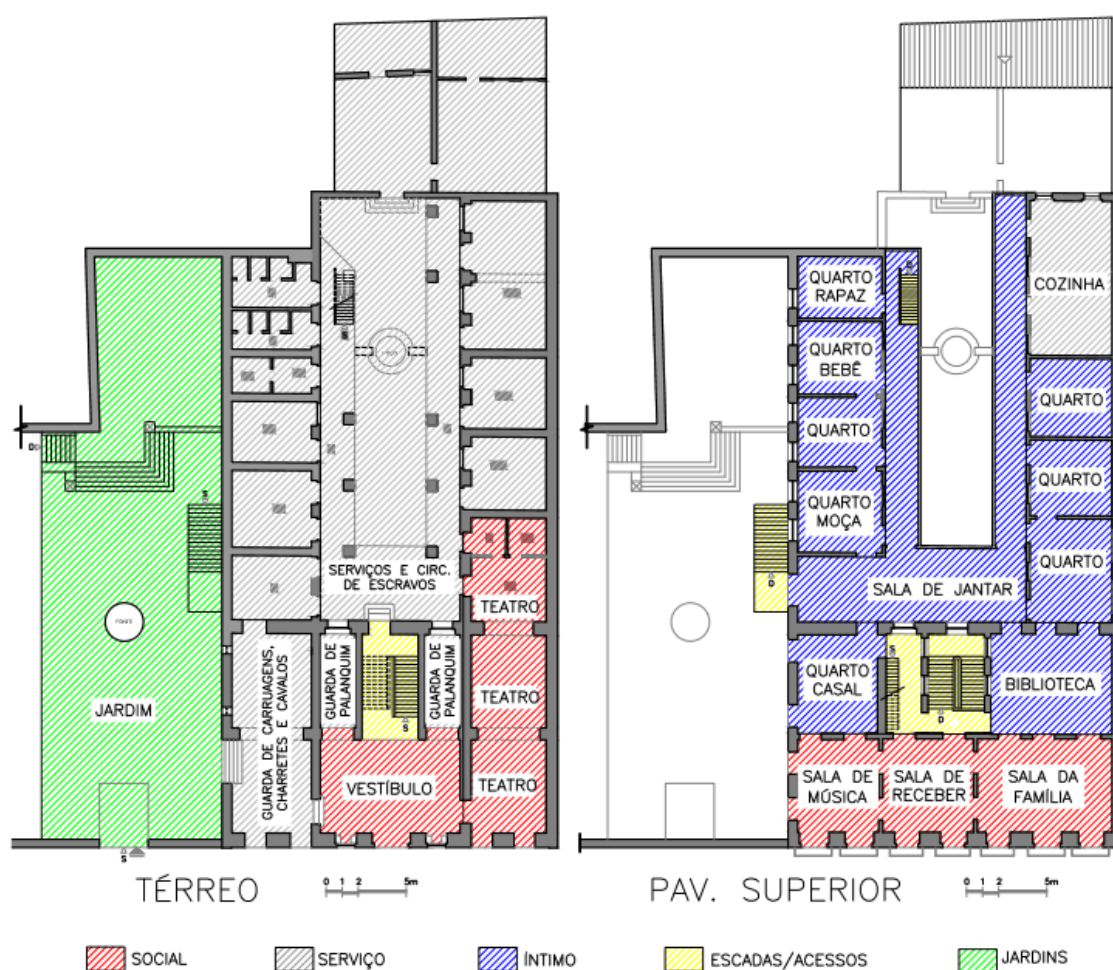
“Ao escravo negro se obrigou aos trabalhos mais imundos na higiene doméstica e pública dos tempos coloniais. Um deles, o de carregar à cabeça, das casas para as praias, os barris de excremento vulgarmente conhecidos por tigres. Barris que nas casas-grandes das cidades ficavam longos dias dentro de casa, debaixo da escada ou em um outro recanto acumulando matéria. Quando o negro os levava é que já não comportavam mais nada. Iam estourando de cheios. De cheios e de podres. Às vezes largavam o fundo, emporcalhando-se então o carregador da cabeça aos pés...Não se pode acusar de sujos e propagadores de imundície os negros que, quando libertos, deram para barbeiros, dentistas, fabricantes de vassouras de piaçava, importadores de sabão-da-costa; alguns para lavar chapéus-do-chile; as negras para doceiras caprichosas na limpeza dos seus tabuleiros; ou para lavadeiras igualmente asseadas. Profissões cujo exercício, com evidentes preocupações de higiene, em parte os redime da mancha infamante de carregadores de tigres” (FREYRE, 1993, p.291).

Quanto ao banho, primeiramente, esse era feito com baciões ou tinhas, nos quartos e depois no quintal, perto dos poços. Filho (2006) explicita que o modo de vida oitocentista era dependente do sistema escravagista.

Segundo Filho (2006), nos sobrados, as senzalas ficavam no térreo, nos fundos da loja, ou em uma construção rústica nos fundos do lote, bem rústica, de taipa e coberta com palha. Para o autor, essa parte da casa ou da estrutura social era invisível, mas emblemática. Os quartos de empregadas, nos fundos das casas ou segregados nos apartamentos, são herança desse modelo, para o autor.

Quanto aos solares¹⁴ é relevante atentar para a similaridade entre a Casa Grande de dois pisos, no ambiente rural, e estes, dos donos de engenho, construídos em São Luís, a fim de reproduzir o mesmo sistema vigente no campo. Como exemplo, tem-se a análise arquitetônica do Solar oitocentista dos Gomes de Sousa realizada e apresentada em Duailibe (2017c). Os imóveis eram zoneados em área social, íntima e de serviço. O imóvel analisado possui térreo, pavimento superior e um mirante conforme figura 19.

Figura 19: Zoneamento do Solar Gomes de Sousa enquanto residência



Fonte: Duailibe (2017c).

Andrés (1998) também cita a presença dos mirantes em alguns solares e sobrados. É interessante comentar como dois elementos simbólicos nas casas aristocráticas (a medieval europeia e a contemporânea colonial ludovicense) tem

¹⁴ Sobrados mais requintados e de uso apenas residencial.

significados diferentes. Se a torre, de acordo com Duby (2009), tem função e símbolo de proteção, o mirante tem uma função mais poética e por vezes de abrigo, de mercadorias ou pessoas, como já citado.

Sobre o modelo de zoneamento, sabe-se que os anos oitocentistas na Europa reforçaram uma sociedade burguesa cujas casas apresentavam essa tripartição do espaço doméstico nos setores social, íntimo e serviço, modelo copiado no Brasil. Sobre esse tipo de tripartição das casas oitocentistas, Santiago (2002) fala em espaços de prestígio, o social, de isolamento, o íntimo e de rejeição, o de serviço. Em casas com mais de um pavimento, o térreo era predominantemente usado para o serviço, enquanto no pavimento superior ficavam o setor íntimo e o social.

De acordo com Josiane Cardoso¹⁵ em TVBRASIL (2015), o zoneamento do Solar Gomes de Sousa revela uma série de costumes e hábitos de morar da época que hoje são considerados pela sociedade atual como ultrapassados e até mesmo polêmicos.

3.1.2.2. Os cômodos, seus usos e mobiliários

As casas iam da presença de apenas um cômodo, na dos mais pobres, à existência de vários cômodos, na dos mais ricos, conforme Silva F. (1998). Entretanto, salvo a necessária superposição de uso na habitação de um único cômodo¹⁶, nas casas oitocentistas, cada cômodo já tinha uma função específica.

Para explicá-los, aqui, estes ambientes serão apresentados em seu uso e posicionamento, considerando a análise apresentada em Duailibe (2017c).

As salas sociais do Solar Gomes de Sousa; a de música, a de visitas e a da família estão posicionadas à chegada da escada e são interligadas entre si. Com posicionamento estratégico para que as visitas não adentrassem a casa, elas espelham a necessidade de reserva familiar.

¹⁵ Mediadora do MHAM- Museu Histórico e Artístico do Maranhão, que hoje funciona no Solar dos Gomes de Sousa.

¹⁶ A superposição dos usos em um único cômodo, típico da época medieval, se estendeu pelo Brasil colonial contemporâneo, implicando aspectos de intimidade e entendimento do espaço doméstico nas camadas mais pobres.

Segundo Duby (2009), os familiares se encontravam, se visitavam constantemente, na Europa do século XIV, o que explica as salas de visitas em uma sociedade onde a vergonha e a consequente necessidade de preservar a intimidade estavam sendo inseridas.

Novais (1997), conta sobre o hábito da visita sem aviso no Brasil. No campo em razão das longas distâncias e na cidade em razão da curta distância entre as casas que eram coladas. E exemplifica um caso citado pelo Henry Koster, no século XIX, que de passagem por São Luís, foi visitado por uma família respeitável sem convite.

Segundo Meireles (2015), São Luís passou a ter iluminação pública em 1825. Para Novais (1997), a iluminação permitiu uma nova realidade de sociabilização. Com os candeeiros, a querosene, as pessoas podiam ficar acordadas até mais tarde em reuniões, saraus etc.

Ainda, havia a visita específica entre as mulheres. Meireles (2015) fala de costumes setecentistas portugueses que só chegam no Brasil no final do século XVIII e início do século XIX, como o de mulheres com vida social mais ativa que se visitam e vão a teatros e passeios com amigas.

De acordo com a TVBRASIL (2015), a existência de uma sala de música demonstrava muito dos hobbies femininos da época: tocar piano, cantar, falar francês e ir ao teatro, uma mudança em relação à mulher do século XVIII que tinha hábitos mais rurais e religiosos.

No Solar Gomes De Sousa, de acordo com Duailibe (2017c), a sala de jantar ficava na varanda, área mais reservada, no setor íntimo da casa, mas muito próxima das salas sociais. Novais (1997) comenta que na época colonial não era comum receber visitas na hora das refeições, o que demonstra a intimidade desse momento. No solar, era o cômodo mais utilizado. Dela é possível ver todos os cômodos da casa. Sua posição estratégica permitia que o patriarca controlasse tanto os escravos fora da casa quanto a família dentro, segundo Josiane Cardoso.

Filho (2006) cita Silva F. (1998) para quem as varandas ao fundo representavam verdadeiramente a colônia, enquanto as fachadas representavam a

metrópole uma vez que a varanda era o retrato da adequação arquitetônica ao clima local.

Filho (2006) traz uma reflexão interessante. O autor coloca que a varanda é o espaço coletivo nessas casas. Capaz de ser socializante, é a área de articulação dos outros espaços, junto com o vestíbulo e que ela é responsável pela integração dos moradores, do dia a dia, da vida da casa. É importante comparar o papel da varanda, onde, em São Luís, se encontrava a mesa de refeições daquela época com a sala de refeições de hoje, o que mostra que o espaço onde as pessoas se alimentam é sempre agregador, ao longo dos tempos.

Elias (1993) ao se referir à Europa medieval cita que “comer e beber nessa época ocupavam uma posição muito mais central na vida social do que hoje” (p.74). Nas casas aristocráticas, os espaços de comer continham uma mesa, tão grande quanto fosse a riqueza de seu dono, para comportar convidados. Este espaço, a sala de jantar, ficava separado do local de preparo dos alimentos. As mesas eram centralizadas, pois os serviçais a circulavam para servir os convidados ou moradores da casa.

Lemos (1996), ainda sobre o fato de a casa brasileira ter recebido luz elétrica no século XIX, explica que durante a noite, elas eram melhores iluminadas, com “lâmpadas de mecha circular”. Nessa época, até os hábitos mudaram e as salas de estar, jantar e varandas abriram-se para estranhos em visitas noturnas e os jantares sociais começaram a ser moda na época, o que permitiu uma maior socialização entre a comunidade dentro do espaço do lar. Se antes esses espaços internos eram todos íntimos, agora passam a ser também sociais.

Na São Luís colonial, nas casas mais abastadas, as mesas eram igualmente grandes em razão da vida em clã, conforme observado em Duailibe (2017c) e a existência de escravos que serviam seus donos explicam seu também posicionamento central. A mesa grande também era símbolo de riqueza, porque quanto maior o clã familiar, maior o poderio de seu chefe, representado na quantidade de pessoas sob sua tutela.

Pode-se perceber, portanto, a partir de Duailibe (2017c), que os anos oitocentistas marcaram a transição do quarto e da sala de jantar nas casas

ludovicenses. Enquanto o primeiro foi para o espaço íntimo da casa, a segunda, juntamente com a varanda, adentrou em alguns momentos, o espaço social.

Duby (2009) aborda os arranjos do espaço privado, a emergência do indivíduo, a solidão e a abordagem da intimidade medieval. Elias (1993) explica que na idade média os quartos não eram os espaços mais íntimos e privados da casa, eles não foram isentos de vida social. Era comum receber visitas nos quartos. Somente do século XVII ao século XVIII o sentimento de vergonha foi sendo absorvido pela sociedade que passou a se esconder na hora do banho e do dormir, que antes era nu.

Elias (1993) coloca que a vergonha foi um dos sentimentos que foram incentivados pelas práticas civilizatórias que alteraram os hábitos domésticos. O aumento da repugnância e a autocontenção imposta por relações sociais, também contribuíram para essas mudanças. Em meados do século XIX, o ato de dormir e a intimidade sexual já tinham passado para a esfera íntima e privada.

Parece que à medida que a igreja foi aumentando a exigência moral, mas as pessoas foram vendo o quarto como espaço mais íntimo e indevassável.

Na São Luís contemporânea oitocentista, embora com características modernas e até medievais, os quartos já chegam como espaço íntimo. Filho (2006) retrata o quarto como o espaço de maior intimidade da casa ludovicense oitocentista, composto de baús, redes, cômodas, guarda-roupas, penteadeiras, oratório, castiçal.

Isto pode explicar por que o quarto do casal é tão próximo da sala no solar Gomes de Souza, apresentado por Duailibe (2017c). Há aí uma transição para o que parece ser a tripartição citada por Santiago (2002), onde os quartos já aparecem no setor íntimo da casa. Entretanto, os costumes sexistas da época ditavam com veemência a posição dos outros quartos da residência: os das filhas eram protegidos e os dos filhos eram reservados.

No solar Gomes de Souza, de acordo com a TVBRASIL (2015) e Duailibe (2017c), o quarto masculino era o único da casa que não tinha ligação com os demais. A entrada ficava em frente à escada dos escravos, aos fundos, o que permitia o acesso de escravas durante a noite ao quarto do rapaz. Já o quarto da moça solteira era o mais próximo do quarto do casal, para que ela fosse vigiada pelo pai, pois esta

precisava se manter “pura”. Ainda hoje, costumes sexistas são percebidos em lares brasileiros, cujo posicionamento dos quartos dos filhos sugere uma liberdade maior àqueles do sexo masculino.

Ainda no solar, segundo a TVBRASIL (2015) e Duailibe (2017c), o quarto do bebê, no solar, ficava entre o quarto da moça e o do rapaz, pois sua proximidade com o quarto da mãe não era necessária, uma vez que existia a escrava designada para cuidar apenas do recém-nascido. Por também amamentar a criança, estas escravas eram chamadas de “amas de leite”¹⁷.

De acordo com Novais (1997) as pessoas viajavam muito dentro da colônia. Isso fortalecia a necessidade de casas com vários quartos para receber os parentes em trânsito, o que reforça a constatação de uma família por parentela, com agregados, como colocaram Mota (2008) e Costa (2013). Os solares podiam chegar a ter de 10 a 14 moradores.

Filho (2006) coloca que geralmente, a cozinha era um quarto, por vezes, amplo nos fundos da casa. O autor explica que as vezes elas aconteciam no térreo, mas que quase sempre se encontravam mesmo no andar da casa. Interessante perceber como os outros pavimentos não eram considerados casa do morador apesar de se tratar do mesmo edifício. Para o autor, se a varanda era o espaço de socialização dos patrões, a cozinha representava o mesmo para os escravos. No solar Gomes de Sousa, ela aparece no andar da casa, nos fundos.

Nas casas oitocentistas de São Luís, ainda não existiam banheiros. Elias (1993) relata que no século XVIII, os banheiros dentro das casas já eram uma realidade na Europa, o que demonstra mais uma vez que, embora a São Luís oitocentista estivesse em estreita relação com a Europa Ocidental, através de Lisboa, alguns hábitos e costumes europeus de 100 anos atrás ainda vigoravam na cidade.

Lacroix (2012) explica que nas casas maiores havia cômodos de banho e de vaza. No cômodo de banho ficavam baciões para banho com cuia¹⁸ ou por imersão

¹⁷ A figura da “babá”, empregada doméstica que cuida de crianças, ainda é uma forte realidade na sociedade brasileira, tanto na classe alta, como na média, em uma proporção bem maior do que a percebida em países onde a escravidão se extinguiu há mais tempo, embora esse dado venha diminuindo em razão de políticas sociais implementadas de distribuição de renda e regularização do trabalho doméstico.

¹⁸ Artefato indígena produzido a partir do côco, incorporado no dia a dia da colônia.

em tinhas de madeira. O cômodo de vaza era onde ficavam guardados os dejetos, que depois eram transportados pelos escravos até a maré. Para a autora, ambos os cômodos demonstram a dependência da sociedade do sistema escravagista, pois como não havia rede de abastecimento de água e de esgoto na época, esses serviços eram realizados pelos escravos, que transportavam água quente e fria para o banho, trocavam a água e coletavam e descartavam os dejetos.

De acordo com Lacroix (2012), depois de inúmeras tentativas, em 1874 a cidade passou a ter abastecimento de água encanada, mas apenas para as casas das pessoas mais ricas. Lemos (1996) cita que os banheiros externos passaram a ser construídos nas casas dos mais abastados, nos jardins. No Solar Gomes de Sousa, essa solução foi reproduzida, no fim do século, em uma de suas reformas.

Enquanto as moradias ludovicenses oitocentistas, nas suas diversas tipologias, se adequavam lentamente à idade moderna e ao comércio, Lisboa, de acordo com Barreiros (2014), já dava indícios de uma habitação contemporânea com casas sobrepostas, quando da reconstrução da chamada Baixa Pombalina, após o terremoto de 1755. Embora exteriormente a arquitetura ludovicense fosse similar à Lisboeta, utilizando-se dos mesmos materiais e padrões estéticos, a cidade portuguesa fazia mudanças profundas no seu paradigma de moradia passando da casa unifamiliar para os edifícios coletivos. Duby (2009) também cita apartamentos italianos (casas sobre casas) já no século XV.

Lopes (2013) explica como as capelas (antes dentro das casas ou fora) foram sendo substituídas por oratórios colocados nas paredes, permitindo individualidade e intimidade aos moradores no momento das orações, uma vez que não era mais preciso reunir todos para uma missa ou uma oração.

Filho (2006) comenta a pouca importância do quintal e sua pouca urbanidade e como os fundos da casa negam a urbanidade pretendida pelo seu interior, pela rua e paisagem do entorno. E que esta negação, para além de arquitetônica, é também social. Ou seja, quanto mais íntimo se torna esse espaço, quanto mais verdadeiro tradutor das relações sociais que configuram a época, menos urbano ele é.

“Durante muitos anos, o pátio interno foi considerado como parte do serviço nos lares brasileiros, por ser um ambiente de livre circulação dos escravos

nas casas oitocentistas. Era no pátio que se encontravam os poços que abasteciam as residências, como acontece no MHAM” (DUALIBE, 2017c, p.269).

Para Aragão (2008), o uso de afastamentos frontais e laterais nas residências urbanas foi uma das mudanças após a chegada da corte portuguesa, o que permitiu melhorar a ventilação, dar privacidade aos cômodos e a criação de jardins apenas ornamentais e contemplativos, distinguindo-os das hortas e pomares, que ficavam na parte posterior do lote. Esta mudança contribuiu para o uso dos pátios e jardins posteriores unicamente para serviço.

Mas segundo Novais (1997), os jardins só realmente aparecem no final do século XIX. O Solar Gomes de Sousa, de 1838, teve seu jardim construído somente quando o terreno vizinho foi adquirido pelo segundo proprietário. Antes só havia hortas e pomares nos lares brasileiros que ficavam no fundo do terreno, no quintal.

Entretanto, Meireles (2015) afirma que havia uma privacidade verdadeira nos quintais, onde a casa e a vida aconteciam, escondidas da rua.

Embora poços privados já fossem uma realidade em algumas casas da Europa ocidental, eles só aparecem no Maranhão no século XIX, conforme Lopes (2008), nas casas dos habitantes mais ricos. São comumente localizados no pátio, na área destinada aos serviços da casa.

Desta forma, as casas ludovicenses da época já tinham um leque mais ampliado de tipologias, justamente para atender a uma população que se mostra mais heterogênea em níveis econômicos. Há a predominância de edificações térreas (52%) seguidas por aquelas de dois pavimentos (37%), de acordo com levantamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN (2004) para o processo de rerratificação da área de tombamento federal.

De modo que aos considerarmos o jogo principal de tipologias térreas (porta e janela, meia morada, morada inteira e morada e meia), apresentados por Silva F. (1998), percebe-se que elas são de fato o arquétipo da moradia colonial oitocentista, pois representam a heterogeneidade econômica de uma nova classe formada em sua maioria por comerciantes, mas também por funcionários do governo, ambos em variados escalões.

Também se percebe, a partir de Silva F. (1998) que, embora em tamanhos e quantidades diferentes, os cômodos tinham nessas residências os mesmos significados e simbolizavam e traduziam os mesmos hábitos, embora uns vivessem com mais conforto que outros. É importante salientar que, inclusive, os sobrados com lojas no térreo possuíam a mesma configuração das casas terras.

Os solares e os sobrados apresentados por Silva F. (1998) também são representativos da época, mas representavam os mais abastados. Embora os usos dos cômodos em comum com as casas menores sejam os mesmos, há outros que não chegam a todas as casas, como as diversas salas que ganham função específica ao extremo, como a sala de costura.

Aqui se percebe que a casa dos ricos, embora não seja o arquétipo de morar de uma época, pois não representa quantitativamente os espaços de morar, apresenta espaços diferenciados que podem ou originar arquétipos de futuro, sendo disseminados nas classes menos favorecidas que compõem a parte representativa de uma sociedade ou caírem em desuso, demonstrando serem frutos de hábitos particulares de uma classe mais rica da sociedade em uma época específica.

Tem-se então, a partir de Silva F. (1998) que a casa ludovicense oitocentista é urbana. Seu arquétipo de morar é ditado pelas variações da tipologia porta e janela, pelo uso de alcovas, com os quartos ocupando na casa uma área de menos intimidade do que a cozinha e a varanda (embora na casa dos ricos oitocentistas, os quartos já se apresentam mais aos fundos da casa do que as salas de jantar, mostrando que para esses indivíduos, o pudor e a necessidade de intimidade já se faz maior).

Compreende-se então que o arquétipo de morar oitocentista ainda é de uma casa em transição de abrigo para aquela com condições mínimas de habitabilidade, pois ainda não possuem banheiros internos e água encanada (embora já presentes nas casas mais abastadas) e que o século oitocentista mostra o surgimento de outra janela temporal nas habitações ludovicenses. Uma janela influenciada e ditada pela condição econômica.

De acordo com Lacroix (2012), no início do século, as redes continuaram com seu protagonismo. Como havia pouca mobília, a rede era usada para todos os fins: comer, dormir, descansar, receber pessoas. Até quando morriam, era nas redes que

as pessoas eram enterradas, pois facilitava o transporte. Lopes (2008) cita que sempre tinham ganchos de redes espalhados pela casa tanto nas urbanas quanto nas rurais.

Embora Lacroix (2012) afirme que ainda na primeira metade do século as redes de passeio foram substituídas por palanquins, que eram cadeiras de passeio carregadas por escravos, de acordo com Guerra (2017), em 1839, Kidder afirmou que em São Luís, as cadeiras de passeio eram poucos conhecidas e que se usavam as redes como meio de transporte.

De acordo com Aries; Chartier (2009), nos séculos modernos, os mobiliários viraram cômodos, o que segundo o autor abriu as portas para a habitação burguesa do século XIX. Desta forma, aos poucos, ao longo do século, a cidade viu suas casas serem invadidas de mobiliário e peças importadas. Ainda nos quartos, outros móveis além das camas também compunham a cena de maior intimidade na casa oitocentista: baús, cômodas, guarda-roupas, penteadeiras, oratório e castiçal. Entretanto, é preciso esclarecer que essa abundância de mobiliários era própria das famílias mais ricas, cujas casas com mais cômodos permitiam uma função a cada.

Lima (2016) cita as secretárias ou papelerias e as cômodas secretárias, como mobiliários que exemplificam a chegada e que ajudaram a normalizar as práticas sociais dentro de casa que refletiam as novas ideias de intimidade, privacidade e individualidade. Tendo sido criadas na Europa do século XVII, é no século XIX que elas chegam a São Luís com intensidade. É o primeiro móvel pessoal que, portanto, revela também a personalidade de cada dono, sendo então, cheio de espaços e gavetas secretas para guarda de seus objetos e assuntos pessoais. Como são hoje os celulares e notebooks.

É interessante perceber como a decoração do quarto do rapaz revela sua ausência em casa. Mesmo com o forte incremento da decoração nos lares ao longo do século, ele não possui cama, apenas uma rede, no solar Gomes de Sousa, conforme TV BRASIL (2015) e Duailibe (2017c). De acordo com Costa (2013), os jovens nobres maranhenses saíam de casa muito cedo para estudar, por volta dos 10 a 11 anos e costumavam voltar por volta dos dezesseis anos, ficando em casa apenas nos curtos períodos de férias.

Para Lemos (1999), o interior das residências brasileiras passa a ter outro valor e até superestimado a partir do século XIX. Se antes o que diferenciava as casas dos mais ricos daquelas dos mais pobres era apenas o tamanho, a partir de então, o luxo passou a ser incorporado aos lares brasileiros (era mais quem tinha objetos mais ricos).

Lemos (1999) cita que a casa começou a ser enfeitada com o advindo da família real para o Brasil: tintas de novas cores, cortinas, papéis de paredes, grades de ferro nas sacadas são exemplos de benfeitorias da época. Elementos, objetos e mobiliários meramente decorativos passaram a fazer parte das residências para reafirmar e ostentar o poderio econômico do morador. Com os objetos decorativos a casa ficou mais cheia. Entretanto, segundo autor, as partes da casa utilizadas pelos escravos, pouco evoluiu.

Nas casas mais abastadas de São Luís, a influência francesa imperava. Filho (2006) afirma a influência dos modos franceses sobre a elite ludovicense oitocentista, que tentava reproduzir seus costumes, inclusive na decoração das casas. Pianos franceses, tapetes turcos, cadeias e canapés com encostos de palhas, retratos da família na parede, além do sagrado coração de Jesus e varandas em madeira e vidro.

Para Duby (2009) quanto mais a Renascença avança, mais a casa dá lugar ao aprendizado. A casa passa a ter mais quartos, que favorecem o isolamento, o que favorece a compenetração nos estudos, bibliotecas, mobiliários específicos como escrivaninhas e prateleiras para guardar livros.

O mesmo aconteceu na São Luís contemporânea oitocentista, conforme apresentado por Silva F. (1998), reafirmando que a idade moderna e a renascença só chegam com força na cidade no período pós revolução industrial, o que se refletiu em um espaço doméstico mais decorado, cheio de mobílias, com seus enfeites e riquezas.

Outro costume medieval somente abandonado nessa época foi o comer com as mãos, pois começaram a chegar mais peças de porcelana e prata, segundo Novais (1997). Segundo o autor, o hábito de comer sentado no chão, já citado, ainda existia no fim do período colonial. O homem da casa por vezes comia à mesa e a mulher com

os filhos perto dele, mas no chão. Os talheres só começaram a chegar no fim do século XIX.

Como em boa parte da São Luís oitocentista não havia banheiros, vários utensílios eram utilizados para fins de higiene. De acordo com a TV BRASIL (2015), nas salas eram posicionadas as escarradeiras, louça parecida com os penicos, utilizadas para que os habitantes e visitantes cuspissem. Penicos eram usados para as necessidades básicas e em famílias mais ricas eram usadas cadeiras com um buraco no assento, sobre os penicos, permitindo mais conforto, como pode ser visto na figura 20. Posteriormente, os dejetos eram transportados pelos escravos.

Figura 20: Cadeira trono



Fonte: TVBRASIL (2015).

Ainda de acordo com a TV BRASIL (2015), para o banho, eram usadas as cuias, os baciões e tinas, já citados. Para lavar as mãos e os rostos, louças pequenas com água, ficavam sobre as cômodas e penteadeiras.

As distancias ficaram mais longas devido à expansão de São Luís e transportar água para os asseios tornou-se um problema para as casas sem poço, já que seu crescimento não foi proporcionalmente acompanhado de melhorias em infraestrutura. De acordo com Meireles (2015), o abastecimento de água na cidade só se deu em 1874.

Outro trabalho doméstico que ficou dificultado foi o de lavar as roupas, pois os rios e fontes estavam cada vez mais longe. Então surgiram os tanques nas residências, que segundo Lopes (2013), foram construídos nas casas para a lavagem das roupas como um processo entre a lavagem nos rios e com água encanada.

Nas casas sem abastecimento de água e sem poço, os tanques também serviam para armazenagem. Atualmente, ainda existem exemplares de tanques de água em São Luís, agora incentivados pela descontinuidade do abastecimento.

Em 1890, segundo Meireles (2015), a primeira companhia telefônica se instala na cidade, trazendo para as famílias mais ricas um novo equipamento que revolucionaria a comunicação social.

Lopes (2013) relata que no final do século XIX, os equipamentos começam a aparecer nas casas sobradas (as mais ricas). Telefones, máquinas de costura e a própria luz elétrica.

Para Cabido (1994) o móvel da idade moderna europeia foi o aparador, que tinha a função de expor as peças ricas de seus donos, não mais guardadas nas arcas, características da idade média. Em São Luís, o destaque parece ter sido o baú.

Desta forma, as diferenças na decoração do lar passaram a ser mais visíveis para além do ter muito e o ter pouco e passaram a representar gostos pessoais, o que pode ser percebido pelo crescimento da individualidade à medida que o básico foi suprido.

Para Novais (1997b) o piano foi o objeto de desejo das casas na sociedade da época. Era a forma de demonstrar status aristocrático e fazia com que os sobrados urbanos tivessem uma sala exclusiva para ele: a sala de música, onde os saraus e bailes externavam uma vida ensaiada, representada para visitantes escolhidos em dias de reuniões, como na aristocracia francesa em séculos anteriores. Ainda segundo o autor, os papeis de parede importados o acompanham e mudam a aparência das salas domésticas.

Os imigrantes começam a chegar no Brasil em massa na segunda metade do século oitocentista. No Maranhão, além dos portugueses, os árabes vieram em maior número.

3.2. Características modernas da São Luís novecentista.

Para Novais (1998), do fim do século XIX a meados do século XX, o Brasil passou por intensas e grandes mudanças que movimentaram a sociedade, seus hábitos, costumes, ordens e hierarquias sociais. As pessoas passaram a sentir o tempo, o espaço e os objetos de maneira diferente e a maneira de lidar com os demais em quesitos como afeição e proximidade também mudou.

Estas mudanças foram impulsionadas pelo que Novais (1998) chamou de segundo momento da industrialização, ocorrida por volta de 1870, junto com a qual uma imensa gama de novos produtos e tecnologias puderam ser criadas e fizeram a Europa e os Estados Unidos mudarem seu cenário, respingando no Brasil e remetendo já ao mundo moderno no qual se vive.

Entretanto, o Maranhão escravagista e predominantemente rural, recebeu os ventos modernos de maneira bem diferente, a começar pelas consequências do fim da escravidão, conforme Lacroix (2012).

“... a origem da riqueza estava prestes a ruir... Certo dia, 13 de maio de 1888, São Luís amanheceu em silêncio sepulcral. No alto dos sobrados e solares as famílias emudecidas esperavam a ordem de abrir as portas das senzalas... Houve casos em que a raiva, o ódio e a revolta levaram a desatinos como a quebra de móveis, louças e outros objetos encontrados pela frente ou blasfêmias e insultos ecoados entre as frestas das janelas, como punhais cortando a vaidade e a prepotência dos ricos, em vias da pobreza... O dia 14 foi diferente na praia grande. Uma atmosfera pesada, prenúncio da decadência, envolveu o coração comercial da cidade... São Luís ficou entregue a ociosos, a homens de pouca luz, a incompetentes, a funcionários públicos de nível médio e, os mais inteligentes, mesmo filhos de nobres com maiores aspirações, optaram pelo êxodo” (LACROIX, 2012, p.235-243).

A abolição da escravidão no Brasil derrubou os alicerces que estruturavam a sociedade brasileira e ludovicense, segundo Lacroix (2012). A riqueza e o luxo produzidos à base do exaustivo trabalho escravo foram visceralmente golpeadas, de modo que São Luís chega ao século XX se adaptando a essas novas condições e ao surgimento de uma classe trabalhadora com necessidade de moradia.

Meireles (2015) cita que após a abolição da escravidão, a quantidade de engenhos e fazendas algodozeiras que fecharam no Maranhão chegaram a 70% e 30% respectivamente, do total existente no estado, sendo que as propriedades agrícolas

desvalorizaram em até 90%. Segundo o autor, boa parte desses fazendeiros se mudaram para São Luís e tentaram entrar no mundo industrial.

De acordo com Lopes (2008), os fazendeiros da região se viram obrigados a vender suas propriedades, desvalorizadas com o fim da escravidão e investiram em fábricas instaladas na cidade (vinte e quatro no total), mas no começo do século as fábricas já não rendiam o suficiente e essa mudança na estrutura da economia da cidade pouco influenciou no seu cenário demográfico. Esse período de adaptação veio com uma série de epidemias que assolou a cidade, estagnando-a ainda mais.

Desta forma, no início do século XX, São Luís tenta virar uma cidade industrial composta por homens livres segundo o autor Meireles (2015). Se no século XIX, São Luís era conhecida como Atenas brasileira, no século XX, com a república, para Lopes (2013) a cidade queria virar uma Manchester do Norte. Entretanto, segundo Lopes (2013), a cidade não consegue acompanhar as outras grandes cidades brasileiras e entrou em um período de declínio de 1894 a 1932.

Oliveira (2015) chega a mostrar imagens de 1939 de lavadeiras à beira do rio, profissão comum à época e que se sustentava pela ausência da água encanada nas casas, o que reflete a pouca infraestrutura da cidade na época.

Ainda assim, o surgimento das fábricas e a abolição da escravatura, citados por Lopes (2008) e Lacroix (2012), ambos no século XIX, ditaram as mudanças ocorridas na cidade e na sociedade nas primeiras décadas do século XX. Vilas operárias foram criadas para abrigar os funcionários das fábricas e a classe trabalhadora se solidificou.

De acordo com Lopes (2008), na década de 40, quando Getúlio Vargas instituiu sua política de integração nacional, o Sudeste passou a ser o centro de distribuição de mercadorias para o resto do país, fazendo com que o Maranhão perdesse importância no cenário nacional estagnando-se economicamente e tornando-se um centro administrativo. Para o autor, as consequências dessa decisão política se estenderam até os anos 70.

Portanto, entende-se que para melhor falar da São Luís novecentista é preciso dividir o século em três distintas fases: do início ao final da década de 30, dos anos

40 até o final da década de sessenta e dos anos 70 até o fim do século. A estas fases chamaremos de fase 1, fase 2 e fase 3, respectivamente, sendo a fase 3 tratada no subcapítulo seguinte.

Se a primeira fase foi marcada pela estagnação econômica da cidade, a segunda consolidou esta estagnação aumentando a janela de tempo entre São Luís e o resto do País e mundo. Na terceira fase, a capital do estado volta a crescer, mas a passos muito lentos, tendo que vencer o atraso acumulado em quase um século.

3.2.1. A sociedade de famílias nucleares na São Luís novecentista.

Com o surgimento da burguesia, a extinção das grandes fazendas e o surgimento do proletariado, a sociedade ludovicense passou por uma reestruturação, citada por Lopes (2008). As alianças de compadrio perderam força e as famílias já não eram tão numerosas. As famílias modernas nucleares da idade moderna europeia, pós revolução industrial finalmente chegaram a São Luís

Para Tramontano (1998), foi a industrialização e urbanização das cidades que permitiram a passagem do sistema familiar de clã (que fazia funcionar a produção medieval com sua própria mão de obra e onde todos os membros da família viviam sobre a guarda e domínio do patriarca) para o conceito da família moderna ou nuclear.

De um modo geral, segundo Tramontano (1998), as famílias passaram a se organizar em núcleos menores. O núcleo era composto por pai, mãe e filhos. Entretanto, a quantidade de filhos permaneceu alta.

Cunha (2010) explica que gradualmente a composição, remanescente dos tempos medievais, foi substituída por uma menor, à qual se chamou de núcleo e que consistia no resultado da união entre um homem e uma mulher pelo casamento, sob forte influência da Igreja Católica, dominante nessas sociedades. Portanto, a definição de família no Brasil também foi, durante muito tempo, influenciada pelo que o autor cita como direito canônico.

Nesta nova fase do morar, os filhos, ao se casarem, não mais continuavam sobre os domínios do patriarca da família do noivo, em seu lar. Uma nova família era formada, em uma nova casa, cujos descendentes completariam o protótipo familiar. O fator consanguíneo, portanto, continuava imperando na definição da família, embora

esta passasse a ter menos membros. A força opressora e repressora do tradicionalismo dos costumes e da religião acabava por moldar esse sistema.

Quanto ao papel desenvolvido por cada indivíduo nessa sociedade, tem-se ainda no início do século a figura masculina como protagonista e a mulher como submissa, conforme Lacroix (2012):

“...mais lento foi o processo de libertação da mulher branca, escravidão herdada dos colonizadores e inabalada por três séculos. Muitas esposas equiparadas a mucamas, só podiam pensar, sentir ou querer “pelas cabeças dos maridos, ou pelos interesses dos seus chefes”. Viviam o cativeiro das brancas. Suas saídas eram determinadas, limitadas e controladas...” (LATROIX, 2012, p. 259).

Segundo Tramontano (1998), o pai (chefe da família nuclear) trocou o emprego do campo ou no comércio que antes ficava na própria residência pelo trabalho predominantemente fora e a mulher que, em sua maioria continuava em casa, por vezes passou a substituir a empregada doméstica.

No caso de São Luís, as mulheres das famílias de classe intermediária passaram a ter que lidar frontalmente com os assuntos domésticos, como se percebe, a partir de Lacroix (2012), uma vez que a quantidade de empregados que podiam pagar era inferior à quantidade de escravos que tinham. Nas famílias mais pobres, as mulheres chegaram a substituir os escravos nos trabalhos domésticos.

Na segunda metade do século, de acordo com Tramontano (1998), aos poucos, nos países ditos desenvolvidos, foi se estabelecendo uma realidade cada vez mais dominante: o afrouxamento dos nós que definiam o papel do homem e da mulher na sociedade e por consequência dentro de casa.

A diminuição da rigidez das convenções sociais também foi sentida. Tramontano (1998) cita que os sentimentos passam a ser legitimados nas relações a dois e os divórcios começam a se tornar uma realidade mais visível. O autor coloca ainda a revolução de costumes da década de 60, a sexualidade como pauta, o surgimento de métodos contraceptivos e movimentos feministas como propulsores de novas tendências e do crescente questionamento acerca do casamento como condição para formação de um ambiente familiar.

Entretanto, durante boa parte da São Luís do século XX, percebe-se através de Lopes (2008) e Lacroix (2012) que o peso de antigas tradições dominou a sociedade e marginalizou os indivíduos que vivenciavam essas novas tendências. A sociedade novecentista ludovicense, ainda que já estabelecida com famílias nucleares, continuou, em sua maioria, patriarcal, controlada por dogmas religiosos e com mulheres submissas.

Embora a figura feminina dentro do lar tenha se modificado neste novo século e adquirido um pouco mais de independência pois já podia sair de casa só e trabalhar, ela continuava condicionada ao marido a quem, legalmente, devia subserviência.

Outro ponto a ser apresentado é a mudança de eixo de influência no local. Lopes (2013) cita que com a segunda guerra mundial e a aliança com os estados unidos, a colonização cultural dos ludovicenses deixou de ser europeia e passou a ser americana. Portanto os Estados Unidos eram os maiores influenciadores de hábitos, costumes e espaços de morar do século XX. Apenas no final do século e início do XXI os regionalismos remanescentes começaram a se fortalecer e foram novamente valorizados, vide os trabalhos reconhecidos de arquitetos e designers brasileiros e a notória exportação da cultura brasileira para países de língua portuguesa.

Socialmente, após os arquétipos do senhor e escravo que prevaleceram nos séculos XVII e XVIII na sociedade ludovicense, do arquétipo do burguês ser inserido nessa formação social com mais intensidade no século XIX, o século XX vê consolidar-se a classe trabalhadora, que operava principalmente nas fábricas, mas também no comércio local, conforme percebe-se a partir de Lopes (2008).

Já na segunda metade do século XX, em razão dos fluxos migratórios do interior do estado para a capital, São Luís vê a sua população pobre aumentar drasticamente, conforme Alencar (1962). No final da década de sessenta, a cidade já recebia grande migração rural e o número de palafitas¹⁹ ocupadas pela população de baixa renda aumentou em quantidades significativas.

De acordo com Alencar (1962), estas pessoas somavam 40.000 em uma cidade à época com menos de 160.000 habitantes. O assunto foi tema de diversas

¹⁹ Casas com instalações precárias em madeira, instaladas em áreas de mangue sem infraestrutura, sobre pilastras de madeira.

reportagens de jornais da época ano após ano, que denunciavam as condições insalubres de moradia e anunciavam um problema de dimensões cada vez maiores. Segundo o Jornal Imparcial (1968), a cidade crescia, mas em razão de pessoas que viviam sobre a lama.

Se no Rio de Janeiro os assentamentos construídos nos altos dos morros foram chamados de favelas e seus moradores de favelados, aqui surgiram as palafitas e os palafiteiros, conforme O IMPARCIAL (1968).

Apesar de sempre serem em maior número, até o século XIX, os pobres em São Luís não eram considerados como parte da sociedade, pois eram em sua grande maioria escravos que viviam nas casas de seus donos, conforme visto em Lacroix (2012). Entretanto, no século XX, todos os ex-escravos, moradores da cidade, somados ao quantitativo oriundo dos processos de migração, passaram a configurar parte da sociedade e a demandar casas. A sociedade ludovicense se vê então, predominantemente pobre, representada pelo proletário, seu arquétipo mais invisível socialmente até o momento.

Com base nas leituras, pode-se compreender então que, embora os registros sejam fartos sobre o segmento mais rico da sociedade ludovicense dessa época e seus espaços de morar de arquitetura eclética, voltada para atender padrões higienistas modernos, os arquétipos ludovicenses sociais de destaque desse século são o trabalhador de posses medianas, que chegando à década de 70, ocupa as áreas centrais da cidade, marginalizadas pela política higienista e os conjuntos residenciais no subúrbio e os pobres e paupérrimos, que ocupam as áreas de mangue, vivendo em palafitas.

3.2.2. Os espaços de morar novecentistas.

Para tratar especificamente das casas dos ludovicenses de classe média do início do século XX, é preciso pois, entender que os donos de casas na cidade estavam muito inconformados com os cortiços surgidos²⁰ e as condições de higiene das cidades, citados por Lacroix (2012). Ainda, alguns baixos de sobrados passaram a ser habitados por ex-escravos, conforme a autora. Embora os escravos tenham sido,

²⁰ Casarões que foram transformados em habitações multifamiliares para locação.

por muito tempo, submetidos a espaços insalubres dentro das casas dos senhores, quando tiveram suas próprias casas, a insalubridade passou a incomodar.

Esta situação, seguida de uma série de pestes que atacou São Luís, fez o século XX surgir com várias medidas higienistas da administração pública. Meireles (2015) cita, por exemplo, que em 1915 começou a haver coleta de lixo na cidade.

Quando a cidade cresce para além das fronteiras do núcleo primitivo e do cinturão do anel viário²¹, casas com novos estilos e tipologias vão surgindo, a partir de modificações nas casas, decorrentes de medidas higienistas. Novos padrões estéticos, mas também tipológicos, como as casas com afastamentos laterais e frontais como citado por Nascimento (2017) e os edifícios multifamiliares.

Lopes (2008) relata essa questão, quando coloca que no fim do século XIX, com a pressão das medidas higienistas e com o surgimento das fábricas, novos bairros foram se instalando em volta delas, novas tipologias com características estilísticas diversas foram surgindo, como o Art Nouveau e o Art Déco, bem como mais vilas operárias e barracos de taipa.

Para Figueiredo (2017), já as vilas operárias apresentavam uma arquitetura popular, que não seguiu nenhuma escola ou estilo e se tornou uma tipologia muito comum no centro histórico de São Luís. Segundo a autora, a maior das vilas operárias, a vila da fábrica Fabril, alojava cerca de 600 trabalhadores, indicando que esta nova tipologia aparecia em quantidades importantes no novo cenário de moradias da cidade.

De acordo com Vasconcelos (2007), estas vilas operárias resultam da ausência do estado (que assim se manteve até meados da década de 50) e da iniciativa de empresas privadas, primeiramente os donos de fábricas, como uma forma de ter mais controle sobre os empregados e em seguida construtores (como é o caso da Vila Gracinha, na figura 21) e pequenos investidores (estes, com construções bem insalubres e distantes, voltadas para os pobres, como a Vila Palmeira) que queriam lucrar com aluguéis.

²¹ A abertura da avenida Getúlio Vargas levou as famílias de alta renda para bairros mais periféricos e à consolidação destes, como o Monte Castelo.

Figura 21: Vila Gracinha



Fonte: Vasconcelos, 2007.

Das novas habitações do início do século XX, as mais abastadas passaram por um processo de modernização, citado por Lopes (2013), para atender às medidas higienistas em voga à época. O autor cita o plano de remodelação de São Luís de 1936. A visão higienista da época pedia edifícios com ventilação e iluminação adequadas e condenava as alcovas coloniais.

Segundo Lopes (2013), essas modificações foram contestadas por ludovicenses que percebiam uma simples ojeriza a tudo que era antigo e que isto não seria motivo suficiente para a troca imprudente e aleatória das construções existentes por outras de “estilo bastardo”, nas palavras do autor.

Desta forma, percebe-se através de Vasconcelos (2007) e Nascimento (2017) que o início do século XX se vê com dois novos estilos de habitações, na cidade: a eclética (dos mais abastados) e a popular (dos intermediários), considerada a “ausência de estilo” e a disseminação em grande quantidade de uma tipologia atemporal e sem classificação estilística: as habitações precárias em taipas, chamadas de barracos (dos pobres).

Na segunda fase do século XX, a partir da década de 40, começam a surgir os conjuntos habitacionais na cidade que, de acordo com Vasconcelos (2007), foram criados por Institutos de Aposentadorias e Pensões, como os dos comerciários e dos bancários, construídos ao longo da Av. Getúlio Vargas. O autor cita também a Fundação da Casa Popular, criada na mesma época e diz que é desse momento o

primeiro conjunto residencial vertical construído na cidade pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários- IAPB.

A tabela 2 apresenta conjuntos habitacionais de São Luís, construídos entre a década de 40 e 1964, segundo Vasconcelos (2007), pelo Instituto de Pensões e Aposentadorias dos Servidores do Estado do Maranhão e Piauí- IPASE, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes-IAPC, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários- IAPB, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado do Maranhão- IPEM e a Fundação da Casa Popular- FCP:

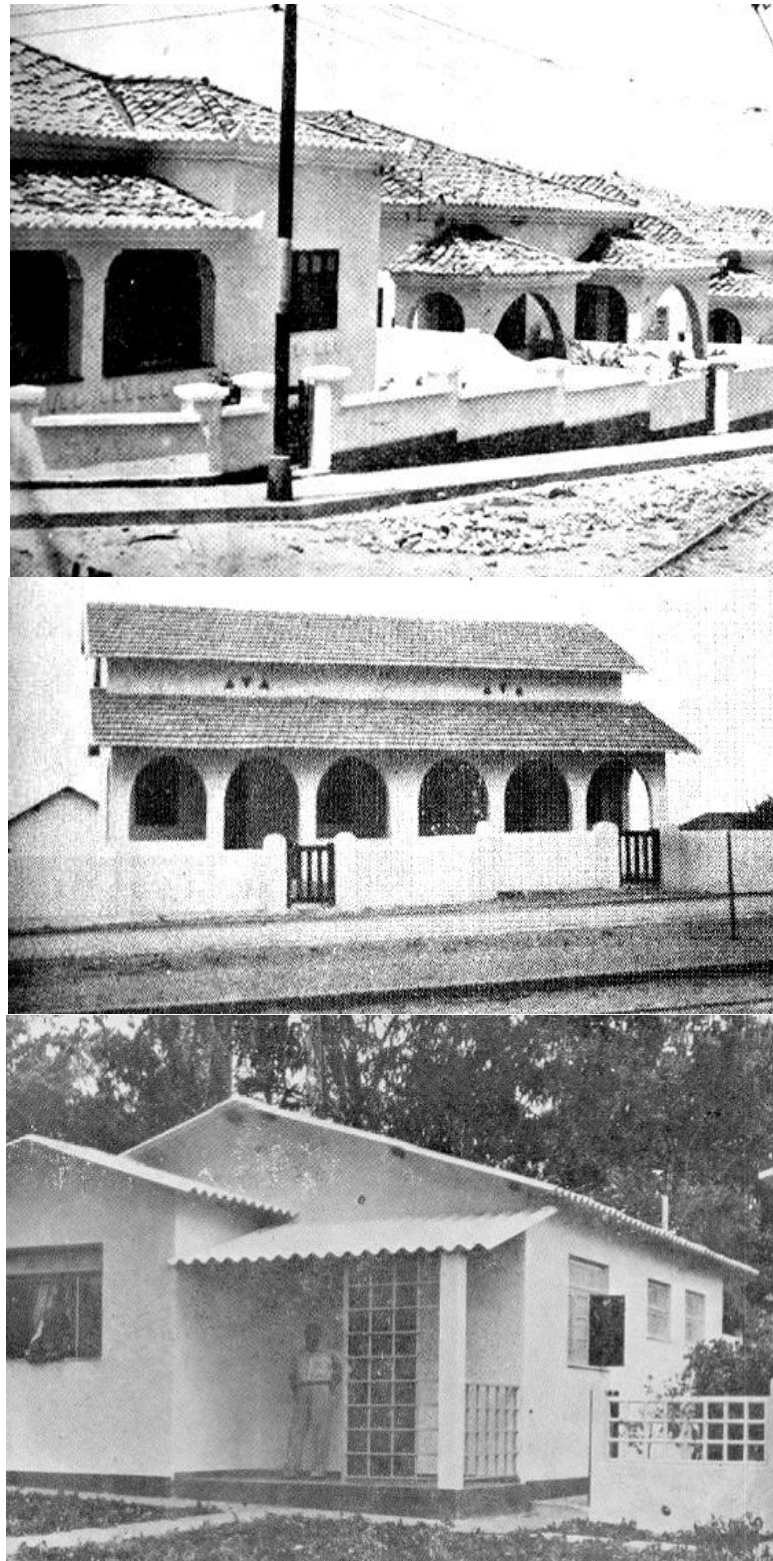
Tabela 2: Conjuntos habitacionais de São Luís entre a década de 40 e o ano de 1964

NOME	ANO	NÚMERO DE UNIDADES	LOCAL
Conjunto Residencial José Bonifácio de Andrada e Silva (IPASE)	Incerto, mas anterior a 1950, de acordo com registros fotográficos	14	Monte castelo
Conjunto Residencial do Filipinho (IAPC)	1949	350	Filipinho
Conjunto Residencial Nossa Senhora das Graças (IAPC)	1955	40	João Paulo
Conjunto dos Bancários (IAPB)	Década de 50	48 (8 prédios de 3 andares, 2 apt por andar)	Centro
Largo do Santiago (IPEM)	Incerto, mas anterior a 1950, de acordo com registros fotográficos	24	
Conjunto da Fundação da Casa Popular – A “Popularzinha” (FCP)	1947	50	Monte Castelo

Fonte: Elaborada a partir de Vasconcelos (2007).

Com exceção do Largo do Santiago, cujos bangalôs podem remeter ao que Nascimento (2017b) chama de outras modernidades, esteticamente, não há um padrão que possa ser reconhecido nos conjuntos residenciais criados nessa época, como pode ser percebido nas figuras 22 e 23 a seguir. O que se percebe é a adoção de muros frontais baixos, apenas para divisa dos lotes, algumas casas geminadas, outras centrais no lote, entre outros parâmetros tipológicos a serem discutidos mais à frente.

Figura 22: De cima para baixo: Largo de Santiago, casas geminadas do conjunto Residencial José Bonifácio de Andrada e Silva e Casa do conjunto Filipinho



Fonte: Vasconcelos (2007) *apud* Miranda²² (1950).

²² MIRANDA, Miécio Jorge de. O Álbum do Maranhão. 1950.

Figura 23: Casa do Conjunto Nossa Senhora das Graças



Fonte: Vasconcelos (2007).

A partir de 64, segundo Vasconcelos (2007), o Banco Nacional de Habitação-BNH e a Caixa econômica Federal começam a financiar outros conjuntos residenciais na cidade, como o conjunto Nossa Senhora de Fátima, no bairro Kenedy, o Nova Elca e o conjunto Yolanda Costa e Silva, no bairro Caratatiua, como mostrou O IMPARCIAL (1969).

Paralelo ao investimento dos Institutos de Pensões, BNH e Caixa econômica, construtores da época também fizeram residências para a classe média e alta, que constantemente eram anunciadas nos jornais, como em O IMPARCIAL (1969).

Também, no fim da segunda fase novecentista, São Luís já via seu modernismo consolidado com as edificações residenciais de classe alta, projetadas por Cleon Furtado, como a casa Maria Dalva, de 1944 (Figura 24), abordada por Duailibe (2017b). Estas sim, com características claramente modernistas. Mas é válido lembrar que as casas da classe alta não são o objeto de estudo dessa investigação, sendo analisadas apenas quando é conveniente para o entendimento do modo de morar da época.

Figura 24: Casa Maria Dalva



Fonte: Duailibe (2017b).

A partir de Vasconcelos (2007) e Nascimento (2017), percebe-se que a plástica modernista que se espalhava pelo mundo à época, se mostrou mais nitidamente em São Luís nas residenciais projetadas para os ricos, enquanto os critérios de funcionalidade, racionalidade, produção em massa, até onde foram permitidos pelas condições tecnológicas locais, chegaram às classes médias, através dos conjuntos residenciais criados.

3.2.2.1. A tipologia, o programa de necessidades e o zoneamento.

Com base no que foi lido, tem-se então cinco tipologias principais surgidas/consolidadas na primeira fase da São Luís novecentista: o bangalô eclético²³, os palacetes²⁴, as vilas operárias, os cortiços coloniais (pois se instalaram nos sobrados coloniais) e as palafitas.

A partir de Silva F. (1998), Lopes (2008), Vasconcelos (2007) e Nascimento (2017), entende-se que os solares, grandes sobrados, chácaras urbanas, juntamente com os palacetes e bangalôs surgidos eram a moradia dos ricos. As demais tipologias do centro e as vilas operárias eram ocupadas pelos intermediários, sendo os

²³ De origem Indiana, foi uma tipologia absorvida por seus colonizadores ingleses, com quem São Luís teve uma relação comercial muito próxima. Em seu país de origem se apresenta como uma casa térrea avarandada, de acordo com Lopes (2008).

²⁴ Edificações descoladas do lote que, quando grandes e suntuosas são conhecidas como palacetes.

ocupantes das vilas, o que hoje chama-se de classe média baixa. Já os cortiços, casas de taipa e palafitas eram ocupados pelos mais pobres. Naturalmente, com a estratificação da sociedade ludovicense em mais camadas no século anterior, mais tipos de moradia surgiram para acomodar todos os indivíduos da sociedade.

Desta forma, pode-se compreender que das quatro tipologias novas (bangalôs, palacetes, vilas operárias e cortiços), o bangalô e as vilas operárias, são os representantes da casa moderna²⁵ que chega a São Luís. As vilas mais pela sua finalidade, pois apresenta uma arquitetura ainda colonial, segundo Lopes (2008), com a tipologia porta e janela, enquanto os bangalôs, dos mais abastados, se apresenta em, às vezes, dois andares, com acesso lateral e recuo frontal.

A partir de Boueri (2004), percebe-se que os recuos laterais existentes nessas edificações são fruto da primeira fase dos estudos sobre habitação²⁶ que pediam aberturas nos cômodos para melhor aeração) e começam a ser explorados na São Luís novecentista trazidos pelas novas exigências de higiene ditadas no Código de Posturas de 1893 e pelo urbanismo sanitarista. Já os recuos frontais chegaram para abrigar os jardins, também cada vez mais solicitados no início do século.

Já na segunda fase do século, essas modificações vão ser percebidas nas casas dos conjuntos habitacionais da classe média, citados por Vasconcelos (2014). Ainda de acordo com Lopes (2008), as referências ecléticas do bangalô ludovicense foram bastante influenciadas pelo cinema americano.

Quanto ao programa de necessidades, as novidades também se dão nas casas da classe alta, como a mostrada em Duailibe (2017b) e serão vistas também na fase seguinte nas casas de classe média, o que justifica sua menção e análise. A principal

²⁵ Aqui, a autora não se refere ao estilo moderno, visto que sua influência só chega em São Luís mais tarde, mas sim à casa da idade moderna.

²⁶ Enquanto o Maranhão, no início do século, se adequava à nova ordem social, a Europa, muito já discutia a habitação adequada, em razão do déficit habitacional de suas maiores cidades (consequência da industrialização e do êxodo rural). De acordo com Portas (1969) as quatro primeiras fases dos estudos em habitação foram: a conquista das condições mínimas de higiene e da não promiscuidade (séc. XVIII e XIX), como primeira fase, a valorização da necessidade da casa própria para cada família, ainda sem considerar o problema da sua dimensão, como segunda fase, a preocupação com a definição das necessidades mínimas (o Existenzminimum, de Gropius), ocorrida no 2º quarto de 1900, como terceira fase e a busca por isolamento acústico, controle térmico e o desdobramento de instalações sanitárias e melhores equipamentos de cozinhas, ocorridos no 3º quarto do 1900, como a quarta fase.

novidade em relação à casa oitocentista é a garagem. Segundo Lopes (2008), os automóveis chegaram em São Luís em 1903, demandando um local de guarda nas casas nobres da cidade.

De acordo com Lemos (1996), as copas também surgiram no programa da casa do século XX relegando as salas de jantar a ambientes de pouco ou nenhum uso, mais para ostentar a família. Copa esta que muitas vezes estava associada à cozinha, o que pode ser explicado pela maior permanência das donas de casa nesse ambiente e pela necessidade de possuírem uma mesa próxima para refeições, facilitando assim o trabalho doméstico, sem, no entanto, ser usada a mesa da cozinha, mantendo a separação de classes.

Em alinhamento com as preocupações da primeira fase dos estudos em habitação, surgem em São Luís, os banheiros, que em um primeiro momento, na virada do século e nos primeiros anos deste, aparecem na área externa das casas, a exemplo do primeiro banheiro construído no Solar Gomes de Sousa, citado em Lopes (2008) e Duailibe (2017c).

Da mesma forma, nessa época surgem as edículas nos quintais, como a mostrada por Duailibe (2017b), destinadas aos empregados domésticos, uma vez que os porões por vezes, saem do programa da casa. Lemos (1996) fala de como a área de serviço da casa brasileira diminuiu, no segundo quartel do século.

Outro ambiente que passa a existir nessas casas do início do século são as varandas térreas ou terraços, como em Nascimento (2017), possíveis pelo descolamento das edificações dos limites do lote.

Com base no que foi lido, tem-se então as garagens, copas, edículas banheiros e terraços como os novos ambientes da casa do início do século XX em São Luís. As copas e edículas como lembranças veladas e claras respectivamente, da sociedade escravocrata oitocentista e as garagens, banheiros e terraços, denotando a busca por padrões de habitação mais modernos.

A figura 25 apresenta uma casa de 1927, citada por Nascimento (2017) e construída no chamado Caminho Novo da cidade.

Figura 25: Casa de 1927



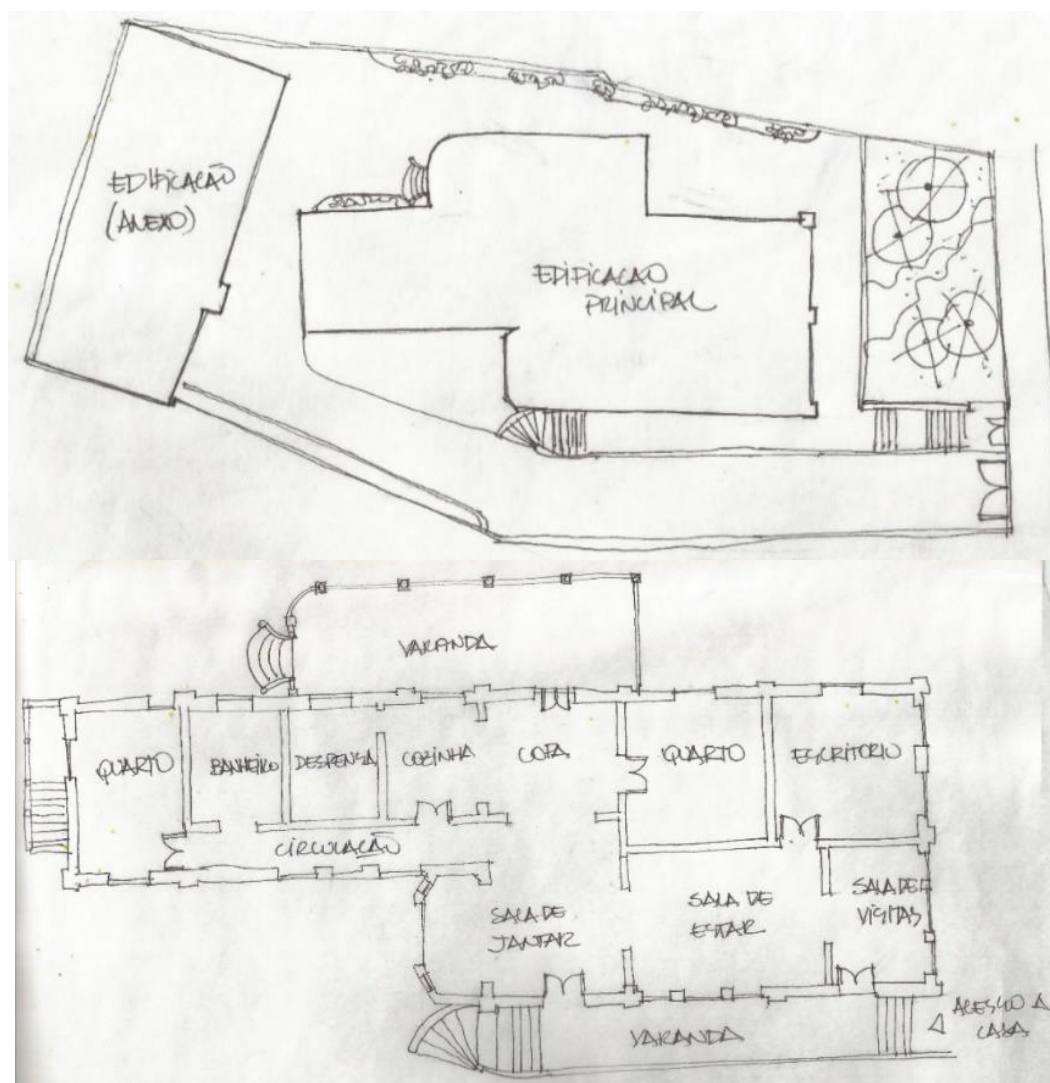
Fonte: Google Earth.

A casa é um exemplar de palacete, cujo programa já contemplava banheiro interno, copa, edícula no quintal, varanda e garagem. Novais (1998) fala dessas residências espalhadas pelo país (que em outras cidades surgiram antes). Segundo o autor, elas tinham corredores e jardins laterais e vários estilos arquitetônicos misturados.

Quanto às casas das vilas operárias, que se consolidaram no século XX, são residências em São Luís que ainda permanecem no escuro. Figueiredo (2017), recentemente, tem desenvolvido investigações sobre a arquitetura popular destas vilas do início do século. Mas é interessante perceber, que sua tipologia permanece similar às casas oitocentistas mais medianas; de porta de janela, sem recuos laterais e frontais, o que dá indícios da provável existência de alcovas e de similar programa.

Quando se analisa como os ambientes foram dispostos nas novas casas novecentistas, ou seja, seu zoneamento, percebe-se algumas mudanças quando comparadas às casas oitocentistas. A figura 26 apresenta a casa de 1927, já citada. Pode-se perceber a edícula nos fundos, o grande corredor, distribuindo ambientes da casa, a presença da copa entre a cozinha e a sala de jantar, o banheiro, que a esta altura já está dentro das casas e a presença de uma despensa.

Figura 26: Croqui de implantação e planta baixa de casa construída em 1927 em São Luís- MA



Fonte: Nascimento (2017).

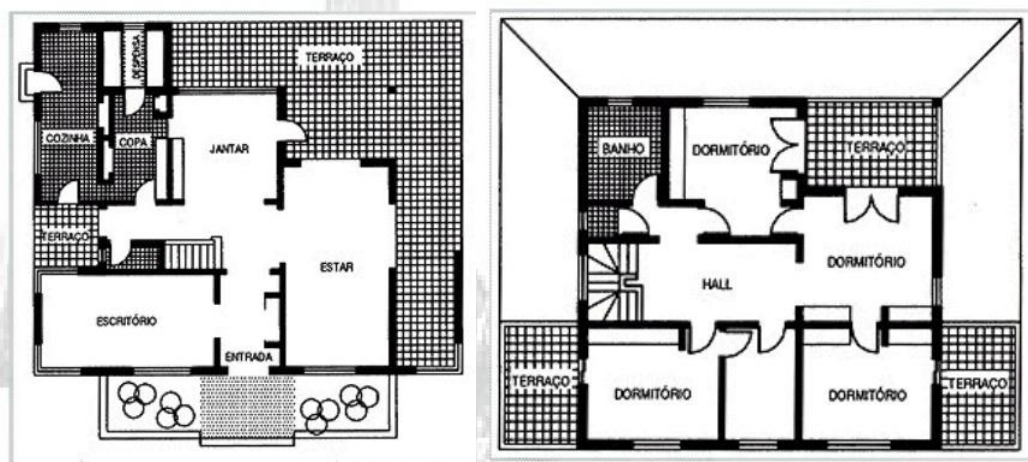
A casa ainda possui uma sala de visitas que é posicionada como o primeiro cômodo da casa, como nas casas oitocentistas. Entretanto, suas varandas mais generosas do que as presentes nos sobrados coloniais demonstram a tentativa de ruptura com o colonial.

Quando se compara esse exemplar ludovicense de 1927 com a primeira casa modernista do Brasil, também de 1927, de Gregori Warchavchik, observa-se que, embora tipológica e estilisticamente a moradia ludovicense da primeira fase do século tenha passado por modificações, e passe a ser classificada como “outras modernidades”²⁷, ela ainda apresenta resquícios coloniais, não conseguindo se

²⁷ Pflueger (2007) cita Hugo Segawa que chama de Outras Modernidades, a arquitetura criada na era moderna, no período anterior ao modernismo.

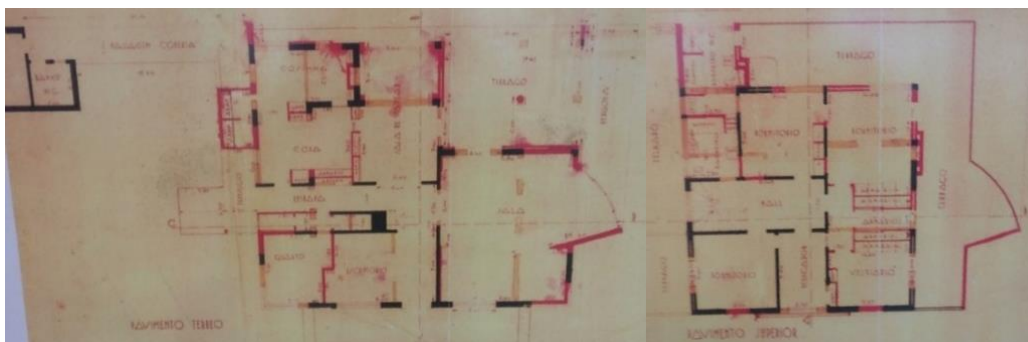
descolar dessa época. A figura 27 apresenta imagens das plantas originais da casa e a figura 28, de uma reforma, realizado pelo arquiteto em 1934.

Figura 27: Plantas dos pavimentos térreo e superior da casa de 1927 de Gregori Warchavchik



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-17010/classicos-da-arquitetura-casa-modernista-da-rua-santa-cruz-gregori-warchavchik>

Figura 28: Plantas dos pavimentos térreo e superior da reforma de 1934 da casa de Gregori Warchavchik.



Fonte: Mural expositivo da casa.

A lacuna temporal cultural de São Luís fica mais uma vez evidente ao se comparar as duas plantas. Entre outras particularidades, a residência de Warchavchik já apresentava separação entre as áreas social, íntima e de serviço (o que será comentado adiante), suíte e hall de distribuição.

Quanto às casas da classe média da segunda fase do século, é interessante comparar as casas dos conjuntos residenciais, ocupadas pela classe mediana da cidade²⁸ e a moradia dos mais abastados da fase anterior: parte do programa de

²⁸ A classe média do século XX começa a se mostrar cada vez mais heterogenia, não só socialmente (diferentes cargos, que colaboram para diferentes postos de status social), mas também

necessidades é absorvido por estas casas de conjunto, que passam a ter banheiros internos e terraços.

A figura 29 apresenta a planta das casas do conjunto Filipinho, citado anteriormente, abordado por Vasconcelos (2007). Com uma planta muito parecida com as que vieram a ser apresentadas nos conjuntos residenciais, esta possui três quartos. O que se percebe é que havia conjuntos com plantas de dois quartos, para famílias com recursos mais limitados. Entretanto, com uma distribuição similar dos cômodos.

Figura 29: Casa do conjunto Filipinho



Fonte: Reproduzida a partir de Vasconcelos (2007).

Pode-se perceber que não há copa nessas casas de conjuntos, nem sala de jantar. A cozinha absorve a mesa de refeições. Outro cômodo inexistente é o quarto de empregada, bem como seu banheiro, ambos no fundo da casa. A garagem é outro cômodo já usual nas casas dos mais ricos que não aparece nesta casa mediana.

Entende-se, a partir das leituras que estas ausências espaciais, que são, em parte resultado da cópia de um programa estrangeiro de moradia popular, associado aos costumes locais, impulsionou a autoconstrução no Brasil e em São Luís. Muitas casas de conjunto eram reformadas pelos seus moradores, para alocarem seus

financeiramente, com diferença de salários e qualidade de vida (classe média alta, média média e média baixa)

empregados e carros, principalmente quando eram adquiridas pelo espectro financeiramente mais confortável da classe média, a classe média alta.

De acordo com Silveira (2007), essas casas do século XX passam a possibilitar um quarto para cada integrante da família, o que pode ser explicado pela nuclearização da família e pela valorização da intimidade individual. A autora explica que no projeto dessa casa não há espaço para empregados domésticos, já que ela é uma cópia do que se vivia na Europa. Entretanto, esta passa a ser uma das primeiras adaptações que o ludovicense faz nesse novo tipo de moradia: a edícula nos fundos da casa para abrigar os empregados. A cozinha que deveria ser o centro doméstico, também dá lugar à segunda cozinha, construída nos fundos.

Algumas décadas seguintes, de acordo com observações locais, São Luís veria boa parte de suas casas de conjuntos já reformadas e descaracterizadas, também com a eliminação do afastamento frontal, transformado em ampliação do terraço e garagem. Em uma cidade onde o período chuvoso atinge quase metade do ano, um espaço coberto para guarda de carros era fundamental. Ampliar o terraço e, portanto, o espaço de lazer coberto da casa era outro motivo.

Quando se trata das casas dos mais ricos (que como vimos anteriormente, sempre influencia a casa da classe média nos anos seguintes) nessa segunda fase, o programa de necessidades é parecido com o dos bangalôs e das casas soltas térreas da primeira fase: a edícula para empregados nos fundos, copa, banheiro interno, garagem para automóvel e terraços se repetem como espaços já consolidados.

A figura 30 apresenta a planta da casa Maria Dalva, extraída de Duailibe (2017b), que mostra a edícula nos fundos. Embora tenha sido uma casa projetada por arquiteto, este quarto a mais aparece propositalmente segregado. Costume que foi copiado pelos moradores de classe média dos conjuntos, que, posteriormente, ao reformarem suas casas, colocaram edículas aos fundos para as empregadas domésticas.

De acordo com Duailibe (2017b), a presença de um quarto de costura na casa Maria Dalva revela um costume feminino da época, cuja sociedade era sexista e onde a maioria das mulheres não trabalhava fora, e se configuravam como donas de casa.

Figura 30: Casa Maria Dalva- 1940



Fonte Duailibe (2017b).

É interessante observar a posição da cozinha na casa Maria Dalva que, conforme dito em Duailibe (2017b), começa a quebrar o paradigma de quando se considera a relação espaços residenciais x costumes sociais, pois sai dos fundos da casa, à qual só tinha acesso escravos e familiares e passa para o lado da sala e no futuro se tornaria o centro social da casa.

Outro cômodo cuja localização é importante observar é o quarto de hóspede, no pavimento térreo, completamente isolado dos demais quartos da casa. Pode-se concluir que esse zoneamento explicita a mudança do tipo de família de clã para nuclear, uma vez que a intimidade do lar é agora apenas para o casal e seus descendentes, indicando que a necessidade de intimidade em razão da valorização de sentimentos como pudor e vergonha já está em alta na elite da cidade. Embora ainda exista espaço para parentes nesta residência moderna, eles agora estão

segregados e não partilham da intimidade dos residentes, como acontecia até o século XIX, quando todos os quartos da casa estavam juntos no seu setor íntimo.

Outro exemplo dessa valorização é a existência agora de mais de um banheiro na casa, o do casal e o seu posicionamento: dentro do quarto, que virou uma suíte, escondido atrás do guarda roupa, que possui uma porta falsa, para acessá-lo. Nos anos seguintes este “esconderijo” passou a ser o sonho de consumo da classe média alta: uma passagem secreta, um banheiro dentro do guarda roupa, conforme já apresentado em Duailibe (2017b):

“...a localização do banheiro no interior da casa e ainda, dentro do quarto revela a transformação do seu significado enquanto cômodo, dentro de uma residência ludovicense: ele passa de um cômodo sujo, que ficava fora das residências, para um local de higienização, podendo, portanto, estar dentro da casa e próximo aos quartos, gerando mais conforto aos moradores. Na suíte da Casa Maria Dalva também se utilizou de uma solução arquitetônica comum na época: o acesso ao banheiro ficava “escondido” por duas portas falsas do armário de roupas...” (DUAILIBE, 2017b, p.10)

À parte das transformações dos costumes sexuais, o pudor e a vergonha se consolidaram e os quartos tomam função de espaço íntimo na casa, como percebido em Duailibe (2017b). Nas casas mais abastadas, o banheiro, ambiente que, segundo Kron (1983), revela o mais íntimo grau do indivíduo, passa a ser escondido dentro do guarda roupa e ganha ares de luxo, a “luxúria proibida”, costume que posteriormente chegaria à classe média.

Para Kron (1983) o banheiro representa verdadeiramente os donos da casa, é o espaço que o revela. De acordo com a autora, os espaços da casa podem ser relacionados com a personalidade de seus indivíduos. Ter este cômodo escondido, protegido atrás de um armário e o ver aos poucos sendo palco do luxo na decoração das casas, é mostra de que quanto mais o brasileiro se dava o direito à intimidade, mas ela era escondida e protegida de uma sociedade conservadora e opressora.

Tramontano (2003) explica como esse modelo de casa veio a se espalhar pelo Brasil, inclusive entre as moradias da classe média (no caso de São Luís, que eram copiadas posteriormente nas reformas feitas nas casas dos conjuntos residenciais). Ele cita os dois tipos de casa surgidos no Brasil, no início do século XX identificados por Bruand (1991): a residência particular de luxo e os edifícios de apartamentos para ricos.

De acordo com Tramontano (2003), a residência particular de luxo possuía os equipamentos típicos da modernidade, muitos empregados e uma organização interna de modo que os cômodos de serviço ficavam voltados para o fundo do terreno e os ambientes sociais, para a frente. Já os edifícios de apartamento voltados para os ricos repetiram a presença de dois acessos, um social e outro de serviço, com duas portas de entrada e atendendo ao modelo francês de tripartição em zonas social, íntima e de serviço, também vistas como zonas de prestígio, recolhimento e rejeição, respectivamente. Além disso, cada cômodo tinha função distinta e estanque.

Tramontano (2003) explica ainda que o afrancesamento brasileiro se americaniza no pós-guerra e que isto pode ser percebido na troca dos nomes utilizados para denominar os compartimentos da casa: entram closet, hall, living room, usados até hoje, assim como o mais recente home theater. O autor, como Lemos (1996), também cita o surgimento da copa no Brasil (antigo office francês), que vai aos poucos substituindo a sala de jantar até ser incorporada pela cozinha. A sala de jantar fica restrita às maiores casas e apartamento dos ricos para depois, aparecerem de novo na classe média com a incorporação das cozinhas de produção, sem áreas de refeição. Entretanto, aparecem também como bancadas, sumindo completamente a função mesa.

A casa Maria Dalva (figura 32), construída na década de 40, é um exemplo típico desse tipo de construção. Seu pavimento superior possui uma planta tipo corredor e seu zoneamento apresenta tripartição clara da planta em setores social, íntimo e serviço. Em comparação às casas do primeiro quartel do século, a cobertura em laje e as formas mais simples, demonstram a tentativa de ruptura com o colonial.

Ao comparar ambas as casas, observa-se que a casa do conjunto Filipino, embora menor e com um programa mais simples, também apresenta espaços de usos definidos e com tripartição clara. A casa possui, terraço e sala de estar e jantar, como áreas sociais, cozinha, banheiro e lavanderia como áreas de serviço e quartos como área íntima.

Quando comparadas a casas oitocentistas, pode-se perceber que a casa do Filipino e a *Maria Dalva* possuem uma área de serviço muito menor, em função do menor número de funcionários, não mais escravos, embora ainda localizada de

maneira segregada. O quintal, embora tenha perdido a forma de pátio interno e não possua poço, ainda era destinado unicamente a funções de serviço da casa.

Sobre esses conjuntos residenciais no subúrbio, afastados do centro, Burnett (2011) também os cita e diz que foram criados como edificações térreas, voltadas para a classe média. De acordo com o autor, na década de 50, a suburbanização chega a São Luís, com décadas de atraso, seguindo os moldes do urbanismo fordista americano, sendo a casa vista como um produto industrial cuja localização precisa atender à necessidade de quantidade, por isso a escolha da periferia, que apresenta terrenos com valores mais baratos “e os novos padrões residenciais passam a ser divulgados nas edições dominicais da imprensa local, com plantas, perspectivas e títulos”.

Das novas construções da segunda fase, essas foram as de maior número, embora não tenha sido lhe dada a devida importância. O fato é que é sabido que a maioria da população vivia em casas térreas (que são maioria na cidade até os tempos atuais) e são elas as que mais representam a arquitetura da época.

Ainda na segunda fase, de acordo com Lopes (2008), foram construídas mais edificações verticalizadas, mas que só se consolidarão na terceira fase desse século e voltadas para classe alta, sendo o Edifício Caiçara, de uso misto, o primeiro edifício moderno de apartamentos da cidade, que teve sua construção iniciada em 1964 e finalizada em 1967. Até hoje em funcionamento, possui dez pavimentos residenciais sobre pilotis, onde funcionam estabelecimentos comerciais.

Embora os apartamentos tenham surgido na Europa para atender a demanda por moradia para operários, no Brasil os primeiros apartamentos foram construídos para a classe média e alta, de acordo com Silveira (2007). Segundo Novais (1998), em São Paulo, os multifamiliares do começo do século, foram construídos “diretamente nas calçadas como nas capitais europeias oitocentistas”, com 7 ou 8 andares. O Caiçara, em São Luís, seguiu o mesmo padrão.

Novais (1998) explica que esses primeiros apartamentos paulistas tinham andares para os empregados, que ficavam em espaços separados. Mas depois eles sumiram e os empregados passaram a morar dentro dos apartamentos também, mas com espaços extremamente demarcados. Para o autor, começa aí uma das

características mais marcantes dos apartamentos brasileiros: a dependência completa de serviço; o quarto de empregada com banheiro, em uma área de serviço dentro do apartamento, mas afastada do seu setor íntimo.

Para Silveira (2007), os edifícios de apartamentos criados no Brasil (padrão adotado por São Luís) seguiram o padrão da casa burguesa desse tempo: cômodos amplos, corredores, tripartição, acessos independentes, o que se explica pelo fato de serem voltados para uma classe mais abastada. Uma característica singular desses primeiros edifícios, denuncia ainda a força de tradições coloniais: a edificação sem afastamento frontal.

Os corredores também foram uma novidade nas casas novecentistas ludovicenses. De acordo com Cabido (1994) ligar os espaços de uma habitação, como o que hoje chamamos de planta circuito, e fazia os cômodos de passagem, foi abandonado no final do século XVII na Europa, embora tenha sido praticado largamente nas casas oitocentistas de São Luís. Para o autor, a busca pela intimidade ocasionou o fato.

Cabido (1994) cita que a marquesa de Rambouillet, uma aristocrata francesa, no século XVII, solicitou aos seus arquitetos que alinhassem os vãos de portas dos cômodos em um corredor principal, no que hoje sabemos ser um início para a tripartição de setores das habitações da França oitocentista, com o uso de corredores.

Sobre a individualidade do ser, que só então passa a ser percebida e vivenciada nas casas ludovicenses, Duby (2009) fala da existência de lugares simbólicos e lugares funcionais de uma casa. E cita as áreas externas das casas feudais, as torres e os pomares como lugares simbólicos. E as divisões internas de uma casa em quarto e sala como funcionais, embora também possa possuir símbolos, o quarto por exemplo, seria o lugar da solidão e de isolamento e proteção da mulher. De acordo com o autor, a casa acabou criando com a sua compartimentação, status aos homens e mulheres, de poder ou submissão.

Se para Lemos (1996), no século XX, os quartos de hóspedes antes obrigatórios, sumiram do programa de necessidades das casas urbanas brasileiras (até pelo advento dos meios de hospedagem), o mesmo não foi percebido em São Luís. Ele continuou existindo, o que demonstra a manutenção do costume antigo.

Ainda de acordo com Lemos (1996), já no período ao qual chama-se neste trabalho de segunda fase, a televisão foi responsável por unir a sala de estar e a sala de jantar, situação observada na casa Maria Dalva. A sala de estar, antes de visitas, some do programa e passa-se a se ter uma sala de TV. Aos poucos a televisão foi invadindo outros cômodos como o dormitório e a superposição de tarefas, antes típica das casas dos pobres, começou a acontecer na casa da classe média e alta, como pode ser observado em Boueri (1989).

Já a cozinha de produção, ícone da arquitetura moderna, conforme Boueri (1994) não se reproduziu nas casas modernas maranhenses, que continuaram a manter suas tradições coloniais. Na casa Maria Dalva, por exemplo, a cozinha da edificação responde aos padrões modernistas de cozinha de produção: pequena e funcional, mas contém ainda uma pequena copa para refeições (espaço com mesa e cadeiras).

A partir da presença de quartos de empregada nos apartamentos construídos à época em São Luís e de sua ausência nos projetos nas casas unifamiliares apresentados por Vasconcelos (2014), percebe-se que elas eram construções para públicos diferentes. Entretanto, tendo sido a classe média a real beneficiada com as casas dos conjuntos criados, estes acabaram por construir mais cômodos aos fundos, destinados aos empregados, o que passou a ser uma tradição nas casas ludovicenses, percebida com facilidade com uma observação *in loco*. As edículas nos fundos das casas contavam com dependência de empregada, banheiro, lavanderia e às vezes um depósito.

Observa-se também, a partir das leituras, que o fato mais marcante dessa segunda fase é que o programa de necessidades criado para os conjuntos habitacionais, originalmente destinados à população de baixa renda não atendeu verdadeiramente às famílias de classe média que ocuparam os imóveis, o que ocasionou uma prática de autoconstrução para reforma desses imóveis nos anos seguintes.

Outro ponto importante a ser constatado é que embora na segunda fase do século as fachadas das residências ludovicenses tenham perdido muito do seu rebuscado e passado a se assemelharem cada vez mais a edificações modernistas,

no seu zoneamento e consequente uso de espaços, o colonialismo ainda manteve resquícios. Entretanto, a tripartição social moderna se consolidou também nas casas de classe média nesse período, como observado em Vasconcelos (2014).

3.2.2.2. Os cômodos, seus usos e mobiliários

Na primeira e segunda fase do século de 1900, as casas novecentistas das classes média e alta de São Luís, possuem, em regra geral, um uso específico para cada cômodo.

Entretanto, Portas (1969) já noticiava que em Portugal, no período correspondente ao final da segunda fase, o quarto era usado para outras funções além da de dormir: recreio das crianças, estudo dos jovens e trabalho dos adultos, indicando que a função específica de cada cômodo da casa oitocentista já havia mudado. Em São Luís, alguns cômodos também já pareciam de fato ter função dupla, como os quartos.

A presença da copa, demonstra a informalidade citada por Portas (1969). Para o autor, com a modificação do papel da mulher dentro de casa e os homens trabalhando fora, as refeições principais passaram a ser mais informais, porque os homens não almoçavam mais em casa ou tinham logo que voltar para o serviço, o que eliminou a necessidade da pompa. Desta forma o espaço de comer se aproximou da cozinha.

Já em 1969, o autor pré-anunciou que no futuro a “menor exigência de formalização” das refeições permitiria uma outra disposição, como um espaço único integrando trabalho, sala e cozinha. Estando certo o autor, hoje vemos mais: em algumas situações, o espaço da refeição se restringe a um balcão, porque não só o homem não come mais em casa, mas toda a família, ou ainda, os seus integrantes utilizam outros cômodos para tal.

De acordo com Forty (2007), no século XX a cozinha se torna mais importante que a sala de visitas e passa a ser o ambiente central da casa, o que se mostra consolidado na São Luís da segunda fase.

Para Guerra (2016), o rádio teve um importante papel no uso dos cômodos da casa brasileira. Se antes as pessoas eram recebidas ao som do piano, o rádio passou

a cumprir essa função, além de outras como, informar e educar. Nas casas menores, conforme explica o autor, o rádio ficava na copa, ambiente de reunião familiar e fazia companhia nos almoços e jantares.

Guerra (2016) cita ainda que a estrangeirização sofrida pela sociedade brasileira à época veio em parte através do rádio e de suas propagandas que influenciavam a população a consumir produtos das fabricas estrangeiras, como que para estarem em dia com o que se vivia nos Estados Unidos e na Europa. Ainda segundo Guerra (2016) esse equipamento aos poucos migrou da sala para a cozinha pois era lá que as donas de casa passavam mais tempo.

Silveira (2007) cita a diminuição das áreas dos cômodos como parte da ideologia modernista de *existenzminimum*, também citado por Boueri (2004), o que em São Luís, provocou casas de classe média um pouco entulhadas por móveis grandes, ainda coloniais.

Observa-se por meio da ausência de menção nas leituras realizadas que as crianças seguem invisíveis na sociedade e nas suas casas. Sua vivência dentro do lar é sempre condicionada ao mundo dos adultos, a seus espaços e mobiliários.

É difícil encontrar bibliografia que trate do uso dos espaços na casa pelas crianças dessa época. Por isso o trabalho de Martha Muchow da década de 30 do século passado na Alemanha, publicado em inglês por Mey; Ghunter (2015) teve tanta relevância quando redescoberto na década de 70. Para a autora, o espaço da criança só pode ser compreendido historicamente e sociologicamente. Entretanto, o estudo tratava do uso do espaço urbano pelas crianças, da rua e não do universo do interior das casas.

Pode-se perceber que os cômodos mantem usos muito distintos, invocando uma característica modernista, embora a sobreposição das atividades já começasse a acontecer.

Com relação aos equipamentos, móveis e decoração, de acordo com Novais (1998), o salto de produção que aconteceu após os avanços tecnológicos, fez os países mais avançados correrem em busca de matéria prima para produção desses produtos e de mercado consumidor entre os países menos desenvolvidos para

absorver o excesso da produção, originando o neocolonialismo ou imperialismo, do qual o Brasil se tornou alvo. O país exportava matéria prima e importava os produtos finais produzidos por esses países.

Desta forma, com base no que foi lido, entende-se que na primeira e segunda fase do século XX, houve em São Luís uma invasão de equipamentos e novas mobílias nos lares, tanto quanto o capital financeiro de seus donos permitia. Fogão, geladeira, liquidificador, batedeira, rádio, televisão, ventiladores, ar condicionados foram se tornando cada vez mais comuns e essenciais.

A partir de Forty (2007) percebe-se que primeira fase foi marcada pela busca da decoração por mais beleza nas casas enquanto a segunda fase foi marcada pela busca por higiene e eficiência nas tarefas do lar.

Para Forty (2007), com a industrialização e a passagem do espaço de trabalho da casa para a rua, (o que em São Luís, se percebeu apenas na virada do século XIX para o século XX), o lar passou a ser usado apenas para atividades domésticas como comer, dormir, descansar, adquirindo o que o autor chamou de novo caráter, que foi representado com novos objetos e decoração.

Forty (2007) também comenta que nessa época o lar ganhou a função de abrigo emocional para os trabalhadores mais oprimidos, uma vez que era o contraponto do ambiente rígido e de submissão do local de trabalho. Ele era a fonte e a manutenção do amor próprio. Em casa o indivíduo podia ser ele mesmo. Para o autor, essa distinção entre os ambientes era feita por exemplo, ao se usar roupas diferentes em casa e no trabalho. Já para a classe mais abastada, era onde as pessoas podiam fugir do ambiente de poder.

Ainda de acordo com Forty (2007), esta ideia entre a sociedade contribuiu para que o lar fosse visto como o ambiente de sentimentos e sensações positivas, onde tudo era perfeito, o que transformava o lar em um ambiente de ficção, propício para o surgimento de ilusões. A busca por esse ambiente ilusório que abrigaria o indivíduo homem das mazelas do mundo do trabalho, fez da mulher, que ficava em casa, a responsável por criar e cuidar desse ambiente. A decoração da casa passou a ser função feminina.

“Os muitos manuais do final do século XIX davam grande quantidade de conselhos sobre decoração doméstica, dos quais se podem deduzir alguns princípios. Depois de tornar o lar o mais diferente possível do local de trabalho do marido, o segundo princípio geral, tal como mencionado por Elsie de Wolfe, era que o interior deveria expressar a personalidade de seus ocupantes, especialmente a da senhora da casa” (FORTY, 2007, p.145).

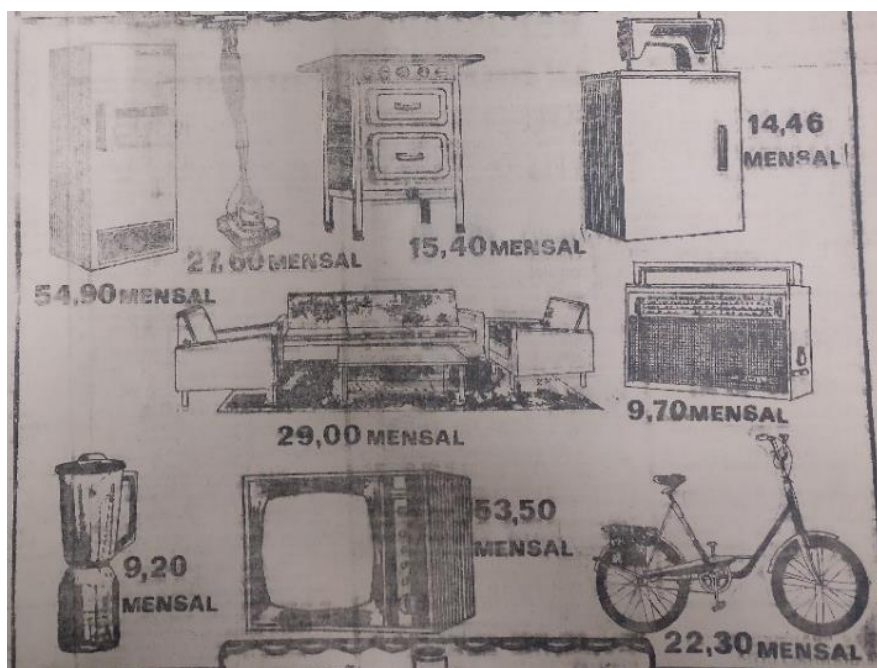
Forty (2007) explica que as mulheres eram pressionadas a imprimir personalidade aos lares e eram julgadas por isso, podendo ser consideradas pouco femininas, caso as casas não estivessem à altura do bom gosto da época, o que contribuiu para que elas logo se tornassem vitrines para o que as pessoas queriam aparentar ser e as mulheres passaram a se esforçar para criar imagens positivas a respeito de si mesmas e sua família.

Novais (1998) complementa que o século XX é o da consagração do indivíduo na sociedade e sua emancipação psicológica e os espaços domésticos demonstram isso pela sua pluralidade e a exaltação de aspectos que distinguissem cada morador, o que na São Luís das primeiras décadas do século era apenas um ensaio. O autor explica que a estilização dos imóveis com mais objetos decorativos, começou a formar outra necessidade na sociedade, vinda do individualismo: a criação de uma auto-imagem. As casas começaram a ter interiores mais personalizados que denotavam o microcosmo familiar.

Segundo Novais (1998), a decoração de interiores da época era feita com papéis de parede, pinturas ornamentais em forros, portas e janelas, uso de cortinas, tapetes, espelhos e mobiliários mais complexos. O conforto passou a fazer parte dos lares mais abastados.

E o tipo da mobília também mudou. Para Forty (2007) a simplificação nos traços do mobiliário foi resultado da busca por limpeza e higiene, pois favorecia a limpeza dos móveis. No fim da segunda fase, os móveis trabalhados foram sendo trocados por outros de linhas mais retas e modernos, anunciados nos jornais da época para compra parcelada, artifício muito usado pela classe média brasileira (figuras 31 e 32), por vezes fabricados sobre medida, sendo ora misturados no lar, com os móveis coloniais.

Figura 31: Recorte de propaganda de Jornal



Fonte: O imparcial (1968).

Figura 32: Recorte de jornal. Propaganda de fim de ano de loja de móveis



Fonte: O imparcial (1969).

Tomando como exemplo da segunda fase a Casa Maria Dalva (que manteve suas peças de época), pode-se perceber claramente, a transição de um mobiliário colonial, rebuscado, para outros com linhas mais retas e simples, visto que a casa apresenta os dois tipos.

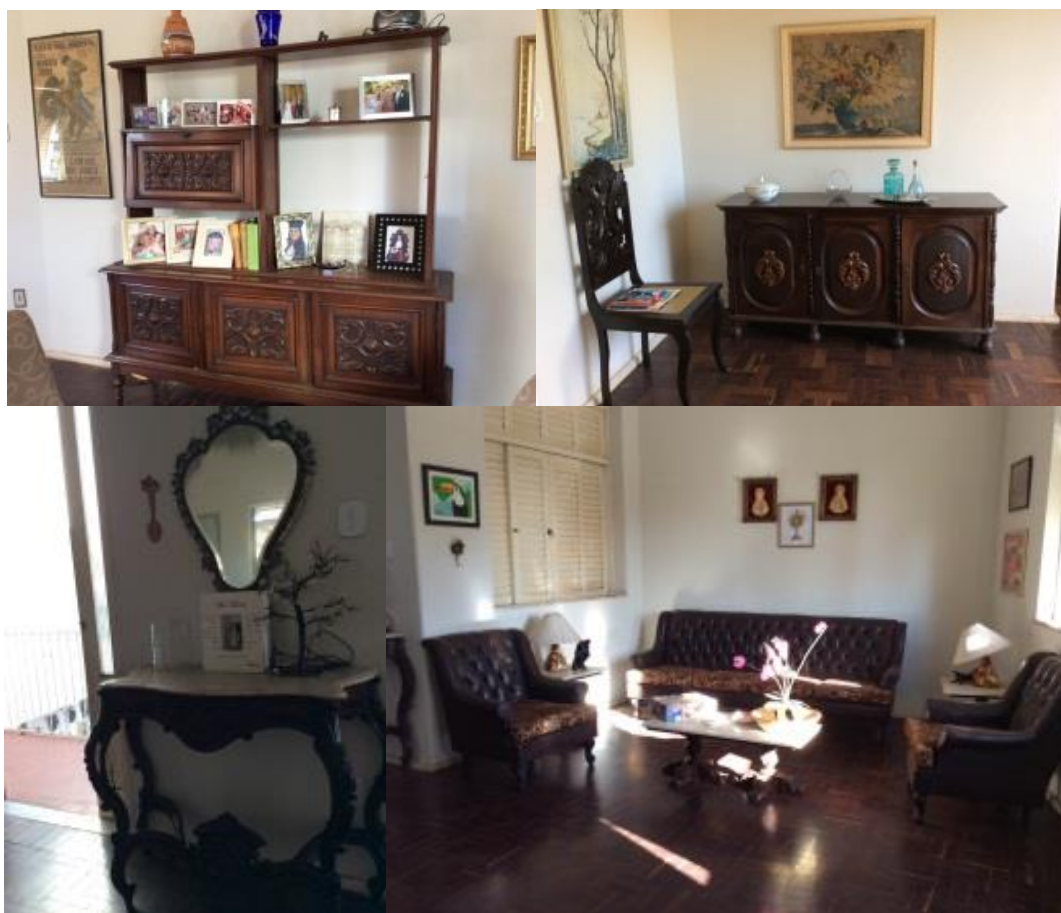
Conforme explicado em Duailibe (2017b), os móveis com linhas modernas (figura 33) foram confeccionados à época da construção da casa e alguns móveis soltos (figura 34), mais antigos, em alguns casos, são heranças de família. Forty (2007) comenta que o planejamento de móveis personalizados embutidos era parte da ideia higienista que buscava espaços preenchidos para evitar o acúmulo de sujeira.

Figura 33: Móveis embutidos na cozinha, quartos e banheiro



Fonte: Duailibe (2017b).

Figura 34: Móveis soltos da sala



Fonte: Duailibe (2017b).

O piano, ícone dos lares abastados no fim do século anterior, dá lugar ao rádio no início do século XX, como já citado, o que permitiu que a música chegasse aos lares de classes intermediárias, segundo Guerra (2016). Para o autor, nos 50 anos seguintes, ele foi lazer, moldou opiniões e alterou costumes na sociedade brasileira.

Podemos então entender que, de um modo geral, as novas tecnologias mudaram o lar. O rádio e o telefone permitiram momentos ora de convívio familiar, ora de intimidade, alterando o uso dos espaços onde se encontravam. O fogão, que começa a chegar nas casas ludovicenses, permite melhor racionalizar o uso do espaço da cozinha interna e a geladeira altera a forma de guardar alimentos. As máquinas de costuras pediram um cômodo só para elas e o carro, maior máquina inserida na casa, alterou o zoneamento das edificações.

3.3. Características modernas da São Luís novecentista do fim do século.

Em meados de 1970, como relatado por Tramontano (1998), a sociedade brasileira passava por influências consideráveis, todas em volta da figura feminina; a liberdade sexual, o surgimento do anticoncepcional, o empoderamento feminino frente a questões como trabalho fora do lar, o poder de voto e o divórcio.

Estas questões, ainda que tenham chegado de maneira tímida em São Luís, pela sua sociedade extremamente ainda conservadora e patriarcal, respingou nos hábitos e nos espaços de morar, ainda que não tivessem impactado fortemente na formação majoritária de novos tipos de núcleos familiares.

Dessa forma, as últimas décadas do século XX em São Luís, como observado em Lopes (2008), foram marcadas pela transição entre o cotidiano do morar com raízes coloniais e o morar moderno. Ainda pode-se chamar de morar moderno porque, embora já se vivesse a contemporaneidade em outras cidades, São Luís ainda estava às voltas com sua adaptação a todas as tecnologias e equipamentos, resultantes da revolução industrial. E mais, sua sociedade era formada majoritariamente por pessoas pobres, sem acesso a muitas dessas tecnologias, com apenas uma pequeníssima parcela de sua população usufruindo dessas “modernidades”.

Oliveira (2015) apresenta uma imagem de um vendedor de carvão em cofo (figura 35), de 1975, pelas ruas de São Luís, o que mostra que mesmo em quase século XXI, a tradição de fogo a lenha ainda era comum na cidade, denotando que embora já existissem fogões em algumas casas, a maneira antiga e tradicional do cozer ainda era utilizada.

Figura 35: Vendedor de carvão transportado em cofo



Fonte: Oliveira (2015).

Oliveira (2015) também relata como mulheres vindas do interior figuravam como empregadas domésticas nos lares e denuncia as raízes escravocratas das patroas que reclamam que as domésticas “querem tudo e não sabem fazer nada” (p.69). Ainda assim, foram décadas de retomada do crescimento, onde a cidade pôde diminuir um pouco o hiato temporal que a separa de outros lugares.

Ainda assim, percebe-se a partir de Lopes (2008) e Lacroix (2012) e dos recortes de jornais já citados que, aos poucos, dentro das casas, a consolidação de alguns eletrodomésticos como fogão, geladeira, máquina de lavar roupa, ar condicionado, eletrônicos como o rádio, a tv, posteriormente os aparelhos de disco e cd e a popularização do automóvel reconfiguraram os espaços domésticos até o fim do século. Em trinta anos a sociedade ludovicense e seus espaços de morar passaram por mudanças significativas, até então não imaginadas nas décadas anteriores.

Os eletroeletrônicos passam a ter uma importância significativa dentro dos lares. Assim como Zabalbescoa (2013) relatou que nos Estados Unidos, em 1958 havia mais TVs do que banheiros, no Maranhão e em São Luís, era possível encontrar no fim do século passado, casas paupérrimas, insalubres, mas com aparelhos de TVs nas salas, que por vezes eram o único cômodo das casas.

Novais (2007) cita esses novos padrões de consumo no Brasil do fim do século. O país já fabricava muitos produtos, as indústrias haviam se modernizado (não as maranhenses), vários tipos de eletrodomésticos, eletrônicos e mobiliários estavam à disposição para compra e começou-se a viver o predomínio do alimento industrializado.

Ribeiro Junior (2001) explica que foi com a chegada da década de setenta, que São Luís tentou sair da fase de declínio e estagnação econômica pela qual a cidade foi tomada em razão das conjunturas nacionais.

Segundo Garcez (2009), esta época foi marcada pela inauguração de várias obras na cidade que impulsionaram a descentralização do centro urbano de São Luís, que ainda ocupava seu núcleo original. Foram construídas a barragem do Bacanga, as pontes do Caratatiua em 1968 (que encurtou a distância do centro para o bairro do Olho d'água) e a Governador José Sarney, em 1970 (considerada a porta de entrada para a “cidade nova”).

Esta última alterou significativamente o ponto nodal de articulação da cidade, aumentando ainda mais seu crescimento para além do cinturão de formação do seu centro histórico (figura 2, apresentada na Introdução), diminuiu a distância para o bairro do São Francisco e adjacências e possibilitou o crescimento para o eixo das praias. Posteriormente, na década de oitenta, foi construída a Ponte Bandeira Tribuzzi, que ligou o bairro Jaracaty ao centro.

De acordo com Rocha (1970), a construção da ponte José Sarney favoreceu a especulação imobiliária na época. A ponte do Caratatiua favoreceu a consolidação dos bairros do Bequimão, Maranhão novo, Cohab, Vinhais, Cohama, Cohajap e Cohafuma, ocupados pela classe intermediária, enquanto a ponte José Sarney, impulsionou os bairros do São Francisco, Renascença, Ponta da Areia, Calhau, São Marcos e Olho d'água, ocupados pelos mais abastados da sociedade.

Vasconcelos (2014) explica que o crescimento da cidade e o surgimento dos novos bairros se deu com a participação relevante do Banco Nacional de Habitação- BNH (que através dos financiamentos individuais e para cooperativas permitiu uma grande quantidade de construções residenciais) e pela atuação da Companhia Habitacional do Maranhão- COHAB-MA, que chegou a construir nove conjuntos para a população de baixa renda²⁹. Isto, aliado ao desenvolvimento industrial alcançado com a chegada do Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A. - Alumar a São Luís.

De acordo com Ribeiro Junior (2001), a década 70-80 foi responsável pelo maior crescimento demográfico da cidade, quando considerado o período entre 40-90. Os novos bairros construídos à época, trouxeram novas residências e costumes que serão abordadas adiante.

Entretanto, como colocado, a classe média local acabou sendo favorecida por boa parte desses conjuntos pela possibilidade de acesso a crédito, enquanto uma quantidade significativa da classe baixa ficou à margem dos novos empreendimentos. Muitos desses conjuntos são, até hoje, ocupados pela classe média local. Para Lopes (2008), eles se consolidaram nos subcentros da cidade e foram ocupados pela classe média, mas não são unicamente residenciais. Possuem também comércio e serviços.

²⁹ Também a esta altura, viu-se a classe média ocupar boa parte desses imóveis, ao invés da população mais carente da cidade.

A tabela 3 apresenta dados de Ribeiro Junior (2001) sobre os conjuntos habitacionais construídos em São Luís de 1970 a 1980, que de acordo com Vasconcelos (2014) foram construídos uns pela COHAB-MA, outros por cooperativas:

Tabela 3: Conjuntos habitacionais construídos em São Luís entre 1970 e 1980

NOME	ANO	NÚMERO DE UNIDADES
Cohab- Anil III	1970	1417
Ipase	1971	525
Maranhão Novo	1970	432 (número impreciso)
Coheb-Sacavém	1972	476
Radional	1974	336
Cohama	1975	700
Cohab- Anil IV	1976	1111
Cohapa	1977	41
Parque Timbiras	1977	96
Cohatrac I	1978	875
Cohapam	1978	100
Cohajap	1978	331
Cohajoli	1978	50
Cohaserma	1978	364
Coharev	1979	160
Vinhais	1979	1627
Bequimão	1979	1190
Turu I	1979	767
Rio Anil	1979	345
Cohajapa	1979	38
Angelim	1980	654
Cohafuma	1980	482

Fonte: Adaptada a partir de tabela apresentada por Ribeiro Junior (2001).

Já Silva (2018) explica que a partir da década de 80, os investimentos habitacionais ficaram a cargo do IPEM, pois a COHAB-MA sofria os efeitos da crise. A tabela 4 apresenta os conjuntos construídos pelo IPEM entre 1981 e 1991.

Tabela 4: Conjuntos habitacionais do IpeM entre 1981-1991

NOME	ANO	NÚMERO DE UNIDADES
IpeM/ Bequimão	1981	912
Henrique De La Roque I	1981	260
Henrique De la Roque II	1982	355
Solar dos Lusitanos	1983	158
Cohatrac IV (etapa 1)	1984	498
Cohatrac IV (etapa 2)	1985	499
Parque dos Nobres	1985	190
Residencial Angelim	1987	480
Cohatrac IV (etapa 3)	1988	389
Residencial Primavera	1991	250

Fonte: Ferreira (2014)

Silva (2018) cita ainda outros 25 conjuntos habitacionais criados pela Caixa Econômica Federal- CEF, (que absorveu as funções do BNH, quando este foi extinto) entre os anos de 1989 e 1992, em um total de 9035 unidades. De acordo com Lopes (2008), de 1971 a 1999 foram construídos 55 conjuntos habitacionais na ilha de São Luís.

Ribeiro Junior (2001) cita ainda os conjuntos residenciais surgidos na expansão ao norte da cidade, sendo o Basa, São Francisco e Renascença, voltados para a classe média (seu estrato mais alto), os do São Marcos, Olho D'água e Calhau, voltados para a classe alta e os do Maiobão, construído em 1982, com 4770 unidades e da Cidade Operária, de 1987, com 7500 unidades, voltados para classe baixa.

Ribeiro Júnior (2001) fala também de outra frente de crescimento na cidade a partir dessas construções. A sudoeste da ilha, a barragem do Bacanga favoreceu o que se tornaria, nas palavras do autor, “a ocupação periférica da cidade”, com bairros ocupados pelos pobres: Anjo da Guarda, Vila Nova, Fumacê, Vila Embratel, Sá Viana e parte da Vila Maranhão.

Ainda de acordo com Ribeiro Júnior (2001), os bairros de João de Deus, São Bernardo, Vila Brasil, Divinéia, Vila Fecury, Vila Janaína e Vila Luizão, foram áreas ocupadas por pessoas oriundas de “movimentos populares demandadores de mais moradia, os sem teto” e esclarece que à época, em meados de 78, 41,3% das habitações de São Luís eram consideradas pela Organização das Nações Unidas-ONU, como rústicas e improvisadas, denunciando os poucos recursos e condições sociais de quase metade da população local.

Para Barbosa (2017), as ações de desenvolvimento urbano do primeiro Plano Diretor da cidade, elaborado em 1975 balizaram as modificações urbanas e a produção do espaço, o que ocasionou o surgimento de novos bairros tanto em áreas nobres como na periferia da cidade, até o início da década de 90.

Segundo Moraes (2006), o discurso modernizante e suas implicações do governo federal na época chegaram ao Maranhão gerando conflitos e contradições. Segundo o autor, embora o governo tenha vendido a ideia de desenvolvimento e ruptura com a estagnação econômica pela qual a cidade vinha passando, isto não se

verificou e ainda, parcela significativa da população, a mais pobre, ficou à parte desse desenvolvimento.

Em contrapartida, os novos bairros que surgiram na cidade trouxeram consigo a liberdade para novas construções sem as amarras arquitetônicas coloniais, como observado em Lopes (2008).

A partir da década de 80, o consumo e o lazer também sofrem mudanças; surgiram os primeiros shoppings da cidade (apesar de o primeiro shopping do país ter sido inaugurado em 1966, em São Paulo, este tipo de empreendimento só chegou a São Luís em 1985). Também foram surgindo supermercados como templos de consumo de mercadorias, além de lojas grandes de eletrodomésticos e de carros.

O lazer noturno da cidade também passou por transformações no fim do século; as casas e clubes noturnos começaram a surgir, dando aos jovens uma diferente opção, mais aos moldes de cidades “mais avançadas”.

Com a estabilidade alcançada com o plano de estabilidade econômica -PLANO REAL, de 1994 e as medidas para facilitar o crédito junto à caixa econômica Federal, a década de 90 vê uma retomada da construção civil na cidade que havia sido freada pelas altas taxas de inflação da década anterior.

A década de noventa viu também a consolidação de alguns bairros e de suas tipologias de moradia, bem como o crescimento da cidade e sua verticalização nas áreas mais nobres, impulsionada pela lei de zoneamento municipal de 1992, como comentado por Lopes (2008). Burnett (2011) cita também o Plano Diretor de 1992 da cidade, que altera o gabarito das zonas litorâneas de seis para doze pavimentos, o que marca uma nova fase da verticalização em São Luís, concentrada principalmente nos bairros Renascença e Ponta da Areia.

De acordo com Santos (2013), os edifícios verticalizados são “o maior símbolo capitalista das grandes cidades do século XX e XXI” (p.33) e em São Luís não foi diferente. O autor cita os edifícios multifamiliares do São Francisco, construídos na década de 80, com até cinco pavimentos, como uns dos primeiros do tipo residenciais na cidade.

Visivelmente, em um passeio local, percebia-se que a nova arquitetura da cidade ia aparecendo com novas técnicas construtivas e padrões iam sendo implementados (a verticalização se apresenta com força na última década), apresentando características oriundas da colonização cultural americana, que no fim do século, perde espaço para os regionalismos que começam a se fortalecer no Brasil, vide os trabalhos reconhecidos de arquitetos e designers brasileiros e a exportação da cultura brasileira, fato que acaba respingando em São Luís.

Os condomínios fechados horizontais também se consolidaram neste fim do século na cidade e ganharam como adeptos os moradores de casas que, em razão do aumento da violência urbana, conforme Caldeira (2000), buscavam mais proteção, mas não se sentiram confortáveis com o modo de vida dos apartamentos. Ainda, era uma população de classe média média que financeiramente, não tinha acesso às novas construções verticalizadas, das áreas mais nobres da cidade, próximas à praia.

Percebe-se que esses condomínios horizontais foram construídos em bairros mais afastados, o que foi permitido pela característica de cidade dispersa de São Luís, citada por Ribeiro Junior (2000) e cujo custo dos lotes favorecia ao mercado investir em construções horizontais. Além disso, muitas vezes, esses terrenos não se encontravam em zonas que permitiam gabarito³⁰ alto, como pode-se observar na lei de zoneamento local.

Infelizmente, há carência de informações sobre o quantitativo dessas construções surgidas na cidade a partir da década de 80, realizadas por construtoras. Fonseca Neto (2018) também relatou sobre a dificuldade de conseguir esses dados junto às empresas, conselhos e órgãos municipais.

A década de 90 viu também a autoconstrução em etapas se consolidar na classe média. Muitas casas construídas na década de 80 e anteriores já haviam passado por reformas significativas. A reforma entrou na vida da classe média ludovicense.

Também nessa época, o automóvel chegou a mais famílias da cidade, em especial à classe média. Mas foi a chegada do computador e da internet aos lares

³⁰ Número de andares.

maranhenses, no final do século, que abriu as portas para novos mobiliários, usos de espaços e hábitos diários.

Mas enquanto o comer fora passa a ser uma realidade nas grandes cidades brasileiras, este hábito ainda não configurava uma prática na São Luís do século XX.

3.3.1. A sociedade de famílias nucleares na São Luís novecentista do fim do século

Alves; Cavenaghi (2012) citam que a família padrão começou a ruir na mesma época do fim da padronização fordista de produção, ou seja, com a revolução sexual dos anos de 1960, com a disponibilidade de métodos contraceptivos, a entrada crescente da mulher no mercado de trabalho e a aceitação mais geral de novos arranjos familiares”.

O próprio contexto de transformação econômica pelo qual o país passou no século XX, citado por Alves; Cavenaghi (2012) onde o país deixou de ser em maioria rural, com atividade agrícola para se tornar urbano com a indústria e os serviços como atividades predominantes, facilitou a entrada da mulher no mercado de trabalho.

Ainda citando Alves; Cavenaghi (2012), os autores fizeram uma revisão das principais mudanças acontecidas no Brasil ao longo do século XX quanto à demografia e sociedade e perceberam a existência de uma interrelação entre essas mudanças considerando as famílias e a sociedade.

Segundo Novais (2007), o crescimento percebido de famílias monoparentais³¹ no Brasil, entre as décadas de 70 e 90, registrado pelos censos, foi em razão dos divórcios e do reposicionamento da mulher na sociedade. Por estes mesmos motivos, a chefia feminina no lar também aumentou consideravelmente. De acordo com o autor, em 1995, as mulheres chefiavam 95% dos lares monoparentais brasileiros.

Novais (2007) faz ainda uma relação desse grupo familiar com a pobreza, indicando sua alta incidência entre as mulheres mais pobres. Este dado nacional nos

³¹ Mantidas e chefiadas por apenas um membro, que na maioria das vezes é uma mulher, mãe ou avó dos dependentes.

permite acusar grande possibilidade de ser uma realidade também ludovicense, considerando as condições financeiras de sua população.

Em São Luís, a inauguração de duas universidades públicas; a Universidade Federal do Maranhão- UFMA, em 1966 e a Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, em 1987, impulsionaram que esses caminhos também fossem traçados nesta cidade por uma parcela feminina, ainda que pouco significativa na sociedade.

É sabido de forma popular que algumas mulheres passaram a cursar faculdade e a trabalhar fora de casa em empregos mais rentáveis, o que contribuiu para que outras pudessem visualizar possibilidades sociais futuras como a independência financeira e todas as mudanças que esta traz ao universo feminino. A própria formação das famílias nos moldes tradicionais viria a ser questionada nas décadas seguintes.

Sarti (2004) fala da construção do termo família entre as camadas mais pobres da sociedade, demonstrando que muitas vezes o entendimento oficial desse termo desconhece ou não considera o caráter afetivo e simbólico dado ao termo pelas pessoas, que veem a família como um valor. Ela defende que o conceito no discurso teórico muitas vezes se antecipa à realidade da família. Segundo a autora, as relações e seu universo são o que definem a família e não um determinado quantitativo de pessoas.

Já Singly (2007) trata dessas modificações na sociedade sentidas a partir do fim do século XIX e de como a família transforma-se dando lugar a instabilidades de definição de papéis.

Alves; Cavenaghi (2012) perceberam também que o número de mulheres passou a ser superior ao de homens no país, já desde a década de 40 e que elas foram as principais responsáveis pelas mudanças ocorridas na sociedade, embora à época, esta força feminina não fosse conhecida e reconhecida.

Para autores que relacionaram mudanças demográficas e sociais, como Alves; Cavenaghi (2012), quando o número de mulheres aumenta em uma sociedade, principalmente mulheres na fase adulta, os padrões de consumo, e as relações sociais como os casamentos formados, se alteram também. De acordo com os dados

apresentados, esta maioria em número feminino também passou a acontecer no Maranhão, tanto se considerarmos os dados totais da população como se contados somente os da população urbana.

Timidamente, as mulheres passam a participar mais ativamente da sociedade; ganharam o direito de sair de casa para o lazer, ainda que acompanhadas. As praias, as festas e os clubes noturnos passaram a fazer parte do cotidiano dos jovens, inclusive das mulheres, que experimentavam cada vez mais liberdade.

No fim do século, diversos autores evidenciavam o que o Tramontano (1998) chamou de estilhaçamento da família nuclear³², com o reconhecimento de vários grupos domésticos que funcionavam como uma família. O quadro 5 a seguir apresenta o resumo de Santiago (2002) sobre os grupos identificados por Tramontano (1998):

Quadro 5. Grupos domésticos identificados por Tramontano (1998)

GRUPOS DOMÉSTICOS	CARACTERÍSTICAS
Nova família nuclear	<ul style="list-style-type: none"> - Cada vez menos predominante. - Formada por um núcleo conjugal e filhos. Cada um na sua; - Diminuição da fecundidade; - Crescente inserção feminina na força de trabalho; - Papel de provedor da família já não é exclusivo do pai; - Independência dos filhos mais cedo.
Família monoparental	<ul style="list-style-type: none"> - Mãe ou pai, solteiros com filhos; - Família liderada na maioria das vezes pela mulher (devido à viuvez mais frequente entre as mulheres, ou a mãe que fica com a guarda dos filhos após separação); - Resultado, principalmente, do aumento do número de divórcios e separações; - Mães independentes.
Uniãos livres	<ul style="list-style-type: none"> - Casais sem vínculos legais, sem filhos; - Primeira opção de vida conjugal para maioria dos jovens; - Raízes nas incertezas e dúvidas do casamento; - Perda de importância de valores religiosos; - Liberdade sexual e aumento do respeito pelas uniões homossexuais.
Pessoas vivendo sós	<ul style="list-style-type: none"> - Solteiros por opção (neocelibatários); - Solteiros por incompetência; - Viuvez (predominante entre mulheres); - Separados ou desquitados (predominância de homens que só recebem os filhos nos fins de semana); - É crescente o número de estudantes universitários.
Coabitação sem vínculos conjugal ou parentesco	<ul style="list-style-type: none"> - Repúblicas de estudantes; - Jovens trabalhadores; - As relações internas são baseadas na transitoriedade da habitação.

Fonte: Santiago (2002). Adaptado.

³² Típica da idade moderna, formada por pais e filhos.

Entretanto, na São Luís do fim do século XX, conforme Censo de 2000, dos grupos domésticos listados por Tramontano, apenas a nova família nuclear e a família monoparental ganharam relevância na composição dos lares, sendo este último, marginalizado.

É sabido que as uniões livres, ainda que existentes nas classes mais baixas, não era uma prática socialmente aceita, em razão da força religiosa. Já o grupo das pessoas que moram só, desta vez em razão da sociedade ainda patriarcal, não era visto como necessário e ainda, era impróprio, no caso de mulheres solteiras. Em São Luís, entre a classe média, ele era minoritário, assim como a coabitação sem vínculo conjugal ou de parentesco.

Quanto à influência cultural, como consequência da modificação do papel da mulher na sociedade, entre os anos 80 e 90, é sabido de forma popular que filmes e novelas passaram a mostrar mulheres usando roupas que alargavam a aparência dos ombros e cujos modelos eram parecidos com os ternos masculinos.

Estas peças, bem como cortes de cabelos masculinos ganharam espaço no guarda roupa e aparência feminina, principalmente entre aquelas que ocupavam cargos executivos (antes postos exclusivos dos homens) em uma clara intenção de demonstrar serem também detentoras de características masculinas consideradas necessárias para o trabalho que desenvolviam como poder, presença forte, altivez e segurança, de acordo com Perez; Cursino (2013).

Perez; Cursino (2013) citaram o exemplo de Margareth Thatcher, cujo figurino nos anos 80, que ficou reconhecido pelas ombreiras utilizadas, que remoldavam seu corpo, masculinizando-o ao aumentar seus ombros, em uma clara intenção de denotar a força, liderança, segurança e poder típicos masculinos, passou a ser copiado pelas mulheres.

Já o guarda roupa das mulheres mais novas apresentava muita irreverência e quebra de paradigmas, como pode ser observado nos filmes da época, evidenciando e tentando consolidar a maior liberdade e poder de decisão que tinham (ou queriam conquistar) sobre suas vidas. Estas tendências chegaram às mulheres de São Luís, demonstrando a busca e o desejo por conquistas similares.

Quanto às crianças, seu número nos lares começou a diminuir, mas continuaram três, em média, em São Luís. De acordo com o IBGE (2000), a partir da década de 70, as taxas de natalidade começaram a diminuir. No Nordeste, ela passou de 7,53 filhos por mulher, na década de 70 para 3,70 em 1991 e 2,69 em 2000.

Além disso, ainda muito timidamente, percebe-se que as crianças começaram a assumir um maior protagonismo nos lares. Cada vez mais estando sob os cuidados de babás, em razão da saída da mulher para o trabalho fora de casa, elas passaram a ser “mimadas” com mais brinquedos e realização de vontades, para suprir o sentimento de culpa das mães pelo pouco tempo de convívio semanal.

Se antes as crianças eram invisíveis em assuntos como a decoração, as revistas e sites do tema apresentam cada vez mais projetos de espaços voltados para os pequenos, estando em voga nas publicações brasileiras o “quarto montessoriano”, todo planejado ergonomicamente para a criança a fim de proporcionar sua independência.

Outro ponto que passou a ser questionado pela sociedade é o papel da religião na formação dos lares brasileiros. De acordo com Alves; Cavenaghi (2012), o número de casamentos religiosos no Brasil, caiu de 81% para 46,3% entre as décadas de 1960 e 2000, indicando uma menor preocupação com religiosidade na constituição familiar.

Novais (2007) cita que neste século a religião deixa de ser o centro da vida dos cidadãos, mas em contrapartida, vê no Brasil o crescimento e fortalecimento de igrejas pentecostais na década de 90 e, portanto, do protestantismo, com a aquisição da rede Record pela Igreja Universal do Reino de Deus. O crescimento dessas religiões mais conservadoras, não só na sociedade, mas em espaços de poder de política e mídia, acarretarão no século seguinte a uma volta da defesa de ideais moralistas já ultrapassados no país e a perigosos atos nacionais de intolerância religiosa.

Apesar de São Luís ser uma cidade com muitos seguidores de religiões de matrizes africanas, conforme Santos (2013b), principalmente entre cidadãos mais pobres, no fim do século XX, esses cultos e festas permaneceram ainda velados e pouco reconhecidos oficialmente.

Por outro lado pode-se perceber que no fim do século, a partir do Censo de 2000 e observando-se o aumento exponencial do número de academias (conhecidas como ginásios em Portugal) na cidade que, embora a religião tenha perdido força de centralidade na vida de parte da sociedade local, que passou a questionar seus dogmas, um novo tipo de “culto” começou a ganhar força na cidade: o culto ao corpo; academias, febre americana dos anos 80, começam a se espalhar e a serem mais frequentadas, embora ainda não sejam hábito e nem realidade para a grande maioria da população.

3.3.2. Os espaços de morar novecentistas do fim do século

De acordo com Boueri (2004), surgiu uma nova ordem na arquitetura após o fim da primeira guerra mundial, que repensou a habitação e se diferenciou por abraçar causas sociais. Em São Luís, esse modelo de habitação começou a chegar timidamente na segunda metade do século e se consolidou a partir da década de 70, com a contínua construção de diversos conjuntos habitacionais, adquiridos pela classe média local, como já mencionado.

Mas para compreender esta nova casa moderna, que chegou a São Luís apenas no fim do século, é preciso compreender seu surgimento.

Segundo Boueri (2004), essa Nova Arquitetura surgiu na Alemanha após a primeira guerra mundial, se utilizando das conquistas tecnológicas da segunda revolução industrial e incorporando os conceitos de racionalidade e funcionalidade aos projetos de habitação, bem como da produção em massa do Fordismo³³. Com esta nova ordem e até pela necessidade de um país devastado pela guerra, vieram os projetos de habitações de caráter social, espaço até então, não explorado com profundidade pelos arquitetos.

Ainda para Boueri (2004), a situação da Alemanha após a primeira guerra mundial e sua grande demanda por habitação, foi a premissa do conceito de habitação mínima (o *Existenzminimum*, citado em 5.2.2.1), surgido no II Congresso Internacional da Arquitetura Moderna- CIAM, onde o novo modo de viver foi discutido:

³³ Idealizado por Henry Ford, trata de sua ideia de gestão e de produção em massa, adotadas em suas fábricas.

“A delegação alemã teve um papel predominante nos debates que, junto com Le Corbusier, insistiram no fato de que o problema da *habitação mínima* iria além daqueles definidos pela sua área, composição e custo. Propunham um novo modo de viver, em que o comportamento dos habitantes, também, deveria ser racionalizado, onde três condições eram essenciais: dormitórios individualizados, não importando o quão pequeno seriam; cozinha concebida de modo a simplificar ao máximo o trabalho doméstico; mobiliário de manutenção simples e preços baixos” (BOUERI, 2004, p.27).

Estas três condições definidas no II CIAM, de fato, alteraram significativamente o modo de morar no século XX. Em São Luís, os conjuntos de residências apresentados por Vasconcelos (2007, 2014) e que foram construídos traziam nitidamente essas ideias e os mobiliários que passaram a ser fabricados, sempre com linhas mais simples, preencheram o espaço dessa nova casa.

No Brasil, os estudos da terceira fase sobre habitação (a preocupação com a definição das necessidades mínimas), tiveram força na década de 80, observando-se a janela de tempo cultural do país. Boueri (1989) estudou a antropometria como fator de dimensionamento da habitação e Tramontano (1998) falou posteriormente dessa habitação de massa moderna, surgida a partir desses estudos de espaços mínimos de uma habitação, à qual ele chamou de o arquétipo habitação para todos.

O reflexo dos estudos da terceira fase em São Luís, podem ser percebidos nas plantas dos conjuntos construídos, cujas casas entre outras características, possuíam metragens menores do que as casas oitocentistas, quando comparadas às residências de uma mesma classe.

Sobre essa habitação moderna do momento entre guerras, (que chegou a São Luís tardiamente), Santiago (2002), comenta que a novidade mais marcante é a troca do modelo de tripartição oitocentista burguês social-íntimo-serviço, ao que o autor chamou de espaços de prestígio (sala de visitas), isolamento (quarto e sala de comer) e rejeição (banheiro, cozinha e quarto de empregada), para o de bipartição dia-noite. Ou seja, os cômodos passaram a ser definidos como aqueles para uso noturno (quartos e banheiros como espaços de repouso) e diurno (cozinha mais centralizada e sala de estar, onde a casa funcionaria durante o dia).

Para Flórez (2016), foi Le Corbusier quem transformou o espaço doméstico de acordo com o ritmo solar. Segundo o autor, o arquiteto organizou a casa pela noite e

dia. Vários de seus projetos possibilitavam mudanças com mobiliários que se retraíam, mudavam de lugar, permitindo ora socialização, ora intimidade.

De acordo com Boueri (2004), as atividades exercidas dentro de casa passaram a ser compartimentadas nesse novo lar. O autor cita ainda as publicações de Alexander Klein e Ernst Neufert como exemplos de investigação da época sobre o dimensionamento humano e dos ambientes, na busca por racionalização dos espaços e pela viabilização da produção de casas em massa.

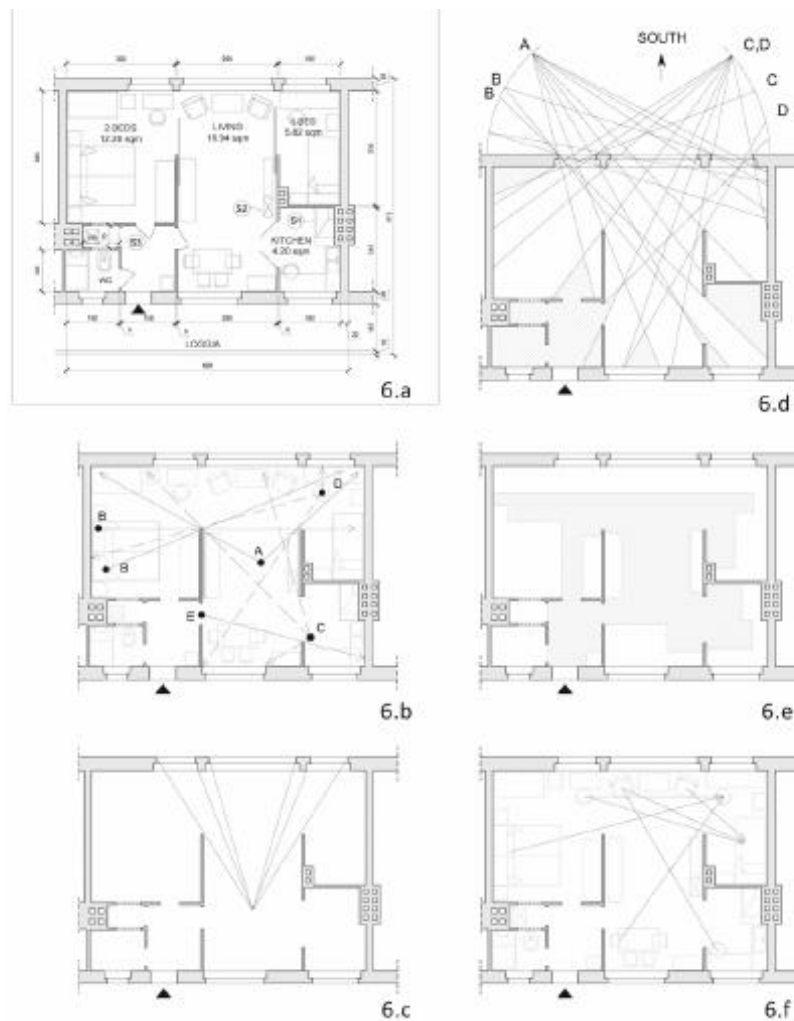
Para Bevilacqua (2011), esses estudos levaram a definição de padrões universais para a construção, cujas habitações deveriam considerar o básico para que as exigências do homem, todos os homens, fossem atendidas.

Mas para Tramontano (1998), posteriormente, essa universalização reduziu o novo conceito de habitação a um arquétipo de moradia, uma habitação prototípica, nas palavras do autor, maciçamente reproduzida para atender, basicamente, famílias nucleares tradicionais. Ainda segundo o autor, essa Habitação para todos, como ele chamou, embora tenha sido concebida considerando a biologia do indivíduo e suas necessidades, foi sendo tomada e simplificada pelo mercado e pela lógica do lucro dos empresários, que passaram a reproduzir em todo ocidente uma mistura de habitação para todos e apartamento burguês parisiense do século XIX.

Segundo Bevilacqua (2011), o estudo intitulado *Alojamentos pequenos* de Klein, determinou tópicos de avaliação da qualidade dos projetos e definiu qual o melhor arranjo espacial para casas mínimas, ao comparar de maneira lógica e gráfica os modelos de várias casas.

É interessante perceber, como salientado por Bevilacqua (2011), que naquela época, a proposta de moradia de Klein de 1929 (figura 36, 6b), já se preocupava com a mulher doméstica, tentando minimizar e facilitar sua jornada diária de trabalho, permitindo por exemplo, portas grandes e de vidro na cozinha para que a mãe pudesse acompanhar as crianças enquanto cozinhava.

Figura 36: Modelo de habitação proposto por Alexander Klein



Fonte: Bevilacqua (2011).

A figura 36 exemplifica como Klein pensou, entre outros pontos, a necessidade de maior quantidade de ar e luz solar nos ambientes, a necessidade de ampliar a visão, diminuindo a sensação de espaço apertado em razão da pouca área utilizando portas maiores e deslizantes e posicionando-as estrategicamente. Interessante porque, na São Luís da década de 80, já podemos perceber conjuntos residenciais construídos com uma preocupação climática, respeitando-se a localização do terreno em relação ao sol para posicionamento de áreas permanentes, como será exemplificado mais adiante.

De acordo com Boueri (2004), Le Corbusier e Pierre Jeanneret, nos Anais do II CIAM abordaram também a temática de dar usos diferentes para um mesmo espaço ao longo do dia/noite e que os ambientes poderiam ser integrados, utilizando-se de

mobiliários para dividi-los (o que não chegou a se observar nas moradias da São Luís do fim do século XX).

Nessa nova casa proposta durante o II CIAM, a cozinha e seu uso foram sem dúvida muito estudados e reformulados nesse período: Boueri (2004) cita a *Cozinha de Frankfurt*³⁴, apresentada no congresso e parecida com a da investigação de Christine Fredericks, de 1922, nos Estados Unidos, que ao estudar este espaço de trabalho, abordou os fluxos dentro desse ambiente. Depois, segundo o autor, em 1934, a americana Catherine Krause Bauer Wurster escreveu o livro *Modern Housing for America* e na década de 50 a Universidade de Cornell, nos EUA estabeleceu o conceito do triângulo de trabalho, que considerava a pia o centro entre a área de armazenamento e a área de cozimento.

Esta concepção de cozinha, onde o tempo gasto para executar cada tarefa era um dos principais focos, atesta para a preocupação de facilitar o trabalho da dona de casa em sua “máquina de morar”. Se antes a casa era tida também como o espaço de trabalho do chefe da casa, no momento em que ele vai ganhar seu sustento e de sua família no chão da fábrica, ela se transforma na “máquina de trabalho” feminina, sendo a cozinha seu principal expoente.

Daí se compreende, com base nas leituras sobre a São Luís histórica, porque, embora a casa dessa Nova Arquitetura tenha chegado a São Luís, a sua cozinha veio aos pedaços, sem tanta força, mais com o layout do que com o mobiliário, pois no final do século XX, a sociedade ludovicense ainda possuía fortes hábitos escravocratas, que não aceitavam que este espaço doméstico, aqui ocupado e muito utilizado pelas empregadas, se tornasse central na casa. Também não havia o interesse de modernizar o espaço, investindo financeiramente nele, para que empregadas utilizassem e tivessem seu trabalho facilitado. A mão de obra de trabalho era muito barata ainda no fim do século XX e a classe média e alta brasileira tinha, por vezes, mais de uma empregada.

³⁴ A cozinha de Frankfurt surgiu após Ernst May (arquiteto da prefeitura de Frankfurt, encarregado de projetar moradias após a primeira guerra) solicitar a Margarete Scütte-Lihotzky o desenho de uma cozinha que fosse eficiente e econômica. Margarete estudou detalhadamente os movimentos que se fazia em cada tarefa doméstica de modo a economizar tempo e montou o desenho de uma cozinha onde layout foi racionalmente definido e o mobiliário estrategicamente criado e posicionado.

Silva (2014) explica que enquanto nos Estados Unidos e na Europa, no fim do século XIX, a engenharia e a arquitetura, respectivamente, coordenavam as mudanças, no Brasil elas eram centralizadas pelas autoridades médicas e a higiene era o mote para as transformações na cozinha, não o tempo das tarefas. O autor relaciona esse aspecto com a realidade brasileira de trabalho doméstico, onde o tempo gasto “não era uma questão crítica”, em razão da disponibilidade de mão de obra barata e com a pouca instrução e consequente higiene desses trabalhadores.

Com base no que foi lido sobre a habitação brasileira e ludovicense colonial, isso explica o surgimento das muitas cozinhas dentro da casa brasileira, hábito reproduzido em São Luís: era comum que nas casas construídas sob a concepção moderna, fossem posteriormente acrescentadas uma segunda cozinha, nos fundos da casa, onde eram utilizados fogaréus, tanques maiores para lavagem, bancadas para limpeza e corte de peixes, carnes, aves...um lugar mais rústico, onde se podia sujar mais e as empregadas poderiam ficar “mais à vontade”.

Após as construções modernistas, idealizadas por nomes como Cleon Furtado, as habitações da cidade de São Luís foram evoluindo a passos lentos para uma simplificação daqueles conceitos estéticos, como pode ser observado na cidade. Típico de construções em massa, em São Luís, os ornamentos e detalhes curvos foram definitivamente retirados das fachadas, que passou a ter linhas retas e padrão mais simples.

No fim do século XX, a estrutura em concreto armado, a alvenaria com tijolos cerâmicos e o reboco de barro já haviam se consolidado em São Luís, como pode ser observado em visita aos bairros que se consolidaram na época e citados por Ribeiros Jr (2001). As coberturas das casas eram construídas com telha cerâmicas e tesouras de madeira, quando não existiam lajes. As casas mais simples, eram cobertas com telhas de fibrocimento. As construções dos novos conjuntos residenciais adotaram esse padrão, ajustando-se aos princípios da construção em massa, embora as obras em si, tenham continuado com técnicas bem artesanais.

Muitas foram as construções residenciais nessa época, no fim do século e embora o sistema construtivo descrito acima tenha, de fato, se disseminado, o estilo das casas e seus padrões estéticos mais marcantes podiam variar, de acordo

principalmente com o público ao qual a casa se destinava. Sendo aquelas das famílias mais abastadas, as responsáveis por essa diferenciação.

Entretanto, nesse capítulo, mais do que em qualquer outro até agora, o foco serão as casas construídas e que foram realmente ocupadas pela classe média e sem dúvida, os conjuntos residenciais entregues na época são os que cumprem esse critério e melhor caracterizam o morar da classe média no fim do século XX em São Luís e são seus arquétipos. Até mesmo os apartamentos ocupados pela classe média à época, foram exceção à realidade, pois sua construção foi destinada principalmente à classe alta.

3.3.2.1. A tipologia, o programa de necessidades e o zoneamento

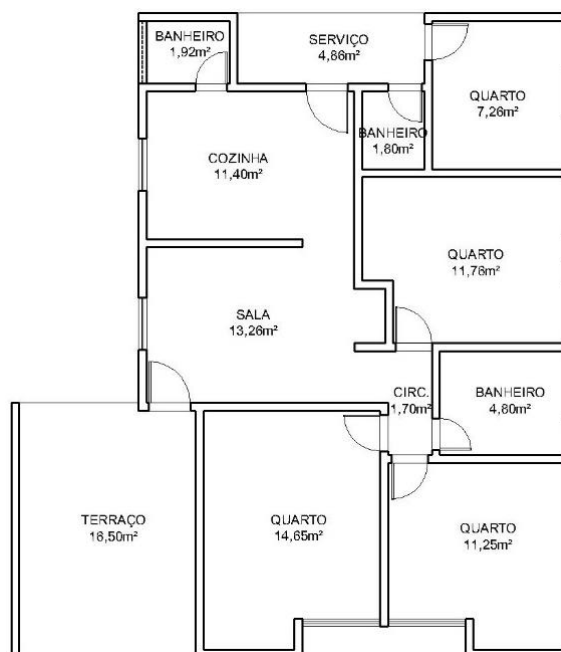
Com foco nas tipologias consolidadas no fim do século e a partir das leituras realizadas e do que foi exposto, tem-se então as casas dos conjuntos residenciais como representantes principais da casa da classe média ludovicense. Casa essa que depois “se fecha” com outras páreas em condomínios horizontais fechados.

Pode-se observar que as casas de conjunto do fim do século foram construídas em bairros criados, algumas vezes, com o nome desses conjuntos, como o Conjunto São Francisco. Em suas proximidades, construtores particulares e construtoras construíam também imóveis para venda e consolidavam a área do bairro.

Parte dessas casas de conjunto pouco se diferenciaram das casas dos conjuntos anteriormente construídos e citados por Vasconcelos (2014), mas aquelas construídas por construtores privados para venda, geralmente possuíam uma maior área e apresentavam um terraço maior, coberto, suficiente para guardar um carro e algumas destas casas possuíam mais banheiros e quarto de empregada, como as casas construídas no conjunto São Francisco, como pode ser observado em O IMPARCIAL (1973).

A figura 37 mostra a planta da casa de um exemplar construído à época e reproduzida a partir de uma propaganda em O IMPARCIAL (1973). É interessante perceber que a esta altura, elemento de projetos modernos já aparecem nas plantas como os nichos para armários embutidos.

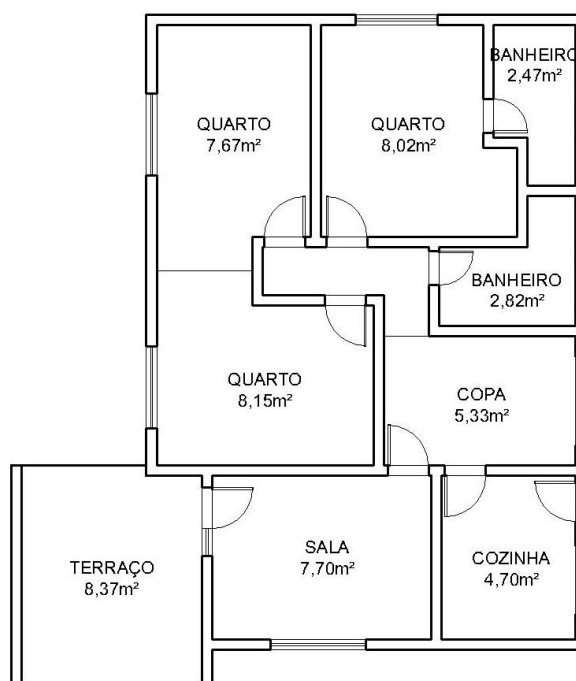
Figura 37: Plantas de casa do Conjunto Jardim São Francisco



Fonte: Reproduzido pela autora, a partir de O Imparcial (1973).

Também nessa época, as opções começaram a diversificar. O conjunto Parque Amazonas, por exemplo, também construído pela iniciativa privada, oferecia até seis tipos de plantas (variáveis em áreas, chegando a 155m²), como a da figura 38:

Figura 38: Casa do conjunto Parque Amazonas



Fonte: Reproduzido pela autora a partir de O Imparcial (1973).

Embora com variáveis, como apresentadas nas figuras 37 e 38, o terraço/varanda se apresentava igual em todas as casas: coberto, aberto, na lateral da casa e ligado com a mesma pela sala de estar.

Outro ponto a considerar é o zoneamento dessas casas. Ao que indicam as plantas coletadas dos conjuntos construídos à época, o que pode ser percebido é a consolidação da tripartição, com inclusive, pisos diferentes demarcando os três setores casa, social, íntimo e de serviço.

Entretanto, pode-se perceber que a bipartição dia e noite começa a acontecer, devido ao arranjo dos três setores, aproximando a sala da cozinha e da copa. Também, pode-se perceber que o zoneamento se apresentava cada vez menos comprometido com o modelo fixo oitocentista pois os ambientes sociais no início da casa deram lugar a plantas que melhor aproveitaram a localização do terreno em relação ao norte, para posicionar as áreas de permanência, como os quartos.

Já os condomínios residenciais que começaram a surgir não apresentaram plantas com uma distribuição ou programa de necessidades diferentes. A metragem dos ambientes ou o número de quartos aumentava à medida em que os imóveis fossem destinados a estratos mais abastados, até mesmo da classe intermediária.

As casas, no geral, possuíam dois ou três quartos, com a presença ou não de um banheiro no quarto do casal. Esses condomínios chegaram para corresponder uma demanda de segurança citada por Caldeira (2000) e não, espacial. Embora o uso de seus espaços, com o passar dos anos, tenha sido influenciado por essa tipologia.

Com a tomada da violência nos grandes centros urbanos no fim da década de 80, conforme relatado por Novais (2007), a população se viu necessitada de mais segurança. E na ausência do poder público, surgiram a segurança privada e os porteiros em condomínios, conforme Caldeira (2000), onde se pode fazer uma clara comparação com a segurança das áreas fortificadas medievais. Em São Luís, no fim dos anos 90, eles surgiram cada vez mais.

Para Caldeira (2000), o muro do condomínio, protege um pouco mais as pessoas e as casas que ali residem dos perigos de fora, causados pelos bandidos, os “selvagens” e/ou inimigos e são vigiados por um porteiro/segurança. Em um momento

em que a sociedade sente a volta da barbárie, soluções igualmente medievais voltam à tona.

Para Novais (2007), esse trancafiamento das pessoas em casa, em razão da insegurança urbana, contribuiu para que o espaço público se deteriorasse, o que deu à casa os fins de lazer coletivo com muito mais força. Demanda essa, absorvida pelos condomínios, com suas áreas de lazer coletivas.

Outro hábito da época do uso desse espaço chama atenção para os costumes da São Luís do século XX: embora as cozinhas construídas nessas casas estivessem mais próximas da sala, seus moradores continuaram a sentir necessidade de intimidade nesse ambiente, não sendo ainda comuns as portas mais largas defendidas por Klein, para aumentar a visibilidade.

A esta altura, naturalmente, percebe-se que as casas ludovicenses não eram mais tão imutáveis como as casas oitocentistas, fruto das transformações rápidas que iam acontecendo na sociedade e as reformas aparecem como resposta às novas formas de morar da família nuclear moderna. Outro fator, foi o fato de essas casas terem sido construídas por terceiros e não atenderem verdadeiramente a demanda dos moradores.

Acredita-se que as principais modificações realizadas continuaram sendo nos fundos e na frente das casas. Nos fundos, a edícula com a tríade despensa/depósito, lavanderia³⁵ e dependência completa de empregada tornou-se padrão nas casas da classe média ludovicense. Nas casas novecentistas, saem os porões, entram as edículas nos fundos. Na frente, os terraços/ varandas vão sendo cada vez mais adaptados para comportar os carros, da mesma forma que o afastamento frontal vai sendo extinto, conforme já comentado anteriormente.

Com taxas de inflação que chegaram a atingir 5000% ao ano no início da década de 90 no Brasil, de acordo com dados públicos, a despensa/depósito continuou um cômodo muito útil no fim do século, visto que é sabido que a população

³⁵ Mesmo já no fim do século, o abastecimento de água na cidade de São Luís era deficiente e inconstante. Muitas famílias optavam por ter um tanque para armazenamento de água nos fundos da casa, próximo ao tanque de lavar roupa. A máquina de lavar ainda não era uma realidade na maioria das casas da cidade.

de classe média alta e alta tinha o hábito de fazer compras mensais em grandes quantidades para estocar alimentos na tentativa de economizar.

Os muros frontais das casas também se modificaram, em razão do aumento da insegurança na cidade, conforme Caldeira (2000). Antes, gradeados e/ou de baixa altura, passaram a ser mais altos de modo a retirar a vista para a rua e a “trancar” seus moradores dentro de casa.

3.3.2.2. Os cômodos, seus usos e mobiliários

Como apresentado, o fim do século consolidou algumas modificações significativas na tipologia, zoneamento e programa de necessidades das casas ludovicenses e os seus cômodos passaram a ser ocupados por mobiliários cada vez mais limpos esteticamente, com linhas retas e com espaços específicos para cada objeto. Os usos desses cômodos, pouco mudou, embora novas interações tenham sido percebidas em alguns deles.

Apesar do uso compartimentado ser uma das características da casa moderna, observa-se que os terraços, em muitos lares de classe média de São Luís passaram a ter dupla função, pois transformaram-se também em garagens para guardar os automóveis, cada vez mais comuns entre as classes intermediárias. Um espaço que antes era utilizado para descanso e recebimento de visitas, vê seu layout modificar-se quando “o carro está em casa”: as cadeiras e mesas são afastadas para dar lugar ao carro.

O automóvel passa a ser uma extensão do indivíduo e da sua família, porque representa seu status, estilo, portanto, lhe representa. O carro passa a influenciar na forma como o tempo em família é gasto, pois permite percorrer maiores distâncias em menos tempo no dia a dia, além de propiciar mais conforto aos seus usuários.

No que se refere às casas de condomínio, através dos projetos promovidos e vendidos por imobiliárias e construtoras, percebe-se que os terraços se transformam em espaço pouco utilizado para a sua função principal, pois a ausência de muros não garante a intimidade de que os moradores, por hábito local, necessitam para receber suas visitas, ou relaxar em trajes mais ditos “de casa”, uma vez que nos condomínios

residenciais de São Luís, os lotes opostos costumam ser separados por uma rua com 7 a 10 metros de largura. A guarda do carro passa a ser o uso principal do cômodo.

Quanto à sala, essa pouco mudou em uso. Mas seu mobiliário sim, como pôde ser percebido nos recortes de jornais apresentados. A TV que já estava presente nas casas de classe alta e média alta de São Luís ganha mais lares intermediários e o rack para a televisão vira uma realidade. A grande maioria das casas de classe média, possui uma única sala que tem função de estar e de TV. Entretanto, adaptar móveis antigos e maiores a essas salas menores, permaneceu um desafio para aqueles que herdaram mobília e tiveram que reaproveitá-las em suas novas casas.

Em casas mais abastadas, como citado por França (2001), as tvs ganharam uma sala própria, além de se espalharem por outros cômodos da casa, como quartos e cozinha. Aos poucos, ela vai sumindo da sala de estar, que no fim do século vai perdendo o protagonismo gerado pelos televisores.

Além dos móveis, a sala precisava guardar outros eletrônicos além da TV, como o rádio e a vitrola, que depois foi substituída pelo som com toca-cd.

A sala de jantar, que na casa de classe média, fundiu-se à copa, quando existe, apresenta um conjunto em madeira de mesa retangular com cadeiras e um Buffet para guardar louças. As refeições são feitas nessa copa, nas casas mais abastadas e na própria cozinha, em sua mesa, nas casas intermediárias mais pobres. Entretanto, ambos os espaços, apesar de estarem na zona diurna da casa, estão escondidas. No fim do século XX, a integração das salas de jantar e estar ainda não era uma realidade na casa ludovicense.

Portas (1969) explica (o que foi verificado também depois em São Luís) que a sala de jantar assumiu uma postura de prestígio, com preocupação de sua decoração. Era um espaço poupado de uso nas classes mais pobres, reservando-o a momentos especiais, a fim de evitar sua deterioração. A mesa de refeições diárias acabava por ficar na própria cozinha.

Portas (1969) ainda antevê que no futuro, a valorização dos jantares formais, que estavam diminuindo em quantidade em razão dos novos hábitos sociais, tenderia a exigir um espaço próprio que fosse mais próximo da cozinha e que se parecesse

com uma zona de estar, podendo estar ou não incorporado ao estar da casa. (o que de fato aconteceu. Atualmente percebe-se as cozinhas das casas como as novas salas, com suas ilhas e prontas para preparos gourmets em reuniões com amigos e familiares).

Já para a classe trabalhadora, Portas (1969) completa chamando atenção para o fato de que o momento da refeição é o momento de lazer desses indivíduos e por isso há a valorização desse espaço.

Quanto à cozinha, ela se mostra um pouco mais equipada. Alguns eletrodomésticos chegaram às classes intermediárias e se solidaram, mas eletrodomésticos como micro-ondas e máquina de lavar louça não são ainda uma realidade. Seu layout também permanece retangular, com uma mesa central ou encostada em uma das paredes, quando em cômodos menores. A cozinha de produção, em formato corredor, só viria a aparecer no século seguinte, nos apartamentos.

Entende-se que quanto mais confortável for uma casa, mais propícia para que as pessoas sociabilizem dentro delas. O design de interiores se expandiu muito em razão da busca pelo conforto no interior das casas, o que pode ser percebido nos recortes de jornal apresentados.

De um modo geral, entende-se que os mobiliários ganharam linhas cada vez mais retas e a marcenaria entrou nos lares mais abastados e fez dos armários embutidos e móveis planejados uma febre que chegaria à grande classe média no século seguinte. A figura 39 mostra uma reportagem de 1983, em jornal local ensinando a usar marcenaria simples para enfeitar a casa e guardar utensílios domésticos.

Figura 39: Caixotes na decoração

O caixote-mobília

Se você é uma pessoa criativa que gosta de dar um toque de realce em sua casa e está à procura de sugestões baratas e bonitas, um caixote pode mobiliar sua casa toda. Não um caixote comum, mas um especial, que você irá fazer ou mandar um carpineiro confeccionar, pintar e colocar da maneira que quiser, em qualquer parte da casa. Empilhado, vira armário. Sozinho, uma caixa onde poderão ser guardados muitos utensílios domésticos. Enfileirado, funcionará como uma estante.

Aqui estão algumas sugestões: Para a sala de estar quatro caixotes resolvem o problema da vitrola e da discoteca. Dois caixotes fechados (os orifícios servem para abrir porta), servem para colocar o som em cima e dois abertos, um sobre o outro, servem para guardar os discos. Use as cores brancas e café.

Com quatro caixotes seu quarto de dormir ganha uma estante para mil utilidades. Nos caixotes abertos, livros, cinzeiros, pequenos objetos, podem ser colocados. No de cima, você guarda coisas particulares e o de baixo pode funcionar como sapateiro.

Uma outra dica: pegue um caixote, coloque nele umas rodinhas e pronto: eis uma bela caixa de costura para colocar linhas, lãs, pequenos retalhos, etc. Pinte de uma cor alegre contrastando com as paredes. Esta ideia ainda pode ser aproveitada no banheiro para colocar roupa suja, no quarto de passar ou na cozinha como cesto de lixo.

Quatro caixotes bem transados, laqueados em tonalidade agradável, funcionam como um bonito conjunto para colocar o som e os discos

Com imaginação monta-se um armário para guardar mil utilidades

Figura: Jornal O Imparcial (1982).

Nas casas mais intermediárias, a chamada classe média baixa e média média, os móveis soltos vendidos em lojas, parcelados, parecem ter mobiliado os lares da cidade. A figura 40 apresenta a propaganda de uma loja de móveis com um modelo de estante para a sala de estar/tv muito popular à época, junto a outros itens.

Figura 40: Propaganda de Móveis e eletrodomésticos

ARMAZEM PARAIBA

Menor preço - Maior prazo. Crédito imediato
Rua Grande, 314

atos maravilhosos

Receitas aproveitadas

lo do seu casinho.

Comida

Boutique feminina com lançamentos exclusivos.

Móveis e eletrodomésticos com garantia de Assistência Técnica permanente

SUCESSO EM QUALQUER LUGAR

Fonte: Jornal O Imparcial (1982).

Nos banheiros, o bidê ainda aparecia em algumas casas, embora tenha perdido uso. A herança higienista consolidou este cômodo com suas paredes revestidas de azulejos cerâmicos até o teto, material muito utilizado ainda na cidade. As banheiras, que chegaram a ser usadas nos primeiros banheiros construídos nas casas maranhenses realmente não se firmaram. A figura 41 apresenta um banheiro original de uma casa no bairro do São Francisco, construída em 1975.

Figura 41: Banheiro de 1975



Fonte: Autora.

No quarto do casal, o banheiro escondido chegou ao estrato mais alto da classe média. O que foi percebido como o entendimento do morador do seu direito do luxo na intimidade. O entendimento do direito ao prazer, com base em Kron (1983). É a prática do hedonismo que começa a chegar nos lares da classe média, mas ainda contida sob a tutela religiosa e o entendimento de pecado.

Ainda sobre os quartos, estes também já começam a apresentar mais funções, se adaptando com mobiliários planejados para a presença de tv e área de estudo, nos lares mais abastados da classe média, conforme O IMPARCIAL (1981). A figura 42 mostra um exemplo de modelo de quarto para jovem, retirado de um jornal em 1981.

Figura 42: Quarto para jovem

Fonte: Jornal O imparcial (1981).

É sabido de forma popular que no fim dos anos 90, um novo mobiliário, completamente diferente, surge nos lares brasileiros e nas classes mais altas de São Luís, chegando ao estrato mais alto da classe média: o rack de computador (figura 43). Tratava-se de um mobiliário completamente diferente, pois foi criado para guardar objetos até então fora da alçada dos espaços domésticos. O computador com monitor, CPU, teclado, tela e estabilizador, câmera, impressora, escâner, disquetes, cds...

Entende-se que ele retrata a grande mudança do viver moderno para o viver contemporâneo digital, pois pré-anuncia que o computador e a internet vão ganhar não só espaço nos lares brasileiros como na vida cotidiana das pessoas. Este novo mobiliário residencial se espalhará pelo país no século seguinte, popularizando-se.

Figura 43: Rack de computador do final dos anos 90

Fonte: <https://sp.olx.com.br/sao-paulo-e-regiao/abcd/santo-andre/moveis/racks?sp=1>

Em tempo é interessante observar, a partir das leituras, que no final do século a cidade continuava presa dentro da mesma janela de tempo cultural relatada quando se comentou as diferenças entre plantas baixas do início do século em São Luís e a primeira casa modernista brasileira de Gregori Warchavchik, de 1927.

A diferença de tempo do momento em que esse interior com mobiliário menos rebuscado chega a São Luís em comparação ao seu surgimento em países ditos desenvolvidos, mesmo considerando as casas mais abastadas, onde as tendências de uso costumam chegar primeiro, foi significativa e ao que se pôde inferir, de aproximadamente 50 anos.

A figura 44 mostra o interior da Villa Moller, em Viena, projetada pelo arquiteto Adolf Loos, em 1928. A imagem poderia facilmente passar pelo interior de uma casa de classe média alta ou alta de São Luís no início da década de 90.

Figura 44: Interior da Villa Moller



Fonte: Florez (2016).

Florez (2016) tratou de como o espaço interior é estruturado pelo seu mobiliário. Para o autor, a arquitetura moderna trouxe uma nova forma de estar nos espaços através de sua mobília, como o uso de mesas de jantar fixas, cortinas separando ambientes. Florez (2016) também citou os mobiliários criados pelos Eames cuja importância no cenário do design esteve aliada à clara percepção dos arquitetos à função simbólica desses objetos na construção dos espaços.

Portanto, conforme pode-se aventar, verificar quando o espaço interior e sua mobília mudam drasticamente dentro dos lares dá indícios de quando aquela sociedade mudou verdadeiramente, obstante as referidas mudanças já terem acontecido a tempos anteriores em outros lugares. Assim, entende-se que somente no fim do século XX é que São Luís “entra no século XX” criado pelos países mais ricos.

3.4. A história da sociedade e do morar ludovicense pós-revolução industrial inglesa em resumo.

No século XIX, o Maranhão participou da revolução industrial, mas apenas como fornecedor de matéria prima. Por esta conta, a cidade de São Luís viveu os benefícios da monocultura algodoeira. Foi a época de menor janela de tempo entre São Luís e a Europa.

Na primeira metade do século, 50% da população da cidade era escrava e sua sociedade ainda vivia com suas famílias em forma de clãs, embora fosse uma sociedade mais heterogênea. Nessa época surgiu o burguês na cidade, como terceiro arquétipo componente da cidade.

São Luís ainda vivia sob forte poder da igreja católica que ainda ditava costumes e modos de vida.

Quanto à cidade, esta já havia se tornado urbana, com tipologias variantes da porta e janela. Suas casas urbanas, com mais tipologias, sem apresentavam em barroco pombalino e com fachadas azulejadas. Internamente, as mais ricas imitavam a decoração francesa.

As casas possuíam mais salas e ambientes com usos específicos, mas os cômodos ainda não tinham acessos independentes. Era comum a presença de alcovas e havia pouca intimidade no lar. Ainda não existiam banheiros e a sala de jantar ficava aos fundos, com a varanda. Os quartos eram os espaços íntimos. Os Jardins e afastamentos frontais e laterais começaram a aparecer no fim do século. Estas casas ainda estavam em transição, mas já possuíam mais habitabilidade.

Em relação à mobília, no fim do século ela era mais numerosa e mais equipamentos foram surgindo. A rede ainda era protagonista, mas o baú começou a ganhar destaque.

O Século XX trouxe intensas mudanças sociais no Brasil e o início da decadência de São Luís. Houve um aumento da janela de tempo entre São Luís e o mundo e o Brasil passou por um processo de colonização cultural americana, enquanto medidas higienistas começam a ser aplicadas pelo país.

Os clãs começaram a perder força e a família nuclear moderna se instala com relevância, ainda que numerosa. Outros grupos passaram a ser visibilizados como o da família monoparental. A figura masculina ainda aparecia como protagonista, com a presença da existente submissão feminina. Socialmente, o número de pobres e de pessoas sem moradias aumentou.

A igreja católica começou a perder força no fim do século, enquanto outras religiões ganharam espaço. Ao senhor, escravo e ao burguês, uniu-se o trabalhador, mais um arquétipo social.

Já no fim do século houve a retomada de crescimento de São Luís. Obras de grande porte, como pontes, consolidaram a chamada cidade nova e começou o processo de verticalização e o surgimento de condomínio fechados.

Neste século, novas tipologias de características estilísticas diversas surgiram. Havia as habitações ecléticas, ocupadas por abastados, as habitações populares, por intermediários e as habitações de taipa, destinadas aos pobres. Começaram a ser criados os conjuntos habitacionais.

Nas casas, novos cômodos surgiram: garagem, copa, banheiros, edícula para empregados e terraço. Os corredores e a tripartição das áreas da residência em social, íntimo e serviço apareceram nas casas da cidade. No fim do século, os banheiros passaram a ser valorizados pela classe alta como área de intimidade e a sala de tv apareceu como protagonista.

Aos poucos, as casas populares foram absorvendo o programa de casas mais abastadas do começo do século e os cômodos passaram a ter usos cada vez mais específicos. A cozinha ganhou importância e centralidade dentro desses lares, cuja

autoconstrução para adaptação das moradias dos conjuntos habitacionais virou uma constante.

Quanto aos mobiliários, houve a invasão de equipamentos e novas mobílias, menos rebuscadas e a consolidação de novos eletrodomésticos. A tv se firmou como protagonista no fim do século, que viu o surgimento de um novo mobiliário, o Rack. O automóvel se consolidou como uma extensão do indivíduo e de sua família.

As casas de programas habitacionais e seus programas se mostraram como o arquétipo de moradia deste século. A figura 45 apresenta um quadro resumo da sociedade e dos espaços de morar da São Luís, desde sua fundação até o fim do século passado.

Tendo feito uma revisão bibliográfica pela casa histórica ludovicense, passando pelo momento onde as tipologias do habitar sofrem grande modificação, e buscando a explicação histórica e antropológica de todas as transformações acontecidas, o capítulo seguinte começa a buscar as raízes psíquicas da imaterialidade dessas casas, apresentando seus símbolos e significados.

Figura 45: Cronologia da sociedade e da casa ludovicense

SOCIEDADE	Realidade e costumes	Hábitos e costumes medievais Absorção de costumes e práticas indígenas Senhores com poder sobre os escravos Pouca diferença entre público e privado Ausência de sentimento de intimidade	Pobreza na primeira metade do século Primeira onda de progresso após 1755 Comportamento e polidez começam a existir Rigor e tradicionalismo nas relações sociais Mais preocupação com o privado e a intimidade	Maranhão participou da revolução industrial apenas como fornecedor de matéria prima São Luís viveu benefícios da monocultura algodoeira Menor janela de tempo São Luís / Europa	Intensas mudanças sociais no Brasil Início da decadência de São Luís Aumento da janela de tempo São Luís / Mundo Colonização cultural americana Aplicação de medidas higienistas Retomada de crescimento no fim do século Consolidação da cidade nova Verticalização e condomínio fechados
		Sociedade patriarcal Vida em clãs familiares	Consolidação da sociedade patriarcal e dos clãs familiares Formação de sociedade com mais especificidades	50% da população era escrava na 1ª metade do século Ainda famílias em forma de clãs Sociedade mais heterogênea Surgimento do burguês	Perda da força dos clãs familiares Família nuclear moderna numerosa Relevância da família nuclear e da monoparental Figura masculina ainda protagonista Submissão feminina Aumento de pobres e sem moradia
		Forte poder da igreja católica Dita costumes e modos de vida	Forte poder da igreja católica Dita costumes e modos de vida	Forte poder da igreja católica Dita costumes e modos de vida	Igreja católica começa a perder força no fim do século Outras religiões ganham espaço
		O senhor e o escravo	Solidificação do senhor e do escravo	O senhor, o escravo e o burguês	Senhor, escravo, burguês, o trabalhador
HABITAÇÕES	Cidade e tipologias	1600	1700	1800	1900
		Cidade rural	Solo urbano mais valorizado Reforma das casas Construção de novas residências e comércio <u>Lisboa do Equador, espelho colonial da metrópole</u>	Cidade urbana Tipologias variantes da porta e janela	Novas tipologias, características estilísticas diversas Habitações ecléticas: abastados, habitações populares: intermediários, habitações de taipa: pobres Criação de conjuntos habitacionais
		Casa rural Rústicas, de barro, sem reboco Cobertura de palha Sem compartimentos. Ausência de intimidade	Casa semi-urbana. Representada pela varanda Menos rústica. Começa a perder caráter de abrigo Modos de morar e habitações fortemente ligadas às classes sociais Mais cômodos. Varandas, quarto de hóspedes Casa já se "esconde". Quintal como protagonista das tarefas e manutenção do lar	Casa urbana. Mais tipologias Barroco pomalino e fachadas azulejadas Imitação de decoração francesa Mais salas. Usos específicos. Cômodos sem acessos independentes. Presença de alcovas. Pouca intimidade. Sem banheiro, Sala de jantar aos fundos, com varanda. Quarto como espaço íntimo Jardins e afastamentos no fim do século	Novos cômodos: garagem, copa, banheiros, edícula para empregados, terraço Banheiros valorizados pela classe alta como área de intimidade Surgimento de corredores e da tripartição Sala de tv como protagonista Casas populares absorvem programa de casas mais abastadas do começo do século Cômodos com uso específico Cozinha ganha importância e centralidade Autoconstrução para adaptação das moradias dos conjuntos habitacionais
		Extremamente excasso Absorção de mobiliários e utensílios indígenas Rede como protagonista	Ainda excasso, rústicos e improvisados Se existente, poucas cadeiras, bancos e mesas. Raras casas com camas. Redes e artefatos indígenas ainda dominam o cenário	Mais equipamentos e mobiliários no fim do século Rede ainda como protagonista, mas destaque para o baú	Invasão de equipamentos e novas mobiliárias Consolidação de novos eletrodomésticos Tv como protagonista Automóvel, extensão do indivíduo e sua família Mobiliários menos rebuscados Surgimento do Rack
Arquétipo		Casa abrigo	Transição da abrigo para uma menos rudimentar, com mínima habitabilidade	Variantes da porta e janela. Ainda em transição, mas com mais habitabilidade	Casas de programas habitacionais

Fonte: Autora

CAPÍTULO 4

A imaterialidade dos espaços de morar

Significados e símbolos nos espaços de morar

Os ambientes e seus significados

4. A IMATERIALIDADE DOS ESPAÇOS DE MORAR

É interessante perceber que os espaços de morar, lugar onde os indivíduos realizam e atendem suas necessidades básicas de abrigo, descanso e alimentação, possuem vários significados³⁶. Estes significados são, por vezes, expressados pelo uso de denominações diversas que deixam de ser utilizadas como simples sinônimos para esse espaço doméstico, tal como abrigo, habitação, residência, domicílio, casa e lar.

Outra diferenciação que costuma ser feita, principalmente em estudos que tratam de pessoas e de ambientes é entre espaço e ambiente. O espaço costuma ser visto como a estrutura física e o ambiente construído como sendo o espaço habitado, utilizado pelos indivíduos.

Há também a distinção entre os termos espaço e lugar, como colocado por Cavalcante; Nobrega (2011) que veem o espaço como o local neutro, exterior ao indivíduo e o lugar como o espaço com o qual as pessoas se identificam, usam como referência e que possui significado. Aqui se aceita também o conceito de Augé (1994) de lugar como sendo um espaço identitário, relacional e histórico. Para Tuan (1983) [1977], um lugar é um espaço que se tornou familiar.

A distinção entre o morar e o habitar também é questão de debate no campo dos significados, onde para autores como Norberg- Schulz (1985) habitar pressupõe uma relação da vida com o lugar e a existência de diversos significados nessa relação. O habitar então é visto como uma conexão mais profunda com o espaço, é o fazer parte dele e, portanto, estabelecer vínculo sentimental, o que indica a suposição de um gradiente entre os termos moradia e habitação.

Para Savi; Dischinger; Hespanhol (2015) “habitar uma casa constitui o arquétipo mais rico de significados ao ser humano” (p.5). Norberg- Schulz (1985) chega a dizer que é na casa onde habita que o indivíduo encontra e reencontra sua identidade pessoal e que esta identidade é, portanto, componente deste habitar. O que se entende ser somente nesse lugar que o indivíduo é verdadeiro.

³⁶ Aqui utilizam-se conceitos amplamente aceitos pela linguística onde *significante* é o conjunto de sons formado pela palavra e *significado* é o conceito dado a ela. *Signo* é a junção dos dois.

Já Elali; Pinheiro (2008) invertem a importância das palavras e falam das diferenças entre habitar e efetivamente morar, citando diversos outros autores que conjugam os mesmos termos.

De modo que diversos investigadores vêm se expressando através de seus trabalhos e conceituando o uso de um termo ou outro em razão do que eles representam ou significam, no seu entendimento. Para cada autor, há um termo que se mostra mais adequado a depender do significado, do valor atribuído a este espaço, incluindo também aí outras necessidades, para além das básicas já citadas. E embora as vezes usem essas denominações também como sinônimos, acabam elegendo um para representar sua investigação.

E assim surgem tríades como habitar- habitações- habitantes, usada por Tramontano (1998) ou morar- moradias- moradores. O certo é que esta discussão embasa a importância desses diversos significados do espaço doméstico, de sua imaterialidade, independente do nome que se dê a cada existência deles. E, portanto, embasa também a importância de seu entendimento para compreensão não só desses espaços, mas dos seus moradores.

Desta forma, em publicações onde esses significados são estudados essas definições geralmente são apresentadas como complementos umas das outras ou são hierarquizadas, umas como parte formadora de outras. Estudos etimológicos e semânticos estão sempre sendo desenvolvidos a fim de melhor definir esse espaço doméstico e conceituá-lo, sendo moradia, habitação, residência, domicílio, casa e lar, como já citados, os termos mais utilizados.

Para Cabrita (1995), deve-se falar sobre o conceito do habitar, denominação escolhida pelo autor, mas delimitando o alcance do conceito. O autor chegou a fazer três delimitações quando estudou qualidade da habitação: o âmbito sociogeográfico, a cultura e o período histórico.

Segundo Cabrita (1995), no âmbito sociogeográfico, há três níveis principais: a vizinhança, o local-abrigo e o território mínimo de cada pessoa, que a acompanha. Quanto à cultura, Cabrita (1995) explica que embora haja diferenças culturais entre os povos, quando estes têm a mesma raiz, estas diferenças não necessariamente afetam seu conceito de habitar que envolve as múltiplas diferenças culturais

abrangidas por uma cultura mais extensa, a “ocidental e de inspiração clássica e cristã com diferentes graus de industrialização” (p.10). O autor chega a comentar sobre como as diferentes culturas cada vez mais se difundem e interpenetram umas sobre as outras a partir das possibilidades de contato atuais.

Com relação ao período histórico, o autor cita três grandes períodos que segundo ele, correspondem a três práticas sociais e portanto conceitos de habitar distintos: o habitar abrigo, que vai da pré-história até o surgimento dos aglomerados urbanos com um mínimo de consistência, o habitar histórico, cujos laços familiares se estendem à vizinhança e às relações entre grupos sociais e o habitar urbano, cujas necessidades são resolvidas em maioria, em áreas residenciais, que procura proteger o homem dos perigos da cidade.

Desta forma, para Cabrita (1995), o habitar, ao nível do que ele chamou de alojamento (mais uma denominação) é a delimitação de um espaço onde o indivíduo possa: se sentir seguro (abrigado e protegido), ter privacidade (intimidade, isolamento, independência e espaço pessoal), compensar suas insatisfações cotidianas, se reencontrar (voltar a si), estabelecer uma relação com os objetos (ou seja entre o ser e o ter), realizar a imagem desejada de si, exprimir sua territorialidade (individual e de grupo familiar), afirmar-se e apropriar-se do espaço e das coisas nele, assegurar sua libertação das normas sociais, estabelecer relações eficazes e criativas, definir uma interioridade e desempenhar suas atividades com facilidade, flexibilidade e liberdade.

A Organização das Nações Unidas, ONU (1991) usa o termo moradia e fala em moradia adequada, para definir aquela com função para além de abrigo e explica os critérios para que uma moradia seja considerada adequada: a segurança jurídica da posse, a disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura adequados, economicidade (seu custo não deve ameaçar os outros direitos do morador, como alimentação), habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural.

O conceito de moradia adequada da ONU é similar ao utilizado por outros autores para habitação, casa e domicílio, sendo até mais completo do que o de domicílio, definido pelo IBGE. O IBGE (2010) usa domicílio para definir o local que é

independente e possui estrutura separada dos demais, que seja ou esteja sendo usado como habitação, por uma ou mais pessoas.

Para o IBGE (2010) a separação e a independência de um domicílio são critérios essenciais para sua definição. São estes que o diferenciam de uma moradia, por exemplo. O domicílio é separado quando:

“...é limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas”. (IBGE, 2010, p.10).

A definição de domicílio, apesar de ser mais específica, é também mais abrangente, no que consiste ao tipo do espaço do qual se trata. Além dos domicílios tipo habitação, também chamados de particulares pelo IBGE (2010), há também os domicílios coletivos, onde as pessoas habitam para cumprir alguma norma administrativa como presídios, quartéis e asilos. Ainda, como explicam Alves; Cavenaghi (2012), quanto à natureza podem ser permanentes (quando construído para o fim de habitação) ou improvisados e quanto a estrutura, duráveis (cuja estrutura é mais sólida e construída com materiais apropriados) ou rústicos.

Em Portugal, para o Instituto Nacional de Estatísticas- INE, órgão similar, os espaços domésticos são chamados de fogos.

Portas (1968, 1969), Gomes (1978), Tramontano (1993, 1995, 1998, 1999, 2002), Santiago (2002), Boueri (2000, 2001, 2008), Ramos (2003), Pedro (2002, 2014), Elali (2006), Coelho (2012), Villa; Ornstein (2013) são exemplos de autores que usam o termo habitação como chamada em seus trabalhos, embora se utilizem de sinônimos no decorrer de suas análises. Cabrita (1995), embora fale em habitar, também usa o termo casa.

Desta forma, percebe-se que para além da função do abrigo, o conceito de habitação envolve outros aspectos, mas não há critérios estruturais que definam uma habitação. O termo costuma ser muito utilizado em análises morfológicas e quantitativas do espaço.

Azevedo (1990), Freyre (1993), Lemos (1989, 1999), Sarti (2001), Zabalbescoa (2011), Pereira (2012), Barreiros (2014), Mauritti (2015), Oliveira (2015) usam o termo casa, fortemente empregado pela antropologia, no mesmo sentido que usam a palavra habitação. Oliveira (2015) chega a apresentar vários tipos de casas em razão de componentes culturais e históricos, todas elas dentro de duas categorias: a casa teórica e a casa compreensiva.

Para Oliveira (2015), conceituar esse espaço de maneira sintetizada e abrangendo todos os seus significados é muito difícil pois a casa é multiconceitual e formada a partir de ideias e lugares que se misturam para compor o todo. O autor, conceitua a casa considerando três referências: a etimológica, a arquitetônica e a antropológica, que considera a dimensão cultural e seus significados.

Oliveira (2015) também sentiu a necessidade de explicar denominações como residência, moradia e habitação, casa e lar, sendo o lar, segundo o autor, o termo que mais se aproxima da palavra inglês *home*, que significa a casa como um todo e o seu redor. Para Oliveira (2015), o termo seria mais completo que *House* pois possui um componente afetivo.

Ressaltadas essas considerações, tem-se que casa é, sem dúvida, o termo mais utilizado em São Luís e no Brasil pelo leigo para definir seu espaço de morar. É rico em significados, onde um destes é o significado do pertencimento do bem, da posse, que pode ser explicitado na máxima “o sonho da casa própria”. Já o termo lar é o que contém, para o leigo, o significado do bem-estar, que pode ser explicitado na máxima “lar, doce lar”. Ele é usado por Kron (1983) e Bachelard (1993).

Savi; Dischinger; Hespanhol (2015) hierarquizaram três dessas denominações; o abrigo, a casa e o lar, para compreender seus significados. Para as autoras o abrigo é proteção. Já à casa, somam-se as relações simbólicas criadas nesse ambiente de abrigo e o lar, para além desses dois conceitos, é o resultado também das relações interpessoais que ali são criadas e desenvolvidas. A figura 46 mostra a hierarquia apresentada pelas autoras.

Figura 46: Gradientes do habitar



Fonte: Savi; Dischinger; Hespanhol (2015).

Nesta tese, todos os termos apresentados são utilizados, em regra geral como sinônimos, sendo explicados quando assim não o forem. A maior diferença que se faz é quanto ao termo Lar, respeitando-se seu caráter mais abrangente e imaterial, sendo portanto, o lar, a última escala do gradiente, da hierarquia, como proposto por Savi; Dischinger; Hespanhol (2015).

O termo Lar é, pois, utilizado para definir uma habitação com significado espacial, antropológico e social, mas cujo valor fundamental é a busca pelo bem-estar. Esta morada afetiva é então o local que, além de apresentar o indivíduo e influenciá-lo, apresenta o resultado espacial de sua busca pelo seu melhoramento pessoal, onde esse espaço é articulador e caminho. É a habitação no que ela tem de contribuição positiva para a formação, reconhecimento e reformulação própria do indivíduo. É o termo que mais carrega significados qualitativos e que melhor contempla a imaterialidade desses espaços, cujo entendimento é tão necessário para a definição de arquétipos.

De acordo com Moser (2016) para que uma habitação seja considerada um lar, são necessárias cinco dimensões: a centralidade, onde o indivíduo parte para o mundo, uma centralidade que é física e emocional; a continuidade, ou seja, o lar

precisa ser um espaço seguro, permanente, estável, onde o indivíduo pode se recompor física e emocionalmente; a privacidade, ser um local onde o indivíduo possa ser em sua totalidade; a expressão de si e a identidade.

Quando os outros termos forem hierarquizados nessa investigação, o conceito de moradia usado é o do espaço ocupado, com forte poder de influência sobre o indivíduo. É este espaço na sua caracterização mais simples e intrínseca. É o abrigo. Uma caverna, por exemplo, pode ser uma moradia, de acordo com este conceito.

Por habitação ou residência, considera-se um conceito mais amplo: a habitação estruturada, ainda que minimamente. Desta forma, nem toda moradia é uma habitação, mas toda habitação é uma moradia, pois também atende às necessidades básicas do indivíduo de um lugar para proteção, repouso e alimentação.

Quanto ao termo casa, considera-se também seu apelo antropológico, mas nesse texto a definição do IBGE (2010), que considera a casa como um tipo de domicílio particular, assim como o apartamento e os cômodos independentes é por vezes utilizada, quando se fizer necessária a distinção desta do apartamento.

A Figura 47 a seguir resume graficamente a hierarquia entre os termos, utilizada nesta investigação, considerando as definições e os conceitos apresentados:

Figura 47: Hierarquia dos espaços domésticos



Fonte: Elaborado pela autora.

4.1. Significados e símbolos nos espaços de morar

Então, entende-se que independente do nome que se dê, a relação de um indivíduo (morador/ habitante), com o espaço doméstico (casa/ habitação/ lar...) em que ele vive (mora/ habita) tem aspectos materiais e imateriais. Portas (1969), já salientava essa questão ao explicar que seu estudo não era suficiente:

“Sabe-se que há exigências psicossomáticas que se não sobrepõem ou cabem, necessariamente, dentro do contorno descrito e que podem causar insatisfação e perturbações mesmo quando pois dispor-se do espaço mínimo necessário para o desenrolar de uma dada atividade” (PORTAS, 1969, p. 7).

Kron (1983), George; Lyon (1998), Freitas (2012) também reiteram que o valor do habitar vai além. A forma positiva ou negativa como as casas são percebidas por seus moradores ultrapassam as fronteiras formais. O indivíduo pode se sentir acolhido em uma casa espacialmente inadequada e renunciado em um espaço doméstico fisicamente apropriado, ainda que não perceba o efeito da casa sobre si.

De acordo com Kron (1983) o efeito de uma casa em um indivíduo é físico e psíquico, pois o nosso corpo reage com acelerações cardíacas, por exemplo, a depender dos sentimentos que sentimos.

Portanto esse espaço doméstico tem significados que vão muito além de sua estrutura física e a imaterialidade desse lar é percebida, apreendida e explicada através do que ele representa, simboliza e causa mentalmente nos seus moradores. Esta dimensão não física da edificação pode significar, por exemplo, um sentimento de posse, sensação de segurança, identidade social, ou ainda traumas, medos e fugas.

Ao tratar das representações materiais e imateriais deste espaço doméstico, as autoras Savi; Dischinger; Hespanhol (2015) defendem que a imaterialidade é o que dá sentido a esse espaço e faz dele um lugar. Embora a imaterialidade não possa ser tocada, espacializada, ela pode ser sentida. Para as autoras, materialmente, a casa abriga e imaterialmente, acolhe. Isto quando a sua influência é positiva pois, conforme Bachelard (1993), nem sempre o é.

Portando, a partir de Kron (1983), Bachelard (1993) Savi; Dischinger; Hespanhol (2015), compreende-se que as materialidades que formam uma casa são

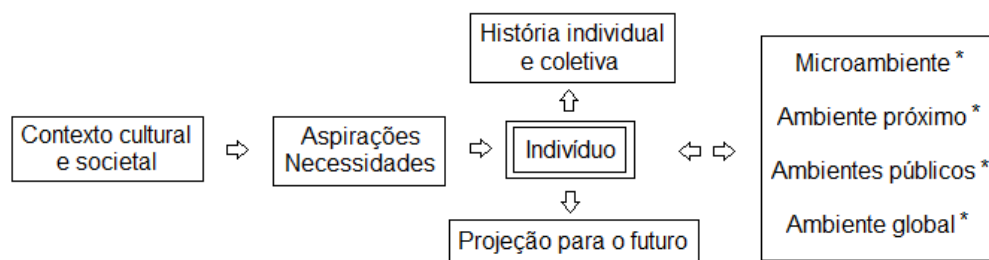
as características físicas dela. Essas materialidades que compõem um arquétipo arquitetônico podem ser sua metragem, forma, cores, volumes, aberturas, cheios e vazios, mobiliários, equipamentos, objetos de decoração etc. O conjunto das materialidades forma o espaço onde a imaterialidade é produzida e sentida.

E mais, entende-se que essa imaterialidade representa (ou deveria) genuinamente o ser do morador. Ela revela o que ele é e/ou como ele está. A imaterialidade manifesta também o seu poder sobre a revelação do que o morador é e/ou como ele está. Desta forma, a imaterialidade de uma casa é uma soma, composta também pela imaterialidade de todas as suas partes físicas, dos significados de seus elementos e espaços, sejam eles internos ou externos, fechados em cômodos ou meras definições de área.

Mas se a casa (e isto já foi maciçamente discutido e é amplamente aceito) é um resultado dos seus moradores, da sociedade em que eles vivem, de sua cultura, das necessidades e dos aprendizados ao longo da vida, se ela é mutável e está sempre sujeita às transformações sociais que afetam esses indivíduos, então, conclui-se que para entender os simbolismos e significados que definem a imaterialidade dos lares é necessário compreender as sociedades e suas casas anteriores e perceber o processo evolutivo desta relação. Daí o porquê dos capítulos anteriores desta investigação que tratam da casa ludovicense passada; para que a casa presente pudesse ser compreendida, também com base na sua ancestralidade, nos seus significados passados.

Moser (2016) aborda como o contexto cultural e social é importante na relação da pessoa com o ambiente e que essa interação afetará também a relação futura desse indivíduo com o espaço, de modo que o indivíduo é uma soma do que ele viveu só e coletivamente, em uma determinada época do tempo e em determinado lugar e todas as suas aspirações e necessidades presentes e futuras, decorrem disso, bem como a forma como ele vai se relacionar com os ambientes. A figura 48 a seguir apresenta o esquema de Moser (2016) para essa relação:

Figura 48: O contexto das relações indivíduo-ambiente



* Níveis de análises sócio espaciais

Fonte: Adaptado de Moser (2016)

Em A Minha Casa é o Meu Mundo: Consumos que demarcam no Quotidiano do Viver Só, Mauritti (2011) aborda os consumos e desigualdades do morador solitário, com suas novas escolhas e estilos de vida. A casa, ou seja, o espaço doméstico é o ponto de partida para a análise social da autora.

Quando se compreende que as transformações sociais são a chave para o entendimento das transformações na materialidade e imaterialidade dos lares é imprescindível falar, concomitantemente, de como os indivíduos se organizam dentro desse espaço doméstico e por quais transformações passou o conceito de família ao longo do tempo, assunto também abordado ao longo dos capítulos dessa investigação.

Moser (2016) explica que as lembranças ambientais e a identidade espacial são componentes da formação da relação com o lugar. Isto é importante porque, de acordo com o autor, as lembranças que o indivíduo tem de um lugar influenciam na sua relação com ele, em como ele será utilizado e significado.

Isto reforça a importância de compreender o que a casa e seus cômodos significaram para um morador, como eles eram usados por gerações anteriores, quando esses donos atuais de casa eram filhos. Que lembranças eles levam para o presente e o futuro que podem influenciar seu modo de morar e quais os processos de ruptura de influência que eles já conseguiram realizar. Em análises dos dados de um estudo de caso parece ser importante saber reconhecer influências passadas específicas que possam destoar dentro do grupo.

Tuan (1983) [1977] chega a afirmar que a criança é o pai do adulto, quando explica como os aprendizados e vivências da infância podem influenciar na relação com o espaço na vida adulta.

Mas outros fatores podem influenciar a percepção do espaço doméstico, como a condição financeira. Sarti (1994) coloca que as famílias pobres, por exemplo, não passam pelo ciclo doméstico comum hoje em dia (onde as pessoas se unem afetivamente, tem filhos, os cria enquanto crescem e estes depois saem de casa e podem repetir esse ciclo em outro lugar), uma vez que a pouca renda estimula o agrupamento de todos para que, unindo as rendas, possam viver melhor. Para Sarti (1994), a família pobre não é um núcleo, é uma rede que ultrapassa as paredes da casa e passa a ser aqueles em quem se pode confiar. Consequentemente, seu espaço de morar será diferente.

Fatores culturais também são muito definitivos na formação dos lares das pessoas. Cabido (1994) comenta que a noção de casa do português é diferente, pois, tendo uma alma nômade, este considera como casa onde há outro de sua nacionalidade. Para o autor isso reflete no “arquétipo de lar” (p.57) do português.

Tuan (1983) [1977] fala de uma perspectiva experiencial na vivência de espaços e lugares onde os sentidos humanos tem grande importância. O autor fala dos “odores variados e agradáveis” (p.13) como parte formadora da personalidade das casas, do que elas representam e sua importância para os seres humanos. Para o autor, o olfato pode até sugerir consciência espacial.

Sobre a perspectiva auditiva, Tuan (1983) [1977] comenta que o som também pode ajudar a causar impressões de espaço. Hoje que as pessoas vivem com fones de ouvido, pode a música transportar esses indivíduos para lugares simbólicos. Seria, nesse momento, o lugar um não lugar? E em que momento isso acontece? Onde essas pessoas estão? Existe uma não identificação com aquele espaço? Ou a música é um complemento do lugar? É uma forma de alterá-lo? Como o exemplo de pessoas em academia com música que ouvem sua própria música.

Pallasmaa (2011) se diz preocupado sobre como o sentido da visão vem se sobrepondo demasiadamente sobre os demais, ao fazer-se arquitetura. O autor também fala do que ele chama de espaços aromáticos e do papel de intimidade que

a acústica pode levar a determinadas situações e espaços. Para o autor, a tranquilidade, causada pelo silêncio, é uma experiência auditiva criada pela arquitetura.

A partir de Kron (1983) e Bachelard (1993), é possível afirmar que, por refletir seus donos, as casas podem, inclusive, denunciar doenças psíquicas de seus moradores. São as “casas doentes”. Não só as casas falam, como também o modo como o indivíduo lida com seu espaço doméstico. A limpeza excessiva e a bagunça exagerada, com base em Kron (1983), são exemplos de consequências de transtornos mentais.

Algumas pessoas podem acumular objetos em busca de segurança. Uma rede norte americana chegou a produzir uma série de tv por oito anos, a *Hoarders*, traduzida para o português como *Acumuladores Compulsivos*, onde terapeutas e organizadores ajudavam pessoas emocionalmente doentes, que viviam em casas completamente insalubres em razão do acúmulo de objetos, por vezes sem valor algum. Parece que esses acumuladores e colecionadores compulsivos estão cada vez mais comuns na sociedade.

Na outra ponta, estão os indivíduos que limpam e arrumam suas casas excessivamente. Este distúrbio também foi retratado em série de tv britânica onde pessoas se ofereciam para limpar casas de desconhecidos porque adoravam fazer limpezas. Suas casas eram templos de higiene. De acordo com Hounie *Et al* (2007), essa atitude pode estar associada ao Transtorno Obsessivo Compulsivo, TOC. É uma atitude que também está ligada a uma sensação de controle e poder.

Situação semelhante, mas não crítica, pode ser percebida em indivíduos saudáveis que, quando angustiados, querendo “arrumar suas vidas” se veem, por vezes tarde da noite, arrumando o guarda-roupas, por exemplo e parecem ser depois acometidos por uma sensação de bem-estar pois associam a ordem das roupas à ordem nas suas vidas. A partir de Kron (1983) compreende-se que esta é uma forma de se organizar internamente, como um ponto de partida para a próxima e necessária organização. É por esta razão que processos de arrumação e reformas domésticas podem ser ou desencadear um momento de catarse, de acordo com Cianciardi (2010).

Nesses casos, com base em Kron (1983), percebe-se que é interessante associar o cômodo alvo da arrumação ao seu significado no lar, ponto que será abordado mais à frente no texto. Por ora, vale o questionamento de por que nessas situações, poucas vezes o banheiro é o cômodo escolhido para arrumar em comparação à sala e quarto, por exemplo. Às vezes as pessoas querem arrumar “a vida” e não “a si”, comparação que será explicada mais à frente.

Então, com base na discussão acima e em Kron (1983) e Cianciardi (2010), compreende-se também que situações de pessoas que vivem incessantemente fazendo reformas também podem ser consideradas situações análogas à vida, como fuga ou busca por estímulo para mudanças. Já reformas que nunca acabam podem denotar medo e consequente adiamento da próxima fase da vida.

Logo, observar casas que fujam ao contexto por seus donos serem indivíduos desequilibrados é importante para não atrapalhar os resultados da investigação. Pessoas doentes, casas doentes. Pessoas indecisas, casas indecisas, incompletas, seja por falta de dinheiro, instabilidade na relação, na vida ou falta de acordo de gostos com o conjugue.

É sabido de forma popular que há também as pessoas que, por motivos diversos, pensam muito nos outros e não em si e costumam sacrificar-se em demorado por familiares e ficam com a “consciência pesada” ao gastar dinheiro consigo, com sua casa. Muitas vezes não sabem nem do que gostam, tão acostumados que estão em sacrificar-se e tem, segundo Kron (1983), muita dificuldade em decorar seus espaços, quando preciso. O mesmo acontece com as pessoas de baixa autoestima que acham que seu gosto pode ser vulgar, fora de moda. Como possuem muita necessidade de se afirmar, a decoração pode ser uma tarefa bastante difícil, segundo Kron (1983).

Kron (1983) também fala das casas sem alma, que não representam seus donos e sim os arquitetos, designers e decoradores que projetaram seus espaços e as decoraram. Casas nessas condições também dificultam análises que pretendem avaliar o usuário a partir de sua casa e sua decoração.

Também é preciso atentar para os ciclos da casa. Kron (1983) afirma que a decoração de um lar depende também da idade de seus donos. De acordo com a

autora, a casa tem um ciclo de vida, assim como as pessoas e ela evolui à medida que a vida de seus donos evolui também, além de ter que se adaptar às novas tecnologias.

Para Elali; Pinheiro (2008) a casa tem duas temporalidades. Uma que é linear e corresponde ao presente, passado e futuro ali vivido e outra que é cíclica, os dias, semanas, meses e anos e suas jornadas que se repetem constantemente.

De acordo com Kron (1983), assim como temos diversas casas ao longo da vida (ainda que essas diversas casas sejam no mesmo lugar, quando reformadas), o significado de lar muda para as pessoas, a depender de suas idades. Segundo a autora, as fases da vida são:

“vinte e poucos anos é um tempo de se separar; o final dos anos vinte é dedicado à busca de intimidade; os anos 30 são uma época de materialismo e se esforçam para consolidar uma carreira; os anos quarenta são uma época de tempestade e ímpeto, a última chance de uma grande mudança - uma redefinição de identidade - e envolve uma mudança do egocentrismo para o cuidado e orientação (se isso não ocorreu antes). Nos anos cinquenta, a maioria dos especialistas em ciclos de vida concorda, há um amargor, um contentamento, um interesse na imortalidade, uma sensação de vulnerabilidade física, um medo da mortalidade e o problema especial para as mulheres - antecipação da viuvez. Até agora, os cinquenta são o fim da linha para os teóricos do ciclo de vida. Para sua passagem além deste ponto, você deve se transferir para gerontologistas que lhe dirão que a próxima etapa, que ocorre em momentos diferentes para pessoas diferentes, é um retorno à dependência da infância” (KRON, 1983, p.146, tradução da autora³⁷).

O livro de Kron foi escrito em 1983. Mas é sabido que hoje os jovens demoram mais a sair de casa, sendo inclusive chamados de geração canguru. É como se todas as idades citadas por Kron (1983), à época tivessem sido “empurradas para frente”. Popularmente se afirma que os quarenta são os novos trinta e que a maior idade

³⁷ “...one's early twenties is a time of breaking away; the late twenties is devoted to the search for intimacy; the thirties is a time of materialism and striving to consolidate a career; the forties is a time of sturm und drang, the last chance for a major change- a redefinition of identity- and involves a switch from self-centeredness to nurturing and mentoring (if this has not occurred earlier). In one's fifties, most life-cycle experts agree, there is a mellowing, a settling down, an interest in immortality, a sense of physical vulnerability, a fear of mortality, and the special problem for women- anticipation of widowhood. So far, the fifties is the end of the line for the life- cycle theorists. For your passage beyond this point, you must transfer to gerontologists who will tell you that the next stage, which occurs at different times for different people, is a return to the dependency of childhood”.

chega mais tarde, pois as pessoas podem ter uma qualidade de vida considerável aos sessenta anos. Por isso é importante desconsiderar as idades citadas por Kron (1983) à época e focar nas passagens de fase.

De acordo com a autora a primeira fase da vida adulta é aquela em que os jovens buscam sair de casa e com essa atitude vem toda a mudança que essa separação causa. Para Kron (1983), o estar longe de casa e da comodidade da casa dos pais e ter sua própria casa é o primeiro passo para que o indivíduo se veja como adulto. Esta primeira habitação seria mais uma casa do que um lar. Esta casa é um experimento, segundo a autora.

Para Kron (1983), após o indivíduo sair da casa dos seus pais e ir morar em outro lugar, ele passa por três estágios até se sentir verdadeiramente em casa no novo endereço. Primeiro ele não tem a percepção de estar “em casa” e sim, dormindo fora, em outro lugar. Após um tempo ele começa a se familiarizar com aquele espaço e senti-lo como casa, mas ainda sente estranhamento em alguns momentos. Por fim, vem a necessidade de realmente se sentir em casa e ter mais espaço, mais privacidade, controle e intimidade.

Nesta última subfase de transição vem a próxima fase onde esse indivíduo amadurece e passa a valorizar a intimidade. É quando moradores de república, por exemplo, deixam esses espaços e procuram um espaço só seu.

Posteriormente, de acordo com Kron (1983), o adulto já maduro busca estabilidade financeira e status, busca se afirmar, afirmando seu estilo da primeira casa ou escolhendo outro. Para Kron (1983), esta é a fase mais social da casa do indivíduo, em que a preocupação com as aparências é alta. A casa deve exibir suas conquistas e realizações. Para a autora, as vezes a realidade financeira do indivíduo não permite montar uma casa como ele quer mostrar-se e mais ou menos nessa idade, a insatisfação financeira surge. A casa é um status.

Na fase seguinte o indivíduo freia um pouco o ritmo e aumenta a sua consciência sobre si e o mundo, diminuindo seu egocentrismo e tornando-se uma pessoa mais atenta, cuidadosa e preocupada, segundo Kron (1983).

Por fim, de acordo com Kron (1983), o penúltimo ciclo é aquele em que o indivíduo começa a lidar com a possibilidade da chegada da velhice em um futuro próximo. Então sentimentos como amargura, vulnerabilidade e medo se aproximam. Para a autora, nessa fase pode haver uma crise com a sua casa pois as pessoas reavaliam seus valores. Não há tempo para preocupações sociais, somente para o eu verdadeiro, por isso essa é a época da casa verdadeira.

Considerando Kron (1983), acredita-se que nessa fase é que os jardins são substituídos por pisos porque “dão muito trabalho”, assim como uma série de objetos na casa que foram sendo reunidos para vender uma imagem aos visitantes e a si, mas que não representavam verdadeiramente seus donos. A última casa costuma ser cheia de objetos juntados durante toda vida que lembram aos seus donos quem eles são. Os idosos são extremamente apegados à sua casa, suas lembranças e separá-los pode ser muito danoso para sua saúde psicológica.

Para Kron (1983), a última fase, a da velhice, vem com debilitações físicas que definem sua vida. Portanto são no mínimo três as casas ao longo de todas as fases da vida, de acordo com Kron (1983). A casa experimento, a casa status e a casa verdadeira.

De acordo com Kron (1983) a casa ideal para cada fase ajuda o indivíduo a desenvolver suas tarefas, mas o atrapalha na fase seguinte. Segundo a autora, quando se está em uma mudança de fase de vida, as pessoas começam a perceber que a estrutura do seu lar não comporta mais suas necessidades. Para Kron (1983), o desconforto gerado com o lar é um sinal de uma mudança de vida que muitas vezes não foi percebida ou verbalizada pelas pessoas. Ainda segundo a autora, para o sucesso de uma fase da vida é preciso quebrar os laços com a fase passada e, portanto, com a casa que a representa.

Cianciardi (2010) fala da importância da renovação nas casas e do fascínio que as reformas trazem, pois possibilitam que o vazio se instale e que o novo possa acontecer. De acordo com o autor, a não renovação do lar pode, inclusive, denotar sentimentos conflitantes. Ele também associa essa condição à instabilidade emocional:

“Nossas casas podem ser consideradas extensões de nós mesmos. As que não mudam há muitos anos costumam refletir a rigidez, o medo e a insegurança de seus ocupantes. Por outro lado, a mudança constante pode revelar fragilidade emocional e inconstância de quem a ocupa”. (CIANCIARDI, 2010, p. 3).

A necessidade de personalização dos espaços domésticos, citada por Cianciardi (2010) como afirmação do eu será abordada mais à frente.

4.2. Os ambientes e seus significados

Então, com base em Kron (1983) e Bachelard (1993), entende-se que através de sua morada o indivíduo consciente pode se ver e se compreender a partir de uma perspectiva de fora. Mas é também, como já dito, uma forma de ser lido enquanto ser e enquanto sociedade. Isto acontece porque ele leva para dentro de casa o que observa e vive do lado de fora. Segundo Cardozo (2005), o que o ser humano vê é muito importante para sua vivência no mundo. Consequentemente também, para a casa que cria, domestica, mora e habita.

Por isso, mais uma vez, coloca-se aqui a importância da análise dos espaços domésticos e seus significados. Para Zabalbeascoa (2013), um quarto diz tanto sobre uma sociedade quanto as batalhas e guerras que ela lutou. Então qual o significado de cada ambiente da casa? O que eles simbolizam? Isto difere em função do arquétipo que seus moradores representam? O que diferencia o significado da sala do homem contemporâneo do significado da sala do homem moderno, por exemplo? Kron (1983), citando um caso parecido, fez uma relação entre esses significados e a idade dos moradores.

Léger (2001) discorreu sobre como os modos de consumo e os gostos culturais se cruzam com as variáveis que compõem o ambiente doméstico e criam necessidades diversas para uma moradia a depender de cada indivíduo.

Em se tratando das partes, para compreender o todo, Kent (1993) investigou a relação entre o ambiente construído e a organização do espaço, segundo informações interdisciplinares com base em investigações de historiadores, arqueólogos, antropólogos e arquitetos. Já Bachelard (1993) explicou o significado de cada cômodo da casa, enquanto Zabalbeascoa (2013) apresentou a evolução dos cômodos da casa

ocidental, com base nas evoluções sociais e dos hábitos dessa sociedade apontando suas transformações.

Há ainda que se citar a importância simbólica de alguns elementos presentes em uma casa, como as portas e janelas. Para Gontijo (2019), a porta é o divisor entre os mundos, pois separa o interior do exterior, o social do individual, sendo as portas, (que não precisam existir, podem ser uma área de passagem) o portal em si, “o umbral”, a partir de onde se chega no que é verdadeiro e deixa-se o que é inferior para trás. Segundo Gontijo (2019), a porta traz consigo um protocolo silencioso pois pede intimidade, permissão para entrar. Uma casa cheia de portas denotaria um espaço com muitas verdades guardadas, protegidas, escondidas.

Já as janelas, conforme Gontijo (2019), são os olhos da alma. Por onde o morador pode ter contato com o mundo exterior, mas sem se expor, sem estar lá de fato. É também por onde o mundo vê aqueles moradores, o que eles permitem mostrar. De acordo com Gontijo (2019), casas sem janelas, além de serem insalubres por não possuírem luz e troca de ar suficiente, tem também pouca energia, porque não há trocas entre o interior e o exterior. A janela, portanto, é um elemento que traz vitalidade e energia para a casa.

Ela também faz uma relação entre os castelos medievais e os palácios, surgidos em seguida, onde os primeiros quase não tinham janelas e eram moradas de pessoas fechadas, cheias de dogmas morais que continham suas liberdades e as relações com o mundo, principalmente femininas e que precisavam se proteger e o segundo, cheio de janelas grandes, fruto de uma época em que o renascimento mostrava um mundo a ser descoberto e visto.

Ainda de acordo com Gontijo (2019), as fachadas de uma casa representam a interface do morador com o mundo. É o que ele está disposto a oferecer. Calçadas inacessíveis demonstram pessoas cada vez mais egoístas e pouco preocupadas com a coletividade e mais consigo e seu status. Ao mesmo tempo, as fachadas cada vez mais parecidas denotam a forma como as pessoas estão repetindo um padrão social apresentado e assimilado por um status quo.

Para Kron (1993), antes de se falar dos cômodos em si, há que se falar na divisão entre a frente e o fundo da casa. Onde os ambientes da frente claramente

mostram os moradores para o mundo, exibem o que querem mostrar e os ambientes do fundo, são os espaços mais privados, onde esses indivíduos se mostram verdadeiramente. Pode-se dizer então que os ambientes da frente são os mais “mascarados”.

Este valor frente versus fundo pôde ser comprovado na análise antropológica e arquitetônica sobre o morar na cidade de São Luís, desde as casas coloniais oitocentistas, cujas salas tinham abertura para a rua e eram os ambientes onde se recebiam as visitas, até os dias atuais, com o uso desses ambientes que ainda são posicionados no início das casas.

4.2.1. As salas

De acordo com Kron (1983) e isto parece manter-se na atualidade, a sala de estar de uma casa simboliza o que o indivíduo quer que as pessoas pensem dele. Significa o que ele quer parecer ser. George; Lyon (1998) definem a sala como o eu público. Cianciardi (2010) comenta que:

“Cada espaço possui um significado psicológico: a sala tem conotação social, das trocas, das relações; é o local onde se faz a transição entre o interno e o externo, onde se utilizam máscaras sociais na intenção de revelar aos outros quem desejamos ser. A sala de jantar carrega um aspecto formal, onde se busca a socialização da família com os seus convidados, estão implícitos a organização e as normas de etiqueta” (Cianciardi, 2010, p. 4).

Então, entende-se que, embora a sala de estar e jantar apresentem diferenças quanto ao uso da formalidade, são ambientes pensados pelo morador para que ele possa socializar com seus pares e se apresentar, apresentar seu universo particular.

Para Zabalbeascoa (2013) as salas de jantar eram um espaço de lazer nas casas abastadas europeias, uma vez que o ato de comer não tinha um lugar fixo. Mas no Brasil e na São Luís colonial, esse ambiente era o coração do lar e geralmente posicionado na varanda, nos fundos da casa. Era o espaço de troca familiar e de reafirmação e domínio patriarcal, de acordo com TV BRASIL (2015), onde os ritos do sentar e portar-se à mesa revelavam a prioridade paterna. Não por acaso, à época era um cômodo tido como íntimo, ao qual visitantes tinham acesso em dias especiais de jantares. Nas casas menores, como as de porta e janela, continuavam a ter o mesmo significado.

Entretanto, à medida que a informalidade foi se inserindo na sociedade e as refeições diárias foram sendo realizadas nas copas e posteriormente nas cozinhas, esses ambientes tornaram-se cada vez mais sociais, como abordado por Zabalbeascoa (2013), com a função única de receber visitas. A partir de Kron (1983) e Cianciardi (2010), compreende-se que hoje, as salas de jantar são ambientes de ostentação do universo ao qual os donos da casa almejam ou suponham pertencer. Neste sentido, seu significado está muito parecido com o da sala de estar. Salvo exceção de apartamentos com cozinhas corredores, explicada mais à frente.

Logo, acredita-se que identificar a frequência de uso desse espaço, a sala, pode dar um indicativo do tipo de casa que ela ocupa, se de linguagem côncava ou convexa, de acordo com os critérios definidos por Freitas (2012), a serem apresentados mais adiante e dos quais se pode tirar algumas proposições sobre os moradores, sua personalidade e estilo de vida.

Kron (1983) cita o exemplo americano onde o costume é que as casas tenham duas salas; uma sala de estar, que fica na frente da casa, como vitrine social e outra sala da família, localizada mais ao fundo e íntima.

Mas de acordo com Kron (1983), já em 1983, com a diminuição métrica das casas, alguns moradores estavam tendendo a ter apenas uma sala para ganhar um quarto a mais (o que pode ser explicado pela tendência ao individualismo), ainda que investigadores afirmassem que cada uma tinha a sua função: a sala de estar seria importante para que as crianças aprendessem quem deviam ser e como deviam agir e a sala da família para que houvesse interação e identificação familiar. Para a autora, a sociedade americana precisava de ambientes distintos para serem quem são e receberem visitas, pois a função da casa era de ser lar, mas também era social.

Em São Luís, atualmente, a presença de uma única sala é a realidade de muitas famílias de classe média. E tal qual como nos Estados Unidos, a sala de estar é o ambiente utilizado para se comunicar socialmente. É de conhecimento popular, por razões culturais, que o ambiente utilizado para a interação familiar, por vezes é a cozinha ou até mesmo a sala, que faz também este outro papel, como é o caso da maioria das famílias de classe média que vivem em apartamentos em São Luís.

É sabido que a grande maioria dos apartamentos construídos na cidade dos anos 90 em diante (após o boom dessa tipologia), citados por Lopes (2008), possuem cozinhas corredores, inspiradas na cozinha de Frankfurt, além de não disporem de outros ambientes maiores de interação familiar como quintais e terraços. Dessa forma, a interação familiar se dá no mesmo ambiente que mostra a família para a sociedade, ou seja, a sala de estar, que comumente é integrada à sala de jantar, outro espaço tido como de expressão social.

Também é corrente o relato de muitas destas famílias que vivem em apartamentos pequenos e sentem sua sala sempre bagunçada, embora ela possa estar no mesmo nível de arrumação dos quartos. Acredita-se, com base em Kron (1983), que é possível que não estejam confortáveis em unir o que são e o que querem demonstrar ser.

Quando há crianças em casa, o sentimento de bagunça e de inadequação espacial são maiores. Mas a pergunta que fica, segundo Kron (1983), é: por que o dia a dia das pessoas e a forma de viverem seu espaço é tido como bagunça? Qual a vergonha em mostrar uma casa real? Nitidamente, neste momento, as máscaras usadas pelas pessoas em sociedade ficam claras.

Kron (1983) concorda com a afirmação de que a sala de estar deveria ser mais honesta e de que não há problema em deixar que as pessoas vejam o que se é, a simplicidade de cada um e que não deveria ser uma obrigação recolher objetos pessoais cotidianos de uma sala antes de receber visitas. É artificial e as pessoas deveriam ser mais “naturais”, segundo a autora.

Em meio a essa situação, outro cômodo vem se tornando o sonho de consumo da classe média que mora em apartamentos: a varanda, alvo da dissertação de Vespucci (2007), como extensão da sala de estar. Um espaço cada vez mais valorizado e chamado de “Varanda Gourmet”, uma mistura de sala e cozinha, para receber visitas.

Kron (1983) citou ainda o trabalho de Chapin (1935) que desenvolveu um método para diferenciar classe econômica de social, também chamada de status social por ele, com base em pontuações para objetos que as pessoas tinham em casa, principalmente em sua sala (critério que se verificou mais importante e suficiente para

a caracterização, segundo a autora, pelo papel que a sala de estar tem), uma vez que o critério renda não era mais suficiente para caracterizar uma sociedade onde a classe média surgira e diversificara os estilos de vida. O método Mazzon; Kamamura (2013), citado adiante, remete ao desenvolvido por Chapin (1935).

De acordo com Chapin³⁸ (1935) *apud* Kron (1983), as pessoas costumam ter ciúmes de sua posição social, do que representam na sociedade e se esforçam para manter o status conquistado. E a sala é um bom lugar para que isso ocorra.

A afirmação de Chapin (1935) corrobora com a investigação de gostos realizada pela TNS InterScience e apresentada por Salmeirão (2008), que identificou que a chamada classe B brasileira (média alta) estaria incomodada com a ascensão da classe C e teria dificuldade em compartilhar acessos a locais, produtos e serviços, como assentos de aviões lado a lado, por exemplo, e que produtos voltados para esse consumidor deveriam primar por diferenciação de classe.

Ainda de acordo com Kron (1983), já naquela época, no ano de 1983, só conferir os pertences para analisar os indivíduos e suas casas não seria suficiente pois cada vez mais as pessoas têm as mesmas coisas. Seria preciso cada vez mais compreender a mensagem que cada objeto passa.

Kron (1983) chegou a citar outra investigação que identificou grupos sociais distintos a partir da escolha da mobília das pessoas, se escolhiam uma mobília tradicional ou moderna para suas salas e uma outra, onde a classe social era identificada a partir dos cômodos existentes na casa, por exemplo: indivíduos de classe média precisariam ter uma casa com seis cômodos: sala de estar, jantar, cozinha e três quartos, além de um a dois banheiros. E em São Luís, qual seria o parâmetro? Quais os ambientes comuns às casas de classe média?

4.2.2. Os quartos

Os quartos, enquanto espaços domésticos de privacidade e intimidade, não existiam em séculos passados, como já comentado. Eles eram espaços de descanso.

³⁸ CHAPIN, S. F. Contemporary American Institutions: A Sociological Analysis. New York: Harper & Brothers, 1935, p. 373.

Isto quando existiam. Conforme Zabalbeascoa (2013), nas casas mais simples europeias, constantemente na hora de dormir as pessoas amontoavam-se próximo ao fogo na sala, único cômodo da casa, pois segundo a autora o calor era mais precioso do que a intimidade.

À medida que a noção de privado e intimidade foi se instalando, conforme já citado e sendo requerida na sociedade, os quartos vão sendo ressignificados como espaço de individualidade, necessários para a proteção da intimidade, segundo Zabalbeascoa (2013).

Para Zabalbeascoa (2013), essa intimidade chegou primeiro a seu mobiliário mais emblemático, a cama, antes artigo de luxo, também usado para socializar, devido ao conforto. Se nos séculos passados ela pouco existia ou era dividida com os demais integrantes da casa (e chegava a ter grandes dimensões), aos poucos foi passando a ser de uso individual, à exceção das camas dos casais.

A intimidade que o quarto vai ganhando requisitou mudanças arquitetônicas. Os quartos deixaram de ser interligados por portas e passaram a ser acessados por um corredor, dando mais privacidade a cada cômodo, como citado por Cabido (1994). Em São Luís, as alcovas também passaram a ser um problema que dificultava a intimidade.

Nas casas mais nobres onde cada morador tinha um quarto para si, o ambiente passou a guardar segredos e hábitos particulares, cujos mobiliários; baús com chaves, escrivaninhas com compartimentos secretos, conforme salientou Forty (2007), contribuíram para esse fim.

Entende-se, considerando Kron (1983) e Zabalbeascoa (2013), que à medida que os quartos foram ganhando status de espaços pessoais, passaram a ser considerados cômodos prediletos e de maior permanência nas casas, por representarem mundos particulares dentro de um lar coletivo. O bem-estar causado pela privacidade necessária na contemporaneidade associado a questões como menos espaços nos lares, acabou por contribuir que outras atividades fossem exercidas nos cômodos, como comer, brincar, trabalhar o que lhe resultou em novos usos.

Embora arquitetos vanguardistas como Le Corbuisier tenham ainda no século passado, na década de 50, proposto em seus projetos a volta do quarto como função única de descanso e intimidade, com mobiliários reduzidos a uma cama, conforme relatou Zabalbeascoa (2013) e que nos dias atuais essa intenção apareça em alguns projetos que tentam diminuir a função multiuso desse cômodo, na maioria dos lares ele ainda assim se apresenta.

À medida que o isolamento vai se tornando o maior luxo, de acordo com Zabalbeascoa (2013), os quartos diminuíram de tamanho para aumentarem em quantidade nos lares. Nas casas da classe média e baixa, onde os quartos são divididos entre os moradores, à medida que o individualismo se solidifica na sociedade contemporânea, ele torna-se um espaço de disputa territorial, cujo domínio coletivo dificulta o sentimento de intimidade necessário na atualidade. É comum que esses moradores, na maioria irmãos, reclamem por um espaço onde possam ficar em “paz”, sozinhos. A ausência do espaço para cultivo dessa individualidade ajuda a moldar indivíduos mais “coletivos”, conforme definiu Kron (1983).

Para Kron (1983) e assim parece ainda ser, o quarto é o que o morador acredita ser e simboliza a forma como ele se vê no mundo. Como algo que é seu e lhe representa. Segundo Cianciardi (2010):

“Os quartos são os lugares onde se sonha e onde a sexualidade pode ser expressa de forma mais livre – referem-se ao inconsciente, à subjetividade, ao corpo e aos prazeres. Sentar na cama de outra pessoa sem que haja proximidade suficiente para isso é uma indelicadeza, uma vez que o leito é um lugar de intimidade, que resguarda sonhos e segredos” (Cianciardi, 2010, pág 4).

Numa época de ambientes com multifunções, aquele onde o indivíduo passa mais tempo, diz muito sobre si. No universo escolhido por França (2001) em sua investigação, *meu quarto, meu mundo*, o quarto é o ambiente de maior permanência na casa e em segundo lugar, vem a cozinha. Os dois são os cômodos domésticos preferidos dos moradores entrevistados. O primeiro é o espaço de individualidade e o segundo o espaço de coletividade, denotando a importância da privacidade nos lares atuais.

É interessante perceber como o desejo por “paz” é associado a um quarto individual dentro de uma casa, quando se faz relação desse significado com o de Kron

(1983) que diz que o quarto é o que pensamos ser, pois entende-se que a busca por paz é o caminho para que o indivíduo se sinta bem, se instrumentalize para o dia a dia saudável, para a busca pela harmonia trazida pela ausência de sentimentos dicotomizantes e ambíguos.

Mas com base em Kron (1983), entende-se sobre os significados e simbologias que estar em paz, não significa, necessariamente se conhecer, se reconhecer, se enxergar de verdade com todas as próprias nuances, estar nu. Esta tarefa está associada a outro cômodo. O indivíduo pode se sentir e estar em paz justamente por ignorar situações cotidianas e sentimentos internos.

Tratando-se de quartos, é preciso lembrar, por fim, do quanto esse cômodo pode também ser símbolo de exclusão, quando destinado a empregados domésticos. É de conhecimento popular que no Brasil e em São Luís, geralmente eles ficam localizados nos fundos das casas e nos apartamentos, seu acesso se dá pela cozinha, o mais distante possível das áreas social e íntimas da casa. São geralmente cômodos muito pequenos e por vezes insalubres, com ventilação indireta.

Por ter “tão pouco valor” na sociedade, era comum em São Luís que construtoras burlassem a lei e não cumprissem os 5m² de área mínima e ventilação direta exigidos no código de obras municipal, os identificando como depósitos, para fins de aprovação de projeto na prefeitura. Entretanto, após comprados, acabam sendo usados para esse fim.

A figura 49 apresenta o lay out apresentado no site da Incorporadora do Península Way, um prédio de apartamentos, localizado na área mais nobre da cidade, a Península, com um cômodo na área de serviço chamado de depósito, mas que conta com cama e armário. E mais, possui área menor do que 5m², se calculada com as medidas apresentadas na planta, embora conste na imagem um valor de área de 5,30m².

Figura 49: Planta do Península Way



Fonte: <https://www.cyrela.com.br/imovel/peninsula-way-ponta-dareia-apartamento-ponta-dareia-sao-luis-ma>

Em Portugal, os brasileiros de alta classe que migram para o país levam consigo sua particular e escravocrata relação com quartos de empregadas. Gois (2018) afirma que brasileiros compraram um terço dos imóveis vendidos em Lisboa no ano de 2017 e noticia que construtoras portuguesas estão se adaptando a essa “necessidade” dos brasileiros fazendo adaptações nos projetos, incluindo áreas de serviço, quartos dos fundos e até tanque. Posteriormente, uma coluna em jornal português, relatou que estavam também sendo colocados elevadores de serviço nos prédios em razão da “demanda” brasileira.

Do mobiliário mais emblemático do quarto, a cama, pode-se dizer que há um movimento no Brasil, entre as classes de renda mais alta, de volta às raízes desse mobiliário: camas maiores, que propiciam mais conforto e também que filhos pequenos possam dormir junto com os pais, o que pode ser percebido com as vendas das camas *King size* e as feitas sob medida.

4.2.3. Os banheiros

Zabalbeascoa (2013) citou os banheiros para explicar como o significado de um cômodo gira em torno da cultura de seu povo. Ela deu o exemplo de que monges medievais eram muito mais limpos que os europeus do século XIX e de que o indígena latino americano era muito mais limpo do que os dois para explicar por que um banheiro nem sempre esteve ligado à condição de limpeza. Segundo a autora, ele já foi associado também à saúde, prazer e rituais de purificação.

Ainda segundo Zabalbeascoa (2013), o uso do banheiro só deixou de oscilar como modismo depois que a higiene recebeu a benção da ciência e médicos atestaram sua importância para a saúde. De acordo com a autora, a água encanada foi o elemento que fixou o banheiro a um lugar e ele passou a existir como espaço arquitetônico e a ganhar mais atenção. Antes, o espaço era móvel e definido pelo local onde eram colocadas a banheira, bacias e tinhas.

A partir de Kron (1983) e Zabalbeascoa (2013), entende-se que estes significados acabam influenciando a percepção das pessoas sobre esses espaços e moldando seus usos. Hábitos culturais diferentes entre as pessoas explica, por exemplo, porque pode parecer estranho para alguns que veem o banheiro como espaço sujo e de eliminação de dejetos pessoais, colocar uma máquina de lavar roupas nesse cômodo, enquanto outros que o veem como espaço de higienização e limpeza podem achar a solução bastante prática. Exatamente o mesmo exemplo poderia ser dado para a cozinha.

Os banheiros e as cozinhas foram vistos ao longo do tempo, ora como espaços de sujeira, ora como espaços de limpeza. Boueri (2004) e Zabalbeascoa (2013) chegaram a explicar como a fase higienista do período moderno trouxe novas formas de pensar a cozinha e o uso de novos materiais nesse espaço, para que o cômodo antes tido como sujo, passasse a ser um espaço de limpeza e higiene para preparo

adequado dos alimentos. Mas a dicotomia espaço sujo/espaço limpo continuou na mente das pessoas. Kron (1983) chega a citar países que os definem com um ou outro adjetivo, o que altera suas formas de uso e posição na casa.

É sabido que em alguns países há indivíduos e até mesmo redes hoteleiras que deixam copos nos banheiros, o que para algumas pessoas seria inconcebível e uma grande falta de higiene. Escovas de dentes descobertas também podem ser um pesadelo para quem vê o banheiro como um ambiente de proliferação de bactérias. Mas de acordo com a NSF International (2011), após investigação realizada em lares americanos, a cozinha apareceu como um ambiente muito mais sujo que o banheiro, o mais sujo da casa, inclusive, o que causou surpresa nos moradores, que haviam julgado o banheiro como o cômodo menos limpo.

Não é difícil também encontrar pessoas que veem o banheiro como um espaço de purificação, conforme citou Zabalbeascoa (2013). São indivíduos que passam várias horas dentro desse ambiente em banhos e momentos ditos relaxantes. Para aqueles que o associam ao prazer, tv, champanhes, vinhos, banheiras com luzes e jatos de hidromassagens, práticas sexuais, revistas e, mais recentemente celulares, são facilmente associados ao cômodo. Seria este último indivíduo mais propenso a uma personalidade hedonista?

Também vem sendo comum perceber a intimidade antes, destinada ao banheiro, extrapolar suas paredes, mas levando consigo seus elementos. Tem sido bastante comum a presença de banheiras com hidromassagens e ofurôs em varandas e quintais, com esses equipamentos ganhando ares de piscina, como se pode perceber em uma rápida busca na rede social de imagens, Instagram. Com base em Kron (1983) e Zabalbeascoa (2013), entende-se que é a autorização para que a diversão, o relaxamento, o desbunde e o hedonismo não sejam considerados profanos e sim parte social da vida.

Depois do aumento do pudor na sociedade, citado por Elias (1993), é sabido que o banheiro se tornou o espaço doméstico em que o ser humano tem maior contato com sua intimidade física. Tornar-se o espaço de maior intimidade psíquica, como compreendido a partir de Kron (1983), foi uma consequência. Ver como as pessoas usam esse espaço é interessante, diz muito sobre sua essência, seu eu verdadeiro.

O ato de sentar-se para eliminar seus dejetos pessoais, é para muitos um momento de relaxamento e reflexão e, entende-se, pois, de eliminação também dos seus dejetos emocionais. Talvez seja por isso que alguns indivíduos só consigam realizar essa atividade em sua própria casa, naquele ambiente conhecido e seguro. A mesma associação vale para o momento do banho: é a limpeza do corpo físico e emocional. O ambiente onde essas duas atividades são realizadas, claramente deve ter um significado importante para as pessoas.

Quando se estuda a evolução do comportamento do homem ocidental (sob bases antropológicas) é interessante perceber a origem desses múltiplos significados. Paralelamente à medida em que noções de público versus privado e sobre intimidade foram tomando conta da sociedade, esse ambiente que é hoje conhecido como banheiro (onde o indivíduo realiza suas atividades mais básicas de higiene), saiu do público para o privado, posteriormente entrou dentro dos lares e ainda, para o direito ao luxo dentro desses ambientes. Como disse Zabalbeascoa (2013), o banheiro passou de um cômodo escondido, de vergonha, para um reluzente. O luxo deixou de ser pecado e passou a ser um direito adquirido.

Para Zabalbeascoa (2013), no fim do século passado, na década de 80, o banheiro passou a ter a mesma importância das salas em uma casa, não pelo seu uso, mas pelo que passou a representar. Em uma época em que o individualismo e a busca por realizações pessoais começam a ser buscados através do consumismo desenfreado e pela representatividade pessoal no lar, o cômodo passou a ser alvo da atenção de arquitetos e designers, de decorações e da moda.

No Brasil, projetos luxuosos estampam cada vez mais as revistas impressas e digitais, como pode ser verificado em uma rápida busca online e concursos de projetos de banheiros residenciais vem sendo realizados anualmente por empresas do setor da construção como a DECA e o seu DECA Prêmio, que em 2019 entrou na 24ª edição.

De acordo com o Censo de 2010, do IBGE (2010), o número de banheiros aumentou, havendo vários pela casa, inclusive para crianças, fruto dessa força dada também ao individualismo infantil. O espaço também é dado à criança, junto com seu direito à intimidade que é também um direito a si mesma.

Acredita-se, entretanto, com base em Kron (1983), que o ter que explicar os porquês às crianças de hoje em dia, o que demonstra como sua opinião e sentimentos são respeitados, faz crescer um sentimento de poder e egoísmo que leva ao desbunde, também infantil. Os banheiros hedonistas também chegam às crianças, com brinquedos, banheiras e decoração própria, nas classes mais abastadas.

Em São Luís, banheiros individuais e que reforçam a noção de intimidade já chegaram aos lares mais abastados, como é possível perceber nos anúncios e plantas de projeto locais. Como exemplo, tem-se o edifício “Quarto centenário”, que na suíte principal possui dois banheiros, um para cada membro do casal, demonstrando o individualismo extremo a que a classe alta já está habituada.

Assim, com base no que foi exposto, a elevação da importância do banheiro dentro do espaço doméstico, sendo este um cômodo onde o indivíduo entra em contato com o seu corpo nu e, metaforicamente, com o seu eu desnudo é então compreendida.

Portanto, chega ser natural a afirmação de Kron (1983), que diz que o banheiro é realmente o que o indivíduo é e simboliza seu eu verdadeiro. Segundo Cianciardi (2010), ele é o local do desnudamento, onde são tiradas não só as roupas, mas as máscaras que as pessoas vestem, ficando, por isso, exposto, mais vulnerável e em contato com seu verdadeiro eu.

Logo, entende-se também que compreender como os banheiros são vistos pelos moradores na São Luís atual e o valor que é dado a esse cômodo, pode ser um indício do quão contemporaneizada está essa sociedade, se os valores do individualismo, da privacidade e da necessidade do contato com o eu verdadeiro já permeiam o cidadão ludovicense do século XXI. Para tanto é importante observar sua localização na casa, quantidade, tamanho, número de usuários, uso, tempo de uso e elementos usados na decoração.

Como dito antes, o encontro com o verdadeiro Eu, geralmente não é uma tarefa realizada comumente nos quartos. Pode ser por essa razão, por exemplo, que algumas mães exaustas e que se sentem sufocadas pela constante atenção que precisam dar a crianças pequenas, se trancam no banheiro (atitude amplamente divulgada atualmente pelas mídias sociais através de depoimentos) em busca de

“paz”. De acordo com o relato das mães, elas podem dar a desculpa de estar em um espaço que não pode ser dividido com as crianças, pois ela está em um momento em que precisa ficar sozinha, fazendo suas necessidades básicas.

Mas sabe-se que a mãe não precisaria estar sozinha no banheiro e mais, a mulher poderia buscar por “paz”, pela solidão, trancando-se em outro cômodo, como a cozinha, sobre a alegação de que o fogo é perigoso para as crianças, ou no quarto, sob a alegação de que precisaria se vestir.

Então, acredita-se, com base em Kron (1983), que verdadeiramente, quando essas mães se trancam no banheiro, a busca não é por paz, mas por um momento em que possam voltar a ser quem eram antes de sentirem sua existência sufocada pelo tempo que o papel da maternidade consome. Por um momento a sós para serem quem eram. O sentimento de paz, nesse caso, só é alcançado através da solidão de um momento particular, em contato com sua essência.

Além de se esconder para se encontrar, por ser o cômodo cujas características de uso permitem se passar um tempo a sós, o banheiro também costuma ser utilizado por muitas pessoas, o que é de conhecimento popular, como local de catarse, para chorar e trazer à superfície sentimentos velados.

Outro hábito interessante a ser observado e analisado que envolve o banheiro é a mudança do local de embelezamento feminino dentro do lar ocidental. Até meados do meio do século XX as penteadeiras eram presença constante nos quartos, como observado a partir de Forty (2007). Era o espaço onde a mulher cuidava de sua beleza, sentava e punha-se a maquiar o rosto e pentear os cabelos.

De acordo com Zabalbeascoa (2013), com a evolução dos banheiros, as pias logo ganharam bancadas com armários e gavetas diversas e espelhos sobrepostos. Com a crescente valorização desse cômodo, as penteadeiras começaram a sumir dos quartos e o momento de embelezamento feminino passou a ser exercido no banheiro, ganhando também mais privacidade. Concomitantemente, o cuidado com a aparência passou a ser também considerado higiênico e uma obrigação na sociedade contemporânea, a fim de evitar uma estética “desleixada” e antiprofissional para as mulheres sendo, inclusive, exigido em alguns ambientes de trabalho.

Mas atualmente percebe-se um efeito contrário. Penteadeiras estão sendo relançadas e utilizadas como elemento de moda na decoração de quartos e podem ser encontradas em grandes lojas de departamentos brasileiras como a Etna, Tok & Stok e a europeia IKEA e o ato de embelezar-se volta então aos poucos, ao cômodo do pensar ser, o quarto.

A individualidade dos tempos atuais trouxe também uma nova configuração: quartos com dois banheiros, um para cada membro do casal.

Tendo anteriormente abordado a importância também dos outros sentidos para além da visão, no simbolismo das casas é oportuno citar também como os cheiros artificiais vem ganhando espaço nos banheiros das casas. Bandejas com perfumadores e velas e flores estão em alta na decoração desse cômodo e são muito utilizadas. Uma rápida procura em um site de busca na internet mostra diversos modelos, como pode ser visto na figura 50. Mas por que perfumar banheiros? Parece ser uma vontade de perfumar e dar leveza à alma.

Figura 50: Perfumadores de banheiro



Fonte: https://www.google.com/search?q=bandeja+de+banheiro&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjW6eWHi9DiAhUhrIkKHa1bBulQ_AUIESgC&biw=1366&bih=625

De tal modo que, se, de acordo com Kron (1983), a sala é o que o indivíduo quer aparentar ser e o quarto é o que ele pensa que é, o banheiro é o cômodo que demonstra o que ele é de verdade. São ambientes que embora possam ser usados coletivamente, demonstram a personalidade e as muitas personas (assunto a ser abordado mais à frente) dos indivíduos em separado.

Para fins projetuais e de avaliação pós ocupação, é interessante quando se percorre os espaços domésticos dos usuários tendo consciência do simbolismo de cada cômodo e o que ele representa.

4.2.4. As cozinhas

Outro ambiente que mudou de lugar e significado na casa ao longo dos séculos, segundo Zabalbeascoa (2013), foi a cozinha. Na São Luís tropical, que nunca precisou esquentar os ambientes, o fogo dentro dos lares nunca foi uma necessidade física e como relatado, as cozinhas apareceram primeiro do lado de fora das casas para só depois entrarem nos lares.

De início ficaram localizadas aos fundos, nas áreas de serviço, sendo usadas pelos escravos e posteriormente, empregados. Apenas a dona da casa acessava constantemente o cômodo para dar ordens, como já explicado.

Na São Luís colonial, a cozinha tinha diversos significados. A partir de Freyre (1993), Lemos (1996), Novais (1997) e Lacroix (2012), compreende-se que ela era um local de privilégio para as escravas da casa (quando comparadas as condições de trabalho e o tratamento dado aos demais escravos) e era um cômodo de intimidade e poder para a dona de casa, pois era um lugar onde ela podia exercer algum domínio, dentro da estrutura patriarcal da época, definindo as atividades e dando ordens.

Entretanto, em ambas as situações, era um ambiente que representava a exclusão feminina na época, seu aspecto secundário na sociedade e nas tomadas de decisão. A cozinha, como pôde ser percebido a partir de Freyre (1993), Lemos (1996), Novais (1997) e Lacroix (2012), durante muito tempo, foi o símbolo doméstico da exclusão e subjugação feminina na sociedade.

É preciso lembrar que não é o ato de cozinhar que é ligado ao feminino e por isto se mostrou uma tarefa para as mulheres dentro do lar. Houve de fato uma cultura de exclusão onde as mulheres foram relegadas às tarefas consideradas menos importantes dentro da família. Tanto é que durante muito tempo o mundo dos chefs de cozinha era sabidamente masculino. Ainda hoje, é muito raro uma mulher alcançar altos postos nessa carreira. No guia Michelin de 2018, apenas 5% dos restaurantes condecorados tinham chefs mulheres.

Percebe-se ainda que o cômodo também era um local de criação de sentimentos, ora positivos, como o afeto, quando as cozinheiras escravas eram tidas como companhias de conversa e desabafo, por vezes cúmplices, ora negativos, como a opressão, quando a tirania feminina se apresentava nas donas de casa, conforme citou Lacroix (2012).

Nas casas menos abastadas, sem escravos, a cozinha continuava sendo um ambiente de domínio feminino, o espaço de maior permanência da dona de casa dentro do lar. Era também o espaço reflexivo, onde a intimidade permitia à mulher divagar sobre as questões que permeavam sua vida à época, enquanto trabalhava, conforme Lacroix (2012).

Com a abolição da escravatura e posteriormente a entrada da mulher no mercado de trabalho, observa-se pelos relatos históricos dos autores citados que a cozinha continua sendo um espaço símbolo da exclusão feminina, tanto para as empregadas quanto para as mulheres donas de casa que assumiam as tarefas domésticas enquanto o homem trabalhava fora.

Mas se no período colonial essa cozinha era um ambiente somente frequentado pela dona de casa e onde ela se mostrava verdadeiramente, aos poucos esse ambiente vai sendo tomado pelos demais moradores. Com a regularização do trabalho doméstico, a classe média brasileira, antes servida por empregados, passa a ter dificuldades para arcar com este custo e os trabalhos domésticos vão sendo cada vez mais divididos entre os integrantes da família, embora atualmente a maior carga de trabalho dentro do lar ainda seja feminina.

No momento que a cozinha passa a ser frequentada e utilizada por outros moradores, ela parece passar a ser espaço de encontro e união, reforçados à medida em que a sala de jantar e a copa vão se fundindo ao ambiente. Os visitantes mais íntimos começam também a ter acesso a esse espaço que não por acaso, cada vez mais sai dos fundos da casa e se aproxima dos ambientes sociais e de visita. Cianciardi (2010) comenta que atualmente a cozinha funciona como o útero da casa e assim como esse, gera afeto, o ato de nutrir e é onde podem acontecer profundas transformações.

Com a socialização desse espaço, tornou-se comum no Brasil e em São Luís, haver mais de uma cozinha dentro das casas mais abastadas. Uma usada pelos empregados e outra para os donos da casa. Por vezes há uma terceira cozinha na área de lazer, por comodidade e uma quarta em pavimentos superiores para refeições rápidas.

Entender quem mais usa a cozinha dentro dos lares de São Luís, seu posicionamento dentro da casa e a presença ou não de copa no seu interior são importantes chaves de análise sobre a posição da mulher na sociedade local. A quantidade de cozinhas existentes na casa e seus usos também pode ajudar a compreender as relações culturais de poder dentro desse espaço doméstico.

4.2.5. As lavanderias

Parece ser, do ponto de vista funcional, muito mais prático que este cômodo ficasse próximo dos quartos do que da cozinha na casa, afinal, muito mais peças de roupa a serem lavadas são provenientes dos quartos e banheiros do que as poucas toalhas de louça e panos de chão de cozinha. Mas observa-se que a época escravocrata brasileira também se faz perceber até os dias de hoje nesse cômodo.

Durante muito tempo a tarefa de lavar roupas era das escravas ou lavadeiras profissionais que iam aos rios realizar sua tarefa, conforme Lacroix (2012) e Meireles (2015). Com o advento da água encanada e com o uso de tanques nas casas este trabalho pôde passar a ser exercido em casa. Os tanques eram posicionados nas áreas de serviço onde também estavam as cozinhas. Com a tendência de setorização do espaço doméstico em social, íntimo e serviço e com o advento da máquina de lavar roupa, a lavanderia consolidou seu posto na zona de serviço, muito próxima da cozinha. Nos apartamentos ela é quase uma continuação desta. Essa posição foi incentivada pela cozinha de Frankfurt, citada por Boueri (2004), que visava diminuir o tempo gasto pelas mulheres entre as tarefas domésticas.

Entretanto, em países como os Estados Unidos e Canadá, com a divisão de tarefas e o fato de que não é mais uma única pessoa na casa a realizar todo o serviço, cada vez mais as pessoas começam a ressignificar este espaço e reposicioná-lo nas casas, colocando-os mais próximos dos quartos, principalmente quando estes estão em pavimentos diferentes do restante da casa, o que pode ser observado em

programas de tv de decoração desses países como o canadense *Property brothers*, exibido por emissoras de tv a cabo brasileiras como “Irmãos à obra”.

O significado simbólico deste cômodo que o prende junto à cozinha, bem como a herança projetual da cozinha de Frankfurt ainda tem muito peso nas construções em São Luís e em boa parte do Brasil, principalmente em apartamentos. Por isso a lavanderia é um espaço que sempre apresenta problemas funcionais. Costumam ser construídas com áreas muito pequenas e sem espaço para curadouros, área para estender as roupas lavadas, ainda que haja uma evidente necessidade.

Em São Luís, máquina de secar roupas é uma exceção nos lares, o que será comentado mais à frente, nos resultados da investigação de campo. A maioria das famílias, até mesmo de classe alta secam as roupas em varais. Nos apartamentos de classe média, menores, a varanda dos apartamentos acaba sendo utilizada para esse fim.

Entretanto, a funcionalidade deste cômodo, parece ser, aos poucos e de maneira ainda muito tímida, mais considerada em relação ao seu significado simbólico. Alguns projetos começam a arranjar a distribuição dos ambientes de modo que a lavanderia esteja conectada com a varanda da sala, em uma clara tentativa de dar multiuso a esse espaço e aumentar a área útil da lavanderia.

Em São Luís, no edifício Erasmo Neves, localizado em área nobre da cidade, uma situação curiosa foi testemunhada pela investigadora: à época de sua construção em meados de 2004, uma das compradoras, uma senhora já idosa, optou por ampliar a lavanderia eliminando um dos quatro quartos do apartamento. A compradora disse que “não adiantava ter tantos quartos, se ela não tinha onde estender suas roupas”. A idosa iria morar sozinha no apartamento e para além do quarto que precisaria para si, os demais estariam, de fato, sobrando.

À época, sua atitude foi tomada como “loucura” pelos profissionais que trabalhavam na construção do prédio pois eliminar um quarto diminuiria o valor do apartamento, além de “gastar área” com a zona de serviço. Chegaram até a calcular o valor do quarto, considerando sua metragem quadrada para tentar remover a futura moradora de sua ideia.

Talvez o fato de morar anteriormente em uma casa, a sua idade, que lhe permitiu viver muito tempo em um lar com outra configuração de uso e o apego a padrões de comportamento e hábitos, típico dos idosos a fizeram perceber melhor que os profissionais envolvidos na obra, suas reais necessidades espaciais.

A lavanderia, apesar de pouco expressiva em projetos, guarda hábitos profundamente enraizados na cultura brasileira. Até mesmo quando muda de país, o brasileiro sente falta desse cômodo e tenta fazer adaptações, acrescentando tanques ou a própria área de serviço, conforme já relatado sobre as alterações de plantas em prédios de Lisboa.

4.2.6. Os jardins

Segundo Zabalbeascoa (2013), os jardins são “o lugar de encontro entre o homem, a natureza e a arte” (pág. 128) e já tiveram diversas funções em uma casa:

“E, embora pareça provado que os primeiros jardins eram hortas, houve jardins espirituais para fomentar a contemplação, decorativos para a expressão ou a ostentação; jardins de prazer para a arte e obviamente, funcionais, como as próprias hortas ou os jardins de plantas medicinais” (ZABALBEASCOA, 2013, p. 128).

Também no Brasil e em São Luís, nas casas mais abastadas, embora boa parte dos primeiros jardins domésticos tenham tido a função de horta, como explicou Zabalbeascoa (2013), logo ganharam a função contemplativa e de refúgio em meio à necessidade de intimidade e passaram a ser utilizados também para que seus donos expressarem seus gostos e ostentassem suas posses.

Para Zabalbeascoa (2013), muitas pessoas associam o cuidar de um jardim ao cuidar do espírito. Isto dá a esse ambiente da casa um significado de conexão com o divino, uma vez que o indivíduo entra em contato com uma sabedoria natural e superior, a “mãe natureza”, como chamam algumas religiões.

Com a chegada dos apartamentos e do morar em altura, essa conexão com a natureza foi cortada e a ausência de verde nos lares passou a representar uma sociedade que caminhava para um viver com elementos mais artificiais e buscava praticidade e soluções instantâneas, o que se conclui com base em Tramontano (1998). Por quê ter o trabalho de plantar frutas e legumes em uma horta, se eles

podem ser comprados em um supermercado? Pressa, efemeridade, superficialidade e liquidez foram termos utilizados por Bauman (2001) para explicar os tempos atuais. A liquidez contemporânea acabou também por levar artificialidade e superficialidade aos sentimentos e relações.

Parece que em algum momento a humanidade percebeu que precisava desacelerar e a busca por uma vida com mais significados e contato com a espiritualidade passou a fazer sentido para muitas pessoas que passaram a se interessar novamente pelo contato com a natureza. As varandas dos apartamentos vêm sendo invadidas por jardins, o que se compreende como a tentativa de reconexão do indivíduo de simbolizar a valorização do contato com a natureza.

4.3. A Imaterialidade dos espaços de morar em resumo.

Há várias formas de nomear o espaço onde os indivíduos moram, habitam e estes passam por considerar, para além de seu valor material, também seu significado e simbolismo, ou seja, seu imaterial, sendo “lar”, a definição entendida como a mais completa, que abrange ambas existências.

Dentro desta casa, seus cômodos possuem símbolos e significados que são explicados por uma junção entre o que são e o que foram e o porquê dessas existências, sob aspectos sociais, culturais e históricos.

Estas casas se transformam a depender da etapa de vida de seus moradores e há, portanto, três tipos de casa: a experimental, a status e a verdadeira.

Seus cômodos possuem significados e símbolos diferentes, que denunciam e refletem não só seus moradores, mas a sociedade à qual fazem parte, sendo as salas, os quartos, os banheiros, as cozinhas, as lavanderias e os jardins, foram os ambientes analisados nesse capítulo.

As salas demonstram a necessidade de reconhecimento social do indivíduo e são decoradas em razão do que seus moradores querem fazer parecer ser perante a sociedade. Já os quartos, são montados considerando o que o indivíduo pensa ser. São ambientes onde a individualidade é exercida nas classes médias. Em contrapartida, os banheiros são os ambientes que realmente representam o indivíduo e são cada vez mais espaços de individualidade entre os mais ricos.

Já as cozinhas têm um papel social no que tange à sociedade e à formação e manutenção do lar. Representa o coletivo e seu uso diz o quanto uma família pode ser lida como coletiva. É o ambiente que representa a união e explicita também a igualdade de direitos e deveres entre os moradores.

As lavanderias denunciam heranças escravocratas, enquanto os jardins e sua valorização podem demonstram a temporalidade dos seus donos.

Desta feita, após a compreensão dos significados e símbolos atuais da casa, o capítulo seguinte apresenta as formas técnicas de avaliação desse espaço doméstico, tanto nos aspectos materiais como os imateriais.

CAPÍTULO 5

**Psicologia ambiental e Avaliação Pós
Ocupação: Estudos Pessoa –
Ambiente e análises espaciais**

Privacidade

Territorialidade

Métodos de avaliação em estudos
pessoa- ambiente.

Análises espaciais

5. PSICOLOGIA AMBIENTAL E AVALIAÇÃO PÓS OCUPAÇÃO: ESTUDOS PESSOA – AMBIENTE E ANÁLISES ESPACIAIS.

Diversos estudos têm abordado as materialidades e imaterialidades de um lar. Materialidades principalmente. Tanto que instrumentos de medida para isto são fáceis e já amplamente utilizados. Mas como medir a imaterialidade? Com que ferramentas? Quais parâmetros?

A psicologia ambiental é a área da psicologia que estuda como o indivíduo interage com o ambiente, estando só ou em grupo e como ele é afetado por esse ambiente. Gunther; Rozestraten (1993) traçaram uma cronologia dos estudos em psicologia ambiental nos Estados Unidos, desde quando ainda não eram conhecidos por esse nome, no início do século passado, citando também alguns estudos na Europa. Para os autores, a área de estudo é relativamente nova e tem se solidificado nos últimos 50 anos. Moser (2016), que também faz um breve histórico da área, afirma que suas primeiras publicações consagradas foram anglo saxônicas, na década de 70 do século passado.

Os trabalhos nessa área já foram categorizados como Psicologia Ambiental, Psicologia Arquitetônica, Psicologia arquitetural, Psicologia da habitação, Percepção ambiental, Sociologia do espaço, Arquitetura ambiental entre outros.

De acordo com Elali (1997), o termo percepção e seu entendimento são fundamentais nesse tipo de estudo, uma vez que muitos são desenvolvidos com base no uso das edificações pelos seus moradores. Logo compreender como eles percebem esse ambiente construído é muito importante.

Mas Gunther (2003), após décadas de discussão sobre a questão das investigações que envolvem a psicologia ambiental e considerando sua multidisciplinaridade, sugere o termo Estudos Pessoa- Ambiente, como uma forma de englobar todas as áreas que lidam com o tema.

No Brasil, as Avaliações Pós Ocupação- APO estão sendo muito utilizadas, principalmente após a implantação do programa federal Minha Casa Minha Vida, como instrumento metodológico para avaliar a qualidade das moradias construídas e avançar na qualidade dos projetos. De acordo com Silva; Quispe (2008), APO é “um

processo sistematizado de avaliar o desempenho dos edifícios, após o início de sua utilização” (p.4).

Ornstein (2017) explica que a APO é uma área de conhecimento cujas bases conceituais e metodológicas são baseadas na Psicologia Ambiental³⁹, ou seja, muitos dos métodos utilizados em APO provem desta área de conhecimento. A autora ainda esclarece em Ornstein (1992) que a APO avalia globalmente o edifício, pois combina a avaliação técnica e a opinião do usuário. Segundo a autora, este modelo de avaliação foi desenvolvido em 1947, nos Estados Unidos pelos psicólogos Roger Barker e Herbert Wright e teve outros expoentes posteriores como o antropólogo Edward hall e os arquitetos Kevin Lynch e Christopher Alexander.

Ornstein (2017) cita também o Dr. Wolfgang F.E. Preiser, arquiteto com formação em psicologia ambiental, como investigador importante da área e complementa que, no Brasil, as investigações em APO começaram a ser desenvolvidas a partir da década de 80. Nesta tese, os trabalhos desenvolvidos sobre APO serão também considerados estudos pessoa- ambiente, como sugerido por Gunther (2003).

Gunther (2003), chegou a explicar que, em geral, em uma relação figura/fundo considerando o enfoque, nas análises de ciências sociais como psicologia, sociologia e antropologia, a figura seria o indivíduo e seu comportamento e experiência e o fundo o espaço, enquanto em ergonomia, design, arquitetura, paisagismo e urbanismo dá-se o inverso. Mas que a existência da relação recíproca entre ambos é o comum a todas as investigações. Gunther (2003) cita o estudo de Muchow, traduzido por Mey; Gunther (2015), citado anteriormente, como importante pois conseguiu analisar tanto o indivíduo quanto o espaço.

Nos estudos pessoa- ambiente, alguns pontos são fundamentais, pois com base neles vai se dar toda a relação estudada, seja com foco nas reações do indivíduo, seja com foco na qualidade e adequação dos espaços.

Para os estudos Pessoa Ambiente com foco no comportamento e experiência das pessoas, Gunther (2003) fala da importância da mobilidade dos indivíduos e a

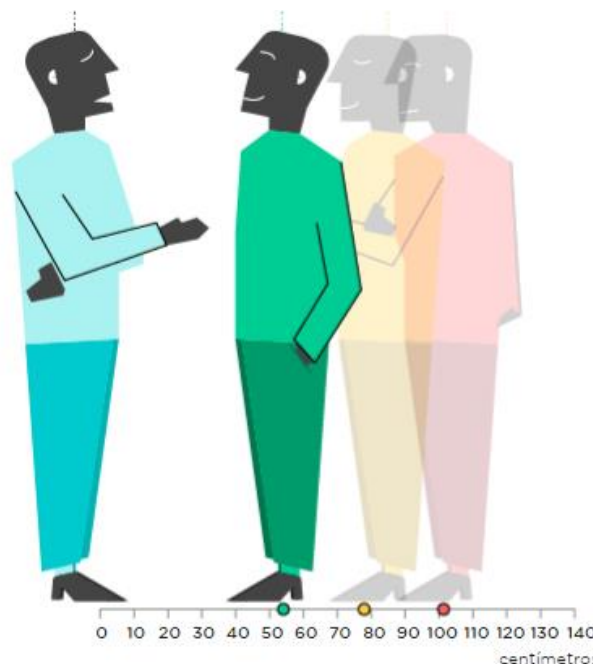
³⁹ Área da psicologia que estuda o comportamento do ser humano e sua relação com o meio onde ele está inserido.

associa ao espaço pessoal, à territorialidade, à privacidade e à densidade (densidade física)/ apinhamento (uma densidade social, que pode fazer uma pessoa se sentir sufocada mesmo em um ambiente vazio), tidos como fundamentais nesses estudos.

Para Sommer (1973) o espaço pessoal é uma área ao redor do corpo de uma pessoa onde estranhos não podem ter acesso e cujos limites são invisíveis. De acordo com o autor, esse espaço íntimo não é necessariamente um círculo em volta do indivíduo e nem tem a mesma dimensão em todas as direções. As medidas laterais podem ser menores, pois para o autor, a proximidade lateral é melhor aceita pelo ser humano do que a frontal. Embora não haja uma medida certa para esse espaço pessoal, de acordo com o autor, é certo que ele varia de pessoa para pessoa e ainda de cultura para cultura.

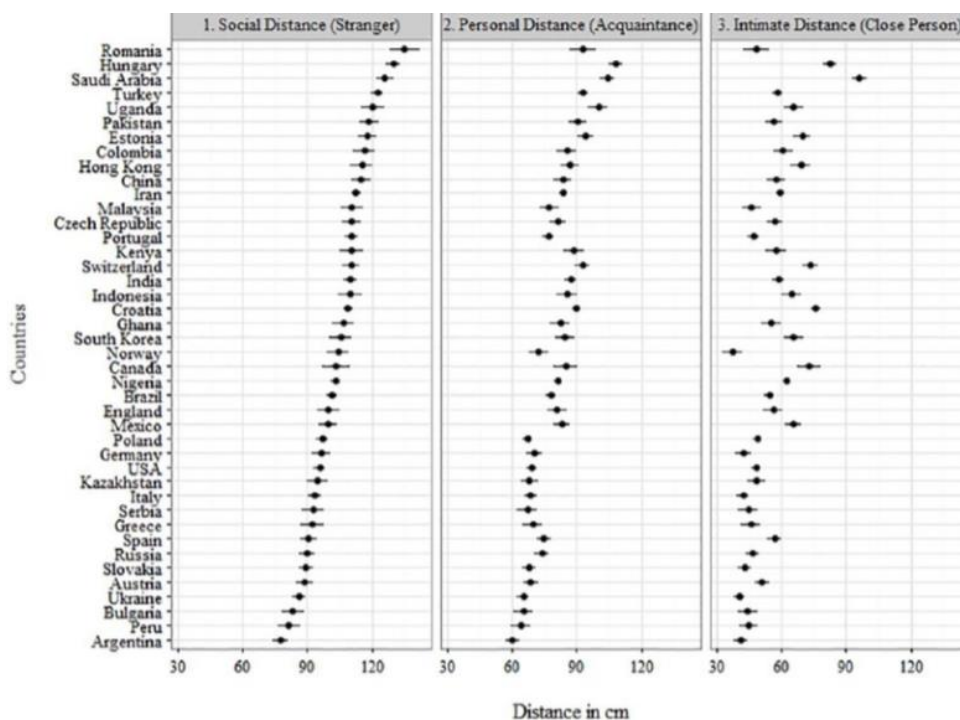
Sorokowska *et al* (2017) desenvolveram uma investigação que mediu o espaço íntimo, pessoal e social em diversos países. Ao contrário do que se imaginava, o Brasil não é um país tão “caloroso”. A figura 51 apresenta as medidas encontradas para o Brasil e representam a distância que os brasileiros, em média, consideram confortável ao conversar com alguém próximo (verde), conhecido (amarelo) e estranho (vermelho) e a figura 52 apresenta a média nos países estudados.

Figura 51: Distâncias confortáveis em uma conversa no Brasil



Fonte: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/05/08/Qual-%C3%A9-o-%E2%80%98espaço-pessoal%E2%80%99-no-Brasil-e-em-outros-países>

Figura 52: Distâncias confortáveis em uma conversa ao redor do mundo



Fonte: Sorokowska *et al* (2017).

A importância destes espaços e o quanto o indivíduo se sente invadido quando uma segunda pessoa ultrapassa seus limites pode ser exemplificada em diversas situações do dia a dia. Em uma conversa mais agitada, simplesmente chegar mais próximo da outra pessoa pode ser entendido como um chamamento para a briga corporal. Em outra situação, uma pessoa sentada em uma sala de espera pode se sentir extremamente incomodada caso outro alguém escolha sentar-se na cadeira imediatamente ao seu lado, existindo outros assentos vagos.

Sommer (1973) faz menção sobre a diferença entre espaço pessoal e distância individual, sendo a distância individual, aquela em relação a outro indivíduo em uma determinada circunstância. Segundo o autor, quando ela está dentro do espaço pessoal do indivíduo, pode gerar desconforto. A pessoa irá sentir que o seu espaço foi invadido.

Para Sommer (2002) os espaços pessoais, aqueles que as pessoas consideram como o seu espaço, está diminuindo.

Gunther (2003) apresenta os conceitos citados de autores consagrados sobre as outras questões:

“Gifford (1997) apresenta uma definição abrangente de territorialidade como “conjunto de comportamentos e atitudes por parte de um indivíduo ou grupo, baseados em controle percebido, tentado ou real sobre um espaço físico definível, objeto ou idéia, que pode implicar em ocupação habitual, defesa, personalização e demarcação” (p. 120). Altman (1975) define privacidade como “controle seletivo do acesso a si mesmo ou a seu grupo” (p.18). Densidade, finalmente, trata do número de indivíduos por unidade de espaço, portanto uma medida objetiva, enquanto apinhamento refere-se a um estado psicológico que inclui estresse e a motivação de sair de uma situação percebida subjetivamente como densa (Bell et al., 2001, p. 320)” (Gunther, 2003, p. 277).

Tuan (1983) [1977] também fala de apinhamento. Para o autor, realizar atividades conflitantes em um mesmo espaço gera a sensação de apinhamento. Como exemplo, tem-se os moradores que podem sentir sua casa apertada caso seus ambientes sejam integrados e eles necessitem de mais intimidade ou privacidade, ainda que a integração de ambientes propicie uma possível amplitude. Será também mais difícil se livrar de uma bagunça ou de sua sensação. Ela estará na casa toda. Não há portas para serem fechadas.

Gunther (2003) fala também da importância de se considerar a “Affordance” dos ambientes, que seriam as demandas e/ ou instigações que os ambientes provocam nos seus usuários. Para o autor, a relação mobilidade- affordance é o elo que define os estudos pessoa- ambiente.

Moser (2016) explica que há quatro níveis de análise socio espaciais: micro, meso, macro e global, sendo o nível 1, do microambiente, aquele que estuda o espaço privativo da casa. Para o autor, ter claro em que escala se dará a investigação é importante pois o domínio, controle, apropriação e sentimento de pertença do indivíduo muda em cada nível. O quadro 6 demonstra esses níveis.

Quadro 6: Níveis de análises socio espaciais

NÍVEIS	AMBIENTE FÍSICO	AMBIENTE SOCIAL
Nível 1 microambiente	Espaço privativo Alojamento, espaço de trabalho	Nível individual e familiar
Nível 2 Meso ambiente (ambiente próximo)	Espaços compartilhados: espaços semi-públicos, habitat coletivo, bairro, lugar de trabalho, parques, espaços verdes	Nível interindividual e das coletividades de proximidade
Nível 3 macroambiente (ambientes públicos)	Ambientes coletivos públicos: cidades, aldeias, campo, paisagem	Indivíduo / coletividade; comunidade; habitantes; agregados de indivíduos
Nível 4 ambiente global	Ambiente na sua totalidade: Ambiente construído e natural; Recursos naturais	Nível societal Sociedade, população

Fonte: Moser (2016)

Já para Savi; Dischinger; Hespanhol (2015) os pontos fundamentais na relação do indivíduo com o espaço doméstico onde ele vive são o sentido de liberdade e a posse e esses elementos se materializam através de duas regras de uso: a privacidade e territorialidade. A essas regras pode-se acrescentar mais duas regras de uso, que podem ser entendidas também como o desenrolar da territorialidade: a necessidade de definição dos domínios dentro de uma casa ocupada por vários indivíduos e da sua personalização por parte dos moradores.

5.1. Privacidade

É válido lembrar, como já citado, que a privacidade doméstica nem sempre foi uma realidade. Ela é moderna e no Brasil só começou a ser valorizada no século XIX. Portanto, assim como as demais regras de uso, ela é uma consequência cultural, intimamente ligada ao tempo, que é um fator de análise da arquitetura, do ser e do morar.

De acordo com Kron (1983), é por meio do entendimento de privacidade que se compreende o sentido de lar e da decoração. A autora cita Altman⁴⁰ (1976) para quem o primeiro passo para se compreender o significado de privacidade é não pensar no termo como o querer ficar só e sim como ter o direito de determinar a que parte de si os outros terão acesso, já que poder controlar e regular essa privacidade é fundamental para a formação da auto identidade.

Kron (1983) também cita os banheiros e áreas comuns residenciais para explicar o conceito de privacidade aplicado ao uso dos espaços domésticos, pois os banheiros representam o verdadeiro eu do indivíduo e as áreas comuns o obrigam a abrir mão da privacidade.

Este entendimento sobre privacidade é importante para compreender a dificuldade que as pessoas têm, por exemplo, em dividir banheiros. Uma pessoa adulta mais facilmente divide uma cama com um desconhecido com quem passou a noite do que um banheiro, por exemplo. O banheiro é o auge da intimidade. Como já

⁴⁰ ALTMAN, I. Privacy: a Conceptual Analysis. In: Environment and Behavior. Volume 8, Número 1, Março, 1976, p. 7-29.

dito, ele é a revelação não só do corpo, mas da identidade do indivíduo. Abrir mão dessa privacidade é um nível de intimidade ao qual muitos não estão dispostos.

É também uma explicação do porquê de áreas comuns em condomínios residenciais de classe média e alta serem pouco utilizadas por seus moradores. De acordo com Silveira (2007), quanto mais alta a renda dos moradores, menos eles usam as áreas comuns do edifício, sendo estas áreas até reduzidas nos projetos. Nos prédios de luxo, as áreas de lazer estão dentro do próprio apartamento, que apresentam metragens maiores.

Em São Luís, o edifício Two Towers localizado na Península da Ponta da Areia, área mais nobre da cidade, possui duas torres interligadas. Cada apartamento ocupa um andar das duas torres. Em uma torre está o apartamento e na outra, sua área de lazer, que conta com piscina e academia particulares. A figura 53 mostra o edifício.

Figura 53: Planta do edifício Two Towers



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/240450067591172169>

Essa realidade retrata uma escolha da classe mais abastada em não partilhar seus momentos de lazer com desconhecidos e é consequência de uma ideia de privacidade que foi desenvolvida ao longo da vida, facilitada por espaços domésticos maiores, com mais ambientes e cômodos, que permitiram o desenvolvimento dessa privacidade.

Com base no que foi dito sobre privacidade e a partir de Silveira (2007), isto explica em parte, sem preconceitos, a ideia de que os ricos não gostam de se “misturar”, quando se discute o porquê de as áreas comuns dos seus prédios residenciais serem tão pouco utilizadas.

Em contrapartida, crianças que ainda não tiveram o senso de privacidade amplamente desenvolvido, como citou Caldeira (2000), aproveitam mais esses espaços, não se importando em dividi-lo, assim como pessoas de renda mais baixa e média cujas casas pequenas e limitadas, tendo muitas vezes que dividir banheiros, dificultam a prática da privacidade entre os moradores e os fazem crescer mais “unidos”.

Bachelard (1993) fala de privacidade quando busca explicar e embasar a necessidade de nos sentirmos “em casa” sendo esta casa, efetivamente um lar. Há a intenção da privacidade para que o eu verdadeiro possa despertar e o indivíduo possa se sentir em casa. Pereira (2012) chega a comentar que as casas tem duas partes, o seu centro, espaço mais público e sua periferia, cujos espaços são mais privados.

Conforme Kron (1983) o nível de privacidade necessário varia entre as pessoas e uma pessoa pode se sentir desconfortável se não tiver a privacidade que precisa, na vida e no lar. De acordo com a autora, pessoas mais introvertidas precisam de mais privacidade do que pessoas extrovertidas, pois são mais suscetíveis à excitação e são facilmente mais afetadas pelas interferências externas, ou seja, se incomodam com mais facilidade. Já pessoas extrovertidas, são o contrário, por isso gostam e precisam interagir mais.

Para Kron (1983), o acesso a que cada pessoa tem na vida de um indivíduo é diferente, assim como em sua casa. Alguns mecanismos de privacidade, são, inclusive para alertar os convidados sobre até onde eles devem entrar, em nossas

vidas e em nossas casas. A autora cita, por exemplo, cerimônias e costumes, como o costume de ligar antes, avisando de uma visita.

De acordo com Kron (1983) o indivíduo precisa de diversos graus de privacidade para se comunicar aos outros e com os outros. Desta forma, os ambientes de uma casa também apresentam esses graus. Alguns são ditos sociais, outros espaços íntimos, que só os donos da casa geralmente usam. Para a autora:

“...Um dos mecanismos de controle de privacidade mais eficazes é o território e a territorialidade, que envolvem a propriedade, o controle, a defesa e a marcação do espaço para que os outros saibam que “isso é meu”, a territorialidade atende às necessidades de privacidade de duas maneiras principais. Primeiro, permite-nos ser quem somos - criar nossas famílias, cuidar das necessidades biológicas, abandonar a interação com a comunidade, desenvolver-nos. E, segundo, quando modificamos nossos lares, os personalizamos, os marcamos com símbolos ou nós mesmos, estamos usando a territorialidade para afirmar nossa identidade individual, bem como nossa lealdade a um bairro, a um grupo étnico, a uma cultura gustativa ou a uma classe” (Kron, 1983, p. 29, tradução da autora⁴¹).

5.2. Territorialidade

De acordo com Hall (1990), territorialidade é entendido como o comportamento de um organismo quando ele reivindica uma área como sendo sua e a defende de outros de sua espécie. Para o autor, uma das funções mais importantes da territorialidade é que ela permite o espaçamento adequado a que cada grupo precisa. No caso do lar saudável, cada indivíduo. Ainda segundo Hall (1990) a territorialidade está associada a funções sociais, pessoais e ao status.

Citando outros autores que estudaram o comportamento animal e de americanos, Hall (1990) explica que para além do território geral demarcado, existem vários outros territórios, ao que o autor chamou de bolhas, que servem para marcar

⁴¹ “...one of the most effective privacy control mechanisms is territory and territoriality, which involves the ownership, control, defense, and marking of space to let others know “this is mine”...territoriality serves privacy needs in two major ways. First, it allows us to be who we are – to raise our families, take care of biological needs, withdraw from community interaction, develop ourselves. And, second, when we modify our homes, personalize them, mark them with symbols or our selves, we are using territoriality to assert our individual identity as well as our allegiance to a neighborhood, an ethnic group, a taste culture, or a class.”

os espaços entre os indivíduos. O autor encontrou quatro distancias usadas pelo homem para delimitar essas bolhas territoriais, que ele chamou de íntima, pessoal, social e pública, mas explica que os limites para cada uma dessas distancias e até mesmo sua classificação varia de grupo para grupo, como de país para país, por exemplo.

Sommer (2002) salienta que território é diferente de espaço pessoal, pois o território é um local fixo e demarcado, enquanto o espaço pessoal não, ele é móvel. Para o autor, enquanto o centro do espaço pessoal é o indivíduo, o centro do território é a casa. Sommer (2002) cita ainda como o uso do celular vem alterando os espaços pessoais, dando a entender que quando um indivíduo está ao telefone precisa de um espaço pessoal maior.

O ser humano, tem por natureza, a necessidade de marcar seu território. Identificar um espaço como seu para que ali possa criar seu canto no mundo. Apropriar-se de um espaço, demarcá-lo é definir seu território, de acordo com Tavares (2016). Segundo Teixeira (2018), a casa é o território físico e psíquico de seu morador. E assim a identidade do indivíduo vai sendo mostrada e construída.

Para alguns, a territorialidade está ligada à posse da terra. Neste caso, da casa. Para Kron (1983) se for preciso que a pessoa seja proprietária de uma casa para que possa fazer dessa casa um lar, então muitas pessoas estão psicologicamente desabrigadas nos Estados Unidos.

Entretanto, Hayward⁴² (1977) *apud* Kron (1983), em uma investigação com moradores americanos para verificar se o sentido de lar para as pessoas tinha a ver com a posse de um imóvel, conseguiu identificar nove significados, sobre o que seria um lar, dos quais apenas um estava associado aos aspectos físicos da casa. São eles:

- Um lugar onde as pessoas se importam, onde há amor e união e ao qual o indivíduo sente que pertence;
- É uma rede social, onde estão presentes os amigos, vizinhos, a comunidade e quem está ao redor, quem habita aquele mundo de relações;

⁴² HAYWARD, D.G. Housing Research and the Concept of Home. Housing Educators Journal. Vol. 4, N. 3, 1977. Pág 7-11. American Association of Housing Educators: Manhattan, EUA.

- É a identidade própria, as ideias e valores pessoais;
- Um espaço personalizado que reflita gostos pessoais;
- Um lugar de privacidade, refúgio, paz, descanso, seguro para fazer o que se quiser e ficar protegido;
- É a base para a atividade humana, onde o dia começa e termina;
- É um lugar familiar de permanência e estabilidade, onde há senso de continuidade;
- É o lugar físico, uma casa, um apartamento;
- É o lugar onde se passou a infância e onde estão as raízes do indivíduo.

Ou seja, Hayward (1977) *apud* Kron (1983) demonstra que para se sentir em um lar o indivíduo não precisa ter posse do espaço. Para Kron (1983) a posse é apenas a garantia de poder fazer o que quiser, de ser verdadeiro, naquele lugar, de estar no controle e protegido. De acordo com a autora, não importa quantas coisas, ou luxo possa ter a casa, o indivíduo precisa se sentir juridicamente o dono.

A territorialidade pode então ter aspectos materiais e imateriais, o que significa dizer que a casa pode ser dotada de função, mas também de símbolos e sensibilidades, ambos os aspectos sempre se transformando e se influenciando um ao outro, conforme Tavares (2016).

Ou seja, de acordo com Tavares (2016) a territorialidade é material quando diz respeito à posse do espaço e imaterial quando define uma “construção simbólica” de significados. Para a autora, enquanto o homem cria seu habitat imprimindo nele seu jeito, sua vivência, a casa também, de alguma forma é impressa no morador. É uma relação de troca onde o indivíduo cria seu mundo particular e é afetado pelo mundo que cria para viver.

Para Freitas (2012) as barreiras físicas ou simbólicas construídas em uma casa para demarcar o que é público e privado delimitam os territórios e domínios dos moradores e esses territórios são os espaços definidores e protetores de suas identidades.

Os espaços de morar são agentes definidores e influenciadores da identidade de seus habitantes. Para Elias (1993b), o que um adulto é, como ele sente e vive, depende dos estímulos que recebeu enquanto criança, do meio em que viveu. Freitas

(2012) descreve-os também como “um campo de ação coletiva de construção identitária” (p. 8).

Botton (2007) defende que a arquitetura afeta uma pessoa a ponto de ser responsável por melhorar ou estragar a vida de alguém e que sendo assim, a arquitetura dos espaços onde um indivíduo passa muito tempo, sua residência, é de fundamental importância. Bachelard (1993) busca explicar e embasar a necessidade de nos sentirmos “em casa” sendo esta casa, efetivamente um lar.

A partir de Kron (1983) e Bachelard (1993), entende-se que é também somente nesse espaço territorializado, definido como seu que o indivíduo pode verdadeiramente ser e se liberar de suas amarras sociais conscientes. É o oposto de, por exemplo, estar em uma casa de estranhos, onde é preciso comportar-se de acordo com ritos sociais. No espaço próprio dele, esses ritos sociais podem ser desconsiderados. É por isso que a territorialidade está intrinsicamente ligada à intimidade. Pois ela precisa desta para acontecer na sua totalidade.

Cianciardi (2010) defende que toda casa só passa a ser um lar quando passa por um “processo etológico⁴³ de domínio territorial”, onde o indivíduo vai personalizando o espaço. Para o autor é uma agressão impedir que alguém imprima sua marca no seu lar e, portanto, se comunique.

A partir de Cianciardi (2010) entende-se que, nos casos de coabitação, a necessidade de territorialidade definida pode ser percebida, por exemplo, quando o casal que não é dono da casa, compra um frigobar para colocar no quarto, na tentativa de criar uma casa dentro de outra casa, fazendo dali um universo particular.

Mas essa marca que o indivíduo sente necessidade de deixar ou expressar nos lares, é parte também do processo cultural a que o indivíduo está submetido, conforme Kron (1983). Por exemplo, ainda hoje percebe-se que a ausência da figura paterna no lar, ainda que recorrente, afeta socialmente a mulher e em algumas famílias, há uma evidente situação de poder sendo exercida à mesa durante as refeições, onde o provedor, homem ou mulher, tem seu lugar marcado.

⁴³ Sendo a etologia a ciência que estuda o comportamento do animal em seu habitat natural, com processo etológico, entende-se que o autor quis se referir a um comportamento inerente, natural do ser humano.

Para Kron (1983), além de usar nossas coisas para demarcar nosso território, para nossa segurança, também usamos para competir e um dos significados dessa competição é acumular e exibir o status que se tem.

5.2.1. Domínio

Para Cavalcante; Elias (2011) quando uma pessoa se apropria de um espaço, ou exerce domínio sobre ele, moldando-o às suas necessidades, ela ali se projeta e cria um prolongamento do seu eu. De acordo com as autoras, uma casa, quarto ou escritório são exemplos típicos desses espaços.

Segundo Cavalcante; Elias (2011) quando uma pessoa fecha um espaço em paredes e tetos, ela está se apropriando do espaço para se proteger e quando está decorando este espaço o faz para expressar sua subjetividade de maneira estética e funcional. Mas ambas as situações são estágios de apropriação de um lugar.

De acordo com Pol⁴⁴ (1996) *apud* Cavalcante; Elias (2011) há dois tipos de apropriação. A primeira se assemelha ao conceito de territorialidade e é a apropriação por ação/transformação, que consiste em demarcação do espaço propriamente dito, de maneira simples ou mais elaborada. Segundo as autoras, a diferença se dá porque o processo de territorialidade não considera as mudanças pelas quais o indivíduo passa e dá pouca atenção para a análise transcultural e a temporalidade presente na apropriação, que vai acontecendo aos poucos, passando pelo processo da mudança, ajuste e identificação com o lugar.

Já no segundo caso, Cavalcante; Elias (2011) explicam que a apropriação se dá por identificação simbólica e envolve vários processos afetivos, simbólicos e cognitivos, baseados em aspectos culturais que vão significar o espaço e torná-lo reconhecível para o indivíduo, família ou um grupo. A personalização de uma casa, é, segundo as autoras, um exemplo deste tipo de apropriação que se assemelha aos conceitos de apego ao lugar, abordado por Elali; Medeiros (2011) e identidade de lugar, explicado por Mourão; Cavalcante (2011).

⁴⁴ POL, E. A apropiación del espacio. In: INIGUEZ, L.; POL, E. Cognición, representación y apropiación del espacio. Barcelona: Universitat de Barcelona, p. 45-62.

A apropriação no lar está ligada ao sentimento de controle, necessária ao indivíduo, conforme explicado por Moser (2016), para quem o controle em microambientes, como o espaço doméstico, é amplo e partilhado apenas com familiares, o que é fundamental para a relação de proximidade que o indivíduo tem com sua casa, uma vez que, segundo Moser (2016), quanto menor o controle, menor o interesse como acontece em níveis de ambientes públicos e globais.

De acordo com Moser (2016), a apropriação do indivíduo em seu lar tem muito a ver com a questão da centralidade, nos seus mais diversos tipos (funcional, topológica e afetiva). Para o autor, o processo de apropriação dos ambientes pelo morador reflete sua identidade pessoal:

“Assim, a experiência adquirida por cada um em matéria de ambiente, pelo processo de apropriação de certos espaços e de sua hierarquização em função da sua importância relativa para o indivíduo, faz que os diferentes ambientes de referência sejam também expressão da identidade pessoal. Trata-se não só de fenômenos de identificação com um lugar e, portanto, de investimento afetivo, às vezes até mesmo narcísico (Eleb-Vidal, 1982), mas também de fenômenos de rejeição e de não integração, sendo o espaço vivido como um meio onde a pessoa se sente estrangeira, onde não se pode fazer nada no próprio nome e ao qual, como sublinha Fischer (1981), se arrebatou um recanto familiar” (MOSER, 2016, p.69).

Essa colocação de Moser (2016) é interessante pois permite a identificação dos moradores em razão de suas preferências espaciais, considerando os significados de cada cômodo doméstico. Desta forma, ainda que indivíduos vivam em grupo, a privacidade se torna necessária entre os moradores de um mesmo lar. Cada ser precisa marcar seu espaço, definir seu território dentro daquele núcleo. É então que dentro da territorialidade de uma casa pode-se perceber os domínios predominantes nos ambientes. Os mais comuns são o domínio masculino, o feminino e o infantil.

Para Sarti (1994) a casa é o lugar onde os indivíduos podem melhor exercer o papel masculino e feminino que lhes é atribuído. Segundo Kron (1983), o gênero também é importante na decoração. Alguns ambientes, predominantemente, têm domínio feminino como salas de estar, jantar e quarto do casal e outros, masculino, como a sala de tv. Ao se observar os ambientes de uma casa, percebe-se que, tradicionalmente, a maioria dos ambientes tem domínio feminino.

Isto pode ser explicado em razão do papel que a mulher desempenhou ao longo dos séculos dentro do lar. A decoração da casa era responsabilidade da mulher, como explicado por Forty (2007). Inclusive, sua reputação estava relacionada com sua capacidade de decorar adequadamente um lar. Sua casa lhe representava. É dessa época ditados como “a boa mulher edifica o seu lar” e a maneira mais visual de mostrar o lar bem edificado era através de sua decoração.

Segundo Kron (1983), o homem ainda se sente desconfortável com relação à casa, como ambiente de sua pertença, ainda mais quando ele é casado com uma mulher, que costuma ter mais domínios internos. De acordo com a autora isto se dá por motivos culturais. A forma como cada um foi criado, com estímulos diferentes e para assumir papéis sociais distintos.

Entretanto, ainda segundo Kron (1983), já naquela época, novas fronteiras estavam surgindo, pois o homem estaria mais em contato com seu lado feminino e vice versa, de modo que estavam surgindo personalidades andrógenas, com instrumentalidade Masculina e Expressividade Feminina, o que seria bom para ambos, o que colocava em cheque o modelo de que a mulher é a responsável pela decoração e personalização do lar.

Outro tipo de domínio citado por Kron (1983) é o “seu e meu”. São microdomínios dentro de um mesmo cômodo, como o lado da cama de cada membro do casal ou a parte que cabe a cada um do guarda roupa. De acordo com a autora, isto costuma ser decidido pelo sol e pelo sexismo, no ocidente. O lado mais solar, ligado ao poder é masculino, e o mais escuro, “profano”, é feminino. De acordo com a autora, em uma cama, por exemplo, o homem tenderia a escolher o lado mais perto da janela do quarto.

Ainda, de acordo com Kron (1983), a presença de um banheiro, no quarto, poderia, por exemplo, fazer o homem escolher o lado da cama mais próximo deste. De modo que a escolha do homem é sempre pelo local mais privilegiado. Em quartos, o fator segurança, também poderia ser utilizado para a escolha acima, enfatizando o papel de protetor da figura masculina. Entretanto, percebe-se também, com base em Sarti (1994), que este lugar privilegiado também poderia ser escolhido pela mulher, caso ela fosse a figura com personalidade dominante.

De acordo com Kron (1983), assim como na relação familiar cada membro ocupa uma posição, na casa é preciso que cada indivíduo saiba qual é o seu espaço. Conforme a autora, quanto melhor esses espaços de cada um estiverem definidos e acordados, melhor será o convívio. Muitas famílias vivem em disputas que desgastam as relações em razão de falhas na definição dos domínios de uma casa. Indivíduos muito controladores tendem a oprimir espacialmente os demais.

Quanto ao domínio infantil, cabe uma observação sobre a mudança do patamar das crianças nos lares. Se antes elas eram relegadas a ambientes mais escondidos, hoje facilmente são encontradas como protagonistas, cujos espaços estão cada vez maiores dentro de uma casa. Observando-se casas com crianças, não raro, em apartamentos, podem ocupar mais quartos que o casal, tendo um quarto de brincar. A partir de Hall (1990), acredita-se que a criança, que tem um jeito mais instintivo de marcar seu domínio, o faz espalhando seus brinquedos pela casa.

Este protagonismo infantil dentro dos lares atualmente, pode estar refletindo o sentimento de culpa materno contemporâneo, pela sua entrada no mercado de trabalho e a sensação de pouco tempo para os filhos. Muitas vezes, é sabido que os pais aliviam esta culpa com mais brinquedos, atendimentos de vontades e mais espaço dentro do lar.

Tuan (1983) [1977] chega explicar como a criança passa de alguém completamente sem noção do externo, quando recém-nascido e aos poucos vai tomando consciência de si e do ambiente e das relações espaciais. É quando os processos de territorialidades se iniciam. Segundo o autor, a mãe é o primeiro lugar da criança, pois é sua referência de centro, alimento e apoio:

“A mãe pode bem ser o primeiro objeto duradouro e independente no mundo infantil de impressões fugazes. Mais tarde ela é reconhecida pela criança como o seu abrigo essencial e fonte segura de bem-estar físico e psicológico. Um homem sai de casa ou da cidade natal para explorar o mundo; a criança que engatinha sai de perto da mãe para explorar o mundo... à medida que a criança cresce, vai-se apegando a objetos, em lugar de se apegar a pessoas importantes, e finalmente a localidades” (Tuan, 1983 [1977], p.32).

Ainda de acordo com Tuan (1983) [1977] as crianças ocidentais são muito possessivas, mas não por afeição às coisas e pessoas, mas como uma maneira de auto afirmar-se. Comportamento similar é encontrado em adultos inseguros.

Assim, compreende-se que para entender a territorialidade de modo exato é preciso saber quem foi o responsável pela personalização da casa e se de alguma maneira os diversos indivíduos que ali habitam tiveram suas necessidades respeitadas. Só assim pode-se captar os arquétipos dos moradores em razão dos seus espaços territoriais de domínio. Muitas vezes a casa representa apenas seus chefes familiares e demonstra uma visão controladora e hierárquica de relação, onde as vontades e desejos dos indivíduos que são sustentados é suprimida.

5.2.2. Personalização

De acordo com Kron (1983), muitos estudos sobre a casa e sua personalização, estilos dos moradores e significados surgiram nos Estados Unidos na década de 80 do século passado. Era um fenômeno social americano. Havia um boom no país de decoração e era vendida a importância de as pessoas decorarem suas casas para que elas as representassem, representassem seu estilo, seu verdadeiro eu.

Mas Teixeira (2018) lembra que esse processo de decoração das casas começou muito antes, pois já no século XVIII, surgira o rococó, um estilo que tinha como foco a parte interna das casas. De acordo com a autora, o fato de naquela época o interior residencial ser privilegiado em relação ao exterior, demonstra o surgimento de uma nova era de valorização do mundo interno das pessoas e da família.

Cianciardi (2010) comenta que na decoração da casa está escrita uma parte da história da vida das pessoas e como hieróglifos (como são conhecidos os escritos antigos) podem ser desvendados. Para ele, a escolha de cada elemento na casa, da cor na parede a um mobiliário em um cômodo, fala sobre a personalidade dos moradores. Sua casa é o espaço existencial concretizado do homem.

Para Cianciardi (2010) se observarmos cuidadosamente um lar é possível compreender a personalidade e os hábitos dos seus moradores. Decorar uma casa, segundo o autor, é comunicar-se com o meio social em que se vive. Quanto à decoração das casas, Cianciardi (2010) diz que:

“O papel da decoração, porém, extravasa a promessa de beleza. Sua função é fazer com que os ambientes caibam de forma física, social e psíquica no cotidiano das pessoas, comunicando quem são ou quem pretendem aparentar ser. Também é uma forma de comunicar às pessoas onde

começam e terminam os limites de cada membro da família” (CIANCIARDI, 2010, p.3).

Para Kron (1983), a imagem que temos do mundo serve de guia para construirmos nosso espaço. E a construção desse espaço, ainda que material, sofre influências culturais quando o morador decide sua compartimentação (essa influência pode leva-lo a não se expressar verdadeiramente, apenas seguir a moda). De acordo com a autora, alguns espaços são sagrados, outros profanos, alguns considerados limpos, outros sujos e assim por diante, sendo que esses adjetivos são dados de forma variada a cada cômodo a depender da cultura dos moradores.

Segundo Kron (1983), a decoração, ou seja, a personalização do espaço é o símbolo do si mesmo. É o que demonstra a identidade do indivíduo. Pereira (2010) explica que o símbolo “é a representação estética de uma ideia oculta” (p.118) e que sua importância e necessidade está no fato de que ele expõe o que o indivíduo não consegue externar racional e convencionalmente. Para a autora, os símbolos são códigos que permitem acessar a essência espiritual das pessoas, é a forma como o self e a alma se comunicam, é sua linguagem.

De acordo com Kron (1983), as pessoas se sentem desorientadas se não estão rodeadas de coisas familiares. Para a autora, os espaços criados por moradores são suas extensões, expressão usada também por Hall (1990), e servem para que o próprio morador se identifique, se reconheça e se lembre de quem é. Suas posses são símbolos dele, que pode ser lido através delas. Para a autora, muitas vezes as posses definem o indivíduo e o mantém de pé, compreendendo, ainda que erroneamente, o seu eu. De acordo com Kron (1983):

“As mobílias de uma casa, o estilo de uma casa e sua paisagem fazem parte de um sistema - um sistema de símbolos. E cada item no sistema tem significado. Alguns objetos têm significados pessoais, alguns têm significados sociais que mudam com o tempo. As pessoas entendem isso instintivamente e desejam coisas, não por uma ganância irracional, mas porque as coisas são necessárias para se comunicar. Eles são o vocabulário de uma linguagem de sinais” (Kron, 1983, p.19, tradução da autora⁴⁵).

⁴⁵ “The furnishings of a home, the style of a house, and its landscape are all part of a system- a system of symbols. And every item in the system has meaning. Some objects have personal meanings, some have social meanings which change over time. People understand this instinctively and they desire

Desta forma, para além dos espaços, os próprios objetos utilizados para preenche-los também são ricos de significados. Conforme Kron (1983), as posses permitem que os indivíduos se sintam seguros e estáveis, como se estivessem no controle e os limites entre o objeto e seu dono acabam confusos. A posse induz a um controle tão grande dos objetos que eles passam a ser parte do indivíduo. Esta consideração da autora pode explicar por que as pessoas têm dado cada vez mais importância aos seus objetos individuais.

É propício lembrar que nas últimas décadas, houve um fomento do individualismo nas vidas humanas, como forma de otimizar tempo, facilitar a vida e prover “liberdade” aos indivíduos que agora almejam ter sua própria casa, carro, tv, telefone, etc, sendo todos estes elementos extensões do ser humano, conforme colocou Hall (1990). As pessoas estão ficando mais individualistas, sem conseguir dividir o que tem, ou seja, o que são.

Como se sabe, em várias situações, as casas são adaptadas para que estas extensões possam ser guardadas ou utilizadas. E acredita-se, com base em Kron (1983), que quanto mais elas ganham importância, quanto mais intimamente se ligam a seus donos, mais os espaços a que a elas são relacionados ganham importância na casa. É o caso também, por exemplos, dos quartos de dormir, cujas paredes das cabeceiras de cama tiveram que ser adaptadas com uma tomada para recarregar os celulares, ou das garagens que foram criadas para guardar os carros protegidos, dentro de casa.

Estas extensões parecem ter poder na decoração em cada época, assim como os estereótipos (conceito explicado à frente) humanos que estão na moda tem também, como por exemplo, o atual estereótipo de pessoa saudável, que ao ser buscado por indivíduos como algo que eles querem ser, os faz, às vezes, utilizar a varanda do apartamento para criar uma horta que vai representar a ideia de uma alimentação saudável. Outro estereótipo almejado o do atleta, pode fazer muitas

peessoas comprarem máquinas de ginástica e montarem em suas casas mini academias que quase nunca são usadas.

Nesta quase, segundo Kron (1983), obrigação de se decorar a casa de acordo com o que se é e o que se gosta verdadeiramente é muito fácil de acontecer uma derrapagem no mundo da decoração. Ao invés do indivíduo mostrar o que é, mostra o que quer ser, ou parecer ser. Com base em Kron,(1983), entende-se que esta é uma das razões de “espaços mortos” nas casas, que não são usados, em razão da cópia que se faz, construindo ou mantendo espaços que não permitem o acontecimento da cultura do morador. A outra razão seria a dificuldade em aceitar a não permanência da vida, o que faz pais manterem os quartos dos filhos decorados como se eles ainda vivessem ali, mesmo já tendo se mudado, por exemplo.

De acordo com Kron (1983) esta identidade representada com a decoração é um fluxo, está sempre mudando, junto com seu morador. E pode também representar, como já dito, não só quem se é, mas quem se foi ou quem se quer ser! Por isso, a sala de entrada da casa é como uma cabine, onde o morador se expõe, se exhibe. É o espaço que mostra o que o morador quer que os outros pensem que ele é.

Cianciardi (2010) também explica que essa personalização vai mudando com o tempo, pois a casa, como seus donos, passa por fases, como já dito. Para Cianciardi (2010) as reformas são um exemplo da necessidade não só espacial dos indivíduos, mas emocional e podem partir de uma necessidade interior de renovação, como uma tentativa de mudar a si mesmo, onde indivíduo começa mudando algo externo a si, ou serem impulsionadas por uma renovação interna, pois o indivíduo não se reconhece mais naquele espaço.

Tavares (2016) também concorda. Para a autora a casa está sempre em transformação. É um ser vivo. À medida que o indivíduo vai imprimindo sua identidade na casa, ela vai sendo transformada. Como naturalmente, ao longo da vida, passa-se por várias fases e etapas, a transformação da casa se dá também naturalmente.

Em *Terapia do apartamento*, Gillinghamryan (2007), explica como ajuda os seus clientes a transformar suas vidas, transformando seus espaços com base nos seus sentimentos e personalidades. O autor faz uma entrevista muito detalhada onde

tenta captar as aspirações dos moradores e desenvolve uma proposta de decoração que os auxilie em suas metas psicológicas.

Para Cianciardi (2010), casas que não mudam há muito tempo refletem que os moradores estão presos ao seu passado. Geralmente, à fase que consideram a melhor de suas vidas.

Ainda de acordo com Kron (1983), o boom da personalização das casas, surgido nos EUA como resultado do consumismo, da busca por status e identidade no mundo contemporâneo a faz identificar cada vez mais uma pessoa ou a família moradora do que um grupo ao qual eles pertencem. Entende-se então, que para tentar identificar um grupo, a partir de sua casa, vários exemplares devem ser analisados em busca de denominadores comuns.

Mas, embora a decoração residencial que busca representar o indivíduo e sua personalidade tenha ganhado prioridade, há situações em que a casa também pode representar um grupo, de acordo com Kron (1983). As pessoas podem decorar sua residência com base nos valores de um grupo ao qual tem orgulho de pertencer.

De acordo com Kron (1983) estudos mostraram que existem dois grupos de pessoas: as individualistas e as coletivas. As casas das pessoas coletivas, que são pessoas mais conservadoras e tradicionais tendem a representar mais facilmente o grupo ao qual pertencem e a casa das pessoas individualistas, tendem a representar elas mesmas. Ainda de acordo com a autora, o mundo vem se tornando um lugar com pessoas cada vez mais do grupo de individualistas. Quanto maior o centro urbano, mais individualista são seus indivíduos.

Kron (1983) explica que isso tem a ver com o quão as pessoas são estranhas umas às outras, sendo as pessoas coletivas, aquelas que vivem mais rodeadas por pessoas que conhecem, de uma mesma comunidade.

Em São Luís onde observa-se que essa busca pela personalização ainda não chegou ao extremo, acredita-se, com base em Kron (1983), que os grupos podem ser identificados mais facilmente, pois apesar de ter mais de um milhão de habitantes, a sua sociedade ainda possui hábitos, costumes e práticas conservadoras, tradicionais da era moderna.

5.3. Métodos de avaliação em Estudos Pessoa Ambiente

Sommer (1973) já salientava para a importância de se investigar um edifício depois de construído para avaliá-lo e cita o caso dos concursos de arquitetura que acontecem premiando projetos sem visitá-los, apenas por fotografias, em um claro indício de que o bom uso das edificações é pouco considerado perante a forma. Esta condição acontece até hoje.

Embora os estudos que tratam da materialidade da casa tenham ganhado um impulso no Brasil com as avaliações das construções do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, a imaterialidade do lar continua recebendo pouca atenção por parte dos arquitetos. Muitos estudos a esse respeito são elaborados por profissionais de outras áreas. Muito do que se pôde compreender sobre a imaterialidade da casa ludovicense e brasileira no passado, deu-se graças às investigações de historiadores, geógrafos, antropólogos e cientistas sociais.

De acordo com Azevedo (2002), esses estudos pessoa- ambiente são fundamentais para se perceber a imagem que um grupo faz de determinada edificação e para compreender seus padrões de comportamento:

“De acordo com Delrio; Oliveira (1996), obras como as de Kevin Lynch e as de Gordon Cullen- experiências pioneiras que incentivavam os estudos de percepção ambiental como base ao desenvolvimento de metodologias projetuais- foram significativas para a compreensão de como os atributos do meio ambiente podem influenciar o processo perceptivo da população, possibilitando o reconhecimento de qualidades ambientais e a formação de imagens compartilhadas por determinado grupo de indivíduos. Apesar das percepções serem subjetivas a cada indivíduo, admitem-se recorrências comuns... estes estudos tornam-se importante referência, lançando as bases para uma interdisciplinaridade- que ainda é um desafio para muitos pesquisadores, entre diferentes áreas de conhecimento, como a arquitetura e a psicologia... Com essa apreensão do espaço, este passa a ter significados e valores, que respondem às exigências sociais, determinando um certo padrão de comportamento” (AZEVEDO, 2002, p.87).

Ainda segundo Ornstein (2017), a relação entre arquitetura, antropologia e psicologia ambiental é cada vez mais estudada em Avaliações Pós Ocupação e dessas relações surgem perguntas cuja discussão, segundo a autora, é fundamental para uma melhor análise, como por exemplo, se a investigação deve focar no ambiente, no usuário ou em ambos.

Atualmente, estudos realizados pela psicologia também têm sido usados para compreensão e entendimento do tema. A multidisciplinaridade na área é evidente, conforme explicou Gunther (2003), mas a arquitetura precisa se empenhar mais a fim de melhor compreender e avaliar os espaços que produz. A interação entre essas disciplinas também é algo percebido e necessário nessa tese. Segundo Elali; Medeiros (2011) os estudos sobre a relação pessoa-ambiente são diversos e a área ainda não tem “uma base teórico metodológica consolidada” (p.59).

Para Elali (1997), embora as áreas que estudam a relação homem ambiente se complementem, não há uma troca significativa de informações e conhecimentos gerados entre as áreas, o que dificulta que uma interdisciplinaridade favoreça o avanço das investigações. Para a autora, a Psicologia ambiental é a ponte entre a psicologia tradicional e a arquitetura, que permite uma melhor compreensão da relação pessoa ambiente. A autora, assim como Moser (2005) lista outras áreas afins das ciências sociais que podem complementar a análise dessa relação.

De acordo com Moser (2005) esses estudos são multidisciplinares porque o próprio ambiente o é e ter várias disciplinas colaborando com o tema é enriquecedor. Ainda de acordo com o autor, muitas vezes investigadores de áreas diferentes tem diferentes pontos de partida para a análise.

Bernard (2005) explica que a compreensão da relação pessoa ambiente e das transformações às quais essa relação está sujeita, pelos mais variados motivos econômicos, culturais e sociais é fundamental para práticas de política habitacional sustentáveis, onde, embora as moradias devam durar muito tempo, todas as outras coisas se transformam ao longo dele; os grupos domésticos, os hábitos, as práticas profissionais, etc.

Para Bernard (2005) existem duas maneiras de fazer previsões, tão necessárias quando se trata de políticas públicas para habitação: a primeira é observar o que acontece na atualidade e verificar a probabilidade de os acontecimentos atuais continuarem, se modificarem ou desaparecerem. A segunda maneira é analisar o comportamento de grupos.

Segundo Bernard (2005), mesmo quando o grupo é pequeno, os resultados contribuem para a análise social. Neste caso, prossegue a autora, trabalha-se com a

hipótese de que esses pequenos grupos sejam modelos de comportamento que irão se difundir na sociedade, o que pode ser interessante caso seja observado no grupo estudado características que possam ser associadas às mudanças sociais previstas.

Entretanto, Bernard (2005) avisa que, quando se trata de “comportamentos que correspondem a mudanças de atitudes ou valores”, a hipótese pode apresentar fragilidades, pois a transmissão desse modelo de comportamento não é somente vertical, há horizontalidades que podem influenciar, dificultando a análise.

Bernard (2005) exemplifica que não dá, por exemplo, para projetar as mudanças de um país, com base nas mudanças ocorridas em outro país considerado precursor, pois processos desencadeatórios são naturalmente particulares e específicos de cada lugar e nem sempre se reproduzem da mesma maneira. Segundo a autora é preciso refinar os indicadores utilizados nas investigações e quanto mais detalhamento houver, mais especificidades surgem. Por isso a necessidade de analisar, por exemplo, dados estatísticos cruzando-os com outras referências, como as do tipo antropológica.

Para Bernard (2005) analisar as práticas atuais dos moradores é importante para conseguir desenvolver habitações que sirvam no futuro. Segundo a autora, embora o ser humano não viva mais como no passado, ele ainda mora em casas do passado e tende a usar estratégias para se adaptar, adaptar seu modo de vida atual às casas do passado. De acordo com a autora há três fatores que influenciam na forma de habitar de um indivíduo:

“Fatores com predominância psicológica, como a personalidade de um indivíduo ou a singularidade de um grupo familiar. As experiências residenciais vividas pelos sujeitos, os hábitos adquiridos na infância, a importância simbólica de certos objetos ou de certos comportamentos podem ser igualmente determinantes na maneira de ocupar o espaço;
Fatores ambientais que caracterizam o habitat e seu contexto: a situação geográfica, o tamanho da unidade urbana, o tipo de habitat, a distribuição do espaço da moradia permitem ou impedem certas atividades, brecam ou favorecem a satisfação das necessidades necessárias ao equilíbrio familiar ou pessoal;
Fatores demográficos e socioculturais que intervêm nas escolhas e nos comportamentos do morador por meio do sistema de normas ou de valores que caracterizam o grupo social ao qual ele pertence” (BERNARD, 2005, p.216).

Ainda segundo Bernard (2005), embora o morar seja uma junção dos três fatores, há metodologias específicas a serem utilizadas, a depender de qual fator for o interesse prioritário da investigação. Para estudar os fatores psicológicos, entrevistas e técnicas de observação direta, cujos resultados são qualitativos, são mais indicados. Já os estudos de caso são mais interessantes quando se pretende analisar os fatores ambientais e grandes investigações, com dados estatísticos como o censo, devem ser utilizadas em análises de fatores socioculturais. A autora ainda apresenta questões (muito similares às hipóteses desta presente tese) que podem ser iluminadas pelas grandes investigações:

- “1. Estaremos assistindo a uma homogeneização maciça das práticas domésticas ou, ao contrário, a despeito da melhoria geral do nível de vida e das condições da moradia, subsistem ainda diferenças sensíveis nas maneiras de habitar?
2. Se estas diferenças existem, quais são as variáveis sociológicas susceptíveis de explicá-las?” (BERNARD, 2005, p. 217)

Bernard (2005) apresenta também temas que são pertinentes a essas questões, como as mudanças sociais, as alterações nos grupos domésticos, os papéis masculinos e femininos na sociedade e dentro de casa, as consequentes alterações nas atividades domésticas, o ganho de autonomia entre os membros da família, inovações no ato de sociabilizar, domínio e direito da mulher sobre seu corpo, o que seria bem estar e conforto na habitação, todos abordados nessa investigação.

Segundo Moser (2016) a análise pessoa ambiente pode ser abordada a partir de três paradigmas: o da adaptação, o do ambiente como estrutura de oportunidades e o sociocultural. O autor explica as nuances, limitações e efeitos positivos e negativos de cada abordagem. De modo resumido, tem-se que no primeiro, o indivíduo tende a se adaptar ao meio, passando por momentos e situações de adormecimento, estímulo até a sobrecarga mental. São analisados os efeitos causados pelas condições ambientais no comportamento do indivíduo.

Uma forma de fazer uso dessa abordagem em arquitetura é submeter indivíduos a ambientes propícios a certos estímulos como ambientes decorados com graus diferentes de desordem ou de uso de cores. A reação dessas pessoas pode sugerir a tendência a um ou outro arquétipo pré-estabelecido.

Outra situação interessante pode ser analisar pessoas conhecidas e desconhecidas entre si e usar o conceito de densidade física e espacial dentro de um ambiente doméstico para avaliar as distancias pessoais, definidas por Sommer (2002), dentro de uma casa e as questões de privacidade e intimidade e os efeitos da coabitação.

Kron (1983) chegou a citar uma investigação onde usuários de um escritório foram submetidos a espaços de trabalho com níveis diferentes de sujeira e desordem para avaliar o quanto os ambientes influenciavam no seu bem-estar. Moser (2016) citou outra onde o barulho foi o elemento utilizado para hiperestimulação.

No segundo paradigma, as relações são observadas com base nas *Affordances* fornecidas pelos ambientes e o controle que o indivíduo tem sobre os espaços pode influenciar consideravelmente essa relação. Utilizar instrumentos de análise do controle dos moradores dentro do espaço doméstico pode ser uma ferramenta importante para compreensão de quão individualista é aquele grupo familiar.

Já no terceiro paradigma, as análises se dão através, por exemplo, dos *Behavior-settings* definido por Barker⁴⁶ (1968) *apud* Moser (2016), que são criados por razões socioculturais e pelas análises de representações sociais que são criadas pelos indivíduos, o que podemos ligar com as personas, definidas por Jung (2000), explicadas mais adiante.

Pinheiro (2011) explica o *Behavior Setting* como sendo o fato de que as pessoas se comportam de maneira diferente a depender do local e do tempo em que estão. Moser (2016) explica que a depender do que as pessoas sabem sobre o lugar, elas ajustam seu comportamento.

De certo, portanto, com base em Pinheiro (2011) e Moser (2016), que o comportamento desses indivíduos em casa é diferente do comportamento que tem na rua. Essa afirmação é reforçada pelo caráter simbólico da casa. Muitas vezes esse comportamento é programado por experiências anteriores e pode clarificar um padrão. O comportamento do indivíduo na rua não é o mesmo em sua casa, o que sugere a

⁴⁶ BARKER, R. G. Ecological psychology. Stanford: Stanford University Press, 1968.

importância da observação *in loco* em investigações que analisam os espaços domésticos.

Gunther (2003) afirma que as principais formas de analisar a relação Pessoa-Ambiente são: observar o comportamento humano natural no seu meio real (observação), observar o comportamento humano em situações criadas (experimento) e perguntar às pessoas sobre os que elas fazem e pensam (*survey*). Cada uma dessas opções tem seus prós e contras.

Freitas *et al* (2000), descrevem o *survey*, método quantitativo, que pode ser realizado por questionários ou entrevistas. De acordo com os autores, ele pode ser explanatório, exploratório e descritivo e quanto ao ponto no tempo em que os dados são coletados, longitudinal ou corte-transversal. Os autores falam também sobre como escolher a amostra, os tipos de amostra e como definir seu tamanho.

Gunther; Elali; Pinheiro (2008) falam dos métodos de análise dividindo-os em duas categorias: os centrados nas pessoas (onde são usados experimentos, observações, entrevista, questionário, auto relatos) e os centrados nos ambientes (que usam mapeamento cognitivo, walk-around-the-blok e/ou walk-throught, vestígios ambientais de comportamento, mapeamento comportamental). Moser (2016) explica que os métodos centrados nas pessoas, podem o ser por análise de grau de satisfação e no lugar, por comparação.

Elali (1997) enfatizou a importância da escolha do método utilizado na investigação e ainda do quanto a escolha de vários métodos pode ser muito positiva. A autora lista vários métodos para análise e os classifica em quatro tipos: observações, entrevistas, questionários e medições, assim como Ornstein (2017).

Estes instrumentos se complementam na busca por informações, sendo muitas das vezes usados em conjunto em uma mesma investigação. Elali (1997) citou a obtenção e análise de imagens, que podem ser associadas à observação e ao levantamento. Segundo Ornstein (2017), é preciso estabelecer quais os instrumentos são mais adequados à avaliação com base nos seus objetivos.

Rheigantz *et al* (2009) detalharam didaticamente os 8 instrumentos mais utilizados em APO (walkthrough, mapa comportamental, poema dos desejos,

mapeamento visual, mapa mental, seleção visual, entrevista e questionário), além de abordarem a matriz de descobertas e a observação incorporada.

O IPEA (2015) criou uma metodologia de APO para avaliar habitações da primeira fase do programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, que utilizou vários dos instrumentos citados por Ornstein (2017). O quadro 7 apresenta os instrumentos listados por Elali (1997) e Ornstein (2017) para a realização deste tipo de investigação.

Quadro 7: Instrumentos de APO

INSTRUMENTO	O QUE É
Entrevistas individuais com pessoas chave	Segundo Ornstein (2017), são entrevistas com roteiro curto, devem ter duração máxima de 30 minutos. De acordo com Elali (1997), as perguntas podem ser estruturadas, semiestruturadas ou livres e enquanto as estruturadas evitam a dispersão e economizam tempo, as demais fornecem grande riqueza qualitativa.
Entrevistas em grupo	De acordo com Ornstein (2017), também com duração máxima de 30 minutos, roteiro de perguntas prévio e voltado aos objetivos da avaliação. Deve ser realizado com grupos de até 7 participantes.
Grupos focais	Entrevista em grupo com a presença de um auxiliar ao entrevistador, que vai observar o grupo e fazer registros comportamentais.
Poema dos desejos	De acordo com a autora “tem caráter exploratório e lúdico”. O investigador dá um trecho de uma frase ao usuário para que ele complemente. Por exemplo: “a minha casa é...”. A resposta dá uma medida de suas expectativas e percepções.
Desenhos	Voltado para crianças ou adultos que ainda não sabem escrever. Os desenhos são usados para responder perguntas e o investigador deve perguntar seu significado, para ter certeza de que compreendeu a resposta.
Questionário tradicional	O mais utilizado, por ser de baixo custo e rápida aplicação. Elali (1997) e Ornstein (2017) recomendam um teste para verificar se os entrevistados irão compreender as perguntas e para estimar o tempo de aplicação, que não deve ultrapassar os 10 minutos, segundo Ornstein (2017) e para quem a quantidade a ser aplicada deve ser estatisticamente compatível com o tamanho do universo populacional.
Questionário associado a imagens ou figuras	Embora siga os mesmos procedimentos do anterior, “são mais lúdicos e curtos” pois estão associados a imagens”.
Checklist para “as Built”	“Roteiro para atualização dos ambientes, objeto da APO”. É o levantamento do ambiente ou edificação no seu estado atual.
Checklist para levantamento de patologias construtivas	“Trata-se de um roteiro para realização de verificação a olho nu de possíveis patologias” baseado na ABNT 15575.
Walkthrough pelo investigador	O investigador percorre a edificação e com base em um roteiro registra informações sobre o seu sistema construtivo e desempenho. De acordo com Rheingantz (2009), foi criado por Kevin Lynch
Walkthrough pelo investigador com pessoas -chaves	O investigador faz o percurso acompanhado de um especialista que possa conceder informações relevantes sobre a edificação, como por exemplo, o arquiteto que a projetou.
Walkthrough de vivência	O percurso é realizado junto com pessoas com deficiência. Pode também ser uma simulação, onde o investigador usa uma cadeira de rodas, por exemplo, para vivenciar a experiência da pessoa com deficiência.
Medições	Medições realizadas com equipamento, de acordo com normas existentes.
Mapas de fluxos	Desenho que representa os diversos fluxos dentro do ambiente ou edificação.
Mapas de vestígios	Consiste, segundo Ornstein (2017), em observar pessoas e espaços sistematicamente, com base nos dias e horários de uso. Seus vestígios deixados, como restos de alimentos são utilizados para identificar os percursos mais utilizados.
Mapas de comportamentos	É o registro da observação do comportamento do usuário, sistematicamente, por dias e horários específicos.
Quadro Síntese	Planilhas que resumem as informações da APO. Similar à ficha de levantamento padrão de Ramos (2003), dadas as devidas diferenças em razão do objetivo da APO.
Mapas de diagnósticos e recomendações	Como o nome já diz, é um mapa que sintetiza os diagnósticos e recomendações, após a realização da APO.

Fonte: Elali (1997); Ornstein (2017)

São ainda utilizados em APO e não citados por Ornstein (2017), os mapas mentais, utilizados por Azevedo (2002) e a análise de plantas, onde plantas arquitetônicas de diferentes edificações são analisadas e comparadas.

Os mapas mentais, de acordo com Elali (1997) e Azevedo (2002) são desenhos do ambiente ou edificação feitos pelos usuários, que assumem papel ativo, dos seus principais caminhos ou espaços que mais gostem. Mas Azevedo (2002) citou Delrio; Oliveira (1996) para explicar a possibilidade de mapas mentais indiretos onde, ao invés de desenhar, o usuário relata esses espaços, caso desenho seja um empecilho.

Silva; Quispe (2008) também citaram o mapeamento visual, a seleção visual e a matriz de descobertas. O mapeamento visual consiste em entregar plantas com layouts dos ambientes para os usuários e pedir que eles façam anotações sobre os pontos positivos e negativos desses espaços.

Mushow em Mey; Ghunter (2015) pediu que crianças identificassem de azul em mapas da cidade os lugares que mais conheciam, por onde costumavam brincar na cidade e vagar e de vermelho os lugares que “não conheciam tão bem”.

Sobre a importância do uso de vários métodos, Cavalcante; Maciel (2008) citam o triângulo metodológico “observar, escutar e interrogar” proposto por Whyte⁴⁷ (1978) *apud* Cavalcante; Maciel (2008) como base de classificação das técnicas. As autoras também explicam como usar a fotografia como ferramenta de análise, que podem ser tiradas pelo observador e/ou o participante, a depender dos objetivos da investigação.

Moser (2016) ressaltou a importância e necessidade da triangulação metodológica citada por diversos investigadores da área, para obter-se uma análise mais completa. A triangulação consiste em confrontar resultados obtidos com diferentes técnicas de coleta. Na prática isso significa quase sempre, segundo o autor, confrontar dados verbais, obtidos em entrevistas e questionários, com dados comportamentais, obtidos a partir da observação.

⁴⁷ WHYTE, A. V. T. La perception de l'environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain. Paris: Unesco, 1978.

Gunther; Elali; Pinheiro (2008) também abordaram a necessidade do uso de multimétodos nesse tipo de investigação, não só na coleta de dados, mas na análise dos dados coletados, integrando-os.

Azevedo (2002) utilizou em sua investigação o método walkthrough para verificar parâmetros técnicos, funcionais e comportamentais. A autora fez um roteiro para o seu checklist, o que é importante para garantir que todos os casos de estudo vão ser levantados igualmente e chamou de “Inventário ambiental da situação existente” a sua ficha resumo.

Ela também trabalhou com entrevistas, *wish poems* e mapas mentais. Segundo Azevedo (2002) os *wish poems* podem “fornecer subsídios para a construção do imaginário coletivo” e os mapas mentais podem identificar como o usuário vê o ambiente. Para a autora “as edificações possuem certas características simbólicas que conduzem à construção de uma forte imagem no observador, modificando atitudes e comportamentos”.

Mas também, como dito há estudos que analisam o usuário, ou seja, parte-se dele e a forma como ele interage e/ou responde ao espaço. Entretanto, há sempre os dois atores envolvidos: o ambiente e o usuário e a busca pelo entendimento da relação, dos significados e influências entre os dois. Para esta tese, encontrou-se bibliografias interessantes em ambos grupos de estudo.

Oliveira *et al* (2005) listou os instrumentos mais conhecidos e utilizados por psicólogos que trabalham com este tipo de análise: entrevistas, questionários, observação por observadores externos em ambiente natural e ambiente controlado, observação por meio de instrumentos (ex. gravação de discussão familiar), observação qualitativa durante entrevistas ou sessões terapêuticas, observação participante, registros de auto-observação do cliente, inventários de personalidade, escalas de classificação do comportamento, técnicas projetivas gráficas e testes psicológicos.

Para identificar arquétipos, George; Lyon (1998) elaboraram um questionário com vinte perguntas fechadas sobre desejos, gostos e comportamentos.

França (2001) analisou as relações no espaço doméstico em Brasília com base no seu uso, ocupação e organização espacial para verificar a ligação entre essas relações e a forma como os espaços eram ocupados. A autora analisou 27 casas e se utilizou de questionários e entrevistas com os moradores para analisar o uso e ocupação das residências. Para sua configuração, adotou a sintaxe espacial.

França (2001) escolheu trabalhar com casas unifamiliares, por entender que estas permitem uma melhor compreensão do uso dos espaços, uma vez que pode ser adaptada pelos moradores, enquanto apartamentos impõem padrões que não necessariamente condizem com suas vontades, permitindo uma limitada variação espacial.

Para Gunther (2008), ao se elaborar uma entrevista, as perguntas devem ser simples, para não confundir o entrevistado e breves e cita a necessidade de testar a entrevista. O autor apresenta dois outros pontos importantes: criar categorias para as respostas e codificá-las. De acordo com Gunther (2008), o perfil do entrevistador pode afetar o entrevistado, não só na sua vontade em participar da investigação, como nas respostas que serão dadas. Como não é possível eliminar essa influência, é preciso minimizá-la.

Gunther (2008) cita o caso de uma investigadora que estudava a situação de idosos e estava com dificuldade de conseguir entrevistados ao abordá-los pelo interfone de suas casas. A investigadora resolveu seu problema abordando-os em supermercados, um local menos íntimo, mas ao mesmo tempo propício para abordagens. A investigadora se apresentava, explicava sua investigação e solicitava uma entrevista em domicílio. A recepção foi muito positiva.

Esta saída parece ser bastante interessante em uma cidade como São Luís, cujos moradores, em razão da violência, aceitam cada vez menos abordagem de estranhos em suas casas. Supermercados, panificadoras, igrejas e praças locais, parece ser uma boa saída.

Gunther (2008) também frisa a importância da ética, explicando aos entrevistados o objetivo da investigação, garantindo seu anonimato e mantendo-o confortável. Neste caso, parece ser interessante, como uma atitude de respeito, não invadir o possível o espaço pessoal do entrevistado, para que ele não se sinta

inseguro, desconfiado, conforme relatou Gunther (2008), mas manter-se dentro do espaço próximo, para que ele se sinta confiante em falar de sua intimidade.

Sobre a postura do entrevistado, é importante perceber se há um padrão e se as respostas coincidem com esse padrão. Por exemplo, um entrevistado que aparenta impaciência, pode responder as perguntas de maneira curta e por vezes sem verdade, apenas para não parecer mal-educado.

Já sobre os questionários, que se caracterizam por perguntas fechadas, Gunther (2003b) afirma que deve-se partir da identificação população-alvo/ amostra. Quem será entrevistado? Que quantidade? Em seguida, identificar o conceito/item. Os conceitos estudados são determinados pelo objetivo da investigação. O que se quer investigar? Só assim as perguntas podem ser formuladas, tal qual nas entrevistas. Muitas considerações de Gunther (2003b) para questionários e de Gunther (2008) para entrevistas, são afins.

Importante comentar a afirmação de Gunther (2003b) de que é um erro começar os questionários com uma sessão de identificação, principalmente com perguntas de caráter socioeconômico, pois os entrevistados podem se sentir invadidos, com perguntas sobre a sua renda, por exemplo. Este grupo de perguntas deve ser o último, quando estritamente necessário.

Pinheiro *et al* (2008) citam a importância de um diário pessoal como técnica de coleta de dados. Ele pode ser aplicado em situações em que o investigador tem seu acesso ao ambiente estudado dificultado. Então o diário pode ser registrado pelo próprio usuário.

5.4. Análises espaciais

Para compreender o uso dos espaços ao longo do tempo e suas transformações, várias investigações vêm sendo desenvolvidas no país por grupos de estudos de habitação e hábitos de morar. Este tipo de análise se diferencia um pouco das APOs porque não busca especificamente estudar a qualidade das edificações, mas compreender seus processos de transformação. Além dos métodos e instrumentos citados anteriormente, análises espaciais morfológicas e sintáticas vem sendo utilizadas para esses estudos.

Nessas análises não só os moradores podem ser estudados, mas também as pessoas próximas ao seu convívio, como empregados. Villa (2008) fez entrevistas com funcionários dos condomínios que analisou (porteiros, síndicos e faxineiros) e considerou-os como pessoas “chaves” e conseguiu identificar o perfil dos moradores, suas principais características, as principais reformas realizadas nos apartamentos e seus usos.

Esse método pode ser muito interessante no auxílio à busca por informações, já que muitas vezes o acesso aos imóveis e aos moradores é dificultado por fatores como o receio frente à insegurança dos dias atuais, pois muitos moradores podem sentir desconfiança ao serem perguntados por um estranho sobre a rotina e funcionamento de sua casa.

Além das entrevistas, Villa (2008) também utilizou outros instrumentos já citados para estudos pessoa-ambiente e APO como questionários, análise de tarefas, grupo focal, poema de desejos e automonitoramento para analisar os edifícios. Sobre o automonitoramento, a autora explica ser um método da área de marketing, utilizado para avaliar a imagem atrelada ao uso dos apartamentos à venda e que traça o perfil dos consumidores. Em Jardim; Heromosilla; Oish (2004), os autores explicaram no que consiste o automonitoramento e como medi-lo. Explica ainda que o método mede um traço da personalidade, que pode ser associado ao comportamento de consumidor de um indivíduo.

Esta ferramenta pode se mostrar muito válida e interessante na análise se símbolos e significados dos espaços de morar. Apesar de muito se comentar e saber que as pessoas usam várias máscaras, a grande questão sempre foi como medi-las. Como saber até que ponto um indivíduo mora em uma casa que realmente o representa ou se ela é uma extensão de uma de suas personas. Saber o grau de automonitoramento de um indivíduo ou sociedade pode ajudar a compreender os significados e usos de cada cômodo pelos seus moradores.

Jardim; Heromosilla; Oish (2004) explicam como a teoria do automonitoramento foi desenvolvida por Snyder com base na natureza e conceito do EU e suas diversas faces. Citam também Freud e os três EUs de seus estudos: o ego, o superego e o id.

De acordo com Snyder⁴⁸ (1987) *apud* Jardim; Heromosilla; Oish (2004), o automonitoramento acontece quando o próprio indivíduo se observa, se monitora e a partir daí muda o seu comportamento para se encaixar em um ambiente social. Para Villa (2008), é a capacidade que o ser humano tem de se mostrar diferente para melhor ser aceito socialmente, podendo ser um AME ou AMB, alguém com capacidade de monitoramento elevado, ou baixo, respectivamente. Sendo as pessoas AME mais adaptáveis, ou que melhor e com mais facilidade vestem personas, considerando o conceito de Jung (2000), podendo mudar completamente de comportamento a depender da situação.

Já as pessoas AMB, segundo Jardim; Heromosilla; Oish (2004) são menos influenciadas por ambientes e pessoas e mantem seu padrão de comportamento. Pessoas consideradas líderes e também os materialistas, de acordo com os autores, são AME. Os materialistas, segundo os autores, com base em outras investigações, são pessoas mais ligadas ao status e às aparências.

Jardim; Heromosilla; Oish (2004) testaram o instrumento desenvolvido por Snyder, autor da teoria sobre automonitoramento, para medir seu grau. O autor elaborou várias perguntas, das quais 25 foram selecionadas por ele, através de método estatístico. O questionário foi testado e validado por Snyder ao ser realizado com pessoas reconhecidamente pertencentes de um grupo ou outro. As questões devem ser respondidas com verdadeiro ou falso.

Entretanto, ao testarem o instrumento no Brasil, tendo tido cuidado extremo na tradução do questionário, Jardim; Heromosilla; Oish (2004) concluíram que ele necessitaria de adaptações à realidade brasileira, uma vez que alguns termos utilizados, como “fingir”, poderiam inibir respostas sinceras, já que o brasileiro tem por hábito e necessidade agradar as pessoas. De acordo com os autores, alguns entrevistados chegaram a perguntar se as pessoas AME são “falsas”.

Contudo os autores explicam que não teriam como garantir que simplesmente alterar os termos do questionário ou adaptar as perguntas não alteraria sua eficiência. Mas de fato, ao ler o questionário, considerando a cultura de ser do brasileiro, percebe-se claramente que pode haver constrangimento por parte dos entrevistados

⁴⁸ SNYDER, M. Public appearances private realities. New York: W. H. Freeman and Company, 1987.

em responder verdadeiro para algumas perguntas. Ainda assim, alguns autores brasileiros têm usado o questionário de Snyder em sua tradução original, como Vieira; Ladeira (2016). O quadro 8 apresenta o questionário elaborado por Snyder e traduzido e aplicado no Brasil pela primeira vez por Jardim; Heromosilla; Oish (2004) e Vieira; Ladeira (2016).

Quadro 8: Técnica para medição de automonitoramento

	PERGUNTAS	PADRÃO
1.	Acho difícil imitar o comportamento de outras pessoas.	(F)
2.	Meu comportamento é normalmente uma expressão de meus próprios e verdadeiros sentimentos, atitudes e crenças.	(F)
3.	Em festas e reuniões sociais, eu não tento fazer ou dizer coisas de que os outros vão gostar.	(F)
4.	Eu só consigo defender ideias em que eu já acredite	(F)
5.	Eu consigo fazer discursos de improviso, mesmo sobre temas dos quais em quase não tenho informações.	(V)
6.	Eu acho que me exibo para impressionar ou entreter as pessoas.	(V)
7.	Quando não tenho certeza sobre como agir numa situação social, observo o comportamento dos demais para obter dicas.	(V)
8.	Eu provavelmente daria um bom ator.	(V)
9.	Eu raramente procuro o aconselhamento de meus amigos para escolher filmes, livros ou música.	(V)
10.	Eu por vezes dou aos demais a ideia de estar sentindo emoções mais fortes do que realmente estou.	(V)
11.	Eu rio mais quando assisto a uma comédia com outras pessoas do que quando estou sozinho.	(V)
12.	Em grupos de pessoas, eu raramente sou o centro das atenções.	(F)
13.	Em situações diferentes e com pessoas diferentes, eu frequentemente ajo como se eu fosse pessoas muito diferentes.	(V)
14.	Não sou particularmente bom em fazer com que as outras pessoas gostem de mim.	(V)
15.	Mesmo se não estiver me divertindo, eu frequentemente finjo estar.	(V)
16.	Eu nem sempre sou a pessoa que aparento ser.	(V)
17.	Eu não mudaria minhas opiniões (ou a minha forma de agir) para satisfazer outra pessoa ou conseguir favores.	(F)
18.	Eu já pensei em ser um profissional de entretenimento.	(V)
19.	Para me dar bem com as pessoas e fazer com que elas gostem de mim, eu costumo ser o que as pessoas esperam que eu seja mais do que qualquer outra coisa.	(V)
20.	Nunca fui bom em jogos como charadas ou atuação de improviso.	(F)
21.	Tenho dificuldades em alterar meu comportamento para me adequar a pessoas diferentes e situações diferentes.	(F)
22.	Em festas, deixo que os outros façam piadas e contêm casos.	(F)
23.	Sinto-me um pouco estranho com companhia e não me apresento tão bem quanto deveria.	(F)
24.	Eu consigo olhar nos olhos de qualquer pessoa e dizer uma mentira com a expressão impassível (se for pelo motivo certo).	(V)
25.	Eu consigo enganar as pessoas parecendo ser amigável quando, na realidade, eu não gosto delas.	(v)

Fonte: Reproduzido de Jardim; heromosilla; Oish (2004).

De acordo com Jardim; heromosilla; Oish (2004), as respostas mostradas são o padrão para uma pessoa 100% AME. A depender da mudança nas respostas uma pessoa vai se tornando mais AMB, até o 100% AMB caso todas as suas respostas sejam contrárias. Este seria de fato um teste interessante para sugerir o quanto as pessoas estão predispostas a vestir personas que influenciam diretamente em como montam seus espaços de morar. Entretanto, percebe-se ser importante, para não haver falsas respostas, que seja explicado aos respondentes que o sentido do questionário não é definir quão falsa pode ser uma pessoa e sim identificar habilidades.

Segundo Vieira; Ladeira (2016), a escala de Snyder apresenta três categorias: AMB para pontuação de 1 a 8, intermediário, se de 9 a 14 e AME, se acima de 15. Mas Vieira; Ladeira (2016) usaram uma escala própria, feita por mediana, de 1 a 11 para AMB e AME para pontuações igual ou acima de 12.

Já Queiroz (2008) analisou a espacialidade de apartamentos de São Paulo construídos entre 2000 e 2008, buscando relação com os modos de vida São Paulinos. O autor fez uma investigação via internet para compreender os grupos domésticos e o uso dos espaços. O autor usou uma amostra estratificada, considerando os dados do IBGE. Queiroz (2008) também analisou plantas e fez entrevistas com os moradores.

Outro autor, Vespucci (2017) analisou dimensões morfológicas e sintáticas em plantas de apartamento de Florianópolis ao longo de pouco mais de 50 anos. O autor verificou a área útil média das unidades, percentual das áreas médias de cada setor, existência e quantidade de ambientes, frequência dos cômodos, número de cômodos por unidade e por setor e percentual das áreas dos cômodos das unidades.

Ainda, Brandão (2003) fez um levantamento dos principais arranjos espaciais utilizados nos apartamentos do Brasil, construídos entre 1995 e 2000, com base em mais de 3000 plantas coletadas em quase todas as capitais. O autor identificou e classificou esses arranjos espaciais com base na classificação de Schneider (1998).

É perceptível que boa parte dos trabalhos brasileiros que tratam da análise espacial das residências, os fazem sobre apartamentos, por esta aparentar ser a

tipologia do “futuro” e que vem se tornando cada vez mais comum nas grandes cidades.

A classificação de Schneider (1998) utilizada por Brandão (2003) apresenta oito concepções de plantas de edifícios residenciais. Schneider (1998) explicou as vantagens de cada uma considerando o perfil do usuário.

A planta corredor é aquela que costuma possuir um corredor ao longo do qual os cômodos se distribuem, dispostos frente a frente. Já a planta caixa inserida possui um formato quadrado no centro, sendo esse quadrado com ou sem paredes. De acordo com Brandão (2003), esses apartamentos parecem maiores do que são de fato.

A planta com sala de estar central, tem a sala como centro e distribuidora da casa, ficando de passagem para os outros cômodos. Segundo Brandão (2003), é uma planta que favorece a comunicação, mas prejudica a intimidade. Caso um morador esteja recebendo visitas na sala e outro morador precise ir até a cozinha, terá que passar pelo ambiente social, o que lhe trará inconvenientes caso, por exemplo, esteja em trajes íntimos ou extremamente despojados.

Já a planta com separação das áreas funcionais é a casa bipartida citada por Tramontano (1998), onde as áreas sociais e de serviços são para o dia e os quartos, para a noite. De acordo com Brandão (2003), nesse tipo de planta, cada setor pode ter seu próprio corredor e é um tipo que privilegia a intimidade dos moradores.

A planta orgânica, outro tipo definido por Schneider (1998), obedece às circulações predominantes e por isso pode ter paredes curvas e quase não tem corredores. Para Brandão (2003), os fluxos resultam em ambientes cujas formas não são comuns, o que dificulta o uso de mobiliários de pronta entrega por conta das curvas, necessitando de móveis planejados, que são mais caros. De acordo com Schneider (1998), como essa tipologia é definida pelos usos, rapidamente pode ficar ultrapassada pois as pessoas mudam seus hábitos. O autor define esse tipo de planta como inflexível.

A planta fluida, segundo Brandão (2003), é uma variação da orgânica, mas possui menos obstáculos entre as zonas. Por ser mais aberta, parece maior. A planta

circuito, ainda segundo Brandão (2003), permite várias ligações entre os cômodos da casa, possibilitando vários caminhos para se acessar um mesmo cômodo. Por fim, a planta flexível é aquela que permite flexibilidade dos limites entre os cômodos, após sua construção, tendo apenas parte de suas paredes fixas.

Estudos sobre habitação contemporânea falam da importância de flexibilidade e adaptabilidade nos espaços domésticos, como uma forma de conseguir atender aos diversos grupos domésticos e suas necessidades. Como exemplo, em Lisboa, Neves (2013) buscou repensar o uso dos espaços de uma casa, tornando-os apropriáveis ao longo da vida dos moradores. A autora procurou o entendimento dos conceitos de adaptabilidade, flexibilidade, polivalência e indeterminação dos espaços no desenvolvimento de sua proposta.

Para Moreira (2017), adaptabilidade, flexibilidade e a versatilidade são fundamentais para que a casa se adapte às necessidades de morar contemporâneas.

Assim como outros autores, Maldonado; Fernandes (2017) chamam a atenção para a importância de se resgatar a flexibilidade da casa e a importância de todos os cômodos, retirando o protagonismo da sala.

A polivalência dos espaços domésticos também é defendida pelo arquiteto Sou Fujimoto, em seu conhecido projeto House NA (figura a seguir), de 2010, uma casa distribuída em 21 placas de piso de alturas diferentes, que tem usos múltiplos.

Figura 54: House NA



Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-47015/casa-na-sou-fujimoto-architects/47015_47025

Quanto à quantidade de quartos, Brandão (2003) encontrou que as tipologias mais comuns no Brasil naquela altura eram de apartamentos com 2 e 3 dormitórios, sendo 1 suíte. E que quartos de empregada costumavam aparecer nas plantas de 3 e 4 quartos e que a maioria dos apartamentos construídos possuem entre 70 e 100m².

Com relação à classificação de Schneider (1998), Brandão (2003) encontrou que a tripartição clara entre os setores social, íntimo e serviço é recorrente, muito forte e predominante nas plantas de apartamentos brasileiros, com hierarquia entre os dormitórios, tanto no tamanho quanto na posição na zona íntima. O quarto maior, geralmente destinado ao casal, fica no fim do setor íntimo.

Este dado de Brandão (2003) confirma o tradicionalismo brasileiro quanto às tipologias de plantas, ainda presas na planta burguesa europeia. Para o autor, a diversidade de tipologias no Brasil, se forem consideradas as 8 possibilidades identificadas por Schneider (1998) é restrita.

Corroborando com a hipótese de que o Brasil e também São Luís ainda estão acondicionados a tipologias tradicionais quando comparados a outros países que desde o século passado já estudavam outras formas de morar, é válido citar o caso do grupo Haro Architectes, lembrado por Tramontano (1993) e Silveira (2007), que desenvolveu estudos tipológicos em função do tipo de usuário, já na década de 80 do século passado, na França, apresentados no Programme d'Architecture Nouvelle-PAN. O escritório apresentou diferentes tipologias nomeadas de acordo com a marca social de cada indivíduo ao qual elas se destinavam, como por exemplo, a tipologia de uma liberdade, voltada para adolescentes e a tipologia da solidão, voltada para idosos.

Ainda de acordo com Tramontano (1993), propostas de unidades independentes com uma área central para coabitação também foram apresentadas. No PAN de 87. Tipologias como essa atenderiam hoje aos estudantes que imigram para outras cidades, estados e países.

Mas e sobre os cômodos? O que essas análises espaciais revelam? De acordo com França (2001), o quarto é o espaço que mais sofreu alterações nas últimas décadas do século XX e é também o símbolo das mudanças no modo de vida das pessoas.

Para França (2001), a existência de banheiros no quarto do casal, que começaram a ser construídos a partir da década de 70, e apenas nesse, demonstrava a diferenciação social em relação aos demais habitantes. Quando o modelo suíte passa a se estender aos outros quartos, em meados das décadas de 80 e 90, em cidades como São Paulo, nitidamente percebe-se também uma maior autonomia dos demais moradores e uma “não obediência” por parte das crianças. Em São Luís, essa realidade passou a ser praticada muito tempo depois.

O quarto, se mostrou, na investigação de França (2001) como um espaço onde são realizadas várias atividades. De acordo com a autora, houve uma pequena inversão em relação à idade média. Se antes as pessoas dormiam no mesmo lugar em que comiam, hoje elas comem no mesmo lugar que dormem.

França (2001) obteve ainda como resultado que a sala de estar é o lugar menos utilizado pelos integrantes da família. Entretanto, é o lugar onde mais se recebe visitantes. Logo, percebe-se que a sala de estar hoje, com o crescimento do uso dos quartos tem uma função de sala de visitas, como nos tempos coloniais e não de sala de estar. O breve momento em que essa função foi alterada, com o advento da tv na sala, parece ter caído novamente. De acordo com a autora, a casa hoje está dividida em espaços para a família, espaços para visitantes e os espaços de transição, usados por ambos.

De acordo com França (2001), hoje a multifuncionalidade dos cômodos não está mais relacionada com o tamanho das casas. A casa dos mais ricos, que é maior, também apresenta essa característica.

Continuando com França (2001), para a autora, hoje, a tv só fica na sala caso não tenha um espaço próprio para ela. Ela é de fato para receber visitantes, por isso é o cômodo mais arrumado da casa. Isso corrobora com a afirmação de Kron (1983) que explica porque as pessoas decoram suas salas para os outros verem e da sala ser o que as pessoas querem que pensem delas.

Ainda de acordo com França (2001), alguns autores defendem que a sala de jantar é uma evolução da varanda do século XIX e perde cada vez mais espaço na casa contemporânea. As famílias que antes faziam as refeições na varanda e depois na sala de jantar, passaram a usar a copa e hoje, a cozinha, que muitas vezes tem

uma copa acoplada. Entretanto, em apartamentos, essa realidade não funciona, pois as cozinhas de produção sem área de refeição e suas metragens limitadas, exigem o uso da sala de jantar.

Essas colocações de uso de França (2001) demonstram que em razão de suas cozinhas, os espaços sociais das casas e apartamentos podem ter usos completamente diferentes.

Já o quarto de hóspedes, segundo França (2001), é um cômodo cada vez mais ligado à especificidade de cada família do que a um padrão arquitetônico, atualmente. Ele vem caindo em desuso, com exceção daquelas casas cujas famílias sempre recebem visitantes/familiares. Quanto à varanda, de acordo com a autora, ela aparece como o segundo lugar para receber visitantes e está em vários locais da casa. Embora antigamente tenha sido um lugar de permanência familiar, hoje, dentro do universo investigado por França (2001), é um dos espaços menos utilizados pela família.

Ainda de acordo com França (2001), corroborando com a tese de que a casa hoje é separada em espaços da família, dos visitantes e de transição, numa volta e ao mesmo tempo evolução do sistema público/privado, pulando a bipartição dia/noite, o quarto é o ambiente menos acessado por visitantes, com 72% da amostra e o de maior permanência, o que indica o aumento da individualidade e da necessidade de privacidade. Cada quarto é o mundo particular de seu dono. Segundo a autora, o espaço coletivo mais utilizado hoje em dia pela família é a cozinha.

5.4.1. Tipos e arquétipos. O uso de um conceito como ferramenta de análise.

De acordo com Cianciardi (2010), o espaço doméstico é revelador pois identifica o arquétipo de seus moradores. Entretanto, para conseguir fazer observações adequadas nos espaços de morar, a fim de identificar arquétipos de moradores e moradias, primeiramente é preciso compreender o termo arquétipo e outros que são associados a ele, como personalidade, persona e estereótipo.

Popularmente, o termo arquétipo é entendido como sendo um modelo, um tipo de pessoa, de gente, de casa, sem se atentar para a forma como esse arquétipo foi construído pela sociedade e o porquê.

Segundo Jung (2000), o indivíduo para viver em sociedade cria várias personalidades que o permitem se adaptar ou lidar com as situações sociais cotidianas. Essas personalidades são formadas a partir de aspectos morais e contempla o conjunto de suas características. A personalidade de um indivíduo se diferencia do seu caráter pois o caráter é estático, enquanto a personalidade, dinâmica. Jung (2000) chamou essas diferentes personalidades de arquétipos.

Pereira (2010) aborda como a ideia do inconsciente (fenômenos psíquicos inconscientes) elaborada por Jung colabora para o conceito de arquétipo utilizado por ele. O indivíduo teria dois tipos de inconsciente, o individual (fruto da vivência do indivíduo) e o coletivo (montado a partir das vivências históricas da humanidade), onde habitam os arquétipos.

Já Teixeira (2018) usa o termo identidade. Para a autora o indivíduo é dotado de várias identidades e “essas diferentes identidades são consequência natural da multiplicidade das necessidades interiores e denominam-se: arquétipos” (p.1). E como cada ser é único, para a autora, uma casa identifica unicamente o arquétipo dos seus moradores.

Ao estudar o comportamento humano, Jung (2000) identificou cinco arquétipos gerais que sustentam o indivíduo socialmente: a persona, o animus, a anima, a sombra e o eu.

O termo persona tem origem latina e significa máscara. Na Grécia antiga, era como os atores denominavam as máscaras que usavam nas peças, para representar os personagens. A psicologia Junguiana faz um comparativo a esse uso e diz que a persona são as máscaras que os indivíduos usam para representar seus papéis sociais. Compreende-se então, que acaba sendo a personagem pública e dentro da família do indivíduo, o que socialmente ele quer ou precisa parecer ser.

Para alguns autores, a persona pode ser resultado de uma influência coletiva (do meio em que se vive) e ela é tão utilizada pelo indivíduo que ele pode confundir-se e achar que ele é aquele papel que ele representa, de acordo com Jung (2000). Nem todos tem consciência de suas máscaras sociais. A maioria não tem, na verdade. Com base no autor, acredita-se que a persona pode ser, então, o que se pensa que se é.

Estas máscaras sociais, quando cristalizadas, podem ser definidas então por arquétipos. Existem arquétipos, ou seja, modelos de comportamento, que são usados por várias pessoas, ou até mesmo sociedades. Para Jung (2000), os arquétipos são eternos e são resultado de construções do inconsciente coletivo que acabam se enraizando na sociedade. Embora cada indivíduo seja único e tenha suas particularidades próprias, pode-se falar em arquétipos coletivos quando eles apresentam uma caracterização coletiva.

De modo resumido, segundo Jung (2000), a anima é um arquétipo natural, dotado de feminilidade, por isso sua imagem costuma ser associada a mulheres. A anima pode ser considerado o lado feminino do homem. Já o arquétipo animus, ao contrário, seria o lado masculino da mulher.

A sombra é o lado sombrio, negativo da mente humana, a que todos tem que acessar ou reconhecer, para se conhecer verdadeiramente. De acordo com Jung (2000) é o lado animalesco, imoral, inaceitável do homem, que é, por isso, escondido, velado e fica na “sombra” do eu. O eu, por fim é a identidade verdadeira do ser humano, que fica escondida atrás de sua persona e que organiza a sua personalidade real. Outros arquétipos também foram citados por Jung (2000) como o do velho sábio, o materno e o da criança.

George; Lyon (1998) falam de arquétipos coletivos. As autoras relacionaram personalidades com estilo e identificaram quatro tipo de arquétipos sociais dominantes: o visionário, o artesão, o idealista e o aventureiro. Para as autoras, um indivíduo pode se identificar e ser identificado em mais de um desses arquétipos. Isto pode estar, em parte, ligado aos papéis sociais que um ser humano desenvolve e suas personas, conforme explica Jung (2000). George; Lyon (1998) chegam a explicar os comportamentos desses quatro arquétipos fazendo relação com sua infância e experiências de vida.

De acordo com George; Lyon (1998), os visionários são indivíduos civilizados, evoluídos, muito cultos, críticos, reverentes, independentes, individualistas, intensos, privados e passionais que apreciam arte, música e literatura. São muito perceptivos e não conseguem, em sua maioria, filtrar as muitas informações que recebem. Se

encaixam no que Kron (1983) citou sobre pessoas mais suscetíveis à excitação exterior.

Por isso, segundo George; Lyon (1998), são indivíduos caseiros, que veem suas casas como um santuário privado, um lugar de refúgio, para se sentir centrado, passar tempo sozinho, salvo do stress e caos do dia a dia, com mobílias e acessórios únicos. São pessoas que precisam muito marcar seu território. De acordo com as autoras, em razão de suas casas serem como locais sagrados, escolhem com muito cuidado suas visitas, pois não gostam de dividir espaço com quem não amam. Seu cômodo preferido é o quarto.

Já os artesãos, segundo George; Lyon (1998), são criativos, calorosos, casuais, espirituais, discretos, agradáveis, modestos, apegados à família e precisam se reconhecer em uma “tribo”. Apreciam a natureza, meditação e valorizam produtos e medicina alternativa.

Como gostam de simplicidade, suas casas, conforme George; Lyon (1998), possuem uma aparência despretensiosa e acolhedora e como rejeitam o consumismo, tem o hábito de manter as coisas por muito tempo, podendo ter muitos objetos guardados. Em uma situação descontrolada, podem apresentar uma casa “entulhada” de pertences e como são calorosos, costumam receber mais visitas.

Em seguida, sobre os idealistas, George; Lyon (1998) explicam serem pessoas objetivas, competitivas, disciplinadas, inquisitivas, lógicas, com princípios, sistemáticas, guerreiras que lutam por suas ambições, estabelecem metas, planejam suas vidas a curto e longo prazo e gostam de ser bem-sucedidos.

Para habitar, segundo George; Lyon (1998), os idealistas preferem espaços organizados, com móveis funcionais, com locais adequados e programados para guardar cada coisa. Seus móveis costumam ser contemporâneos e quando possível, luxuosos e ostensivos.

Por fim, os aventureiros que para George; Lyon (1998) são pessoas artistas, brincalhonas, dramáticas, inventivas, que não gostam de seguir regras e que precisam de beleza em suas vidas e gostam de correr riscos. São procrastinadores e veem a vida como um banquete que precisa ser aproveitado. Pensam a vida como algo em

construção, com várias fases em que em cada uma podem adquirir novos hábitos, profissões e relacionamentos. São agentes da mudança.

Suas casas, conforme George; Lyon (1998), são ecléticas, apresentam personalidade e objetos incomuns e lúdicos. Quando possível, gostam de espaços amplos e abertos. Quanto menos parede, melhor. A figura 55 mostra ambientes relacionados a cada um dos arquétipos identificados por George; Lyon (1998).

Figura 55: Exemplos das casas dos arquétipos identificados por George; Lyon (1998)



Fonte: George; Lyon (1998).

Teixeira (2018) utilizou as definições de George; Lyon (1998) para identificar os arquétipos de personalidades cujas casas do século XX foram descritas por Inãki Ábalos em sua obra *A boa vida*. Para a autora, embora não se possa resumir as pessoas em 4 opções, elas podem ser consideradas modelos maleáveis, que podem ser combinados.

Para Kron (1983), o que mais determina a aparência da casa de um indivíduo é o seu status social, embora fatores como idade e sexo também contribuam. Segundo a autora, a diferença na vida das pessoas de diferentes classes sociais não é só financeira, é de estilo de vida, pois diferenças no tamanho das casas, no número de

filhos e outros fatores, afetam a personalidade das pessoas. De acordo com Kron (1983) essas pessoas escolhem seus símbolos domésticos com muito fervor e eles são reproduzidos em todas as casas como garantia de que o indivíduo pertence àquele grupo.

Kron (1983) cita Herbert Gans que desenvolveu uma investigação na década de 70 do século passado. Segundo Gans⁴⁹ (1974) *apud* Kron (1983), os limites entre os grupos sociais podem ser delimitados pelos seus gostos, em razão de sua educação, resultado da renda das pessoas. O investigador separou os americanos em cinco grupos de acordo com seus gostos, citados por Kron (1983):

“Em sua hierarquia, as pessoas de alta cultura estabelecem padrões, interessam-se pela forma e apreciam a inovação e a experimentação; as pessoas da cultura média alta valorizam a simplicidade no design e emprestam os aspectos mais populares do gosto da alta cultura; as pessoas de cultura média baixa se inclinam para a arte romântica e representacional; e pessoas de baixa cultura gostam de seus visuais coloridos, ornamentados como em rococó, ou exagerados como em Hollywood moderno. A cultura de quinto gosto da Gans incluía cultura quase-popular, cultura étnica e cultura juvenil, que priorizam mais o sentimento do que a razão. As pessoas entram em culturas de cima em busca de status, e elas se abrem para o relaxamento” (KRON, 1983, p.90, tradução da autora⁵⁰).

De acordo com Kron (1983), ambos os investigadores chegaram ao mesmo resultado, de que pessoas de uma mesma classe social criam padrões entre si. De acordo com Bourdieu⁵¹ (1979) *apud* Kron (1983), o padrão era estabelecido pelas pessoas mais ricas e privilegiadas e os intermediários tentavam aprender e copiar a classe mais abastada. Já a classe trabalhadora tinha seu gosto menosprezado pelos acima deles e, também ignoravam seus gostos.

⁴⁹ GANS, H. J. Popular Culture and High Culture: An Analysis and Evaluation of Taste. New York: Basic Books, 1974.

⁵⁰ “In his hierarchy, high- culture people set standards, are interested in form, and appreciate innovation and experimentation; upper- middle- culture people value simplicity in design and borrow the most popular aspects of high-culture taste; lower-middle- culture people lean to romantic and representational art; and low-culture people like their visuals colorful, ornate as in rococo, or overblown as in hollywood modern. Gans`s fifth taste culture included quasi-folk culture, ethnic culture, and youth culture, all of which give higher priority to feeling than reason. People straddle cultures upwardly for status-seeking, and they straddle downward for relaxation”.

⁵¹ BOURDIEU, P. La distinction: Critique Sociale du Jugement. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.

De acordo com Bourdieu (1979), embora os gostos mudem ao longo do tempo, o processo de usar a decoração do lar para fazer parte de um grupo é constante. Por isso a decoração de uma casa está tão ligada à classe social à qual ela pertence, principalmente a da sala, que seria o símbolo da relação social entre os donos e a sociedade.

Pereira (2010) resume o conceito de arquétipo de Jung como “a identidade do material preponderantemente coletivo, de reprodução espontânea com origem desconhecida e para manifestação de uma necessidade inconsciente” (pág. 6).

Em suma, para Jung (2000):

“O arquétipo é essencialmente um conteúdo inconsciente, o qual se modifica através de sua conscientização e percepção, assumindo matizes que variam de acordo com a consciência individual na qual se manifesta. O arquétipo não é uma imagem, mas particularmente uma tendência para formar uma imagem de caráter típico; em outras palavras, um modelo mental tornado visível” (Jung, 2000, p.17).

Então, feita a explicação sobre o conceito de arquétipo é preciso compreender a diferença deste para o estereótipo. Para Bryan (1996) estereótipos são expectativas criadas pelas pessoas em face dos atos e comportamentos humanos. São também modelos sociais que as pessoas tentam imitar, quando positivos, como o estereótipo do homem de sucesso.

Cardozo (2005) relata que a busca por alcançar estereótipos impulsiona e condiciona indivíduos a novas práticas no vestir, comer, lazer, trabalho, comportamento, influenciando, portanto, também nos seus hábitos de morar.

Desta forma, entende-se que o arquétipo representa o eu inconsciente, ainda que como persona, nas máscaras usadas pelo indivíduo, enquanto o estereótipo pressupõe a consciência do indivíduo (embora por vezes irracional) e sua tentativa de imitar um padrão social. Os estereótipos em evidência em uma dada época também dizem muito sobre uma sociedade, pois demonstram o padrão que ela tenta seguir, em razão dos seus valores naquele momento.

E se o arquétipo é uma construção coletiva, inconsciente, fruto de vivências ao longo do tempo, facilmente analogias são empregadas a esse termo quanto aos espaços de morar e/ou espaços citadinos. Mattoso (2016) chamou de arquétipos

suburbanos a imagem que os cariocas tem de suas áreas suburbanas e explica como o conceito e identidade dessas áreas foi criado. O autor se baseou na história local para apresentar e explicar as características das residências das áreas investigadas, de como eram na época de sua construção e as principais modificações e reformas observadas. Segundo o autor:

“...todas estas construções não representarem um predomínio estilístico, um tipo hegemônico de arquitetura. Na verdade, representam muito mais uma diversidade de influências, uma multiplicidade de estilos, algo tipicamente suburbano, fruto da necessidade de seus moradores por um tipo de habitação barata, estética e digna” (MATTOSO, 2016, p.8).

Já Tramontano (1998), como citado, usou o termo arquétipo para definir as habitações “para todos” construídas após a revolução industrial e que se proliferaram no Brasil do século XX.

Pereira (2010) considerou o fato de o pátio interno estar presente nas residências de várias civilizações ao longo do tempo, para justificá-lo como um arquétipo, de acordo com os conceitos de Jung. Para a autora, o pátio interno é “fruto de noções inconscientes que se manifestam coletivamente nas buscas intrínsecas do indivíduo para o seu posicionamento no mundo” (p.5).

Reis (2009), em sua tese que trata do “Saguão⁵² na habitação urbana”, também fala dos pátios como um arquétipo de referência, ao distinguir este dos saguões. Segundo Pereira (2010), o formato recluso da casa que se volta para dentro, para um pátio, pode, simbolicamente, representar uma busca pela consciência do que vai dentro do indivíduo, por seu autoconhecimento. A presença de vegetação nesses pátios, para fins contemplativos favoreceria esse significado.

Pereira (2010) percorreu de modo muito elucidativo todos os usos anteriores a Jung do termo arquétipo, para explicar como o autor chegou ao seu conceito. Pereira (2010) também esclareceu como ela própria chegou ao arquétipo a partir do tipo

⁵² Embora no Brasil o termo saguão seja largamente usado para definir a entrada, a área de recepção coberta de hotéis e outros empreendimentos, no português de Portugal esse termo pode ser usado como similar ao conceito de pátio, caracterizando-se como uma área descoberta. No início do seu trabalho, Reis (2009) intenciona, justamente, distinguir os dois termos na língua portuguesa de Portugal.

arquitetônico, por meio da essência formal que este extrai dos modelos, considerando os conceitos de Rossi⁵³ (1995) e Quincy⁵⁴ (1832).

Para Quincy (1832) *apud* Pereira (2010) o “modelo é preciso e o tipo mais ou menos vago” (pág. 47). Em tese, o tipo arquitetônico seria a essência, presente no modelo. Por outro lado, o modelo é uma imagem que deve ser copiada tal qual, de tal forma que várias edificações de diversos modelos podem pertencer a uma mesma tipologia arquitetônica.

O uso do conceito de tipo foi fundamental para a análise de Pereira (2010) que apresentou diversos modelos de casas com pátio interno, sendo estes pátios de diversas formas, assim como as residências. O que foi considerado na análise foi a “essência” tipológica do vazio cercado pelo cheio dessas casas com pátio interno. A autora defendeu que a importância simbólica desse vazio o torna a parte positiva da relação, como se fosse a figura, na relação figura/fundo e que embora tipologicamente o pátio seja, na maioria das vezes quadrado, essa forma adquire quase sempre um sentido circular...

“...devido à moção introspectiva que gera na mente do homem... assim, ressalta-se uma importância dialética: a forma se manifesta em uma geometria quadrilátera, mas o conteúdo essencial que acaba por expressar é circular e as duas figuras antitéticas demonstram então uma relação mais profunda do que se costuma supor, sobre a qual Jung discorre...o importante aqui não é a geometria específica da figura, mas o seu funcionamento e sua consequência. O movimento da mente humana nesse espaço cercado por quatro paredes é de centralidade e este movimento de introspecção gera a analogia do pátio interno com um arquétipo da volta para si mesmo...” (Pereira, 2010, p.52).

De acordo com Pereira (2010), embora os pátios possam ser utilizados e interpretados de diversas maneiras, a depender de fatores culturais regionais, a autora sugere que devido ao arquétipo que ele representa, estará sempre associado à ideia de segurança, intimidade e introspecção.

Freitas (2012) também fez uma análise extremamente interessante. Embora não tenha usado o termo arquétipo em sua investigação, a autora identificou “Modelos

⁵³ ROSSI, A. *Arquitetura da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

⁵⁴ QUINCY, A. C. Q. *De. Dictionnaire historique d'architecture comprenant dans son plan les notions historiques, descriptives, archaéologiques, biographiques, théoriques, didactiques et pratiques de cet art*. Librairie d'Arien le Clère, Paris, 1832.

de habitar” em “Duas linguagens faladas em seis idiomas”. Entretanto, se considerado o conceito de Rossi (1995) e Quincy (1832), de tipo e modelo, a autora discorreu sobre o que eles chamaram de tipos arquitetônicos, pois analisou a essência dos modelos e não exatamente suas formas e extraiu deles seu significado, quando disse que analisou essas casas:

“...enquanto práticas de uso e apropriação dos espaços domésticos e residenciais no campo da ação coletiva de construção identitária de referência e enquanto manifestação de autonomias e dependências na expressão de poderes e estratégias de posicionamento e mobilidade no sistema de ação social” (FREITAS, 2012, p.7).

Quando se considera a “ação coletiva de construção identitária”, citada por Freitas (2012) e que este ato não é consciente e se considera também que essa construção tem base na vivência histórica do indivíduo e de suas heranças culturais, pode-se fazer uma analogia, voltada para a arquitetura, à visão de arquétipo de Jung. A autora ainda disse que:

“...só se poderá compreender verdadeiramente o sentido e a força constituinte dos domínios de uso e apropriação dos espaços domésticos no desenvolvimento das identidades individuais e sociais dos seus atores se se entender o seu significado social, as relações que estes domínios privados dos atores estabelecem com as esferas públicas que lhes são adjacentes, e a afirmação e legitimação das suas estratégias individuais e de posicionamento social relativo” (FREITAS, 2012, p.7).

Ou seja, não há como compreender como o espaço doméstico, seu uso e apropriação influencia o indivíduo e suas nuances mais íntimas sem analisar o significado social de suas escolhas, sua interação com o que há fora de sua casa e com a sociedade da qual faz parte. De como se posiciona nesse meio, como reage a ele e como por ele é influenciado, pois como já colocado, a casa é um reflexo do indivíduo e ele é um reflexo do meio em que vive.

A classificação de Freitas (2012), parece com a feita por George; Lyon (1998). Mas enquanto estes partem da caracterização das pessoas, para daí associá-las a casas, a autora parte da análise das casas para identificar os indivíduos, uma vez que percebe que só a compreensão de quem é esse ser na intimidade e socialmente pode explicar seus modelos de habitar identificados.

Em busca de perfis de modelos de habitar, como colocou a autora, Freitas (2012) observou práticas de uso e apropriação dos espaços domésticos e entendeu ser imprescindível perceber também o indivíduo, seu íntimo, sua identidade, bem como sua ação e relação no meio social em que vive.

Para Freitas (2012) o morador fala e se comunica com o mundo pela sua casa, usando linguagens e mensagens, com códigos de expressão e significados. Considerando que, para haver uma comunicação é preciso, no mínimo, um emissor e um receptor e que a mensagem precisa ser compreendida por quem a recebe, na figura de receptora, a autora, em sua análise, buscou então identificar as linguagens utilizadas, para daí observar os idiomas “falados” e conseguir compreender esses espaços domésticos, através das mensagens enviadas por seus moradores.

Desta forma, Freitas (2012) identificou duas estruturas de linguagem, uma social e outra individual às quais chamou de convexa e côncava, respectivamente. Em resumo, as casas onde a linguagem social domina são usadas, predominantemente, para fins de representação. Como uma forma de seus moradores conscientemente interagirem com a sociedade e demonstrarem quem são ou quem querem ser. A casa, segundo a autora, é embaixadora de seus moradores, de suas personas e de seu estilo de vida. Ao mesmo tempo, é um espaço que guarda e protege o verdadeiro eu.

Neste espaço doméstico três regras de vivência foram identificadas como predominantes por Freitas (2012): uma regra relacional, uma regra de controle e uma regra de dependência. Pela regra relacional o espaço doméstico é o lugar onde a mensagem é enviada, onde o que a pessoa é/ quer ser é legitimado perante a sociedade. É o “passaporte eleito que viabiliza e permite o controle dessas relações, ao mesmo tempo que as certifica e legitima a pertença dos indivíduos a esses mesmos sistemas coletivos” (p.11).

Já a regra de controle, segundo Freitas (2012), acontece porque como esta é uma casa de representação, é preciso haver um controle muito rígido das fronteiras entre os espaços privados, que guardam o verdadeiro eu e aqueles públicos, que produzem mensagens para a sociedade.

Relacionando a teoria de Freitas (2012) com as afirmações de Kron (1983), espaços como a sala de estar e varanda são muito importantes nessa casa, não necessariamente pelo seu uso, mas pelo seu significado. É também uma casa típica da segunda geração, citada por Kron (1983), onde os indivíduos estão na fase da vida em que precisam apresentar, demonstrar quem são, suas personas, máscaras sociais, como diz Jung (2000). Considerando os arquétipos de George; Lyon (1998), pode-se imaginar que esta seria a casa de um idealista.

A regra de dependência, para Freitas (2012), se dá porque as casas precisam importar as exigências do mundo com o qual seus moradores se identificam para que eles pertençam àquele coletivo, para que sejam legitimados. Os signos precisam estar ali representados com suas regras e padrões. Essas casas precisam falar a mesma língua, enviar mensagens que possam ser compreendidas pelos pares. De acordo com a autora, esta linguagem é convexa porque acolhe o que é público, os padrões sociais e protege o que é privado, o verdadeiro Eu.

Para Freitas (2012), nessas casas os espaços públicos e privados são bem delimitados e distintos, por barreiras físicas e simbólicas. A autora comenta a importância dada às esquadrias, portas e janelas, que são o contato e a fronteira com o mundo exterior, corroborando com Gontijo (2019) sobre os significados desses elementos.

Também, pela necessidade de delimitação desses espaços, segundo Freitas (2012), eles têm funções bem definidas onde seus elementos, piso, parede e teto são parte do cenário que precisa ser preenchido. O conforto, em segundo plano, para a autora, gira em torno do preenchimento adequado desse cenário que tem sempre uma iluminação superior que o destaca. É uma casa mais rígida cuja ambientação obedece a padrões estéticos em voga, tradicionais, com escolha de estilo e composição cromática, sem muitas rupturas visuais. Está sempre arrumada pois não tolera desordem.

Segundo Freitas (2012), na segunda estrutura de linguagem, a côncava, a casa é um meio de afirmação do indivíduo. A casa não é de onde se chega no mundo, mas de onde se parte para ele, para que o indivíduo possa se manifestar. É mais um espaço de referência na construção do eu.

“Neste sentido, mais do que espaços de representação dos indivíduos face aos diferentes sistemas sociais em que se inscrevem, os espaços domésticos, neste eixo, são espaços de abertura, de desenvolvimento e manifestação da individualidade e da afirmação das diferenças idiossincráticas do EU face aos diferentes NÓS em que os seus protagonistas se inscrevem” (FREITAS, 2012, pág.15).

De acordo com Freitas (2012), a função principal dessa casa é o bem estar individual e toda sua estrutura está centrada no indivíduo, nas suas necessidades e embora a regra relacional esteja presente, como em toda casa, nesta ela perde força, dando lugar a regras mais fluidas: a regra de comutação e a regra de abertura.

Na regra de comutação, segundo Freitas (2012), o espaço doméstico é também o espaço de criação, de transformação do que o indivíduo mostrará extramuro. Já a regra de abertura, segundo a autora, se dá pelo fato de os espaços domésticos não serem tão fechados a funções específicas e sim abertos à partilha e entrosamento nos seus usos. As barreiras são menores e os espaços públicos e privados são mais contínuos, unificados. E é essa própria abertura que favorece a comutação entre as duas esferas.

De acordo com Freitas (2012), essas casas têm mais fluidez entre os espaços públicos e privados e o Eu pode ser visto com mais facilidade pelos visitantes. A funcionalidade se sobrepõe à estética e as necessidades do dia a dia é que determinam como o espaço será utilizado e ocupado, no que a autora percebeu mais duas regras, a de proximidade ao uso e regra de racionalidade funcional.

Para Freitas (2012) essas casas têm menos compromisso com decorações engessadas, tradicionais, onde todos os elementos e cores precisam combinar entre si e pertencer a determinado estilo ou gosto. Outra regra citada que corrobora essa questão foi a da manifestação das liberdades individuais, uma vez que esses espaços, mais que tudo, são ambientados para representar esses indivíduos e não encenar personas. Segundo a autora, esta linguagem é côncava pois apresenta o indivíduo ao mundo.

Ainda segundo Freitas (2012), dentro dessas duas linguagens, a autora conseguiu identificar seis idiomas diferentes, os quais caracterizou. São eles: a ordem profusa, a rígida e a personalizada, na linguagem convexa e a funcionalidade em construção, a em exercício e a estética, na linguagem côncava. Para a autora, assim

como para George; Lyon (1998) é possível encontrar casas representadas por mais de uma das situações identificadas, inclusive porque constantemente os espaços domésticos são habitados por mais de um indivíduo, que podem ter personalidades diferentes.

O quadro 9 apresenta um resumo das principais características de cada idioma identificado por Freitas (2012) durante sua análise.

Quadro 9: Idiomas identificados e apresentados por Freitas (2012)

LINGUAGENS	IDIOMAS	CARACTERÍSTICAS
Convexa	Ordem profusa	De acordo com Freitas (2012), esta ordem busca por espaciosidade, usando volumes pequenos; cores contrastantes e materiais que indicam leveza e transparência; clara demarcação dos espaços com favorecimento de fluxos como circuitos; preferência por elementos móveis; busca por decoração atualizada e importância a equipamentos audiovisuais. Utilizado na maioria por jovens, apresenta uma “tônica de modernidade” (pág. 21). Seria a primeira geração, de Kron (1983).
	Ordem rígida	Segundo a autora, é a ordem mais clássica das convexas, segue de maneira mais rígida os padrões sociais impostos; necessitam espaços maiores para delimitar melhor as funções; preferência por volumes grandes, conjuntos de mobiliários e elementos mais fixos; uso de simetria e sistemas monocromáticos; Pode ser usado por várias faixas etárias, mas preferencialmente pelos mais velhos.
	Ordem personalizada	Para Freitas (2012), é a ordem mais flexível das ordens convexas em relação à “presença da história individual dos seus ocupantes” (pág. 23); possui espaços que denotam continuidade histórica, com elementos que relembrem a família, memórias e sentidos; possui uma limitação entre os espaços menos rígida que as demais e apresenta maior flexibilidade na decoração e nos materiais utilizados;
Côncava	Funcionalidade em construção	Este idioma apresenta uma decoração mais improvisada onde a funcionalidade e o basicamente necessário são os aspectos que predominam na sua identificação; não segue padrões estéticos, utiliza elementos improvisados, muitas vezes resultado de limitações financeiras.
	Funcionalidade em exercício	Este é o idioma côncavo mais fiel. É flexível e voltado para atender as necessidades dos indivíduos, estando o espaço ao seu serviço; não utiliza padrões; é prática, uso de cores quentes e materiais simples revalorizados; decoração e combinações originais.
	Funcionalidade estética	É o idioma mais purista da linguagem côncava; é a personalização lógica, minimalista, apresenta uma “solenidade silenciosa” (pág. 27); elitista, vanguardista na busca por diferenciação. Pode ser comparada às casas da segunda geração de Kron (1983).

Fonte: Freitas (2012)

Já a figura 56 a seguir apresenta visualmente os exemplos de Freitas (2012) dos idiomas identificados:

Figura 56: Exemplos de idiomas identificados e apresentados por Freitas (2012)



Fonte: Freitas (2012).

Essa categorização dos indivíduos em modelos também se dá dentro da sociedade de maneira informal, indicando que há diferenças culturais enraizadas entre as classes. No Brasil, em todo o país, nos últimos anos, uma “brincadeira” viralizou nas redes sociais, em que as pessoas são categorizadas como de dois tipos: “raiz” ou “nutella”. Pessoas raízes possuem hábitos e costumes antigos e típicos do local em que vivem ou ainda, hábitos mais populares, enquanto pessoas nutella são aquelas que alteraram esses padrões para um modo de vida mais supérfluo, confortável ou elitizado.

A figura 57 apresenta um exemplo de uma mensagem conhecida como meme muito divulgada nas redes sociais que demonstra dois tipos de ludovicense, o “ludovicense raiz” e o “ludovicense Nutella”.

Figura 57: Imagem compartilhada em redes sociais



Fonte: <https://www.picbon.com/tag/ludovicenses>.

5.5. Psicologia ambiental e Avaliação Pós Ocupação: Estudos Pessoa – Ambiente e análises espaciais em resumo.

Muitos são os instrumentos utilizados para analisar residências. As análises de suas materialidades são as mais recorrentes. Entretanto, na arquitetura, pouco se avalia as imaterialidades do lar.

Este capítulo apresentou diversas ferramentas que podem ser utilizadas para esse fim, bem como apresentou investigações relevantes para essa área de conhecimento, que entre muitos nomes é chamada também de estudos pessoa-ambiente.

O entendimento dos conceitos de privacidade, territorialidade, domínio e personalização são fundamentais para se proceder em investigações sobre a imaterialidade dos lares.

Entre as ferramentas mais utilizadas para essas análises estão: Entrevistas individuais com pessoas chave, Entrevistas em grupo, Grupos focais, Poema dos desejos, Desenhos, Questionário tradicional, Questionário associado a imagens ou figuras, Checklist para “as Built”, Checklist para levantamento de patologias

construtivas, Walkthrough pelo investigador, Walkthrough pelo investigador com pessoas -chaves, Walkthrough de vivência, Medições, Mapas de fluxos, Mapas de vestígios, Mapas de comportamentos, Quadro Síntese e os Mapas de diagnósticos e recomendações. Foi abordado também o uso do conceito de arquétipo como ferramenta de análise.

Após a compreensão sobre as origens da casa ludovicense, dos significados e símbolos atuais da casa e das formas e técnicas de avaliação do espaço doméstico, o capítulo seguinte apresenta critérios e métodos de definição de classes.

CAPÍTULO 6

Critérios e métodos de definição de classes

Método SAE

Critério Brasil

Método Mazzon Kamamura

Estratificação do IBGE

Comparação entre os métodos

6. CRITÉRIOS E MÉTODOS DE DEFINIÇÃO DE CLASSES

Bernardo; Cleps (2015) explicam as transformações que aconteceram no Brasil em razão da estabilidade econômica quanto à redução da inflação, do crescimento da economia brasileira na primeira década deste século, do aumento do trabalho informal e com os projetos sociais governamentais, que permitiram um aumento de renda e do poder de consumo. De acordo com os autores, há estudiosos que falam que estas transformações possibilitaram um grande aumento da classe média brasileira e outros que citam o surgimento de uma nova classe média.

Entretanto, estudar essa classe média nova ou modificada, como queiram chamar, surgida no início deste século, torna-se complexo uma vez que além de ela ser em si muito heterogênea, há questões metodológicas e acontecimentos atuais a serem considerados.

Além de o resultado das diferenças entre os métodos (como veremos a seguir) recaírem sobre os extremos do grupo (baixa e alta classe média), soma-se a isto o fato de que o país passa por uma crise econômica desde 2014 e estima-se que parte da população que ascendeu à baixa classe média esteja vulnerável a retornar aos patamares indicativos de pobreza.

Ainda, o legislativo aprovou uma nova reforma trabalhista e a Proposta de Emenda Constitucional- PEC 241/55, chamada de PEC do teto dos gastos públicos, que limita os gastos do governo com saúde e educação por 20 anos. Acredita-se que essas medidas levarão, a alguns anos, muitos brasileiros de volta à faixa de pobreza.

Em São Luís de acordo com o Censo (2010), a maior parte da população se enquadra nos estratos intermediários de renda, principalmente nas camadas intermediárias mais baixas, o que torna boa parte da população urbana da cidade vulnerável à oscilação de classe.

Souza; Lamounier (2010) citam que esses indivíduos que ascenderam conseguiram comprar casas e automóveis, símbolos da classe média, mas não tem condições asseguradas aos bens e empregos duráveis, o que dificulta a manutenção da posição social.

Souza (2012) fala do surgimento de uma nova classe trabalhadora, que não deve ser confundida com uma nova classe média, ou parte desta. Para o autor há a classe dos trabalhadores, a classe média e a classe burguesa. Ele fez uma classificação conforme a estrutura de trabalho desses indivíduos.

Pochman (2014) mostra que a classe média foi identificada diferentemente ao longo da história: no início do capitalismo, era representada por pequenos industriais e comerciantes emergentes. Depois, pela classe operária das fábricas e no capitalismo pós-industrial, pela classe da informação, que trabalha nos setores de serviço.

Para Pochman (2014), hoje a classe média está em redefinição global e que se hoje os pobres estão tendo acesso a bens de consumo duráveis, não necessariamente é pelo aumento de sua renda, mas porque esses produtos estão sendo fabricados a um menor custo, ao que o autor chamou de sociedade low cost, que pode ser traduzido como sociedade de baixo custo. Essa teoria de Pochman (2014) comprometeria as metodologias de definição de classes que se baseiam principalmente no consumo de bens duráveis.

Já Souza (2012) critica economistas e diz que o uso de um único parâmetro, como a renda, não é suficiente para entender a formação e fronteiras das classes. Sarti (1994) que estudou os pobres em um bairro paulista, concorda. Para a autora a pobreza como categoria é relativa, pois ela também tem significado social e simbólico.

Entretanto a Agencia Brasil (2011) diz que o Banco mundial, por exemplo, utiliza em média os valores de 1 e 2 dólares por dia, para definir a linha de indigência e de pobreza, onde:

“Nas linhas de indigência se calculam valores monetários que permitam suprir necessidades calóricas básicas. No caso da pobreza considera-se, além de despesas alimentares, as de habitação, vestuário, transporte, etc.” (FGV, 2005, p.1).

O Banco mundial (2015), explica que esses valores podem variar, pois agora consideram também diferenças no custo de vida nos países através da Paridade do Poder Aquisitivo - PPP, em função das taxas de câmbio o que envolve o uso de formas complexas. Por exemplo, é preciso considerar o que se compra com um dólar nos

Estados Unidos e calcular quanto é preciso na moeda em questão, para comprar o mesmo produto. O Banco mundial (2015) afirma que esse valor aumenta quanto mais rico for o país e consequentemente diminui quanto mais pobre ele for e chegava à média de 1,25 dólares entre os 15 países mais pobres e 25 dólares, entre os 15 mais ricos, conforme Ravallion (2010).

Bernardo; Cleps (2015) citaram a classificação da fundação Getúlio Vargas/ Centro de políticas sociais, a da Federação do Comércio de São Paulo – FecomercioSP e a da SAE, todas considerando a renda familiar média da família, mas com valores variando nas classes estabelecidas.

De modo que a definição de classes sociais, bem como os parâmetros utilizados para tal, sempre foi polêmica. Mazzon; Kamamura (2013) citam que ela pode variar muito não só entre as disciplinas como dentro de uma mesma disciplina e citam os sociólogos que costumam, por exemplo, classificar os cidadãos quanto às suas ocupações, o tipo de trabalho que exercem e o posto que representam na sociedade. Citam também autores que o fazem associando indicadores de escolaridade e renda, em uma classificação chamada de socioeconômica. Entretanto, ambas possuem limitações.

Souza; Lamounier (2010) afirmam que não há como definir classe média agradando a todas as áreas do conhecimento, porque não existe uma definição que seja consensual. Será sempre polêmico.

Esta tese não busca entrar neste campo da discussão, mas sim trabalhar com o dado inegável de que está havendo uma diminuição da base da pirâmide brasileira onde estão os pobres e um alargamento da classe intermediária, como citam Bernardo; Cleps (2015) e entender como essa classe intermediária da pirâmide mora. Para além da renda, esta tese busca uma identificação por aspectos sociais e culturais e pelas características das casas, uso e significado de seus espaços de morar.

A Secretaria de Assuntos estratégicos - SAE (2012) cita a heterogeneidade do que chama de “a nova classe média brasileira”, como motivo considerável para seu estudo. E a chama de nova pelos novos cidadãos que dela fazem parte. Pessoas que subiram na escala socioeconômica.

Como objetiva-se estudar a parcela da população da cidade que consegue suprir suas necessidades básicas e pode, portanto, investir minimamente em conforto, mas de modo limitado, sem ter acesso a luxos, ou seja, a população intermediária entre a pobreza e a riqueza e para minimizar ruídos metodológicos e fatores sazonais econômicos, a baixa classe média, citada por investigadores como Souza; Lamounier (2010) foi excluída do grupo definido para o estudo, quando da análise da escolha dos bairros, o que será explicado adiante.

É válido explicar que o termo classe média sofre críticas pois, para alguns investigadores, o que há é uma nova classe, a trabalhadora, que ascendeu e inchou a camada intermediária da sociedade. Entretanto, como consideramos que esta nova classe trabalhadora, associada à classe média tradicional deu origem à “nova classe média”, escolhemos por usar o termo popular, lembrando que estamos tratando da classe intermediária da população.

Em função dessas discussões, há em parte da população, grande dificuldade em aceitar o aumento da classe média brasileira como real. A alegação maior é a de que os cidadãos que entraram para a classe média não têm real poder de compra e consumo igual à classe média existente e tradicional. Um dos motivos para essa discordância em relação aos dados oficiais divulgados a partir do censo de 2010 é a heterogeneidade econômica desse estrato que, abrange uma larga faixa de renda.

De acordo com a SAE (2012) a heterogeneidade deste grupo intermediário, que é formado pelas pessoas de baixa renda que ascenderam e pela tradicional classe média, inviabilizaria chamá-lo de classe, entretanto, por se tratar de um termo já recorrente e utilizado no país, optou também por adota-lo para facilitar o entendimento, sendo o grupo chamado de “a nova classe média brasileira”.

Acredita-se que outro ponto muito importante e que pode alimentar as críticas é o conceito que parte da população em geral tem de classe média associada a bem-estar e conforto e não a um extrato intermediário entre extremos, seja do ponto de vista econômico, social ou ambos. Muitas pessoas pensam a classe média não como intermediária entre ricos e pobres, mas sim aquela classe que vive bem, mas não é considerada rica.

Isto se demonstra quando muitos indivíduos tidos como de classe alta pelos diversos métodos de análise se consideram de classe média, o que faz parecer que a classe média seria formada por um grupo de pessoas com maior poder aquisitivo do que ela realmente tem. Muitos que se intitulam de classe média ficam surpresos ao descobrir que fazem parte de uma parcela mínima da população que não chega a 5% do seu universo e pertencem ao extremo quanto a extratos de renda e não ao intermediário.

Um ponto que pode ajudar a explicar essa falsa ideia é o fato de não haver classificação de renda que considere os super-ricos ou milionários. Eles são estratificados juntos com os ricos, sendo que esta é, com certeza, a classe mais heterogênea em termos de faixa de renda. Uma vez que o cidadão não se vê como milionário, muitas vezes ele se intitula de classe média. O mesmo, muitas vezes, pode acontecer com a classe média, principalmente no seu estrato mais baixo. Muitos se intitulam como pobres. Seja porque não detém um automóvel ou casa, seja porque não tem acessos a direitos básicos.

Isto se deve muito em parte à falência do sistema público de saúde, educação, segurança e infraestrutura urbana que obriga essa parcela da população a ficar refém de péssimos serviços e de políticas públicas errôneas das cidades brasileiras, que relegam boa parte das áreas da cidade a um sistema com pouca infraestrutura, ambos diminuindo drasticamente sua qualidade de vida e destinando às áreas mais nobres mais qualidade e infraestrutura melhores.

Portanto, entende-se que o correto seja afirmar que a classe média brasileira, principalmente seu estrato mais baixo, vive mal, sobretudo em comparação à classe intermediária de países mais desenvolvidos onde o acesso à saúde, educação e infraestrutura urbana são de qualidade superior, ao invés de reposicionar os estratos sociais. Porque há de fato classes socioeconômicas intermediárias.

Nesse ponto, é adequado justificar também o uso do termo socioeconômico para referir-se a classe, pois tão somente o fator renda ou outra característica social não seriam suficientes para compreensão do espectro. É de conhecimento que famílias com a mesma renda podem ter qualidade de vida diferentes caso, por exemplo, uma viva em imóvel próprio e outra em imóvel alugado, pois essa última terá

um acréscimo considerável em suas despesas. Ainda, se uma das famílias tiver uma renda maior, mas tiver mais gastos com educação, lazer, ou saúde, a renda real pode acabar equiparando-se.

Enfim, em função dos diversos conceitos e métodos para estratificação de classes, optou-se por considerar o conceito de classe a partir do critério econômico, cuja renda é o fator determinante de classificação, apesar de suas limitações, apenas para encontrar a população dentro de um extrato intermediário. Mas quem é a classe média? E onde ela está?

Então, pensou-se em utilizar dados estatísticos oficiais para verificar as diferenças de renda ao longo da cidade e onde eles estavam localizados, para depois decidir que bairros escolher como casos de estudo, considerando os bairros ocupados pela classe escolhida, pois entendeu-se que a escolha aleatória de áreas para análise poderia levar ao estudo de grupos muito heterogêneos entre si com poder de compra muito distintos, o que naturalmente alteraria seus hábitos, costumes e modos de usar uma casa, como já comentado.

Entretanto, foi preciso definir qual seria o critério de classificação de classe utilizado, de qual investigação e qual método seria aplicado. Para tanto, os principais critérios, investigações e métodos foram analisados para a escolha.

6.1. Critérios e métodos

Quando a classificação é feita considerando-se a renda do cidadão, há, no Brasil, três investigações oficiais para aquisição de dados sobre a renda: O Censo, a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio - PNAD e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, todas realizadas pelo IBGE, órgão oficial.

O Censo é uma investigação realizada de 10 em 10 anos que coleta dados sobre a população. É a investigação com maior abrangência, uma vez que coleta informações de todo o universo brasileiro, que são registradas por setor censitário. O último censo realizado no Brasil foi em 2010. Mas A SAE (2012) e Mazzon; Kamamura (2013) citam que as informações sobre renda oriundas do Censo, costumam ter uma deficiência de até 60% em função de seu caráter generalista, em relação à POF, por exemplo, que é mais específica sobre esse tema.

A PNAD também é uma investigação realizada em todo território brasileiro para coletar dados demográficos e socioeconômicos como renda, educação e fecundidade, mas é realizada anualmente. Sua função é coletar informações durante a lacuna entre os dois censos. Entretanto é uma investigação por amostragem. São escolhidos alguns municípios em cada estado e dentro dos escolhidos, alguns poucos setores censitários. Para a SAE (2012) e Mazzon; Kamamura (2013), em razão do seu caráter generalista, também apresenta resultados deficientes sobre o critério renda.

A POF é a investigação do IBGE que coleta informações com foco principal no orçamento do cidadão. De acordo com a SAE (2012) e Mazzon; Kamamura (2013) é a investigação nacional cujos resultados apresentam maior fidelidade sobre o tema. Entretanto, ela é realizada de cinco em cinco anos e, embora também o seja por todo o país, também é amostral, como a PNAD. A última POF realizada foi em 2014.

Para Souza; Lamounier (2010) e Mazzon; Kamamura (2013), não há um método e nem critérios universais. Institutos, organizações e governos de cada país acabam por selecionar critérios a considerar em suas classificações, que passam por renda, grau de escolaridade, ocupação, número de compartimentos nas habitações e até mesmo bairro onde moram com suas respectivas infraestruturas.

Desta forma, o recorte foi realizado considerando-se a renda como critério. As razões apresentadas pela Secretaria de Assuntos estratégicos - SAE (2012) para o uso da mesma foram tidas como justificadas e reproduzidas. Foram escolhidos os dados do Censo, pois é a investigação com maior alcance, que chega a todos os domicílios e, portanto, a única possível de ser utilizada para a investigação proposta que se dispõe a analisar os domicílios de uma classe social específica em São Luís.

Ainda, não se considera que a defasagem do valor de renda coletado seja prejudicial à investigação, uma vez que entre seus objetivos não consta a definição desse valor e sim e principalmente a caracterização dos espaços de morar de um grupo específico, que é considerado como sendo a classe intermediária da população. Quanto especificamente, este grupo ganha não é critério definidor.

A SAE (2012), inclusive, cita que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD (cujos dados são similares aos do Censo) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF chegam a resultados iguais de tamanho dessa classe

média dentro da população quando se considera os mesmos percentis de corte tendo em vista as homogeneidades internas de cada grupo. Ou seja, embora os valores de renda não sejam os mesmos coletados para todas as investigações, a faixa dessa população com características homogêneas, inclusive de compras e acessos a moradia e infraestrutura é a mesma identificada em todas.

Em seguida, respondeu-se a outro questionamento: qual dos dados sobre renda, fornecidos pelo Censo seriam utilizados; a renda nominal mensal das pessoas, a renda nominal mensal das pessoas responsáveis por domicílio, a renda nominal mensal dos domicílios particulares permanentes ou a renda nominal mensal dos domicílios particulares permanentes per capita?

Ao se usar a renda nominal mensal das pessoas, se estaria incluindo a renda de todos os cidadãos, inclusive os que residem em domicílios particulares não permanentes, coletivos e demais domicílios especiais, que não são alvo da investigação. Por outro lado, ao se utilizar a renda nominal mensal das pessoas responsáveis por domicílio, se poderia estar subestimando a renda familiar, uma vez que se pode, perfeitamente, ter mais de uma fonte de renda na família, ainda que um indivíduo seja declarado como o responsável.

Sobram então, duas possibilidades que se mostram mais acertadas: a renda nominal mensal dos domicílios particulares permanentes e a renda nominal mensal dos domicílios particulares permanentes per capita. A crítica feita por autores à primeira opção é a de que o número de pessoas na família certamente irá influenciar positivamente a renda. Já na segunda opção, uma pessoa que mora só, pode ter falsamente seu poder de compra e de acesso igualado ao de alguém que mora com outros indivíduos e tem, portanto, suas despesas do lar reduzidas.

A SAE (2012), que estratifica socialmente a população, com base em dados *per capita*, coloca a importância de se considerar, para cada faixa de renda *per capita*, uma média de renda mensal familiar, condicionando sua estratificação, o que se entendeu ser uma solução adequada.

Entretanto, ela e as demais não descrevem como esse valor médio foi estabelecido, impedindo que a mesma metodologia fosse utilizada para, inversamente, poder criar limites de cada faixa de renda familiar média (como existe para a per capita) e classificar os diversos resultados encontrados por setor censitário.

Portanto, optou-se por uma análise com base na renda nominal mensal dos domicílios particulares permanentes per capita cujos valores limites de cada estrato social já foram definidos por algumas das metodologias citadas e podem ser usados para classificar os diferentes resultados dos setores censitários.

Durante a investigação de métodos de classificação da população, percebeu-se que apesar destes serem discutíveis e motivo de polêmica entre os investigadores, atualmente, no Brasil, há quatro classificações muito utilizadas e são todas em função da renda e/ou consumo da população: a desenvolvida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos- SAE, do Governo Federal; O Critério Brasil, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa- ABEP, o método desenvolvido por Mazzon; Kamamura (2013) e a categorização apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, utilizada nos Censos. Para além destas, é conhecido também o método da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

A seguir apresenta-se os principais métodos e seus critérios de classificação.

6.1.1. Método SAE

A SAE publicou em 2012, uma metodologia para definição da classe média. Foram estudadas questões como a definição de classe versus grupo, identificação versus categorização, critérios multidimensionais versus unidimensionais, a renda versus outros critérios unidimensionais, a definição relativa versus absoluta, bem como alternativas de definição para a classe média, como quartis de distribuição, entorno de mediana, polarização, ponto neutro, linha de pobreza e critérios socioeconômicos, como consumo de calorias, padrão de despesas, inserção no mercado de trabalho e vulnerabilidade.

Para a Secretaria, esta nova metodologia se justificava por dois motivos: o primeiro é o fato de que órgãos do próprio governo usam classificações particulares a depender de suas demandas e da necessidade de racionalizar determinados atendimentos. O segundo motivo é o fato de boa parte dos programas sociais ainda vincularem a seleção de beneficiários ao valor do salário mínimo.

A SAE (2012) defende que seria importante uma categorização única que viabilizasse uma análise comparativa dos dados e resultados de todas as políticas públicas desenvolvidas e a definição do valor real de renda.

Ainda, segundo a SAE (2012) embora haja vantagens em se utilizar uma perspectiva multidimensional na categorização, cuja escolha seria ideal, há limitações práticas. Para a Secretaria, abordar apenas um fator levaria a poucas perdas mas tornaria a investigação mais transparente e simples e, portanto, a renda como o indicador unidimensional seria o mais próximo do ideal. A secretaria cita ainda que há vários tipos de renda a serem considerados e explica que optou por escolher para o seu método o indicador de renda mais utilizado no país: a “renda bruta mensal normalmente recebida domiciliar per capita”.

Segundo a SAE (2012), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE define classe média em torno da mediana da renda familiar por adulto equivalente, de 0,5 a 1,5 de seu valor, onde para adulto equivalente considera-se a quantidade de calorias necessárias de cada integrante das famílias, considerando suas características pessoais. Entretanto, sobre este método, paira o questionamento de porquê usar esses valores e da definição de um valor calórico *per capita* mínimo, devido ao declínio histórico do consumo de calorias. Para a SAE, embora este critério seja um padrão amplamente utilizado para definir o limite da pobreza, ele não funcionaria adequadamente para a classe média, onde considerar de maneira mais ampla o padrão de despesas das famílias seria mais adequado.

De acordo com a SAE (2012), as pessoas de classe baixa usam boa parte de seu orçamento com bens essenciais como alimentação, ao contrário dos mais ricos, que podem gastar a maior parte de seu orçamento com supérfluos, enquanto que a classe média é aquela que balanceia os gastos entre o essencial e o supérfluo.

Segundo a SAE (2012), também seria inadequada a utilização do critério socioeconômico de inserção no mercado de trabalho, que separa as classes como sendo baixa, quando a renda da família é principalmente oriunda de transferências governamentais, média, cuja renda deriva principalmente do trabalho e respectivo salário e alta para aqueles com participação de ativos físicos e financeiros na remuneração, em razão “do sistema brasileiro de proteção à população idosa” (p.39), uma vez que os benefícios são dirigidos a todos.

Para analisar a possibilidade do uso do grau de vulnerabilidade foram estipulados três critérios: vir a ser pobre no ano seguinte, nos próximos cinco anos e

ser estruturalmente pobre. Como limite para a linha de pobreza foi tida a definição do Programa Brasil sem Miséria, de R\$ 140,00 por mês, valor definido 2012 (atualmente, o valor considerado é de R\$ 77,00⁵⁵ mensais por pessoa, valor atualizado em 2014).

Tanto o grau de vulnerabilidade quanto o padrão de despesas se mostraram como aspectos socioeconômicos aptos a serem utilizados para definição das classes sociais. Entretanto, o grau de vulnerabilidade foi o escolhido para definir os cortes dos limites superior e inferior da classe média, pois segundo a secretaria seria o critério mais adequado por considerar a capacidade de planejamento e prospectiva do cidadão, quando ele melhora sua renda.

O limite inferior da classe média⁵⁶ ficou em R\$ 291,00 e o superior em R\$ 1019 reais, valores de 2012 (hoje, a SAE não tem valores atualizados para esses limites).

Para a SAE (2012), os baixos valores são resultado de uma tendência da população de subdeclarar sua renda em investigações como o Censo e a PNAD. Pode-se perceber que quando utilizados os mesmos percentis de corte nos resultados da POF, mais específica e, considerando as homogeneidades internas de cada grupo, têm-se valores aproximadamente 60% maiores para esses limites de corte, conforme apresentado na tabela 5 a seguir:

Tabela 5: Comparativos de resultados de limites de corte para classe média entre POF e PNAD

CRITÉRIO	PNAD	POF
1º ponto de corte absoluto (R\$/mês)	291	458
2º ponto de corte absoluto (R\$/mês)	1019	1661
1º ponto de corte relativo (%)	34	34
2º ponto de corte relativo (%)	82	82
Tamanho da classe média (%)	48	48
Razão entre os pontos de corte	3,51	3,63

Nota: Valores expressos em reais de abril de 2012.

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD e na POF.

Fonte: SAE (2012).

Entretanto, considerando que a POF é realizada de cinco em cinco anos⁵⁷ e pela necessidade de comparar dados de movimentação anualmente, a SAE optou por

⁵⁵ Considerando a cotação de 11/01/19, onde 1 euro é igual a 4,26 real brasileiro, esse valor corresponde a 18,07 euros. Considerando a cotação do dólar igual a 3,71, para a mesma data, o valor correspondente é de 20,75 dólares.

⁵⁶ A polarização foi utilizada para definir os limites inferior e superior e o grau de vulnerabilidade para os próximos cinco anos, usando dados da PNAD.

⁵⁷ Os dados da POF realizada em 2017 ainda não foram divulgados.

usar os limites de corte absoluto da PNAD⁵⁸, “mesmo a despeito dos valores de renda familiar mais baixos”. Mas vale ressaltar que em porcentagem os pontos de corte são os mesmos e refletem a mesma parcela da população.

Segundo a SAE (2012), para comparar os resultados com outros critérios com mais divisões e por apenas três classes gerarem grupos de alta heterogeneidade (o que dificultaria a eficiência de políticas públicas), as classes estabelecidas foram subdivididas considerando-se as linhas de corte dos programas Brasil sem Misérias e Bolsa Família, na classe baixa e polarizações dentro das classes média e alta. A tabela 6 mostra a classificação para renda *per capita* e renda média da família:

Tabela 6: Definição de classes sociais segundo a SAE (2012) em abril de 2012

CLASSE	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDA MÉDIA DA FAMÍLIA (R\$)
Extremamente pobre	Até 81	227
Pobre	De 81 a 162	648
Vulnerável	De 162 a 291	1030
Baixa classe média	De 291 a 441	1540
Média classe média	De 441 a 641	1925
Alta classe média	De 641 a 1019	2813
Baixa classe alta	De 1019 a 2480	4845
Alta classe alta	Acima de 2480	12988

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de dados de SAE (2012).

Para os anos seguintes, a SAE (2012) recomenda usar a taxa de inflação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor–INPC, para correção dos valores de cada estrato da classificação. Segundo o Banco Central do Brasil (2019) o INPC é o índice que baliza os reajustes de salário e é calculado pelo IBGE, que possui outros índices. A tabela 7 apresenta os dados corrigidos para janeiro do ano de 2019:

Tabela 7: Correção de valores da tabela de classes sociais segundo a SAE (2012) para 2019

CLASSE	RENDA PER CAPITA (R\$)	RENDA MÉDIA DA FAMÍLIA (R\$)
Extremamente pobre	Até 119,91	336,05
Pobre	De 119,91 a 239,82	959,28
Vulnerável	De 239,82 a 430,79	1524,79
Baixa classe média	De 430,79 a 652,85	2279,78
Média classe média	De 652,85 a 948,92	2849,72
Alta classe média	De 948,92 a 1508,50	4164,29
Baixa classe alta	De 1508,50 a 3671,33	7172,42
Alta classe alta	Acima de 3671,33	19227,11

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de dados de SAE (2012).

⁵⁸ A PNAD foi extinta em 2015 e foi substituída pela PNAD Contínua, que utiliza dados mais gerais.

Segundo Mazzon; Kamamura (2013), as falhas do método da SAE (2012) são a limitação de seu uso pelos profissionais de marketing, o fato da renda corrente não refletir o padrão de uma família, a diferença entre as rendas medidas pela POF e a PNAD, utilizada pelo método e o uso de um único indicador, a renda. Ainda, o método pode ser considerado limitado por não considerar os bens já herdados por uma determinada classe e o nível de endividamento.

6.1.2. “Critério Brasil”

A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa- ABEP usa o Critério de Classificação Econômica Brasil ou simplesmente Critério Brasil, muito utilizada por empresas de marketing para segmentação e análise de mercado, em investigações que visam compreender o perfil dos consumidores brasileiros, por exemplo. O Critério Brasil é um sistema por pontuação para posses de determinados bens e características domiciliares. A Tabela 8 a seguir lista os critérios e seus pontos utilizados.

Tabela 8. Tabela de pontuações Critério Brasil

VARIÁVEIS	QUANTIDADE				
	0	1	2	3	4 ou +
Banheiros	0	3	7	10	14
Empregados domésticos	0	3	7	10	13
Automóveis	0	3	5	8	11
Microcomputador	0	3	6	8	11
Lava louça	0	3	6	6	6
Geladeira	0	2	3	5	5
Freezer	0	2	4	6	6
Lava roupa	0	2	4	6	6
DVD	0	1	3	4	6
Micro-ondas	0	2	4	4	4
Motocicleta	0	1	3	3	3
Secadora de roupa	0	2	2	2	2
ESCOLARIDADE DA PESSOA DE REFERÊNCIA					
Analfabeto / Fundamental I incompleto					0
Fundamental I completo / Fundamental II incompleto					1
Fundamental II completo / Médio incompleto					2
Médio completo / Superior incompleto					4
Superior completo					7
SERVIÇOS PÚBLICOS		NÃO		SIM	
Água encanada		0		4	
Rua pavimentada		0		2	

Fonte: Reproduzida de ABEP (2018).

De acordo Mazzon; Kamamura (2013), o Critério Brasil existe desde 1997, tendo sido atualizado em 2002, 2008 e 2015. Atualmente, ele utiliza o método criado por Mazzon; Kamamura (2013), entretanto com menos variáveis (15) e continua a utilizar dados da PNAD para sua formulação e já considera o conceito de renda permanente.

As classes são definidas em ordem crescente de acordo com a soma dos pontos em A, B, C, D e E, com subdivisões por classe, totalizando sete classes: A, B1, B2, C1, C2, D e E, sendo a D e E unidas em um único grupo conforme mostra a tabela 9 a seguir:

Tabela 9. Cortes Critério Brasil.

CLASSE	PONTOS
A	45-100
B1	38-44
B2	29-37
C1	23-28
C2	17-22
D-E	0-16

Fonte: Reproduzida de ABEP (2018).

A tabela 10 apresenta a renda média domiciliar equivalente a cada estrato socioeconômico, com base no PNADC de 2017, com dados já corrigidos para 2018.

Tabela 10. Critério Brasil

ESTRATO SÓCIO ECONÔMICO	RENDA MÉDIA DOMICILIAR
A	23.345,11
B1	10.386,52
B2	5.363,19
C1	2.705,00
C2	1.625,00
D-E	768,00
TOTAL	3130,00

Fonte: Reproduzida de ABEP (2018).

Para Mazzon; Kamamura (2013), o método do Critério Brasil tem um foco maior em estratificar as classes de maior renda. A maior crítica que fazem ao método é que os itens avaliados indicam a capacidade de consumo das pessoas, mas não dão uma dimensão sociológica.

6.1.3. Método Mazzon Kamamura

O Conceito de renda permanente e os dados da POF/IBGE são utilizados no método desenvolvido por Mazzon; Kamamura (2013) para definição de classes. De acordo com os autores, a renda permanente é um conceito que se diferencia do conceito de renda corrente, que consiste na soma dos salários acrescentando-se outros ganhos do cidadão. Na renda permanente:

“O conceito não é perguntado de forma direta, mas sim avaliado de maneira indireta. Possibilita medir o poder de compra de uma família não apenas em termos do poder aquisitivo oriundo de sua renda corrente, mas principalmente em decorrência das condições de conseguir manter seu atual status socioeconômico conquistado ao longo de décadas com base em sua escolaridade, aplicações financeiras e posse de bens e serviços” (Mazzon; Kamamura, 2013, p.13).

Mazzon; Kamamura (2013) concordam com Friedman (1957) que diz que é a renda permanente que determina o padrão de consumo do cidadão, pois, entre outros motivos, ao longo do tempo os bens se acumulam e o consumo diminui, o que faz com que grupos com rendas correntes similares tenham padrão de gastos diferenciados.

Para o método, eles utilizaram 35 variáveis diversas, ajustadas à composição familiar, região geográfica e tipo de município. Os autores criaram 20 estratos, posteriormente agrupados em 7 classes, chamadas de socioeconômicas por considerar outras variáveis além da renda. A tabela 11 seguinte apresenta o perfil das classes definidas por Mazzon; Kamamura (2013), com renda permanente mensal familiar em destaque, com base na POF- 2009.

Tabela 11. Perfil de classes sociais pelo método de Mazzon; Kamamura (2013)

INDICADOR	ESTRATO SOCIOECONÔMICO						
	1	2	3	4	5	6	7
Até 3 anos de escola	7,4%	4,1%	11,5%	17,3%	22,8%	47%	58,9%
De 4 a 7 anos de escola	1,0%	0,0%	13,5%	22,8%	28,7%	34,2%	27,5%
De 8 a 10 anos de escola	1,6%	1,0%	9,6%	14,5%	16,9%	10,9%	8,2%
De 11 a 14 anos de escola	25,6%	35,9%	41,8%	39,2%	29,9%	7,8%	5,0%
15 ou mais anos	64,4%	59,0%	23,6%	6,2%	1,7%	0,1%	0,4%
Renda mensal familiar (R\$)	17.434	9.897	4.681	2.674	1.484	1.113	854
Dormitórios	2,5	2,3	2,2	2,0	1,9	1,9	1,6
Banheiros	3,1	2,4	1,8	1,3	1,1	1,1	0,8
Água encanada	93,3%	92,7%	93,3%	93,7%	94,8%	92,5%	67,6%
Esgoto (rede)	57,5%	64,2%	50,3%	45,5%	48,0%	30,7%	17,9%
Esgoto (fossa séptica)	17,8%	10,4%	19,6%	19,8%	17,4%	18,5%	10,7%
Esgoto (tanque)	22,3%	22,9%	26,6%	29,6%	29,8%	44,0%	38,7%
Esgoto (outro)	2,4%	2,5%	3,5%	5,1%	4,8%	6,8%	32,7%
Rua pavimentada	76,6%	77,4%	71,3%	65,5%	67,7%	48,6%	31,9%
Ar condicionado	1,3	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Aspirador de pó	0,6	0,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Automóvel	1,6	1,3	0,9	0,4	0,2	0,1	0,0
Batedeira	0,7	0,6	0,6	0,4	0,2	0,1	0,0
Bicicleta	0,9	1,0	0,7	0,6	0,7	0,6	0,3
DVD	1,5	1,1	0,9	0,7	0,7	0,5	0,1
Empregada doméstica	0,9	0,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0
Estéreo	1,1	0,9	0,7	0,6	0,5	0,4	0,1
Ferro de roupa	1,2	1,2	1,0	0,9	0,8	0,7	0,2
Filtro de água	0,4	0,5	0,4	0,3	0,3	0,4	0,1
Fogão	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	0,7
Freezer	1,3	1,0	0,9	0,5	0,3	0,2	0,0
Geladeira	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,5
Lava-louça	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lava-roupa	0,8	0,8	0,8	0,6	0,3	0,2	0,0
Liquidificador	1,0	1,0	1,0	0,9	0,8	0,7	0,2
Máquina de costura	0,3	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,0
Microcomputador	1,5	1,1	0,7	0,3	0,1	0,0	0,0
Micro-ondas	0,7	0,7	0,5	0,3	0,1	0,0	0,0
Motocicleta	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,0
Parabólica	0,2	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,0
Purificador de água	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Rádio	0,5	0,9	0,4	0,3	0,3	0,4	0,2
Secador de cabelo	0,9	0,8	0,5	0,3	0,2	0,0	0,0
Secadora de roupas	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Tv em cores	2,7	2,3	1,9	1,4	1,2	1,0	0,6
Tv em preto e branco	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ventilador	1,9	1,8	1,6	1,0	0,8	0,7	0,1

Fonte: Reproduzida de Mazzon; Kamamura (2013), com grifo da autora.

A tabela 12 abaixo apresenta os dados corrigidos do método de Mazzon; Kamamura para janeiro de 2019, considerando o índice INPC.

Tabela 12. Correção de valores da tabela de classes socioeconômicas segundo método de Mazzon; Kamamura para 2019

ESTRATO SOCIOECONÔMICO	RENDA MÉDIA DA FAMÍLIA (R\$)
1	30.675,98
2	17.414,26
3	8.236,45
4	4.705,04
5	2.611,17
6	1.760,44
7	1.502,66

Fonte: Elaborada pela autora.

A crítica que se faz ao método de Mazzon; Kamamura é similar à crítica feita ao Critério Brasil, onde se percebe uma clara prioridade às classes mais ricas da sociedade e pouca atenção às classes mais baixas. O método parece não contemplar as classes mais pobres do país, uma vez que seu estrato mais pobre, obviamente, possui renda média inferior ao estrato mais baixo definido pelos autores, o que inviabiliza o uso do método para estudos e análises dessas classes.

6.1.4. Classificação do IBGE

Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, nos seus censos de 1990, 2000 e 2010 não define classes sociais entre a sociedade brasileira, mas sim faixas de renda em função do salário mínimo - SM, tanto para o cidadão, quanto para o domicílio.

A Tabela 13 a seguir mostra as dez faixas de renda usadas pelo Censo de 2010, considerando a primeira como uma não faixa, pois define os indivíduos sem renda. Os estratos de faixa de renda da pessoa foram retirados da tabela *Arquivo renda da pessoa* (CENSO, 2010). Já os da renda do domicílio *per capita*, foram retiradas do *Arquivo Renda dos Domicílios* (CENSO, 2010), ambos disponibilizados pelo IBGE (2010). Em faixas de renda da pessoa, foram considerados os rendimentos de pessoas com mais de 10 anos.

Tabela 13. Estratificação do IBGE por faixa de renda.

IDENTIFICAÇÃO	FAIXAS DE RENDA DA PESSOA	FAIXAS DE RENDA DO DOMICÍLIO PER CAPITA
1	Sem rendimento	Sem rendimento
2	Até ½ SM	Até 1/8 SM
3	De ½ SM até 1 SM	Mais de 1/8 a ¼ SM
4	Mais de 1 a 2 SM	Mais de ¼ a ½ SM
5	Mais de 2 a 3 SM	Mais de ½ a 1 SM
6	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 1 a 2 SM
7	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 2 a 3 SM
8	Mais de 10 a 15 SM	Mais de 3 a 5 SM
9	Mais de 15 a 20 SM	Mais de 5 a 10 SM
10	Mais de 20 SM	Mais de 10 SM

Fonte: Autora, com base em dados de IBGE (2010).

A tabela 14 abaixo apresenta as faixas de renda definidas pelo IBGE, considerando o salário mínimo brasileiro em janeiro de 2019, de R\$ 998,00 (234,27 euros, e 269,00 dólares, considerando a cotação de 11/01/2019).

Tabela 14. Valores Estratificação do IBGE por faixa de renda.

IDENTIFICAÇÃO	FAIXAS DE RENDA DO CIDADÃO	FAIXAS DE RENDA DO DOMICÍLIO PER CAPITA
1	Sem rendimento	Sem rendimento
2	Até 499	Até 124,75
3	De 499 até 998	Mais de 124,75 a 249,50
4	Mais de 998 a 1.996	Mais de 249,50 a 499
5	Mais de 1.996 a 2.994	Mais de 499 a 998
6	Mais de 2.994 a 4.990	Mais de 998 a 1.996
7	Mais de 4.990 a 9.980	Mais de 1.996 a 2.994
8	Mais de 9.980 a 14.970	Mais de 2.994 a 4.990
9	Mais de 14.970 a 19.960	Mais de 4.990 a 9.980
10	Mais de 19.960	Mais de 9.980

Fonte: Autora, com base em dados de IBGE (2010).

Para fins comparativos, é válido citar que à época (11 de janeiro de 2019), 1 euro estava cotado em 4,26 reais, um dos valores mais altos já alcançados.

Como já citado pela SAE (2012), a estratificação por salários mínimos é bastante criticada, uma vez que é preciso identificar quanto ganham os cidadãos e seu real poder de compra.

Embora sejam usados vários métodos de classificação, pode-se perceber que as faixas de renda das classes pobres definidas por esses métodos são muito parecidas entre si e se aproximam do limite utilizado para delimitar a linha de pobreza

e o Grau de vulnerabilidade estabelecido pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Percebe-se que a grande diferença entre os métodos está no limite entre classe média e classe alta.

6.1.5. Comparação entre os métodos de classificação social para definição das áreas a serem analisadas.

Primeiramente, descartou-se o método de Mazzon; Kamamura (2013) que demonstrou uma atenção nas classes mais elevadas que não eram o foco dessa investigação. Depois os métodos da SAE e do Critério Brasil foram comparados.

Ao se comparar as médias de rendas mensais das classes média e C do método da SAE e do Critério Brasil, respectivamente, pôde-se perceber uma diferença inferior pequena nos limites mais baixo e mais alto. Como possuem valores parecidos e como o método da SAE estratifica essa classe intermediária em três níveis, enquanto o Critério Brasil o faz em apenas dois, entendeu-se que o Método SAE, entre esses dois, seria mais adequado que o Critério Brasil para definir os limites de renda nominal mensal domiciliar per capita, utilizados na investigação, pois estratifica mais a classe objeto do estudo.

Por fim, comparou-se os dados de São Luís ao se considerar o critério SAE e as definições de faixa de renda do IBGE, para decidir quais limites utilizar. É válido lembrar que as faixas de renda definidas pelo IBGE constituem a estratificação que se apresenta mais detalhada com três grupos dentro de cada classe.

Entretanto, para poder comparar os métodos investigados foi preciso ajustar seus valores para o mesmo ano. Como os dados de renda levantados e utilizados foram os do Censo de 2010, utilizou-se a taxa de inflação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, para correção dos valores definidos em 2012 pela SAE (2012) e o valor do salário mínimo em 2010 para definição das faixas de renda do IBGE.

A tabela 15 a seguir apresenta os valores corrigidos para 2010 do método da SAE:

Tabela 15. Valores corrigidos para 2010 de classes sociais, segundo o método da SAE (2012).

CLASSE	RENDA PER CAPITA EM 2010(R\$)
Extremamente pobre	Até 73
Pobre	De 73 a 146
Vulnerável	De 146 a 262
Baixa classe média	De 262 a 398
Média classe média	De 398 a 578
Alta classe média	De 578 a 919
Baixa classe alta	De 919 a 2236
Alta classe alta	Acima de 2236

Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto à análise dos dados considerando a estratificação em faixas de renda do IBGE e tomando cada classe como detentora de três faixas de renda, a tabela 16 abaixo apresenta os valores corrigidos para 2010 do IBGE:

Tabela 16. Valores corrigidos para 2010 de classes sociais, segundo o critério do IBGE.

FAIXA DE RENDA	CLASSE REFERENTE	RENDA PER CAPITA EM 2010(R\$)
Até 1/8 SM	Extremamente pobre	Até a 63,75
Mais de 1/8 a ¼ SM	Pobre	De 63,76 a 127,5
Mais de ¼ a ½ SM	Vulnerável	De 127,6 a 255
Mais de ½ a 1 SM	Baixa classe média	De 255 a 510
Mais de 1 a 2 SM	Média classe média	De 511 a 1020
Mais de 2 a 3 SM	Alta classe média	De 1021 a 1530
Mais de 3 a 5 SM	Baixa classe alta	De 1531 a 2550
Mais de 5 a 10 SM	Média classe alta	De 2551 a 5100
Mais de 10 SM	Alta classe alta	Mais de 5100

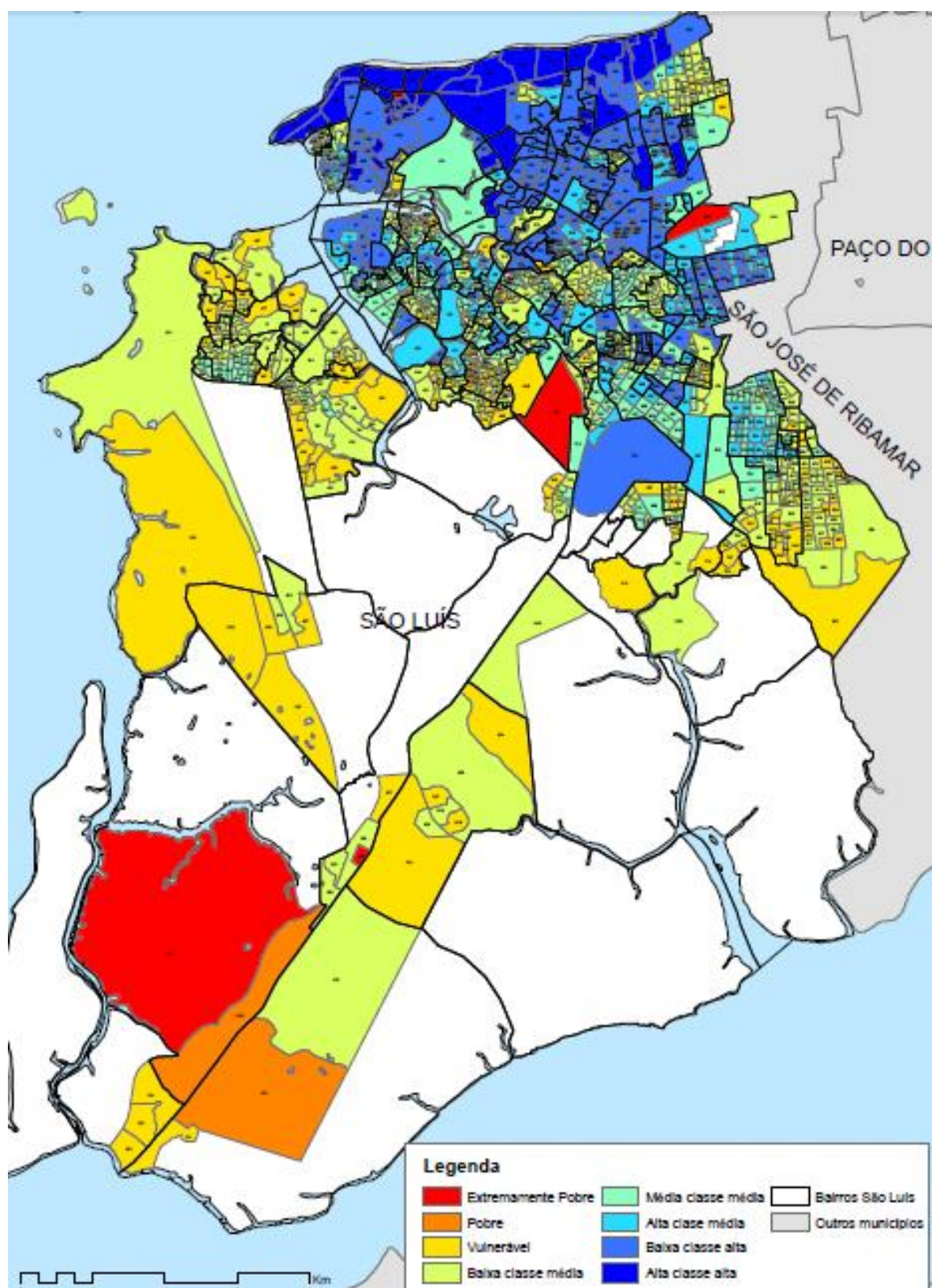
Fonte: Elaborada pela autora.

Pode-se perceber claramente que o método SAE tem limites menores para as classes sociais. Embora seu limite inferior para o primeiro estrato de classe média seja maior, a partir deste, começa a apresentar valores significativamente menores.

Quando foram considerados os resultados do censo para cada setor censitário e conseqüentemente, para cada bairro, a análise das classes sociais dos bairros pelo método SAE apresentou uma discrepância clara com relação a alguns bairros sabidamente pertencentes a determinadas classes e indicando ainda um alto índice de bairros de classe alta, o que não condiz claramente com a realidade da cidade. Já os resultados obtidos utilizando-se a estratificação do IBGE apresentaram dados mais coerentes com a realidade do município.

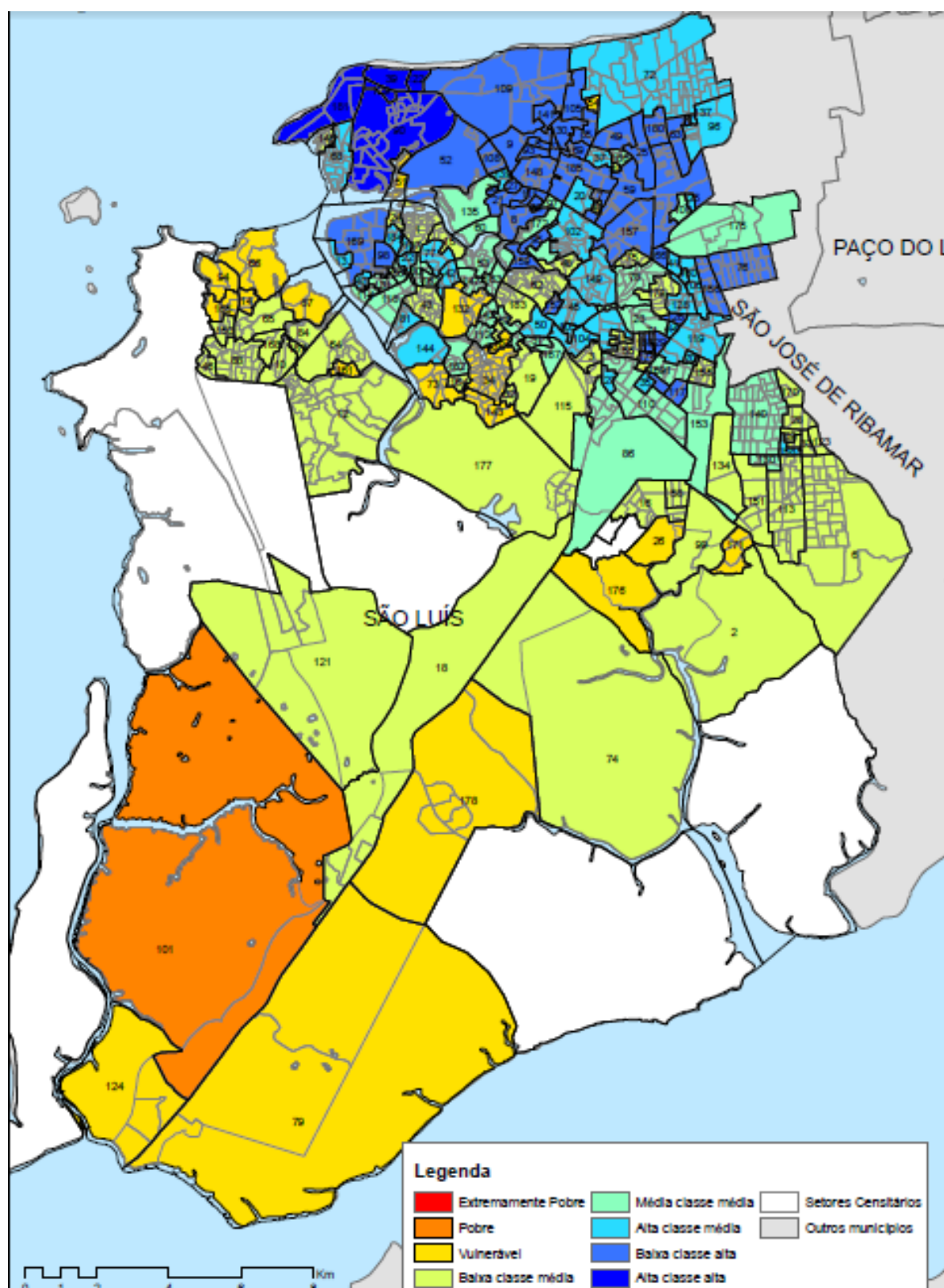
A figura 58 mostra os setores censitários já classificados de acordo com os limites per capita definidos para cada classe social do método SAE (o total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes foi dividido pelo número de domicílios particulares permanentes. A média encontrada do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes para cada setor foi dividida pela média do seu número de moradores). Já a figura 59, apresenta a classe social de cada bairro. Para tal resultado, foi tirada a média ponderada entre os setores censitários. A figura 60 mostra apenas os bairros classificados como de classe média.

Figura 58: Estratificação social por setor censitário, segundo o método da SAE (2012)



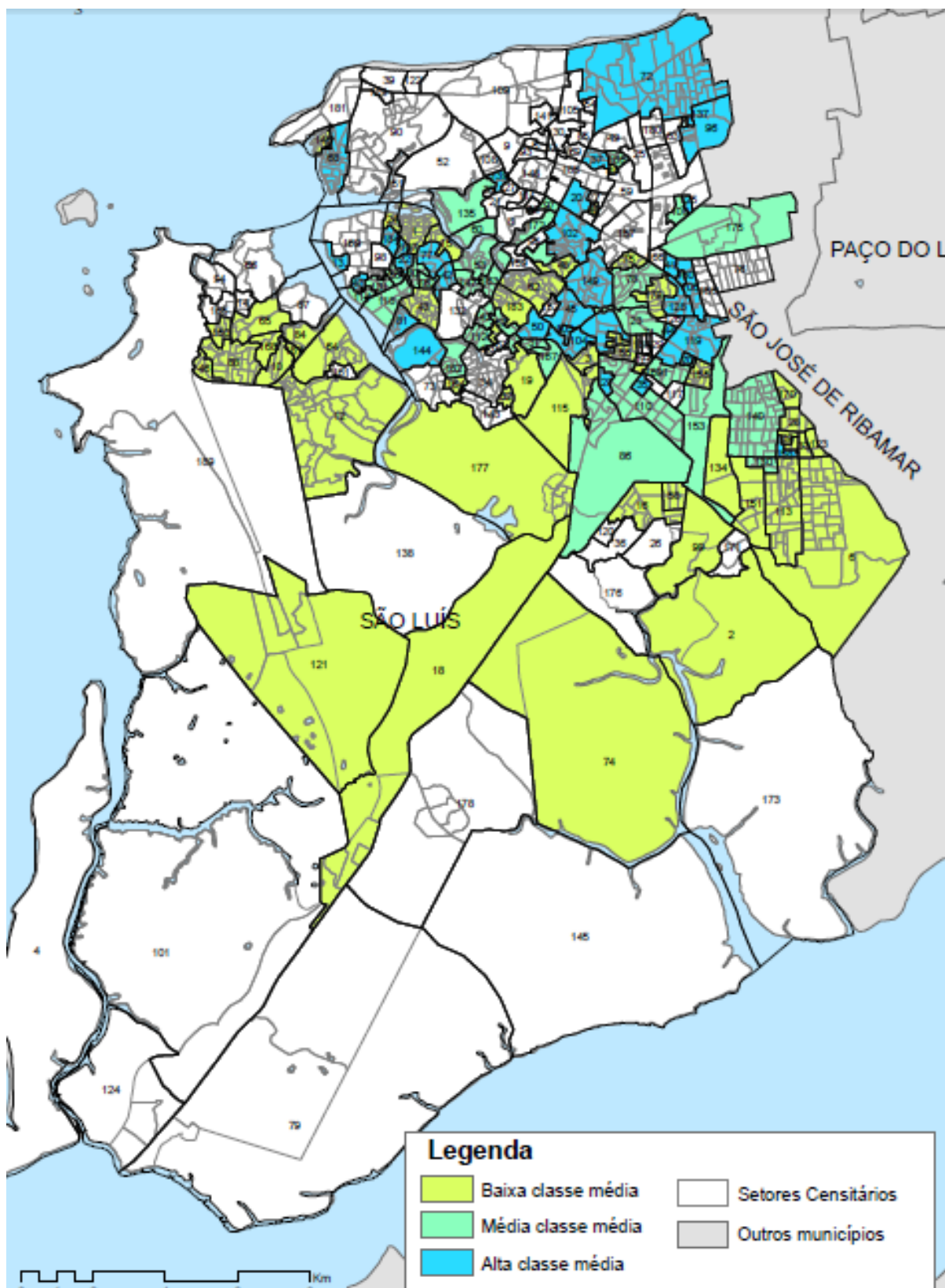
Fonte: Elaborado por Duailibe; Carvalho (2016).

Figura 59: Estratificação social por bairro, segundo o método da SAE (2012)



Fonte: Elaborado por Duailibe; Carvalho (2016).

Figura 60: Bairros de classe média, segundo o método da SAE (2012)



Fonte: Elaborado por Duailibe; Carvalho (2016).

A tabela 17 abaixo mostra o quantitativo de domicílios particulares e de população dos bairros por classe social predominante considerada, pelo método SAE.

Tabela 17. Dados por classe de bairros pelo método SAE.

CLASSE SOCIAL	NÚMERO DE BAIROS	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	% DE DOMICÍLIO	POPULAÇÃO DOS BAIROS	% DE POPULAÇÃO
Extremamente Pobre	0				
Pobre	1	416	0,16	1668	0,18
Vulnerável	19	23337	8,91	88134	9,27
Baixa Classe média	49	88794	33,89	332908	35,03
Média Classe Média	32	47913	18,28	178079	18,74
Alta classe média	34	46045	17,57	168054	17,68
Baixa classe Alta	44	48094	18,35	156332	16,45
Alta classe Alta	5	7442	2,84	25113	2,64
Total	184	262041	100	950290	100

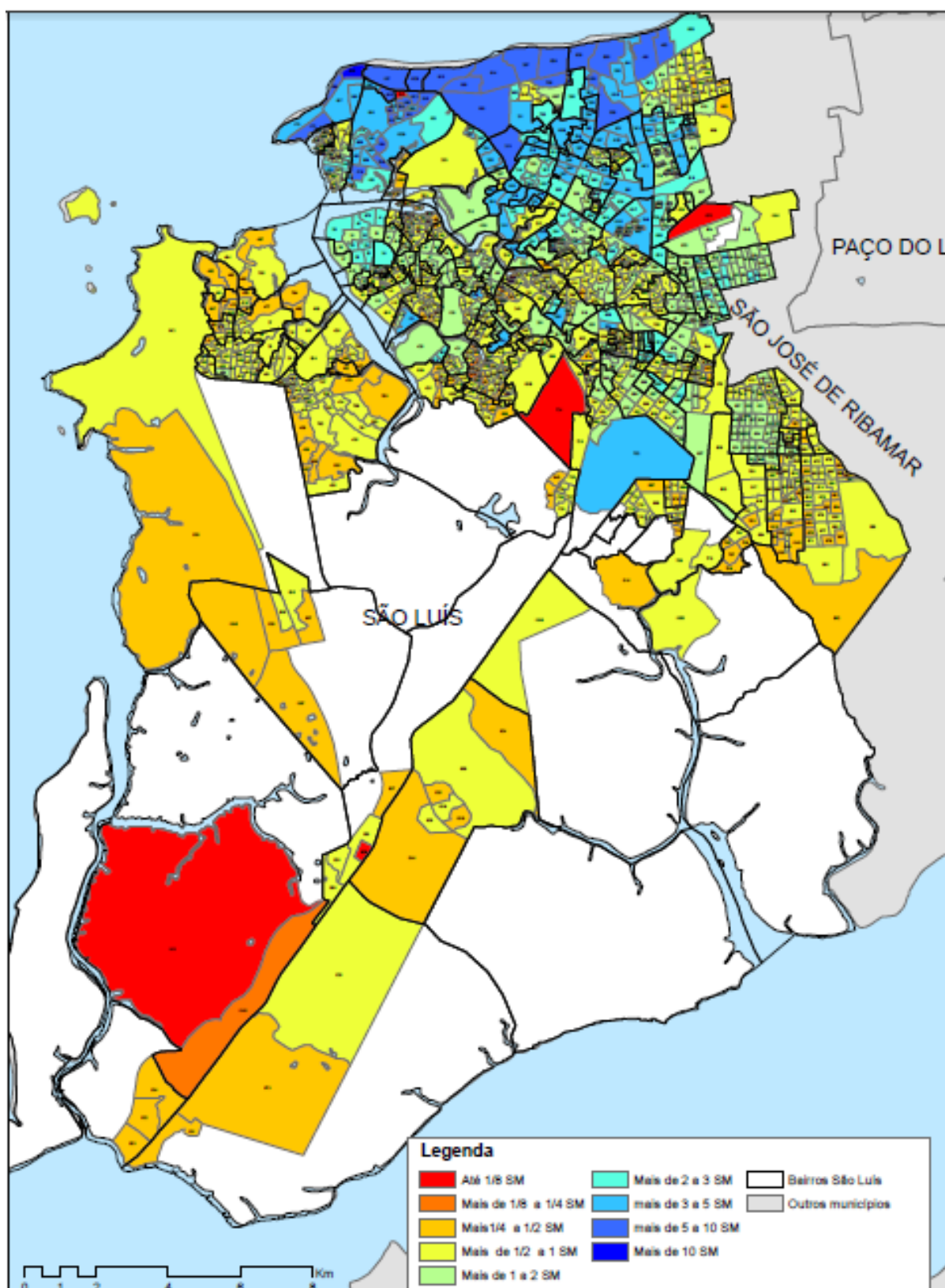
Fonte: Elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 do IBGE.

Desta forma, a análise pelo método SAE apresentou 20 bairros de classe baixa (10,86 % do total), 115 bairros de classe média (62,50% do total) e 49 bairros, como sendo de classe alta (27,22% do total).

Entre os bairros de classe média, 49 são de baixa classe média (26,37% do total), 32 bairros de média classe média (17,58% do total) e 34 bairros de alta classe média (18,13% do total).

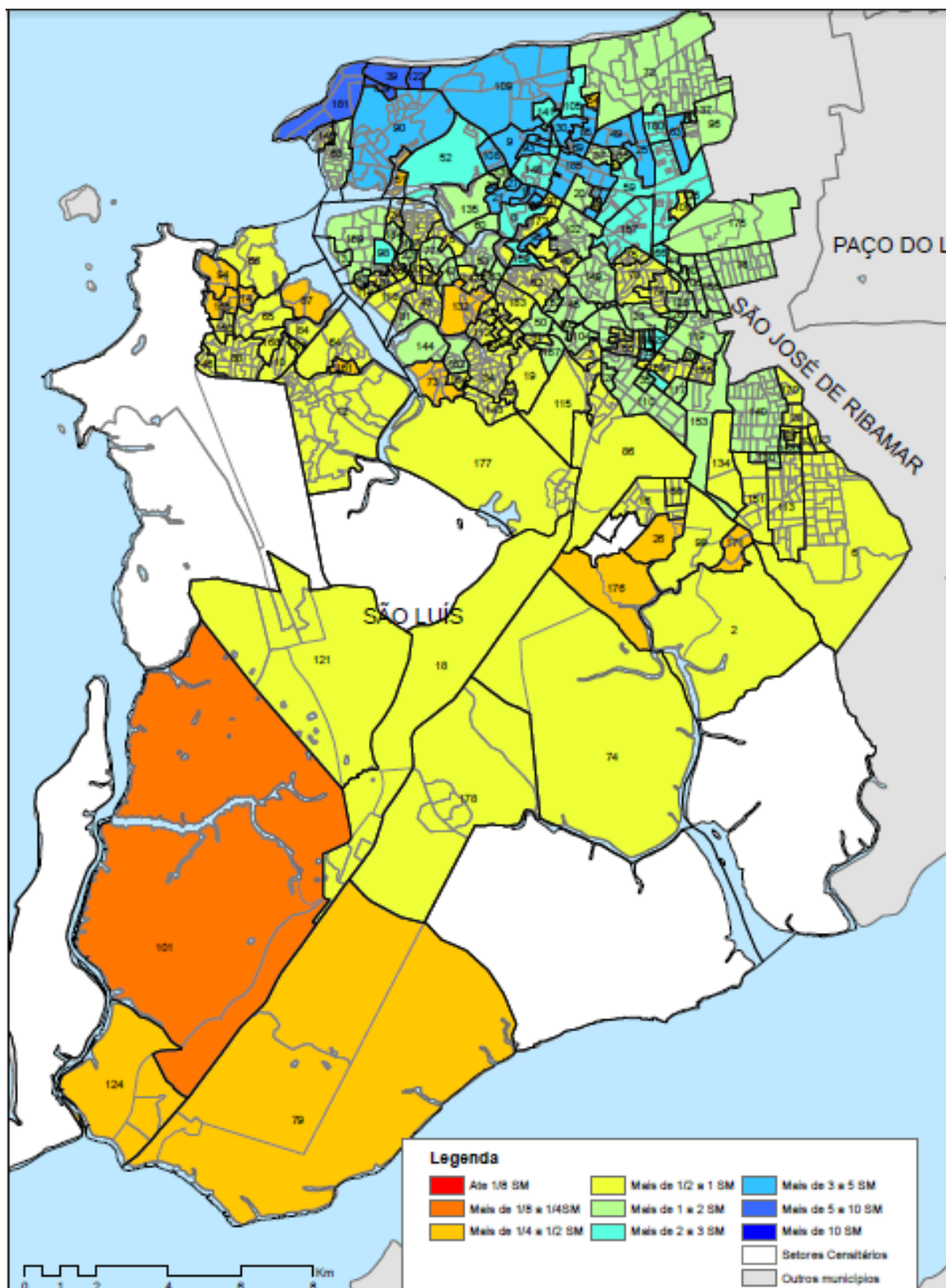
Já a figura 61 apresenta os setores censitários classificados de acordo com os limites per capita definidos pelo IBGE. A figura 62 apresenta a classe social de cada bairro, a partir da média ponderada entre os setores censitários. A figura 63 mostra apenas os bairros classificados como de classe média.

Figura 61: Estratificação social por setor censitário, segundo faixas de renda do IBGE (2010)



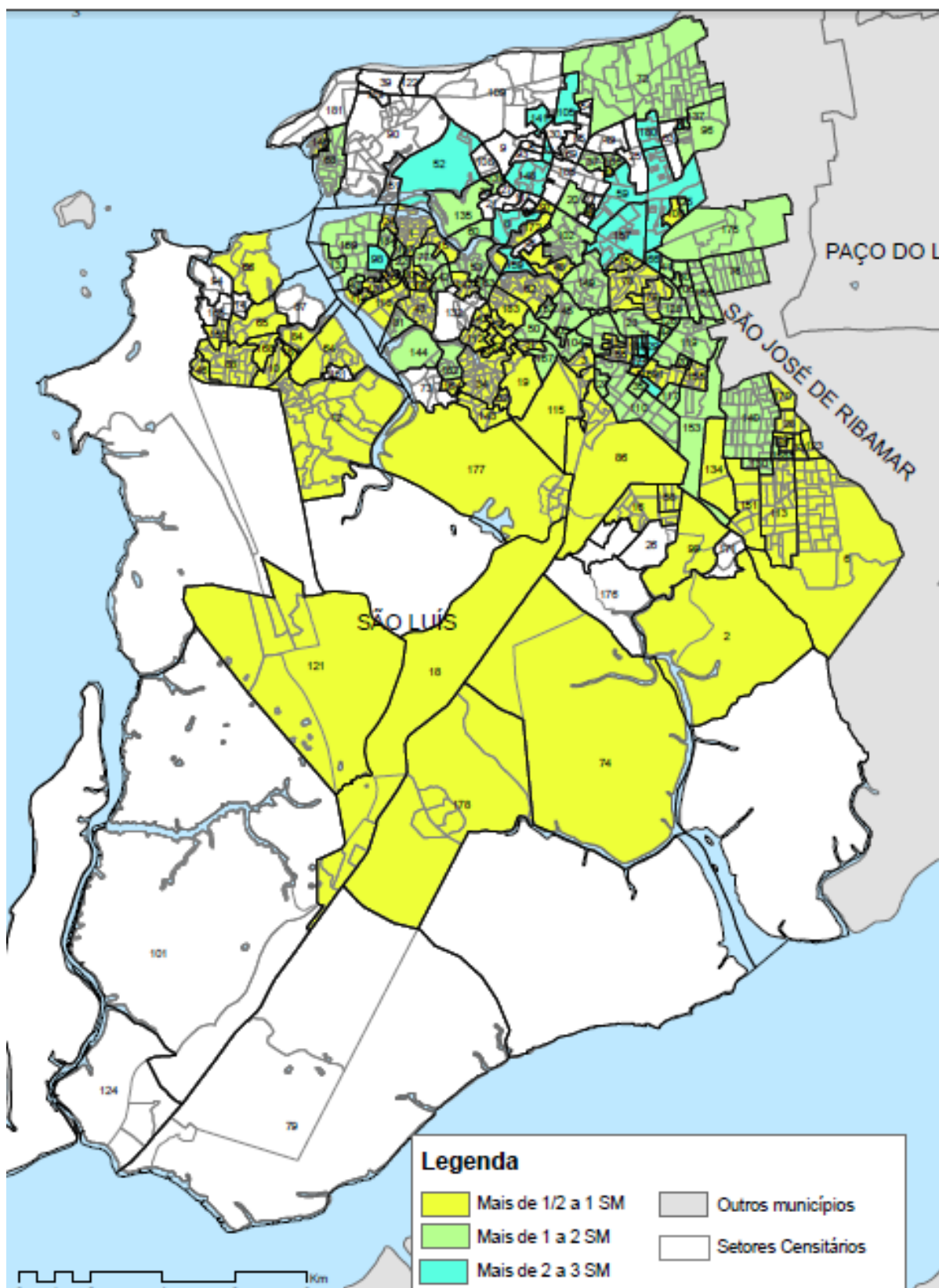
Fonte: Elaborado por Duailibe; Carvalho (2016).

Figura 62: Estratificação social por bairro, segundo faixas de renda do IBGE (2010)



Fonte: Elaborado por Duailibe; Carvalho (2016).

Figura 63: Bairros de classe média, segundo faixas de renda do IBGE (2010)



Fonte: Elaborado por Duailibe; Carvalho (2016).

Já a tabela 18 a seguir mostra o quantitativo de domicílios particulares por classe social considerada pelo método do IBGE.

Tabela 18. Dados por classe de bairros pelo método IBGE.

CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA	NUMEROS DE BAIROS	NÚMERO DE DOMICÍLIO	% DE DOMICÍLIO	POPULAÇÃO	% DE POPULAÇÃO
Ate 1/8 SM	---	---	---	---	---
Mais de 1/8 SM a 1/4 SM	1	416	0,16	1668	0,175542173
Mais de 1/4 SM a 1/2 SM	14	12685	4,84	43897	4,619369099
Mais de 1/2 SM a 1 SM	74	121282	46,28	453483	47,72047729
Mais de 1 SM a 2 SM	53	86624	33,06	315834	33,23559617
Mais de 2 SM a 3 SM	18	19999	7,63	64393	6,776233482
Mais de 3 SM a 5 SM	20	18965	7,24	64173	6,752990055
Mais de 5 SM a 10 SM	4	2070	0,79	6840	0,719791732
Mais de 10 SM	---	---	---	---	---
Total	184	262041		950290,16	

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de dados do Censo 2010 do IBGE.

Considerando as faixas de renda do IBGE, a análise apresentou 15 bairros de classe baixa (8,15% do total), 145 bairros de classe média (78,80% do total) e 24 bairros como sendo de classe alta (13,04% do total).

Pôde-se perceber que, ao contrário do resultado pelo método SAE, ao se utilizar as faixas de renda do IBGE, não foram encontrados bairros de alta classe alta na cidade, ou seja, com maioria dos domicílios com renda per capita referente a essa classe e o número de bairros de classe alta diminuiu significativamente, aumentando fortemente o número de bairros de classe média.

Entre os bairros de classe média, 74 são predominantemente de baixa classe média (40,21% do total), 53 bairros de média classe média (28,80% do total) e 18 bairros de alta classe média (9,78% do total).

Comparando-se os métodos para estratificação, o do IBGE foi o escolhido para ser utilizado na investigação por, além de possibilitar o cruzamento de dados e mostrar limites de sua faixa de renda na média dos demais, apresentou resultados mais coerentes com a realidade social da cidade.

É importantíssimo lembrar que não se pode afirmar simplesmente que por conter mais bairros de classe média, a maioria da população da área de situação urbana da cidade seja de classe média. Entretanto, como os setores censitários são

definidos em função do número de moradores, em média, os resultados apontam para essa definição, que pode ser confirmada quando os dados do censo relativos aos rendimentos dos domicílios são analisados. Ainda que haja diferenças de % entre as metodologias, ambas apontaram para uma cidade com maioria da população residente em bairros de baixa e média classe média, embora as densidades demográficas dos bairros possam ser bem diferentes.

Também é imprescindível compreender que os quantitativos gerais dos bairros não correspondem à totalidade de domicílios da faixa de renda onde o bairro está inserido, uma vez que há heterogeneidade de renda nos bairros, como pode ser visto nos mapas de rendas por setores censitários. Há heterogeneidade inclusive nos setores censitários.

Por exemplo, embora a tabela 18 mostre que há 86624 domicílios nos bairros classificados nesta tese como sendo de baixa classe média, não significa que existam 86624 domicílios de baixa classe média na cidade. A tabela 19 apresenta os resultados de cada classe de rendimento, de acordo com o Censo (2010). Entretanto é nítido que os estratos de renda “classe baixa alta” e “classe média baixa” e “classe média média” possuem os maiores índices não só quando se considera o número de bairros como quando se considera os domicílios separadamente.

Tabela 19: Classes de rendimentos dos domicílios particulares permanentes de situação urbana de São Luís

CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA	DOMICÍLIOS	% EM RELAÇÃO AOS DOMICÍLIOS DE SITUAÇÃO URBANA*	% EM RELAÇÃO AOS DOMICÍLIOS*
Ate 1/8 SM	5196	1,98	1,88
Mais de 1/8 SM a 1/4 SM	21276	8,10	7,69
Mais de 1/4 SM a 1/2 SM	57116	21,76	20,63
Mais de 1/2 SM a 1 SM	74199	28,27	26,80
Mais de 1 SM a 2 SM	47312	18,03	17,09
Mais de 2 SM a 3 SM	16746	6,38	6,05
Mais de 3 SM a 5 SM	14741	5,61	5,33
Mais de 5 SM a 10 SM	10642	4,05	3,84
Mais de 10 SM	4205	1,60	1,52
Sem rendimento	10970	4,18	3,96
Sem declaração	---	---	---

*Porcentagem dos domicílios particulares permanentes de situação urbana em relação ao total de domicílios particulares permanentes de situação urbana.

**Porcentagem dos domicílios particulares permanentes de situação urbana em relação ao total de domicílios particulares permanentes.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Censo (2010).

Portanto, em São Luís, segundo dados do Censo 2010 do IBGE, e utilizando o método de classificação do órgão, o grupo analisado nesta investigação (classe média) corresponde a 78,80% dos bairros, nos quais estão 86,97% dos domicílios da cidade e onde moram 87,72% da população, sendo que a maioria se encontra nos bairros de baixa e média classe média.

Como para o recorte geográfico foram considerados os bairros ditos de média e alta classe média, conforme já explicado, de acordo com a classificação de renda do IBGE, o quadro 10 apresenta a lista desses bairros.

Quadro 10: Bairros de média e alta classe média

MÉDIA CLASSE MÉDIA		ALTA CLASSE MÉDIA
Desterro	Fabril	Apicum
Vivendas do Turu	Jardim São cristovão/ Conjunto Juçara/ Conjunto Penalva	Santa Eulália/Vila Independente
Cantinho do Céu	Ipem São Cristovão/Conjunto São Carlos	Recanto dos Nobres
Vila Passos	Forquilha	Jardim Coelho Neto
Aurora	Ipem Turu	Conjunto habitacional Vinhais
Vinhais III	Planalto Anil IV/ Centauro	Vila Menino Jesus de Praga/ Cohaserma/ Planalto
Cohapam	Cohab Anil III	Vila 25 de maio/ Conjunto dos Ipês
Vila Fialho	Jardim América	Ipase
Cohab Anil I	Jardim Monterey/ Vinhais Velho	Turu
Apeadouro	Planalto Turu II	Angelim
Parque Guanabara	Parque Olinda/ Vila Roseana	Conj. Hab.Turu/Jardim Atlântico
Santa Cruz	Cidade Operária	Jardim de Fátima
Madre Deus	Pindorama	Vivendas do Turu
Outeiro da Cruz	Anil	Ilha Bela
Alemanha	Radional	Planalto Aurora
Boa Morada	Jardim São Cristóvão II	Planalto Anil
São Francisco	Vila Brasil	Parque Universitário
Parque sabiá	Jardim América Central	Residencial Turquesa
Olho D`água	Cohab Anil II	
Cohatrac I, II, III, IV, Primavera- Cohatrac	Conj. Dom Sebastião/ Vila dos Nobres/ Pq. Dos Nobres/ Pq. Timbiras	
Monte Castelo	Coheb	
Parque Amazonas	Centro	
Santa Rosa	Itapiracó	
Bequimão	Ivar Saldanha	
Cutim Anil	Diamante	
Santo Antônio	Recanto Fialho/ Vila União	
Cohab Anil IV		

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de análise dos dados do Censo (2010).

Corroborando a lista de bairros resultante do método IBGE, Santos; Vieira (2016), depois de analisar os dados do SINDUSCON (2009), citam os bairros Calhau, Cohama, Filipinho, Forquilha, Olho D`água. Ponta da Areia, Pondo do Farol,

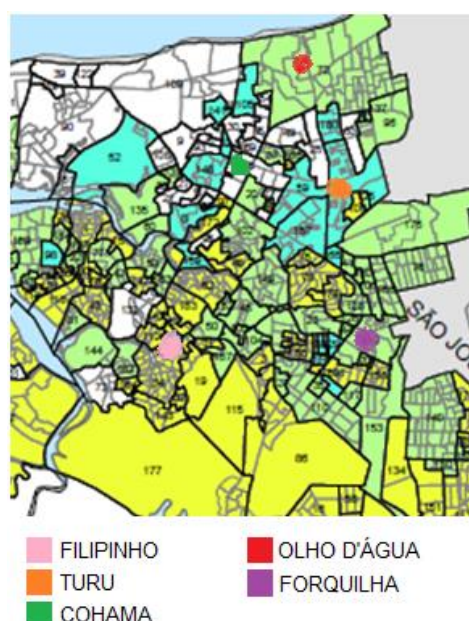
Renascença (pelas características locais, acredita-se que os autores quiseram citar a área conhecida como Renascença II) São Marcos e Turu como os bairros mais significativos de oferta e venda de edifícios residenciais em fevereiro de 2009.

Desses, O Filipinho, Olho d'água, Turu, Forquilha e Cohama são áreas reconhecidas na cidade de construção de apartamento do MCMV e que tiveram significativo crescimento no início desse século. Todos, com exceção da Cohama, bairro de classe alta baixa, são considerados bairros de classe média. Os demais são também bairros de classe alta, que puxaram o boom dos edifícios residenciais e se encontram no norte da cidade.

Entretanto, a Cohama está muito próxima do Turu, e rodeada de bairros de classe média, o que indica uma clara transposição desses limites técnicos de bairros, conforme cita Teixeira, Machado (1986). Santos; Vieira (2016), inclusive, consideraram a Cohama um bairro de classe média quando relacionaram o número de quartos dos apartamentos ofertados e vendidos na cidade à possível classe econômica dos moradores.

Não se sabe qual o limite de bairros foi usado na investigação de Santos; Vieira (2016), mas quando se identifica esses bairros no mapa da figura 64, tem-se a localização apresentada na figura a seguir:

Figura 64: Localização de alguns bairros citados por Santos; Vieira (2016)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Duailibe; Carvalho (2016).

De acordo com Santos; Vieira (2016), o Filipinho e a Forquilha foram os bairros que mais ofereceram apartamentos de dois quartos em fev./2009 e o bairro do Turu onde mais se vendeu apartamentos. A tabela a seguir, apresenta os dados de Santos; Vieira (2016), com base no relatório em SINDUSCON (2009):

Tabela 20: Ofertas e vendas por bairros x número de quartos em São Luís em fev/2009.

BAIRROS	OFERTAS				VENDAS			
	1Q	2Q	3Q	4Q ou +	1Q	2Q	3Q	4Q ou +
Calhau	0	191	175	128	0	10	20	6
Cohama	0	96	0	0	0	37	0	0
Filipinho	0	192	0	0	0	18	0	0
Forquilha	0	192	0	0	0	7	0	0
Olho D'água	0	20	0	35	0	6	0	1
Ponta da Areia	0	0	18	15	0	0	3	0
Ponta do farol	0	0	0	14	0	0	0	1
Renascença	0	6	53	17	0	2	2	0
São Marcos	0	0	0	7	0	0	0	0
Turu	0	98	49	147	0	88	4	0

Fonte: Adaptada de Santos; Vieira (2016).

De fato, percebe-se que houve um grande crescimento da área próxima ao norte, onde estão os bairros listados por Santos; Vieira (2016) e considerados de classe média.

Este capítulo apresentou, portando, diversos critérios e métodos utilizados para categorização de classes, a fim de escolher o que melhor se adequava para a realidade da investigação realizada e que pudesse, portanto, ser utilizado. Foram abordados, o método SAE, o Critério Brasil, o Método Mazzon Kamamura e a Estratificação de rendas realizada pelo IBGE. Por fim, foi feita uma comparação entre o método SAE e o de estratificação do IBGE.

A seguir, o próximo capítulo apresentará a sociedade de São Luís do século XXI e suas casas, apresentando os resultados do estudo de caso realizado em um bairro de classe média, cujo crescimento e consolidação se deu nesse século.

CAPÍTULO 7

A sociedade e o morar ludovicense do século XXI

Características contemporâneas da São
Luís digital do século XXI

Resultados apreendidos a partir da
amostragem

Resultados apreendidos a partir dos
casos de estudo

7. A SOCIEDADE E O MORAR LUDOVICENSE DO SÉCULO XXI

Na virada do século XX, o Brasil estava se acostumando com o desenrolar de profundas mudanças políticas e econômicas. O país estava há quinze anos sob um regime democrático de governo e há seis anos com uma moeda nova, o real, resultado de um plano de estabilização e reforma econômica.

Posteriormente, uma série de programas sociais transformaram a realidade da camada mais pobre do país. Nos últimos anos, uma crise que vem se estendendo ameaça a consolidação de direitos e a ascensão dessa parcela da população a um melhor patamar de qualidade de vida. Nos tópicos a seguir, essas transformações nacionais do século XXI serão abordadas com mais detalhes, bem como seu resultado na cidade de São Luís.

7.1. Características contemporâneas da São Luís digital do século XXI.

O Plano Real, mencionado anteriormente, trouxe consigo a estabilização da moeda brasileira e o fim da hiperinflação, que consistiu no aumento constante nos preços dos produtos, ao longo das últimas duas décadas do século XX.

Com o fim da inflação e a liberação de crédito, muitos brasileiros tiveram acesso a produtos e o consumismo que já se espalhava pelo mundo, se consolidou nos lares brasileiros. Eletrônicos e eletrodomésticos invadiram as casas da classe média possibilitados pelo parcelamento das compras.

Em paralelo a essas mudanças econômicas, diversos programas sociais implementados pelo governo federal, contribuiriam para mudar a realidade social e cultural do país.

Em 2003, o país deu início a um programa de distribuição de renda, o Bolsa Família, que ajudava famílias brasileiras pobres com repasse financeiro, mediante algumas condições como frequência escolar das crianças e pré-natal em gestantes.

Embora o discurso do governo à época de que milhões de brasileiros saíram da linha de pobreza não possa ser absorvido em sua totalidade (visto que a nova renda dessas famílias era transferida e não gerada pela população com acesso ao programa), o fato é que milhões de brasileiros tiveram uma melhora imediata de sua

qualidade de vida, com mais alimentação, saúde e estudo, de forma que poderiam se desenvolver e aspirar a um futuro com uma real ascensão na sociedade, onde estariam mais instruídos e independentes financeiramente.

A ajuda financeira dada pelo governo federal fez com que muitas mulheres se recusassem a aceitar trabalhos análogos à escravidão⁵⁹, inclusive os serviços domésticos quando pouco remunerados e em más condições. A quantidade de mulheres disposta a dormir no serviço com folgas quinzenais ou semanais também reduziu drasticamente. A ajuda financeira dada pelo governo, para além de dignidade, fez surgir a possibilidade de uma vida doméstica minimamente saudável também para essas mulheres, que poderiam ter suas casas e acompanhar mais de perto o crescimento de seus filhos.

Tudo isto alterou significativamente a rotina doméstica da classe média e alta brasileira. Não havia mais empregada em casa diariamente para preparar todas as refeições, desde cedo até tarde. Era preciso otimizar o trabalho doméstico. Muitos eletrodomésticos deixaram de ser vistos como artigo de luxo e passaram a ser necessidade como micro-ondas, máquinas de lavar roupas e louças. Mobiliários com maior facilidade de limpeza e manutenção também passaram a ser mais valorizados.

A regularização do trabalho doméstico, em 2013, que implementou a carteira assinada, o limite e o direito a receber por horas extras para além da jornada permitida, como nas outras profissões, consolidou essa reestruturação social.

Quanto às modificações na educação, elas foram focadas na tentativa de universalização do ensino superior. Três programas foram responsáveis pela grande mudança que aumentou o nível de escolaridade do país e facilitou a emigração entre as cidades brasileiras.

O Exame nacional do Ensino Médio- ENEM, criado em 1998, para avaliar o ensino médio no país, passou a ser utilizado como critério de entrada nas universidades e os estudantes puderam se candidatar a cursos em outros estados,

⁵⁹ De acordo com a organização Internacional do Trabalho- OIT, são atualmente considerados trabalhos análogos à condição de escravo aqueles que são forçados, restringem a liberdade do trabalhador, praticam coerção moral, psicológica ou física, tem jornada exaustiva e/ou condições degradantes.

sem se deslocarem para realizar as provas. Os resultados desse exame passaram a ser utilizados por programas de bolsa de estudo superior e financiamento estudantil.

O Programa Universidade para Todos- PROUNI, foi criado em 2004 com a finalidade de distribuir bolsas de estudo em instituições de ensino privadas a cidadãos que não possuísem ensino superior e obtivessem resultado satisfatório no ENEM. Já o Programa de Financiamento Estudantil- FIES, de 1999, financiou o ensino superior de estudantes em instituições de ensino privadas.

Por fim, facilidade de crédito para aquisição de imóveis com fins de habitação e a implementação do programa Minha Casa Minha Vida, fez surgir uma quantidade significativa de novas habitações pelo país, todas muito parecidas, que obedeciam a padrões previamente estipulados pelo programa.

A cidade de São Luís, todas as esferas de sua sociedade e suas habitações não ficaram inertes frente a essa mudança no território nacional. Em verdade, essas políticas nacionais incentivaram uma nacionalização de novos hábitos e costumes pelo país. Entretanto, uma crise brasileira inicialmente política e depois também econômica, iniciada em 2014, aprofundada em 2016 e contínua até os dias de hoje põe em riscos os ganhos sociais citados.

Acredita-se que a parcela da população que primeiramente mais sofre com os efeitos da crise seja a população mais pobre, dita de classe baixa e aquela imediatamente superior a esta, a de classe média baixa.

Ainda, São Luís é uma cidade economicamente de classe média, mas socialmente pobre, que alcança níveis intermediários de renda, mas não tem acesso ao básico para viver bem (considerando o viver bem também aquilo que extrapola o conceito de casa), com boa parte de sua classe média na iminência da pobreza econômica. Por isso dizem que a classe média no Brasil “vive mal”. Esta constatação é válida também para São Luís.

7.1.1. A sociedade de grupos domésticos da São Luís contemporânea digital do século XXI.

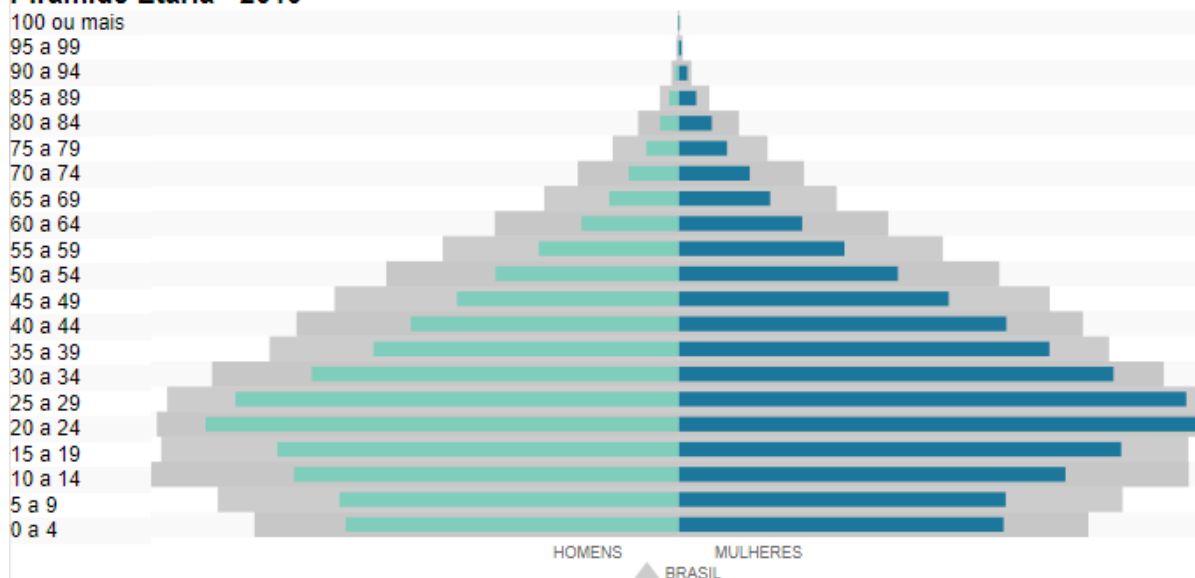
São Luís possuía uma população total de 1.014.837 habitantes, de acordo com o último levantamento no Censo (2010), sendo a 1º do estado e a 15º cidade mais

populosa do país, que tinha a cidade de São Paulo em primeiro lugar, com 11.253.503 habitantes. De toda a população ludovicense, aproximadamente 94,4% residia em sua zona urbana.

De acordo com o Censo (2010), a população da cidade tinha uma leve predominância feminina em quase todas as faixas etárias (com exceção das crianças menores de 9 anos), com 53,2% da população sendo feminina. São Luís, em 2010, também era uma cidade jovem, com 31,6% de seus habitantes com idade entre 15 e 29 anos. A figura 65 apresenta a pirâmide etária de São Luís, de acordo com os resultados do Censo (2010).

Figura 65: Pirâmide etária de São Luís

Pirâmide Etária - 2010



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>

Segundo o IBGE (2018) para o ano de 2018, foi estimada uma população para São Luís de 1.094.667 pessoas. Em 2019, o IBGE divulgou os resultados do primeiro trimestre da PNADC (2019), realizada por amostragem, que revelou uma população na cidade de São Luís de 1.099.000 habitantes.

A PNADC (2019) também apresentou a pirâmide etária dessa população, exibida na tabela 21, com mais de 62% da população com idade inferior a 40 anos:

Tabela 21: Pirâmide etária da população

GRUPO DE IDADE	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO (%)
0 a 13 anos	18,5
14 a 17 anos	6,4
18 a 24 anos	12,0
25 a 39 anos	25,5
40 a 59 anos	24,8
60 anos ou mais	12,8

Fonte: PNADC (2019).

Ainda, quando os dados da pirâmide etária de 2010, resultado do censo (2010) são atualizados⁶⁰ para 2019, também se tem uma estimativa etária básica para os dias de hoje. As faixas populacionais entre 24 e 38 anos de idade correspondem a 34% da população entre 9 e 69 anos. A tabela 22 apresenta esses dados estimados, os quais faz mais sentido (em razão das mortes ocorridas ao longo dos 9 anos) considerar os valores em porcentagem.

Tabela 22: Estimativa de pirâmide etária de São Luís, para 2019, entre 9 e 69 anos, com base no CENSO (2010)

FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL	% TOTAL
9 a 13	38195	37296	75491	8,057823
14 a 18	38897	37545	76442	8,159331
19 a 23	44134	44400	88534	9,450017
24 a 28	46046	50795	96841	10,3367
29 a 33	54277	60531	114808	12,25447
34 a 38	50864	58266	109130	11,64841
39 a 43	42102	49913	92015	9,821575
44 a 48	35023	42562	77585	8,281334
49 a 53	30731	37623	68354	7,296027
54 a 58	25430	31003	56433	6,023594
59 a 63	20986	25166	46152	4,926211
64 a 69	16050	19031	35081	3,744506
Total	442735	494131	936866	100%

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do Censo (2010).

De acordo com PNUD; IPEA; FJP (2013), com base nos dados dos últimos censos, a taxa de fecundidade em São Luís vem diminuindo. Passou de 2 crianças por mulher em 2000 para 1,8 em 2010. Em 1991, essa taxa era de 2,7. Ainda segundo PNUD; IPEA; FJP (2013), a expectativa de vida do ludovicense aumentou. Passou de

⁶⁰ Foi considerado o envelhecimento da população nos últimos anos. Não foi possível prever as alterações populacionais em razão de nascimento e morte. Por isso, foram consideradas as pessoas com idade atual ente 9 e 70 anos. A idade de 70 anos foi considerada em razão da expectativa de vida do Maranhão definida pelo IBGE, que é de cinco anos a menos que a média nacional.

69,2 anos em 2000 para 73,8 anos em 2010. Em 1991, a expectativa de vida era 65,2 anos.

Desta forma, embora haja um provável envelhecimento da pirâmide etária da cidade, seguindo a tendência nacional, citada por Alves; Cavenaghi (2012), em razão da diminuição na taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida (ainda que a mortalidade infantil também tenha diminuído), a cidade de São Luís permanece jovem, com parcela significativa de sua população com idade inferior a 40 anos de idade.

Quando se analisa essa pirâmide etária com base na renda, ela pouco se altera. A classe média da cidade também possui uma predominância levemente feminina (pouco mais de 50%) e jovem.

Segundo Kojikovski (2017), existem diferenças específicas entre as gerações que envolvem um passar de 15 a 20 anos. Essas diferenças são principalmente na sua forma de lidar com as situações cotidianas e de viver a vida. Os Baby Boomers, a Geração X, Y e a Z são as gerações citadas pelo autor.

Para Kron (1983), nos Estados Unidos, no fim do século XX, o resultado da industrialização e das possibilidades de consumo foi o aparecimento de uma geração adulta que ostentava o “ter” (de acordo com Kojikovski (2017), esta seria a geração X). Foi o princípio da afirmação de que “ter” era mais importante do que “ser”. Ter coisas era uma forma de demonstrar aos demais o quão importante e valioso se era. E esse consumismo e busca por status e diferenciação social através dos artigos e objetos de luxo foi copiado pelos países cuja colonização cultural americana se espalhou.

Para Kron (1983), na década de 80 do século passado, o materialismo estava no auge até então e não era mais preciso esconder a ambição. As pessoas deveriam querer ser ricas e bem-sucedidas. Era sinônimo de ser uma pessoa de valor, a busca pelo crescimento financeiro.

Kron (1983) fala ainda das pessoas que vivem a negação de sua materialidade e ficam entre a culpa e o desejo, tentando encontrar o equilíbrio e descobrir quando o muito é muito e que algumas pessoas, para disfarçar seu consumismo começaram a consumir coisas baratas em maior quantidade ao invés de consumir menos.

Grandes marcas se popularizaram vendendo roupas mais baratas e que são tidas quase como “descartáveis” e incentivaram mais o consumo. E quando se fala em consumo, há um boom de lojas do tipo brechó, que incentivam um “consumo consciente”. A autora coloca também que a definição do que é necessário para uns pode ser supérfluo para outros.

Outro ponto em que Kron (1983) toca sobre o consumismo contemporâneo é o da necessidade que cada um tem de pertencer a um grupo e consumir para estar naquele grupo. Ter, vestir e consumir o que as pessoas do grupo têm, como uma exigência social. De acordo com a autora, hoje importa o que se come, o que se veste, para onde se viaja... Estas escolhas, que permitem participar de um grupo, são parte construidora das máscaras que os indivíduos usam na sociedade.

Kron (1983) chega a citar as revistas que, na época, vendiam status, através das coisas que as personalidades usavam. Atualmente, redes sociais como o Instagram cumprem essa função.

Hoje, a geração X está com 40- 59 anos e se aproxima de dois ciclos citados por Kron (1983), aquele em que o indivíduo freia o ritmo e o egocentrismo e começa a ter maior consciência sobre si e o mundo e a fase seguinte onde ele vê a proximidade da velhice e começa a se questionar sobre sua existência e sentimentos que expõem sua fragilidade (amargura, vulnerabilidade e medo) vem à tona.

Já a geração Y, posterior, também reúne dois ciclos citados por Kron (1983), a fase do amadurecimento e a busca por estabilidade financeira e status.

De acordo com Kojikovski (2017), a geração Z, mais novos, correspondem a 26% das pessoas no mundo e são indivíduos com maior poder de influência sobre seus pais e suas escolhas. O que corrobora para a ideia de que não só tem direito a domínios no lar, como também os conquistam com mais facilidade. As pessoas mais velhas da geração Z pertencem hoje à fase da experimentação, citada por Kron (1983).

Para Borrull (2019) há ainda a geração Alfa. São os nascidos após o ano 2010 e a primeira geração 100% digital. Segundo o autor, a tecnologia tem fundamental importância para essa geração e é uma de suas formas de conhecer o mundo. Se

antes eram os acontecimentos históricos os principais impulsionadores dessas mudanças, hoje é o acesso e controle à tecnologia que dita essas diferenças geracionais. A internet não entrou somente nos lares das pessoas, entrou em suas vidas.

O quadro a seguir apresenta um quadro evolutivo das diferenças entre as gerações, com base em Kojikovski (2017) e Borrull (2019):

Quadro 11: Quadro evolutivo das gerações.

GERAÇÃO	BABY BOOMERS	GERAÇÃO X	GERAÇÃO Y (MILLENNIALS)	GERAÇÃO Z (CENTENNIALS)	GERAÇÃO ALFA
Nascimento	De 1940 a 1959	De 1960 a 1979	De 1980 a 1994	De 1995 a 2010	De 2011 aos dias atuais
Idade	De 60 a 79 anos	De 40 a 59 anos	De 25 a 39 anos	De 9 a 24 anos	De 0 a 8 anos
Contexto em que viveram na idade jovem	Pós-guerra. No Brasil, ditadura e repressão	Transição política, hegemonia do capitalismo e meritocracia	Globalização, estabilidade econômica, surgimento da internet	Mobilidade e múltiplas realidades, redes sociais, nativos digitais	Mundo digital, polarização política, problemas ambientais
Comportamento	Idealistas, revolucionários e coletivos	Materialistas, competitivos e individualistas	Abstratos, questionadores e globais	Identidade fluida, realistas e ativistas ponderados	Menos interações pessoais, menor intercâmbio de linguagem, preocupação com o meio ambiente,
Consumo	Ideológico - vinil, cinema e música	Consumo do status – marcas, carros e artigos de luxo	Preferem experiências – festivais, viagens	Consumo da verdade – singularidade, acesso e ética	Consumo digital - eletrônicos

Fonte: Reproduzida pela autora a partir de Kojikovski (2017), com acréscimos de dados de Borrull (2019).

Em São Luís, a maior parte da população está inserida no intervalo etário das gerações X e Y (millennials), considerando os dados da PNADC (2019) e as estimativas para 2018 com base no Censo (2010), apresentadas anteriormente, sendo os millennials em quantidade um pouco maior.

Neste ponto, cabe verificar se estas gerações ludovicenses se comportam da mesma maneira que as gerações X e Y citadas por Kojikovski (2017) e suas respectivas fases de vida citadas por Kron (1983).

De acordo com PNUD; IPEA; FJP (2013), o IDH- Índice de Desenvolvimento Humano (calculado com base nos dados de renda, longevidade e educação) de São Luís em 2010 foi de 0,768, valor considerado dentro da faixa de desenvolvimento humano alto, embora, segundo PNUD; IPEA; FJP (2013), o fator renda tenha sido o que menos contribuiu para o alcance desse valor.

Com relação à renda, PNUD; IPEA; FJP (2013) verificaram um aumento da Renda Per Capita de São Luís, que chegou a R\$ 805, 36 em 2010 e uma diminuição da população de pobres e extremamente pobres. De acordo com PNUD; IPEA; FJP (2013), em 2010, a cidade tinha 13,81% da sua população considerada pobre e 4,53% considerada extremamente pobre. Em 2000, esses valores eram de 34,90% e 13,02%, respectivamente.

Em 2010, de acordo com o Censo (2010), o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo era de 38,8% da população da cidade. Dados mais recentes do PNADC (2017) do IBGE, apresentam que os trabalhadores formais de São Luís possuem uma média salarial de 3 salários mínimos. Todos esses dados corroboram com a tese de que São Luís é uma cidade cuja maioria da população se encontra nos extratos intermediários de renda.

Com relação a como essas pessoas convivem dentro de casa, as gerações citadas por Kojikowski (2017) formaram ou estão formando famílias sob diversos arranjos, conforme Tramontano (1998), citado anteriormente. A contemporaneidade no Brasil e em São Luís é marcada pela transição de família nuclear para grupos domésticos. No Brasil, o Censo (2010), diferentemente do Censo (2000), acusou que a organização familiar pessoas com filhos deixou de ser dominante e que 50,1% da população do país já morava em outros arranjos familiares.

Recordando, os grupos domésticos citados por Tramontano (1998), resultantes do estilhaçamento da família nuclear são a nova família nuclear (que se apresenta com menos filhos), a família monoparental (onde apenas um adulto, principalmente mulher, é responsável pelo lar e pelas crianças), as uniões livres (casais sem vínculo legal e sem filhos), as pessoas que vivem sós e a coabitação sem vínculos conjugal ou parentesco.

Mas Tramontano (2003) cita também os casais Dincs como um grupo doméstico em ascensão já no final do século XX na cidade paulista. São os casais com dupla renda e sem filhos. Esse grupo doméstico pode ser considerado uma variação das uniões livres. Villa (2012) acrescenta que podem ser considerados Dincs os casais cujos filhos já saíram de casa. De acordo com a autora, esse grupo costuma estar entre os 10% mais rico da população.

Villa (2012) também analisou as transformações demográficas pelas quais o país tem passado com acentuada rapidez nos últimos cinquenta anos. Para a autora, e para Alves; Cavenaghi (2012), a queda da fecundidade, o aumento da expectativa de vida, a redução do tamanho da família, o aumento no número de divórcios, as novas uniões, o novo papel social da mulher e o envelhecimento da população contribuíram para o surgimento dos novos grupos domésticos. A autora também categorizou os grupos familiares que encontrou e listou suas principais características.

Em detalhe, Villa (2012) explica que na década de 70 do século passado, a taxa de fecundidade no Brasil era de 5,8 filhos por mulher e em 2010 esse número já estava em 1,86. A queda se acentuou ainda mais nas regiões mais pobres e menos desenvolvidas. O Nordeste, por exemplo, tinha 7,5 filhos por mulher na década de 70 e passou para 2,0 segundo o PNAD de 2009. A consequência natural desse processo foi a diminuição do tamanho das famílias, embora também haja diferença de valores tanto pela região do país, quanto pela classe de rendimentos.

Para Villa (2012), os principais grupos do Brasil são as famílias nucleares que tiveram suas bases profundamente alteradas em razão das questões já citadas, os Dincs, que acabam levando uma vida de solteiro, mais flexível, com carreiras mais promissoras, menos responsabilidades e mais liberdade de uso de sua renda, as pessoas vivendo sós e as famílias monoparentais.

Para Villa (2012) os Dincs são um fenômeno recente no Brasil e têm um perfil:

“predominantemente urbanizado e se concentra nas regiões Sul e Sudeste do país, na qual os índices de emprego, educação, e saúde são maiores”. Suas condições de moradia também são melhores já que apresentam maior número de cômodos e banheiros per capita que os demais domicílios e melhores condições de saneamento básico. Em relação aos padrões de consumo, os casais Dincs consomem mais que a média da população, já que possuem rendimento compatível” (VILLA, 2012, p.15).

Segundo Villa (2012), apesar de apenas recentemente seu crescimento estar ganhando destaque no país, seu surgimento é simbólico e representa as transformações sociais pelas quais o país vem passando e apontam para as relações familiares futuras, como famílias com menos filhos, a não obrigatoriedade social de tê-los e papéis sociais iguais do homem e da mulher. Para Alves, Cavenaghi (2012), eles também se adaptam melhor ao hedonismo, consumismo e individualismo da sociedade pós-moderna. Entretanto, na São Luís de 2010, o grupo Dincs ainda era pequeno.

Ainda de acordo com Villa (2012), o grupo das pessoas que moram só (unipessoais) no Brasil é formado em maioria por idosos e por mulheres, embora seja crescente o número de jovens de até 29 anos nessa condição, mas também predominantemente feminino. Os autores Alves; Cavenaghi (2012) também comentam que houve um aumento contínuo do número de pessoas que moram só.

O aumento da expectativa de vida do ludovicense, sendo que a expectativa para a mulher continua maior, ajuda a explicar o número de idosas que moram só, ou são chefes de famílias monoparentais, pois se tornaram viúvas.

Tramontano (1998) ainda coloca que, considerando as transformações sociais que vem se solidificando no mundo contemporâneo, é provável que a família nuclear se torne cada vez mais uma fase transitória na vida das pessoas e que essa fase não necessariamente irá acontecer. Para o autor, o indivíduo do século 21 mora sozinho, se comunica a distância com o uso de tecnologia e trabalha em casa.

Percebe-se o destaque dado por Tramontano (1998) ao indivíduo que mora só quando ele afirma que os novos grupos domésticos são resultado do eventual agrupamento entre as pessoas e que estas, apesar disso, costumam viver e passar mais tempo sozinhas atualmente. Estas pessoas são, portanto, o arquétipo social do século XXI, que ao longo de sua existência e de suas experiências adota diversos modos de agrupamento inserindo-se a cada época em um novo grupo doméstico e tem na transitoriedade de suas relações, hábitos e costumes, seu alicerce e justificativa para a necessidade de transitar pelos diversos grupos domésticos.

No livro *Viver só*, Mauritti (2011) fala da desmarginalização desse modo de morar e cita os novos estilos de vida desses indivíduos que conscientemente, o

adotaram como meio de realização dos seus projetos de vida e não necessariamente por tendências e necessidades de rupturas sociais e de isolamento.

Apesar da constatação de Tramontano (1998), em São Luís, segundo o Censo (2010) o número de pessoas que moravam chegavam a apenas mais ou menos 10%.

Já as famílias monoparentais, para Villa (2012), surgem com uma queda do poder aquisitivo familiar (como quando um casal se separa e a mãe fica com a guarda dos filhos e arca com todas as despesas) e é, portanto, o grupo mais vulnerável.

Alves; Cavenaghi (2012) citam que embora os casamentos legais tenham aumentado entre 2003 e 2007, em razão dos benefícios oferecidos pelo código civil de 2002 e pelos casamentos comunitários que foram realizados pelo país, também aumentaram o número de divórcios, o que explica o crescimento das famílias monoparentais. Os autores também relataram uma hegemonia das mulheres na guarda dos filhos, o que também explica, em parte, as famílias monoparentais em sua maioria chefiadas por mulheres.

Pereira; Schimanski (2013) corroboram o entendimento da reconfiguração da família como resultado natural dessas transformações sociais e incluem a categoria Gênero, como elemento a ser estudado nessas relações. As autoras citam o papel do empoderamento feminino para o surgimento desses novos grupos.

Pereira; Schimanski (2013) citam também as famílias recompostas, aquelas formadas por novos casais, pós divórcios. Alves; Cavenaghi (2012) chamam essas famílias de famílias mosaico, pois para a nova união do casal, cada um leva seus filhos e outros podem ainda ser gerados, de modo que nem todos os membros são parentes entre si, mas tem algum parentesco com os filhos gerados pelo novo casal.

Quanto às famílias conviventes (que coabitam uma casa), Alves; Cavenaghi (2012) explicam que há uma estratégia de sobrevivência no arranjo, pois os moradores elevam sua renda ao economizar custos em uma única moradia.

De acordo com o Censo (2010), no Brasil, a formação tradicional de casal com filhos deixou de ser maioria na sociedade, alcançando em 2010 apenas 49,9% dos lares. Nas capitais, esse dado parece ser ainda menor. Os autores Alves; Cavenaghi (2012) mostram que a diversidade familiar é maior nas regiões com maior Índice de

Desenvolvimento Humano- IDH. Em São Luís, de acordo com o Censo (2010), também houve o fortalecimento da existência desses grupos domésticos⁶¹.

Segundo o censo (2010), naquele ano, São Luís possuía 276.812 unidades domésticas registradas como domicílios particulares permanentes. O IBGE apresenta os resultados do Censo (2010) considerando 3 tipos de unidades domésticas: a nuclear, a estendida e a composta. Cada tipo com subgrupos que indicam a composição familiar das cidades. A tabela 23 apresenta essa classificação, associando-a à nomenclatura citada nas referências utilizadas nesta investigação e alguns dados da composição familiar nessas unidades domésticas, em São Luís:

Tabela 23: Grupos domésticos de São Luís, considerando as Unidades domésticas particulares permanentes.

TIPOS FAMILIARES -IBGE	FORMAÇÃO	NOMENCLATURA EM REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	COMPOSIÇÃO FAMILIAR EM SÃO LUÍS (%)	COMPOSIÇÃO FAMILIAR EM SÃO LUÍS POR GRANDES GRUPOS (%)
Nuclear	Casal com filhos	Família nuclear moderna	34,60	55,89
	Casal sem filhos	Dincs	9,22	
	Homem com filhos	Família monoparental	1,34	
	Mulher com filhos	Família monoparental	10,73	
Estendida	Casal com filho(s) e outro(s) parente(s)	Estendida (possíveis casos de coabitação na família)	11,51	28,63
	Casal sem filho(s) e outro(s) parente(s)		2,20	
	Homem com filho(s) e outro(s) parente(s)		0,94	
	Mulher com filho(s) e outro(s) parente(s)		9,14	
	Outros		4,84	
Composta	Casal com filho(s), com não parente(s) e com ou sem outro(s) parente(s)	Composta (casos de reconstituição familiar)	2,40	5,59
	Casal sem filho(s), com não parente(s) e com ou sem outro(s) parente(s)		0,45	
	Homem com filho(s), com não parente(s) e com ou sem outro(s) parente(s)		0,16	
	Mulher com filho(s), com não parente(s) e com ou sem outro(s) parente(s)		1,15	
	Outros	Inclui repúblicas	1,43	
Unipessoal	Pessoas que vivem sós	Não-família	9,91	9,91

Fonte: Censo (2010).

⁶¹ Dado que considera todas as unidades domésticas, das zonas urbana e rural.

Ou seja, ainda que os últimos dados disponíveis tenham sido coletados há 9 anos, percebe-se também em São Luís o estilhaçamento da família nuclear moderna, embora essa ainda seja a composição familiar mais comum na cidade, em 34,60% dos lares. Em seguida vem os casais com filhos e outros parentes, em 11,51%, o que indica uma continuação de costumes de famílias clãs, onde outros parentes residem junto com a família nuclear.

Em seguida vem as famílias monoparentais onde a mulher mora com filhos, presente em 10,73% das residências. A formação casal sem filhos e mulher com filhos e outros parentes veem em seguida com 9,22% e 9,14% respectivamente.

A presença constante das mulheres com a responsabilidade pelos filhos, sozinha ou em casal, mostra como a figura feminina é crucial na manutenção da família ludovicense. Sozinha, com parentes ou não, as mulheres são responsáveis por seus filhos em 19,87% das unidades domésticas de São Luís, um número considerável.

Comparando com São Paulo, que possui 41,84% de suas unidades domésticas com casais com filhos, a diferença pode ser explicada no passado recente pobre da cidade, com índices de IDH baixos e lares pouco estruturados.

Se mostra também interessante a porcentagem de pessoas morando sós, quase 10% da população da cidade, um pouco menos que São Paulo que apresenta um pouco mais de 14% de sua população nessa condição. Entretanto, ao contrário dos grandes centros urbanos, onde essa realidade se dá em maioria nos estratos mais ricos, em São Luís parece acontecer em maioria entre os mais pobres.

Uma possível explicação é de que muitas mulheres que eram empregadas domésticas, vindas do interior e dormiam nos trabalhos, passaram a morar sozinhas, em quitinetes alugadas em bairros periféricos. Este tipo de construção, inclusive, explodiu na cidade, na forma de autoconstrução, como uma segunda renda para seus donos. Além disso, o aumento da expectativa de vida e o fato da mulher viver mais que o homem, provavelmente, assim como nacionalmente, tenha resultado em um aumento de viúvas nessa condição.

Segundo Bernard (2005), com todas essas transformações nas relações familiares, há nos seus integrantes um desejo maior por autonomia. Para a autora, os filhos, embora saiam de casa mais tarde, pedem mais independência e privacidade dentro de casa.

Entretanto, é importante lembrar que há um movimento em curso para que os jovens voltem a sair de casa mais cedo, principalmente em cidades como São Luís, cuja realidade do ensino superior mudou drasticamente nas últimas duas décadas.

Com a nacionalização do vestibular público e com o aumento das universidades particulares, muitos estudantes agora saem do interior para morar na capital (ou vão para outros estados) cursar faculdade. Se antes os jovens saíam cedo de casa para se casar e depois de um tempo, em razão do adiamento do casamento e outros fatores passaram a sair mais tarde (e passaram a ser chamados de geração canguru), agora eles voltam a sair mais cedo, mas dessa vez para estudar.

Petrus (2013) com base nos dados dos censos de 2000 e 2010, afirma que houve um acréscimo de 22,1% para 48% dos jovens entre 18 a 24 anos presentes no ensino superior em São Luís, entre os anos de 1999 e 2009.

No quesito migração, desde a criação do ENEM, em 1998, o deslocamento de jovens estudantes entre as cidades brasileiras foi sentido com muita intensidade, inclusive em São Luís no Maranhão onde, de acordo com o Censo de 2010, a porcentagem de jovens em idade acadêmica era alta.

As emigrações dentro do país de jovens estudantes demonstram outro aspecto desta sociedade; sua exponencial mutação demográfica. Petrus (2013) analisa dados do IBGE, que colocam os bairros do São Francisco, Renascença, Santa Eulália e Bequimão entre os de maior índice de imóveis alugados na cidade. É conveniente destacar que estes bairros estão próximos dos dois maiores polos de ensino superior privado de São Luís e que podem estar, portanto, concentrando estudantes vindos do interior e de outros estados.

A educação da população é um dos indicadores sociais acompanhados pelo IBGE, que acompanha a discussão de que apenas o indicador renda não seja suficiente para retratar as condições de vida das pessoas e caracterizá-las. Os demais

estão dentro dos temas demografia, famílias, trabalho, distribuição de renda e domicílios.

Sobre a participação da mulher nessas transformações sociais, Alves; Cavenaghi (2012) também lhe conferem protagonismo. De acordo com os autores, elas são as principais responsáveis pelas mudanças e são maioria no país em população, em número de eleitores e da população economicamente ativa⁶², além de possuírem mais escolaridade. Para eles, neste momento, as mulheres transitam da exclusão para um momento de empoderamento.

Segundo PNUD; IPEA; FJP (2013) a fecundidade em São Luís vem diminuindo, acompanhando o padrão nacional. Em 1991, a taxa de fecundidade na cidade era de 2,7, caindo para 2,0 em 2000 e 1,8 em 2010.

Moura; Lopes e Silveira (2016) também falam da mulher na sociedade brasileira e citam dado do Censo (2010) de que 87,4% dos lares monoparentais são chefiados por mulheres. Em São Luís, esse valor é de 88,89%, de acordo com o Censo (2010).

Eles disseram o mesmo que Villa (2012) e Alves; Cavenaghi (2012) sobre a mulher e as transformações sociais do século. Todos falam da jornada dupla de trabalho. Mulheres trabalham fora e ainda fazem boa parte do trabalho doméstico.

Já Villa (2012) cita que os domicílios chefiados por mulheres em áreas urbanas brasileiras subiram de 8% para 35,8%, segundo dados do último Censo. Com pequenas variações regionais, os índices mais altos aparecem nas áreas metropolitanas das regiões Nordeste e Centro-oeste com respectivamente 42,7% e 42,4%. Em São Luís, em 2010, os lares chefiados apenas por mulheres correspondiam a 35,10%.

Diante de tantas formações e de tantas alterações sociais, o termo família também passa a ser debatido. Santiago (2002), em seu estudo sobre novas formas do habitar, se isenta do uso do termo família, utilizando apenas o termo grupo doméstico.

⁶² Quando Alves; Cavenaghi (2012) analisaram os resultados do Censo (2010) as pessoas em idade de trabalho eram chamadas de População Economicamente Ativa. Atualmente, elas são consideradas pelo IBGE como Força de trabalho. Essa mudança começou em 2015, a partir das PNADCs e a idade mínima que era de 10 anos subiu para 14.

De acordo com Cunha (2010), a família consanguínea e oriunda do casamento vem perdendo espaço nas doutrinas, leis e decisões jurídicas para o afeto, mais condizente com a realidade, segundo o autor.

Já para a ONU (1998), se há consanguinidade, descendência, adoção ou matrimônio, há uma família. De acordo com a Organização, existem arranjos não familiares formados por pessoas que moram só e os casos de coabitação sem os laços citados acima.

Cunha (2010) acredita que embora até os dias atuais a Legislação Brasileira não apresente um conceito definido de família, ela avançou com a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002 que garantiram o reconhecimento dos direitos àqueles com uniões não matrimoniais e aos filhos não consanguíneos.

Entretanto, tido por parte da sociedade civil e acadêmica como um retrocesso, recentemente a Câmara dos Deputados do Brasil aprovou, em 2015, o Projeto de lei 6583/2013 que institui um Estatuto da Família e considera como somente o núcleo formado através de casamento ou união estável de um homem com uma mulher, (ou qualquer um deles) e seus descendentes.

A definição de família pelo Estatuto, o uso do termo “valorização da família” continuamente utilizado ao tratar das diretrizes, ações e políticas públicas nele citadas, bem como da obrigatoriedade de seu ensino em escolas, provocou uma violenta reação da sociedade Brasileira, à época, que apresenta em seus índices, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, muitos de seus lares não correspondendo à formação defendida pelo Projeto de Lei.

Outra questão colocada por aqueles que são contrários ao Projeto é a de que a definição de família do estatuto e a garantia de direitos ao núcleo definido extingue famílias não tradicionais como as formadas por pessoas sem laços consanguíneos ou oriundas de uniões homoafetivas e de que sua implementação traria consequências diretas nos processos de adoção e nas buscas por direitos igualitários destes.

Percebe-se, portanto, que o termo família é bastante polêmico, uma vez que envolve questões religiosas, culturais e jurídicas e parece haver uma distorção da

identidade deste grupo que coabita, ao se colocar o laço consanguíneo e questões religiosas para definição deste núcleo, hoje tão heterogêneo.

No Brasil, o IBGE (2010) apresenta uma definição mais laica e isenta para o termo quando considera as pessoas que moram só e aquelas ligadas por parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, desde que morem na mesma casa.

Desta forma, as transformações sociais já citadas e ocorridas nos últimos tempos, a constatação de diversas realidades, bem como a importância cada vez crescente da individualização na sociedade colocam em pauta a necessidade de se olhar para outras formas de famílias, que não a tradicional nuclear.

Para Villa (2012) o conceito de família vai se transformando à medida que os valores associados ao termo também vão se modificando.

Apesar da discussão e dos estudos a respeito dos grupos domésticos serem atuais, é possível perceber o silencioso, ainda tímido, mas contínuo aumento quantitativo de outro modo de morar em diversas sociedades ocidentais e sobre o qual a bibliografia existente parece ser ainda bastante escassa: os novos clãs familiares formados por identidade filosófica e que tem o afeto como consequência gerada a partir do convívio em comunidade por coabitação ou não.

Esta nova realidade, que em algumas partes habitáveis do mundo não é tão nova assim, apesar de se apresentar como iniciativa isolada é formada por pessoas que acreditam em uma filosofia de vida comunitária, onde o partilhar é parte do aprendizado necessário para uma evolução espiritual do indivíduo.

São vários os pontos percebidos que diferenciam essa aparente nova forma de clã do grupo doméstico que coabita sem vínculo conjugal ou parentesco: o grupo identificado por Tramontano (1998) tem como principal justificativa para o seu arranjo o fator financeiro e é composto por jovens universitários ou no início da vida profissional que veem a situação de coabitação como transitória, pois mantem o desejo da individualidade. O indivíduo costuma deixar o grupo ao casar-se ou alcançar uma posição econômica que o permita morar só.

O clã por identidade filosófica, como a comunidade Piracanga, na Bahia, é formado por indivíduos que abdicam de um determinado estilo de vida, em busca de equilíbrio espiritual e realização pessoal. São pessoas que geralmente moram em cidades metropolitanas e se esgotaram mental e espiritualmente com a vida de horários apertados, solidão e falta de intimidade. Há um sentimento comum de vazio interior, de algo que precisa ser preenchido.

Esses indivíduos podem ou não dividir uma residência, porém os ambientes coletivos possuem um sentido diferente do que para o grupo observado por Tramontano (1998): é um espaço para aprendizado e troca. Não são necessariamente solteiros, casais com ou sem filhos também são encontrados nesses lares coletivos, onde se percebe uma identificação com filosofias alternativas e/ ou saudáveis de vida. São, na maioria, pessoas da classe média, média baixa e média alta. O afeto é consequência e não causa do agrupamento. Na comunidade Piracanga os moradores já tem família constituída, são veganos e possuem alto grau de escolaridade.

É importante salientar que em geral, as tendências do habitar que reforçam a individualização partem, principalmente da classe alta, com poderio econômico para isso. Mauritti (2011) explica que essa realidade é percebida em grupos de pessoas bem-sucedidas financeiramente, embora alguns indivíduos da classe baixa vivam sob estas condições, que paradoxalmente, acabam por revelar a exclusão social que sofrem. Entretanto, essas tendências que defendem uma coletividade, em geral partem de classes mais medianas ou baixas que precisam ajustar um estilo de vida ao seu padrão financeiro.

O diferencial de quando isso acontece por uma classe média aparentemente mais politizada e consciente parece estar no conhecimento e discernimento para que isto seja feito de maneira adequada.

Contudo, a mesma transitoriedade dos hábitos permanece no novo clã, acompanhando a sociedade contemporânea em que ele está inserido, que se comporta de maneira cada vez mais transitória; onde mora, com quem e onde trabalha, como e onde vive, seus hábitos e costumes.

É interessante perceber também a proximidade desta tendência do habitar que enfatiza e valoriza a coletividade para a percebida em espaços de trabalho. Nos

últimos anos, os escritórios coletivos onde cada sala serve a uma empresa vem crescendo como opção, mostrando quão íntimos estão ligados os diversos setores da vida de um indivíduo e que seus hábitos e costumes acabam influenciando os hábitos de morar.

Foi assim com os clãs familiares, que se utilizavam do seu número de pessoas como força de trabalho para viabilizar a vida no campo, com os núcleos familiares, que foram possibilitados pela urbanização das cidades e do trabalho fora do lar e com os indivíduos que moram sós que puderam voltar a trabalhar em casa em razão das novas tecnologias de informação.

Parece ser uma máxima de que quanto mais metrópole e urbana for uma cidade mais se percebem essas tendências à coletividade que vem surgindo em razão de uma filosofia de vida, mas que preservam a independência dos seus indivíduos. Para Tramontano (1998) essa homogeneidade de comportamento das grandes metrópoles é explicada pela globalização e pela rapidez de troca de informações que esta propicia. O Brasil apresenta cidades onde essa tendência já começa a ser percebida, assim como em diversas partes no mundo. Em São Luís, grupos como esses ainda não foram identificados.

Mas em termos de comportamento, quais os hábitos em voga dessa nova sociedade distribuída em grupos domésticos com protagonismo feminino? Para Tramontano (1998), “contrariamente à sociedade industrial na qual as pessoas deslocam-se para lugares onde a informação está, na emergente sociedade pós-industrial a informação é que seria levada aonde estão as pessoas”.

Segundo Tramontano (1998), o modo de vida metropolitano também acaba se propagando através das telecomunicações, fazendo com que os habitantes das grandes cidades ao redor do mundo se assemelhem: vestem as mesmas roupas, comem a mesma comida, moram do mesmo jeito. Quanto maior a cidade, menor seria a influência da cultura local.

São Luís, portanto, possui uma sociedade relativamente jovem, com grupos domésticos tradicionais, mas que indicam protagonismo.

Os costumes, cultura e hábitos desses grupos domésticos podem ser melhor identificados através de investigações específicas ou estudos de casos. Mas avaliar a

casa dessas pessoas e famílias é fundamental para compreender essa simbiose entre o ser e o morar.

7.1.2. Os espaços de morar da São Luís contemporânea digital do século XXI.

De acordo com o Censo (2010)⁶³, a cidade de São Luís possuía, à época, como já mencionado, 276.812 domicílios particulares permanentes de um total de 305.629 domicílios recenseados, segundo dados da sinopse do Censo (2010). Destes, 262.403 são de situação urbana. Ou seja, à época, São Luís possuía 94,79% dos seus domicílios particulares permanentes na área urbana da cidade. Uma porcentagem maior, quando comparada aos dados do Brasil que apresentavam 85,87%, mas menor quando comparada com São Paulo que já apresentava 99,21%.

São Luís era e ainda é mais urbana do que a média brasileira, mas não alcança os índices paulistas, o que pode ser considerado positivo pois hoje já se compreende que há problemáticas relacionadas à grande concentração de população nas áreas urbanas.

Quando a quantidade de domicílios particulares permanentes de São Luís é comparada com os dados dos Censos de 2000 e 1991, percebe-se que houve um aumento considerável no número de habitações urbanas na virada do século, mas essa porcentagem retraiu-se em 2010, embora o número total de habitações também tenha aumentado. A tabela 24 a seguir apresenta esses resultados:

Tabela 24: Evolução do quantitativo de domicílios particulares permanentes de São Luís.

ANO	1991		2000		2010	
TIPO	TOTAL	URBANA	TOTAL	URBANA	TOTAL	URBANA
QUANTIDADE	140.622	49.044	202.231	195.335	276.812	262.403
PORCENTAGEM	100	34,88	100	96,59	100	94,79

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do Censo (1991), Censo (2000) e Censo (2010).

⁶³ O Censo é realizado considerando o universo populacional e uma amostra do universo, calculada estatisticamente. Com o universo é realizado um questionário de 39 questões e com a amostra, um questionário mais detalhado de 107 questões. Quando o resultado da amostra é universalizado, pode haver pequenas diferenças quantitativas em relação ao universo. Para a maioria das informações analisadas nesta tese, usou-se os dados recolhidos no questionário realizados com o universo populacional. Para dados mais detalhados, quando os resultados da amostra foram utilizados, há indicação no texto. O censo divulga também resultados preliminares (sinopse), anteriores à divulgação dos resultados totais. Estes também podem conter pequenas variações em relação aos dados finais da investigação.

Quando são considerados apenas os bairros de classe média de São Luís, de acordo com metodologia explicada em 2.1.2.1, considerando as estratificações do IBGE, tem-se que boa parte dos bairros da cidade são em média ocupados por famílias com rendas intermediárias sendo, portanto, considerados bairros de classe média.

Considerando a população nos domicílios particulares permanentes à época de 1.011.891, de um total de 1.014.837 pessoas que viviam na cidade, a razão pessoa/ domicílio era de 3,66.

Quando analisados apenas os domicílios particulares permanentes de situação urbana, os resultados foram: 262.403 domicílios, que serviam de moradia a 955.620 pessoas, resultando em uma razão de 3,64.

Quando comparada com os resultados de São Paulo e do Brasil, São Luís apresenta resultados mais altos. São Paulo apresenta uma razão de 3,13 e o Brasil de 3,26. Todas as capitais do Nordeste também apresentam resultados inferiores a São Luís. Apenas Teresina possui a mesma razão moradores/domicílios.

Quando se analisam apenas os bairros de classe média e sua população, a razão à época era de 3,65, indicando que esses bairros de maioria de classe média é que ditam o grau de adensamento das habitações da cidade, uma vez que somam 227.905 moradias que abrigam 833.710 pessoas. A maioria das casas e moradores da cidade.

Entretanto, quando são analisados apenas os dados dos domicílios versus renda da classe média, sem considerar os bairros, os resultados são bem menores e indicam que embora a maioria da classe média viva em bairros mais adensados, ela em si, reside em casas com menos habitantes e esta razão diminui à medida em que a renda aumenta. A tabela 25 apresenta esses dados:

Tabela 25: Razão moradores x domicílios das classes de renda correspondentes à classe média.

CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA	MORADORES	DOMICÍLIOS	RAZÃO
Mais de 1/2 SM a 1 SM	259705	74199	3,50
Mais de 1 SM a 2 SM	153296	47312	3,24
Mais de 2 SM a 3 SM	52245	16746	3,11
Total	465246	138257	3,36

Fonte: Dados do Censo (2010).

Com relação ao tipo de domicílio particular permanente (em 2010), a maioria das habitações de São Luís, assim como no Brasil e em São Paulo eram do tipo casa, sendo menos de 10% dos imóveis de apartamento, o que indica ser provável também o tipo de domicílio majoritário entra a classe média local.

Mas em São Paulo esse modo de morar moderno já correspondia a quase 30% dos imóveis em 2010. A tabela 26 apresenta os dados de São Luís, comparando-os com o Brasil e com a maior cidade do país, São Paulo, com os resultados de São Luís em destaque:

Tabela 26: Tipos de domicílios

BRASIL E MUNICÍPIOS	TOTAL DE DOMICÍLIOS (%)	DOMICÍLIOS DE SITUAÇÃO URBANA (%) *					
		TOTAL DE DOMICÍLIOS	CASAS	CASAS DE VILA OU EM CONDOMÍNIOS	APARTAMENTOS	HABITAÇÃO EM CASA DE CÔMODO, CORTIÇO OU CABEÇA DE PORCO	OCA OU MALOCA
Brasil	100	85,87	72,95-84,95	1,70 - 1,98	10,72 - 12,48	0,50 - 0,58	0,00-0,00
São Luís	100	94,79	80,74-85,17	3,04 - 3,20	8,99 - 9,48	2,02 - 2,13	-
São Paulo	100	99,21	68,41-68,95	1,44 - 1,44	28,17 - 28,39	1,20 - 1,21	-

* As porcentagens apresentadas para os tipos de domicílios de situação urbana são em relação ao total de domicílios e ao total de domicílios de situação urbana, respectivamente.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do Censo (2010).

De acordo com Villa (2008), a verticalização da cidade de São Paulo já estava acontecendo na década de 20 do século passado, tendo os primeiros exemplares sido construídos no início do século. Já em São Luís, o primeiro exemplar é de 1940. Posteriormente, menos que 10 exemplares foram construídos. Novas tentativas aconteceram no bairro do São Francisco na década de 80. Mas a verticalização de São Luís só começa a ser um processo contínuo na década de 90.

Sendo assim acredita-se, com base nos dados apresentados, que São Luís, entrou no século XXI com mais de 50 anos de janela cultural em relação à São Paulo, a maior cidade do país, quando se fala em verticalização.

Santos; Vieira (2016) explicam que, embora ainda pequeno em termos percentuais, o volume de construções de apartamentos em São Luís avançou no início do século: de 1975 a 1991, foram construídos 73 prédios na cidade, enquanto de 1992 a 2005, foram construídos 189 prédios, dos quais 139 eram residenciais. Para os autores, essa velocidade de produção é decorrente da atuação das grandes incorporadoras nacionais que chegaram na cidade, conforme citado também por Burnett (2011).

Quando analisados os dados do SINDUSCON-MA (2017), percebe-se que o maior investimento da construção civil local tem sido em apartamentos, o que indica que para o Censo a ser realizado em 2020, a relação quantitativa entre casas e apartamentos na cidade será menor. De acordo com o SINDUSCON-MA (2017), das 4482 habitações ofertadas na Grande São Luís⁶⁴, 1252 eram horizontais e o restante, 3230 eram verticais.

Desse quantitativo, 340 unidades horizontais e 440 unidades verticais foram vendidas, o que poderia indicar em termos de oferta e demanda uma ainda preferência por unidades residenciais. Entretanto, isso não pode ser afirmado, porque preço e localização das unidades podem ter influenciado nesses quantitativos.

Burnett (2011) explicou que são as pessoas de padrão médio e baixo que foram mais beneficiadas pela construção civil. De acordo com o autor, há uma hegemonia de grandes incorporadoras na cidade, que estão construindo majoritariamente para as classes média e baixa.

Embora os primeiros prédios residenciais construídos nesse período do boom da construção de São Luís tenham sido voltados para a classe alta, o MCMV mudou esse cenário, contribuindo significativamente para o aumento das construções de apartamentos voltadas para as classes intermediárias.

Mas de acordo com Santos; Vieira (2016), o padrão de diferenciação/segregação econômica e social que acontece no Brasil, quando dessas construções, se repetiu em São Luís. As características dos apartamentos demonstram o perfil dos moradores.

Quando analisados os dados de julho a setembro de 2017 do último relatório de índice de vendas disponibilizado pelo SINDUSCON-MA, tem-se a confirmação do relatado por Burnett (2011) de que, atualmente, as construções novas em São Luís, vem sendo destinadas majoritariamente às classes média e baixa. A tabela 27 mostra as unidades comercializadas e as ofertadas⁶⁵ para julho a setembro de 2017:

⁶⁴ Neste dado estão incluídas também as demais cidades da ilha.

⁶⁵ De acordo com SINDUSCON-MA (2017), as unidades comercializadas são as unidades vendidas somadas às unidades reservadas e as unidades ofertadas são as unidades inicialmente comercializadas mais as unidades em lançamento. Os dados dos relatórios produzidos pelo

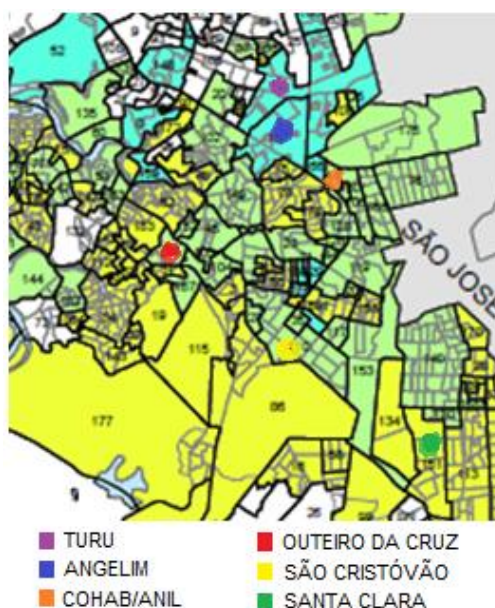
Tabela 27: Unidades comercializadas e ofertadas em São Luís de julho a setembro de 2017

BAIRROS	OFERTAS	UNIDADES COMERCIALIZADAS
Outeiro da Cruz	6	0
João Paulo	280	2
Calhau	255	28
Cohab/ Anil	27	3
Turu	769	104
Angelim	212	12
São Cristóvão/Santa Clara	8	6
Renascença/ Ponta do Farol	192	18

Fonte: Adaptada pela autora, a partir de SINDUSCON-MA (2017).

Com exceção do João Paulo, um bairro de classe baixa alta e do Renascença e Ponta do farol, que são bairros de classe alta média, todos os bairros são de classe média, como pode ser visto na figura a seguir, que usa o mapa da figura 66:

Figura 66: Localização de alguns bairros citados por SINDUSCON-MA (2017)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Duailibe; Carvalho (2016).

Quando são analisados os dados de condição da ocupação dos domicílios de São Luís, vê-se que a maioria das casas são próprias, o que permite uma maior personalização do imóvel. A tabela 28 apresenta esses dados para a cidade:

SINDUSCON-MA são relacionados apenas à comercialização de unidades habitacionais novas realizada pelas construtoras, incorporadoras ou imobiliárias.

Tabela 28: Condição de ocupação dos domicílios particulares permanentes de situação urbana de São Luís.

BRASIL E MUNICÍPIOS	TOTAL DE DOMICÍLIOS (%)	DOMICÍLIOS DE SITUAÇÃO URBANA (%) *					
		TOTAL DE DOMICÍLIOS	PRÓPRIO	PRÓPRIO QUITADO	PRÓPRIO EM AQUISIÇÃO	ALUGADO	CEDIDO/ OUTROS
São Luís	100	94,79	73,98- 78,03	67,82- 71,54	6,16- 6,50	17,75- 18,73	3,06- 3,23

* As porcentagens apresentadas para os domicílios de situação urbana com relação à presença e número de banheiros são em relação ao total de domicílios e ao total de domicílios de situação urbana, respectivamente.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do Censo (2010).

Segundo o Censo (2010), dos domicílios considerados como particulares permanentes, apenas 53,5%, pouco mais da metade, tem saneamento adequado. Em 42,6% dos domicílios, ele é semi- adequado e em 3,9%, considerado inadequado. Para Lopes (2008), São Luís é uma cidade com muitos bairros de padrão médio e que cresceu de maneira dispersa, o que dificulta a oferta de serviços e infraestrutura.

Com relação ao número de banheiros por domicílio particular permanente, 89,43% das casas ludovicenses de situação urbana possuíam banheiro, o que correspondia a 84,78% dos domicílios da cidade. A grande maioria das casas, mais de 50%, no entanto, possuíam apenas 1 banheiro. Esse dado mostra que, em geral, as casas da cidade ainda não tinham passado em sua maioria pelo processo de aumentar o número de banheiros, resultado da individualização dos tempos contemporâneos. A tabela 29 a seguir apresenta esses resultados em comparação com os do Brasil e de São Paulo:

Tabela 29: Quantidade de banheiros

BRASIL E MUNICÍPIOS	TOTAL DE DOMICÍLIOS (%)	DOMICÍLIOS DE SITUAÇÃO URBANA (%) **							
		TOTAL DE DOMICÍLIOS	COM BANHEIRO	1*	2*	3*	4*	COM SANITÁRIO	SEM BANHEIRO OU SANITÁRIO
Brasil	100	85,87	83,32- 97,01	57,95- 67,48	18,06- 21,03	5,17- 6,02	2,13- 2,48	2,05- 2,39	0,51- 0,59
São Luís	100	94,79	84,78- 89,44	57,46- 60,61	16,80- 17,72	6,51- 6,87	4,00- 4,22	8,33- 8,79	1,68- 1,77
São Paulo	100	99,21	97,88- 98,66	62,01- 62,50	23,49- 23,68	8,23- 8,29	4,15- 4,19	1,29- 1,30	0,04- 0,04

* Número de banheiros de uso exclusivo dos domicílios.

** As porcentagens apresentadas para os domicílios de situação urbana com relação à presença e número de banheiros são em relação ao total de domicílios e ao total de domicílios de situação urbana, respectivamente.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do Censo (2010).

A quantidade de banheiros de uma residência é para além de um retrato da classe de renda, é também do grau de individualidade nas famílias e da segregação existente na sociedade. No bairro da Ponta da areia, área mais nobre de São Luís, há

uma planta do apartamento de um quarto, de aproximadamente 50m², com três banheiros. Um para o morador, outro de visitas e outro para empregados. Chama atenção o fato de um apartamento tão pequeno possuir tantos banheiros e de uma empregada diarista não poder usar o mesmo banheiro de possíveis visitantes.

Com relação à quantidade de quartos nesses novos empreendimentos que estão sendo ocupados pela classe média na cidade, os dados da SINDUSCON-MA (2017) de jul./set. (2017), que afirma que das 4482 unidades levantadas na grande ilha, 3354 tinham 2 quartos, 801 tinham 3 quartos e 127 unidades, apenas 1 quarto⁶⁶, permite indicar que os novos imóveis voltados para a classe média de São Luís, também possuem em sua maioria dois quartos.

Quanto à metragem desses imóveis, dados do SINDUSCON-MA (2017) revelam que a maioria possui entre 45 e 60m².

Atualmente vem sendo construídos em São Paulo apartamentos de 10m². Entretanto, há indícios que boa parte desses apartamentos tem sido utilizados para aluguel por temporada. Em São Luís, o flat soft in, com 19m² é um exemplo dessa tentativa, construído na primeira década deste século, mas utilizado na maioria das vezes para hospedagem.

Quanto à tipologia, de plantas, no Brasil e em São Luís, a tripartição zoneada, as metragens maiores para salas e os quartos com banheiros dificultam a polivalência e a indeterminação dos espaços, citada por Neves (2013).

Se adaptabilidade e flexibilidade e a versatilidade são chave para uma casa contemporânea, entende-se que os padrões do habitar ludovicense ainda são modernos, pois “impõe” formas de habitar, nas palavras de Neves (2013).

As plantas flexíveis, embora tenham começado a ser oferecidas em São Paulo no fim da década de 90, só começam a surgir em São Luís perto de 10 anos depois e de maneira muito limitada, apenas com a opção de perder uma área específica de quarto para ganhar uma sala maior, através de paredes de dry wall.

⁶⁶ Esses dados consideram a grande São Luís e incluem os bairros Renascença, Ponta do Farol e João Paulo, que não são de classe média.

Quanto ao uso da edificação, a unidade de habitação de Marselha de Le Corbusier, de 1945, o Copan em São Paulo, de Oscar Niemeyer, de 1950, ambos projetos mistos, residenciais e comerciais só encontraram análogos tímidos em São Luís quase 20 anos depois, com a construção do edifício Caiçara em meados da década de 60, que possui seu térreo com lojas. Timidamente ainda porque, ao contrário desses projetos, os exemplares de São Luís não contam com diversas tipologias de plantas. Ainda hoje, este tipo de empreendimento é raro na cidade e voltado para áreas mais nobres.

De acordo com Silveira (2007) as unidades mistas no Brasil tiveram um propósito muito mais mercadológico do que social, como os surgidos na Europa. A intenção não era suprir necessidade dos moradores, mas da comunidade do entorno.

A falta de diferentes tipologias habitacionais no que se refere à planta dos apartamentos corrobora para a definição de tradicionalismo no modo de morar ludovicense, com apartamentos sendo construídos igualmente, apenas com acréscimo no número de quartos, como também definiu Silveira (2007) em relação aos apartamentos de São Paulo.

Atualmente em São Luís não existe nenhuma proposta parecida com a do PAN para coabitação. Em outros países como Portugal, em Lisboa, já se encontram edifícios reformados para receber estudantes com unidades individuais como quartos e áreas comuns de socialização e cozinha, como pode ser verificado em uma busca em plataformas de aluguel on line, como a Uniplaces. Em São Luís, devido ao boom das universidades particulares, propostas como essa começam a ser apresentadas, mas ainda térreas. Ainda assim, tanto estudos, como projetos e construções desse tipo são escassos.

Em sua dissertação, Silveira (2007) faz uma crítica de que o pensar a nova habitação no Brasil está a cargo dos construtores, que insistem em modelos que não representam a pluralidade da sociedade atual. De acordo com Silveira (2007) a única diferenciação que se faz é pelo número de quartos e quartos suítes.

De acordo com a autora, os apartamentos de 1 quarto resultam do aumento de solteiros e da redução de poder aquisitivo da população. Eles têm aproximadamente 35m² e se localizam em bairros nobres, preferencialmente. No Brasil, é comum

encontrar prédios desse tipo com lavanderias coletivas e vestuário de funcionários para diaristas. O que não acontece em São Luís, acostumada a um modo de morar mais conservador.

O conservadorismo projetual na cidade também se estende à estética. Projetos que são referências nacionais, como o Pedregulho, no Rio de Janeiro, de Affonso Reidy, projetado em 1947, até hoje não encontra similares em São Luís. A edificação possui apartamentos pequenos de um pavimento com um quarto e duplex de dois quartos.

Quanto ao número de quartos, na cidade, como relatou Silveira (2007), os apartamentos de 1 quarto são ocupados pela classe média alta. A classe baixa e média baixa usa as quitinetes, que diferem do apartamento de 1 quarto pois a própria sala vira quarto. Em sua grande maioria são autoconstruções de investidores locais, para aumentar sua renda. Um único banheiro, padrão comum em quitinetes, pode ser um problema para indivíduos mais conservadores que o terão que dividir com suas visitas.

Já os apartamentos de 2 e 3 dormitórios, de acordo com Silveira (2007) são as tipologias mais comuns no Brasil, até por ser voltada para uma maior gama de público e também tiveram sua área reduzida ao longo dos anos. De acordo com a autora, os apartamentos paulistas que tinham na década de 80, em média, 118 e 183m², em 1997, apresentavam em média 55 e 75m². De acordo com Silveira (2007) equipamentos de lazer e segurança foram incorporados nesses prédios.

A diferença desses apartamentos, segundo Silveira (2007) de classe média para os de classe alta, além da localização, é a presença de banheiros conjugados aos quartos, as suítes, além de mais espaços na área de lazer comum, como home theater, salão de jogos. Há também uma valorização do arquiteto responsável pelo projeto, por status.

Em São Luís, a tipologia de 2 quartos parece ser a mais comum entre as construções para a classe média local, conforme dados do Sinduscon (2017), citados anteriormente e aqui os quartos de empregada também sumiram, como em São Paulo. Mas a área coletiva nos moldes citados por Silveira (2007) só tem vez nos apartamentos voltados para classes de renda mais elevada.

Sobre apartamentos de 2 e 3 quartos em São Luís, eles também são utilizados para coabitação de funcionários, tão criticada no pós-guerra. Empresas prestadoras de serviço para e a própria Vale, que possuem uma quantidade considerável de funcionários na cidade, alugam esses imóveis para funcionários. É a classe média imigrada em razão do trabalho, morando em novas vilas operárias, formadas nos apartamentos e casas de aluguel.

Já os apartamentos de 4 dormitórios seriam voltados, segundo Silveira (2007) para a “verdadeira” classe alta e por isso são pouco produzidos, já que essas pessoas também são poucas na sociedade. Em São Luís, esses apartamentos estão principalmente localizados na ponta da areia, que além dos 4 quartos ainda possuem, mesmo nos prédios novos, dependência de empregada, 1 ou 2. De acordo com a autora as áreas de lazer coletiva são pouco utilizadas pelos moradores, que preferem apartamentos com área interna para o lazer.

Sobre a área de lazer mais robusta, para Villa (2008), já na década de 70, em busca de lucro, as construtoras paulistas incentivavam demandas com apelos publicitários, mas foi na década de 90 que a construção de apartamentos foi submetida com mais ênfase a essas demandas.

A autora afirma que em 1990 os condomínios com grandes áreas de lazer entram na moda em São Paulo, o que só aconteceria em São Luís quase 20 anos depois em projetos como o farol da ilha, localizado em área nobre da cidade.

Entretanto, para a classe média local, como afirmado, essa realidade inexistente. Até por uma questão financeira de manutenção posteriori desses espaços. As áreas de lazer dos prédios construídos e ocupados pela classe média local são bem simples, possuindo o combo “piscina pequena, churrasqueira e pequeno salão de festas coberto, mas aberto.

A insegurança pública, o aumento da criminalidade e a consequente segregação socio-espacial é assunto tratado por Caldeira (2000) e que também já atingiu a classe média ludovicense.

Caldeira (2000) no seu importante livro “cidade de muros” aborda como a cidade de São Paulo se fechou em muros, no que a autora chamou de enclaves

fortificados, em razão da insegurança pública, do aumento da criminalidade e do medo, que criaram narrativas particulares de desordem e preconceito e aumentaram a segregação espacial e a discriminação das camadas mais pobres.

Para a autora, a insegurança nas cidades é também uma imagem construída e fortalecida pelo mercado imobiliário, que vendem o morar seguro nos condomínios. As considerações de Caldeira (2000) podem ser facilmente estendidas a áreas metropolitanas em todo o Brasil onde processos semelhantes vem acontecendo.

Em São Luís, na área escolhida para recorte desse estudo, nota-se uma relevante quantidade de grandes muros cegos, resultado de inúmeros condomínios residenciais fechados, horizontais e verticais.

Os enclaves fortificados, segundo Caldeira (2000), fragmentam a cidade, impedindo a acessibilidade e a livre circulação nas cidades. As pessoas se prendem dentro de suas casas, que para além do abrigo de intempéries e do refúgio das amarras sociais, passa a ser vista como um bunker, cheio de grades e monitoramento. Os muros e grades contemporâneos alteram a percepção e o simbólico da casa.

Em São Luís, os condomínios de classe média construídos nesse século possuem porteiro, acesso restrito, cercas elétricas e câmeras de monitoramento, em contraste com os primeiros apartamentos do século passado que não possuíam esses elementos.

Para Caldeira (2000), as pessoas que escolhem viver nos condomínios fechados gostam de estar entre pessoas selecionadas, que façam parte do mesmo grupo social e de estarem longe de situações típicas a uma casa de bairro, como interações com a comunidade e situações imprevisíveis nas ruas. Esses condomínios, chamados pela autora de enclaves fortificados dão status aos seus moradores. É o acesso ao morar moderno. Há a construção do símbolo do status também nessa escolha e a tentativa de uma afirmação de distinção social.

“Para as classes média e alta, a criação de uma residência é mediada por anúncios publicitários e pelas indústrias imobiliária e da construção. Nos últimos 20 anos, esses anúncios elaboraram o que chamam de "um novo conceito de moradia" e o transformaram no tipo mais desejável de residência. Esse "novo conceito de moradia" articula cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços. A imagem que confere o maior status (e é mais sedutora) é a da residência

enclausurada, fortificada e isolada, um ambiente seguro no qual alguém pode usar vários equipamentos e serviços e viver só com pessoas percebidas como iguais. Os anúncios apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre iguais. Os enclaves são, portanto, opostos à cidade, representada como um mundo deteriorado no qual não há apenas poluição e barulho, mas, o que é mais importante, confusão e mistura, isto é, heterogeneidade social. Os condomínios fechados correspondem à versão ideal desse "novo conceito de moradia", um ideal em relação ao qual as outras formas menos completas são sempre medidas. Supõe-se que condomínios fechados sejam mundos separados. Seus anúncios propõem um "estilo de vida total", superior ao da cidade, mesmo quando são construídos dentro dela" (Caldeira, 2000, p. 265).

Caldeira (2000) cita ainda que condomínios para ricos tem suas casas elaboradas pelos próprios moradores, o que seria mais uma forma de distinção através da personalidade, como é o caso da rede Alphaville. Em São Luís, o direito à personalização também não chegou à classe média que vê seus condomínios como uma reprodução de um único projeto, com pequenas alterações de cor nas fachadas de casas e prédios.

Caldeira (2000) corrobora com o que já foi dito nesta investigação sobre áreas de lazer usadas por adultos e crianças nessas residências de condomínios. De acordo com a autora, em todos os edifícios e condomínios que fizeram parte de sua investigação, apenas os playgrounds eram utilizados pelas crianças. Já os adultos pouco utilizavam a área de lazer e evitavam a ideia de compartilhar espaços.

Caldeira (2000) também fala em estética da segurança, um conceito onde elementos como barras, grades e muros, não são só um quesito e segurança, mas de status e estética. Em São Luís, não só os condomínios ganharam esses elementos como também as casas de bairros. Andar por bairros locais é ter o entendimento inegável de quanto o fator segurança alterou a estética das fachadas, com muros mais altos, grades e cercas elétricas.

O Boom de condomínios fechados em São Luís se deu quando essa proposta do morar fechado começava a ser questionada no país. Entretanto, é um modelo que continua ganhando força. Sobre uma São Luís escondida atrás de muros, Aguiar; Monteiro; Serdoura (2016) também estudaram. Alguns trabalhos começam a ser realizados como os das autoras. Elas encontraram que a maioria das pessoas escolheram morar no condomínio pela insegurança da cidade.

Entretanto, apesar dos condomínios fechados e de bairros fechados denotarem novos hábitos de morar local, na prática a planta das residências não variou. Apenas construiu-se muros em volta das casas e dos prédios.

7.2. Resultados apreendidos a partir da amostragem

A investigação de campo foi realizada considerando-se uma amostra representativa do total de domicílios de classe média média e média alta (tendo apenas a renda como critério conceitual). A investigação por amostragem realizada considerou um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 7%, ou seja, 3,5% para mais ou menos.

Esta amostragem é representativa da área do recorte geográfico da investigação e embora parte dos seus resultados possam ser estendidos para toda a classe local de estratos de renda intermediários médio e alto, em alguns casos essa extensão não pode ser validada, como por exemplo nas análises dos subgrupos casa e apartamentos, na medida em que suas porcentagens no grupo analisado, típicas da área do recorte não correspondem à realidade dos dados de toda a cidade.

Como toda investigação por amostragem, o cruzamento de dados e a análise de subgrupos por filtros aumenta a margem de erros, uma vez que a amostra diminui. Por isso, o cruzamento de dados, situação de maior perda de amostra só foi realizado nessa investigação em situações relevantes, tanto considerando a amostra residual, quanto para o entendimento dos resultados encontrados.

Nesses casos, a margem de erro chegou a até 15%, considerando todo o universo. Nos casos dos subgrupos casa e apartamento, por exemplo, considerando todo o universo, a margem de erro subiu para 10%. Se considerada apenas a representatividade dentro da amostra, ela se manteve em torno dos 7%.

Por isso, nessas situações, é importante considerar que os resultados não apresentam a mesma confiabilidade inicial e não podem ser extrapolados com

confiança estatística como representativos para todo o universo. Eles representam apenas uma tendência⁶⁷ dentro da amostra.

Dito isto, a amostragem confirmou vários resultados do Censo (2010), com pequenas alterações. Para além, trouxe à luz informações atualizadas e mais detalhadas sobre os moradores e suas casas.

7.2.1. Os moradores

De acordo com os resultados obtidos, a maioria das casas de classe média investigadas possui de 2 a 4 moradores, o que indica uma clara diminuição no número de integrantes na família e reforça os dados de composição doméstica mostrados adiante que indicam alguns grupos como predominantes, como os casais sem filhos e a mulher com um filho. A tabela 30 abaixo apresenta os resultados encontrados.

Tabela 30: Quantidade de moradores em porcentagem

QUANTIDADE DE MORADORES	%
1	7,94
2	25,92
3	27,51
4	20,63
5	11,64
6	3,17
7	1,59
8	0
9	0,53
10	0,53

Fonte: Autora

Quando esse dado é cruzado com a idade dos responsáveis pela casa, considerando a idade do respondente responsável pelo lar, do respondente filho e a presença de parentes, percebe-se que, na maioria das vezes, as famílias cujos responsáveis são mais velhos ou casas que possuem parentes e não parentes como moradores possuíam mais de 4 integrantes.

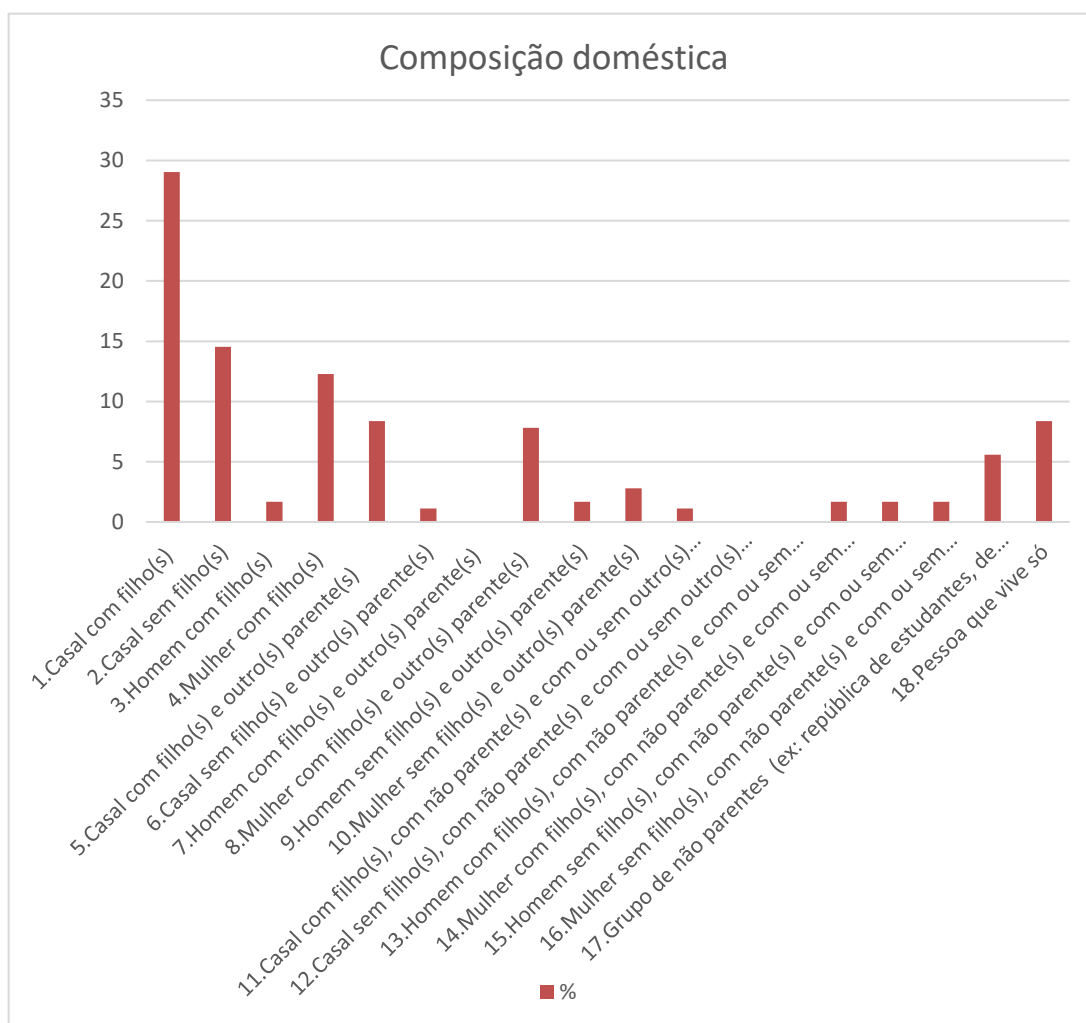
Considerando a quantidade de filhos entre os moradores com filhos, encontrou-se que 48% possuem apenas 1 filho, 38% possuem 2 filhos e 12% possuem 3 filhos. As demais quantidades apresentaram resultados inexpressivos.

⁶⁷ Aqui, o termo tendência não está sendo utilizado no sentido estatístico das análises longitudinais, que monitoram resultados ao longo do tempo.

Moradores responsáveis com filhos entre 18 a 35 que ainda moram em suas casas, são os que possuem mais filhos em casa (de três em diante). Esta realidade pode ser explicada pelo maior número de filhos das gerações anteriores e pela demora em sair de casa da chamada geração canguru. Em seguida, em valor menor mas tecnicamente iguais, considerando a margem de erro, estão os responsáveis que possuem entre 36 e 45 anos. São as chamadas famílias jovens, cujos filhos são entre crianças e adolescentes e ainda estão todos vivendo sob a responsabilidade dos pais.

Em termo de composição familiar, casais com filhos, casais sem filhos e mulher com filhos mostraram-se as mais relevantes. Sendo entre a composição casal com filhos, o número de descendentes em 1 ou 2, realmente a composição mais significativa. O gráfico na figura 67 apresenta os resultados:

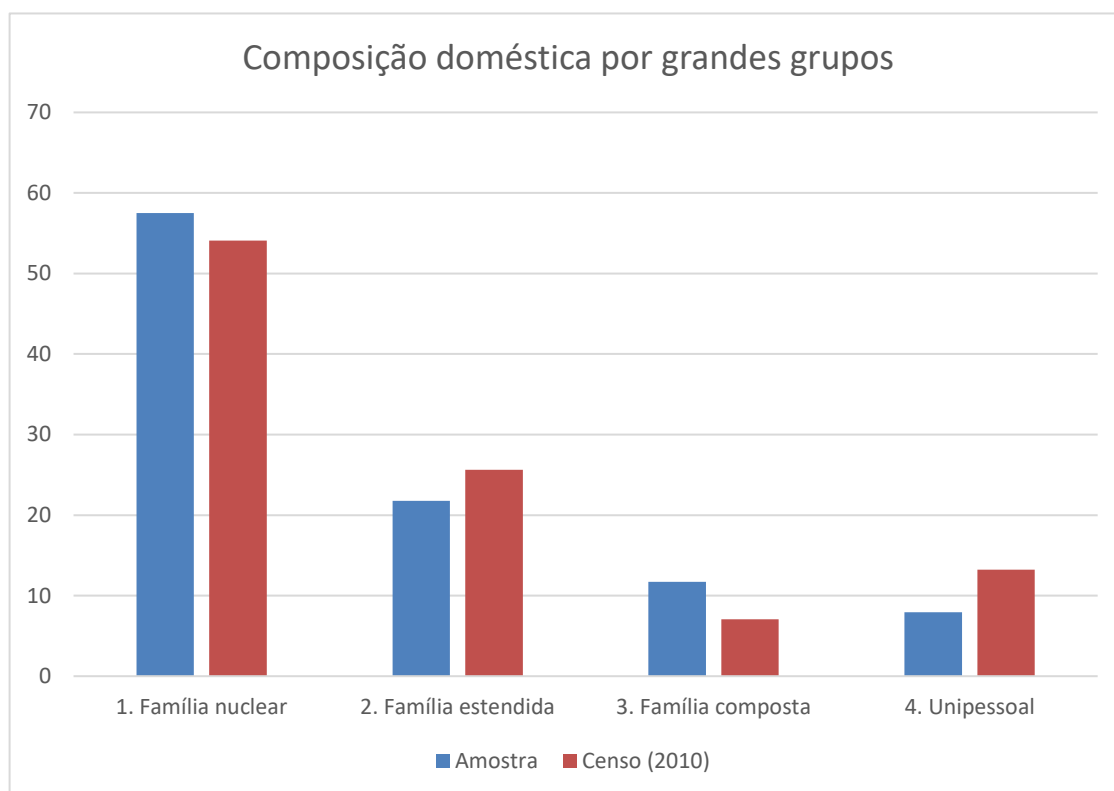
Figura 67: Composição doméstica



Fonte: Autora

Quando a composição doméstica é avaliada considerando apenas os grandes grupos Nuclear, estendida, composta e unipessoal e comparada com os valores encontrados pelo Censo (2010), considerando apenas as faixas de renda analisadas, tem-se o gráfico da figura a seguir:

Figura 68: Composição doméstica por grandes grupos



Fonte: Autora

Embora a jovialidade da população ludovicense, retratada pelo Censo (2010), também tenha aparecido nos resultados da amostragem dessa investigação considerando a idade da maioria dos respondentes, pode haver uma relação do resultado com os locais de coleta. No entanto, pode-se afirmar que considerando a maioria dentro da faixa etária equivalente aos jovens majoritários no último Censo, hoje eles estão casados, são responsáveis por lares, tem menos filhos e engrossam a classe média local.

Para além dessa constatação, os resultados permitem saber um pouco mais sobre essa significativa parcela da população local. A tabela a seguir apresenta o resultado das faixas etárias encontradas entre os respondentes:

Tabela 31: Faixa etária dos respondentes

FAIXA ETÁRIA DOS RESPONDENTES	%
De 18 a 25 anos	29,19
De 26 a 35 anos	34,59
De 36 a 45 anos	25,40
De 46 a 55 anos	6,49
De 56 a 65 anos	2,16
De 66 a 75 anos	1,62
De 75 a 85 anos	0,54
Acima de 85 anos	0

Fonte: Autora.

Estes resultados mostram que a família de classe média de São Luís já entrou em um padrão familiar dito moderno, com famílias menores e diversificação entre os grupos domésticos. Mas embora possua uma quantidade razoável de não famílias ou indivíduos que moram só entre os mais jovens e mais velhos, ainda não se assemelha aos padrões contemporâneos de cidades ditas mais desenvolvidas.

Esses indivíduos ainda se identificam, em sua maioria, dentro de uma religião, no caso local, de maioria católica, embora haja um crescente considerável da religião neo pentecostal ou evangélica, como em todo país, o que explica o visível aumento do conservadorismo nos costumes.

Embora os resultados para essa pergunta não sejam representativos amostralmente, 57, 25% dos respondentes se declarou cristão católico e 31,30% se declarou cristão neo pentecostal ou evangélico. Espiritualistas e adeptos de outras religiões alcançaram 6,10% e 5,34% respectivamente, enquanto ateus e agnósticos não foram encontrados entre os respondentes, indicando que a parcela da população local que se identifica com esses grupos é, provavelmente, mesmo muito pequena.

Esses indivíduos, tão pouco se preocupam com um assunto tão em voga em países ditos desenvolvidos e que vem ganhando adeptos também entre os ricos brasileiros: uma completa mudança na alimentação, optando-se por hábitos alimentares vegetarianos ou veganos. Ainda que esse dado não seja também significativo dentro da amostragem realizada, apenas 3,73% dos respondentes se identificaram como veganos/ vegetarianos, o que dá indícios de não haver vegetarianos/veganos em quantidade minimamente significativa nesse estrato da população local.

Entretanto, o culto ao corpo, febre dos EUA nos anos 80-90 já se consolidou entre esta classe. Uma maioria significativa dos lares alcançados pela amostragem possuem algum morador que pratica esporte. Apenas 31,52% dos lares não possui algum morador praticando esporte e em 12,5% das residências, o esporte é atividade de todos os moradores.

A pouca preocupação com uma alimentação mais saudável e a alta preocupação com a aparência do corpo físico reforçam a ideia de uma sociedade cujo comportamento é resultado da busca pelo “aparentar ser”, conforme Kron (1983).

Essa observação pode ser reforçada quando se analisa os dados de auto monitoramento dos respondentes. Pouco mais da metade foi classificada no nível intermediário de auto monitoramento. Isso explica também a preocupação com a aparência das casas, cujos resultados mostram muitas reformas nos muros mas poucas mudanças estéticas internas, algo a ser comentado mais à frente. Há uma preocupação com o Status, mas essa questão não é tão forte na classe média alcançada pela investigação. Dos mais jovens (de 18 a 25 anos), 70% foram classificados como pessoas intermediárias.

Com relação aos valores dessa parcela da população, é válido lembrar que o cruzamento de dados diminui a representatividade do grupo. Entretanto, é interessante observar que os respondentes entre 18 e 25 anos foram não só os que mais se identificaram com as características próprias de sua geração, a geração Z (49% responderam a opção 4 da questão 43: identidade fluida, realista e ativista ponderado. Gosta de consumir o que precisa e agir com singularidade, acesso e ética), como também foram os que mais se identificaram com as características da geração Alfa.

Esta constatação indica que essas pessoas mais novas, estão em processo de superação de costumes passados e já inseridos nos novos costumes contemporâneos típicos de sua geração.

Já a geração Y, alcançada pela investigação com as faixas etárias de 26 a 35 anos, e 36 a 45 não apresentaram resultados expressivos em nenhuma categoria, estando mais propensos a comportamentos do tipo 1, 3 e 4 e 1 e 4 respectivamente. As faixas etárias seguintes também possuem comportamentos diversos, mas

alcançaram números menores de respondentes e conjecturar sobre os dados encontrados seria demasiadamente impreciso.

O fato de a geração mais nova analisada apresentar o maior nível próximo de comportamento em massa, corrobora a teoria de Tramontano sobre a universalização dos costumes e hábitos das novas gerações. Eles usam as mesmas coisas, trabalham da mesma forma e se comportam do mesmo jeito. E é a geração local que mais acompanha as características contemporâneas internacionais.

A classe média local alcançada pela investigação, nem poderia dar tanta atenção ao status. Ela está argolada com outras preocupações, pois vê seu poder de compra achatado pelos gastos com complementos aos serviços públicos. Embora 20,32% dos respondentes não tenham gastos com saúde, educação e segurança, todo o restante paga por esses serviços, sendo que 45% pagam por educação.

Levando em consideração que esse é um resultado sobre o total e de que nem todos os moradores das casas estão em idade escolar, essa taxa é considerável. Os gastos com saúde também afetam igualmente 45% das famílias. A porcentagem de respondentes cujas famílias pagam pelos dois serviços simultaneamente é de 22% e das famílias que pagam pelos três é de 11%.

Mas essa classe média já está conectada globalmente. Todos possuem celular e usam internet. E embora a tv a cabo, um serviço mais caro, não seja maioria nos lares (46,80%), a presença do serviço de Streaming começa a se tornar relevante (64,89%). Estes resultados indicam que o indivíduo alcançado pela investigação está atento a novas práticas de consumo digital do que chega aos lares no mundo todo. Eles também têm computadores em casa. Apenas 17% dos lares dos respondentes não tem computador, sendo que 40% tem mais de duas máquinas por casa.

Mas quando essa globalização chega à educação, a situação muda. Em 60,42% dos lares dos respondentes nenhum morador fala outra língua. Em 28,34%, apenas um morador domina outro idioma. Em apenas 4,27% dos lares todos os moradores falam outra língua.

Com relação à presença de empregada doméstica, os resultados não deixam dúvidas: as casas de classe média ludovicense, em maioria, já não contam mais com

essa realidade. Os próprios moradores fazem o serviço doméstico em 72,33% dos casos, sendo que toda a família contribui nos serviços em 65,95% dos lares, o que demonstra uma mudança social, de equiparação nos serviços domésticos, ainda que seja conhecido que a maior carga cai sobre a mulher. Em apenas 5,31% do total de lares dos respondentes, só as mulheres é que fazem o serviço da casa.

Mais ainda, em apenas 13,29% dos lares, tem empregada todos os dias, sendo que elas só dormem no emprego em 2% do total de casos. Os outros 14,36% dos lares tem diaristas algumas vezes na semana ou no mês.

Para as casas de bairro, que possuíam cômodo destinado às empregadas, esta realidade trouxe um novo uso para esses espaços que passaram a ser em sua maioria, depósitos e despensas. Já as novas moradias, de tipologia apartamento, não contam mais com esse cômodo que está, cada vez mais, entrando para as páginas da história da arquitetura.

O carro, elemento de status e tão necessário em uma cidade dispersa como São Luís, ainda é objeto de sonho de consumo em 31% dos lares investigados. Os demais, possuem ao menos 1 veículo.

Talvez entre outros motivos, pelo fato dessa classe média estar argolada com pagamentos de serviços que deviam ser oferecidos pelo poder público, já mencionados: educação, saúde e segurança.

Há indícios de que essa moradia de classe média está caminhando cada vez mais para fins de dormitórios, para os indivíduos em idade ativa de trabalho. A realidade encontrada na amostragem é de um crescente aumento de moradores que não fazem suas refeições em casa durante a semana. Ou seja, durante a semana, saem de manhã e só retornam à noite. Os respondentes afirmaram que 53,21% dos moradores das casas costumam fazer refeições regularmente fora de casa, embora 30% tenham dito que isto não acontece todos os dias, apenas “alguns dias da semana”.

Esta classe média, embora argolada financeiramente, consegue fazer viagens. Embora na amostragem não se tenha podido coletar dados de destino e motivo, a

grande maioria (73,4%) respondeu que costuma viajar. Mas na maioria dos lares dos respondentes (40,95%), apenas 1 vez ao ano.

Quando perguntados sobre qual carro gostaria de ser, quase metade dos respondentes afirmou que gostaria de ser um carro grande, picape, como uma hilux. Esta resposta combina com a situação da classe média de aperto financeiro e que busca ser capaz de lidar com os problemas e limitações do dia a dia. Não houve diferenças na predileção em razão da idade. Todas as faixas etárias preferiram o carro “forte”, sendo que essa predileção foi acentuada na faixa etária 2, de 26 a 35 anos, idade em que os jovens começam a caminhar para a fase adulta.

Com relação ao gênero, a escolha de qual carro gostaria de ser ficou equilibrada entre os respondentes homens, embora a opção do carro forte, a Hilux, tenha sido levemente maior, seguida pelo carro esportivo. Entretanto, entre as mulheres, essa opção correspondeu a 53% da escolha, ficando as outras três em porcentagens parecidas.

Uma curiosidade: 36% dos respondentes era homem e 64%, mulher. Ainda, 64,3% se identificaram como responsáveis pelo lar, 24,72% como filhos e 5,5% cada como parente ou outra posição.

7.2.2. As moradias.

Dos moradores alcançados pela amostra, 67,55% moram em casa própria, ainda que metade desses imóveis (27,65%) ainda estejam sendo pagos. Aqueles que construíram o próprio imóvel somam apenas 5,85% e são na totalidade pessoas mais velhas, registradas na amostra como responsáveis acima de 46 anos de idade ou pais de filhos respondentes.

Este cruzamento de dados pode indicar que hoje, ao contrário de décadas atrás, há uma tendência da classe média em preferir comprar um imóvel pronto a construí-lo, uma vez que as facilidades de financiamento permitem a aquisição do sonho da casa própria em prestações, ao longo dos anos, às vezes, de uma vida inteira.

Quanto à tipologia das residências alcançadas na amostragem, 39,68% eram casas, 3,7% casas de condomínio, 52,38% eram apartamentos e 3,7% quitinetes. Das

residências do tipo casas, a maioria é de casas térreas, correspondendo a 29,10% dos lares alcançados com a investigação. A tabela e o gráfico na figura a seguir apresentam esses resultados:

Tabela 32: Tipo de imóvel

TIPO DE IMÓVEL	%	Σ (%)
1. Casa térrea	29,10	
2. Casa de dois pavimentos	7,41	
3. Casa de três ou mais pavimentos	3,17	
4. Casa de condomínio térrea	3,17	
5. Casa de condomínio de dois pavimentos	0,53	
6. Casa de condomínio de três pavimentos	0	43,38
7. Apartamento	52,38	
8. Apartamento de dois andares	0	
9. Apartamento de três andares	0	52,38
10. Quitinetes	3,70	3,70

Fonte: Autora

Figura 69: Tipologias de moradias



Fonte: Autora.

A maior quantidade de apartamentos do que casas, contrariando os dados do Censo (2010), deu-se pela escolha do recorte geográfico, uma área de crescimento considerável neste século e que representa os novos hábitos de morar da São Luís do século XXI. Mas é preciso frisar que essa não é a realidade de toda São Luís.

Embora a área em questão possua diversos condomínios residenciais de casas térreas, a maioria dos respondentes que moram nessa tipologia estavam enquadrados em faixas de renda alta e foram descartados.

Quanto às quitinetes, sua pouca expressividade nessa classe também não deve ser estendida aos demais estratos econômicos locais. Em verdade, também há um boom desse tipo de construção na cidade e que atende principalmente aos estratos mais baixos de renda. Isso também pôde ser verificado nos questionários de renda média baixa e baixa descartados.

Quando os dados do tipo de moradia são cruzados com os de composição doméstica, não há uma clara predileção por algum tipo de moradia na maioria dos grupos domésticos de pessoas alcançadas pela amostra. As exceções são as pessoas que moram só (80%) e os casais sem filhos (70%), que significativamente optaram por morar em apartamentos. Eles também estão entre os grupos que mais viajam e fazem refeições fora de casa, de acordo com os resultados da investigação. São grupos domésticos cuja rotina diária pede uma moradia mais prática, demanda atendida pelos apartamentos. Já as composições com parentes que moram junto preferem as casas.

Embora o cruzamento de dados aumente a margem de erro da investigação em razão da pouca quantidade dos dados e da tipologia apartamento ser já a existente em maior quantidade é interessante perceber as tendências nessas situações, ainda mais quando elas se mostram acentuadas. Entretanto se trata apenas disso, uma tendência dentro da amostra investigada, que não pode ser estendida com a mesma confiabilidade a todo o universo. Ainda assim, considerando a linha crescente desses dois grupos domésticos nacionalmente e em São Luís, a demanda local por essa tipologia, voltada para esses grupos, tende a permanecer.

Quando é a idade do morador responsável a ser cruzada com o tipo de moradia, não há resultados significativamente confiáveis, uma vez que, embora, aparentemente

os apartamentos sejam ocupados em maior número por moradores cujos responsáveis pelo lar estão nas faixas etárias 1, 2 e 3, estas também são consideravelmente as faixas de maiores participações na investigação, o que certamente influenciou com maior força nesse resultado.

Quanto ao tamanho desses imóveis, este foi um dado que coletou muito mais a percepção dos moradores sobre sua residência do que a verdadeira metragem dos imóveis, haja vista que algumas pessoas não sabem ao certo a metragem de suas casas e tem dificuldades em probabilizar medidas espaciais.

Dito isto, de acordo com os respondentes, 64,77% dos grupos domésticos encontrados moram em residências com menos de 70m². A maior parcela (37,73%) mora em residências entre 42 e 57m², cujos limites são metragens conhecidas dos apartamentos MCMV. Quando os dados de tamanho dos imóveis são cruzados com os tipos dos imóveis, tem-se que entre casas e apartamentos, as casas são o tipo com distribuição de metragem mais equilibrada.

A classe média alcançada pela amostragem mora em casas dos mais variados tamanhos, com uma leve predominância de casas entre 70 e 100m² (23,63%) e 100 e 200m² (32,72%). Já os moradores de apartamentos estão vivendo predominantemente (61,4%) em imóveis entre 42 e 57m², uma média 85m² a menos. Em seguida, com menor expressão, vem os apartamentos de 57 a 70m².

Se as metragens mais comuns das casas são comparadas às metragens dos projetos originais das casas do Vinhais, por exemplo, (um dos conjuntos na área de influência da investigação) que contou com modelos de casas de 43, 52 e 71m², tem-se que esses imóveis foram progressivamente, ao longo dos anos, aumentados, com um ganho de área médio de também perto de 85m².

Ou seja, os apartamentos desse século que foram construídos para reduzir o déficit habitacional da cidade entre os mais pobres, mas que acabaram sendo ocupados pela classe média, foram construídos com metragens similares às das casas do século passado, também destinadas a reduzir o déficit habitacional da cidade entre os mais pobres, mas que também acabaram sendo ocupadas pela classe média local. O que demonstra que nada mudou. Nem a falha de direcionamento dos

programas de habitação, nem a disposição do poder público e da iniciativa privada quanto aos projetos de novas habitações.

No passado, as metragens das casas construídas não foram suficientes para instalar as famílias que, durante os anos, fizeram sucessivas ampliações nos imóveis. Mas os apartamentos não têm como crescer. Entretanto é preciso compreender até que ponto as novas famílias demandam m² como as do século passado.

Mas algo já pode-se afirmar: tanto as pessoas de classe média alcançada pela amostragem que moram em casa quanto as que vivem em apartamentos estão, em maioria, satisfeitas com o tamanho de seu imóvel. Inclusive, as que moram em apartamento chegam a estar levemente mais satisfeitas (58,88% a 56,62%).

Essa satisfação independe da composição doméstica ou do número de moradores, visto que há diversos tipos de grupos residindo nos dois tipos de moradia e número de moradores variado. Esse resultado leva a constatar que há uma divisão de grupos quanto à percepção, uso e significado do espaço doméstico, mas eles podem não estar atrelados à composição doméstica.

Inclusive, para os que moram em casas, 19,27% estão insatisfeitos porque reclamam de que o imóvel é grande. Para 15,66% há cômodos não utilizados, e para o restante, eles são muito grandes, o que indica que as pessoas que moram nesse tipo de imóvel hoje precisam de menos área. Do total, 22,89% disseram que as casas eram pequenas, sendo que desses, 8,43% disseram que os cômodos são pequenos, no geral e 6% disseram que faltam outros cômodos (6%).

Para os que moram em apartamento, quando não satisfeitos, o problema é que eles são pequenos, principalmente porque os cômodos são pequenos (17,77% do total de moradores). Eles também acham que, especificamente, os quartos são pequenos (7,77%) e que faltam cômodos (7,77%).

O programa de necessidades das residências de classe média alcançadas nessa amostra é bastante tradicional. As casas em sua maioria não possuem quarto de hóspedes, escritório biblioteca e ateliê, muito menos academias, piscinas, área de lazer, jardins e hortas. Os quartos de empregadas, tão comuns em outras décadas,

também já não são maioria e viraram despensas e depósitos. Quando raramente existem, ficam no fundo das casas, na maioria dos casos.

Os animais domésticos já são maioria nos lares (57,89%), mas não há uma preocupação espacial relevante com esses bichos.

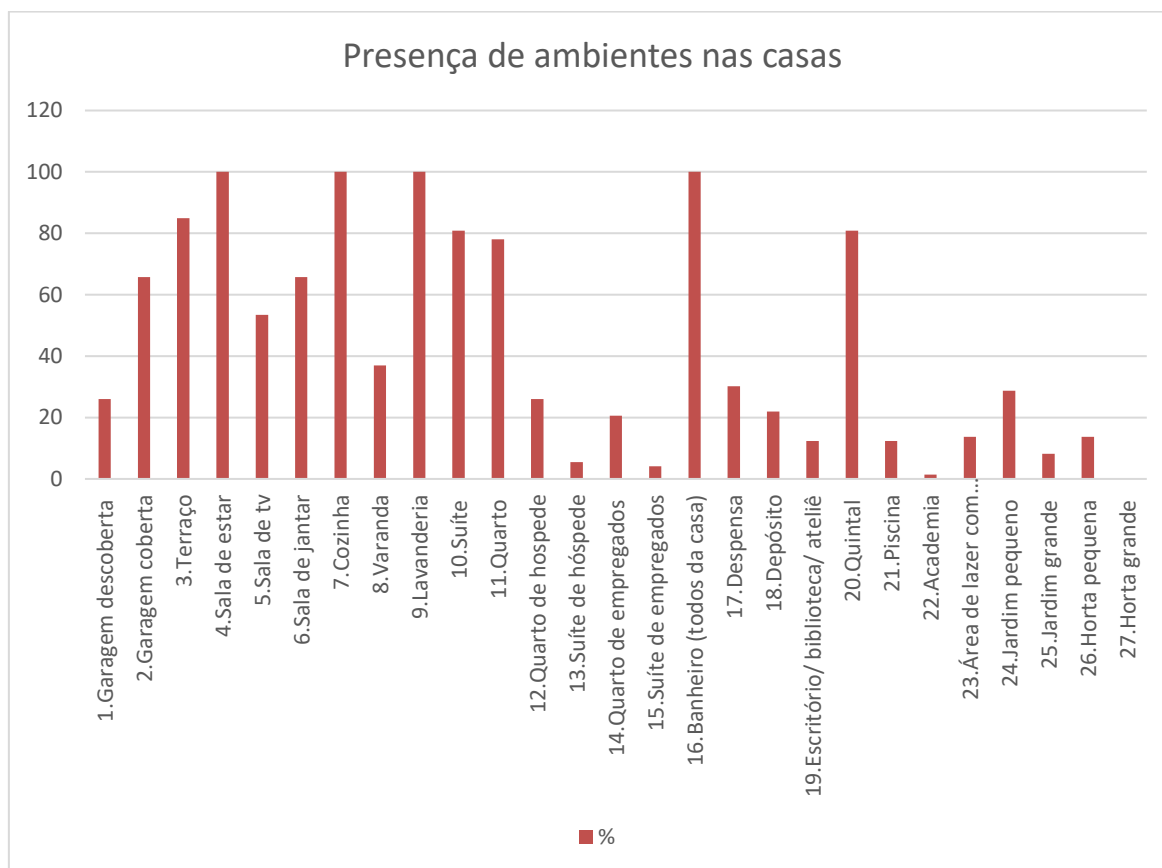
A tabela e o gráfico na figura a seguir apresentam os resultados da presença dos ambientes nas casas.

Tabela 33: Presença de ambientes nas casas

PRESENÇA DE AMBIENTES NAS CASAS	%
1.Garagem descoberta	26,03
2.Garagem coberta	65,75
3.Terraço	84,93
4.Sala de estar	100
5.Sala de tv	53,42
6.Sala de jantar	65,75
7.Cozinha	100
8.Varanda	36,99
9.Lavanderia	100
10.Suíte	80,82
11.Quarto	78,08
12.Quarto de hospede	26,02
13.Suíte de hóspede	5,48
14.Quarto de empregados	20,55
15.Suíte de empregados	4,11
16.Banheiro (todos os da casa)	100
17.Despensa	30,14
18.Depósito	21,92
19.Escritório/ biblioteca/ ateliê	12,33
20.Quintal	80,82
21.Piscina	12,33
22.Academia	1,37
23.Área de lazer com churrasqueira	13,70
24.Jardim pequeno (menor que um quarto)	28,77
25.Jardim grande (maior que um quarto)	8,22
26.Horta pequena (menor que um quarto)	13,70
27.Horta grande (maior que um quarto)	0

Fonte: Autora

Figura 70: Presença de ambientes nas casas



Fonte: Autora.

As sucessivas reformas feitas pelos moradores diminuíram sua área permeável e a consequente presença de jardins, existentes quando da construção dos bairros habitacionais. De acordo com 35,36% dos respondentes, suas casas só possuem área descoberta nos fundos e para 47,56% só possuem afastamentos em um sentido ou não possuem. A tabela a seguir apresenta esses resultados.

Tabela 34: Situação quanto a área descoberta na casa

ÁREA DESCOBERTA	%
1.Descoberta na frente na lateral e nos fundos	23,17
2.Descoberta na frente, em uma lateral e nos fundos	4,88
3.Descoberta na frente e nos fundos	13,41
4.Descoberta nas laterais e nos fundos	7,32
5.Descoberta em uma lateral e nos fundos	3,66
6.Descoberta apenas na frente	4,88
7.Descoberta apenas nos fundos	35,36
8.Descoberta apenas nas laterais	2,44
9.Descoberta apenas em uma lateral	1,22
10.Sem área descoberta na casa	3,66

Fonte: Autora

Quanto a quantidade de cômodos, essas casas alcançadas têm na maioria 3 quartos, dos quais apenas 1 é suíte, em maioria. A quantidade de banheiros varia muito, mas parece haver uma leve predominância de casas com 2 banheiros, embora haja considerável quantidade de casas com 3 e 4 banheiros, em razão do antigo quarto de empregada. Quanto às cozinhas, definitivamente, esta parcela da classe média não aderiu à tendência das classes mais ricas de terem mais de uma cozinha em casa. Menos de 3% da amostra respondeu que sua casa tem duas cozinhas.

Já os apartamentos têm um programa ainda mais enxuto. Possuem em média, 1 banheiro e 1 quarto a menos que as casas, sendo que a grande maioria dos apartamentos são de dois quartos. Quando possuem suíte, o que é menos da metade dos casos (45,33%), têm apenas uma. As cozinhas também são unitárias. A tabela e o gráfico na figura a seguir apresentam esses resultados. Já as varandas, ambiente de apelo do luxo, estão presentes em mais de 50% dos lares.

Em apartamentos de dois quartos, casais sem filhos e pessoas que moram só usam o quarto extra, geralmente, como quarto de hóspede, indicando que escritórios não têm muito valor para esses moradores.

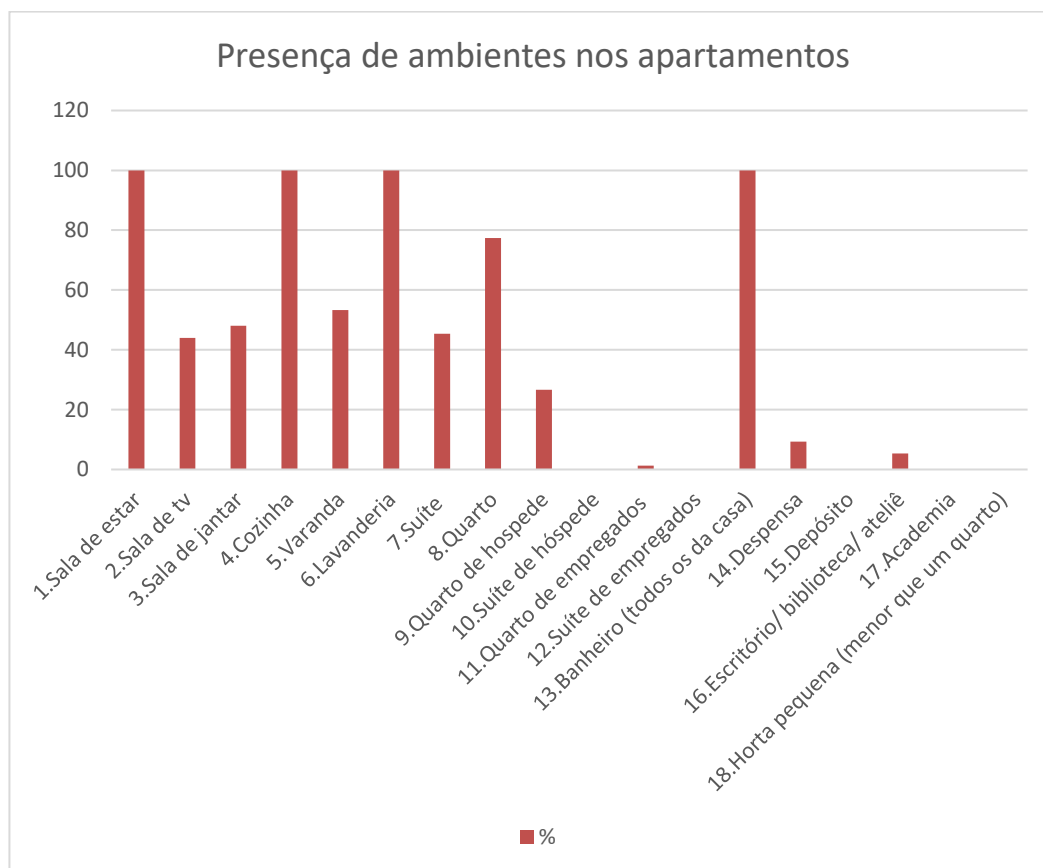
Poucos apartamentos têm portas de serviço (9,37%) e quando tem, não são utilizadas (8,33%). A tabela 35 e o gráfico na figura 71 apresentam esses resultados.

Tabela 35: presença de ambientes nos apartamentos

PRESENÇA DE AMBIENTES NOS APARTAMENTOS	%
1.Sala de estar	100
2.Sala de tv	44
3.Sala de jantar	48
4.Cozinha	100
5.Varanda	53,33
6.Lavanderia	100
7.Suíte	45,33
8.Quarto	77,33
9.Quarto de hospede	26,67
10.Suíte de hóspede	0
11.Quarto de empregados	1,33
12.Suíte de empregados	0
13.Banheiro (todos os da casa)	100
14.Despensa	9,33
15.Depósito	0
16.Escritório/ biblioteca/ ateliê	5,33
17.Academia	0
18.Horta pequena (menor que um quarto)	0

Fonte: Autora.

Figura 71: presença de ambientes nos apartamentos



Fonte: Autora.

Quanto aos ambientes integrados, no entendimento dos respondentes, tanto em geral quanto para casas e apartamentos em isolado, a situação mais comum é a integração da sala de estar, tv e jantar, todas juntas. Nas casas, garagem e terraço também aparece como opção em boa quantidade e nos apartamentos a cozinha com a lavanderia.

Integrar ambientes é uma forma de dar mais praticidade à funcionalidade das casas e aumentar visualmente seus espaços. Por esta razão, é perfeitamente compreensível e bem óbvio as situações que acontecem em separado nas casas e apartamentos, uma vez que nas casas, os moradores tiveram que se adaptar a um novo bem de tamanho significativo e ainda cobri-lo, por causa do clima chuvoso local. Já nos apartamentos, o pouco espaço e o conceito de cozinha de produção, reproduzido nos apartamentos construídos na cidade nos últimos anos, forçaram essa prática.

Os respondentes, de um modo geral, estão em maioria (85,71%), não só satisfeitos com o tamanho de sua residência como com sua aparência estética e dos seus ambientes, sendo que para 55,95% deles, a resposta foi “bom”. Quanto à aparência estética do muro, a satisfação é um pouco menor, mas ainda alta (75,15%).

Essas famílias em maioria não reformaram, construíram cômodos ou ampliaram suas casas (55,31%). Mas quando o fizeram, reformaram cômodos e no caso dos moradores de casas, apesar dos resultados apontarem para vários tipos de obras, em um maior número, eles construíram mais quartos. E parecem já estar satisfeitos. A maioria (68,30%) não deseja fazer mais intervenções. Para os que moram em casa, aqueles que responderam que tinham vontade de realizar novas intervenções, quando perguntados que tipo de reformas gostariam de fazer deram respostas diversas, mas banheiros, quartos e cozinhas estiveram nos centros dos desejos, fossem de reforma, ampliação ou de construção.

Suas moradias foram planejadas e decoradas na maioria das vezes (65, 21%) só pelos moradores e a mobília de suas casas são compradas na maioria em lojas que os respondentes consideram normais (52,74%). Essa classe já faz uso de móveis planejados, ainda que de maneira tímida (12,63%).

Seus móveis e eletrodomésticos dizem muito também sobre essa população alcançada pela amostra. Eles estão se desligando de costumes tradicionais e regionais como o uso de redes armadas nas residências (62,36%), embora alguns ainda as tenham guardadas (37,09%) e só 17% tem tanques de água. Também já adotaram eletrodomésticos que facilitam o trabalho doméstico. Quase a totalidade dessas casas tem máquina de lavar roupa (81,18%) e micro-ondas (66,66%), embora máquinas de lavar louça (12,36%) e de secar roupas (6,45%) não sejam ainda uma realidade. E há uma situação curiosa: em alguns lares (23%), o número de computadores já ultrapassa o número de televisões.

Também muito se pôde compreender sobre os usos desses espaços domésticos, seus símbolos e significados e o quanto eles são multiuso. As casas de classe média alcançadas pela amostra se mostraram bastante tradicionais, tanto em função, como significado e símbolo, embora haja diferenças para quem mora em casas e apartamentos e o quarto começa a ganhar protagonismo.

Com relação à frequência de uso dos cômodos pelos participantes, o resultado diverso representa a particularidade das famílias. No geral, para todas as residências, 37,67% não souberam indicar cômodos pouco utilizados. Para aqueles que indicaram, os resultados são bem variados e 63,82% disseram que todos os cômodos são importantes.

Mas quando se analisa em separado, chama atenção o fato de os cômodos menos utilizados para aqueles que moram em casas, cujos números mais se sobressaíram chegando ao dobro dos demais, serem o terraço, o quarto de hóspedes e o quintal (15,19%, 17,72%, 13,92% respectivamente). Este resultado corrobora com a ideia de que hábitos locais tradicionais, fruto de questões históricas e da formação da sociedade estão se dissipando no século XXI, como receber visitas no terraço e parentes vindos do interior, para temporadas ou pousos e uso do quintal para hortas, jardins e cozinhas externas.

Entretanto, esses moradores ainda não estão prontos para racionalizar seu espaço doméstico. Ainda que tenham verificado a presença de cômodos pouco utilizados, quase a metade (46,74%) respondeu que todos os cômodos da casa são importantes.

Já em apartamentos, mais enxutos, naturalmente, mais da metade (64,58%) não encontrou cômodos pouco utilizados. Para alguns, a varanda e a lavanderia apareceram com 11,45% e 12,5% como os cômodos menos utilizados. E quando perguntados se há cômodos pouco importantes, 83,5% disseram que todos são importantes.

Quanto ao lugar onde passam mais tempo reunidos, muitos moradores dessas residências alcançadas pela amostra não conseguiram escolher um único ambiente. Considerando todas as respostas, sem dúvida e naturalmente as famílias se reúnem em volta da tv e da comida. Os ambientes mais citados foram a sala de estar e tv (que em grande maioria são uma sala multiuso), seguidos pela cozinha. O quarto e a sala de jantar também foram citados em quantidades consideráveis.

Embora os respondentes tenham dito em grande quantidade que todos os ambientes são importantes, foi possível perceber em qual deles há mais atividades sendo realizadas. Em uma análise por moda, pôde-se perceber que as pessoas

responderam que o ambiente onde mais realizam atividades é o quarto, seguido de muito perto pela sala de estar, indicando que esse aspecto do individualismo contemporâneo que projetou o quarto para um lugar de múltiplas funções, está virando realidade. Mas, um aspecto curioso, pouquíssimos respondentes marcaram que usam o quarto para fazer sexo, mesmo os casados, o que demonstra o grau de puritanismo local. Alguns ainda responderam que costumam fazer refeições no cômodo.

Já o banheiro, continua sendo um cômodo principalmente para sua atividade intrínseca.

Sobre como deve ser uma casa, os respondentes no geral, indicaram comportamento diverso. Mas quando o gênero é analisado, homens preferem a casa máquina seguida igualmente da casa refúgio e da casa bálsamo. Já as mulheres preferem a casa bálsamo, seguida pela casa refúgio e por último a casa máquina, talvez por viverem uma condição de maior cansaço. Com relação à idade do respondente, não houve preferências consideráveis.

Para o lugar preferido da casa, o local mais citado foi com distante maioria, o quarto (68,58%), seguidos de sala de estar e tv com valores bem menos expressivos (10,25% e 9,61% respectivamente). Sobre o lugar que passam mais tempo, também a maioria (55,76%) escolheu o quarto, seguido também da sala de estar e tv (14,74% e 10,25%). Por cômodo, as salas parecem ser mais preferidas pelos homens, enquanto a cozinha pelas mulheres.

O quarto também foi escolhido com larga vantagem (88,43%) como lugar para chorar. O banheiro não é visto como um lugar de expressão, pelos respondentes. O fato de nessas casas ele ser dividido entre vários moradores, enquanto os quartos já são em maioria individuais, mostra que essas situações são influenciadas pelo território, ele tem importância. Para a grande maioria dos moradores, o banheiro é um lugar de higiene, apenas. Esta função foi defendida em 69,26% das citações, seguida pela de relaxamento (21,10%).

Quanto ao lugar para refeições, a sala de jantar aparece como o ambiente mais citado (37,97%), seguida pela cozinha, sala de estar e quarto (27,21%, 13,29%, 10,12%). Quando o cômodo é analisado, a sala de jantar é o preferido das pessoas que moram em apartamentos e a cozinha, dos que moram em casas. Considerando

que em apartamentos do recorte geográfico as cozinhas costumam ser de produção, sem espaço para mesas, percebe-se que o que há é o hábito da refeição à mesa, nesses lares. Quando preferidos para refeições, os quartos são mais utilizados pelos mais jovens.

A mesa é um símbolo muito forte do sentimento de união e coletividade. Estar sentados juntos à mesa na hora das refeições ainda é um hábito majoritário. Quanto mais perto da área de preparo do alimento ela estiver, mais será utilizada. Em casas com copas integradas à cozinha, a mesa da sala de jantar e consequentemente a própria sala continuam como símbolo do coletivo, mas dessa vez do status dessa coletividade, da família, visto seu uso social.

Quando perguntados sobre como uma cozinha é, os respondentes se dividiram principalmente entre os significados de convívio e trabalho doméstico (40% e 39,53%), seguidas pelo significado de relaxamento (19,06%). Uma vez que a amostra possui mais moradores de apartamentos que de casas, uma leve predominância e força no imaginário do significado de função convívio é sim verificada, visto que nos apartamentos da área de recorte esse cômodo é no formato da cozinha de produção, sem mesa para refeições, função que incentiva o convívio. A cozinha é um símbolo do coletivo nas casas.

Quanto ao quarto, ele é um lugar de relaxamento para 74,41% dos respondentes, muito mais que de sensualidade (19,53%).

A função de isolamento não foi reconhecida como principal nos cômodos, não parecendo ser tão necessária entre os respondentes e quando perguntados sobre a privacidade entre os moradores da casa, a grande maioria respondeu que era ótima ou boa (38,5% e 45,98% respectivamente), sendo que as respostas ruim e péssimo vieram principalmente de respondentes mais novos e/ou de famílias estendidas e compostas.

Sobre se morar ali lhe deixava feliz, quase a totalidade dos respondentes (93,40%) disse que sim.

7.3. Resultados apreendidos a partir dos casos de estudo.

Para o estudo de caso, apenas 12 moradias foram utilizadas como caso, sendo 9 casas de bairro, 1 casa de condomínio e 2 apartamentos. Infelizmente, houve uma grande resistência por parte dos moradores em participar dessa etapa da investigação de campo. Entretanto, optou-se por divulgar os resultados encontrados, no entendimento de que eles possam servir de referência de tendências de comportamento e uso, uma vez que em todos os casos, as observações se mostraram pertinentes com o referenciado nas bibliografias e percebido através das respostas dos questionários, permitindo um aprofundamento mais detalhado dos resultados.

Os participantes foram escolhidos por conveniência e bola de neve, portanto, seus subgrupos não corresponderam proporcionalmente aos resultados encontrados na amostragem. A tabela a seguir apresenta os grupos domésticos encontrados nas casas visitadas.

Tabela 36: Grupos domésticos dos casos de estudo

GRUPO DOMÉSTICO	QUANTIDADE
Casal com filhos	3
Casal sem filhos	1
Mulher com filhos	2
Casal com filhos e outros parentes	2
Mulher com filhos e outros parentes	1
Mulher com filhos e outros parentes e não parentes	2
Pessoa que mora só	1

Fonte: Autora

Entretanto, como durante as análises da amostragem e das conversas informais com os participantes que responderam o questionário percebeu-se uma forte relação do papel assumido pelo indivíduo no lar e da sua idade no uso e significado desses espaços, bem mais do que o grupo doméstico a que o respondente fazia parte, optou-se por considerar nessa etapa os papéis exercidos no lar e as idades para relatar as informações coletadas.

Logo, por exemplo, um casal sem filhos não foi analisado como casal, foram analisados como indivíduos sem filhos. Papel muito parecido com o indivíduo que mora só, mas cada membro com um grau de individualidade e privacidade um pouco menor. Desta forma, as personas analisadas estão listadas na tabela a seguir:

Tabela 37: Personas

PERSONAS	QUANTIDADE
Pai	4
Mãe	6
Filho (a)	13
Responsável sem filho (a)	3
Parente	7
Não parente	2
Idoso (a)	5

Fonte: Autora.

7.3.1. Os moradores

Os pais alcançados nos casos de estudo, não obstante suas particularidades, são em parte homens de meia idade e correspondem ao modelo citado por Forty (2007) do homem que trabalha fora, paga as contas, mas não assume as responsabilidades do lar. Ele usa o espaço doméstico que ele financia, mas que não o representa nos mínimos detalhes, uma vez que ele não participa da maioria das decisões de decoração da casa. Os pais mais novos, também apresentaram o mesmo comportamento quanto ao lar.

Seu ambiente preferido é a sala de tv, ambiente de seu domínio e cujo aparelho de tv é escolhido por ele. Sempre grande, com muitas polegadas.

Para esse homem, decorar e arrumar a casa é papel feminino, conforme Forty (2007), coisa inclusive que a mulher gosta de fazer para “gastar dinheiro”, segundo comentários feitos. Para ele, a mulher está sempre procurando o que fazer na casa.

Ele se sente responsável pela casa e embora não decida sobre sua arrumação, gosta de decidir sobre assuntos que dizem respeito à família, não gostando de serem contrariados, demonstrando traços da sociedade patriarcal, citada por Lacroix (2012). Nas entrevistas comportaram-se igualmente, sempre “dando a última palavra”, e reforçando suas opiniões, ainda que de maneira mais ativa, no caso de um participante, ou mais amorosa, no caso de outro. Por vezes, responderam por outros participantes, enquanto esses pensavam suas respostas.

As mães alcançadas nos casos de estudo são em parte mulheres de meia idade. Elas são as responsáveis pelo cuidado do lar e enfrentam jornada dupla. Trabalham fora e realizam a maioria das atividades e decisões relacionadas à casa.

Os cômodos da casa a representam, com exceção do quarto dos filhos. É seu também o domínio da cozinha, embora este seja um território fortemente coletivo e do quarto do casal, quando elas têm um par. Frases como: “não baguncem minha cozinha”, são comuns de serem ditas por essas mulheres. É também delas a grande vontade de reformar esse cômodo, que é símbolo da união familiar.

O mesmo comportamento foi percebido em todas as mães quanto às reformas ou desejos de reforma na casa. As cozinhas foram escolhidas como alvo na fase em que seus filhos estão deixando ou deixaram a infância e a manutenção do casamento em razão dos cuidados e educação de crianças pequenas já não mais se justifica. A leitura feita é de que esse desejo ou ação de reforma é/foi uma tentativa de reforçar os laços familiares e manter o casamento. Cozinha esta, inclusive, vista por todas as famílias como “o coração da casa”.

Já o quarto dos filhos sempre foi objetivo de reformas quando estes tinham idades próximas de saírem de casa. As vezes uma pintura nova, um novo guarda roupa. Mas a troca da cama de solteiro para a cama de casal é o momento emblemático em que essa mãe admite a fase adulta do filho, ainda que não esteja disposta a perder o controle sobre ele. É uma tentativa de lhe dar mais conforto e intimidade e aumentar seu tempo de permanência na casa.

Os significados dessas reformas parecem ter passados despercebidos pela família, mas não há clareza se foi inconsciente por parte das mães.

As mães mais jovens alcançadas tinham filhos bebês e se mostraram exaustas por terem que cuidar da casa, dos filhos e trabalhar, comportamento padrão da mulher atual, conforme Alves; Cavenaghi (2015).

Os filhos alcançados nos estudos de caso são em maioria maiores de idade, com no máximo 30 anos, com exceção de três na faixa dos 45-55 anos, que moram com sua mãe idosa, que é a dona da casa. São dois homens e uma mulher. Um homem e uma mulher, após a sua separação e um homem com a sua família coabitando o espaço.

Os filhos mais novos têm uma grande ligação com seu quarto, como se o quarto fosse seu mundo, como disse França (2001). São os espaços que os representam e

onde eles têm territorialidade e domínio, comportamento e situação prevista. Entretanto, os filhos mais velhos, tanto os divorciados, quanto os com família coabitando na casa, tendem a rivalizar forças de domínio, ainda que de maneira cordial e velada, principalmente da sala, ambiente social que demonstra “quem manda” e criticam as tomadas de decisão sobre a decoração e reformas.

Três dos filhos eram bebês e crianças bem pequenas. As crianças alcançadas têm, naturalmente, comportamento primitivo de marcação de território. Enquanto animais domésticos como cachorros fazem urina, elas espalham seus brinquedos (maneira de marcação). E hoje, isso se dá por toda a casa. Nessas casas, é nítida a forma como as crianças dessa geração também dominam vários espaços, inclusive o quarto dos pais. Eles dormem nesses quartos, tem boa parte de suas coisas lá, além de terem um quarto só para si.

O protagonismo das crianças nos lares da sociedade atual, opostamente à situações passadas é um reflexo de como a forma de educar os rebentos mudou. Se esta mudança é, de fato, em razão do tão comentado sentimento de culpa de mães que trabalham fora de casa, esta investigação não auferiu. Mas é certo que há hoje um protagonismo infantil que reflete uma maior permissividade no dia a dia doméstico. “Se tudo eu posso, a tudo tenho direito” e vice-versa. Em que momento as crianças ganharam esse protagonismo? Parece não ter havido uma linha de corte. Ou de começo. Parece ser algo contínuo.

Os adultos sem filhos, responsáveis pela casa alcançados na investigação eram jovens, na faixa dos 25 a 35 anos. São como Kron (1983) relatou os indivíduos dessa idade: possuem casas experimentais. Esses indivíduos, ainda em descoberta de sua essência tem dificuldade em decorar com unidade uma casa. Cada ambiente fala uma linguagem, revelando a pouca familiaridade entre seu ser, querer ser e querer aparentar ser. Os quartos são os projetos inacabados e postergados, embora não entendam o porquê e achem o fato engraçado.

A leitura que se faz é de que estão em fase de descobertas e aventuras pessoais e não estão prontos ainda ou não focaram sua atenção em descobrir quem são, a codificar sua pessoa e por conseguinte, expressarem essa personalidade que acreditam ter nesse cômodo. Já, suas salas são o ambiente com a decoração mais

luxuosa e com móveis mais caros em contraponto aos quartos, independentemente de seu estilo pessoal.

Os parentes residentes nas casas visitadas têm pouca voz e são os que mais reclamam da falta de privacidade. Seu domínio é o quarto que ocupam e costumam fazer desses espaços também sua casa. A leitura que se faz é que esses moradores não conseguem sentir-se completamente “em casa” e completamente a vontade. Sentem que incomodam e atrapalham, de alguma forma.

Quando esses parentes são netos crianças ou bem jovens, esse sentimento não se verifica. Eles se comportam como filhos e têm domínio e preferências na casa. Este domínio lhes é entregue pelos avós, que os devotam mais atenção. Não raro, possuem instalações (quartos) melhores que os de seus pais na casa e quando ocupam o mesmo cômodo que eles, a decoração deste e os maiores espaços são tomados por eles.

Os não parentes, que nos casos estudados eram companheiros de filhos dos responsáveis, se comportam da mesma forma que os parentes mais velhos, mas com um grau maior de desconforto. Não tem domínio na casa e possuem relação conflituosa com os responsáveis.

Parentes (com exceção dos netos) e não parentes não se sentem representados pela casa em que vivem e têm dificuldades para associá-las ao conceito de lar de Bachelard (1993), estando mais à vontade para identificá-las como abrigo conforme Savi; Dischinger; Hespanhol (2015).

Os idosos alcançados na amostra moram com filhos seja sendo o responsável ou como parentes e já tem idade acima de 70 anos. Eles têm comportamento muito similar, embora ocupem posições bem diferentes nas famílias. Possuem menos autonomia sobre sua vida e parecem se comportar e viver em função de seus filhos adultos.

Quando são os responsáveis pelo lar, têm suas vidas parcialmente anuladas e passam a viver a vida dos filhos, ajudando-os no seu dia a dia, com os netos e trabalho. Quando são parentes e são cuidados por eles, se comportam como filhos teimosos, que não aceitam ordens.

7.3.2. As moradias

Dos tipos de moradias, com exceção das quitinetes, todas tiveram exemplares como casos de estudo. A tabela 38 apresenta os quantitativos, os grupos domésticos e personas encontrados em cada uma.

Tabela 38: Tipos de moradia

TIPOS DE MORADIA	QUANTIDADE	GRUPOS DOMÉSTICOS	PERSONAS
Casa	9	Casal com filhos Mulher com filhos Casal com filhos e outros parentes Mulher com filhos e outros parentes Mulher com filhos e outros parentes e não parentes	Pai Mãe Filho (a) Parente Não parente Idoso (a)
Casa de condomínio	1	Casal com filhos e outros parentes	Pai Mãe Filhos Parentes
Apartamento	2	Casal sem filhos Pessoa que mora só	Responsável sem filhos

Fonte: Autora

As residências do tipo casa se encontraram ocupadas por famílias do tipo familiar, que segundo Cabrita (1995), são famílias alargadas, mais tradicionais e que realizam mais atividades residenciais e os apartamentos por famílias do tipo urbano, que são famílias mais reduzidas, mais modernas quanto às atitudes e que realizam mais atividades sociais e culturais fora do ambiente doméstico.

A praticidade do modo de morar em apartamento parece ser mais uma necessidade feminina do que masculina. Em uma das famílias alcançadas pelo estudo de caso que moram em casa, em um casal bastante jovem com filhas bem pequenas, a mulher disse que desejava voltar a morar em apartamento, porque ele era mais prático, ela o limpava com mais facilidade. Já o homem, que não participava das atividades domésticas, preferia a casa, porque essa tinha mais espaço. O espaço, é justamente o ponto de conflito entre este casal. Enquanto ele é visto como possibilidade de conforto por ele, é visto como algo penoso por ela. São significados bem distintos.

Em outro relato de respondentes, uma mulher também mais jovem, que havia acabado de se mudar para uma casa com o marido, por causa do filho bem pequeno, reclamou muito. Disse que sua jornada de trabalho aumentou consideravelmente,

porque além de trabalhar fora e cuidar da criança, ainda tinha que limpar uma casa muito maior. Sua mãe, que a acompanhava, fez um comentário que reflete os novos hábitos sociais: disse de modo contrariado que “já que ela tinha que trabalhar e que o dinheiro que ela ganhava trabalhando tinha que ser dividido para arcar com as despesas de casa, o marido devia ajudar a cuidar da casa também. Que se ele não quisesse fazer nada dentro de casa, o dinheiro dela também deveria ser só para ela”.

Há dois modos de pensar claros nos depoimentos de mãe e filha citados acima, mas que caminham para a mesma opinião. A mãe, que é de uma geração anterior, que tinha o homem como provedor, claramente condenava o fato de o genro não ganhar o suficiente para sustentar a família e consequentemente de sua filha ter que trabalhar, além de cuidar da casa. A filha, avessa a antigos padrões de comportamento, não via problema em ter que trabalhar, apenas em não ter a tarefa doméstica dividida.

Quanto ao tipo de planta, considerando a classificação de Schneider (1998), elas ainda se apresentam como plantas com separação de áreas funcionais, embora reformas tenham alterado algumas dessas áreas. A presença de estreitos corredores também é perceptível em algumas delas. O sonho realizado do segundo pavimento dá acesso a uma área íntima mais confortável, com mais banheiros e quartos na casa, solução encontrada para atender à demanda por mais espaço.

Parte desses lares retrata uma realidade da classe média local. A busca por alternativas de fonte de renda. Algumas delas possuem comércio, aproveitando os afastamentos de frente e fundo dos terrenos.

As casas alcançadas no estudo de caso refletem uma nítida realidade local dos bairros de classe média: a autoconstrução, que adota um sistema de espalhamento pouco racional, mas muito simbólico: o corpo da casa vai se espalhando, primeiramente até o limite frontal do lote, posteriormente até os limites laterais e por fim, até os fundos do terreno.

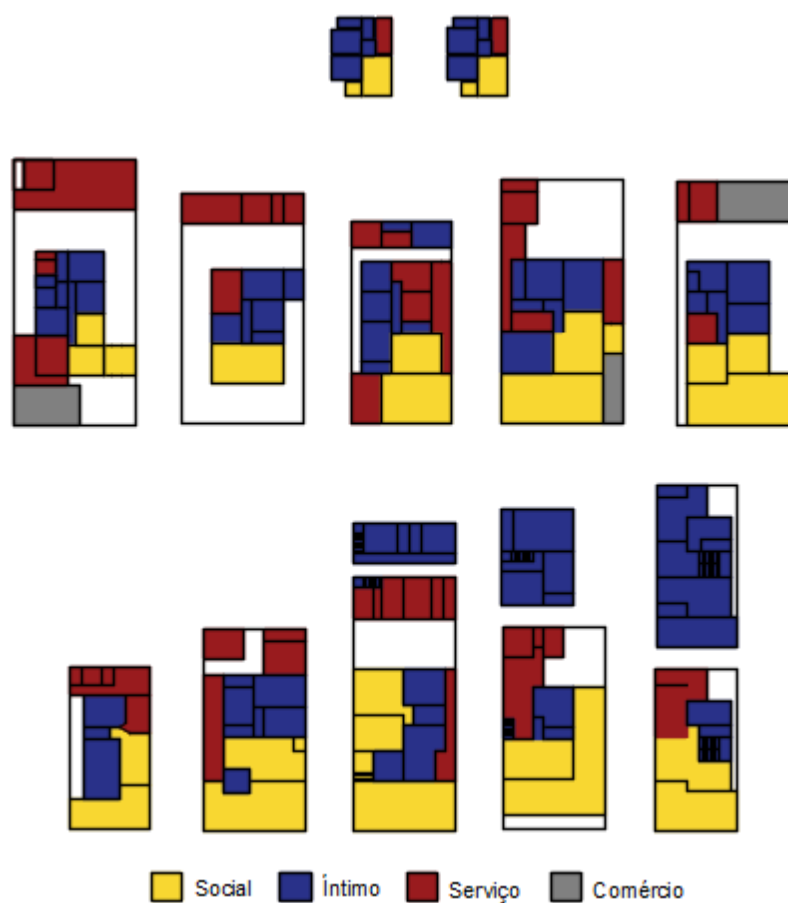
Estes espalhamentos estão ligados às zonas: o frontal, o que constantemente se dá primeiro, privilegia o setor social da casa. É preciso dar lugar a dois espaços pouco utilizados, mas símbolos de status: o terraço e a garagem. O terraço, como ambiente cuja simbologia representa o receber colonial, mais reservado e a garagem

como local para guardar e proteger o carro. Já o espalhamento lateral, é mais utilizado para aumentar as áreas de serviço ou cobrir seus acessos. O dos fundos, quando ocorre, é para aumentar a cozinha e o número de quartos. Nesses casos, a cozinha tem caráter mais íntimo ainda, de espaço de convívio e reunião familiar.

A cobertura de todo o afastamento frontal é extremamente comum nesses bairros e foi refletida tendo acontecido na maioria dos casos. Essas reformas e ampliações vão tornando esses lares escuros e pouco ventilados, outra realidade visível nessas casas. A pouca permeabilidade do solo também é reflexo dessas ampliações. Apenas uma das casas usadas como caso de estudo apresentavam jardim e nos fundos.

As platibandas que escondem telhados, comuns nas casas mais ricas ainda não chegaram nessas casas de classe média, cujos telhados são aparentes. A figura 72 apresenta as plantas dos lares visitados.

Figura 72: Plantas zoneadas



Fonte: Autora.

Já os apartamentos são nitidamente mais compactos, possuindo uma área interna significativamente menor que as casas e refletem a diferença de área encontrada na análise dos questionários. Eles também dão menos destaque aos ambientes de serviço e sua separação tripartida é muito mais visível em razão de sua planta planejada.

Mas a área não parece ser fator relevante para o bem-estar e sim o território e o domínio estabelecidos pelo morador. As pessoas que vivem em quitinetes, por exemplo, se mostraram felizes nos resultados dos questionários. Os moradores de apartamento, até pela área reduzida são obrigados a guardar menos coisas e possuem menos bens. É uma interferência observada do tipo de casa no seu morador. Naturalmente, moradores de apartamentos são moldados e incentivados a serem mais práticos e menos acumuladores.

Quanto ao tipo de planta, as de apartamento analisadas obedecem rigorosamente ao padrão do programa Minha Casa Minha Vida e também possuem separação por áreas funcionais. O espaço status e pouco utilizado desses apartamentos é a varanda.

Nesta investigação, a leitura feita é de que um espaço é tanto mais status à medida em que ele é considerado importante, mas pouco utilizado. São cômodos que, em sua essência, representam o símbolo de uma família com melhores condições financeiras. Esta leitura não diminui outro fato que é o de diversos cômodos da casa, a partir de seus mobiliários, também representarem menção ao status desejado. Mas é importante considerar: nesses cômodos, varanda, garagem e terraço, sua simples existência é fator de status e independe de sua decoração, como depende, por exemplo, uma sala, de uma grande tv ou uma cozinha, de móveis planejados.

Mas ao contrário da casa que na maioria das vezes tem seus dois cômodos status integrados (mas com usos bem definidos), nesses apartamentos o cômodo status pode assumir um uso bem diferente em razão do pouco espaço. Em um caso de estudo ele é escritório.

Com relação ao programa de necessidades dessas moradias, pouco mudou. Nas casas, as reformas ampliaram os cômodos e criaram mais quartos e banheiros, mas todos já ambientes comuns. A maior mudança foi que definitivamente o quarto

de empregada desapareceu. Tanto das casas quanto dos apartamentos. Nas casas, quando antes existente, ele virou depósito e despensa, assim como seu banheiro.

Estas casas, apesar de terem subido seus muros (lembrando que os conjuntos habitacionais construídos no século passado possuíam muros baixos) apresentam uma maior comunicação com a vizinhança, uma vez que, como se espalharam e avançaram sua área coberta até o limite do lote, possuem áreas vazadas, na maioria gradeadas para entrada de ventilação e iluminação. Nessas casas, quando coladas nas laterais e até a frente do lote, as salas são as novas “alcovas”, no sentido de que não possuem iluminação e ventilação diretas.

É interessante perceber como a sala de jantar, símbolo de status, mas pouco utilizada nessas casas é relevada a condição de espaço menos confortável da casa, nos casos de espalhamento massivo da edificação. É uma declaração inconsciente da pouca importância funcional desse espaço doméstico.

Este espalhamento também é razão da menor privacidade no terraço, o que constantemente é motivo de reclamação dos moradores. Por que “quem passa na rua, olha o que se faz dentro de casa”, como relatou uma entrevistada. Nos bairros, pode-se perceber que alguns moradores optam por colocar as aberturas nos muros no alto, acima da altura de vista, o que prejudica ainda mais a iluminação interna.

Quanto ao uso, entre casas e apartamentos, a maior diferença se dá mesmo na cozinha. Enquanto nos apartamentos elas possuem formato de corredores e não tem copa, nas casas são maiores e possuem mesas. Este uso modifica o significado desse cômodo e o símbolo que representam, como já explicado.

As salas de estar, que são também sala de tv, parecem ter bem mais uso nessas casas de classe média do que a literatura vem apontando para o modo de morar contemporâneo de famílias mais ricas. São ambientes realmente vivos, de muito uso e território coletivo, embora preponderantemente de domínio masculino.

Os quartos, também ao contrário da literatura, ainda não se verificam como grandes santuários do indivíduo, que ainda é muito coletivo. Apenas o jovem o vê assim. Mas este fato parece mais estar ligado à possibilidade de territorialidade, de privacidade, uma vez que ele não é o dono da casa, do que apreço ao cômodo em si,

ao querer fazer todas as atividades em um cômodo só. Tanto é que na análise das respostas nos questionários, pessoas que moram só ou casais sem filhos, relataram usar bem os outros cômodos da casa.

Outro fator que pode explicar essa questão é de que a classe média passa muito mais tempo fora de casa trabalhando e quando está em casa também precisa preparar sua comida, o que a faz, naturalmente usar mais cômodos como a cozinha e seus adjacentes, diminuindo o tempo de uso dos quartos.

Além do mais, as televisões, que possuem uma capacidade de atrair e manter o consumidor no cômodo estão presentes em maioria somente nas salas e quando além, apenas no quarto dos responsáveis. É uma família que se mostra mais coletiva, de fato, e conseqüentemente usa mais os espaços coletivos, seja por limitação financeira, seja por momento cultural em que se encontram.

O tradicionalismo da sociedade local se expõe também no uso de cores nas casas. A grande preferência é para cores claras sendo usadas na maioria das paredes, como o branco e tons pastéis de amarelo, bege e cinza. O cinza, bem claro, só foi encontrado na casa mais “arrumada” entre os casos de estudo, cuja moradora, parte do casal responsável, apresentou bastante interesse em decoração.

Em geral, os moradores se mostraram pouco ousados quanto a cores na decoração. Cores fortes foram utilizadas em pontos pequenos como uma parede de quarto ou de sala.

A limitação financeira da classe média, apareceu nos casos de estudo quanto à arrumação e decoração dos espaços. São casas e apartamentos com espaços entulhados, independentemente do tamanho do imóvel. Em todos eles percebe-se falta de mobiliários para acondicionar os pertences de maneira adequada.

Nas casas menos abastadas essa realidade é gritante. Há bastante móveis improvisados, como araras para roupas, mesas e bancadas com utensílios e objetos amontoados. Os quartos, cozinhas e lavanderias se mostraram como os cômodos mais entulhados e quanto mais velhos os responsáveis pelo lar, maior o acúmulo.

São também famílias que possuem muitas quinquilharias e bibelôs como objetos de decoração. Quanto maior a dificuldade financeira, mas cheia de elementos

decorativos pequenos espalhados pelas casas, como vasos pequenos, porta-retratos, o que demonstra que quanto mais pobre, mais as pessoas consomem coisas baratas em maior quantidade, já que não podem comprar algo mais caro.

A vontade de decorar a casa como demonstração ou desejo de status, conforme Kron (1983), ficou evidente uma vez que houve uma clara dissonância entre o interno e externo das casas. Os muros, em maioria, têm uma aparência muito melhor que o interior das casas, tendo sido objeto de trabalho de profissional, em alguns casos. falar do simbólico.

As casas sobre responsabilidade de mulheres idosas se mostraram paradas no tempo, com decoração e mobiliário antigo. Mas esta característica não pode ser associada aos idosos, como “modo de morar”, mas pôde ser percebida uma ligação entre a aparência interna dessas casas e a forma como essas idosas vivem suas vidas, em função dos filhos e netos, utilizando seu dia a dia para facilitar a vida de seus descendentes, em um processo de possível auto anulação. Elas não tinham cuidado com sua aparência e relataram falta de paciência para “essas coisas de casa”.

Não foram percebidos espaços realmente criticamente mortos nessas casas, aqueles exclusivamente vitrines, típicos na classe alta. Com exceção dos cômodos que naturalmente são pouco utilizados como garagens, despensas e depósitos, embora alguns tenham um simbolismo associado ao status mais forte, os cômodos costumam ser utilizados, embora uns mais e outros menos.

Para os moradores, de maneira consciente, a cozinha é o ambiente mais simbólico das casas e significam a família, sua união e convívio. Inconscientemente, o muro das casas é o de maior simbolismo de status.

A associação que Kron (1983) fez quanto à idade dos moradores responsáveis e o tipo de decoração de suas casas na década de 80 do século passado ainda funciona para esses moradores de classe média cujas casas foram analisadas. Características de moradores e seus cômodos citadas por George (1998) Freitas (2012) também foram constantemente identificados ao longo das visitas e foram fundamentais para elaborar a ideia sobre o arquétipo do morador de classe média da São Luís contemporânea.

CONCLUSÃO

Sobre os métodos

Sobre os moradores

Sobre as moradias

Sobre os arquétipos

Recomendações finais

Sugestões para novas investigações

8. CONCLUSÃO

Com definição de recortes, a presente tese investigou os lares de classe média da São Luís do século XXI e seus moradores. Pôde-se compreender como moram essas pessoas hoje, como utilizam seus espaços, quais símbolos, significados e usos que esses espaços domésticos têm e de fato, a casa hoje ainda é o retrato visceral do papel do indivíduo na sociedade, conforme Freyre (1993).

A sociedade mudou e suas casas vem acompanhado essas mudanças. Entretanto, essas novas moradias, principalmente as do tipo apartamento, que vem sendo construídas precisam respeitar e se adequar aos novos grupos domésticos, principalmente às famílias estendidas e compostas permitindo a privacidade e a posse de territórios e domínios necessários a todos os membros da família.

Foi possível identificar que arquétipos existentes no coletivo social representam hoje a parcela da população alcançada e pôde-se compreender suas casas a partir de suas características uma vez que uma relação íntima entre quem são e como moram foi observada. Os arquétipos sociais encontrados, a organização dos espaços de morar, usos, símbolos e significados foi apresentada.

Considerando a questão de partida formulada para o desenvolvimento desta investigação, sobre como devem ser os novos espaços de morar ludovicenses diante do surgimento de novos grupos domésticos, entende-se que, embora não se precise alterar drasticamente o programa de necessidades utilizado, algumas adaptações podem ser realizadas, como por exemplo, o acréscimo de área dos ambientes nos apartamento.

Ainda respondendo às demais questões que surgiram a partir da questão de partida, entende-se que o arquétipo social do homem moderno, citado por Tramontano (1998), mas, mais globalizado, é o dominante na classe média local.

Sobre como seus espaços de morar estão organizados, pode-se afirmar que o padrão de tripartição com corredor dos conjuntos habitacionais do século passado ainda é recorrente, quando se trata dos apartamentos e as casas possuem um espalhamento ao longo do terreno, a partir desse mesmo padrão.

Ainda, foi possível identificar os arquétipos de morar com base nos espaços de morar investigados, caracterizá-los e associá-los aos arquétipos sociais identificados.

Outras diretrizes projetuais que podem ser listadas, a partir do entendimento da investigação, considerando o surgimento dos novos grupos domésticos são:

- Possibilidade de flexibilização no uso dos espaços construídos, principalmente dos apartamentos, cuja área é fixa e não permite ampliação;
- Resignificação e adaptabilidade de áreas já construídas em desuso, como o quarto de empregada;
- Resignificação e adaptabilidade de áreas pouco utilizadas como a garagem e o terraço.

Quanto às hipóteses propostas no planejamento dessa investigação, a primeira foi verificada e validada. De fato, a sociedade já se encontra em processo de estilhaçamento da família nuclear e vê a consolidação de vários arquétipos sociais que se distinguem, com a idade, embora o mesmo papel seja representado.

A segunda hipótese também foi confirmada. Apesar das mudanças verificadas, há uma nítida janela de tempo, que vem diminuindo, entre essas transformações nos moradores e espaços de morar ludovicenses e os moradores e espaços de morar dominantes nas grandes cidades do país, como São Paulo.

A terceira hipótese também pôde ser validada. Embora hábitos e costumes mais medievais parecem quase não existir, ainda há resquícios de heranças coloniais na sociedade local. Já o jeito de vida moderno ainda possui relevância, embora já existam muitos moradores conectados às características da contemporaneidade, de modo que o modelo das casas ludovicenses tradicionais não consegue mais, com perfeição, atender às necessidades dos novos usos, símbolos e significados surgidos. Há espaços mortos, frutos de mudanças sociais profundas aos quais não foi dado um novo uso relevante.

É importante ressaltar que ao longo do tempo em que esta investigação foi conduzida, artigos que permeiam o tema abordado foram publicados. O trabalho **“A Excepcionalidade e a Materialidade do Solar Gomes de Sousa: Um exemplar da Arquitetura Pombalina em São Luís”** foi apresentado em forma de poster e

publicado nos Anais do Congresso Ibero-Americano “Patrimônio, suas matérias e imatérias” – PATRIMA, de 2016.

No Congresso Internacional da habitação no Espaço Lusófono – CIHEL, de 2017, foram publicados os artigos **“Do Surgimento ao Abandono. Uso e Ocupação do Solo Urbano na Avenida Marechal Castelo Branco, em São Luís – Ma/Brasil”** e **“A Casa Modernista Maria Dalva: o Uso de seus Espaços ao Longo do Tempo em Face dos Costumes da Sociedade Ludovicense”**.

Já o artigo **“MHAM- A História e a Casa da Nobreza Maranhense do Séc. XIX”** foi publicado na revista científica periódica Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, de classificação Qualis B2.

Sobre a investigação realizada, as conclusões da investigação foram organizadas quanto aos métodos, os moradores, as moradias e os arquétipos.

8.1. Sobre os métodos

Traçar um histórico sobre a sociedade e a moradia ludovicense, ainda que extensivo, foi fundamental para o entendimento dos resultados encontrados. Sem esse conhecimento prévio não seria possível, com segurança, desenvolver as análises e conclusões realizadas.

Utilizar os dados do Censo de 2010 para encontrar bairros cuja maioria dos moradores está inserida nos estratos intermediários de renda se mostrou uma decisão acertada, uma vez que a fase de campo confirmou a presença em grande quantidade dessa parcela da população na área escolhida para seleção dos estudos de caso.

A amostra da população alcançada com a aplicação do questionário da investigação de campo também confirmou a heterogeneidade da área, embora com predominância da chamada popularmente “classe média”.

Foi extremamente difícil alcançar participantes para essa investigação, uma vez que a sociedade se encontra traumatizada com a violência e insegurança na cidade e com o crescente número de casos de falsos investigadores e funcionários de órgãos

que procuram as residências sob a alegação de vistoria ou atualização de cadastros para aplicar algum tipo de golpe ou roubo.

A abordagem em ambientes públicos foi a única e exitosa maneira encontrada de conseguir a grande quantidade necessária de participantes que permitisse uma amostra realmente representativa. Retirar informações pessoais do questionário que pudessem gerar desconfiança e colocar os dados de bairro e renda no final também ajudou a conquistar a confiança dos respondentes.

A escolha do tipo de local para coleta também se mostrou uma decisão extremamente acertada, uma vez que por estarem à espera de lanche/refeição ou de serem atendidos, não se importaram em responder o questionário, ainda que ele tivesse mais perguntas e demorasse mais tempo do que o indicado nas referências bibliográficas consultadas.

Enquanto um questionário padrão de investigação deve ser respondido em mais ou menos 10 minutos, o questionário dessa investigação teve um tempo médio de aplicação de 30 minutos. Entretanto, pessoas mais jovens chegaram a respondê-lo em algo em torno de 20 minutos, enquanto outros, mais idosos chegaram a respondê-lo em quase 1 hora. Os respondentes constantemente riram, quando viram o número de páginas, após receber o questionário. Alguns brincaram que estavam fazendo uma prova, dada a sua extensão. Ainda assim, pouquíssimos desistiram.

Apenas nos ambientes de restaurantes e lanchonetes cujo atendimento era no sistema self-service e os possíveis respondentes não precisavam aguardar, houve uma maior recusa em participar. Ainda assim, estabelecimentos como a área de alimentação do Supermercados Matheus foram pontos de coleta, em razão do alto fluxo.

Quanto ao horário, percebeu-se também que o almoço não era adequado para abordagem durante a semana, uma vez que as pessoas estavam mais propensas a demorarem pouco no estabelecimento. O horário do fim da tarde em diante, a partir das 17h se mostrou o mais adequado, em locais de alimentação. Nos fins de semana, em todos os horários, os participantes se mostraram receptivos.

A quantidade de questões que puderam ser elucidadas com o tamanho incomum do questionário jogou luzes não só sobre os moradores, mas sobre seus hábitos de morar e uso de seus espaços domésticos.

Quanto ao questionário em si, alguns respondentes, moradores de apartamento reclamaram que algumas perguntas “eram mais para quem morava em casa” porque não conseguiram perceber que aquelas perguntas conseguiam abranger ambas as situações.

Quanto ao entendimento do questionário, houve um problema gravíssimo. Uma maioria considerável de respondentes não acertou preencher o quesito renda per capita, na questão 50. Muitos colocaram apenas a renda familiar, sem dividi-la pelo número de moradores.

A quantidade de pessoas de classe alta com rendas superiores a 5 e 10 salários mínimos, destoante do indicado pelo censo de 2010 para os bairros analisados estava estranha. Ainda, algumas informações não faziam muito sentido quando comparadas com a realidade atual local, como o fato dessas famílias possuírem uma renda considerada alta e não possuírem carro ou plano de saúde.

Isto foi percebido ao se analisar os primeiros questionários aplicados no Matheus supermercados. Pela grande rotatividade do local, optou-se por uma abordagem mais rápida, com entrega do questionário sem a primeira página explicativa e sem explicar pessoalmente a cada possível respondente o critério de localidade e cálculo de renda per capita, constado na primeira página, que tinha sido utilizado nas outras abordagens. Optou-se por distribuir os questionários e descartar os que não se adequassem nos quesitos renda e local de moradia depois.

Como algumas pessoas deixaram o telefone para participar da segunda parte da investigação de campo, os estudos de caso, os respondentes foram contactados para confirmar a renda per capita e grande parte confirmou o erro. Em razão disso, boa parte dos primeiros questionários aplicados no Matheus supermercados (que não puderam ser confirmados por telefone) foram descartados.

Após essa constatação, percebeu-se a importância de analisar os resultados dos questionários à medida que eles são aplicados, conforme sugeriram as

referências bibliográficas e ainda, eles passaram então a ser confirmados um a um, no momento da entrega pelos respondentes, no quesito renda per capita, na questão 50.

Optou-se por manter a postura de não apresentar a primeira página explicativa em locais de grande fluxo, a fim de realmente ganhar tempo e distribuir o máximo possível de questionários, mas foi mantida a confirmação após a entrega sobre o cálculo de renda per capita.

Após esta abordagem mais cuidadosa, os resultados passaram a corresponder ao padrão esperado. Mas é importante relatar que quase a totalidade dos respondentes não soube responder essa questão e precisou ser auxiliada.

Foram aplicados, ao todo 425 questionários, considerando os inviabilizados na fase inicial da investigação e os descartados, por não se adequarem ao critério renda ou localidade.

Alguns respondentes tiveram dúvidas sobre outras questões, como a 2, cujos termos se mostraram confusos e a 16, pois não sabiam afirmar ao certo a área do seu imóvel. Na questão 3, 4 e 19, alguns respondentes marcaram a existência e não o quantitativo. Na questão 22 houve respondente que solicitou a opção regular, porque não queria marcar nem bom, nem ruim. Na questão 33 alguns respondentes perguntaram por que no quesito banheiro não constava o que de fato se fazia no banheiro. Foi explicado que o banheiro é o cômodo de função mais sólida, que não é desenvolvida em outros ambientes e que essa resposta já seria óbvia. Na questão 44, alguns respondentes reclamaram da ausência de um carro despretensioso, mais comum, que fosse de passeio.

No início, alguns respondentes notaram que não havia perguntas sobre animais de estimação e questionaram o porquê. Acharam uma falta, visto a importância atual destes nas famílias, ao que esta investigação concordou. Como a aplicação do questionário precisou ser reiniciada, para que houvesse a garantia de que o critério renda per capita fosse corretamente respondido, aproveitou-se para acrescentar perguntas sobre esta questão. Entretanto, essas perguntas só foram respondidas por 85% dos respondentes.

Em razão do já extenso tamanho do questionário, optou-se por suprimir duas questões; sobre religião e vegetarianismo/veganismo. Entendeu-se que embora sejam dados interessantes, pouco influenciariam nos usos do lar e o segundo ainda não existe com significativa representatividade. Isso pôde ser comprovado ao analisar-se os primeiros questionários, tanto os mantidos, quanto os descartados.

Quanto à tabulação dos dados, procedeu-se da seguinte maneira: os questionários foram numerados e tabulados no programa Microsoft Excel. As colunas foram usadas para listar as questões e as linhas para os questionários. Quando a pergunta aceitava mais de uma resposta, cada opção foi registrada em uma coluna, como subitem da questão.

Perguntas não respondidas ou respondidas erroneamente foram registradas como “erro” na célula. Para outras, o termo “não se aplica” foi utilizado, como por exemplo para o número de filhos. A célula foi deixada em branco quando ela pertencia a uma das opções de resposta. Para as respostas que pediam quantitativo, foi usada numeração de 0 a 9. Para as que perguntavam a presença, existência de alguma situação, o número 1 foi sempre utilizado.

Este método de tabulação foi utilizado para permitir a posterior análise dos dados usando as ferramentas de fórmula estatística do programa. A figura a seguir apresenta o padrão citado.

Figura 73: Tabulação de dados

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	Número do questionário	1. Qnts pessoas moram na res.	2. 1. Composição doméstica	2.2. Número de filhos	3.1. Qnts moradores possuem carro	3.2. Qnts moradores possuem celular	3.3. Qnts moradores possuem comp.	4.1. Há serviço de net	4.2. Há serviço de tv a cabo	4.3. Há serviço de streaming
2	1	3	1	1	3	2	1	1	1	1
3	2	4	1	2	1	2	2	1	1	1
4	3	4	17	nao se aplica	0	4	4	1		1
5	4	2	2	nao se aplica	2	2	1	1	1	1
6	5	2	4	1	0	2	0	1		
7	6	2	2	nao se aplica	0	2	0	1		1
8	7	2	2	nao se aplica	0	2	0	1		1
9	8	2	4	1	0	2	1	1		1
10	9	5	1	3	0	3	1			1
11	10	4	8	2	2	3	1	1	1	1
12	11	5	1	3	1	3	2	1	1	1
13	12	1	18	nao se aplica	1	1	0		1	
14	13	1	18	nao se aplica	1	1	1	1	1	1
15	14	5	1	3	1	4	1	1		1
16	15	5	1	3	1	3	1	1		
17	16	2	2	nao se aplica	2	2	2	1	1	1

Fonte: Autora.

Alguns respondentes, em questões que pediam uma opção, marcaram mais. A informação foi registrada.

Foi preciso lutar contra a vontade de ajustar as respostas dos questionários, durante a fase de tabulação dos dados. Salvo quando claramente houve erro no preenchimento, que possa ser confirmado no próprio questionário. Deduções, por mais óbvias que possam parecer, poderiam levar a um comprometimento da investigação e à indução dos resultados.

É difícil uma investigação que trate de arquitetura, pois muitos termos técnicos não são compreendidos pelos respondentes, como por exemplo, ambientes integrados. Percebeu-se que esse termo não foi bem compreendido pelos moradores em razão das respostas que costumeiramente utilizavam.

Nos casos de apartamentos, respostas que envolviam ambientes da área externa como piscina e área de lazer foram desconsideradas, por exemplo: quando o respondente dizia que a piscina era pouco importante.

Avisar e permitir que os respondentes completassem o questionário com as informações ou opções que desejassem possibilitou uma maior grandeza de dados pois trouxe para a investigação situações que não tinham sido previstas, como o caso dos animais domésticos e as falhas em algumas questões.

Em investigações futuras que usem esse mesmo questionário, a questão 2 pode ser exemplificada, visto as falhas de entendimento. Pelo mesmo motivo, as questões 19 e a 21 podem ser repensadas. Na questão 30, a opção “todos são utilizados” deve ser inserida, uma vez que os respondentes avisaram que deixaram em branco porque não havia cômodo pouco utilizado, ou quando moravam em apartamento, marcavam a opção coletivas do prédio, como a área de lazer e a piscina.

Na questão 33, a opção “fazer sexo”, deve ser trocada por “ter momentos íntimos”, visto que se mostrou muito frontal e pouquíssimas pessoas marcaram essa opção, até mesmo para o quarto, embora tenham marcado a opção “um lugar de sensualidade” na questão 41. A questão 43 talvez possa ser elaborada com exemplos, ao invés de adjetivos, para diminuir o impacto de palavras também muito frontais e na

questão 44, uma opção de carro “simples e despretensioso, como um carro de passeio”, pode ser acrescentada.

As visitas nos domicílios para o estudo de caso foram extremamente difíceis de conseguir. Os moradores estavam relutantes e mesmo quando aceitavam participar, demonstravam um certo receio e temor no início. A experiência precisou ser conduzida com muita delicadeza, discrição e respeito. Mas após seu término, os participantes se mostraram felizes e mais soltos, como se experiência não tivesse sido difícil ou ruim.

8.2. Sobre os moradores

A classe média de São Luís ainda é do tipo moderna, tanto na sua formação quanto nos seus costumes. Ela é religiosa e pudica, o que acaba por influenciar seus costumes e retardar a chegada de outros, uma vez que os costumes são também moldados pela religião ou pela negação dela. Há sempre algo em que se acredite ou que se negue, que irá definir os costumes das classes dominadas. As classes dominantes têm seus costumes definidos pela sua autoimagem e as classes dominadas pela sua autoproteção, conforme Kron (1983).

Mas é também uma classe globalizada e que se encaminha a passos largos para a contemporaneidade. Entre os mais jovens, os hábitos contemporâneos citados por Kojikovski (2017) já chegaram. As mulheres já estão em busca de paridade social com os homens e isso pode ser percebido dentro e fora de casa.

Entretanto, o senso e a necessidade de uma personalidade mais coletiva é nítida nessa classe média, que passa mais tempo nas salas, pouco dá valor ao banheiro como espaço de individualização, e que embora comece a se individualizar, valorizando o quarto, ainda não faz dele seu ambiente preferido e de maior permanência e nem considera que há poucos banheiros na casa ou que falta privacidade.

Contudo, as pessoas que coabitam e não possuem parentesco parecem se sentir excluídos domésticos, não participando completamente da coletividade e da intimidade partilhada e necessitam mais privacidade, uma vez que esses

respondentes descreveram como ruim ou péssimo a relação de privacidade entre os membros da família.

Embora não se tenha podido verificar, acredita-se que quanto mais idoso o parente, menor é essa necessidade de intimidade dentro de sua moradia, em razão dos costumes de sua geração.

Não se pode afirmar que as limitações espaciais das residências do tipo apartamento são um entrave à expressão do individualismo contemporâneo entre seus moradores alcançados pela investigação, mas o certo é que até agora, esta questão não é um incômodo.

Na sua busca por posição social, eles veem o muro de suas casas como uma possibilidade para demonstrar status, já que suas limitações financeiras não permitem investirem em todo o seu interior.

Seus gostos são mais populares e embora alguns aparentem refino em suas compras, seu consumo é conduzido pelo que ditam as classes mais ricas, sobre o que é belo e em moda, conforme Kron (1983). É um consumo que busca afirmação de seu status, mais do que de sua persona mais usada. Muitas compras para casa não se mostram úteis ao papel que desempenham.

A constituição do grupo doméstico, embora influencie o tipo de imóvel a ser escolhido como morada, se lar ou apartamento, não pareceu influenciar o seu uso. As diferenças comportamentais nessa classe se fazem maior pela idade e momento de vida das pessoas do que pela formação doméstica em que vivem e apenas os mais novos se comportam majoritariamente de acordo com a geração a que pertencem. Os demais, por pertencerem a gerações mais antigas quando os hábitos em São Luís ainda não estavam universalizados, mantêm naturais diferenças.

Embora tenha-se inicialmente pensado em escolher os casos de estudo em função dos grupos domésticos predominantes, as maiores diferenças e especificidades na forma como usam o espaço doméstico foram percebidas quanto à idade do participante, conforme Kron (1983), o momento do ciclo de vida em que este se encontra e quanto à posição do morador na casa. Por exemplo, ser mãe muda a percepção e o significado dos espaços, independente se é uma mãe solo, ou dentro

de um casal. Essa conclusão pôde ser corroborada com a análise das respostas encontradas nos questionários.

De modo que, para além de grupos familiares, a diferenciação feita foi sobre personas vividas pelo indivíduo, sendo verificadas as figuras do pai, da mãe, dos filhos, dos parentes e dos idosos. As diferenças geracionais também ficaram evidentes.

Embora tenham sido os menos alcançados nessa investigação, de acordo com relatos em conversas com os respondentes dos questionários e observações nos estudos de caso, os opostos de geração, crianças e idosos avançados foram os que demonstraram os comportamentos mais padronizados, embora opostos.

Acredita-se que essa padronização do comportamento infantil se dê por suas atitudes ainda serem bastante instintivas e também de serem resultado direto do comportamento dos pais. Já os mais velhos, tiveram longos anos para absorver um padrão de comportamento imposto pela sociedade. Enquanto as crianças viam-se nitidamente como prioridades dentro de casa, os idosos se mostraram como abdicadores de sua vida e de seu lar.

Ainda assim, entende-se que o uso dos espaços domésticos pelas crianças e idosos permaneceu na penumbra nesta investigação e pode ser o foco de investigações futuras. Os questionários só foram respondidos por maiores de idade e alcançou poucos idosos. Para além disso, não havia espaço suficiente no questionário para abordar questões específicas sobre eles que pudessem ser respondidas por outros moradores e sua pouca presença em quantidade nos casos de estudo dificultaram análises mais profundas.

Houve também uma perceptível diferença entre os moradores responsáveis de casas e apartamentos. Esses últimos se mostraram mais práticos, racionais e urbanos.

8.3. Sobre as moradias

Essas casas de classe média se mostraram em geral, bastante coletivas, com seus espaços comuns sendo muito utilizados pelos moradores. Esse convívio propicia uma “intimidade coletiva” que pode fortalecer os laços familiares.

Mas além de espaço de socialização familiar, a casa é também um instrumento feminino para moldar seus familiares. Se esta moldagem será tirana e maléfica ou velada e carregada de boas intenções, depende de cada núcleo familiar.

Uma vez que esses lares são moradas coletivas, quando se compara seu significado aos conceitos de ninho e concha de Bachelard (1993), a casa de classe média alcançada na investigação, quando com uma imaterialidade bem construída e alicerçada, é mais ninho que concha. Ela é ninho, uma vez que foi criada pelos responsáveis que acolhem e protegem e eles tem poder sobre a definição dos cômodos da casa, inclusive os quartos.

Mas, ainda assim, ela é também concha, visto que embora não seja completamente moldada para cada indivíduo e resultado dele mesmo (pois em maioria os moradores encontrados não fazem parte do grupo que mora só), ela influencia diretamente no formato resultante de cada morador. A casa como molde, se mostra mais um molde coletivo, definido pelo responsável, do que individual.

A posse da casa é ainda um símbolo de força dentro da família. Dessa forma, à medida que os idosos em idade avançada vão perdendo autonomia, suas moradias são “tomadas” por seus filhos adultos, quando estes moram com eles. Essas casas caracterizaram-se como espaços roubados (que representam os filhos e não os donos) ou abandonados, parados no tempo, como as citadas por Cianciardi (2010).

Ainda sobre significados, a fase de vida em que os respondentes mais priorizam a cozinha é a de famílias adolescentes, com filhos entre a idade infantil e a adolescência, onde a união familiar também é valorizada. Pode ser uma fase em que riscos ao casal são identificados, e a valorização da família vem como arma para sua manutenção.

A possível dissolução da família pelos filhos quando eles chegam à idade adulta, não foi lida como a causa desse apego ao cômodo, visto que não há valorização da cozinha quando os filhos estão na iminência de sair de casa. Nesses casos há uma valorização de seus quartos. Os pais aumentam o luxo e a individualidade dada aos filhos, com reformas, banheiros e cama de casal, para manter este adulto no lar.

O apego à cozinha como manutenção da família, mais parece ser uma resposta feminina à questão do abandono masculino. Já a preferência masculina pela cozinha parece ser por lazer. Sob esta leitura, compreende-se que um cômodo dentro de um lar pode também simbolizar uma tentativa de manutenção dos laços familiares, ou em casos mais densos, de amarra emocional.

Esta casa também pode significar e ser símbolo de prisão para qualquer um que a habite, caso a tirania dos moradores responsáveis inviabilize a construção e a existência das individualidades através da permissão de domínios individuais dentro do lar e cuja importância foi citada por Kron (1983), Tuan (1983) [1977], Cavalcante; Elias (2011) e Moser (2016).

Por outro lado, a casa pode ser fonte de força propulsora para o desenvolvimento de mentes e comportamentos sociais saudáveis, conforme Bachelard (1993), uma vez e se, tanto a necessidade do privado quanto dos momentos coletivos for respeitada e incentivada.

O entendimento da necessidade dos espaços privados de território e/ou domínio individual dentro de casa para o desenvolvimento da essência de cada um dos moradores, sem detrimento ao respeito pela existência dos espaços coletivos molda cidadãos prontos a se comportarem igualmente em sociedade, ao invés de tentarem reproduzir o padrão de imposição e homogeneidade.

Uma casa equilibrada entre ambientes de domínio individuais e coletivos, ao mesmo tempo em que permite que esses indivíduos aprendam a expor, valorizar e exigir respeito às suas necessidades e individualidades, ensina a importância e a necessidade de o fazerem quanto aos outros conviventes e membros da sociedade.

Quanto ao uso, essa casa de classe média, quando ocupada em maioria por pessoas em idade ativa, está se tornando casa dormitório durante a semana. Portanto, sua função de abrigo semanal é bem evidente. Mas dessa vez, nesse momento da história, esse abrigo é cheio de tecnologias e este lar está bem mais equipado. Aos fins de semana, seu caráter de refúgio e lazer se fazem mais nítidos.

De modo que para além da função bipartição dia e noite moderna, citada por Santiago (2002), parece haver outra com mais força: a semana/fim de semana,

quando se fala no significado desse lar. Esta realidade já permitiria uma adaptação mais fácil a sistemas adaptáveis dentro do lar, entretanto, esta é uma realidade distante nas moradias alcançadas.

E o caminho para essa mudança não indica ser fácil. Quanto mais pobre (e hoje a classe média encontra-se no limite dos seus gastos), mais atemporal se mostra a casa, não no sentido de que ela como está se basta, mas no sentido de que ela “permanece”.

Parece que os apartamentos ocupados por esses moradores já se nacionalizaram e obedecem aos mesmos padrões de apartamentos construídos nas duas últimas décadas para esse estrato de renda. Ao passo que as casas continuam regionalizadas. Isso se deve pelo caráter nacional desses empreendimentos, construídos por consórcios nacionais, que como defende Silveira (2007) tem projetos decididos em função dos lucros e não dos moradores.

As casas mais pobres apresentavam uma decoração popular, cheia de bugigangas, cores mais fortes nos móveis, que possuíam acabamento verniz, e poderia ser definida como uma casa com uma “decoração Kitsch brasileira, carregada de elementos dos anos 80 e 90”, muito parecida com a decoração de um famoso seriado brasileiro que retratava uma família de classe média do subúrbio carioca, “A Grande Família”, que ficou no ar entre os anos de 2001 e 2014.

Já as casas e apartamentos mais ricos mostraram cores mais neutras e elementos mais contemporâneos, com objetos de decoração mais atuais.

Sobre o zoneamento e ainda sobre uso nessas moradias, embora a cozinha tenha ido para a parte central das residências (como mostram algumas casas visitadas) e de estar mais integrada aos ambientes sociais, sua localização parece oscilar entre a necessidade do uso familiar e o uso social, estando, no momento, conflituosa, pois apesar do seu caráter hoje também social, ainda há a necessidade de um espaço íntimo e familiar coletivo, ocupado pelas cozinhas.

Este sentimento de necessidade de intimidade pode aumentar quando se tem famílias estendidas (ou seja, onde já existe um grupo doméstico que necessita de

intimidade pois vive um momento socio definidor particular) e os convidados da casa não são comuns a todos.

Em algumas casas, inclusive de classe média, os moradores constroem uma segunda cozinha, embora não a vejam assim, que é a cozinha da área de lazer. Pois por motivos culturais e a falta de segurança é um deles, as pessoas no Brasil se reúnem muito em suas casas, recebem visitas. Embora esta segunda cozinha também tenha relação com o fogo e o tipo de comida feita: o churrasco, há a necessidade de um lugar social de preparo de alimentos.

Ainda, com a ausência de trabalhadores domésticos, realidade nos lares alcançados, há a necessidade evidente de otimizar os espaços, tornando-os mais eficientes, considerando-se os costumes locais. Por exemplo, atualmente uma família que recebe visitas para um churrasco no domingo (refeição que é, por hábito, simultaneamente preparada e consumida) acaba tendo dificuldades em utilizar ao mesmo tempo a cozinha, a sala de jantar e ainda uma área aberta da casa onde seria preparado o churrasco. Ao integrar a cozinha com a área externa, o preparo dos alimentos é facilitado. Como não há empregados e os próprios moradores e visitas irão preparar os alimentos, será preciso um “estar/jantar” nessa área externa onde se dará a reunião.

Novaes (2013) reconhece que essa questão acabou alterando a configuração arquitetônica de casas contemporâneas, onde a sala, antes voltada para frente da casa, voltou-se para o quintal, nova área de lazer da moradia. Nas casas visitadas, duas já apresentaram essa configuração citada por Novaes (2013).

Como também não há mais escravos e os moradores têm cada vez menos ou nenhum empregado doméstico em casa, é necessário dar um novo uso ao local onde antes ficavam as dependências dos empregados e por onde eles transitavam. Os moradores ainda não ressignificaram esses espaços e hoje eles servem, em maioria, de depósitos de coisas velhas.

Os ambientes integrados como a sala de estar e tv são lidos pelos moradores como uma única função e não como integrados. Eles dão ao cômodo a função do seu maior uso, o que indica que essa população ainda divide os cômodos por uso, por função principal.

E embora tenham ambientes pouco utilizados, os moradores em maioria acreditam que todos os ambientes são importantes na casa. Uma importância que se percebe simbólica ao invés de funcional. Por exemplo, considerar a garagem importante, mesmo sem possuir um carro.

Embora a cozinha seja o símbolo de união da casa e um dos espaços coletivos de maior força é o uso coletivo da sala que indica o quanto os membros da família são íntimos e compartilham intimidades, para além de compartilhar o dia a dia reunidos em uma mesa de refeições, seja na sala de jantar ou na cozinha.

Quanto aos quartos, quando ocorre, a sua predileção não é só pelos mais jovens. É em geral daqueles que necessitam de mais intimidade primada e de espaço pessoal. Isso se verifica tanto nos jovens, que são mais individualistas, como nos parentes e não parentes moradores e que precisam exercer domínio em algum lugar.

O bem-estar dentro do lar parece estar relacionado ao grau de intimidade e ao poder dentro de casa, citados por Kron (1983), ou seja, posição de territorialidade e domínio, por isso a importância significativa do quarto, que é o cômodo preferido. Se um morador se sentir intimamente próximo o suficiente dos demais moradores e tiver um espaço para chamar de predominantemente seu, não importa o número de moradores, ele vai se sentir bem naquele espaço doméstico.

Sobre os banheiros, os do tipo ostentação que já chegaram à classe alta de São Luís, ainda não são realidade na classe média. Sua decoração é simples e nas casas visitadas estão, em maioria, “paradas” no tempo da década em que foram construídas, nos anos 80 e 90. Nos apartamentos, eles estão, praticamente, como foram entregues pelas construtoras, o que demonstra que sua decoração e reforma não é prioridade.

Como os banheiros ainda são preponderantemente de uso coletivo e as pessoas são forçadas a dividirem sua intimidade, isso incentiva e fortalece o sentimento de coletividade. Não se pode dizer que o fato dessas famílias terem um maior senso de coletividade é em razão de dividirem mais espaços dentro da casa, mas claramente há uma relação.

De um modo geral, as salas das casas, que são também salas de tv, se mostraram um território coletivo, mas de domínio masculino, enquanto as cozinhas, também territórios coletivos, são de domínio feminino. Embora os quartos sejam de domínio de seus ocupantes, ele é tido, por vezes, como território dos donos da casa. Seu uso precisa obedecer aos padrões estipulados pelos moradores responsáveis.

Se em meados do século XV na Europa, as camas e seus tamanhos eram símbolo de ostentação na casa, hoje, na classe média ludovicense, o utensílio que cumpre essa representação é a televisão da sala e seu tamanho. Essa tv é símbolo não só da ostentação, como do desejo em si, pelo luxo.

A tv que já se personalizou na classe alta, sendo encontrada em cada quarto, na classe média alcançada ela ainda é coletiva e fica nas salas, embora o computador esteja se personalizando a passos largos.

Ainda sobre as camas, se antes, quando imensa, na época medieval, ela servia à socialização com convidados e hoje, quando grandes, servem à socialização com familiares nos lares mais abastados, nessa parcela da sociedade, seu tamanho mais extenso ainda não retornou como moda.

E por falar em moda, ainda que o desejo por uma vida mais saudável e solícita de alimentação orgânica esteja crescendo e alterando muitos cenários domésticos que voltam a ter hortas, isso também não é uma realidade nas casas alcançadas.

Também os racks, mobiliário específico para os computadores, cheios de prateleiras e andares, sumiram. Eles agora ficam sobre mesas comuns ou bancadas, ainda que específicas para seu uso. Da mesma forma que eles, os computadores, (desktop ou portátil) estão mais incorporados à vida doméstica, seu acondicionamento se faz também de maneira mais comum, dentro dos lares.

Bidés, presentes nos lares locais no fim do século passado também sumiram, mas nessas casas eles não foram substituídos por chuveirinhos, comuns nos banheiros de classe alta.

8.4. Sobre os arquétipos

A partir de Jung (2000), entende-se que arquétipo é identidade. Uma identidade que tem origem no passado, em heranças ancestrais. Arquétipo é a identidade que permanece apesar e continuamente a todas as transformações. Arquétipo é essência.

Os arquétipos são resultado de uma criação coletiva e embora nem sempre sejam assumidos pelo coletivo (nem todos os indivíduos se encaixam nas características arquetípicas), eles podem representar o coletivo. Nesta tese o conceito de arquétipo é utilizado para resumir as características (que se explicam e se originaram com base e nos costumes e hábitos passados) dos moradores e moradias.

Na classe média de São Luís alcançada pela investigação, o arquétipo do homem moderno citado por Tramontano (1998) no final do século passado, ainda é a representação da população. Entretanto, ele está mais globalizado e tem acesso a mais tecnologias. Embora em flagrante transição, ainda assim, continua preso a padrões de comportamento e costumes antigos, que caracterizam o período pós revolução.

Quando os indivíduos são analisados com base em suas personas, as figuras do pai, da mãe, do filho e do parente foram os mais observados. Em cada persona dessas, ao menos um arquétipo foi identificado.

O arquétipo do pai provedor, protetor e mandante continua a permear o comportamento dos pais encontrados nas famílias, principalmente entre os mais velhos. Ainda que este comportamento já esteja sendo posto em xeque pelas mulheres, principalmente mais novas, que buscam equidade social.

Já as mães dessa classe analisada se comportam, em maioria, como o arquétipo das mães cangurus. Aquelas que carregam seus filhos junto a si e tem dificuldades em aceitar a fase adulta dos seus filhos. Gostam de tê-los sobre seus domínios e são as responsáveis, seja por atribuição própria ou dada pelo companheiro, pela união e manutenção familiar.

Quanto aos filhos, os jovens, esses se aproximam do arquétipo de homem contemporâneo, aquele cujas características definidas por Tramontano (1998) já estão visceralmente mais consolidadas e se apresentam como pessoas mais

individualistas, que para além de conectados, estão dependentes da tecnologia e são menos hábeis socialmente, estando mais “desapetrechados” para a vida do que a geração passada. As muito novas, crianças, são caracterizadas como “crianças mimadas”.

Já os parentes, carregam o peso ainda que inconsciente do estranho, do intruso. Daquele que carece de intimidade e segurança financeira.

Quanto às moradias, o que mais as diferencia é o seu carácter urbano e familiar, citado por Cabrita (1995), respectivamente relacionados aos apartamentos e casas.

Há a moradia urbana, cuja tipologia, metragem e usos mais se assemelha aos padrões universais e há a moradia familiar, mais regionalizada, com mais espaço material e imaterial para as particularidades de cada grupo doméstico.

Essa casa é também uma casa de apego, onde sentimentos de individualidade lutam para se sobrepor ao sentimento do coletivo. Ela não é vista como uma casa de passagem, durante o ciclo social, mas como a casa mãe, para onde todo filho pode voltar.

Percebeu-se ainda que os resultados encontrados estão alinhados com o conceito de arquétipo social do homem moderno definido por Tramontano (1998), com as teorias sobre a habitação, sua temporalidade, significados e símbolos levantados por Kron (1983) e pelos estudos sobre a habitação do fim do século passado e início desse século de Portas (1968), Portas (1969), Boueri (2008) e Pedro (2012), Pedro (2014).

Muitos resultados dessa investigação se mostraram importantes e interessantes, pois conseguiram jogar luz sobre a imaterialidade de lares ludovicenses, em especial, da classe média. Os símbolos presentes e o significado por trás do uso dos cômodos é uma perspectiva de análise que ainda não havia sido abordada nas investigações locais.

A investigação consegue contribuir para o conhecimento da Teoria e Prática do Projeto de Arquitetura, no momento em que permite olhar para o lado oculto e silencioso das casas e ajuda a compreender seus símbolos e significados,

conhecimento importante para o projetar e desvenda muitos questionamentos sobre as casas e os moradores da classe média de São Luís.

8.5. Contributo real para o conhecimento

Esta investigação, no âmbito da Teoria e Prática de Projeto de Arquitetura e dentro do tema de Habitação e Arquétipos sociais, contribuiu para uma metodologia de análise de critérios imateriais nos ambientes domésticos, análise esta que pode ser usada na elaboração em projetos públicos e privados onde a percepção e o entendimento dos moradores é sempre necessária.

Ainda, ampliou a visão sobre critérios que possam ser utilizados em avaliações pós- ocupacionais de programas de habitação, uma vez que estabeleceu e desenvolveu parâmetros para análise de critérios imateriais.

Por fim, permitiu avançar na compreensão das simbologias e significados do morar da classe média em São Luís, conhecimento que pode ser utilizado quando do planejamento dos próximos programas de habitação.

8.6. Proposituras e sugestões para o desenvolvimento de novas investigações.

Embora a investigação tenha possibilitado esclarecer diversas questões a respeito dos moradores de classe média de São Luís e suas casas, é impossível alcançar todas as nuances dessa problemática em uma única investigação. E ainda, após as análises, naturalmente percebe-se que melhorias podem ser implementadas aos métodos de recolha de informações para aprimorá-los e facilitar investigações futuras.

Sendo assim, recomenda-se que o questionário, se aplicado em outras investigações, seja revisado nas questões citadas nessa conclusão, a fim de minimizar os erros.

Quanto à sugestão para novas investigação, sem dúvida, os hábitos, costumes e usos do espaço doméstico, bem como seus símbolos e significados para crianças e idosos em São Luís seriam relevantes. Acredita-se que o tema “Crianças e o uso do espaço doméstico” mereça atenção e uma investigação específica. Para tanto, seria

necessário adaptar o questionário e utilizar outros métodos para auxiliar na coleta de informações como o “poema dos desejos” e “desenhos”.

Da mesma forma, investigações específicas sobre moradores parentes e idosos, quando parentes e quando moradores responsáveis seria bem interessante para avaliar especificamente como a condição desses indivíduos afeta seu entendimento de significado e símbolos da casa e dentro da casa, bem como o uso dos seus espaços e em que maneira essa percepção contribui ou prejudica a saúde mental desses moradores, já tão vulneráveis.

Uma outra possibilidade, seria que a investigação saísse do núcleo casa e se estendesse a outros espaços emocionalmente residenciais, como as áreas coletivas de condomínios, as ruas e os bairros de São Luís, para que se compreenda também em escalas maiores, a imaterialidade desses espaços e sua importância e influência na formação, molde e transformação dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁBALOS, I. **A Boa Vida**: visita guiada às casas da modernidade. 1ª ed. Barcelona: GG-Gustavo Gili, 2003.

ABEP. **Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 16/04/2018**. São Paulo: ABEP, 2018.

ADDIS, B. **Edificação**: 3000 anos de Projeto, Engenharia e Construção. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2009.

AGENCIA BRASIL. **Dilma terá linha oficial de pobreza para medir fim da miséria**. Agência Brasil. 2011. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-12-12/governo-dilma-tera-linha-oficial-de-pobreza-para-medir-miseria>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

AGUIAR, E.; MONTEIRO, F.; SERDOURA, F. A cidade segregada por muros: uma análise sobre a urbanidade no entorno dos condomínios fechados em são luís. In: 7 CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL. CONTRASTES, CONTRADIÇÕES E COMPLEXIDADES. 05-07 de outubro de 2016, Maceió, Brasil. **Anais do Evento**. Maceió: Viva Editora, 2016.

ALENCAR, N. F. De. **Genealogia Municipal**. Brasil, 1962. Rio de Janeiro: Revista Brasileira dos municípios, 1962.

ALTMAN, I. **The Environment and Social Behavior**: privacy, personal space, territory, crowding. Califórnia: Brooks/Cole, 1975.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Tendências Demográficas dos Domicílios e das Famílias no Brasil**. Aparte Inclusão Social. Rio de Janeiro (2012). Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf. Acesso em: 13 de agosto de 2015.

ALVES, S.; TEIXEIRA, C.; KOWALTOVSKI, D. et al. **Avaliação do Ambiente Construído Através da Percepção Ambiental**: Metodologia aplicada à Escola prodecad. UNICAMP- FEC -ENCAC- ELACAC, Maceió, outubro de 2005.

ANDRÈS, L. P. De C.C. **Centro Histórico de São Luís-Maranhão**: patrimônio mundial. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.

ARAGÃO, S. De. **A Casa, o Jardim e a Rua no Brasil do Século XIX**. Em Tempo de Histórias, Brasília, número 12, 2008.

ARIÈS, P.; CHARTIER, R.– **História da Vida Privada**: Da Renascença ao século de luzes. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009. Vol.3.

AUGÉ, MARC. **Não- lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus Editora, 1994.

AZEVEDO, E. B. De. **Arquitetura do Açúcar**. São Paulo: Editora Nobel, 1990.

AZEVEDO, G. A. N. **Arquitetura Escolar e Educação**: um modelo conceitual de abordagem interacionista. 2002. Tese de doutorado em Ciências em Engenharia de produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BANCO MUNDIAL. **O Banco Mundial prevê que a pobreza global caia abaixo de 10% pela primeira vez**; obstáculos importantes permanecem na meta de erradicação da pobreza até 2030. Comunicado à imprensa. Washington, D.C. 2015. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2015/10/04/world-bank-forecasts-global-poverty-to-fall-below-10-for-first-time-major-hurdles-remain-in-goal-to-end-poverty-by-2030>. Acesso em 07 de março de 2016.

BARBOSA, A. C. L. **Gentrificação e Expansão Urbana em São Luís, MA**. Revista espacios, vol. 38, número 17, p. 22-34. Ano 2017. ISSN 0798 1015.

BARBOSA, E. G. R.; ESPÍRITO SANTO, J. M. Do.; TRINTA, P. (Org.). **Leitura Urbana de São Luís**. Diagnóstico. Revisão da lei Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do solo. São Luís: Prefeitura de São Luís/Instituto da Cidade, 2014.

BARREIROS, M. H. **Casas em Cima de Casas**. Apontamentos sobre o espaço doméstico da Baixa Pombalina. Revista Semestral De Edifícios E Monumentos. Vol. 21, número 9, p. 88-97. Ano 2004.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BELL, P. A.; GREENE, T. C.; FISHER, J. D.; & BAUM, A. **Environmental Psychology**. 5ª ed. Califórnia: Wadsworth/Thomson, 2001.

BENEVOLO, L. **História das Cidades**. 6ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

BERNARD, Y. **Contribuição da Psicologia Ambiental para a Política de Construção de Moradias**. Psicologia USP. São Paulo. Vol. 16, número jan./fev., p. 213-222. Ano 2005.

BEVILACQUA, M. G. **Alexander Klein and the Existenzminimum**: A 'Scientific' Approach to Design Techniques. Nexus Network Journal. Vol. 13, número 2, p. 297-313. Ano 2011.

BLOCH; M. **A Sociedade Feudal**. 1ª ed. São Paulo: EDIPRO, 2016.

BORRULL, A. S. **O que é a geração alfa, a 1ª a ser 100% digital**. BBC News Mundo, 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48438661>. Acesso em: 07 de junho de 2019.

BOTTON, A. D. **A arquitetura da Felicidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

BOUERI, J. **Antropometria**: Fator de dimensionamento da habitação. 1989. Tese de Doutorado em Arquitetura. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. **A Contribuição da Ergonomia na Formação do Arquiteto**: O Dimensionamento dos Espaços da Habitação. Concurso de livre docência FAU USP. Texto que integra o Memorial destinado a obtenção do título de Professor Livre

Docente, junto ao Departamento de Tecnologia da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

_____. **Projeto e Dimensionamento dos Espaços da Habitação**. Espaço de Atividades. 1ª ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008. Vol. 1.

BRANDÃO, D. Q. **Tipificação e Aspectos Morfológicos de Arranjos Espaciais de Apartamentos no Âmbito da Análise do Produto Imobiliário Brasileiro**. Ambiente construído. Porto Alegre. Vol. 3, número 1, p. 35-53, jan./mar. Ano 2003.

BRANDÃO, L. C. A. F. R. **A Casa Ludovicense: Tradição e Adaptação**. 2011. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. **Projeto de lei 6583/2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília: Câmara dos deputados, 2013.

BRITO, S. R. S. de; BOGÉA, K.S.; Ribeiro, E.S. **Arquitetura e Arte Religiosa No Maranhão**. 1. ed. São Luís: IPHAN-MA, 2008. Vol. 1.

BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

BRYAN KEY, W. **A Era da Manipulação**. São Paulo: Scritta, 1996.

BURNETT, F.L. **São Luís por um Triz**. Escritos urbanos e regionais. São Luís, 2011.

BURNHAM, P. **Capitalism: The Concise Oxford Dictionary of Politics**. Reino Unido: Oxford University Press, 2003.

BURNS, E. M. **História da Civilização Ocidental**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1975.

CABIDO, J. J. **Reflexões Sobre o Interior Doméstico**, as mentalidades e os espaços. 1994. Tese de Doutorado em Arquitetura. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1994.

CABRITA, A. M. R. **O homem e a Casa: definição individual e social da qualidade da habitação**. Lisboa: LNEC, 1995.

CALDEIRAS, T. P. Do. R. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34 Edusp, 2000.

CARDOZO, M. L. A. **Construção Emocional das Marcas: o uso de arquétipos e estereótipos**. Comunicação e Inovação. São Paulo. Vol. 5, número 9. p. 68-76. Ano 2004.

CARVALHO, J. S. **Aula-relâmpago: Qual é a diferença entre conceito e definição?** 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=apG-eY3sAu4>. Acesso em: 02 de março de 2017.

DUALIBE, J. G.; CARVALHO, V, R, O. **Arquivos pessoais**. São Luís, 2016.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. Apropriação. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (orgs). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Editora Vozes: Petrópolis, 2011. p. 63- 69.

CAVALCANTE, S.; MACIEL, R. H. Métodos de avaliação e percepção ambiental. In: PINHEIRO, J. Q.; GUNTHER, H. **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. P 149- 180.

CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L. M. A. Espaço e Lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (orgs). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Editora Vozes: Petrópolis, 2011. Pág. 182-190.

COELHO, A. B. **Habitação e Arquitetura**: contributos para um habitar e um espaço urbano com mais qualidade. Lisboa: LNEC, 2012.

CORRÊA, E. M. **Palestra**. Mesa no I encontro estadual Habitat urbano e rural no Maranhão. São Luís, 2017.

COSTA, A. K. **Uma “casa” irlandesa no Maranhão**: Estudo da trajetória da família Belfort, 1736-1808. 2013. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

COSTA, F. M. **Moradas e memórias**. O valor patrimonial das residências da São Luís antiga através da literatura. São Luís: EDUFMA, 2015.

COUTINHO, C. P. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e humanas**: Teoria e Prática. Coimbra: Almedina. 2011.

CUNHA, M. A. da. **O conceito de família e sua evolução histórica**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, (2010). Disponível em: investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332. Acesso em: 15 de Dezembro de 2015.

DELRIO, V.; OLIVEIRA, L. de (org.). **Percepção ambiental**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

DUALIBE, G. J. A Casa Modernista Maria Dalva: o uso de seus espaços ao longo do tempo em face dos costumes da sociedade ludovicense. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA HABITAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO- CIHEL. 05-10 de março de 2017, Porto-Covilhã, Portugal. **Anais do Evento**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2017. 2017b.

_____. Do surgimento ao abandono. Uso e ocupação do solo urbano na avenida Marechal Castelo Branco, em São Luís – MA/Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA HABITAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO- CIHEL. 05-10 de março de 2017, Porto-Covilhã, Portugal. **Anais do Evento**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2017. 2017a.

_____. **MHAM-** A história e a casa da nobreza maranhense do séc. XIX. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo- Revista da PUC-MINAS. Belo Horizonte, Vol. 24, número 34 nov. p. 248-285. Ano 2017. 2017c.

DUBY, G. (Org.) **História da Vida Privada**: Da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009. Vol.2.

ELALI, G. A. Mais do que paredes: algumas considerações sobre aspectos subjetivos da habitação. In: II CONGRESSO BRASILEIRO E I IBERO-AMERICANO DE

HABITAÇÃO SOCIAL. 15-17 de novembro de 2006, Florianópolis. **Anais do Evento**. Florianópolis: UFSC, 2006.

ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. F. De. Apego ao Lugar. In: CAVALCAANTE, S.; ELALI, G. A. (orgs). **Temas básicos em psicologia Ambiental**. Editora Vozes: Petrópolis, 2011. p. 53-62.

ELALI, G. A. **Psicologia e Arquitetura**: em busca do locus interdisciplinar. Psicologia USP. São Paulo. Vol.2, número 2, p. 349-363. Ano1997.

ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. Autobiografia Ambiental: Buscando Afetos e Cognições da Experiência com Ambientes. Em: PINHEIRO, J. Q.; GUNTHER, H. **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa- Ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 217- 249.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993. Vol. 2. 1993b

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993. Vol. 1.

FERREIRA, A. De A. **A produção do espaço urbano em São Luís**: passado e presente. Há futuro? São Luís: EDUFMA, 2014.

FGV. **Miséria em queda. Mensuração, Monitoramento e Metas**. Coord. Marcelo Neri. Centro de Políticas Sociais/IBRE. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

FIGUEIREDO, M. G.; VARUM, H.; COSTA, A. **Caracterização das técnicas construtivas em terra edificadas no século XVIII e XIX no centro histórico de São Luís (MA, Brasil)**. Arquitetura Revista. Rio Grande do Sul. Vol. 7, número 1 jan./ jun., p. 81-93. Ano 2011.

FILHO, D.C.L. **Mesa redonda**. I Encontro Estadual Habitat Urbano e Rural no Maranhão. São Luís, 2017.

FILHO, F. F. de V. **Urbanidade do Sobrado. Um estudo sobre a arquitetura do sobrado de São Luís**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FLÓREZ, J. A. **Espacios Desde Objetos**. Relaciones entre modos de vida y arquitectura a través de muebles. Iconofacto. Bolívia. Vol. 12, número 19 Jul. /dez., p. 170-194. Ano 2016.

FONSECA NETO, H. da. **O Status do Lugar**. São Luís: EDUEMA, 2018.

FORTY, A. **Objetos de desejo**: Design e sociedade desde 1750. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2007.

FRANÇA, F. C. **Meu Quarto, Meu Mundo**: configuração espacial e modo de vida em casas de Brasília. 2001. Dissertação de mestrado. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, AZ.; MOSCAROLA, J. **O método de Pesquisa Survey**. Revista de administração da USP, RAUSP. São Paulo. Vol. 35, número.3 Jul./Set. p. 105-112. Ano 2000.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**. São Paulo, Editora Círculo do Livro, 1993.

_____. **O Mundo Que o Português Criou**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympo Editora, 1940.

FRIEDMAN, M. **A Theory of the Consumption Function**. Princeton: Princeton University Press, 1957.

FURTADO, M. **Mesa redonda**. I Encontro Estadual Habitat Urbano e Rural no Maranhão. São Luís, 2017.

GAIOSO, R. De S. **Compendio Histórico-político dos Princípios da Lavoura do Maranhão**. São Luís: Instituto Ceia, 2011.

GARCEZ, K. M. G. **Centro e Centralidade em São Luís do Maranhão**. 2009. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista-UNESP. Presidente Prudente, 2009.

GEORGE, J.; LYON, T. **The Domain Book of Intuitive Home Design: How to decorate using your personality type**. 1ª ed. Danvers: Clarkson Potter, 1998.

GIFFORD, R. **Environmental Psychology: principles and practice**. 2ª ed. Boston: Allyn & Bacon, 1997.

GILLINGHAM-RYAN, M. **Terapia do Apartamento**. São Paulo: Pensamento, 2007.

GOIS, A. **Brasileiros Compraram um Terço dos Imóveis Vendidos em Lisboa no Ano Passado**. Jornal O Globo, coluna digital. 2018. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/brasileiros-compraram-um-terco-dos-imoveis-vendidos-em-lisboa-no-ano-passado.html>. Acesso em: 04 de junho de 19.

GOMES, R. J. **Necessidades Humanas e Exigências Funcionais da Habitação**. Lisboa: Laboratório de Engenharia Civil, 1978.

GONTIJO, I. A Filosofia na Arquitetura Cotidiana. **Palestra**. Nova Acrópole, Escola de Filosofia. São Luís, 2019.

GOOGLE MAPS, PANORÂMIO. **Casa de Taipa no Povoado de Flores em Anajatuba- MA**. Disponível em: Google Maps Panorâmio. Acesso em: 19 de junho de 2017.

GUERRA, W. **A casa brasileira nas ondas do rádio**. Acervo. São Paulo: MCB, 2016.

_____. **A rede e seus usos**. Acervo. São Paulo: MCB, 2017.

GUNTHER, H. **Como elaborar um questionário**. Série: Planejamento de pesquisa nas Ciências Sociais. Laboratório de Psicologia Ambiental, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília. Número 1, 2003. 2003b.

_____. **Mobilidade e affordance como cerne dos Estudos Pessoa-Ambiente.** Revista Estudos de Psicologia, Rio Grande do Norte. Vol.8, número 2, p. 273-280. Ano 2003. 2003^a.

_____. O Uso da Entrevista na Interação Pessoa-Ambiente. In: PINHEIRO, J. Q.; GUNTHER, H. (Orgs.) **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 53 – 75.

GUNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. A Abordagem Multimétodos em Estudos Pessoa- Ambiente: Características, Definições e Implicações. In: PINHEIRO, J. Q.; GUNTHER, H. **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa- Ambiente.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 369 – 396.

GUNTHER, H.; ROZESTRATEN, R. J. A. **Psicologia Ambiental:** algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília. Vol. 9, número 21, p.107-122. Ano 1993.

HALL, E. T. **The Hidden Dimension.** Nova York: Anchor Books, 1990 (originalmente publicado em 1966).

HEERS, J. **História Medieval.** Rio de Janeiro: Publicação Difel, 1984.

HILLMAN, J. **Cidade & Alma.** Tradução de Gustavo Barcellos e Lúcia Rosenberg. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

HOUNIE, A. G.; SAMPAIO, A. S.; FERRÃO, Y. *Et al.* **Estado Atual da Clínica Psiquiátrica do Transtorno Obsessivo-compulsivo.** Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental. Vol. 10, número. 1, março. pág. 80-100. Ano 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000:** Características da População e dos Domicílios - Resultado do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010:** Características da População e dos Domicílios - Resultado do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio anual 2017.** Disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm. Acesso em: 10 de março de 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1990:** Características da População e dos Domicílios - Resultado do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Tendências demográficas no período de 1950/2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INCID. **São Luís em Dados.** PPA 2014-2017. São Luís: Prefeitura de São Luís, 2013.

IPEA. **Desenvolvimento de Metodologia de Avaliação Pós-Ocupação em Unidades Habitacionais na Cidade de Uberlândia, Pertencentes à Primeira Fase**

do MCMV, Enfocando Aspectos Funcionais, Comportamentais e Ambientais- Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

IPHAN. **Processo de Rerratificação de Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís.** São Luís: IPHAN, 2004.

JARDIM, M.; HEROMOSILLA, J. L.; OISH, J. O automonitoramento e sua relação com o comportamento do consumidor. In: I EMA – ENCONTRO DE MARKETING DA ANPAD (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO). 2004, Porto Alegre. **Anais do evento.** Porto Alegre: 2016.

JORNAL O IMPARCIAL. Pág.? 12 de setembro de 1982.

_____. Pág.? 26 de janeiro de 1982.

_____. Pág. 5. 17 de junho. 1973.

_____. Pág. 6. 3 de dezembro. 1968.

_____. Pág. 7. 14 de dezembro. 1969.

_____. Pág.? 14 de dezembro. 1973.

_____. Pág.? 9 de agosto de 1981.

JUNG, C. G. **Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo.** Tradução de Maria Luíza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

KAMAMURA, W.A.; MAZZON, J. A. **Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil.** São Paulo: Blucher, 2013.

KENT, S. **Domestic Architecture and the Use of Space:** An Interdisciplinary Cross-Cultural Study. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KOJIKOVSKI, G. **Os millennials, Lamentamos Informar, São Coisa do Passado.** Revista Exame, 2017. Disponível em <https://exame.abril.com.br/revista-exame/os-millennials-lamentamos-informar-sao-coisa-do-passado/>. Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

KRON, J. **Home Psych.** The Social Psychology of Home and Decoration. Nova York: Clarkson N. Potter, 1983.

LACE, M. L. **O poder das Cores no Equilíbrio dos Ambientes.** Tradução de Carmen Fischer. 9º ed. São Paulo: Pensamento, 2002.

LACROIX, M. L. L. **A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos.** 2º ed. São Luís: Lithograf. 2002.

_____. **São Luís do Maranhão: Corpo e Alma.** São Luís: Editora Gráfica Santa Marta, 2012.

LÉGER, J.M. **Modos de Habitar e Arquitectura.** Cidades: Comunidades e Território. Lisboa. Número 3 p.41-52. Ano 2001.

LEMOS, C. **Casa Paulista.** São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

LIMA, P.C.M. **A Cômoda-papeleira e seus Segredos**. Acervo. São Paulo: MCB, 2016.

LISBOA, J.F. Apontamentos para a história colonial do Maranhão, In: **Obras de João Francisco Lisboa**. Vol.?? Lisboa: Tipografia Mattos Moreira e Pinho, 1901.

LOPES, J. A. V. (Org.) **São Luís: Ilha do Maranhão e Alcântara**. Guia de Arquitetura e Paisagem. São Luís: Prefeitura de São Luís, 2008.

_____. **São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial**: Antônio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio cultural ludovicense. São Luís: Fundação Municipal da Cultura, 2013.

MAIA. T. **Velho Maranhão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1981.

MAMONA, K. S. Material de construção: vendas no varejo crescem 10,6% em 2010. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/material-de-construcao-vendas-no-varejo-crescem-106-em-2010/>. Acesso em: 27 de outubro de 2019.

MAPIO. Casa de palha no Nordeste brasileiro, com estrutura externa para o lavar e o cozer. Disponível em: <http://mapio.net/pic/p-60853737/>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

MARANHÃO. **Lei 269**, de 31 de dezembro de 1948. Dispõe sobre a criação de municípios.

_____. **Lei 758** de 24 de setembro de 1952. Dispõe sobre a criação de municípios.

MARTIN, K. **O livro dos Símbolos**. Reflexões sobre imagens arquetípicas. Alemanha: Taschen, 2012.

MATTOSO. R. Arquétipos Suburbanos: A construção do conceito carioca e das identidades suburbanas no século XX. In: XVII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA AMPUH- RIO. 08-11 de agosto de 2016, Rio de Janeiro. **Anais do Evento**. Rio de Janeiro: Anpuh- Rio, 2016.

MAURITTI, R. **A Minha Casa é o Meu Mundo**: Consumos que Demarcam no Quotidiano do Viver Só. Sociologia 'On Line'. Lisboa. Número 4, set. p.27-34. Ano 2011.

_____. **Viver Só**. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2011.

MEIRELES, MM. **História de São Luís**. 2ª ed. São Luís: AML, 2015.

MEY, G.; GUNTHER, H. **The Life Space of the Urban Child**. Perspectives on Martha Muchow's Classic Study. New Brunswick: Transaction Publishers, 2015.

MORAES, J. **Guia de São Luís do Maranhão**. São Luís: Legenda, 1989.

MORAIS, N. C. F. **"A Ponte da Esperança"**: O símbolo da modernização e do desenvolvimento urbano no governo Sarney (1966-1970). Trabalho final de conclusão de curso. Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2006

MOREIRA, A. R. **O que Faz da Casa Uma Casa**: a adaptação do espaço da casa às formas de habitar contemporâneas. 2017. Dissertação de mestrado. Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade do Porto. Porto, 2017.

MOREIRA, A. S. **À Procura dos Novos Modos do Habitar**. 2013. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura FAULISBOA. Lisboa, 2013.

MOSER, G. **Indivíduo & ambiente**. Brasília, 2016.

_____. **Psicologia Ambiental e Estudos Pessoas-ambiente**: Que tipo de colaboração Multidisciplinar? Psicologia USP. São Paulo. Vol. 16, número 1/2, p. 131-140. Ano 2005.

MOTA, A. S. "Estrangeiros" Fazem Fortuna no Maranhão Pombalino. In: II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. 2008. Rio Grande do Norte. **Anais do Evento**. Rio Grande do Norte: Mneme – Revista de Humanidades, 2008.

MOURA, R. G. de; LOPES, P. de L.; SILVEIRA, R. C. da. **Gênero e Família: A Mulher Brasileira Chefe de Família**. Que mulher é esta? Cadernos UNIFOA. Volta Redonda. número 32, dez, p. 55-66. Ano 2016.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (orgs). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Editora Vozes: Petrópolis, 2011. p. 208-216.

MUGA, H. **Psicologia da Arquitectura**. Canelas: Gailivros, 2006.

NASCIMENTO, L. M. A Construção da Arquitetura Moderna Ludovicense: O Caso do Edifício Saluá. In: II SEMINÁRIO DE ARQUITETURA MODERNA NA AMAZÔNIA. "Modernidades Amazônicas". 13-16 de março de 2017, Palmas. **Anais do Evento**. Palmas: UFT, 2017a.

_____. O Habitat Moderno em São Luís do Maranhão, Análise de Três Edificações Residenciais. In: 12º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL: ARQUITETURA E URBANISMO DO MOVIMENTO MODERNO: PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: DIFUSÃO, PRESERVAÇÃO E SOCIEDADE. 21-24 de novembro de 2017, Uberlândia. **Anais do Evento**. Uberlândia: 2017b.

NEVES, A. A. Das. **Re-Pensar a Casa: Procura da Adaptabilidade no Interior Doméstico**. 2013. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitectura. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2013.

NOGUEIRENSE. **Casa de Palha no Nordeste Brasileiro, com Janelas Fechadas com Palha Trançada**. Disponível em: <http://nogueirense.com.br/palmeira-solitaria>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

NOVAIS, F. **História da Vida Privada do Brasil**. República: da Belle Époque à era do rádio. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1998.

_____. **História da Vida Privada no Brasil**. Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia Das Letras, 2007.

_____. **História da Vida Privada no Brasil.** Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia Das Letras, 1997.

_____. **História da Vida Privada no Brasil.** Império: a Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Companhia Das Letras, 1997.b

NSF. **Germiest Items in the Home.** NSF International. Disponível em: <http://www.nsf.org/consumer-resources/studies-surveys-infographics/germ-studies/germiest-items-home>. Acesso em: 08 de maio de 2019.

NUNES, A. M. P. **Habitação Como Tradução da Cidade:** Estudo de Modos de Morar no São Francisco SL MA. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Arquitetura. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

OLIVEIRA, A. **A Casa Compreensiva.** Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.

OLIVEIRA, K. L. De; NORONHA, A. P. P.; DANTAS, M. A.; SANTAREM, E. M. **O Psicólogo Comportamental e a Utilização de Técnicas e Instrumentos Psicológicos.** Psicologia em Estudo. Maringá. Vol. 10, número 1, jan./abr. p. 127-135. Ano 2005.

OLIVEIRA, S. L. De. **Tratado de Metodologia Científica.** São Paulo: Pioneira, 1999.

ORNSTEIN, S. W. **Avaliação Pós Ocupação do Ambiente Construído.** São Paulo: Studio Nobel Ed. USP, 1992.

_____. **Com os usuários em mente:** um desafio para a boa prática arquitetônica? PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção. Campinas. Vol. 7, número. 3 out., p. 189-197, Ano 2016.

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele.** A arquitetura e os sentidos. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.Obra original escrita em 2005.

PAN. **PAN- Programme Architecture Nouvelle.** França: NEJMP, 1992.

PANET; R.F.F. **Palestra.** I Encontro Estadual Habitat Urbano e Rural no Maranhão. São Luís, 2017.

PEDRO, J. B. (ORG.); BOUERI, J. (Org.). **Cadernos Edifícios:** Qualidade espacial e funcional da habitação. 1. ed. Lisboa: LNEC, 2012.

PEDRO, J. B. **Programa Habitacional:** Espaços e compartimentos. Lisboa: LNEC, 2014.

_____. **Programa Habitacional:** Habitação. Lisboa: LNEC, 2002.

PEREIRA FILHO, W. S.; FARIAS, H. J. A. T. L.; WALL, M. Evolução Histórica e Urbana de Contraste Urbano em Área Residencial em São Luís -MA: Península da Ponta da Areia e Ilhinha. In: **A Língua Que Habitamos - Condições de Uma Cidade com Futuro: Cidades Antigas, Novos Espaços** (volume 1). 1ª ed. Belo Horizonte: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2017. p. 276-288.

PEREIRA, C. M. E S.; SCHIMANSKI, E. **Família, Gênero e Novas Configurações Familiares**: Um Olhar Sobre a Mulher e a Condição de Pobreza. Revista Magistro. Rio de Janeiro. Vol. 8, número 2. Ano 2013. p. 163-179.

PEREIRA, M. C. **O Pátio Interno Como Arquétipo**. 2010. Dissertação de Mestrado. Programa e Pesquisa de Pós-Graduação da FAU. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PEREIRA, S. M. **Casa e Mudança Social**: Uma Leitura das Transformações da Sociedade Portuguesa a Partir da Casa. Lisboa: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas S.A., 2012.

PEREZ, L.; CURSINO, L. **Construindo Ombros Fortes**: A Roupa Ressignificando o Corpo Feminino. Revista Rua. Campinas. Vol. 2, número 19 novembro. Ano 2013. p. 19 – 35.

PETRUS, J. K. B. **Confrontando o Território com a Desigualdade Socioespacial da Cidade de São Luís- MA / Brasil**. 2013. Tese de doutoramento. Programa de Doctorado Geografia, Planificacion Territorial y Gestion Ambiental. Universitat de Barcelona, Barcelona, 2013.

PFLUEGER, G. Outras Modernidades no Centro Histórico de São Luís do Maranhão, Novos Usos, Muitas Descaracterizações. In: III SEMINÁRIO PROJETAR. 2017. Porto Alegre. **Anais do Evento**. Porto Alegre: 2007.

PINHEIRO, J. Q. Behavior Setting. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (orgs). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Editora Vozes: Petrópolis, 2011. p. 83-97.

PINHEIRO, J. Q.; ELALI, G. A.; AZEVEDO, A. V. M.; FARIAS, B. C. G.; COSTA, M. C.; ANDRADE, S. S. Diário Pessoal como Técnica de Coleta de Dados em Estudos sobre as Relações Pessoa- Ambiente. in: PINHEIRO, J. Q.; GUNTHER, H. **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa- Ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 281 – 311.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013**. 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-luis_ma. Acesso em: 22 de julho de 2019.

POCHMANN, M. **O Mito da Grande Classe Média**: Capitalismo e Estrutura Social. São Paulo: Boitempo, 2014.

PORTAS, N. **Desenho e Apropriação do Espaço da Habitação**. Arquitectura. Lisboa. Vol. 103, número. Mai/Jun. Ano 1968. p. 124-128.

_____. **Funções e Exigências de Áreas de Habitação**. Lisboa: Laboratório de Engenharia Civil, 1969.

PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1954.

QUEIROZ, F. A. De. **Apartamento Modelo**: Arquitetura, Modos De Morar e Produção Imobiliária na Cidade de São Paulo. 2008. Dissertação de mestrado. Programa de

Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

RAMOS, T. L. B. **Bairros Planeados E Novos Modos De Vida**. Olivais e Telheiras: Que Contribuições para o Desenho do Habitar Sustentável? Lisboa: Caleidoscópio_ Edição e Artes Gráficas, S.A. 2012.

_____. **Os Espaços do Habitar Moderno**: Evolução e Significado. Os Casos Português e Brasileiro. 2003. Tese de Doutoramento Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2003.

RAVALLION, M. **Poverty Lines across the World**. Policy Research Working Paper. Development Research Group. Director's Office. Washington: The World Bank, 2010.

REIS, N. M. A. **O Saguão na Habitação Urbana**: O Interior da Casa em Torno de um Vazio Vertical Nuclear. 2009. Tese de doutorado em Arquitectura. Faculdade de Arquitectura. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

RHEINGANTZ, P. A.; AZEVEDO, G. A.; BRASILEIRO, A.; ALCANTARA, D. De; QUEIROZ, M. **Observando a Qualidade do Lugar**. Procedimentos para a avaliação pós- ocupação. Coleção PROARQ, Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2009.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. B. **Formação do Espaço Urbano de São Luís**: 1612-1991. 2ª edição. São Luís: Ed. Do Autor/FUNC, 2001.

RIBEIRO, E. M. A. Política de Habitação Popular no Brasil em Tempos de Globalização Neoliberal. In: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI. 28 - 30 de agosto 2007. São Luís. **Anais do Evento**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 2007.

ROCHA, L. **Todo mundo vendo a ponte e andando nela**. São Luís: Jornal de Bolso, 14 fev. 1970. p. 1.

SAE. **Comissão para Definição da Classe Média no Brasil**. Brasília: Secretaria de Assuntos estratégicos, 2012.

SALMEIRÃO, E. Varejo em Busca de um Modelo para a Classe Média. In: III SEMINÁRIO MARKETING 360°. 26 e 27 de junho de 2008. Rio de Janeiro. **Anais do Evento**. Rio de Janeiro, 2008.

SANTIAGO, M. P. **New Ways of Living**. Architecture in Motion. 2002. Projeto Final de Graduação. PUC Minas Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, 2002.

SANTOS, L. E. N. D. **Estratégias do Capital na Produção do Espaço Urbano de São Luís**: Sobre Verticalização e Desigualdades Socioespaciais (2000 – 2010). Dissertação de mestrado. Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico. Centro de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

SANTOS, M. A. M. DOS; AMORA, Z. B. **Os Enclaves Residenciais**: Fragmentação e Mercantilização do Espaço Urbano na RMF. Revista da Casa da Geografia de Sobral. Sobral/CE. Vol. 17, número. 2 jul. Ano 2015. p. 100-114.

SANTOS, R. O. Cultos Africanos: Sujeitos, Identidades e Conflitos no Maranhão. In: XXVII Simpósio Nacional de História do Maranhão. 22 a 26 de Julho de 2013. Natal. **Anais do Evento**. Natal, 2013. 2013b.

SANTOS, S. R. DOS; VIEIRA, J. C. **Condomínio Residencial Farol da Ilha em São Luís (Maranhão)**: Estudo Sobre o Valor de Uso e Troca Do Solo. Revista Cerrados. Montes Claros. Vol.14, número1 jan. / jun. Ano 2016. p.165-190.

SARTI, C. A. **A Família como Espelho**. Um Estudo Sobre a Moral dos Pobres na Periferia de São Paulo. 1994. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **A Família Como Ordem Simbólica**. Psicologia USP. São Paulo. Vol. 15, número 3. Ano 2004. p. 11-28.

SARTI, R. **Casa e Família**: Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

SAVI; DISCHINGER; HESPANHOL. **Casa, Doce Lar?** Revisão Teórica Sobre as Representações Materiais e Imateriais do Habitar Doméstico. Revista Iniciação Científica. Criciúma. Vol. 13, número. 1. Ano 2015. p. 05-16.

SCHNEIDER, F. **Atlas de Plantas**: Vivendas. 2ª ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.

SILVA, A. S.; PINTO. J. M. (orgs). **Metodologia das Ciências Sociais**. 15ª ed. Porto: Biblioteca da Ciências do Homem- Edições afrontamento, 2009.

SILVA, F. O. P. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão**. 2ª Ed. Projeto Documenta Maranhão – Unesco. Belo Horizonte: Unesco, 1998.

SILVA, J. L. M. DA. **Alimentação e Transformações Urbanas em São Paulo no Século XIX**. Almanack. Guarulhos. Número 07. Ano 2014. p. 81-94.

SILVA, L. L. C. **Arquitetura Civil Portuguesa**. Análise das Características do Sistema Construtivo Pombalino no Centro Histórico de São Luís – MA. 2013. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, M. R. Da. **Evolução Urbana de São Luís**: Entre as Décadas de 70 a 90. 2018. Trabalho final de conclusão de curso. Faculdade de arquitetura e Urbanismo Universidade Estadual do maranhão, São Luís, 2018.

SILVA, O. L. De S.; QUISPE, W. A. **Análise Walkthrough e Mapa Comportamental**. Estudo de Caso: Escola de Educação Infantil da UFRJ- EEI/UFRJ. Trabalho de curso. FAU- UFRJ – PROARQ, Rio de Janeiro, 2008.

SILVEIRA, S. Da. **Edifícios de Apartamento: Projeto de Arquiteto ou de Empreendedor?** Dissertação de mestrado em Arquitetura e urbanismo. Programa de

pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- PPGFAU. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO MARANHÃO. **Pesquisa IVV** – Índices de Velocidade de Vendas dos Imóveis em São Luís. Relatório, número 11. São Luís: SINDUSCONMA/IEL-MA, 2009.

_____. **Pesquisa IVV** – Índices de Velocidade de Vendas dos Imóveis em São Luís. Julho a setembro de 2017. São Luís: SINDUSCONMA/IEL-MA, 2017.

SINGLY, F. de. **Sociologia da Família Contemporânea**. Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOMMER, R. **Espaço Pessoal: As Bases Comportamentais de Projetos e Planejamentos**. São Paulo: EPU, Editora da Universidade de São Paulo, 1973. Obra original de 1969.

_____. Personal Space in a Digital Age. In: BECHTEL; CHURCHMAN. **Handbook of Environmental Psychology**. WILEY, J. & SONS. Nova York, 2002. p. 647-660.

SOMMER, R.; & SOMMER, B. **A Practical Guide to Behavioral Research, Tools and Techniques**. New York: Oxford, 1980.

SOROKOWSKA, A. *Et al.* **Preferred Interpersonal Distances: A Global Comparison**. Journal of Cross-Cultural Psychology, International Association for Cross-Cultural Psychology, Vol. 48, número 4. Ano 2017. P. 577 –592.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. **A Classe Média Brasileira: Ambições, Valores e Projetos De Sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOUZA, J. **Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?** 2ª ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TARGINO, R. **Do Alto das Torres, os Novos Modos de Morar em Condomínio**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2009.

TAVARES, M. G. **Materialidade e Imaterialidade na Percepção da Casa: Análise da Influência da Verticalização em Moradias de Goiânia**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade. Faculdade de Artes Visuais. Universidade Federal De Goiás, Goiânia, 2016.

TEIXEIRA, M. C. B. A. **A Construção do Selfie no Design de Interiores**. Revista Belas Artes. São Paulo. Ano 10, número 27, mai./ago. Ano 2018.

TEIXEIRA, M. P. V.; MACHADO, R. M. **Conceito de Bairro. Unidade Popular ou Técnica?** Anuário do Instituto de Geociências, UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

TRAMONTANO, M. **Alice no País da Especulação Imobiliária**. Habitação e Modos de Vida na Cidade de São Paulo. Cidades. Comunidades e Territórios. Lisboa. Vol. 6 Ano 2003. p. 75-82.

_____. **Habitação moderna: a construção de um conceito**. São Carlos: EESC-USP, 1993.

_____. **Habitações, Metrôpoles e Modos de Vida:** Por uma Reflexão Sobre a Habitação Contemporânea. Texto premiado no 3º Prêmio Jovens Arquitetos: Primeiro Lugar na categoria Ensaio Crítico. São Paulo: Instituto dos Arquitetos do Brasil - SP / Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

_____. Novos Modos de Vida, Novos Espaços de Morar. Paris, São Paulo, Tóquio. 1996. In: IV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. 1996. **Anais do Evento.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ/ Programa de pós graduação e Urbanismo- PROURB, 1996.

_____. **Novos Modos de Vida, Novos Espaços de Morar.** São Carlos: EESC-USP, 1993.

TRAMONTANO, M.; PEREIRA, R. L. **Habitação Contemporânea na Cidade de São Paulo:** Evolução Recente de Algumas Tipologias. São Carlos: Ghab-USP/UFSCAR, 1999.

TRAMONTANO, M.; VILLA, S. Apartamento Metropolitano: Evolução Tipológica. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. 2000. **Anais do Evento.** Natal: UFRN, 2000.

TUAN, Y. F. **Espaço & Lugar:** A Perspectiva da Experiência. Tradução de Livia Oliveira. São Paulo: Difel, 1983. Obra original de 1977.

TVBRASIL. **Conhecendo Museus:** Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/conhecendomuseus/videos> Acesso em: 20 de março de 2015.

UNITED NATIONS. Committe on Economical, Social and Cultural Rights. **General Comment Nº 04:** The Right to Adequate Housing. Geneva: United Nations, 1991.

UNITED NATIONS. **Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses Revision 1,** Geneva: United Nations, 1998. p. 65-68.

VASCONCELOS, P. E. S. De. **Habitação Social em São Luís do Maranhão:** Um Estudo Sobre a Produção de Habitação dos Institutos de Previdência e do Banco Nacional da Habitação. 2007. Trabalho final de conclusão de curso. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2007.

VESPÚCCI, G. M. **Do Quarto de Empregada à Varanda Gourmet:** Uma Análise Comparativa das Plantas de Apartamento em Florianópolis entre 1954 e 2008. 2017. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

VIDAL, M. E.; MANDOUL, T. **Penser L`Habité.** França: Editions Mardaga, 1990.

VIEIRA, V. A.; LADEIRA, F. M. B. P **Proeminência da Marca, Automonitoramento e Teoria da Função de Atitude:** Uma Análise Sobre Avaliação dos Anúncios. RAM, Revista de Administração da Mackenzie. São Paulo. Vol. 17, número 1 jan./fev. Ano 2016.p. 197-228.

VILLA, S. B. **Apartamento Metropolitano.** Habitações e Modos de Vida na Cidade de São Paulo. 2002. Dissertação de mestrado. Departamento de Arquitetura e

Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Morar em Apartamentos.** A Produção dos Espaços Privados e Semiprivados nos Edifícios Ofertados pelo Mercado Imobiliário no Século XXI em São Paulo e seus Impactos na Cidade de Ribeirão Preto. Critérios para Avaliação Pós-ocupação. 2008. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

_____. **Os Formatos Familiares Contemporâneos:** Transformações Demográficas. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia. Uberlândia. Vol.4, número 12. Ano 2012. p. 02-26.

VILLA, S. B.; ORNSTEIN, S. W. (Org.). **Qualidade Ambiental na Habitação:** Avaliação Pós-Ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

_____. Projetar Apartamentos Com Vistas à Qualidade Arquitetônica a Partir dos Resultados da Avaliação Pós-Ocupação (APO). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO / IX WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DO PROCESSO DE PROJETO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS. 18 – 20 de novembro de 2009, São paulo. **Anais do Evento.** São Carlos: Universidade de São Paulo – Brasil, 2009.

WALL, M. **Urbanização Dispersa em São Luís:** Tensões entre Expansão e Centro. 2011. Tese de Doutorado. Doutorado em PROURB/FAU-UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

WALL, M.; BURNETT, C. F. L. **Cleon Furtado:** Arquitetura Modernista em São Luís. In: III SEMINÁRIO DE DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO 1998, São Luís. **Anais do Evento.** São Luís: PPGE, CP, 1998. p. 33-33.

WEIMER, G. **Arquitetura Popular Brasileira.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ZABALBEASCOA, A. **Tudo Sobre a Casa.** São Paulo: Editora GG, 2013.

APÊNDICES

Questionário

Roteiro para coleta e walkthrough

Roteiro para entrevista

**Autorizações e termo de livre
consentimento**

Este Questionário é parte da investigação de uma Tese de Doutoramento em Arquitetura sobre as residências de São Luís e seus moradores, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e é direcionado a um público específico.

Antes de iniciar, verifique se você faz parte dele. Caso não faça, por favor, decline. De todo modo e desde já, obrigada pela disponibilidade em ajudar!!

Requisito 1:

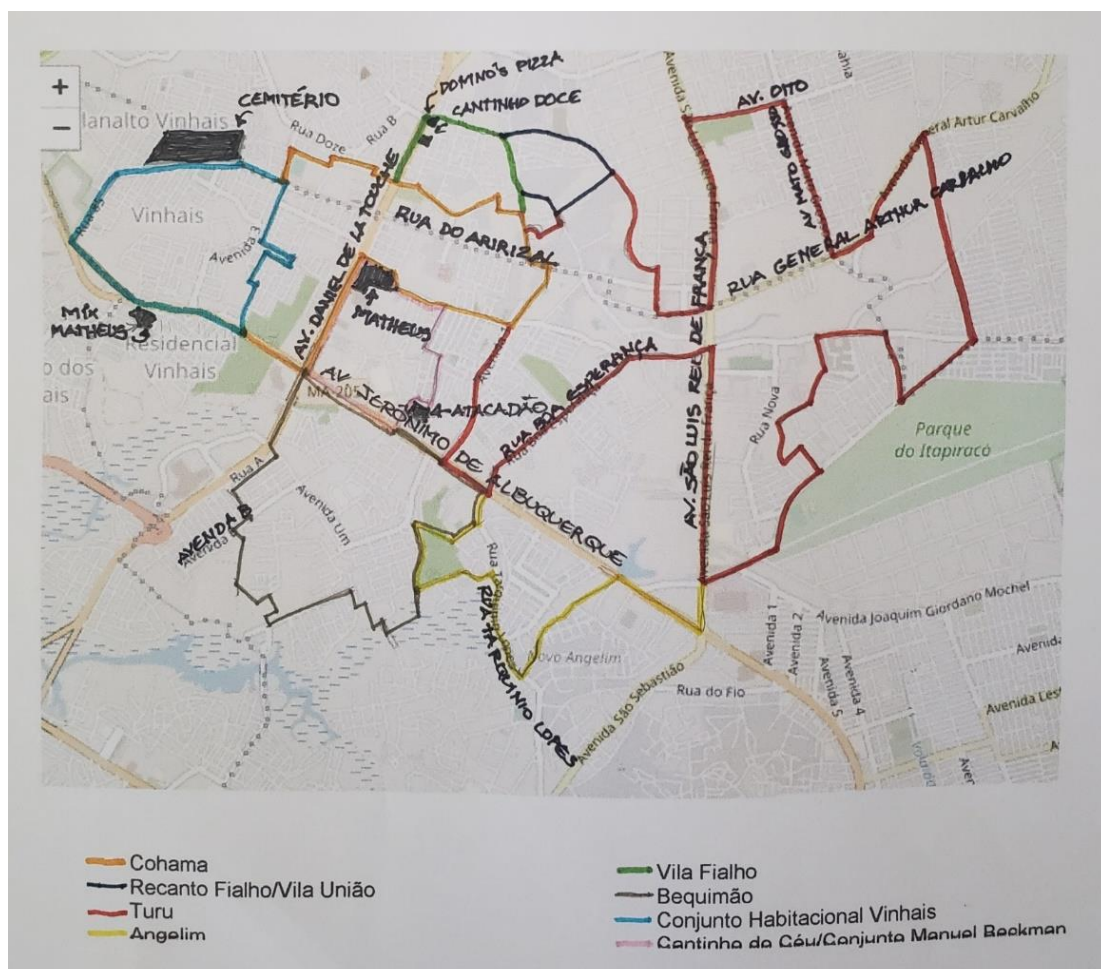
Ser morador dos bairros Cohama, Conjunto Habitacional Vinhais, Angelim, Cantinho do Céu, Conjunto Manuel Beckman, Vila Fialho, Recanto Fialho, Vila União, Bequimão e Turu;

Requisito 2:

Rendimento familiar per capita entre mais de ½ salário mínimo a 3 salários mínimos, ou seja, **mais de R\$ 499,00 a R\$ 2994,00**

OBS: Considere como rendimento familiar per capita, a soma dos rendimentos de todos de casa que trabalham, dividida pelo número de moradores.

Confira se sua casa está nas regiões delimitadas no mapa abaixo:



<input type="checkbox"/> Descoberta na frente, em uma lateral e nos fundos	<input type="checkbox"/> Descoberta apenas na frente	<input type="checkbox"/> Descoberta apenas em uma lateral
<input type="checkbox"/> Descoberta na frente e nos fundos	<input type="checkbox"/> Descoberta apenas na frente	<input type="checkbox"/> Sem área descoberta na casa
<input type="checkbox"/> Descoberta nas laterais e nos fundos	<input type="checkbox"/> Descoberta apenas nos fundos	

16. Qual o tamanho do imóvel?
OBS: Se não souber ou não ter certeza, deixe em branco. Em casas, desconsiderar áreas descobertas, como quintais e piscinas e em apartamentos, áreas de garagem.

<input type="checkbox"/> Menor que 42m ²	<input type="checkbox"/> Entre 57 e 70m ²	<input type="checkbox"/> Entre 100 e 200m ²	<input type="checkbox"/> Acima de 400m ²
<input type="checkbox"/> Entre 42 e 57m ²	<input type="checkbox"/> Entre 70 e 100m ²	<input type="checkbox"/> Entre 200m 400 ²	

17. Quanto ao tamanho do imóvel:

<input type="checkbox"/> Está ideal	<input type="checkbox"/> É pequeno, apenas o(s) quarto(s) é(são) pequeno(s)
<input type="checkbox"/> É grande, há cômodo(s) não utilizado(s)	<input type="checkbox"/> É pequeno, falta(m) quarto(s)
<input type="checkbox"/> É grande, há cômodo(s) muito grande(s)	<input type="checkbox"/> É pequeno, falta(m) banheiro(s)
<input type="checkbox"/> É grande, há cômodo(s) não utilizado(s) e outro(s) muito grande(s)	<input type="checkbox"/> É pequeno, falta(m) cozinha(s)
<input type="checkbox"/> É pequeno, não falta(m) cômodo(s) mas ele(s) são pequeno(s)	<input type="checkbox"/> É pequeno, falta(m) sala(s)
<input type="checkbox"/> É pequeno, apenas a(s) cozinha(s) é(são) pequena(s)	<input type="checkbox"/> É pequeno, falta(m) outro(s) cômodo(s)
<input type="checkbox"/> É pequeno, apenas a(s) sala(s) é(são) pequena(s)	

18. Quanto às portas de acesso da residência:
OBS: Em casas, não considerar os portões do muro e sim as portas que dão acesso à casa.

<input type="checkbox"/> Há uma porta de acesso;
<input type="checkbox"/> Há duas portas de acesso, uma social e uma de serviço, mas só a social é utilizada;
<input type="checkbox"/> Há duas portas de acesso, uma social e uma de serviço e as duas são utilizadas.

19. Quantos desses ambientes estão presentes na residência?
OBS: Complete com número de 0 em diante. Se por exemplo ambientes forem integrados, como sala de estar e tv, marque a presença dos dois. Se a garagem possuir mais de uma vaga, considere mais de uma garagem.

<input type="checkbox"/> Garagem descoberta	<input type="checkbox"/> Quarto (sem banheiro. Não incluir de hóspede e empregados)	<input type="checkbox"/> Escritório/ biblioteca/ ateliê
<input type="checkbox"/> Garagem coberta	<input type="checkbox"/> Quarto de hóspede	<input type="checkbox"/> Quintal
<input type="checkbox"/> Terraço	<input type="checkbox"/> Suíte de hóspede	<input type="checkbox"/> Piscina
<input type="checkbox"/> Sala de estar	<input type="checkbox"/> Quarto de empregados	<input type="checkbox"/> Academia
<input type="checkbox"/> Sala de tv	<input type="checkbox"/> Suíte de empregados	<input type="checkbox"/> Área de lazer com churrasqueira
<input type="checkbox"/> Sala de jantar	<input type="checkbox"/> Banheiro (todos os da casa)	<input type="checkbox"/> Jardim pequeno (menor que um quarto)
<input type="checkbox"/> Cozinha	<input type="checkbox"/> Varanda	<input type="checkbox"/> Jardim grande (maior que um quarto)
<input type="checkbox"/> Lavanderia	<input type="checkbox"/> Despensa	<input type="checkbox"/> Horta pequena (menor que um quarto)
<input type="checkbox"/> Suíte (quarto com banheiro. Não incluir de hóspede e empregados)	<input type="checkbox"/> Depósito	<input type="checkbox"/> Horta grande (maior que um quarto)

20. Com relação ao quarto de empregada, se houver, qual sua localização:

Se casa:	Se apartamento:
<input type="checkbox"/> Nos fundos do terreno, descolado da casa	<input type="checkbox"/> Junto com os outros quartos
<input type="checkbox"/> Dentro da casa, junto com os outros quartos	<input type="checkbox"/> Próximo da área de serviço, com acesso pela cozinha
<input type="checkbox"/> Dentro da casa, mas separado dos outros quartos, próximo da área de serviço.	

21. Há ambientes integrados na residência?
OBS: Mais de uma alternativa pode ser marcada.

<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim, sala de estar, tv e jantar	<input type="checkbox"/> Sim, cozinha, sala de jantar, estar e tv.
<input type="checkbox"/> Sim, terraço e garagem	<input type="checkbox"/> Sim, cozinha e lavanderia	<input type="checkbox"/> Sim, escritório e quarto de hóspede
<input type="checkbox"/> Sim, sala de estar e tv	<input type="checkbox"/> Sim, cozinha e sala de jantar	<input type="checkbox"/> Outros: _____
<input type="checkbox"/> Sim, sala de estar e jantar	<input type="checkbox"/> Sim, cozinha, sala de jantar e sala de estar	

22. Qual o seu nível de satisfação sobre a residência em relação aos itens abaixo: [Adaptado de Villa (2008)]

Relação de privacidade entre os membros da família	<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Péssimo
Aparência estética da casa e seus ambientes	<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Péssimo
Aparência estética do muro da frente da casa	<input type="checkbox"/> Ótimo	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Péssimo

23. Como a casa foi planejada/decorada?

<input type="checkbox"/> Totalmente pelos moradores	<input type="checkbox"/> Parte pelos moradores e parte por profissional contratado	<input type="checkbox"/> Por profissional
---	--	---

24. Quanto à mobília da casa:

<input type="checkbox"/> Na maioria móveis doados e/ou herdados	<input type="checkbox"/> Na maioria móveis comprados em lojas caras
<input type="checkbox"/> Na maioria móveis comprados em lojas populares	<input type="checkbox"/> Na maioria móveis planejados
<input type="checkbox"/> Na maioria móveis comprados em lojas "normais"	

25. Marque quais desses itens estão presentes na residência:
OBS: Mais de uma alternativa pode ser marcada.

<input type="checkbox"/> Rede de dormir (armada)	<input type="checkbox"/> Máquina de lavar louças	<input type="checkbox"/> Tanque de armazenagem de água
<input type="checkbox"/> Rede de dormir (desarmada)	<input type="checkbox"/> Máquina de lavar roupas	
<input type="checkbox"/> Micro-ondas	<input type="checkbox"/> Máquina de secar roupas	

26. Quantos desses itens há na casa?

<input type="checkbox"/> TV	<input type="checkbox"/> Carro	<input type="checkbox"/> Computadores
-----------------------------	--------------------------------	---------------------------------------

27. Já foi feita alguma reforma/ampliação na casa?

<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim, reforma e ampliação de cômodo(s) existente(s)
<input type="checkbox"/> Sim, reforma de cômodo(s) existente(s)	<input type="checkbox"/> Sim, reforma de cômodo(s) existente(s) e construção de novo(s) cômodo(s)
<input type="checkbox"/> Sim, ampliação de cômodo(s) existente(s)	<input type="checkbox"/> Sim, ampliação de cômodo(s) existente(s) e construção de novo(s) cômodo(s)
<input type="checkbox"/> Sim, construção de novo(s) cômodo(s)	<input type="checkbox"/> Sim, reforma e ampliação de cômodo(s) existente(s) e construção de novo(s) cômodo(s)

28. Quais dessas reformas/ ampliações foram realizadas?
OBS: Mais de uma alternativa pode ser marcada.

<input type="checkbox"/> Ampliação da casa usando a área da frente até o muro	<input type="checkbox"/> Construção de mais banheiro(s)		
<input type="checkbox"/> Adaptação do terraço para servir também de garagem	<input type="checkbox"/> Construção de mais cozinha(s)		
<input type="checkbox"/> Cobertura de garagem	<input type="checkbox"/> Reforma do muro da frente da casa		
<input type="checkbox"/> Construção de mais quarto(s)			
29. Deseja realizar (mais) alguma reforma/ ampliação?			
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Se sim, qual _____			
30. Algum desse(s) ambiente(s) é pouco utilizado(s) na casa?			
OBS: Considere o seu entendimento de pouco utilizado. Mais de uma alternativa pode ser marcada.			
<input type="checkbox"/> Garagem	<input type="checkbox"/> Sala de jantar	<input type="checkbox"/> Quarto	<input type="checkbox"/> Quintal
<input type="checkbox"/> Terraço	<input type="checkbox"/> Cozinha	<input type="checkbox"/> Quarto de hospede	<input type="checkbox"/> Piscina
<input type="checkbox"/> Sala de estar	<input type="checkbox"/> Varanda	<input type="checkbox"/> Quarto de empregados	<input type="checkbox"/> Área de lazer com churrasqueira
<input type="checkbox"/> Sala de tv	<input type="checkbox"/> Lavanderia	<input type="checkbox"/> Escritório/biblioteca/ateliê	
31. Dos ambientes presentes na sua casa, algum desse(s) abaixo é pouco importante?			
OBS: Um ambiente pode ser pouco utilizado mas ter importância e vice-versa. Mais de uma alternativa pode ser marcada.			
<input type="checkbox"/> Garagem	<input type="checkbox"/> Sala de jantar	<input type="checkbox"/> Quarto	<input type="checkbox"/> Quintal
<input type="checkbox"/> Terraço	<input type="checkbox"/> Cozinha	<input type="checkbox"/> Quarto de hospede	<input type="checkbox"/> Piscina
<input type="checkbox"/> Sala de estar	<input type="checkbox"/> Varanda	<input type="checkbox"/> Quarto de empregados	<input type="checkbox"/> Área de lazer com churrasqueira
<input type="checkbox"/> Sala de tv	<input type="checkbox"/> Lavanderia	<input type="checkbox"/> Escritório/biblioteca/ateliê	<input type="checkbox"/> Todos são importantes
32. Em qual desses ambientes os moradores da casa passam mais tempo reunidos?			
<input type="checkbox"/> Garagem	<input type="checkbox"/> Sala de jantar	<input type="checkbox"/> Quarto	<input type="checkbox"/> Quintal
<input type="checkbox"/> Terraço	<input type="checkbox"/> Cozinha	<input type="checkbox"/> Quarto de hospede	<input type="checkbox"/> Piscina
<input type="checkbox"/> Sala de estar	<input type="checkbox"/> Varanda	<input type="checkbox"/> Quarto de empregados	<input type="checkbox"/> Área de lazer com churrasqueira
<input type="checkbox"/> Sala de tv	<input type="checkbox"/> Lavanderia	<input type="checkbox"/> Escritório/biblioteca/ateliê	
33. Quais são as atividades normalmente exercidas nos ambientes pelos moradores? [Adaptado de Villa (2008)]			
OBS: Mais de uma alternativa pode ser marcada.			
Sala de estar	<input type="checkbox"/> Receber visitas	<input type="checkbox"/> Estudar	<input type="checkbox"/> Fazer sexo
<input type="checkbox"/> Lazer	<input type="checkbox"/> Convívio familiar	<input type="checkbox"/> Alimentar-se	<input type="checkbox"/> Assistir TV
<input type="checkbox"/> Descansar/relaxar	<input type="checkbox"/> Trabalhar	<input type="checkbox"/> Procrastinar	<input type="checkbox"/> Cozinhar
Sala de tv	<input type="checkbox"/> Receber visitas	<input type="checkbox"/> Estudar	<input type="checkbox"/> Fazer sexo
<input type="checkbox"/> Lazer	<input type="checkbox"/> Convívio familiar	<input type="checkbox"/> Alimentar-se	<input type="checkbox"/> Assistir TV
<input type="checkbox"/> Descansar/relaxar	<input type="checkbox"/> Trabalhar	<input type="checkbox"/> Procrastinar	<input type="checkbox"/> Cozinhar
Sala de jantar	<input type="checkbox"/> Receber visitas	<input type="checkbox"/> Estudar	<input type="checkbox"/> Fazer sexo
<input type="checkbox"/> Lazer	<input type="checkbox"/> Convívio familiar	<input type="checkbox"/> Alimentar-se	<input type="checkbox"/> Assistir TV
<input type="checkbox"/> Descansar/relaxar	<input type="checkbox"/> Trabalhar	<input type="checkbox"/> Procrastinar	<input type="checkbox"/> Cozinhar
Cozinha	<input type="checkbox"/> Receber visitas	<input type="checkbox"/> Estudar	<input type="checkbox"/> Fazer sexo
<input type="checkbox"/> Lazer	<input type="checkbox"/> Convívio familiar	<input type="checkbox"/> Alimentar-se	<input type="checkbox"/> Assistir TV
<input type="checkbox"/> Descansar/relaxar	<input type="checkbox"/> Trabalhar	<input type="checkbox"/> Procrastinar	<input type="checkbox"/> Cozinhar
Quarto	<input type="checkbox"/> Receber visitas	<input type="checkbox"/> Estudar	<input type="checkbox"/> Fazer sexo
<input type="checkbox"/> Lazer	<input type="checkbox"/> Convívio familiar	<input type="checkbox"/> Alimentar-se	<input type="checkbox"/> Assistir TV
<input type="checkbox"/> Descansar/relaxar	<input type="checkbox"/> Trabalhar	<input type="checkbox"/> Procrastinar	<input type="checkbox"/> Cozinhar
Banheiro	<input type="checkbox"/> Receber visitas	<input type="checkbox"/> Estudar	<input type="checkbox"/> Fazer sexo
<input type="checkbox"/> Lazer	<input type="checkbox"/> Convívio familiar	<input type="checkbox"/> Alimentar-se	<input type="checkbox"/> Assistir TV
<input type="checkbox"/> Descansar/relaxar	<input type="checkbox"/> Trabalhar	<input type="checkbox"/> Procrastinar	<input type="checkbox"/> Cozinhar
SOBRE A RESIDÊNCIA - PARA O RESPONDENTE			
34. Uma casa deve ser:			
OBS: Apenas uma opção pode ser marcada.			
<input type="checkbox"/> Como uma máquina, um lugar prático, funcional e totalmente adaptado às minhas necessidades, onde eu possa realizar bem todas as minhas tarefas e atividades;			
<input type="checkbox"/> Um refúgio, como um ninho, uma rede de proteção, para onde eu possa fugir e me proteger dos perigos do mundo e da sociedade;			
<input type="checkbox"/> Um balsamo e um centro de forças, onde eu possa descansar e me re-energizar para o dia a dia na rua e na vida.			
35. Qual o seu lugar preferido na sua casa?			
<input type="checkbox"/> Garagem	<input type="checkbox"/> Sala de jantar	<input type="checkbox"/> Quarto	<input type="checkbox"/> Escritório/ biblioteca/ ateliê
<input type="checkbox"/> Terraço	<input type="checkbox"/> Cozinha	<input type="checkbox"/> Banheiro	<input type="checkbox"/> Quintal
<input type="checkbox"/> Sala de estar	<input type="checkbox"/> Varanda	<input type="checkbox"/> Quarto de hospede	<input type="checkbox"/> Piscina
<input type="checkbox"/> Sala de tv	<input type="checkbox"/> Lavanderia	<input type="checkbox"/> Quarto de empregados	<input type="checkbox"/> Área de lazer com churrasqueira
36. Em qual o lugar da sua casa você passa mais tempo?			
<input type="checkbox"/> Garagem	<input type="checkbox"/> Sala de jantar	<input type="checkbox"/> Quarto	<input type="checkbox"/> Escritório/ biblioteca/ ateliê
<input type="checkbox"/> Terraço	<input type="checkbox"/> Cozinha	<input type="checkbox"/> Banheiro	<input type="checkbox"/> Quintal
<input type="checkbox"/> Sala de estar	<input type="checkbox"/> Varanda	<input type="checkbox"/> Quarto de hospede	<input type="checkbox"/> Piscina
<input type="checkbox"/> Sala de tv	<input type="checkbox"/> Lavanderia	<input type="checkbox"/> Quarto de empregados	<input type="checkbox"/> Área de lazer com churrasqueira
37. Em qual lugar da sua casa você se recolhe quando precisa chorar?			
<input type="checkbox"/> Garagem	<input type="checkbox"/> Sala de jantar	<input type="checkbox"/> Quarto	<input type="checkbox"/> Escritório/ biblioteca/ ateliê
<input type="checkbox"/> Terraço	<input type="checkbox"/> Cozinha	<input type="checkbox"/> Banheiro	<input type="checkbox"/> Quintal
<input type="checkbox"/> Sala de estar	<input type="checkbox"/> Varanda	<input type="checkbox"/> Quarto de hospede	<input type="checkbox"/> Piscina
<input type="checkbox"/> Sala de tv	<input type="checkbox"/> Lavanderia	<input type="checkbox"/> Quarto de empregados	<input type="checkbox"/> Área de lazer com churrasqueira
38. Em qual lugar da sua casa você prefere fazer suas refeições?			
<input type="checkbox"/> Garagem	<input type="checkbox"/> Sala de jantar	<input type="checkbox"/> Quarto	<input type="checkbox"/> Escritório/ biblioteca/ ateliê
<input type="checkbox"/> Terraço	<input type="checkbox"/> Cozinha	<input type="checkbox"/> Banheiro	<input type="checkbox"/> Quintal
<input type="checkbox"/> Sala de estar	<input type="checkbox"/> Varanda	<input type="checkbox"/> Quarto de hospede	<input type="checkbox"/> Piscina
<input type="checkbox"/> Sala de tv	<input type="checkbox"/> Lavanderia	<input type="checkbox"/> Quarto de empregados	<input type="checkbox"/> Área de lazer com churrasqueira
39. Para você, o banheiro é um lugar: [Adaptado de Villa (2008)]			
OBS: Até duas opções podem ser marcadas.			
<input type="checkbox"/> De higiene, apenas;			

<input type="checkbox"/> De isolamento, onde você se refugia em momentos tristes e de exaustão; <input type="checkbox"/> De relaxamento, onde você aproveita para recarregar suas energias, ler uma revista, mexer no celular, beber algo; <input type="checkbox"/> De sensualidade, onde você aproveita para ter momentos íntimos.			
40. Para você, a cozinha é um lugar:			
OBS: Até duas opções podem ser marcadas.			
<input type="checkbox"/> De isolamento, onde você se refugia em momentos tristes e aproveita para comer; <input type="checkbox"/> De relaxamento, onde você aproveita para recarregar suas energias, cozinhar e se distrair; <input type="checkbox"/> De convívio, onde você aproveita para conversar e interagir com seus familiares; <input type="checkbox"/> De trabalho doméstico, onde as refeições são preparadas e os utensílios e alimentos são guardados.			
41. Para você, o quarto é um lugar:			
OBS: Até duas opções podem ser marcadas.			
<input type="checkbox"/> De isolamento, onde você se refugia em momentos tristes; <input type="checkbox"/> De relaxamento, onde você aproveita para recarregar suas energias, ver tv, mexer no celular, dormir e descansar; <input type="checkbox"/> De convívio, onde você aproveita para conversar e interagir com seus familiares; <input type="checkbox"/> De sensualidade, onde você aproveita para ter momentos íntimos.			
42. Morar nessa casa te deixa feliz:			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
SOBRE O RESPONDENTE			
43. Em qual desses grupos você se encaixa melhor:			
<input type="checkbox"/> Idealista, revolucionário(a), coletivo(a) e Ideológico(a). Gosta de cinema e música; <input type="checkbox"/> Materialista, competitivo(a) e individualista. Gosta de consumir marcas e artigos de luxo; <input type="checkbox"/> Abstrato(a), questionador(a) e global. Prefere experiências como festivais e viagens; <input type="checkbox"/> Identidade fluida, realista e ativista ponderado. Gosta de consumir o que precisa e agir com singularidade, acesso e ética; <input type="checkbox"/> Interage menos socialmente, possui menor intercâmbio de linguagem, se preocupa com o meio ambiente, e consome produtos digitais e eletrônicos.			
44. Se você fosse um carro, qual você seria?			
<input type="checkbox"/> Esportivo como uma Ferrari <input type="checkbox"/> De luxo, como um Rolls Royce		<input type="checkbox"/> Retrô como um fusca <input type="checkbox"/> Uma picape como uma Hilux	
45. Teste de Snyder			
OBS: As 25 afirmações abaixo fazem parte de um teste que verifica a capacidade de adaptação dos indivíduos às mais diversas situações. Por ter sido traduzido literalmente da língua inglesa, que apresenta termos mais "secos", pode gerar desconforto por algumas palavras utilizadas e parecer avaliar o caráter dos indivíduos. Por favor, Desconsidere. Seja sincero ao responder. Responda com V ou F.			
<input type="checkbox"/> Acho difícil imitar o comportamento de outras pessoas. <input type="checkbox"/> Meu comportamento é normalmente uma expressão de meus próprios e verdadeiros sentimentos, atitudes e crenças. <input type="checkbox"/> Em festas e reuniões sociais, eu não tento fazer ou dizer coisas de que os outros vão gostar. <input type="checkbox"/> Eu só consigo defender ideias em que eu já acredite <input type="checkbox"/> Eu consigo fazer discursos de improviso, mesmo sobre temas dos quais em quase não tenho informações. <input type="checkbox"/> Eu acho que me exibio para impressionar ou entreter as pessoas. <input type="checkbox"/> Quando não tenho certeza sobre como agir numa situação social, observo o comportamento dos demais para obter dicas. <input type="checkbox"/> Eu provavelmente daria um bom ator. <input type="checkbox"/> Eu raramente procuro o aconselhamento de meus amigos para escolher filmes, livros ou música. <input type="checkbox"/> Eu por vezes dou aos demais a ideia de estar sentindo emoções mais fortes do que realmente estou. <input type="checkbox"/> Eu rio mais quando assisto a uma comédia com outras pessoas do que quando estou sozinho. <input type="checkbox"/> Em grupos de pessoas, eu raramente sou o centro das atenções. <input type="checkbox"/> Em situações diferentes e com pessoas diferentes, eu frequentemente ajo como se eu fosse pessoas muito diferentes. <input type="checkbox"/> Não sou particularmente bom em fazer com que as outras pessoas gostem de mim. <input type="checkbox"/> Mesmo se não estiver me divertindo, eu frequentemente finjo estar. <input type="checkbox"/> Eu nem sempre sou a pessoa que aparento ser. <input type="checkbox"/> Eu não mudaria minhas opiniões (ou a minha forma de agir) para satisfazer outra pessoa ou conseguir favores. <input type="checkbox"/> Eu já pensei em ser um profissional de entretenimento. <input type="checkbox"/> Para me dar bem com as pessoas e fazer com que elas gostem de mim, eu costumo ser o que as pessoas esperam que eu seja mais do que qualquer outra coisa. <input type="checkbox"/> Nunca fui bom em jogos como charadas ou atuação de improviso. <input type="checkbox"/> Tenho dificuldades em alterar meu comportamento para me adequar a pessoas diferentes e situações diferentes. <input type="checkbox"/> Em festas, deixo que os outros façam piadas e contêm casos. <input type="checkbox"/> Sinto-me um pouco estranho com companhia e não me apresento tão bem quanto deveria. <input type="checkbox"/> Eu consigo olhar nos olhos de qualquer pessoa e dizer uma mentira com a expressão impassível (se for pelo motivo certo). <input type="checkbox"/> Eu consigo enganar as pessoas parecendo ser amigável quando, na realidade, eu não gosto delas.			
DADOS PARA CATALOGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS			
46. Idade do respondente deste questionário:			
<input type="checkbox"/> De 18 a 25 anos <input type="checkbox"/> De 26 a 35 anos	<input type="checkbox"/> De 36 a 45 anos <input type="checkbox"/> De 46 a 55 anos	<input type="checkbox"/> De 56 a 65 anos <input type="checkbox"/> De 66 a 75 anos	<input type="checkbox"/> De 75 a 85 anos <input type="checkbox"/> Acima de 85 anos
47. Gênero do respondente deste questionário:			
<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino			
48. Posição do respondente no grupo doméstico:			
<input type="checkbox"/> Responsável <input type="checkbox"/> Filho(a) <input type="checkbox"/> Parente <input type="checkbox"/> Outro			
49. Bairro da residência:			
50. Rendimento familiar per capita:			
OBS: Considere como rendimento familiar per capita, a soma dos rendimentos de todos que trabalham na casa dividido pelo número de moradores. Considere o salário mínimo atual de R\$ 998,00. SM = salário mínimo			

<input type="checkbox"/> Até 1/8 SM	<input type="checkbox"/> Mais de 1/2 a 1 SM	<input type="checkbox"/> Mais de 3 a 5 SM
<input type="checkbox"/> Mais de 1/8 a 1/4 SM	<input type="checkbox"/> Mais de 1 a 2 SM	<input type="checkbox"/> Mais de 5 a 10 SM
<input type="checkbox"/> Mais de 1/4 a 1/2 SM	<input type="checkbox"/> Mais de 2 a 3 SM	<input type="checkbox"/> Mais de 10 SM

Você gostaria de participar da segunda etapa desta investigação que consiste na escolha de algumas residências para uma análise mais detalhada? Nessa visita, a investigadora irá conhecer sua casa e os ambientes e conversar com você e sua família sobre seus hábitos, costumes e uso e significado dos espaços. Se sim, deixe aqui seu contato de telefone: _____

OBRIGADA PELA ATENÇÃO E PARTICIPAÇÃO!

Giovanna Jansen Duailibe
Designer, Arquiteta Urbanista e responsável pela investigação

Fonte: autora.

ROTEIRO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES IN LOCO SOBRE A FAMÍLIA E WALKTHROUGH

Anexar questionário respondido por morador a este documento para cruzamento e análise dos dados;

Confirmar informações do questionário.

OBSERVAÇÕES DA INVESTIGADORA E COMENTÁRIOS DO MORADOR SOBRE O QUESTIONÁRIO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	

SOBRE A FAMÍLIA	
-----------------	--

1. Perfil familiar com idade aproximada de cada componente

2. Fase da vida dos moradores (se na primeira, segunda ou terceira), de acordo com Kron (1983) e com as gerações etárias

3. Tipo familiar

<input type="checkbox"/>	Família	<input type="checkbox"/>	Urbano
--------------------------	---------	--------------------------	--------

SOBRE O IMÓVEL- CRITÉRIOS MATERIAIS	
1	1.1. Descrição do imóvel
2	1.2. Localização do imóvel
3	1.3. Características físicas do imóvel
4	1.4. Estado de conservação do imóvel
5	1.5. Histórico de manutenção do imóvel
6	1.6. Outros dados relevantes

4. Croqui da planta e Metragem dos ambientes

5. Tipo de planta schneideana					
<input type="checkbox"/>	Corredor	<input type="checkbox"/>	Sala de estar central	<input type="checkbox"/>	Orgânica
<input type="checkbox"/>	Caixa inserida	<input type="checkbox"/>	Com separação das áreas funcionais	<input type="checkbox"/>	Fluida
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Circuito
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Flexível
6. Relação com o exterior					
<input type="checkbox"/>	Presença de muro		<input type="checkbox"/>	Ausência de muro	
7. Taxa de permeabilidade					
8. Tipo de cobertura					
<input type="checkbox"/>	Telhado aparente		<input type="checkbox"/>	Telhado encoberto	
9. Articulação entre os cômodos de acordo com Pedro (2002)					
Privacidade					
Entre os cômodos					
Em relação ao exterior					
Convivialidade					
Comunicabilidade					
10. Presença de espaços entulhados					
OBS: Observar se por excesso de coisas descartadas ou simbolicamente ainda em uso					
11. Presença de espaços inacabados					
OBS: Descobrir há quanto tempo					
SOBRE O IMÓVEL- CRITÉRIOS IMATERIAIS					
12. Indício de “casa parada no tempo”					
<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Sim, em alguns cômodos	OBS:	
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Sim, em todos os cômodos		

13. Cores dos cômodos	
OBS: se ausente, pastel ou viva	
14. Linguagem e idioma de Freitas	
<input type="checkbox"/> Convexo de ordem profusa	<input type="checkbox"/> Côncavo de funcionalidade em construção
<input type="checkbox"/> Convexo de ordem rígida	<input type="checkbox"/> Côncavo de funcionalidade em exercício
<input type="checkbox"/> Convexo de ordem personalizada	<input type="checkbox"/> Côncavo de funcionalidade estética
15. Arquétipos de George; Lyon	
<input type="checkbox"/> Casa do visionário	<input type="checkbox"/> Casa do idealista
<input type="checkbox"/> Casa do artista	<input type="checkbox"/> Casa do aventureiro
OBS:	
16. Unidade na decoração	
<input type="checkbox"/> Cômodos com a mesma linguagem	OBS:
<input type="checkbox"/> Cômodos com linguagem diferente	
17. Domínios por cômodos	
OBS: Se masculino, feminino ou infantil, por cômodo	
18. Espaço pessoal (territorialidades)	
OBS: Quais os espaços são mais utilizados por quais moradores; relação entre os espaços da casa e os usuários.	
19. Presença espacial e afetiva de animais domésticos	
OBS: Importância, onde passam o dia, onde dormem, cômodos a que tem acessos, que espaços ocupam.	
20. Espaços mortos	

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COLETIVA
1. Se sente representado nos cômodos da casa? Se sim, em quais?
2. Se sente à vontade em casa?
3. A importância e preferência de cada cômodo nas muitas fases da vida (sem crianças, mulher grávida, com crianças, com filhos jovens, “ninho vazio”).
4. Quem domina cada cômodo?
5. Há espaços de uso exclusivo de cada morador? Quais?
6. Em qual ambiente da casa cada um passa mais tempo?
7. Que ambiente considera o mais sujo da casa?
8. Nível de bem estar na casa e nos cômodos (se se sente confinado, preso, sufocado, à vontade)
9. A casa perfeita seria

Fonte: autora.

Autorização dos responsáveis pelo imóvel

Autorizo a investigadora Giovanna Jansen Duailibe a visitar o meu domicílio para coletar informações e imagens quanto ao imóvel, seu espaço e seu uso, que serão utilizadas em sua investigação de tese de doutorado e publicações sobre as casas de São Luís e seus moradores.

São Luís, _____

Responsável pelo imóvel

Termo de livre consentimento e esclarecido para participação e publicação das informações e resultados coletados

O(A) sr(a) está sendo convidado(a) a participar da investigação **ARQUÉTIPOS DE MORAR LUDOVICENSES DO SÉCULO XXI**: espaços, hábitos e usos – o caso da classe média, que tem a investigadora Giovanna Jansen Duailibe como responsável.

O objetivo principal dessa investigação é identificar os arquétipos de morar do século XXI da classe média ludovicense, a partir de seus novos arquétipos sociais. Especificamente, espera-se identificar os arquétipos sociais predominantes da classe média do século XXI ludovicense e caracterizar os espaços de morar dos arquétipos sociais ludovicenses identificados.

O(A) sr(a) está sendo convidado(a) porque foi identificado(a), de acordo com a metodologia utilizada nessa investigação, como pertencente ao grupo dos estratos intermediários de renda e residente da área escolhida para recorte geográfico da investigação.

O(A) sr(a) precisa ter conhecimento de que tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase de sua participação.

Caso aceite participar, sua participação consiste em responder um questionário e receber a investigadora em sua residência, onde irá responder a uma entrevista e apresentar sua casa e seus ambientes para a investigadora, que irá analisar o imóvel.

Solicitamos sua autorização para uso e publicação dos dados e imagens coletados, garantindo a confidencialidade e privacidade sua e de sua família e informamos que os resultados não serão utilizados em prejuízo de sua imagem, ou prestígio e que a investigação não lhe acarretará custos.

Sua participação nessa investigação pode lhe acarretar o risco de constrangimento ao mostrar sua residência. Mas caso isso ocorra, lembre-se que pode, a todo momento, recusar tal tarefa.

Também é esperado que sua participação nessa investigação lhe beneficie, na medida em que poderá contribuir para conscientizá-lo(a) sobre a importância dos espaços de morar para a vivência do seu dia a dia e para sua saúde mental, podendo também contribuir para seu entendimento de suas próprias matizes comportamentais.

Se julgar necessário, o(a) sr(a) pode refletir por um tempo se aceita participar ou não, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

O(A) sr(a). pode entrar em contato com a investigadora responsável a qualquer tempo para informação adicional no telefone 98.988051611 ou email giovannajduailibe@gmail.com.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término

pelo(a) sr(a)., ou por seu representante legal, e pela investigadora responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da investigação. Declaro que fui convidado(a) e participei de livre consentimento da investigação realizada pela investigadora Giovanna Jansen Duailibe sobre as casas de São Luís e seus moradores e a autorizo a publicar as informações, imagens e resultados coletados durante a visita ao meu domicílio, desde que mantidos o sigilo de identidade da família e de seus integrantes e sob a garantia de que dados que possam nos identificar também não serão divulgados.

A minha participação na investigação consistiu em responder a um questionário e a uma entrevista, bem como acompanhar a investigadora pelos espaços de minha residência para fins de coleta de informações e imagens.

As intenções da investigadora, os procedimentos utilizados, as garantias de sigilo que me foram dadas e a isenção de despesas de minha parte estão claros para mim. Todos os esclarecimentos solicitados foram realizados. Portanto, concordo voluntariamente em participar deste estudo e permitir sua divulgação mediante as condições acima citadas.

São Luís, _____

Assinatura do participante

Declaro que obtive de forma ética, apropriada e voluntária este Termo de Consentimento deste participante para a sua colaboração neste estudo.

São Luís, _____

Assinatura do responsável pela investigação.